

## OS TEMAS E OS PROBLEMAS

UM SABER EM ESPIRAL:  
DESAFIOS AO CONHECIMENTO  
HUMANO NO SÉCULO XXI

NESOLOGIA: PECULIARIDADES  
GNOSIOLÓGICAS DAS ILHAS

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E  
HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

HISTÓRIA DA MADEIRA

CULTURA, LINGUAGENS E  
CRIAÇÃO ARTÍSTICA

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO  
HUMANA E PROFISSIONAL  
E DESAFIOS DA SOCIEDADE  
MADEIRENSE

POLÍTICA, SOLIDARIEDADES,  
COMUNICAÇÃO E DIÁSPORAS



Conhecer é a forma suprema da razão humana dominar o mundo, ou seja, de se sentir senhora da vida e da terra habitada. A sistematização do conhecimento de forma distinta e organizada por disciplinas decorre, entretanto, da vontade de ordenar o caos do saber. O conhecimento sistemático oferece-nos então um mapa orientador, que nos dá a impressão pacificante de que abarcamos a realidade e dominamos o caos.

Cada época cultural sentiu a necessidade de realizar esta sistematização, quer em versão de compêndios multidisciplinares, quer em versão de enciclopédia.

Esta obra resulta justamente de um evento científico realizado no quadro de um grande projeto de produção de um novo saber enciclopédico sobre a região autónoma da Madeira.

Foi a partir dos resultados de pesquisa e das reflexões apresentadas nesse evento que esta obra se estruturou, assumindo-se que o maior dos desafios seria uma aposta forte na interdisciplinaridade e na discussão das suas possibilidades e dos seus limites em tempos de acentuada especialização.

Os que se interessam pelos temas madeirenses, articulados e enquadrados por reflexões epistemológicas que interessam à problematização do processo de produção de conhecimento no século XXI, encontrarão aqui, com certeza, leituras estimulantes.

QUE SABER{ES}  
PARA O SÉCULO XXI?



HISTÓRIA, CULTURA E  
CIÊNCIA NA MADEIRA



# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA



COORDENADORES  
JOSÉ  
EDUARDO  
FRANCO  
E CRISTINA  
TRINDADE

COORDENADORES  
JOSÉ EDUARDO FRANCO  
E CRISTINA TRINDADE

## OS AUTORES

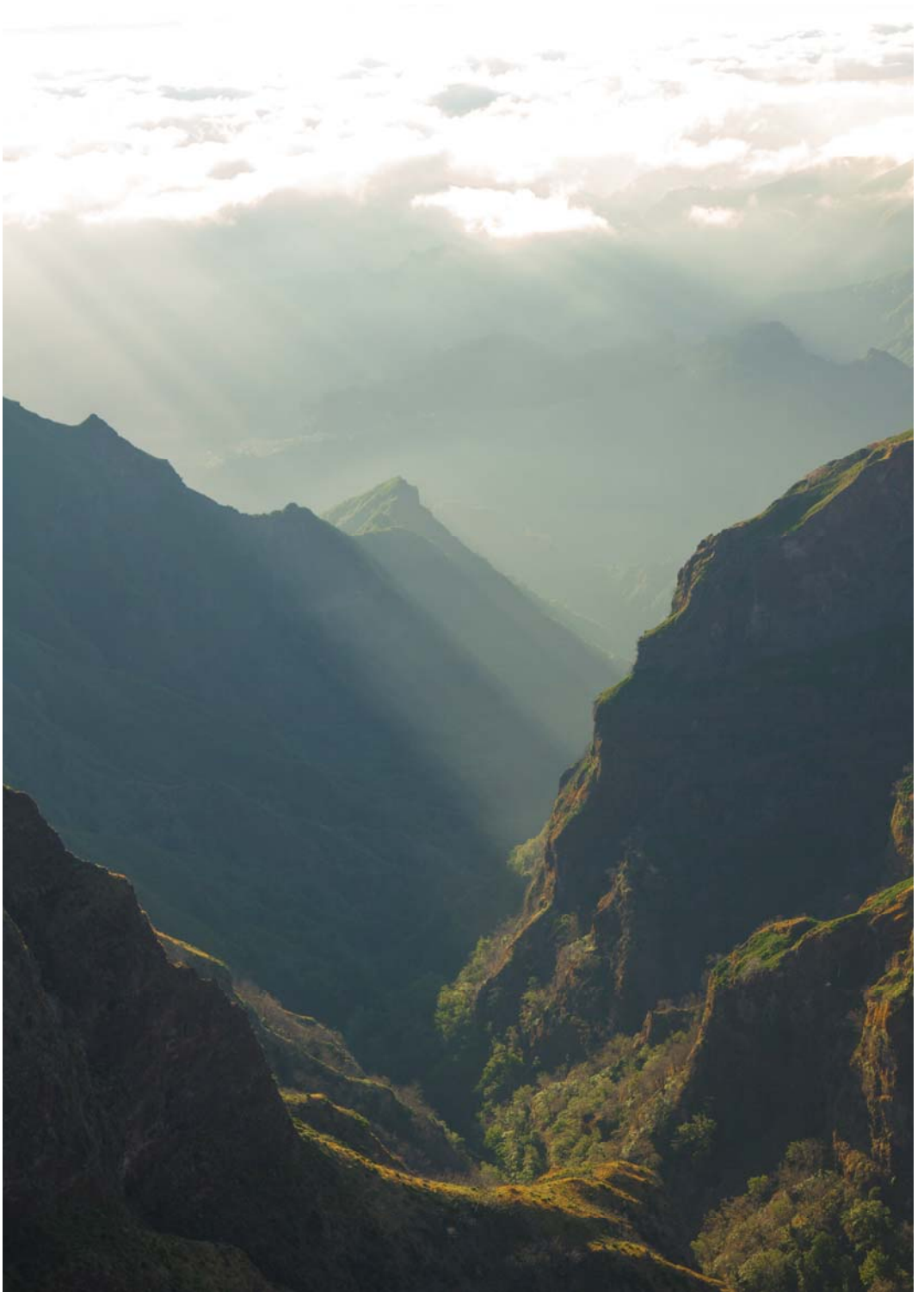
Alberto Vieira  
Aline Bazenga  
Ana Cristina Trindade  
Ana Londral  
Annabela Rita  
Carla Lucas  
Carlos Valente  
Catarina Faria  
Cristina Coelho  
Cristina Trindade  
Custódia Drumond  
Daniela Marcheschi  
Ernesto Rodrigues  
Filipa Oliveira  
Guilherme Silva  
Isabel Santa Clara  
Jacinto Jardim  
Joana Balsa de Pinho  
João David Pinto Correia  
João Relvão Caetano  
Jorge Freitas Branco  
José Eduardo Franco  
José Manuel Paquete de Oliveira  
José Renato Gonçalves  
Luís Machado de Abreu  
Luísa Marinho Antunes  
Luísa Soares  
Marc Augé  
Miguel Sequeira  
Nelson Veríssimo  
Paulo Miguel Rodrigues  
Raimundo Quintal  
Rui Carita  
Simão Silva  
Teresa Norton Dias  
Thierry Proença  
Thomas Dellinger  
Viriato Soromenho-Marques

Projeto 'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira'  
apoiado pelo programa Intervir +  
[www.aprenderamadeira.net](http://www.aprenderamadeira.net)



CLEPUL | Centro de Literaturas  
e Culturas Lusófonas  
e Europeias  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa





• COLEÇÃO ESTUDOS INSULARES •

DIREÇÃO

José Eduardo Franco  
José Manuel Paquete de Oliveira

CONSELHO CIENTÍFICO CONSULTIVO

Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Rita Londral  
Carlos Valente, Cristina Trindade, Custódia Drumond  
Eduardo Jesus, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim  
João David Pinto-Correia, Jorge Freitas Branco  
José Agostinho Jardim Gonçalves, Luísa Marinho Antunes Paolinelli  
Luísa Soares, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo  
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Renato Gonçalves  
Rui Carita, Saturino Gomes, Sílvio Fernandes, Simão Daniel Silva,  
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger

A condição insular foi geradora de cultura, de literatura, de modos de estar e de pensar com matizes peculiares conferidos pela mundividência de quem nasceu com a marca de ter o mar como grande e vasta fronteira. Esta coleção pretende publicar obras sobre autores, temas e problemas que valorizem a herança cultural gerada nas ilhas, nomeadamente nas ilhas portuguesas.

# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

---

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

---

Esta obra foi publicada no âmbito do projeto  
'Aprender a Madeira – Dicionário de História da Madeira',  
apoiado pelo programa 'Intervir +' [www.aprendermadeira.net](http://www.aprendermadeira.net)

#### TÍTULO

Que Saber(es) para o Século XXI?  
História, Cultura e Ciência na Madeira

#### COORDENADORES

José Eduardo Franco e Cristina Trindade

#### AUTORES

Alberto Vieira, Aline Bazenga, Ana Londral, Annabela Rita  
Carla Lucas, Carlos Valente, Catarina Faria, Cristina Coelho  
Cristina Trindade, Custódia Drumond, Daniela Marcheschi, Ernesto Rodrigues  
Filipa Oliveira, Guilherme Silva, Isabel Santa Clara, Jacinto Jardim  
Joana Balsa de Pinho, João David Pinto-Correia, João Relvão Caetano  
Jorge Freitas Branco, José Eduardo Franco, José Manuel Paquete de Oliveira  
José Renato Gonçalves, Luis Machado de Abreu, Luísa Marinho Antunes  
Luísa Soares, Marc Augé, Miguel Sequeira, Nelson Veríssimo  
Paulo Miguel Rodrigues, Raimundo Quintal, Rui Carita, Simão Silva  
Teresa Norton Dias, Thierry Proença, Thomas Dellinger, Viriato Soromenho-Marques

#### DIREITOS RESERVADOS

© Esfera do Caos Editores, APCA e Autores

#### DESIGN DA CAPA

DesignGlow

#### FOTOGRAFIAS EXTRA-CAPÍTULOS

(SEPARADORES DE PARTES E SECÇÕES, E PÁGINAS INICIAL E FINAL)

© Florentino Bernardes Franco

#### IMPRESSÃO E ACABAMENTO ACD PRINT

DEPÓSITO LEGAL 385734/14

ISBN 978-989-680-133-5

1ª EDIÇÃO Dezembro de 2014

ESFERA DO CAOS EDITORES

Campo Grande  
Apartado 52199  
1721-501 Lisboa

[www.esferadocaos.pt](http://www.esferadocaos.pt)

APCA – AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA

Estrada Comandante Camacho de Freitas, 516  
9020-152 Funchal

[www.apca-madeira.org](http://www.apca-madeira.org)

# QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI?

---

HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA

---

COORDENADORES

JOSÉ EDUARDO FRANCO  
E CRISTINA TRINDADE

  
ESFERA DO CAOS  
EDITORES

  
AGÊNCIA DE | PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA



# Índice

INTRODUÇÃO	11
José Eduardo Franco	
PARTE I	
PROPOSTAS TEÓRICAS	19
1 UM SABER EM ESPIRAL: DESAFIOS AO CONHECIMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI	21
O futuro, o conhecimento e a utopia	23
Marc Augé	
Que saber enciclopédico na era da crise global do ambiente?	31
Viriato Soromenho-Marques	
A interdisciplinaridade: Teoria e prática	47
Luís Machado de Abreu	
Um novo paradigma para o século XXI	61
João Relvão Caetano	
2 NESOLOGIA: PECULIARIDADES GNOSIOLÓGICAS DAS ILHAS	81
O inter-lugar e a cultura das ilhas	83
Daniela Marcheschi	
Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros	95
Jorge Freitas Branco	
Problematizações do cânone literário e a questão central da Cultura	109
Annabela Rita	

<b>PARTE II</b>	
<b>ESTUDO DE CASO: PARA UM NOVO SABER SOBRE O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA</b>	<b>129</b>
<b>1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM: TEMAS E PROBLEMAS</b>	<b>131</b>
Biologia, paisagem e diversidade	133
Miguel Sequeira	
Mar e recursos marinhos no arquipélago da Madeira	143
Thomas Dellinger	
Para uma história da Engenharia na Madeira	149
Ana Londral	
Matemática e matemáticos na Madeira	155
Custódia Drumond	
Geografia e urgências ecológicas na Madeira	169
Raimundo Quintal	
<b>2 HISTÓRIA DA MADEIRA: TEMAS E PROBLEMAS</b>	<b>179</b>
Elementos para uma nova História Económica da Madeira	181
Alberto Vieira	
História Militar da Madeira: Temas e problemas	209
Rui Carita	
Grandes polémicas religiosas do século XVIII: repercussões da Jacobeia na Madeira	255
Cristina Trindade	
História política e institucional da Madeira (séculos XIX e XX): Temas e problemas	277
Paulo Miguel Rodrigues	
Protestantes e evangélicos na Ilha da Madeira: História da afirmação de uma experiência marginal	283
Simão Silva	
<b>3 CULTURA, LINGUAGENS E CRIAÇÃO ARTÍSTICA</b>	<b>295</b>
Cultura “madeirense”: Implicações de um conceito (sistematização – roteiro para estudo)	297
João David Pinto-Correia	

Tradições populares madeirenses: emoções e representações <b>Thierry Proença</b>	341
Temas e problemas da construção de uma História da Arte na Madeira <b>Isabel Santa Clara</b>	361
Variedade madeirense do Português: coesão, variantes e representações <b>Aline Bazenga</b>	381
Literatura e literatos: questões e contornos da literatura produzida na Madeira e sobre a Madeira <b>Luísa Marinho Antunes</b>	403
Olhares sobre a Literatura Madeirense Contemporânea <b>Ernesto Rodrigues</b>	413
Artes Performativas na Madeira: temas e problemas <b>Teresa Norton Dias</b>	425
<b>4</b> EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL E DESAFIOS DA SOCIEDADE MADEIRENSE	433
Em torno da História da Educação <b>Nelson Veríssimo</b>	435
Educação e Formação na Madeira: Presente e Futuro <b>Jacinto Jardim</b>	445
Madeira Audiovisual: produção, distribuição e ensino <b>Carlos Valente</b>	453
Psicologia na Madeira <b>Luísa Soares, Catarina Faria, Cristina Coelho, Filipa Oliveira e Carla Lucas</b>	465
<b>5</b> POLÍTICA, SOLIDARIEDADES, COMUNICAÇÃO E DIÁSPORAS	471
Comunicação Social e sociedade na Madeira: temas e problemas <b>José Manuel Paquete de Oliveira</b>	473
Projeção da Madeira no mundo: Política e cultura das diásporas <b>Guilherme Silva</b>	487

Algumas considerações gerais sobre a área científica de Direito e Política <i>José Renato Gonçalves</i>	497
Instituições assistenciais na Madeira na época Moderna <i>Joana Balsa de Pinho</i>	519
CONCLUSÃO <i>Cristina Trindade</i>	531



# INTRODUÇÃO

José Eduardo Franco



*Através das investigações em metamorfose de transmissão divulgativa ficamos a saber que os tempos são múltiplos, funcionam em regime oscilante, porque ora convocam diferentes passados fazendo-os presente ora evocam mecanismos de apagamento e exclusão.*

*O tempo linear e sequencial é fundador e necessário, mas não é suficiente.*

*A compreensão histórica do cultural exige o uso de temporalidades múltiplas e ambíguas, de mecanismos de explicação das permanências, ressurgimentos, metamorfoses.*

Luís Filipe Barreto<sup>1</sup>

Conhecer é a forma suprema de a razão humana dominar o mundo, ou seja, de se sentir senhora da vida e da terra habitada. O conhecimento atende a um dos mais profundos desejos humanos, que se liga diretamente à necessidade de dominar e controlar a realidade, seja ela apreendida num dado espaço, seja no plano mais abstracto do tempo.

A sistematização do conhecimento de forma distinta e mais ou menos organizadora por disciplinas bem como a hermenêutica que lhe subjaz também decorrem desta ordenação que se imprime ao caos do saber.

O resultado desta procura e a sua expressão interpretativa não deixa, em primeiro lugar, de ser uma forma de organizar a realidade que se percebe e se conhece por meio da razão individual com pretensões de determinar a mundividência coletiva.

Ora, ordenar o conhecimento da realidade é uma forma soberana de ordenar a própria realidade na forma como ela nos é dada a conhecer pelas categorias racionais que estabelecemos para entendê-la.

O conhecimento sistemático oferece-nos um mapa orientador, uma espécie de GPS (para usar como metáfora um instrumento de orientação hipermoderno), que nos dá a impressão pacificante de que abarcamos a realidade e dominamos o caos.

Assim, descansamos as nossas perturbantes questões de sentido nesse caminho hermenêutico que construímos na definição de frontei-

---

<sup>1</sup> Luís Filipe Barreto, “Introdução”, in Padre Manuel Antunes, sj, *Obra completa*, edição crítica, José Eduardo Franco (coord.), t. I, vol. IV: *História da Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 9.

ras dentro das quais encerrámos o conhecimento do passado e do presente, querendo até atingir, por vezes, o domínio do acontecer futuro<sup>2</sup>.

A sistematização do conhecimento sobre a realidade é uma forma privilegiada de proceder a este desiderato de forma abrangente, com ambição totalizante.

Cada época cultural sentiu necessidade de realizar esta sistematização quer na versão de compêndios multidisciplinares, quer na versão de enciclopédia. É esse o ideário que preside ao saber enciclopédico, como define Manuel Antunes: “O significado imediatamente derivado, designativo de exposição sistemática de uma ciência ou conjunto de ciências”<sup>3</sup>.

No quadro da nossa civilização, a ideia de enciclopédia, pelo que hoje nos é dado conhecer, nasce com os gregos, que a entenderam como projeto de educação integral, compendiando o saber das diferentes disciplinas: *enciclo paideia*.

Aqui encontramos a enciclopodiogénese que remete precisamente para ideia de disciplinamento do saber, da sua arrumação em compartimentos distintos tendo por base um campo epistemológico.

Ao mesmo tempo, na ideia de enciclopédia subentende-se a forma como se processa racionalmente o conhecimento humano: de forma compartimentada, disciplinada. Daí vem o método de organização dividida dos saberes e da sua transmissão por disciplinas que estrutura o nosso ensino até aos nossos dias em acentuada deriva multi-especializante, embora sempre com a ambição de se atingir o saber holístico<sup>4</sup>.

Com efeito, cada época precisa de arrumar e rearrumar o saber que vai acumulando. O que antes acontecia principalmente para a história universal como marca de conhecimento da humanidade, hoje em dia torna-se pertinente para as culturas nacionais, regionais e até locais, como forma de preservação, valorização e potenciação de patrimónios e identidades em tempo de avassaladora voragem globalista que corre o risco de tudo uniformizar, logo, empobrecer e eliminar o que merece permanecer distinto e plural. Mais do que nunca precisamos de reforçar o equilíbrio entre o conhecimento especializante e o saber de conjunto

---

<sup>2</sup> Cf. Padre António Vieira, *Obra completa*. T. III, vol. I: *História do futuro*, José Eduardo e Pedro Calafate (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 63.

<sup>3</sup> Manuel Antunes, *Obra completa*, t. II: *Paideia: Educação e sociedade*, op. cit., 2.<sup>a</sup> ed., 2005, p. 121.

<sup>4</sup> Cf. *ibidem*, p. 120 e ss.

que permite caminhar para a construção de uma sabedoria que orienta e gera lucidez no meio da confusão. Vale a pena chamar aqui a clarividente reflexão de Manuel Antunes sobre as exigências do nosso tempo e da nossa civilização em torno da produção de conhecimento:

Especialistas e não humanistas, eis o que a civilização de hoje nos dá e, correlativamente, nos pede. [...] Torna-se portanto necessário que a ciência seja acompanhada da sabedoria. As duas poderão constituir o magnífico par de asas com que o homem conseguirá erguer-se um pouco acima dos conflitos de toda a ordem que têm ensombrado a sua condição ao longo dos milénios e que hoje, mercê do poder destrutivo conquistado sobre os elementos, correm o risco de tornar-se fatais para a própria subsistência da vida sobre a terra.<sup>5</sup>

Façamos um brevíssimo excursão sobre a história do saber enciclopédico. A título de mero apontamento ilustrativo, cumpre-nos recordar que tivemos a primeira grande sistematização de saber enciclopédico da época clássica, com as obras *Corpus Aristotelicum*, nas suas oito partes, e *Historia Naturalis*, de Plínio, o Antigo, que podem ser consideradas obras prototípicas do saber enciclopédico, pois procuraram sistematizar todo o conhecimento até então inventariado e certificado à luz dos critérios do seu tempo.

Na Idade Média temos as *Etymologiae* ou *Originae*, obra elaborada por Santo Isidoro de Sevilha, a pedido de São Bráulio de Saragoça, que, dividindo-se em 27 livros, é considerada a primeira enciclopédia medieval.

Modernamente, com T. Elyot, em 1538, regista-se o primeiro emprego conhecido do termo “enciclopédia”, que aparece na edição da obra de J. Fortius Ringerbergius, *Lucubrations vel Potius Absolutissima*. A ideia de “Enciclopédia” será mais plenamente consagrada pelo húngaro P. Sacalichius de Lika na sua *Encyclopaediae seu Orbis Disciplinarum*, no ano de 1599, acentuando-se uma escalada de projetos para disciplinar conhecimento, ou seja, reunir conhecimento em disciplinas, de forma sinóptica, em compêndios fundamentalmente destinados ao ensino.

No otimista século XVIII, no qual se tinha consolidado o processo de planetarização do conhecimento dos principais cantos do planeta e das suas culturas e povos, sobreveio o projeto de estabelecer, para a posteridade, um saber dos principais temas e problemas da nova universalidade conquistada pelo homem. Neste contexto da cultura do Século das Luzes

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 133 e 156.

de aspiração universalista, surgiu o projeto da *Enciclopédia Universal* dos iluministas franceses e o seu desejo de dominar pelo conhecimento o mundo todo.

A *Encyclopédie* liderada por Diderot e d'Alembert foi anunciada a meio do século XVIII, apresentando uma organização em 8 volumes e seiscentas gravuras. Precisamente em 1750, contou com a colaboração dos mais emblemáticos filósofos do tempo, como é o caso de Voltaire e de Rousseau, tornando-se uma obra mítica e referência-modelo dos projetos subseqüentes de dicionarização enciclopédica dos saberes, especialmente nas culturas de influência francesa. Do mesmo período data o início da edição de uma não menos emblemática e influente obra enciclopédica no quadro do mundo anglosaxónico: a *Encyclopédia Britannica*, que começou a ser publicada em Edimburgo no ano de 1768, com os seus então modestos 3 volumes, crescendo até hoje em dezenas e dezenas de grossos tomos.

A ideia de enciclopédia, especialmente a iluminista, funda-se num ideário de democratização da ciência e da cultura que, assim, enciclopedizadas, passam a estar acessíveis a todos e não ao círculo fechado dos iniciados e da elite de eruditos ou de especialistas. Como escreve Olga Pombo: “A *Encyclopédie* é uma iniciativa que visa justamente fazer desses saberes um bem acessível a todos<sup>6</sup>.”

Na esteira desta tradição resultante de um *modus faciendi* de organização de conhecimento, promovemos este livro de estudos no quadro de um grande projeto de produção de um novo saber enciclopédico sobre a nossa região autónoma da Madeira, continuando e ampliando tentativas anteriores neste sentido, com destaque incontornável para o *Elucidário Madeirense* de há cem anos atrás.

Estando, pois, a decorrer uma das maiores operações de investigação de sempre sobre História, Cultura e Ciência no/do arquipélago madeirense através do projeto *Aprender a Madeira*, o qual está a ter tradução, entre outros resultados, no processo de preparação do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, os promotores deste empreendimento cultural e científico entenderam por bem produzir reflexão e antecipar análises teóricas para partilhar e debater a pesquisa e a sistematização do saber em curso. Foi a partir dos

---

<sup>6</sup> Olga Pombo, “Diderot, D’Alembert e o movimento enciclopedista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org.), *Dez Luzes num século ilustrado*, Amadora, Caminho, 2013, p. 165.

resultados da pesquisa e reflexões apresentadas nesse evento que se planeou esta obra oferecida aos que se interessam pelos temas madeirenses, articulados e enquadrados por reflexões epistemológicas que interessam à problematização do processo de produção de conhecimento no século XXI.

São autores desta obra que resultou do I Simpósio Internacional realizado no princípio do ano de 2014, em primeiro lugar, os coordenadores das diferentes áreas científicas do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, que abordam temas e problemas das respetivas áreas de saber, aceitando o desafio de estabelecer um debate aberto com os colegas de outras disciplinas científicas no plano epistemológico e metodológico que enriquecerá as abordagens e a abrangência de perspetiva na construção de um inovador conhecimento crítico.

Ao mesmo tempo, pretende-se que este livro de estudos se constitua como uma referência orientadora e inspiradora para a vasta comunidade de autores (cerca de 700) que estão envolvidos na preparação da maior síntese de conhecimento de toda a história científica da Madeira.

O século XXI que estamos a percorrer exige, pelo contexto novo que está a forjar em vários planos, que repensemos os velhos paradigmas e encontremos novos caminhos e novas “medidas” de ver e analisar a realidade a vários níveis, desde a política, passando pela economia, até ao mundo da cultura e da ciência. A organização do simpósio e desta obra com uma aposta forte na interdisciplinaridade e na discussão das suas possibilidades e dos seus limites em tempos de acentuada especialização foi um dos desafios mais importantes deste empreendimento. Cada vez mais a interdisciplinaridade parece tornar-se uma utopia difícil de alcançar no nosso meio universitário, onde ela deveria prosperar. Apesar da sua sonegação prática, proliferam os discursos a seu favor, que são, no entanto, logo sucateados pela forma como se organizam os cursos e pelo entrincheiramento das áreas disciplinares em burocracia musculadas e formas de avaliação orientadas por uma especialite de visão curta. Como bem aponta Diogo Ramada Curto: “No campo dividido e mesmo subdividido entre especialidades, os discursos sobre a interdisciplinaridade parecem não passar de um simples vestígio em relação a uma abertura vivida como se se tratasse de um projeto utópico de conhecimento durante quase um século.”<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Diogo Ramada Curto, *Para que serve a História?*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 55.

Para atendermos ao desiderato de questionar o saber que hoje se constrói e sobre o que se deseja construir, quisemos também convidar alguns especialistas de reconhecido prestígio nacional e internacional para refletir connosco, no quadro deste simpósio e da preparação do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, sobre esta grande questão orientadora: que saber enciclopédico somos chamados a construir para o nosso tempo, um tempo radicalmente novo, um tempo grávido de um futuro que temos a responsabilidade de gerar e de fazer nascer?

Fazemos votos de que esta obra dê um contributo e possa constituir um momento de viragem e de inauguração de um ciclo de aposta forte na cultura e na ciência na Madeira, onde está a esperança da resistência à nova barbárie e aos riscos de desumanização, ciência e cultura que sempre foram e serão as formas mais sublimes e indelévels de afirmação de um povo que pretende deixar uma marca distinta na história da humanidade.



## PARTE I

# PROPOSTAS TEÓRICAS





1

UM SABER EM ESPIRAL:  
DESAFIOS AO CONHECIMENTO  
HUMANO NO SÉCULO XXI



# O futuro, o conhecimento e a utopia

Marc Augé

École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris

---

## 1. Desigualdades

Como introdução, é preciso sublinhar que a questão do conhecimento é essencial para a definição do nosso futuro, queremos dizer, do futuro do Planeta e da humanidade.

É essencial por diversos tipos de razões. Pode pensar-se, de imediato, que o conhecimento dos efeitos que o desenvolvimento das sociedades humanas tem sobre o Planeta onde vivem é crucial para o seu futuro. Mas, hoje, queremos debruçar-nos sobre um outro aspeto, ainda que, evidentemente, ele não seja independente da primeira questão. Nesta matéria tudo se parece.

Partamos de duas constatações:

1) A ciência desenvolve-se a um ritmo acelerado e a nossa imaginação é incapaz de representar o seu futuro.

Hoje em dia, seríamos incapazes de dizer qual será o estado da ciência dentro de cinquenta anos, ou, até, dentro de trinta. Por *estado da ciência* entendamos, simultaneamente, o estado dos nossos conhecimentos e os seus efeitos práticos sobre a vida humana. Estamos diante de uma imensa zona de incerteza, a propósito da qual os especialistas podem avançar hipóteses e projeções, mas não enunciar certezas, a não ser a única certeza de, um dia, serem surpreendidos pelo que descobrirão.

A ciência realiza, desde o início do século XX, progressos acelerados que nos abrem hoje perspectivas revolucionárias. Abrem-se novos mundos: por um lado, o universo, as galáxias (e esta mudança de escala não deixará de ter consequências, a termo, sobre a ideia que concebemos quer do Planeta quer da humanidade); por outro, a fronteira entre a matéria e a vida, a intimidade dos seres vivos, a natureza da consciência (e estes novos saberes trarão consigo uma redefinição da ideia que cada indivíduo pode fazer de si mesmo).

2) A desigualdade, em matéria científica, é ainda mais considerável que em matéria económica.

No domínio económico, o sistema de globalização está marcado por um aumento do fosso entre os mais ricos dos ricos e os mais pobres dos pobres. Este crescimento é visível nos próprios países mais desenvolvidos. Mas é igualmente, e sobretudo, visível nos países emergentes, como a China ou a Índia, onde o corolário do seu acesso ao mercado mundial se manifesta na acentuação interna da diferença/separação entre muito ricos e muito pobres. Esta desigualdade global substitui progressivamente a oposição Norte/Sul, ainda que esta continue a ser pertinente hoje, nomeadamente porque, em geral, as políticas de assistência social são mais eficazes e mais sistemáticas nos países desenvolvidos do Norte.

No domínio científico, a situação é ainda mais dramática. Tal como no âmbito económico, emergem novos polos de desenvolvimento (China e Índia). Mas, nos países cientificamente emergentes, as diferenças internas são colossais. Nos países desenvolvidos, estas também se agravam. Além disso, a investigação científica exige, hoje em dia, uma acumulação de capital financeiro e intelectual. Esta concentração de capital não existe senão em alguns raros pontos do Planeta: em Harvard e nas universidades europeias. Ao fim de contas, o que se desenha no horizonte é uma dupla igualdade: entre os próprios países (e é impensável que o Ruanda adquira um dia o potencial científico dos Estados Unidos) e no interior dos mesmos países, tanto nos desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. E atenção: esta situação de desequilíbrio interno impede os países mais desenvolvidos de pensar ou imaginar planos de ajuda científica e intelectual consistentes.

Disto resulta que podemos, muito justamente, inquietar-nos pelo futuro: uma aristocracia mundial do poder, do dinheiro e do saber. Uma perspetiva bem diferente daquela do “fim da história”. Será que o liberalismo real conhecerá a mesma desgraça do comunismo real? O fim da história será a última grande narrativa?

## 2. Sentido, fé e vontade

Se o ideal de investigação e de descoberta se deve reforçar, tornando-se o único ideal do Planeta, as consequências disso não serão pequenas. Uma sociedade unicamente governada pelo ideal de investigação não

pode tolerar a desigualdade nem a pobreza. A seus olhos, as injustiças sociais são intelectualmente absurdas, economicamente custosas e cientificamente prejudiciais. Tratar-se-ia, portanto, no final, de fazer a aposta razoável de que, no dia em que sacrificássemos tudo ao desejo de conhecimento, teríamos a riqueza, e a justiça, por acréscimo.

Uma utopia da educação, se realmente quiser ser mais do que um mero voto piedoso, não pode definir-se senão como uma utopia prática e reformista, ainda que estes termos possam parecer blasfemos. Evidentemente, esta utopia não poderia proceder de um qualquer desejo de governar *em nome* de um saber absoluto. O conhecimento, ao contrário da ideologia, não é nem uma totalidade nem um ponto de partida. Aquilo de que se trata é de governar em vista do saber, de se propor o saber como uma meta, individual e coletiva, destinada a permanecer assintótica e prospectiva.

Não embarquemos em discursos estéreis. As afirmações e as estatísticas (por exemplo, a taxa de escolarização) não bastam. É importante, evidentemente, que as crianças sejam escolarizadas, mas é também importante que não fiquemos por um ensino vago, sem consistência. Fazer com que estejam nas salas de aula sem nada lhes ensinar, ou trancá-las ali para os endoutrinar, nada disso se pode confundir com o ideal de educação generalizada. Neste ponto, é importante definir o sentido das palavras.

Em primeiro lugar, é preciso voltar a Lyotard e à noção de “grandes narrativas”. Os mitos de origem/fundadores e as cosmologias, atestados na história de todos os grupos humanos, foram concebidos para dar um sentido ao mundo. O que é que isso quer dizer? Lévi-Strauss di-lo muito bem na *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*. Desde o aparecimento da linguagem, foi necessário dar um significado ao universo, distribuição arbitrária do sentido e do simbólico no mundo. O sentido define-se aqui como o princípio ordenador do social, da vida em grupo no mundo, ou seja, das relações sociais. O sentido assim concebido não é o conhecimento, mas está presente como condição de todo o conhecimento possível no interior de um universo e de uma sociedade, pensados como universos fechados, como totalidades acabadas.

Os saberes tradicionais, medicinas primitivas, etc., inscrevem-se na perspectiva do sentido concebido desta maneira. Isso não quer dizer que não haja observação empírica na base de algumas práticas e de algumas qualificações. Pelo contrário, os etnólogos sempre ficaram impressiona-

dos pela qualidade e exaustividade dos levantamentos que qualquer grupo humano fazia do seu meio ambiente/*habitat* natural. A mesma coisa quanto à psicologia humana. Mas Devereux observa, a propósito dos índios Mohaves, que, mesmo que eles imputem um sentido psicológico aos sonhos e às psicoses, não conseguem estabelecer uma teoria geral da psicopatologia, porque a sua orientação fundamental é “sobrenaturalista”, apriorista e, portanto, não científica.

A partir das cosmologias ou das grandes narrativas do passado, pode observar-se uma elaboração das modalidades práticas de gestão do quotidiano, dos saberes técnicos parciais, derivados da observação da natureza (efeitos de certas plantas, regularidade das estações, recorrência das configurações celestes), “sabedorias populares” que, na nossa tradição, tomam com frequência a forma de provérbios, em suma, uma certa arte de viver.

Duas observações: 1) Estas sabedorias não são exclusivas de uma ordenação hierárquica da sociedade. 2) Elas não progridem. Os saberes transmitem-se, podem difundir-se, mas não progridem. Elas fundam-se em cosmologias fixadas de uma vez por todas.

As sociedades do sentido, no sentido abordado aqui, são sociedades politeístas. O monoteísmo acrescenta a fé ao sentido. O sentido tradicional sobrevive nas sociedades monoteístas, tal como o paganismo nas sociedades cristãs ou muçulmanas, sob várias formas. O monoteísmo acrescenta duas coisas: a fé individual, que, por isso, não tem nenhum sentido na lógica politeísta; e uma ideia de futuro, que nunca aparece, praticamente, no politeísmo. As escatologias são, paralelamente, individuais e coletivas. Acrescente-se uma terceira coisa: o politeísmo que implica uma ideia universalizante da natureza humana e conquistadora da história.

Quando se diz que a modernidade do século XVIII, Modernidade científica, fez desaparecer as grandes narrativas do passado, dando lugar às grandes narrativas do futuro, não se toma na devida consideração a dimensão escatológica das religiões monoteístas. É verdade que esta dimensão não é, propriamente, social: ela evoca quer o destino do indivíduo depois da morte, quer o fim do mundo. No entanto, o proselitismo muçulmano acarreta uma visão bem precisa da organização da sociedade, que, em princípio, se quer estender ao mundo inteiro. O fundamentalismo permanece uma forma híbrida deste ideário. Ao contrário das utopias do século XIX, ele não pretende transformar o mundo; a forma já existe.

Dos saberes tradicionais às pretensões/ao atrevimento uniformistas das fés fundamentalistas, a declinação das cosmologias do passado termina em situações históricas e conceptuais bem diferentes.

As grandes narrativas do futuro, as utopias do século XIX, as utopias do progresso, invertem o movimento ao projetar o seu mito (por exemplo, a sociedade sem classes) no futuro, pois pensam mudar o mundo no decorrer do tempo; e nisso distinguem-se dos monoteísmos. Mas a visão que projetam é a de uma totalidade acabada, que supõe uma orientação do passado, qualquer coisa no passado que autoriza a projeção no futuro, um *já*<sup>1</sup> que prefigura a totalidade vindoura e que não tem o estatuto de hipótese científica. Socialismo científico: não, porque tem uma ideia de fim (no duplo sentido do termo). Na medida em que se apresenta como chave de leitura das relações sociais, assemelha-se às lógicas de sentido; mas, na medida em que desenha a forma do futuro, assemelha-se às lógicas da fé. Ao fim e ao cabo, está a meio caminho entre umas e outras, para o melhor e para o pior, ao que por vezes se chamou de “otimismo da vontade”.

Quando Lyotard imputava a aparição da condição pós-moderna à morte das grandes narrativas da modernidade, reenviava-nos, portanto, às evidências e à realidade do presente, e à existência de redes de todo o tipo, em relação à qual podemos estar tentados a definir o presente, hoje. Mas não se pode pensar o presente fora do tempo e a noção de pós-modernidade, puramente descritiva de um momento ou de uma tomada de consciência, finalmente, não tem sentido senão em relação ao que a precede, pois faz parar o tempo.

### 3. A ciência

Se a prática da ciência não é estranha, em certos aspetos, ao sentido, à fé e à vontade, porém, prioritariamente, não procede deles. Mais precisamente, não parte do sentido, não obedece à fé e não nega aquilo que lhe resiste. Temos necessidade de sentido, na medida em que temos necessidade de pensar a relação com os outros (não existe identidade que [não] se construa sem pensar a alteridade). Mas quando todas as rela-

---

<sup>1</sup> Como elemento da estrutura (de carácter escatológico): já, mas ainda não. (Nota do tradutor)

ções são prescritas, deixa de haver liberdade e identidade. O excesso de sentido mata uma e outra. Nós temos necessidade de fé, na medida em que precisamos de acreditar no que fazemos. Mas quando a fé se reveste de certeza e comanda o agir, em vez de proceder dele, não se alimenta da experiência e impede a reflexão, então, nega toda e qualquer alteridade em nome de uma identidade postulada arbitrariamente. Nós necessitamos da vontade, nem que seja para viver, mas o voluntarismo pode cegar-nos relativamente à realidade.

Os excessos do sentido, da fé e da vontade procedem, os três, arbitrariamente, de uma referência de princípio à totalidade e recusam a presença do desconhecido, isto é, do real. A noção de mistério, no Cristianismo, autoriza o “curto-circuito” do pensamento, que, por uma petição de princípio voluntarista, coloca o desconhecido no domínio do conhecido, recorrendo a noções como a promessa, o anúncio ou a revelação.

Face a estas demonstrações de orgulho, a ciência é um modelo de modéstia. A história da ciência identifica-se com um progressivo movimento, não isento de correções, de claros reveses e de retificações, de fronteiras do desconhecido. O desconhecido e o tempo fundam a existência da ciência e a sua marcha. Apoiase nos conhecimentos adquiridos, mas nunca os considera como definitivos, já que o próprio movimento pelo qual ela progride na interpretação do real pode levar à sua reconsideração.

Ou, dito de outra maneira, o único sector da atividade humana em que a noção de progresso depende da evidência (e não falamos do progresso moral, mas da acumulação de conhecimentos) é também aquele em que as noções de certeza, de verdade e de totalidade são constantemente postas em causa. Por esta mesma razão, o processo científico pode, efetivamente, ser considerado como o modelo do que deveria ser levado a cabo nos domínios político e social. Importa redefinir o termo “cientismo”: não se governa em nome da ciência (não há um saber absoluto original), mas em vista da ciência. É o contrário e o reverso de todos os fundamentalismos, quer tomem a forma da *jihad* ou do criacionismo.

Se é verdade que a existência de formas agressivas de religião (islamismo, evangelismo) pode levar-nos a temer um século XXI dilacerado por concepções opostas e igualmente retrógradas do mundo, o que seria

um desmentido do tema do fim dos mitos de origem e dos mitos de futuro, não podemos menosprezar nem o aspeto político das novas afirmações religiosas nem o seu aspeto reativo, e, por esta razão, reacionário. Talvez a Modernidade esteja ainda a conquistar e estejamos nós no centro de uma crise que se assemelha, efetivamente, a uma espécie de fim. Além disso, se é necessário constatar realmente o enfraquecimento das projeções políticas de envergadura, não convém excluir surpresas neste domínio; as conceções dominantes não estão mais asseguradas que as suas predecessoras, e a ausência ou enfraquecimento de representações construídas do futuro é, talvez, uma oportunidade para mudanças efetivas, alimentadas pela experiência histórica concreta.

Talvez estejamos nós em vias de aprender a transformar o mundo antes de o imaginar e de nos converter a uma espécie de existencialismo político e prático. As inovações tecnológicas que transtornaram, desconcertaram as relações de sexo (a pílula) e os modos de comunicação (a internet) não nasceram da utopia, mas da ciência e das suas repercussões tecnológicas. A exigência democrática e a afirmação individual adotarão, tomarão caminhos talvez inéditos, que nós hoje apenas entrevemos.

É assim que se deveria construir uma utopia da educação. Passo a passo, mas sem nunca esquecer a perspetiva crítica que a inspira.



# Que saber enciclopédico na era da crise global do ambiente?<sup>1</sup>

Viriato Soromenho-Marques

Universidade de Lisboa

---

Se quisermos encontrar um “programa” (no sentido de um *software*), na grande empresa iluminista da *Enciclopédia* (1751-1772), julgo que ele não andará muito longe de um conjunto de características identificadas por Olga Pombo: a) a ideia de uma obra coletiva; b) um claro espírito militante, por parte de quem procura um saber que seja favorável aos interesses da humanidade; c) uma dimensão crítica, isto é, consciência dos limites em virtude da desproporção entre a vastidão do objeto e a finitude do sujeito individual; d) a noção de que o editor de um projeto científico tem de assumir o papel de arquiteto e estratega; e) a inevitável ousadia interdisciplinar do projeto, que não se pode confundir com um mero glossário das ciências; f) a escolha do espaço público, como o alvo dinâmico e interativo da empresa enciclopédica<sup>2</sup>.

No início do presente século um conhecido editor de ciência convidou vinte e cinco dos mais notáveis especialistas em outros tantos ramos da atividade científica para se debruçarem prospetivamente sobre o que poderia ser o próximo meio século de investigação nos seus

---

<sup>1</sup> Este texto retoma uma linha de investigação que já deu origem a outras duas publicações: “Crise do Ambiente? Será que sabemos do que falamos?”, *O Ambiente na encruzilhada. Por um futuro sustentável*, coordenação de Viriato Soromenho-Marques, Lisboa, Esfera do Caos, 2010, pp. 17-31; “Da crise do ambiente à urgência de uma revolução ptolomaica nas ciências”, in João Cardoso Rosas e Vítor Moura (orgs.), *Pensar radicalmente a humanidade. Ensaios em homenagem ao Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha*, Braga, Universidade do Minho, 2011, pp. 747-761.

<sup>2</sup> Olga Pombo, “Diderot, D’Alembert e o Movimento Enciclopedista”, *Dez Luzes num século ilustrado*, Lisboa, Caminho, 2013, pp. 145-172. A atualidade do espírito das Luzes é partilhada por alguns dos mais significativos autores contemporâneos. U. Beck fala mesmo da necessidade de um “Segundo Esclarecimento” (*Second Enlightenment*): Ulrich Beck, “Politics of Risk Society”, in Jane Franklin (ed.), *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press/IPPR, 1998, p. 21.

respetivos campos de pesquisa<sup>3</sup>. O resultado é surpreendente. Com algumas exceções, as visões apresentadas são promissoras e otimistas. Tal como o Dr. Pangloss, nas ruínas da Lisboa destruída pelo terramoto de 1755, também estes membros do escol da comunidade científica mundial parecem imunes aos relatórios que, diariamente, nos chegam sobre um Planeta cada vez mais degradado e ecologicamente disfuncional. Neste ensaio, tentaremos perceber as razões das dificuldades sentidas, desde o mais comum dos cidadãos até a muitos premiados Nobel, quando se trata de tornar o conceito de “crise do ambiente” numa categoria operacional. Veremos também que, cada vez mais, se perfila no horizonte a urgência de conduzir as ciências a uma nova revolução, epistemológica e perspetivista, que, sem abandonar a riqueza de quatro séculos de copernicanismo, se assuma como ptolomaica na sua finalidade e na sua ética de profundo empenhamento pela defesa da continuidade da vida humana nesta nossa única morada planetária. Retomar, nos nossos dias, o projeto da Enciclopédia significará assumir, de um modo bem diverso do de John Brockman, que a nossa responsabilidade perante a crise global do ambiente não é neutra no plano epistemológico. Não se reduz aos aspetos éticos e políticos. Implica, também, uma reorganização da Academia.

### 1. Até onde vai a fragmentação antropológica?

Foi Ernest Gellner quem cunhou a expressão “homem modular” para definir o estatuto fragmentado da condição humana nas diferentes vagas da modernidade em que nos encontramos mergulhados. Cada um de nós transita, simultaneamente, em vários territórios, desempenhando diferentes papéis, nem sempre portadores de um fio condutor, ou de uma linha de força unificadora e coerente<sup>4</sup>.

Ao contrário do que ocorria com os previsíveis habitantes das sociedades pré-modernas, ou que continua a suceder com os membros das sociedades contemporâneas, marcadas pela hegemonia de fundamentalismos, historicamente recalcados, regressados agressivamente à boca de

---

<sup>3</sup> John Brockman (ed.), *Os Próximos 50 Anos. A ciência na primeira metade do século XXI*, trad. de Rui César Vilão, Lisboa, Esfera do Caos, 2008, 286 pp.

<sup>4</sup> Ernest Gellner, *Conditions of Liberty: Civil society and its rivals*, Londres, Allen Lane, 1994, p. 97 e ss.

cena da história, nós, cidadãos das sociedades democráticas do Ocidente, não nos deixamos trair pelo vestuário ou pelos hábitos dietéticos. Somos portadores do enigma do nosso pluralismo, prisioneiros da capacidade de desempenhar múltiplos papéis funcionais, ou de articular os mais desconcertantes jogos de linguagem. Do reflexo para o exterior dos nossos gestos e comportamentos parciais ninguém poderá deduzir ou adivinhar o que somos no nosso todo. Poderá mesmo ocorrer a suspeita de que esse todo é improvável ou uma mera obra em progresso...

Gostaria de alargar a hipótese da “modularidade” ao terreno da crise do ambiente, que desde 2006 e 2007 voltou ao centro das retóricas políticas e mediáticas mundiais, sobretudo através do crescendo de preocupações com a evidência das alterações climáticas, convergindo no sempre aparente e frágil consenso entre atores políticos, económicos e sociais sobre a gravidade do que se arrisca nesse processo, bem como na urgência de uma resposta à altura da escala da ameaça. Antes do fracasso da Conferência de Copenhaga, em dezembro de 2009, chegou-se a alimentar a impressão de que, ao contrário do que ocorre tantas vezes, neste caso da crise ambiental e climática o parecer dominante de alerta e precaução da comunidade científica não teria tombado no solo estéril da inércia dos que detêm posições de comando, mas ter-se-ia antes tornado no húmus fértil que alimentaria o erguer-se da comunidade internacional numa frente comum contra o perigo ontológico que se abriga neste século. Será que é disso que se trata? Será que estamos todos a dizer o mesmo quando falamos de “crise do ambiente”? Ou será que, presos na dilaceração funcional da nossa “modularidade”, feita de valores, perspectivas e interesses díspares, reflectiremos a crise do ambiente como a luz nas mil centelhas de um espelho quebrado, incapazes de produzir ou partilhar uma representação comum dessa ameaça global?

## 2. Usos e ambiguidades em torno do conceito de “crise”

As palavras servem para diferenciar as coisas e os atos mundanos, para orientarem o pensamento na tarefa que lhe compete de iluminar os caminhos onde a ação se projeta e prolonga. Ora, quando falamos de crise do ambiente, corremos o risco de não desempenhar adequadamente essa tarefa de denotação, de identificação das diferenças.

O conceito de “crise” tem vindo a sofrer, tanto na linguagem quotidiana como no discurso académico, um processo de nivelamento,

de perda da capacidade de ser um vetor semântico significativo. A palavra tem sofrido um uso excessivo, aplicando-se para designar quadros críticos que vão da saúde mental ao funcionamento dos mercados de capitais. Tornou-se uma palavra ruidosa (*buzzword*), dominada pela ambiguidade.

Há dois segmentos semânticos contidos na origem da palavra “crise” (a partir do grego antigo), que têm vindo a ser confundidos ao ponto de se perder a tensão significativa que resultaria da sua manutenção e coexistência ativas: a saber, a diferença entre o *juízo de situação* (como o diagnóstico de um médico) e o *juízo deliberativo*, a decisão de superar as dificuldades encontradas (como a sentença de um juiz para equilibrar, na balança da justiça, o mal causado por um crime confirmado por provas irrefutáveis). É no *Poema* de Parménides (fragmento 8.15) que estas duas dimensões primordiais emergem com nitidez, com um peso equivalente para ambas: a avaliação e a decisão.

No linguajar comum, a palavra “crise” tem muitas vezes ficado retida na esfera estreita da *avaliação*. O domínio crucial da *decisão* tem sido esquecido, ou, pelo menos, secundarizado, sendo entendido mais como algo que decorre da crise e não tanto como uma exigência interna ao seu processo de compreensão. E há um mundo de diferenças entre pensar a decisão como parte de algo, ou como alguma coisa que se situa no seu exterior.

A integridade semântica do conceito de crise, na sua aceção original, é de enorme importância para classificar o que ocorre hoje à escala global com o estado do ambiente (e não só com o clima, que é, certamente, uma configuração essencial do ecossistema planetário, globalmente considerado). O valor da predicação de “crise” jamais poderá ser obtido plenamente sem percebermos que o diagnóstico da situação ambiental não pode ser divorciado das decisões adequadas e atempadas, isto é, de todas as medidas necessárias para fazer face aos aspetos ameaçadores identificados no diagnóstico. Essas medidas vão das leis e estratégias políticas, passando pela investigação e inovação científica e tecnológica, até ao investimento financeiro e empreendedorismo económico, sem esquecer as mudanças dos comportamentos individuais e a reconstrução de pequenos gestos do cidadão no seu *ethos* como consumidor responsável.

Infelizmente, também o discurso académico tem contribuído para enfraquecer a função de alerta contida no conceito originário de “crise”,

esmorecendo com isso o seu papel de antecipação das ameaças e perigos. Ao longo do melhor da nossa tradição intelectual tem havido um certo comprazimento, que vacila entre o *pathos* trágico e a exaltação épica, com o papel de demiurgo do novo, e mesmo de alegado agente do progresso, desempenhado pelas crises ao longo de toda a modernidade. O filósofo Hegel condensa bem essa ideia quando profere esta famosa declaração: “A história universal não é o chão da felicidade. Nela os períodos felizes são páginas em branco”<sup>5</sup>. Como poderemos proclamar alertas ou mobilizar respostas se as crises parecem ser as forças parturientes do destino histórico, de tudo aquilo que deve ser registado nas crónicas pungentes da memória histórica?

### 3. Entre a “crise” e o “colapso”: uma destriça imperiosa

Os períodos de crise são, na verdade, momentos excepcionais na história dos povos e dos indivíduos. Eles põem à prova as capacidades criadoras, a resistência e a resiliência dos grupos sociais, das instituições e das pessoas. A partir da sua própria experiência singular, cada um de nós pode compreender o que há de verdade na asserção de Hegel acima citada. Contudo, a “superação” (*Aufhebung*) dos aspetos mais negativos de qualquer crise não nos deve conduzir à posição extrema de banalizar o sofrimento, a dor e a destruição que, geralmente, lhe estão associadas. As injustiças colossais, perda de vidas e delapidação de riqueza obtida pelo trabalho humano, que são cometidas nas guerras, nas revoluções, ou nas metamorfoses tecnológicas dos sistemas económicos – momentos críticos por excelência –, não podem ser anuladas e esquecidas pelo saldo positivo que os vindouros possam encontrar no balanço final dessas transformações. Ao contrário do muito propalado tribunal da História, o que dela podemos esperar não é uma sentença que perdoe dívidas ou absolva culpas, mas tão-só o difícil registo e a penosa conservação dos dados empíricos, das crónicas dos eventos, a articulação mais rigorosa possível dos factos, para que estes possam sobreviver às sucessivas vagas de interpretação que cada geração efetua sobre o passado, tor-

---

<sup>5</sup> “Die Weltgeschichte ist nicht der Boden des Glücks. Die Perioden des Glücks sind leere Blätter in ihr” (Friedrich Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte, Werke*, vol.12, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986, p. 42).

nando-o no seu passado, apropriando-se dele por uma via hermenêutica sempre em fase de (re)elaboração.

A ideia de que há um limite para além do qual a produtividade da crise se torna materialmente impossível e moralmente inaceitável perdeu-se nas tendências intelectuais maioritárias da modernidade. O otimismo, em particular o otimismo tecnológico ou tecnocentrado, ganhou uma dimensão de destaque face a outras leituras tanto do passado como relativas às probabilidades de avaliação das possibilidades contidas no futuro. O otimismo tornou-se numa espécie de *a priori*, de grelha transcendental da leitura da História. Esse otimismo une as escolas de pensamento mais díspares: desde os arautos do pós-humanismo do século XXI aos seguidores da filosofia da história de Marx, para quem “a humanidade só se coloca tarefas que está em condições de resolver” (*stellt sich die Menschheit nur Aufgaben, die sie lösen kann*)<sup>6</sup>.

Semelhante atitude, muito associada no terreno prático à tecnofilia do *technological fix*, à crença, muitas vezes ingénuas, de que haverá sempre um dispositivo técnico para a resolução de qualquer problema, por muito gigantesco que este seja, contribuiu em muito para os processos de *cegueira organizada* que permitiram a acumulação quase desapercibida, no espaço e no tempo, dos fatores e indicadores da crise ambiental, ao ponto de termos chegado à situação de grande vulnerabilidade à escala global em que hoje nos encontramos. Não surpreende, portanto, que tenha sido em torno do ambiente que a reflexão das ciências e do pensar se tenha erguido em busca de uma nova visão capaz de devolver o conceito de crise ao seu significado original de alerta e urgência.

Já em 1949, Bertrand Russell colocava a pergunta crucial: será que a nossa sociedade científica poderá estabilizar-se e sobreviver à sua própria dinâmica de expansão? A resposta dependeria da nossa capacidade de enquadrar as dinâmicas disruptivas causadas por três fatores críticos com verdadeiro impacto sistémico: a desmesura demográfica, o risco de guerra nuclear e as agressões ao ambiente. Para Russell, o sulco cataclís-

---

<sup>6</sup> Karl Marx, “Vorwort Zur Kritik der politischen Ökonomie [1859]”, in Günter Heyden und Anatoli Jegorow (eds.), *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), Berlin, Dietz Verlag, 1980, vol. II/2, p. 101. Ver também o meu texto “O Desafio da Pós-Humanidade”, in Viriato Soromenho-Marques, *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, p. 183 e ss.

mico deixado pelo impacto negativo do crescimento económico sobre os ecossistemas era iniludível: “Tanto a indústria como a agricultura num grau continuamente crescente são desenvolvidas de maneiras tais que desperdiçam o capital de recursos naturais do mundo”<sup>7</sup>.

Mas como poderemos nós designar uma crise que corre o risco, não de revelar a fibra mais heroica dos indivíduos e as capacidades de bom desempenho efetivo das instituições, mas de nos conduzir a um deserto de ruínas, ao silêncio mais abandonado que a Terra alguma vez escutou desde que é habitada por mulheres e homens? Como designar a crise do ambiente, que parece ser mais crítica do que todas as outras que a antecederam ou que a acompanham?

Um bom contributo para uma resposta a essa pergunta essencial foi dado pelo canadiano Thomas Homer-Dixon ao definir a nossa época como sendo caracterizada por um “défice de engenho” (*ingenuity gap*). Ao contrário do otimismo típico da tecnofilia, Homer-Dixon aconselha-nos a olhar com prudência para os nossos desafios contemporâneos, cuja grandeza e complexidade aconselham a uma atitude prudencial. Trata-se de uma espécie de corrida contra o tempo, entre problemas globais (sobretudo de âmbito ambiental) ameçadoramente reais e as potenciais respetivas soluções, possíveis mas ainda longe de serem efetivas. É uma corrida que ainda está por decidir, mas que, de momento, parece inclinar-se mais para o lado dos tortuosos problemas atuais do que para o das soluções que o futuro poderá, eventualmente, albergar para os mesmos<sup>8</sup>.

Como poderemos, então, designar uma crise sem solução à vista; uma crise que pode mergulhar para dentro de si mesma, num processo de implosão com características e consequências imprevisíveis? Sem dúvida que a estas perguntas só poderemos responder com um outro conceito, o de “colapso”. Jared Diamond e outros autores têm procu-

---

<sup>7</sup> “Both industry and agriculture to a continually increasing degree, are carried on in ways that waste the world’s capital of natural resources” (Bertrand Russell, “Can a scientific society be stable?”, *British Medical Journal*, 10 de dezembro, 1949, p. 1307).

<sup>8</sup> “We are indeed in a race between hard imaginative thinking – or what I call *ingenuity* – and the ever expanding complications of our world. And in too many critical places, and on too many critical issues we’re losing the race” (Thomas Homer-Dixon, “*Ingenuity Theory: Can humankind create a sustainable civilization*”, 2003 – acessível na página pessoal do autor).

rado, justamente, chamar a atenção para a natureza especial da crise ambiental. Uma crise que se transforma em colapso não pode ser absorvida por nenhuma lógica “otimista”. Os colapsos de civilizações, tão atentamente estudados por Diamond num registo geográfico global e numa amplitude histórica várias vezes milenar, terminam em ruínas, em silêncio. São a vitória do mal e do nada sobre todas as justificações e teodiceias<sup>9</sup>.

No seu limite mais radical, a crise global do ambiente, sobre a qual todos falamos, correria o risco de ser apenas o início de um processo global que poderia arrastar a própria civilização humana, pela primeira vez a uma escala igual à do próprio planeta, para um abismo ontológico. Uma crise que, na verdade, seria a antecâmara do colapso. Se a situação é tão grave, como foi possível que não nos tenhamos entendido o suficiente sobre isso, gerando os consensos científicos e políticos indispensáveis para passarmos à ação decisiva, às medidas que possam evitar a rutura? Como foi possível que a sociedade tecnológica e cientificamente mais avançada que o planeta já conheceu corra o risco de chegar demasiado tarde àquela incerta encruzilhada que separa a estrada da crise daquela outra que conduz ao colapso?

#### 4. Será possível um conhecimento científico da crise do ambiente?

Na cultura popular de massas do século XX (o correspondente, numa analogia grosseira, à “filosofia popular” [*Populärphilosophie*] da Prússia do final do século XVIII), cujo impacto se prolonga, ao menos parcialmente, pelo nosso século XXI, dominava uma conceção de ciência caracterizada por misturar elementos provenientes, por um lado, da autoconfiança positivista (“só a ciência tem condições para produzir conhecimento verdadeiro”) e, por outro lado, das nossas mais ingénuas esperanças (“a ciência é a actividade humana mais nobre e desinteressada, visando espontaneamente o bem-estar da humanidade”). Para semelhante modelo de crença popular, a ciência, combinando no mesmo cadinho a busca da verdade e a filantropia, só poderia ser vislumbrada como

---

<sup>9</sup> Jared Diamond, *Collapse: How societies choose to fail or succeed*, Nova Iorque, Viking, 2004.

a principal proteção do género humano contra toda a espécie de perigos, atuais ou potenciais, sendo nessa medida a principal candidata à ação de identificação da crise global do ambiente e à atempada apresentação das medidas mais eficazes para a combater com eficácia, o mesmo é dizer, de forma preventiva.

Mas a diferença entre o mundo ideal das convicções integrantes da mitologia das nossas sociedades mediáticas de massas e a realidade não poderia ser mais contrastante. Se atentarmos ao processo de formação dos problemas constitutivos daquilo que poderemos designar hoje como a *constelação da crise ambiental*, o que se poderá dizer, no mínimo, é que ao fazê-lo estaremos em condições de elaborar uma espécie de galeria de heróis e heroínas. São vozes e percursos solitários que, na maioria dos casos, contaram com uma forte hostilidade ou uma inóspita indiferença por parte dos seus pares. Desde logo, Robert Malthus, o pai do alarme demográfico, que viu o seu nome transformado num insulto; Svante Arrhenius, para as alterações climáticas; Aldo Leopold, para as questões da ética ambiental; Rachel Carson, para a omnipresente contaminação química da cadeia alimentar; Cousteau, para a destruição dos ecossistemas marinhos; Kenneth Boulding, para a economia ecológica; Hannah Arendt, para a metafísica dos tempos difíceis, entre alguns outros nomes de pioneiros e pioneiras.

Os heróis e as heroínas, em qualquer domínio da atividade humana, existem para serem louvados. O seu sacrifício sinaliza caminhos ainda por desbravar e a sua coragem serve para alimentar em nós a crença de que talvez a existência da humanidade não tenha sido em vão. Contudo, o heroísmo científico como experiência solitária é quase uma contradição nos termos. O que diferencia o “amigo do saber”, pré-moderno, do “cientista” moderno é o facto de este último fazer parte de um ou de vários coletivos de investigadores. A ciência é para nós um processo institucional e metodológico preciso, com cânones e rotinas, um processo conduzido num espaço público de diálogo e crítica permanentes, constituído por universidade, institutos, academias, centros de investigação, laboratórios, revistas científicas, conferências, seminários. Foi Francis Bacon o primeiro a identificar a ideia de comunidade científica – com divisão do trabalho de pesquisa, mas também apresentação e validação dos dados e resultados respetivos – como sendo inseparável da própria existência da ciência como acontecimento institucional que mudaria para sempre os rumos da humanidade.

Ora, não deixa de ser extraordinário verificar a assimetria entre o que de monstruoso e assustador se joga na possibilidade de colapso ambiental, e a relativa exiguidade daquilo que foi efetivamente realizado pela comunidade científica para o enfrentar. Dois exemplos, apenas, para não ferir a sensibilidade de leitores mais suscetíveis. Primeiro, apesar de termos literatura sobre alterações climáticas, desde, pelo menos, o ensaio pioneiro sobre o tema elaborado por Svante Arrhenius, em 1896, a verdade é que só em 1988 se constituiu o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa) e só nas últimas três décadas começou a existir algum investimento significativo para os estudos e as investigações mais aprofundadas na área climática. Segundo: embora o grau de consciência pública geral e a informação científica disponível sobre os grandes problemas da constelação ambiental, do clima à biodiversidade, dos oceanos à escassez de água doce ou à energia, tenham aumentado significativamente, a verdade é que se somarmos o que as sociedades investem no estudo e na proteção do ambiente com aquilo que investem na defesa militar e no *business as usual*, é impossível não ficar admirado com a vantagem esmagadora deste segundo termo da comparação.

Seria absurdo e mesmo contrafactual não considerar hoje a crise do ambiente como objeto da atividade científica. Importa, todavia, reconhecer que ela só adquiriu essa condição tardia e penosamente. E esse facto, essa integração tardia e a contragosto da crise do ambiente entre os objetos da *episteme* não se ficou a dever a qualquer negligência, omissão ou esquecimento, mas está inscrita na própria matriz da ciência moderna. A ciência moderna não nasceu para causar alarme social, para perturbar as almas com visões assustadoras sobre perigos futuros. A ciência moderna, como o referiu Descartes, nasceu para aumentar exponencialmente os confortos materiais e a duração saudável da existência humana. Ou ainda, como escreveu Francis Bacon, “para o alargamento das fronteiras do império humano à produção de todas as coisas possíveis”<sup>10</sup>. A ciência moderna ergueu-se para nos dar boas notícias, para se transformar no braço armado e conquistador da utopia, tra-

---

<sup>10</sup> “The End of our Foundation is the knowledge of Causes, and Secret Motions of things, and the enlarging of the bounds of Human Empire, to the effecting of all things possible” (Francis Bacon, *New Atlantis and The Great Instauration*, Jerry Weinberger (ed.), Arlington Heights, IL, Harlan Davidson, 1989, p. 71).

zendo-a do futuro ao presente, dos céus à terra, para fazer do hedonismo não uma escola de pensamento moral, mas uma experiência vulgar para os cidadãos das modernas sociedades técnico-científicas. A crise do ambiente, pelo contrário, fala-nos de alarme e não de esperança. Incita-nos à moderação e à prudência, não à conquista e à glória que a acompanha. Daí o seu atraso, a sua dificuldade em entrar de pleno direito na moderna cidade da ciência.

### 5. A crise do ambiente na rede de complexidades da moderna empresa científica

A única afirmação que pode ser efetuada com absoluta certeza no que concerne à integração da crise do ambiente no campo das áreas científicas é que cada passo será objeto de uma poderosa resistência. Não interessa qual o domínio da constelação ambiental ou quais as especialidades que vão ser recrutadas para a investigação. O que sabemos de antemão é que o assumir por parte da ciência de uma atitude crítica, o lançar de sinais de alerta em relação à ordem e aos regimes estabelecidos (sejam legais, sejam económicos) irá provocar uma reacção violenta, até desproporcionada, por parte dos interesses instalados. Dois exemplos distintos, do passado, para ilustrar esta afirmação. Primeiro: a violenta campanha contra Rachel Carson, movida e financiada pela indústria química, irritada pelo grito de alerta contra os pesticidas contido na obra seminal *Silent Spring*. Segundo: os fortíssimos ataques movidos pela indústria tabaqueira, ao longo de décadas, contra os médicos de saúde pública que denunciaram os perigos letais contidos no fumo do tabaco, não apenas para os fumadores ativos, mas também para os fumadores passivos. Quem poderá admirar-se de que hoje, mesmo quando as provas e os factos das alterações climáticas nos entram pela retina até ao fundo do cérebro, continuem a erguer-se vozes proferindo ataques grosseiros contra a pesquisa climática e os cientistas que mais se destacam pelos conselhos de prudência para as políticas públicas?

Contudo, seria uma simplificação considerar que as dificuldades levantadas à investigação científica em matéria ambiental são apenas provenientes do exterior da ciência. Para percebermos melhor as razões que condicionam, limitam e até impedem a formação de consensos amplos, atempados, em torno das grandes questões ambientais, teremos

de compreender a teia de complexidades que, de dentro da própria prática científica, acabam por constituir um factor de opacidade e entropia consideráveis para o progresso da investigação e para a conveniente articulação desta com as orientações políticas que deveriam integrar no seu seio as melhores recomendações científicas possíveis.

Na minha perspetiva, as principais complexidades e obstáculos são os que de seguida se enunciam:

5.1. *Complexidade epistemológica.* A atividade científica em geral é uma atividade difícil. Exige uma longa preparação académica e uma formação ininterrupta ao longo da vida. Não é por acaso que se costuma dizer que o labor científico não se limita a ser uma profissão, devendo também estar enraizado numa vocação, tendo em vista os sacrifícios pessoais e as exigências de entrega e disciplina a que este trabalho obriga. O estudo científico dos temas ambientais adiciona a esta dificuldade geral uma outra particularmente sensível. A maioria dos grandes problemas ambientais são por natureza interdisciplinares, exigem a conjugação de esforços de diferentes disciplinas e saberes. A construção de grelhas heurísticas para o estabelecimento e recolha de dados no domínio ambiental, bem como a sua leitura e interpretação, significam um grande desafio epistemológico, tendo em conta a estruturação vertical das disciplinas e a própria orientação das universidades para a especialização, pelo menos ao nível da graduação e dos níveis imediatamente superiores. O líder de um projecto de investigação, face às dificuldades levantadas pela complexidade epistemológica das questões ambientais, hesitará, provavelmente, entre levá-lo a cabo ou encetar um outro projeto mais confortavelmente situado na sua área curricular de formação.

5.2. *Complexidade de organização.* De um modo muito mais amplificado do que aquele que já nos alvares do século XVII era antecipado por Francis Bacon, um projeto científico é hoje uma verdadeira empresa. Não basta o conhecimento, a disciplina metodológica e, se possível, o rasgo de génio dos investigadores envolvidos. As competências de gestão empresarial são imprescindíveis, se os projetos se quiserem dotar dos recursos financeiros necessários para poderem calibrar correctamente a sua ambição. No domínio ambiental, sobretudo quando estamos a lidar com problemas ambientais globais como é o caso das alterações climáticas, esta complexidade organizacional aumenta exponencialmente. Para

poder alimentar uma estrutura como, por exemplo, o IPCC, funcionando como uma rede planetária, é necessário combinar múltiplas competências, que vão desde a recolha de fundos públicos e privados – sempre escassos e em quadros muito competitivos – até à capacidade de comunicação com o público, não esquecendo a imperiosa necessidade de manter uma aturada vigilância sobre a metodologia que permite o controlo da qualidade dos conteúdos científicos propriamente ditos, numa situação em que a confiança mútua entre investigadores de disciplinas diversas não pode conduzir a qualquer espécie de vacilação no que concerne à credibilidade e fiabilidade dos resultados publicados.

5.3. *Complexidade de paradigmas.* A crise ambiental permaneceu na sombra durante décadas, não porque os seus sintomas não estivessem já presentes no mundo físico real, mas porque os modos de ver dominantes nas diversas ciências os mantinham numa invisibilidade relativa. Trata-se do processo geral de funcionamento dos paradigmas científicos, tão bem explicado por Thomas Kuhn na sua clássica obra de 1962. Um dos principais obstáculos ao consenso nas ciências do ambiente reside no facto de que o diagnóstico da crise ambiental coloca em causa os alicerces básicos de paradigmas dominantes, e por isso, psicologicamente confortáveis – alicerces que, embora sejam da ordem da crença e da convicção, funcionam, na verdade, como regras, apesar de não detem o mesmo grau de legitimidade<sup>11</sup>. Com efeito, os axiomas de base de um paradigma podem ser lidos, simultaneamente, como janelas e como paredes. Como ângulos de visão, mas também como fatores de opacidade. Em grande medida, alguns dos debates contemporâneos nas zonas mais críticas da crise global do ambiente passam por aí, isto é, por saber onde se situam as janelas e onde é que estas se tornaram, pelo contrário, paredes que impedem a penetração da luminosidade do mundo objectivo e exterior.

5.4. *Complexidade de expectativas.* A ciência moderna nasceu sob o signo da demanda de mais poder para a humanidade. A verdade procu-

---

<sup>11</sup> “Eu sugiro que as regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem orientar a pesquisa mesmo na ausência de regras” (*Rules, I suggest, derive from paradigms, but paradigms can guide research even in the absence of rules*), Thomas S. Kuhn, *The structure of scientific revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1962, p. 42.

rada não seria uma verdade desinteressada, mas sim uma verdade útil que, como escrevia Descartes no *Discurso do Método*, nos deveria tornar “mestres e donos da Natureza”. A pesquisa e o discurso científicos, sobretudo com o advento da rápida secularização das sociedades ocidentais, e com a entrada numa fase de declínio das grandes narrativas religiosas, transformaram-se, durante algum tempo, na única atividade com alguma capacidade de produzir discursos credíveis. Não é de estranhar que quase todas as ideologias do século XX, do bolchevismo aos racismos, tenham procurado fundamentos científicos para as suas delirantes visões do futuro. Ora, o advento da crise do ambiente, como tema científico, vai contrariar umbilicalmente essa vocação de religião civil que a ciência tinha conquistado e procurado preservar. A experiência da crise ambiental, com o seu cortejo de catástrofes tecnológicas, identifica e acentua a situação contemporânea de rutura nas expectativas de uma euforia técnica a raiar a fronteira da magia. As ciências da crise ambiental erguem a sua voz, precisamente, numa fase em que a própria ciência está em processo de queda do seu pedestal laico, passando a ser discutida na praça pública, como se de mais uma opinião, entre outras, se tratasse. Uma mudança que, embora não isenta de possibilidades positivas, contém no seio interior o risco de ruína para a credibilidade da ciência, bem como a degradação do seu papel na elaboração de políticas públicas e a própria produção de confiança e coesão social<sup>12</sup>.

## 6. Será possível uma ciência do “Regresso à Terra”? Voltar de Copérnico a Ptolomeu?

Ninguém estará hoje em condições de responder com rigor à pergunta ontológica fundamental do nosso tempo, que consiste em saber se a nossa civilização será capaz de evoluir positivamente, enfrentando os desafios letais da crise global do ambiente, ou se, pelo contrário, ficaremos tolhidos e hesitantes, presos nas nossas inércias e conflitos, incapazes de construir

---

<sup>12</sup> O problema da comunicação da ciência e em ciência é um dos temas fundamentais da teoria da “ciência pós-normal” (*post-normal science*), desenvolvida por Jerome Ravetz e Sílvia Funtowicz. Ver, por exemplo: J. Ravetz, “When communication fails. A study of failures of global systems”, in Ângela G. Pereira, Sofia G. Vaz e Sylvia Tognetti (eds.), *Interfaces Between Science and Society*, Sheffield, Greenleaf Publishing, 2006, pp. 16-34.

consensos operatórios, deixando-nos resvalar no abismo do colapso. O que poderemos desde já afirmar com segurança é que, para a primeira possibilidade ter sucesso, teremos de contar com um envolvimento ainda mais intenso da ciência e da comunidade científica em todas as suas dimensões na construção de condições que permitam atravessar a perigosa era de transição em que já nos encontramos embarcados.

Na minha perspectiva, são duas as condições essenciais que deverão ser preenchidas caso as ciências queiram desempenhar esse decisivo papel na arriscada e presente transição civilizacional. A primeira condição foi bem sintetizada por Bob Doppelt, quando nos alertou para a urgente tarefa de proceder a um rearranjo da relação entre os saberes e as disciplinas, de modo a estarmos à altura das alterações climáticas<sup>13</sup>. O apelo de Doppelt incide nas novas responsabilidades das ciências sociais, incluindo nesse domínio, evidentemente, a economia e a sociologia, entre outras. Continuar a insistir num tratamento das alterações climáticas, como face mais visível da crise ambiental, meramente no âmbito das ciências físicas e naturais, seria um profundo erro, que acabaria por nos paralisar no plano da inspiração adequada e atempada das políticas públicas. Uma grande parte dos ecos dos debates contra o IPCC que se têm levantado nos órgãos de comunicação social, sobretudo na de teor generalista, deriva dessa incompreensão da necessidade de alargar o entendimento do tema ambiental e climático, saindo das fronteiras de obsoletas conceções de certeza que nos fazem correr o risco de não vislumbrarmos a diferença entre previsão e projeção, ou entre facto e tendência, arrastando as ciências para um pântano de desconfiança, inutilidade e paralisia.

A segunda condição é ainda mais exigente e radical. Quem a soube formular com mais clareza terá sido Hannah Arendt, num texto de 1963 dedicado às consequências, para a nossa identidade antropológica, da “conquista espacial”<sup>14</sup>. Por maioria de razão, hoje, quando o nosso olhar

---

<sup>13</sup> “One of the problems is that the issue is still being framed as a scientific and environmental issue. This is a major mistake. Climate change is just a symptom of dysfunctional social and economic practices and policies. It is a social and economic issue. The emphasis needs to shift away from the biophysical sciences now to the social sciences if we have any hope of solving this problem” (Bob Doppelt, *The Guardian*, 14.04.2009).

<sup>14</sup> “It would be geocentric [the new science] in the sense that the earth, and not the universe, is the center and the home of mortal men, and it would be

sobre o futuro nos devolve o avolumar de sombras cada vez mais espessas e avassaladoras, será prudente inculcarmos na atitude das ciências um acelerado e profundo regressar à Terra. Depois de séculos a fazer sucessivas revoluções copernicanas, de afastamento, descentramento e indiferença em relação ao nosso planeta e ao futuro da nossa espécie, é de uma viragem neoptolomaica dos saberes que precisamos hoje, não no sentido da substância (o que seria um absurdo), mas no sentido da forma. Isto é, trata-se de colocar as ciências ao serviço do interesse humano, o que implica a conjugação de duas tarefas. Primeiro, a intransigente defesa da Terra como lugar de habitação humana em condições de dignidade. Segundo, o reconhecimento da fragilidade e da mortalidade humanas como inerentes à nossa capacidade de conferir sentido e transcendência a uma existência que possa e mereça ser vivida. Dificilmente se poderá encontrar uma tarefa, simultaneamente, tão difícil para a comunidade científica do nosso tempo e tão urgente para garantir o futuro da espécie humana na habitação duradoura do terceiro planeta do “nosso” sistema solar. Uma Enciclopédia para o século XXI será a dimensão epistémica integrante do projeto mais radical do regresso da Humanidade a uma Terra, que há muito solicita que com ela nos reconciliemos.

---

anthropomorphic in the sense that man would count his own factual mortality among the elementary conditions under which his scientific efforts at all”, in Hannah Arendt, “The Conquest of Space and the Stature of Man” [1963], *Between past and present, Eight exercises in political thought*, Nova Iorque, Penguin Books, 1993, pp. 265-280. A força de atração do modelo copernicano ao longo dos últimos 400 anos, para designar qualquer avanço ou mudança significativa no curso dos estudos filosóficos ou científicos, é de tal modo dominante, que num artigo relativamente recente sobre as novas ciências da Terra, o seu autor continuava a preferir designar o regresso ao planeta como objeto prioritário das ciências, não sob a matriz de Ptolomeu, mas sim como uma segunda revolução copernicana: “This new revolution will be in a way a reversal of the first: it will enable us to look back on our planet to perceive one single, complex, dissipative, dynamic entity, far from thermodynamic equilibrium – the ‘Earth system’”, Hans Joachim Schellnhuber, “‘Earth system’ analysis and the second Copernican revolution”, *Nature*, vol. 402, Supp, 2 de dezembro de 1999, URL: [www.nature.com](http://www.nature.com), C20.

# A interdisciplinaridade: Teoria e prática

Luís Machado de Abreu

Universidade de Aveiro

---

*L'avenir du savoir – comme l'avenir du monde – est métis, progressivement métis. Toutes les voix, [...] toutes les cultures vont s'entrecroiser, participer, pour maîtriser l'ampleur et la complexité du réel.*

Federico Mayor<sup>1</sup>

O tema da interdisciplinaridade é, ao mesmo tempo, assunto novo e antigo. Novo, porque a realidade contemporânea do conhecimento científico não para de crescer, em virtude da aceleração multiplicadora de curiosidade em todos os campos do mundo real e do possível<sup>2</sup>. Mas o assunto já vem de muito atrás, ainda que silencioso e implícito, como simples surpresa e pasmo diante da imensa diversidade de seres que constituem o conjunto da natureza com as suas semelhanças e diferenças.

São muitas as questões que a propósito da interdisciplinaridade e da sua atualidade podemos levantar. Como foi decidido que se tratasse desta matéria num encontro que pretende estabelecer a cooperação de variadíssimos saberes para se construir uma visão poliédrica da Madeira concebida como objeto epistemológico, será dentro deste horizonte que vamos formular algumas perguntas sobre teoria e prática da interdisciplinaridade. Como é que a história dos saberes, no seu percurso, acaba por vir

---

<sup>1</sup> Federico Mayor, *Allocution*, Paris, Unesco, 1991, p. 1.

<sup>2</sup> “La pluridisciplinarité, l’interdisciplinarité, ainsi que la transdisciplinarité sont des concepts qui apparaissent et se développent, ainsi formalisés, dès les années ’60” (Nicole R. Colet, *Pluridisciplinarité, interdisciplinarité, transdisciplinarité: quelles perspectives en éducation?*, Carrouge, Section des Sciences de l’Éducation/Université de Genève, 1993, p. 16.

ter à questão da interdisciplinaridade? Ou dito doutro modo, como é que a interdisciplinaridade se tornou um problema e um desafio para a investigação e o ensino/aprendizagem das ciências? Quantas são as maneiras de entender, analisar e explicar, enquanto teoria e enquanto prática? E ainda, que resultados benéficos podemos esperar desse relacionamento entre saberes? Estas perguntas vão presidir às três partes da nossa exposição: 1.º Razões que tornam hoje inevitável o tema da interdisciplinaridade; 2.º Modalidades de construção do saber interdisciplinar; 3.º Consequências da atitude e da prática interdisciplinares.

### **1. Razões que tornam inevitável o tema da interdisciplinaridade**

A mais óbvia razão que torna necessária a interdisciplinaridade encontra-se no movimento crescente da fragmentação do saber, traduzido em cada vez mais numerosas especializações científicas. Em virtude da atomização do conhecimento, a interdisciplinaridade reveste o carácter paradoxal de resposta ao mesmo tempo à profusão de conhecimentos e à sua insuficiência. Resposta à superabundância de conhecimentos, porque a dispersão de especialidades torna-as individualistas e torna caótica a nossa circulação no meio delas; resposta à falta ou insuficiência de conhecimento, porque há o perigo de as ciências adoecerem de autossuficiência, cegueira ou perda de pé no mundo real, e caírem assim em estado de alienação científica. Este tipo de alienação resulta da perda de sentido do humano e do universal, e leva a desequilíbrios que perturbam a relação entre investigadores e a relação harmoniosa do homem com a vida da natureza.

Por ser a interdisciplinaridade “o sintoma da situação patológica em que se encontra hoje o saber”<sup>3</sup>, ela torna-se indispensável como terapêutica para o tratamento de uma patologia do conhecimento que destrói equilíbrios culturais e provoca mal-estar na civilização contemporânea.

No plano histórico, passamos do mundo da percepção unitária do saber ao mundo da desintegração dos saberes. As primeiras expressões de conhecimento do mundo tiveram a forma de narrativas – os mitos –

---

<sup>3</sup> Georges Gusdorf, “Connaissance interdisciplinaire”, in *Encyclopaedia universalis*, vol. 8, Paris, Encyclopaedia Universalis France, 1977 (1968), p. 1086.

em que cabem os deuses, o homem e a natureza. Nos mitos condensa-se uma consciência viva da totalidade que se guarda sob a forma de saber tradicional acumulado graças à transmissão das experiências de cada comunidade. A memória coletiva transporta de geração para geração o sentido do primordial, os tempos originários, que se vão atualizando através da celebração dos ritos comunitários. São saberes eminentemente práticos e experienciais.

O salto para outro paradigma de saber foi dado no Ocidente pelos gregos quando formularam de modo reflexivo as grandes interrogações cosmológicas e metafísicas a partir dos pré-socráticos. As respostas foram surgindo graças a um discurso baseado na razão e não na repetição das narrativas míticas da tradição. E que respostas foram essas? Chamam-se sistema de Aristóteles, que é muito mais que o *Órganon*, a Metafísica e as duas éticas; chamam-se geometria de Euclides, astronomia de Ptolomeu, medicina de Hipócrates, história de Tucídides, geografia de Estrabão, e outras. Formam-se então áreas de conhecimento que, como disciplinas, chegaram até ao nosso tempo. Essa diversificação de domínios avançou entre os gregos, mantendo sempre coerência e articulação das partes com o todo do universo.

O modelo do saber helénico perpetuou-se no mundo romano e, depois, na organização e transmissão da doutrina cristã. A Idade Média manteve no campo pedagógico o ideal grego de “paideia”, constituído por um saber feito de saberes, ou seja, um saber que se alcança dando a volta a várias disciplinas em particular. Procederam desse modo as escolas medievais quando ministravam o *trivium* (Gramática, Dialéctica, Retórica) e o *quadrivium* (Geometria, Aritmética, Astronomia, Música). Esta formação servia de preparação para se aceder a outro nível de aquisição de conhecimentos, os saberes das Artes, Teologia, Direito e Medicina ministrados nas universidades, a partir da sua fundação no século XII. As universidades proporcionavam a concentração de várias disciplinas no mesmo centro de ensino/aprendizagem com a sua unidade e coerência asseguradas até ao começo dos Tempos Modernos pela Teologia.

A racionalidade cultivada pelo pensamento escolástico mantinha-se fiel à harmonia do saber humano com o saber da fé. Todavia era notória a limitação dessa racionalidade em termos de saber, ao privilegiar a lógica e a retórica sobre a observação e a experiência empírica. O

desenvolvimento do conhecimento na modernidade vai, por isso, fazer-se rompendo com a racionalidade aristotélico-escolástica e apostando num paradigma de conhecimento racional edificado sobre base empírica e experimental. Trata-se de uma nova etapa do racionalismo em que a razão se afirma operando apenas sobre dados mensuráveis colhidos no mundo físico e estabelecendo as leis a que obedece o funcionamento da natureza. O que assim se ganhava em poder sobre o mundo físico foi-se perdendo em equilíbrio e gestão harmoniosa da complexidade, ao construir-se uma visão totalizante baseada unicamente no princípio da razão. Gradualmente despojada de humanidade, esta razão tornou-se totalitária, unidimensional, excluindo tudo o que não se submete à sua lei. A desumanização não aconteceu de repente. Foi avançando no decurso dos Tempos Modernos de modo inexorável. Porém, como lembra Edgar Morin: “O racionalismo das Luzes era humanista, pois associava sincreticamente o respeito e culto do homem, ser livre e racional, sujeito do universo, e a ideologia de um universo integralmente racional.”<sup>4</sup> Aconteceu que a racionalização progressiva trazida pela lógica da produção industrial inoculou na racionalidade o vírus do desatino da razão gerador de desumanidade.

A interdisciplinaridade impõe-se também como resposta ao fenómeno da mecanização e automatização de grande parte da produção de conhecimento científico. Este procedimento de investigação foi descrito por Ortega y Gasset. O funcionamento das ciências transformou-se numa espécie de mecanização do próprio pensamento. O investigador sabe o que está a fazer, mas apenas em segmentos cada vez mais reduzidos da realidade. Fecha-se nesse reduto de conhecimento e mantém-se à margem do que se passa fora, sem se interessar por dispor de uma visão de conjunto. Ao contrário do que acontecia outrora, quando era fácil distinguir o sábio do ignorante, hoje a distinção tornou-se mais complexa. O grande especialista atual corre o risco, como diz Ortega y Gasset, de “não ser sábio, porque ignora formalmente tudo o que não faz parte da sua especialidade; mas também não é um ignorante, por ser ‘homem de ciência’ e conhecer muito bem a sua parcela de universo. Teremos de o considerar um sábio-ignorante”<sup>5</sup>. Verifica-se então o dito espirituoso

---

<sup>4</sup> Edgar Morin, *Science avec Conscience*, Paris, Fayard, 1982, p. 258.

<sup>5</sup> Ortega y Gasset, *La rebelion de las masas*, Madrid, Alianza Editorial, 1980 (1930), p. 131.

atribuído a Chesterton, segundo o qual é especialista aquele que sabe cada vez mais sobre um campo cada vez mais limitado, de tal modo que a sua realização perfeita consiste em saber tudo sobre quase nada.

As transformações profundas da vida social e política, suscitadas pela aceleração do ritmo histórico, produziram mudanças na relação da ciência com a sociedade que se traduzem em novas formas de organização do trabalho científico. Sucede que essas formas de organização favorecem e até reclamam a interdisciplinaridade. A evolução dos saberes já não decorre da acumulação de descobertas e progressos obtidos por trabalhadores isolados ou por laboratórios de pequena dimensão. A produção de ciência e o conhecimento inovador devem-se agora a equipas de investigadores e a redes transnacionais de cooperação científica. O investigador faz parte de uma comunidade científica em que os projetos de investigação são executados por equipas pluridisciplinares. É o próprio quadro social em que os cientistas desenvolvem hoje o seu trabalho que impõe práticas de interdisciplinaridade indutoras de convergência no plano dos conceitos, dos procedimentos metodológicos e das teorias.

Há ainda quem equacione a interdisciplinaridade a partir da função da Filosofia, mas demarcando-se de abstrações metafísicas. Tomando à letra que a metafísica se ocupa do que fica além da natureza, ela seria a indagação da verdade transcendente e de idealidades com manifesto desinteresse pelo mundo real. A especulação filosófica assim construída atrairia a nossa atenção para universos ilusórios, distraindo-nos da realidade concreta cujo conhecimento nos devia preocupar antes de tudo. Portanto, em vez de uma filosofia *sub specie aeternitatis* urge construir uma filosofia *sub specie humanitatis*. Assim argumenta Georges Gusdorf, para quem a interdisciplinaridade se impõe como “o método filosófico por excelência: não um devaneio anexo à margem da investigação principal, [...] mas antes o grande eixo de um pensamento empenhado em reagrupar todos os testemunhos do homem sobre o homem dispersos pela diversidade dos espaços-tempos culturais.”<sup>6</sup> Está aqui em questão vencer o perigo de o homem se esquecer de si mesmo e do seu mundo real. E superará esse esquecimento se assegurar o sentido da

---

<sup>6</sup> George Gusdorf, “O gato que anda sozinho”, in Olga Pombo, Henrique Manuel Guimarães, Teresa Levy (org.), *Interdisciplinaridade. Antologia*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 19.

integridade humana através de uma instância que unifique o trabalho do conhecimento entretanto repartido pelas muitas especializações do saber. Intenta-se por essa via promover a convergência entre diferentes áreas do humano e igualmente entre estas e as múltiplas variedades de ciências da natureza. O vértice aglutinador de todas as linhas de saber seria uma conceção de Filosofia como Antropologia fundamental. É claro que semelhante entendimento do que seja a interdisciplinaridade dificilmente conquistará assentimento tanto por parte de filósofos como de cientistas. Os primeiros verão na função atribuída à Filosofia uma adulteração reducionista do que ela deve ser, isto é, reflexão radical sobre a totalidade da experiência humana e não somente sobre a experiência científica. Os cientistas, por sua vez, não deixarão de descobrir em tal proposta uma tentativa fora de prazo para os filósofos recuperarem a hegemonia há muito perdida sobre o universo dos saberes.

Apesar de inevitáveis e merecidas reservas, a proposta de GUSDORF tem, no entanto, o valor de um alerta premonitoriamente lançado já por DESCARTES nos seus *Princípios de Filosofia*. “Assim toda a filosofia é como uma árvore cujas raízes são a metafísica, o tronco a física, e os ramos que saem deste tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais, isto é, medicina, mecânica e moral. Falo da moral mais elevada e mais perfeita, a qual, ao pressupor o conhecimento completo das demais ciências, é o grau supremo da sabedoria.”<sup>7</sup> A árvore cartesiana das ciências cresce e multiplica-se em direção à moral mais perfeita. E o que vem a ser a perfeição desta moral? Atingir um nível de saber que habilite o homem a responder aos desafios das ciências que ele tem obrigação de procurar conhecer. Numa palavra, a perfeição da moral consiste no governo responsável do agir verdadeiramente humano, incluindo o seu agir como sujeito de conhecimento. Ora alcançar essa meta é subir ao último grau da sabedoria.

Note-se que a árvore cresce multiplicando e especializando os objetos de conhecimento. Ao proceder assim, aumenta o número dos ramos, mas não se enclausura dentro de nenhum deles como se esse fosse o exclusivo reduto de investigação, nem corta ramo após ramo frustrando o crescimento da árvore e pondo em risco a unidade do todo. Estas ciências jamais perdem de vista o sentido da totalidade, isto

---

<sup>7</sup> Descartes, “Les principes de la Philosophie” (1644), in *Oeuvres et Lettres*, Paris, Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1953, p. 560.

é, do universo habitado pelo homem. Sabem donde vêm, porque não esqueceram as raízes, e sabem para onde vão, guiadas pela responsabilidade moral, isto é, pela sagesa.

## 2. Modalidades de construção do saber interdisciplinar

Quando falamos de interdisciplinaridade damos por adquirido que o termo faz sentido e remete para conteúdos partilhados com o nosso interlocutor. Esses conteúdos permitem-nos manter diálogos sensatos, na firme convicção de que estamos a tratar do mesmo assunto a propósito dos mesmos referentes. É fundamental que assim seja, embora possamos ser, por vezes, vítimas inocentes de equívocos mais ou menos graves. É por causa dessas situações desagradáveis que se impõe a clarificação tão rigorosa quanto possível dos conceitos. Ora, quando se fala de interdisciplinaridade pressupõe-se que estamos informados sobre o que significa o termo “disciplina” em contexto cognitivo. Acontece que o termo nada tem de unívoco, pois pode entender-se de três maneiras pelo menos. Se há quem o tome como sinónimo de ciência, outros conferem-lhe o sentido de matéria programática que faz parte de um plano de estudos e, outros ainda, entendem-na como habilidade mental propícia ao trabalho intelectual. Parece importante lembrar que é sobretudo do primeiro sentido do termo “disciplina” que se trata, quando empregamos o termo “interdisciplinaridade”. Mas não devemos menosprezar o alcance da noção de disciplina que, enquanto exercício intelectual, põe em ação o entendimento e também a vontade.

A interdisciplinaridade deve ser tratada tendo em conta os principais contextos em que se exerce. Podem ser contextos de investigação, de ensino e de atividade profissional que determinam a necessidade de análise mais diferenciadora da prática interdisciplinar. Por força do conjunto de objetos que cada disciplina pretende estudar, podemos estabelecer diferentes relações de proximidade entre disciplinas. Quanto maior for a partilha comum desses objetos mais imediatas virão a ser as articulações interdisciplinares a estabelecer. Por exemplo, o domínio material da psicologia funda uma vizinhança interdisciplinar muito mais próxima da história do que da física. Do ponto de vista do ensino/aprendizagem, a interdisciplinaridade surge em diversas fases do processo formativo, tais como a organização de um plano de estudos, a

elaboração das unidades temáticas que devem figurar no programa de uma disciplina, e a prática efetiva da leção. O professor de determinada disciplina deve saber quais são as outras disciplinas e matérias que os alunos estão a estudar. Se outros resultados benéficos não houvesse, evitar-se-iam ao menos escusadas sobreposições e a repetição do mesmo conteúdo em duas ou mais disciplinas. Na vida profissional, o sentido da interdisciplinaridade põe-se, desde logo, pela entrada e integração numa comunidade de trabalho. As comunidades de trabalho são constituídas pela coexistência de diferentes competências científicas e técnicas que, no plano prático, reclamam a aplicação de uma perspectiva interdisciplinar. Esta há de exigir uma atitude cooperativa. Quando se trata de um jovem profissional saído da escola ou da universidade, esse espírito deve traduzir-se no empenho em aprender com a experiência daqueles que vai encontrar. E evitará que, levando, como é normal, conhecimentos teóricos mais atualizados, a arrogância o impeça de aprender mais, cruzando esses conhecimentos com a comprovada experiência prática já instalada na comunidade de trabalho.

É, porém, no âmbito da investigação científica que, de maneira mais adequada, se deve falar de interdisciplinaridade. Nesse âmbito, sobretudo, havemos de nos interrogar sobre os diferentes tipos ou modalidades que ela pode apresentar. Seguindo, para este efeito, muito de perto a proposta de Heinz Heckhausen<sup>8</sup>, consideraremos cinco tipos de interdisciplinaridade.

Consiste o primeiro num agregado de disciplinas reunidas sob a forma de enciclopédia temática destinada a finalidades profissionais. Por exemplo, os trabalhadores da área do Serviço Social, por terem de enfrentar problemas com várias frentes de resolução, movem-se dentro de um campo interdisciplinar de que fazem parte Psicologia, Sociologia, Economia, Direito e outras. A heterogeneidade destas matérias reclamadas pelo exercício da profissão não permite, em cada uma, ir além de abordagens pouco profundas e ecléticas. Pretende-se alcançar uma bagagem de informação científica que prepare o bom desempenho profissional. As disciplinas em causa mal chegam a dialogar entre si. Estamos em presença de uma *interdisciplinaridade heterogênea* ou *eclética*.

---

<sup>8</sup> Heinz Heckhausen, "Discipline et interdisciplinarité", in CERI, *L'interdisciplinarité: Problèmes de l'enseignement et de recherches dans les universités*, Paris, OCDE, 1972, pp. 83-90.

Mas a convocação de diferentes disciplinas pode fazer-se por meio de cruzamentos baseados no emprego de métodos e procedimentos comuns. Assim acontece com a Psicologia e a Pedagogia. Para decidir o nível etário em que deverão ser ensinadas determinadas matérias ou para avaliar teorias educativas, a Pedagogia recorre a testes psicológicos. A interdisciplinaridade cruzada, além de permitir ganhos para as disciplinas envolvidas, contribui para o aparecimento de novas formações disciplinares. Neste caso, é a disciplina de Psicopedagogia que emerge. Ficamos em presença de uma área disciplinar derivada de outras duas, que funciona relativamente a elas como disciplina auxiliar. Designaremos esta situação como *interdisciplinaridade auxiliar*.

Existem problemas suscitados por assuntos tão abrangentes e tão importantes para o presente e o futuro da existência humana que só podem obter resposta a partir de um agregado interativo de ciências diversas. A esse agregado de saberes chamaremos *interdisciplinaridade compósita*. Sabemos, por exemplo, que a concentração de populações em aglomerados urbanos não cessa de aumentar e com ela crescem também em número e complexidade os problemas humanos. É da especialidade em Urbanismo que se esperam as soluções. Esta especialidade é, na realidade, um grupo de disciplinas composto por elementos de Arquitetura, Sociologia, Economia, Psicologia, Engenharia Civil e do Ambiente, Ciências da Saúde e outras. A interdisciplinaridade resulta aqui da necessária concertação de respostas técnicas bem articuladas e determinadas pelo objetivo de melhorar as condições do habitat citadino. Também acerca da Ecologia, enquanto ciência do ambiente na complexidade das suas ramificações, se deverá falar em termos de abordagem a partir de saberes geridos como interdisciplinaridade compósita.

Temos ainda disciplinas que partilhando o mesmo domínio material se sobrepõem, completando-se no estudo de diferentes aspetos do mesmo objeto material. É a *interdisciplinaridade complementar*. As disciplinas sobrepõem-se mas não se fundem numa disciplina única em virtude de disporem de níveis de integração teórica que as mantêm autónomas. Consideremos, por exemplo, o estudo das relações existentes entre os indivíduos e as culturas. Poder-se-á ensaiar a formação de modelos estruturais de comportamento de modo a ser possível formalizar a existência de estruturas gramaticais e sociais correspondentes a cada uma das diferentes culturas. Neste caso as Ciências da Linguagem, a Psicologia, a Sociolo-

gia colaboram e correspondem-se na definição de estruturas culturais complementares. O desenvolvimento de estudos desta natureza pode levar ao aparecimento de áreas de estudo complementares, como ocorre na Psicolinguística ou na Sociolinguística.

Se a aproximação entre disciplinas progredir em direção a uma meta em que se dê a integração teórica e a correspondência total de métodos, estaremos perante a *interdisciplinaridade unificada*. Quando no estudo do mesmo domínio material duas ou mais disciplinas realizam uma integração teórica de nível superior à integração que fazia de cada uma delas disciplina autónoma e independente, chegamos ao cume da interdisciplinaridade unificadora. No universo das disciplinas científicas, consuma-se assim a unificação de um segmento do saber total. Mas não se deve confundir com a concretização do ideal da unidade da ciência. Este ideal de que Leibniz foi, no século XVII, o grande patrocinador ao defender a criação de uma linguagem unificada, a *characteristica universalis*, teve até hoje vários promotores que lhe foram dando novas configurações epistemológicas, como a ensaiada pelo Círculo de Viena sob impulso de Otto Neurath e Rudolf Carnap. Desse ideal continua sempre viva a aspiração. Vemos isso, por exemplo, no olhar prospetivo que estabelece como grande paradigma do terceiro milénio o paradigma do “pensamento total” entendido como “verdadeira revolução gnosiológica”, fruto da adoção do pensamento interdisciplinar. É a consagração da interdisciplinaridade como “uma espécie de metaciência que acaba com as divisórias e dilata o conhecimento”<sup>9</sup>.

O inventário destas cinco modalidades de interdisciplinaridade avança de formas de relacionamento distante entre disciplinas para ligações cada vez mais apertadas. Existem, por vezes, aproximações entre disciplinas que, por serem tão frágeis e ínvias, devem ser tratadas como falsas interdisciplinaridades. Está neste caso a pretensão de identificar como interdisciplinaridade o que não passa de mera utilização dos mesmos instrumentos de análise, por exemplo, o recurso a modelos matemáticos por diferentes disciplinas. Pelo facto de serem esses modelos utilizados em investigações de Física, Psicologia e Economia, não está garantida só por si qualquer interação entre estas disciplinas. Há apenas a coincidência de recorrerem ao mesmo instrumento nas respetivas investigações.

---

<sup>9</sup> Fernand Cricqui, *Les clés du nouveau millénaire: Symbiose et interdisciplinarité*, Paris, L'Harmattan, 2004, p. 104.

Do lado do investigador em ciência, a interdisciplinaridade requer sempre a disposição de abertura à cooperação com os especialistas de outras áreas científicas. Sempre que este requisito não for atendido, o exercício interdisciplinar fica liminarmente dificultado, podendo mesmo falhar por completo. De qualquer modo, a atitude facilitadora constitui somente a abertura psicológica para um processo longo e complexo. É o primeiro passo de uma modalidade imprópria e muito superficial de interdisciplinaridade, isto é, o encontro e exercício conjunto de investigadores de domínios científicos diferentes para explorarem questões de fronteira entre disciplinas em ordem a clarificar semelhanças e diferenças ao nível de conceitos e de métodos. Não admitir que se avance para além deste esforço de clarificação de linhas fronteiriças é laborar no preconceito de que o mapa dos territórios de cada disciplina, com as respetivas fronteiras, se encontra definido para sempre. Ora, como lembra Piaget, se estivermos atentos às tendências e à prospectiva das ciências em geral e das ciências humanas em particular, verificamos que as próprias fronteiras, tais como existem, vão sendo de facto discutidas e transpostas. É por isso que “o verdadeiro objectivo da investigação interdisciplinar é [...] uma reforma ou uma reorganização dos domínios do saber, por trocas que consistem, na realidade, em recombinações construtivas”<sup>10</sup>.

Manifestação convincente de tais tendências é o fenómeno da formação e da fecundidade cognitiva de áreas híbridas de saber que nascem de domínios disciplinares heterogéneos. Trata-se, nestes casos, de uma “hibridação fecunda” – a expressão é de Piaget – como se vê na Biofísica e na Bioquímica. E o mesmo se vai verificando nas ciências humanas e sociais. Esta hibridação poderá ser imperfeita ou falsa, mas também verdadeira ou autêntica. O primeiro tipo de hibridação consiste em recombinações que se fazem somente por afinação ou aperfeiçoamento de métodos. É o caso da Econometria em que Matemática e Economia se encontram e mutuamente se enriquecem. A primeira pelos novos problemas de correlações quantificáveis que a complexidade da evolução económica vai fazendo surgir; a segunda, pelo afinamento e crescente rigor no tratamento quantitativo dos dados económicos através da estatística.

---

<sup>10</sup> Jean Piaget, *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*, trad. Maria Barros, 2.ª ed., Amadora, Bertrand, 1976, p. 141.

Quanto à hibridação autêntica, que corresponde à interdisciplinaridade unificada atrás referida, encontrámo-la nas ciências naturais, por exemplo na Biofísica e na Bioquímica já mencionadas, e também nas ciências do homem. A Psicolinguística é um caso feliz desse cruzamento da Psicologia com a Linguística em que a complementaridade se realiza pelo aparecimento de nova disciplina.

### 3. Consequências da atitude e da prática interdisciplinares

Começamos por sublinhar de que modo a atomização do saber científico reclama que se ponha ordem no crescimento caótico das disciplinas agrupando os campos de estudo, classificando as ciências e estreitando a aproximação entre elas pela eliminação de fronteiras. A interdisciplinaridade está ao serviço da comunicação entre áreas de conhecimento, tendo em vista construir pontos de convergência em ordem à unidade do saber. Temos o dever de trabalhar para com realismo podermos reverter o caminho que levou à desintegração da unidade do saber. Assim como a desintegração produziu desequilíbrios na relação do homem com a natureza, gerando o mal-estar na civilização contemporânea, temos o direito de esperar que os horizontes abertos pela interdisciplinaridade contribuam para melhorar o sentido da presença do homem no universo.

Como lembra Georges Gusdorf, “O sonho interdisciplinar põe em marcha a promessa compensadora de uma língua unitária, susceptível de reclassificar no humano todos os aspectos do saber.” E um pouco mais adiante, continua: “A inteligência interdisciplinar seria pois uma epistemologia de complementaridade, que recusa frontalmente todas as epistemologias da dissociação. O ponto de convergência, o foco ideal desta nova investigação seria a forma humana enquanto nó de significações.”<sup>11</sup>

E, para concluir, voltemos à metáfora cartesiana da árvore. Dos muitos simbolismos atribuídos à árvore há um particularmente sugestivo, quando aplicado à árvore das ciências. A árvore simboliza o carácter cíclico da evolução cósmica. A ideia de evolução cíclica da vida no seio do todo remete para a conceção de uma interdisciplinaridade pro-

---

<sup>11</sup> Georges Gusdorf, “Connaissance interdisciplinaire”, *op. cit.*, pp. 1089, 1090.

funda que se traduz na articulação circular dos conhecimentos científicos. Partindo da classificação das ciências em quatro grandes grupos: 1) ciências lógico-matemáticas; 2) ciências físicas; 3) ciências biológicas; 4) ciências psicossociológicas (em que estão incluídas a Linguística, a Economia e o conjunto das ciências humanas), Jean Piaget defende que as interações entre elas não se reduz a uma série fechada que vai do primeiro grupo até ao último. A interação cíclica tentará articular o domínio material do lógico-matemático com o domínio material do psicossociológico. Deste modo, enquanto os empiristas lógicos pretendem reduzir as estruturas lógico-matemáticas a estruturas de linguagem, o mesmo Piaget mostra que elas derivam de factos biopsicológicos que desempenham a função de coordenadores gerais da ação<sup>12</sup>. Ao fechar assim o anel do conhecimento científico, é a unidade possível dos saberes que a teoria da classificação cíclica das ciências nos permite pensar.

---

<sup>12</sup> Jean Piaget (dir.), *Logique et connaissance scientifique*, Paris, Gallimard/La Pléiade, 1967, p. 1172 e ss.



# Um novo paradigma para o século XXI

João Relvão Caetano

Universidade Aberta

---

Alexis de Tocqueville percebeu que “o espírito humano inventa mais facilmente as coisas do que as palavras [e que] daí vem o uso de tantos termos impróprios e de expressões incompletas”. Por isso, acrescenta o mesmo autor, “é necessária uma ciência política nova para um mundo novo”<sup>1</sup>. Também a investigadora Maria Manuel Mota, galardoada em 2013 com o Prémio Pessoa, pelos seus trabalhos na compreensão dos mecanismos pelos quais o parasita da malária se desenvolve no hospedeiro humano, se apercebe, nos dias que correm, de um mundo novo e da necessidade de uma mudança de paradigma visando o conhecimento da realidade. Essa mudança é compreensível, porque a experimentamos todos os dias, mas, segundo Maria Manuel Mota, precisa de ser faseada<sup>2</sup>. Esta explicação é pertinente: a nossa história, pessoal e coletiva – que é história do nosso tempo, diferente das histórias de todos os outros tempos – não é capaz de compreender as coisas todas de uma vez, e precisa de tempo. Ou seja, precisa de mais história, de outra história. Estranho paradoxo este de a história precisar de tempo para se fazer compreender pelo sentido da sua própria evolução.

---

<sup>1</sup> Refiro-me às conhecidas afirmações formuladas pelo autor em 1835, na “Introdução” da sua obra *Da democracia na América*. Cf. Alexis de Tocqueville, *Da democracia na América*, Porto, Rés, s/d, p. 9, com introdução de Paulo Ferreira da Cunha e trad. de Maria da Conceição Ferreira da Cunha.

<sup>2</sup> O jornal *Expresso*, na sua edição *on-line* de 13 de dezembro de 2013, numa notícia assinada pelo jornalista Paulo Paixão, assinala que Maria Manuel Mota é uma das maiores autoridades mundiais no estudo da malária e que, com 42 anos, é a mais jovem vencedora do Prémio Pessoa. Mas a notícia assinala ainda, como factos radicalmente novos em relação ao passado, outras particularidades da vida profissional e cívica da cientista: o extraordinário número das suas publicações científicas só no ano de 2013, assim como “o seu empenhamento entusiástico no que se pode chamar cidadania da ciência”. Ver <http://expresso.sapo.pt/premio-pessoa-para-maria-manuel-mota=f846086> (consultado em 2 de janeiro de 2014).

Se a realidade é evolutiva, também as teorias e conceitos devem evoluir. Para quem, como é o meu caso, defende uma perspetiva realista da política e da vida social, é absolutamente necessário procurar a verdade no conhecimento do mundo<sup>3</sup>. Não só é necessário criar espaço nas ciências sociais e humanas para interpretações pessoais da realidade (a que não são alheias as próprias convicções do autor) como é necessário objetivá-las. A missão do cientista social passa aliás por procurar conhecer aquilo que não é evidente para o comum dos mortais<sup>4</sup>. É a procura da verdade, sem subterfúgios, que permite a liberdade crítica e, em última instância, a esperança, esse bem humano que, na mitologia clássica, se perde entre os males do mundo. É por isso também que, no conhecimento da realidade, várias abordagens são lícitas, desde que sejamos rigorosos.

Com o presente artigo, escrito sob a forma de ensaio, procuro responder à seguinte questão: no presente momento histórico, marcado por sinais de um globalismo de difícil definição e em que experimentamos o radicalmente novo, que devemos fazer como portugueses no mundo?

A resposta a esta questão servirá para compreendermos não só que o mundo mudou mas também como podemos e devemos atuar nele. Há muitas questões em aberto, como seja a questão de saber se, com tantas mudanças, a nossa história nos garante ainda um chão comum e, em caso de resposta afirmativa, que chão comum é esse.

Para que a liberdade humana se realize, é necessário que saibamos fazer perguntas gerais, mas que sejam perguntas novas e fundamentadas, porque só assim poderemos tomar o pulso ao nosso tempo. É este o tempo da democracia, que, aparentemente, veio para ficar num número crescente de países, embora com muitos problemas; ou não fosse a democracia a bela Pandora com uma caixa debaixo do braço...

---

<sup>3</sup> Numa perspetiva inovadora sobre a matéria, cf. José Eduardo Franco, “A História como constru(cria)ção. Uma ciência entre a verdade e a ficção”, *Brotéria*, vol. 178, março 2014, p. 263 e ss. Já José Luís Nunes Martins diz o seguinte: “A história resulta do encontro da liberdade individual com a realidade. O sentido da vida não surge do exterior. Cada homem é parte integrante da Verdade. Mas a cada um de nós é dado escolher-se dentro dela”. Cf. José Luís Nunes Martins, *Filosofias – 79 reflexões*, Lisboa, Paulus, 2013, p. 182.

<sup>4</sup> Cf. António de Sousa Lara, *A grande mentira: Ensaio sobre a ideologia e o Estado*, Lisboa, Hugin, 2004, p. 7.

Quando olhamos para o mundo, que vemos, ouvimos e sentimos? Como nos comportamos uns em relação aos outros? Que tipos de interações estabelecemos e com que significado? Qual é hoje o sentido da comunidade política? Será que é fazer-nos dignos? E sentir dignos?

A procura de um novo paradigma para o século XXI é um campo de conhecimento interdisciplinar que urge explorar. Até porque não há certezas definitivas. Em linguagem marxista, e muito verdadeira, poderemos dizer que a realidade está em perfeita e perpétua gestação... Nas Jornadas de Teoria e Filosofia do Direito de 2013, que decorreram na Universidade do Minho, em Braga, João Cardoso Rosas, um ilustre cientista político português contemporâneo, numa conferência denominada “A dignidade como igualdade”<sup>5</sup>, defendeu um conceito de dignidade diferente do normalmente aceite, de matriz kantiana. Defendeu, concretamente, um conceito pré-clássico de dignidade fundado na capacidade pessoal para se obter reconhecimento aos olhos dos outros pelos feitos próprios. A sua posição foi muito criticada por vários dos presentes na sessão, por se afastar da definição habitualmente aceite. No entanto, estando devidamente enquadrada teoricamente, a posição de João Cardoso Rosas aponta para a necessidade de se explorarem caminhos novos no conhecimento da realidade. É ela mesma um princípio e uma tentativa de conhecimento da realidade que atualmente existe.

Ser bom hoje é ser bom à escala do mundo, o que passa por se ter a consciência de quanto se vale e por ser-se capaz de mostrar aos outros o valor que se tem<sup>6</sup>. Esta é uma posição liberal, e também verdadeira. Por exemplo, o futebolista português Cristiano Ronaldo tem perfeita consciência de quanto vale. Ele atua num mundo sem fronteiras e muito competitivo, que é o mundo real em que vivemos. O contexto em que atua Cristiano Ronaldo é diferente do contexto em que atuou Eusébio, outro futebolista português de renome. Este foi reconhecido, nacional e internacionalmente, apenas pelos seus feitos futebolísticos. Já Cristiano Ronaldo vale pelo que joga e pela sua imagem na comunicação social, que o leva permanentemente às pessoas de todo o mundo. Ronaldo faz parte de uma nova elite simbólica fortemente escrutinada

---

<sup>5</sup> A conferência foi proferida no dia 22 de fevereiro de 2013.

<sup>6</sup> Sobre o tema, *vide* João Caetano e Nicolás Lori, “Ser bom ou não ser”, *Público*, edição de 16/08/2009.

pelo que significa, no plano do imaginário, para as pessoas de todo o mundo, porque com elas entra em interação. O mesmo se passou, no passado recente, com outro jogador português, Figo, que, durante o período em que atuou no Real Madrid – um dos clubes, se não mesmo o clube, com maior reconhecimento em todo o mundo – foi elevado à natureza de “galáctico”, ou seja, de habitante de outra galáxia, como se as suas qualidades fossem indefiníveis com as palavras disponíveis na linguagem humana. Tal como acontece hoje com Cristiano Ronaldo, Figo “representou”<sup>7</sup> Portugal à escala do mundo conhecido. Quem não se recorda da fotografia que correu mundo, nos inícios do novo milénio, de uma criança da Indonésia envergando uma camisola da seleção nacional portuguesa com o nome de Figo? Tal como Figo no passado recente, Ronaldo é hoje o homem novo! Sabemos que deixará de o ser, pelo menos da mesma forma, dentro de poucos anos, quando deixar de jogar futebol, mas hoje é o homem novo. Naturalmente que falo de um conceito alternativo de “homem novo”, que não se confunde nem com o “Homem Novo” anunciado por Jesus Cristo nos Evangelhos, nem com o “homem novo” prefigurado por várias utopias, designadamente a marxista. Cristiano Ronaldo é, a vários títulos, um homem do nosso tempo novo cujo modo de construção e simbolismo muito nos dizem do mundo contemporâneo e da sua história.

Que aconteceu? Sensivelmente com a viragem do século XX para o século XXI, teve lugar uma transformação profunda nas relações económicas, sociais e culturais à escala global que fez com que o que era e se disse antes seja irremediavelmente velho. As pessoas não se relacionam mais da mesma maneira como acontecia no passado. É dessa “continuidade” na mudança que se faz o tempo presente e se fará o futuro. Falo de uma mudança nas vidas das pessoas e das instituições, não necessaria-

---

<sup>7</sup> Na verdade, Figo não representou Portugal, assim como Cristiano Ronaldo não representa o País. Por isso, utilizei propositadamente a palavra entre aspas. No plano externo, Ronaldo age em nome de Portugal ou, por outras palavras, onde quer que ele esteja, está Portugal. É um exemplo ilustrativo de uma realidade que mudou e que precisa de novos conceitos. Neste caso, é o conceito de representação política que, não deixando de existir, cede perante o conceito de ação externa. Enquanto a representação do Estado cabe aos políticos e aos diplomatas e agentes equiparados, a ação externa é levada a cabo por um número muito maior de pessoas, cuja importância é crescente num mundo globalizado como o nosso: desportistas, cientistas, artistas e outros.

mente nas palavras. Algumas palavras também mudaram, mas a maior parte manteve-se, assumindo, porém, muitas delas, em termos sociais e políticos, novos significados. Falo de palavras que têm hoje uma densidade e um peso diferentes dos que tiveram no passado, e sobre as quais não há mais certezas, o que é, naturalmente, problemático para a vida em sociedade. É o caso, por exemplo, da palavra “família”: assistimos hoje, no Ocidente, a uma variedade, por vezes muito conflituosa, de significados da palavra “família”, que aspiram a uma consagração não apenas nos hábitos das pessoas mas, sobretudo, nas leis dos Estados. Nunca antes isto acontecera.

A constituição de família nos países ocidentais continua a assentar, no plano jurídico, na relação entre duas pessoas. Mas essa relação já não se constitui necessariamente, no plano legal, através do casamento, ou sequer entre pessoas do mesmo sexo. Quando estudei Direito, na Faculdade de Direito de Coimbra, em finais da década de 80 e princípios da década de 90 do século passado, aprendi que um casamento realizado entre duas pessoas do mesmo sexo (invocava-se a doutrina francesa, de caráter estadualista)<sup>8</sup> não seria apenas nulo (forma mais severa de invalidade), mas inexistente. Tratava-se de uma hipótese meramente académica e extravagante, que, por falta de sentido social em face dos comportamentos reiteradamente observados e reconhecidos como bons, não poderia ter cobertura legal. Ora, assistimos hoje a uma alteração profunda, de caráter antropológico, do significado do casamento (sobretudo no plano civil) como realidade social e instituto jurídico, com a curiosidade de se preservar o modelo baseado na relação entre duas pessoas mas de se afastarem, deliberadamente, outras possibilidades culturais como, por exemplo, a poligamia. Aparentemente há continuidade, um decalque de formas aceites<sup>9</sup>, mas há uma mudança profunda.

---

<sup>8</sup> Numa perspetiva positivista, o Estado, como produtor exclusivo do direito válido, definia o casamento entre um homem e uma mulher como o modelo moralmente superior aplicável às relações sociais observáveis. Cf. João Carlos Relvão Caetano e Paulo Ferreira da Cunha, “O mundo visto direito (relações entre a moral e o direito no pensamento de Alberto Salles)”, *O pensamento luso-galaico-brasileiro (1850-2000)*, vol. II, Lisboa, INCM, 2009, pp. 569 e ss.

<sup>9</sup> Na verdade, não só se mantém a forma como, no caso português, se mantêm os tradicionais deveres dos cônjuges no casamento, plasmados no artigo 1672.º do *Código Civil*: “Os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência”.

A mudança começou por ser económica e tecnológica e, posteriormente, cultural, moldando as nossas vidas de maneira diferente do que ocorreu no passado. A mudança atingiu as principais instituições da sociedade, que perderam influência ou se transformaram: a família, a escola, a(s) Igreja(s).

O mundo da minha infância já não existe<sup>10</sup>. Na minha aldeia, a escassos dez quilómetros do centro de Coimbra, não havia, há quarenta anos, água canalizada, havia apenas dois telefones (um dos quais público) e três automóveis. Os aparelhos de televisão eram poucos, e a preto e branco. A televisão pública era constituída por dois canais (RTP 1 e RTP 2), cujas programações eram de escassas horas diárias e terminavam com o hino nacional. Quando morreram os papas Paulo VI e João Paulo I, em 1978, já era possível às pessoas casadas catolicamente depois de 1940 divorciarem-se, em virtude da renegociação da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, que ocorreu em 1975, e também se havia eliminado do *Código Civil* a figura dos filhos ilegítimos e a subordinação jurídica da mulher ao marido (reforma de 1977)<sup>11</sup>; porém, a televisão pública, como expressão de luto, própria de um “país católico” (Portugal nunca foi oficialmente um Estado católico durante o século XX, mas a sociedade portuguesa era católica, aceitando o poder político esse facto, pelo menos tacitamente), passou música clássica. Não havia computadores, nem telemóveis. As crianças iam a pé para a escola, ainda relativamente escassa mas fundamentalmente pública. É de notar que, durante o Estado Novo, se criou paulatinamente uma rede de escolas primárias e de liceus públicos de qualidade, que era complementada, sobretudo no interior do país, por uma rede de colégios privados que exerceram uma função social muito relevante. Hoje não falta oferta em todos os níveis de ensino – embora de muito diferente qualidade –, constituindo o ensino privado, em termos relativos, sobretudo nos segmentos iniciais de formação das crianças e adolescentes, uma real alternativa para as famílias de maiores rendimentos. Esta realidade tem um significado social importante, justificando, com

---

<sup>10</sup> Nasci em 10 de março de 1970, na maternidade Dr. Daniel de Matos, na freguesia da Sé Nova, em Coimbra. Faço parte da primeira geração de conterrâneos que, por melhoria da oferta de saúde pública, passou a nascer na maternidade, não mais em casa.

<sup>11</sup> Ver Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro.

um vasto respaldo ideológico, que só não vê quem não quer, que se repense a questão.

Quando eu era criança e adolescente, a maior parte das famílias que eu conhecia ficava satisfeita quando os filhos concluíam o 2.º ano do ciclo preparatório (atual 6.º ano) ou mesmo a “4.ª classe” (designação de uso comum na segunda metade da década de 70 do século XX, apesar de já ter sido substituída na lei; hoje em dia é que já é “arcaico” falar de “classes”...). Não foi felizmente o caso dos meus pais, em especial da minha mãe, que, tendo embora apenas a 4.ª classe (esta, sim, está de acordo com a terminologia oficial), comprava todas as semanas um jornal de referência à época. E que influência esse jornal – o *Tempo*, título entretanto desaparecido – exerceu sobre mim! Dizia-se, no meu meio familiar, que éramos uma família remediada, categoria que desapareceu do imaginário das pessoas. Ora, o imaginário é muito importante. A família remediada era não só a que tinha o suficiente para viver, mas, sobretudo, a que procurava que os seus filhos ascendessem socialmente. A palavra “remediar” teve um importante significado político e social durante o Estado Novo, assim como nos primeiros anos da democracia. O que se podia remediar era o que se podia fazer, constituindo assim o campo de intervenção lícita das pessoas em sociedade e nas suas relações com o Estado. Era o campo de liberdade possível. Nesse período, era certo que quem estudasse, mesmo sendo um estudante mediano ou até medíocre, tinha trabalho garantido e uma posição social condizente com os seus estudos. Ao contrário do que ocorre hoje em que, para se ter um trabalho, é preciso procurar muito. E mesmo assim não é certo que se arranje trabalho. A década de 60 e parte da década de 70 do século passado, apesar de terem sido dominadas, em Portugal, pela guerra colonial, foram anos de crescimento económico, de melhoria progressiva das condições de vida das pessoas e, nesse sentido, foram anos de otimismo e de transformação social. Por estranho que pareça, a expressão “governo das pessoas”, que poderia ser vista como uma expressão pós-moderna, por se referir às pessoas como sujeito político, foi cunhada nessa época em Portugal, como expressão de um Governo que se pretendia eficaz na resposta às necessidades das pessoas, nomeadamente em matéria social.

Com quatro anos acabados de fazer, assisti, em casa dos meus avós maternos, à Revolução de 25 de Abril de 1974. Lembro-me de estar com a

minha mãe e o meu avô, que olhavam, ao longe, para as *inexistentes* movimentações na estrada nacional n.º 1. O poder político estava longe, em particular o Estado central, com os seus dignitários. Essas figuras mudaram após a revolução; e as pessoas comuns, que antes se identificavam com as noções de situação e oposição, passaram a identificar-se com os partidos políticos. Mas o sentimento da política, apesar das muitas novidades que iam ocorrendo, manteve-se, assim como se manteve o respeito devido aos políticos e à sua autoridade. Tudo isso mudou entretanto. Falo de uma mudança de comportamentos e de regras sociais. A criação, pela Constituição da República de 1976, de um poder autárquico democrático, apesar de ter tido um impacto muito positivo na vida das pessoas, não alterou essas regras sociais.

Recordo-me do primeiro divórcio na minha aldeia, em finais da década de 70 do século XX, e do impacto negativo que teve. Também isso mudou. Hoje os divórcios atingem todas as famílias e não são matéria de discussão pública, sendo também usual as pessoas coabitarem antes ou à margem do casamento, como facto socialmente aceite.

Recordo-me, também, do respeito *distante* que as pessoas tinham pela professora primária que residia na aldeia, assim como me recordo da implícita autorização que a generalidade dos pais dava para que a referida professora exercesse o seu múnus autoritariamente. Tudo isso mudou. Desde logo, em nome dos direitos humanos... A minha professora primária representava a política da época. Muitos dos seus comportamentos mantiveram-se após a Revolução de 25 de Abril de 1974, a par de alguns que mudaram, sem alarde social. O mesmo se passou na vida política. Com a instauração da democracia, a classe política portuguesa renovou-se, mas integrou a maior parte dos que vinham de trás. Prova disso foram os partidos que emergiram no sistema político e que, desde então, têm governado Portugal.

Há poucos anos, um membro da casa civil do atual presidente da República (Carlos Blanco de Moraes, Consultor do Presidente da República para os Assuntos Constitucionais) escreveu, sob pseudónimo (Diogo de Andrade), um romance intitulado “Alvorada desfeita”. Inscreve-se o romance no que se chama ficção alternativa (“what if...”, no espaço anglo-saxónico), ou seja, na imaginação do que poderia ter acontecido na madrugada do dia 25 de abril de 1974 se a sublevação militar tivesse sido derrotada. No romance, a tentativa de golpe de

Estado falha, mas o regime evolui para um sistema democrático bipartidário. É um exercício muito interessante, cujos resultados, na verdade, não são muito diferentes do que realmente aconteceu. No essencial, repito, a democracia foi aceite pela generalidade da população portuguesa e acomodou o pessoal político afeto ao antigo regime, ao qual se juntaram pessoas que estavam excluídas da política. Se é verdade que o regime democrático permitiu, na sua génese, o acesso das pessoas a um conjunto alargado de bens de natureza política, económica, social e cultural até aí desconhecidos, a verdade é que fê-lo sem rutura. Mário Soares, primeiro-ministro do 1.º Governo constitucional do regime democrático, estabeleceu relações cordiais com a Igreja Católica e haveria de escolher, mais tarde, para ministro de um dos seus governos um ex-ministro do Estado Novo (Veiga Simão)<sup>12</sup>. Curiosamente, tratava-se de um ministro que criara, no antigo regime, novas universidades públicas, política que os governos constitucionais prosseguiram<sup>13</sup>.

Algumas importantes novidades ocorreram neste período, não há dúvidas. A própria democracia com as suas novas leis é o melhor exemplo. Mas tal aconteceu segundo uma linha de continuidade político-cultural. Não foi por acaso que o Partido Socialista emergiu como força política dominante no Minho, a região do país com maior índice de prática religiosa. Num ponto pelo menos, concordo com o autor de

---

<sup>12</sup> José Veiga Simão foi ministro da Indústria e Energia no IX Governo Constitucional (1983-1985), também conhecido por Governo do Bloco Central, por assentar numa aliança entre os dois maiores partidos com representação parlamentar: o partido socialista e o partido social democrata. Foi primeiro-ministro desse Governo Mário Soares.

<sup>13</sup> Falamos de um homem que, após a implantação da democracia, se esforçou para que se criasse um sistema multipartidário em Portugal. São de registar os seus esforços – facto ainda pouco estudado – para a implantação do CDS como novo partido político. Curiosamente, acabou por ser eleito deputado pelo Partido Socialista, nas eleições legislativas de 1983. Como exemplo da incorporação do pessoal político do regime anterior no regime democrático, vejam-se as condecorações recebidas por José Veiga Simão num período de tempo que abrange os dois regimes políticos: em 22 de julho de 1968, Veiga Simão foi feito Grande-Oficial da Ordem do Império; em 24 de janeiro de 1973, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo; em 18 de março de 1986, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique; em 26 de março de 1991, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública; em 23 de junho de 1992, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Para além de que, no período de 1974 a 1975, foi embaixador de Portugal nas Nações Unidas.

“Alvorada desfeita”: na contestação da ideia de uma rutura revolucionária que deveria deflagrar, necessariamente, num determinado momento (e nisso me separo do marxismo). A História é, sobretudo, obra humana, e, como tal, feita de alternativas possíveis. E por vezes os desfechos dependem de pormenores e até do imprevisto. A Revolução dos Cravos mudou a vida das pessoas na medida em que foi querida e não imposta.

Isto é muito diferente da mudança operada na passagem do século, que foi dominadora, avassaladora sobre potestades menores, como as soberanias. Esta mudança pode comparar-se a uma onda gigante que se foi formando ao longo do tempo mas que rebentou num momento preciso. Também aqui não partilho de uma visão determinista da História, mas de um conhecimento objetivo da realidade. É por certo um momento complexo, milhões de vezes replicado, e por isso muito forte.

Dos discursos e programas partidários e de governo posteriores a 25 de Abril de 1974 passaram a fazer parte novas preocupações, como foi o caso das preocupações ambientais, de forte conteúdo político. Estamos a falar de uma realidade que já é nova.

Foi com relativa novidade que surgiu, pela primeira vez, na orgânica de um governo, um ministério do ambiente. Foi no segundo governo de Cavaco Silva (1987-1991). E digo que foi com relativa novidade porque antes ocorrera um importante debate ideológico, levado a cabo nomeadamente por movimentos sociais e associações ambientalistas. Não muitos anos depois, um político experimentado e influente falaria de “angústia ecológica” (Almeida Santos)<sup>14</sup> para expressar o seu sentimento político profundo de repulsa pelos caminhos do mundo. São factos que ocorreram paralelamente.

Começava-se a ter a perceção de mudanças profundas que estavam a acontecer.

Chamo ecologização das relações sociais à extensão dos princípios de intervenção ambiental às outras políticas públicas. Tal veio a desembocar em novas formulações suficientemente imprecisas para promover alterações de política. É o caso do conceito de sustentabilidade, criado pelas ciências do ambiente<sup>15</sup> mas entretanto alargado a

---

<sup>14</sup> Veja-se António de Almeida Santos, *Por favor preocupem-se!*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

<sup>15</sup> O conceito de sustentabilidade começou por ser desenvolvido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Confe-*

todas as políticas públicas. Das finanças públicas à política de saúde, passando pela política de educação e ciência e por todas as outras, as preocupações com a sustentabilidade são reais. Paulo Rangel publicou, em 2010, um livro intitulado “Uma democracia sustentável”<sup>16</sup>, que reúne um conjunto de crónicas sobre política geral que escreveu na imprensa portuguesa durante cerca de uma década. Num dos artigos, intitulado “A Geração Rasca e a classe média do conhecimento” (na secção “O lugar da igualdade: de novo, a substância da tensão política”), Rangel adverte para o facto de o grande desígnio democrático de formar em Portugal uma classe média do conhecimento ter falhado. E chama a atenção para questões importantes como, por exemplo, a responsabilidade das famílias na educação dos filhos e de como a capacidade financeira influi decisivamente na formação das pessoas (por infelicidade, apenas uma minoria da população acede aos melhores bens).

Tenho bem presente a preocupação que senti pela instalação dos mísseis-cruzeiro americanos na RFA, em 1983. Estávamos no auge da terceira guerra mundial (na expressão de Adriano Moreira): a Guerra-Fria. Mas as relações internacionais eram relativamente previsíveis.

O que não foi previsto foi o colapso do bloco comunista, simbolicamente representado pela queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, com o rol de profundas alterações a jusante: a unificação da Alemanha, a introdução do euro, o alargamento da União Europeia.

Entretanto, outros muros se mantiveram, outros se construíram, mantendo e reforçando tensões. É aí que se discute contemporaneamente o que é a política e o seu alcance em relação às pessoas.

---

*rence on the Human Environment - UNCHE*), que se realizou em Estocolmo entre 5 e 16 de junho de 1972. Foi a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, na qual se abordou a questão da relação entre as atividades humanas e o meio ambiente. A Conferência de Estocolmo destacou problemas de dimensão internacional, como a degradação ambiental e a poluição, que ultrapassam fronteiras. No Plano de Ação da Conferência de Estocolmo refere-se o objetivo de se “defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações”, que deverá ser prosseguido em articulação com a defesa da paz e do desenvolvimento económico e social. O *Relatório Brundtland*, de 1987, introduz o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que aprofunda o caminho percorrido até aí, destacando as várias componentes da sustentabilidade, em termos económicos, sociais e políticos.

<sup>16</sup> Paulo Rangel, *Uma democracia sustentável*, Lisboa, Tenacitas, 2010.

Assim como os primeiros computadores aparecerem antes da sua disseminação generalizada pelas populações, também as preocupações ambientais são anteriores à criação dos primeiros ministérios do ambiente. Foi o filósofo norueguês Arne Naess que cunhou a distinção entre “*deep ecology*” (“ecologia profunda”) e “*shallow ecology*” (“ecologia superficial”). Enquanto a primeira seria ecocêntrica e com o seu quê de revolucionária, a segunda seria superficial e reformista. A sua reflexão é de 1973, feita na revista *Inquiry*, com um ensaio intitulado “The shallow and the deep, Long-range ecology movement. A summary”. A sua proposta de ecologia profunda apontava para a necessidade de uma nova filosofia política e moral que considerasse o ser humano como parte integrante da natureza e não como ser superior. A proposta de uma igualdade “biosférica” colocava o homem no mesmo plano de todos os outros seres vivos. Ao mesmo tempo, esta forma radical de uma ética do ambiente, ao acentuar um igualitarismo biótico, implicava uma valorização intrínseca dos próprios ecossistemas e, por essa via, das suas diferenças. Surgia, assim, o conceito de “biosfera”, no âmbito de um contexto em que todas as ações dos seres humanos suscetíveis de interferir nos restantes membros da comunidade biótica pressupunham uma responsabilização direta dos agentes<sup>17</sup>. Ressaltava nesta teoria a ideia de que as políticas públicas deveriam ser alteradas porque o mundo já era outro. Percebia-se ainda nas palavras do autor que as “novas” políticas afetariam as estruturas económicas, tecnológicas e ideológicas básicas da sociedade e que o estado de coisas daí resultante seria profundamente diferente do que era na época. Mas a verdade é que os Estados democráticos não se prepararam para o exigente cenário da discussão dos seus próprios fundamentos. E deixaram-se dominar muitas vezes por questões acessórias.

A ideia de um projeto político e social global agregador de vontades, ainda que de um outro tipo, muito mais individualista, não tem hoje lugar nos países europeus. Este é apenas um exemplo de falta de capacidade de adaptação dos Estados ao futuro. E verdade seja dita que não é apenas um problema português, mas sim um problema generali-

---

<sup>17</sup> Arne Naess, “The shallow and the deep, Long-range ecology movement. A summary”, *Inquiry*, 16: 1, 95-100. Existe uma versão eletrónica do documento, que está disponível em [http://www.ecology.ethz.ch/education/Readings\\_stuff/Naess\\_1973.pdf](http://www.ecology.ethz.ch/education/Readings_stuff/Naess_1973.pdf) (consultado em 5 de janeiro de 2014).

zado numa parte do mundo (a Europa) que mudou mas que não sabe como quer ser.

É possível que as pessoas tenham dado a democracia como adquirida e se tenham iludido com as condições de bem-estar entretanto alcançadas, e abraçaram outras causas, de natureza imaterial que condicionam a política. Mas a verdade é que houve um tempo propício para que os Estados tivessem agido de maneira diferente, e, sobretudo no caso da Europa, não o fizeram. Realidades e conceitos como democracia, liberdade e autoridade não foram repensados em termos operativos, o que gerou graves problemas sociais gerais. Talvez os políticos se tenham desligado das pessoas porque as pessoas se desligaram da política. Mas isso não é justificação para a ausência de política dos últimos anos. O lado patológico da política – por exemplo, a corrupção ou a falta de palavra dos políticos – é compreendido pelas pessoas. E a maioria dos políticos não atuou nesse campo, como se, por lapso de vocação, tivesse deixado de compreender o que é a política. E mesmo a atenção que hoje em dia é dada na política a estas questões não é suficiente para convencer as pessoas acerca da bondade das propostas dos políticos. Mas o que mais nos deve preocupar é que os Estados estão ainda carregados de muito passado, de que são excelentes exemplos as suas estruturas e modelos de organização, mais devedoras do século XIX do que do século XXI (por exemplo, administrações públicas de tipo napoleónico).

Esta é uma reflexão sobre a importância da atenção que quer quem faz política, quer quem faz ciência deve dar à realidade que existe. Se há exigência nova do nosso tempo é que estejamos atentos a tudo o que dizemos e fazemos. E a não ter receio de mudar, de modo fundamentado.

De que modo se cruzam as minhas palavras com as vidas de quem me lê? O cidadão universitário que sou tem obrigações perante a sociedade. Não só tem a obrigação de falar como de se fazer compreender. Infelizmente o que digo está muito longe de ser uma realidade no meio universitário português, nomeadamente por haver quem teime em cultivar discursos herméticos e só disponíveis aos iniciados, o que é absolutamente incompatível com o espírito e as técnicas e tecnologias do século XXI.

Escrevo este texto por dever de missão. Aqui sou eu e muitos mais. Ou já não sou apenas eu. Refiro-me à minha experiência, que procuro encaixar numa linguagem.

Quando o impossível acontece é o fim. É o fim de uma época e o início da outra. É o que acontece quando, como dizia Jorge Luis Borges, se recordam não imagens, mas palavras. As palavras só fazem sentido se forem resultado de interações positivas entre as pessoas. Só por si as palavras nada valem. Como professor e investigador universitário, sou responsável perante os meus alunos e colegas, assim como sou responsável perante a sociedade em geral. E com todos me devo relacionar de modo intenso e produtivo.

Nas sociedades contemporâneas competitivas, a dignidade de cada pessoa depende do número e intensidade das interações em que é parte. Dessas interações depende o acesso aos bens, independentemente do estado de evolução da pessoa e da natureza dos bens.

Já aqui referi que os Estados não estavam preparados para a mudança, mas também não estavam algumas sociedades, nomeadamente a sociedade portuguesa, ou, mais rigorosamente, parte importante da sociedade portuguesa. Estudei e formei-me em Direito numa altura em que os professores escreviam relativamente pouco (salvo nas teses de doutoramento, que se tornaram muito grandes e obras de maturidade) e sozinhos, não tendo a preocupação de escrever de modo acessível aos estudantes ou, tampouco, aos colegas. Poucos se expunham perante a opinião pública, nomeadamente através da divulgação dos seus trabalhos à comunidade ou nos meios de comunicação social. Sempre me pareceu uma situação estranha.

Já quem escreve no *New York Times* tem a obrigação de escrever de modo que um adolescente de 14 anos o entenda. Aqui está uma exigência do nosso tempo novo que vale também para os universitários. Assim como não tenho dúvidas da importância social das universidades e dos universitários, desde logo por serem uma reserva de conselho dos governantes e de progresso do país, também não tenho dúvidas, pela minha própria experiência, de que muitas coisas devem mudar.

O campo do ensino superior e da ciência em Portugal está cheio de bons e de maus exemplos.

É útil, a este propósito, a distinção feita por Burke entre as concepções de texto individualista, que predominou desde a época moderna, e a coletivista, que predominou durante a Idade Média. Esta distinção pode ser analisada a par da distinção de Jorge Luis Borges entre literatura romântica e literatura clássica. Se no primeiro caso o texto aparece

como uma propriedade individual, obra de uma única pessoa, de um autor que domina e dispõe de autoridade sobre aquele texto, o segundo caso remete para uma concepção de texto visto como propriedade comum porque cada novo produto deriva de uma tradição comum. Nesta situação, o lugar do autor perde importância perante um processo autoral coletivo, como o que era realizado pelos escribas copistas e pelos rapsodistas cantadores de narrativas da Idade Média.<sup>18</sup>

O que é paradoxal no nosso tempo é que se, por um lado, há um alargamento dos direitos humanos a todos os tipos de manifestações autorais, por outro lado, há formas de propriedade comum cada vez mais importantes.

Sou professor na Universidade Aberta – uma universidade pública como todas as outras, mas que é singular no contexto da rede portuguesa de ensino superior quer pelas metodologias de ensino a distância que utiliza, quer pelo perfil dos seus estudantes. Poderia explicar as duas dimensões da sua singularidade, mas não estaria a explicar a realidade toda. Não estaria a explicar a especificidade da Universidade Aberta como universidade, no atual momento histórico. Num corte puramente estrutural e descritivo, posso dizer o que é o ensino a distância e quais são os requisitos para se ser estudante da Universidade Aberta. Mas não explico o modo como se produz a interação entre professores e estudantes no processo de ensino, nem a relevância da investigação ou do serviço à comunidade. Os melhores estudantes da Universidade Aberta têm uma elevada formação de base (muitos já são licenciados) e dominam as tecnologias. É isso que lhes permite serem bons estudantes.

Ora, a Universidade Aberta foi criada em 1988 visando, fundamentalmente, a inclusão de pessoas que estavam fora do sistema de ensino superior. Se lermos o documento constitutivo da Universidade Aberta, assinado pelo então ministro da Educação, Roberto Carneiro, verificamos que a instituição foi criada de acordo com as melhores práticas internacionais de então. A verdade é que entretanto a Universidade Aberta aprofundou a sua missão. As suas práticas de hoje são muito diferentes das de há 25 anos, assim como são diferentes os seus estudantes e o modo como a universidade se organiza. Hoje reconhece-se política-

---

<sup>18</sup> Cf. Maria Elisa Rodrigues Moreira, “Reflexões sobre autoria em Jorge Luis Borges e Italo Calvino”, *Revista literatura em debate*, vol. 3, n.º 4, pp. 48-61, 2009.

mente ao ensino a distância um potencial muito elevado que não se reconhecia outrora, pela natureza das interações que gera. A Universidade Aberta não tem o monopólio do ensino superior a distância em Portugal, como aliás nunca teve; mas agora são os próprios governos que vêm lembrar isso a todas as universidades, para que cooperem. Na verdade, é muito importante que as “modalidades” de ensino presencial e a distância convirjam para formas mais aptas a satisfazer os interesses de formação das pessoas.

A passagem da experiência para a linguagem é no entanto difícil. É a dificuldade da política.

A política é enigmática. Quase todos aprendemos em pequenos, fruto da nossa formação católica, que temos um Pai comum e que todos somos irmãos. Perante o progressivo desaparecimento de Deus (ou da religião) do espaço público europeu (a situação nos Estados Unidos é diferente) é ainda possível falar de fraternidade? Dizia-me um conhecido teólogo (Anselmo Borges) para eu não falar de fraternidade na política, porque não existe; para o referido teólogo já seria suficiente que nos considerássemos todos sócios, ou seja, membros da mesma sociedade. Aqui está uma questão difícil que exige reflexão pelos efeitos sociais que pode gerar.

Por seu turno, um prestigiado professor de ciências sociais e políticas falou-me, com entusiasmo, do que viu em Singapura: uma cidade limpa e segura, fruto de um correto exercício da autoridade. Na sua opinião, pouco importa que seja uma democracia musculada ou mesmo um regime autoritário, dado que, por exemplo, a criminalidade é muito menor em Singapura do que nas democracias ocidentais. É verdade que existe pena de morte, mas até pode ser vista como um elemento dissuasor do crime. Há verdades neste discurso. Nas democracias ocidentais há muita corrupção e as desigualdades crescem. Mesmo nos países do norte da Europa, historicamente vistos como modelos social-democratas igualitaristas, as desigualdades aumentam e o Estado social recua. A verdade é que não parece boa opção abdicar da democracia como regime político. E não é por a democracia ser boa ou o menos mau dos regimes, porque as democracias que conhecemos são todas más, nomeadamente pela corrupção que geram. E, pensando no caso português, ainda há a registar o desrespeito pelos políticos, que é incompatível com a ideia de democracia. Podemos racionalmente apostar na democracia

porque, como refere George Weigel, referindo-se ao pensamento de João Paulo II sobre a matéria, podemos melhorar a democracia. É por a política ser enigmática que pode ser reinventada, ou seja, tornada melhor. Não nos esqueçamos de que a política é não só uma ciência e uma técnica, mas também uma arte, com a particularidade de que na política não podemos voltar atrás, sendo a nota artística absolutamente decisiva para se alcançar uma boa classificação.

Pessoalmente respeito quem continua a escrever à mão, mas não é uma prática de referência. Este ó tópico que me permite sintetizar o meu pensamento acerca da pergunta que formulei e, pensando em Portugal e nos portugueses, dar uma resposta sobre o modo como, numa sociedade em mudança profunda, podemos e devemos atuar. E com isso se faz luz também sobre as condições materiais e espirituais que sustentam um novo paradigma ou visão das relações em sociedade.

No meu enunciado, apresento números, que correspondem aos segmentos teóricos da minha formulação. Esta só faz sentido como um todo, mas pode ser compreendida nas pequenas questões que a integram.

Numa sociedade ocidental mundialmente em agitação (1); torna-se difícil para Portugal e para os portugueses definirem sozinhos o melhor caminho a seguir (2); quando Portugal se juntou às Comunidades Europeias, em 1986, o caminho da Europa era a social-democracia/democracia cristã, o que foi assumido pelos partidos que governaram o país (3); mas torna-se cada vez mais claro que a Europa já não tem a vontade, ou, mais corretamente, a capacidade, para seguir esse caminho (4); ao contrário do que se afirma, isto não tem a ver com a força ou falta de força que a classe política ocidental tem, mas sim com as características que o desenvolvimento comercial e tecnológico está a ter (5); cada produto tem uma componente material que é o suporte sobre o qual a componente imaterial (a informação) é colocada (6); o progresso tecnológico tem correspondido à tendência de redução de valor da componente material do produto e de aumento do valor da componente imaterial: o que custa é o filme no DVD e não o DVD em si mesmo (7); o imaterialismo do valor torna esse valor facilmente distribuível de forma universal, o que faz com que a única informação útil de produzir seja a melhor informação disponível (8); isto cria uma sociedade onde os melhores trabalhadores têm frações de mercado

muito maiores do que os trabalhadores menos bons (9); nesta sociedade, o elitismo faz muito mais sentido económico do que o igualitarismo, o que leva necessariamente a uma redução da capacidade da social-democracia/democracia cristã para se sustentar economicamente (10); é por isso natural que em Portugal, e noutros países ocidentais, o elitismo seja cada vez mais promovido, com a conseqüente viragem política para a direita, que tradicionalmente é apoiante do elitismo, ao contrário da esquerda para a qual o igualitarismo é tipicamente a opção (11); é pois natural que, nas políticas públicas, se opte por promover o elitismo em detrimento do igualitarismo, nomeadamente que, em matéria de política científica, se apoiem grandes grupos de investigação que façam investigação ao mais alto nível e que se abandonem todos os outros (12); a forma como essas avaliações são feitas podem ter mais ou menos lacunas, tal como um árbitro num jogo de futebol pode cometer mais ou menos erros, mas essencial é que se considere, seguindo o paralelismo do árbitro, que só vale a pena investir nas equipas que nos últimos três anos tenham ido pelo menos duas vezes às competições europeias, o que reduz muito o número de equipas elegíveis. Quanto ao resto, bem, pois é, a pergunta é mesmo esta... (13); para que a economia de mercado solidifique a estabilidade social que está na base da estabilidade dos mercados, que é essencial para a prosperidade desses mesmos mercados, é necessário que todos os elementos dessa sociedade sintam que têm algo a contribuir para essa economia, dando-lhes essa contribuição uma sensação de dignidade pela sua participação e uma certa quantidade de poder devido ao valor acrescido gerado pelo seu trabalho (14); mas se essa utilidade é ilusória, e o trabalho que essas pessoas realizam tem pouco ou nenhum valor, então as suas sensações de dignidade e poder são meras ilusões (15); se um indivíduo, na realidade, não tem nem dignidade nem poder, então a sua pertença como cidadão à comunidade política é essencialmente uma farsa (16); mas existe um outro caminho que é uma cidadania mais universal, e menos dependente da contribuição de cada um para a sociedade, que é a cidadania religiosa (17); esta cidadania religiosa, de que falam o Papa Francisco, Bono, Bill Gates e outros, é um caminho possível para sairmos juntos desta espiral de esvaziamento da cidadania (18); sendo necessariamente um caminho de abandono do desejo de sermos mais ricos do que os nossos vizinhos, será também um caminho de ansiedade

e preocupação quando tal acontece (19); é um caminho de pobreza pessoal, para a eliminação da pobreza no planeta (20); em que cada um de nós fazer um esforço para ser mais pobre, para que os outros sejam menos pobres (21); este caminho de pobreza tem como maior perigo a criação de uma espiral recessiva em que todos, teoricamente, querem ser pobres e, por isso, deixam de comprar aos outros (22); para que um caminho de pobreza sem recessão global possa ocorrer, é necessário que haja empatia ou simpatia entre as pessoas (23); numa sociedade sem empatia, a consequência natural da pobreza é a recessão, pois, se não tenho dinheiro, então não vou comprar (24); mas, numa sociedade com muita empatia, eu posso confiar que, se cumprir as regras sociais, então vou ser bem-sucedido como os meus vizinhos, e então já não necessito de ter muito dinheiro para poder comprar o mesmo que os meus vizinhos, pois estou seguro de que, tal como eu os socorro e conto com eles, também eles me socorrem e contam comigo (25).

Esta formulação só pode ser entendida como provocatória porque está nos limites de uma história nova que privilegia a liberdade individual e as interações entre as pessoas como fonte e expressão de dignidade humana. É uma formulação que se inscreve na dinâmica das profundas mudanças económicas, tecnológicas e culturais que caracterizam a contemporaneidade. É um modelo de compreensão da realidade que considera explicitamente os seus próprios quadros mentais e não um modelo ideológico. Não se projeta um regresso ao passado, mas uma reconstrução do presente e do futuro. Esse é um dever a que não nos podemos furtar.





2

NESOLOGIA: PECULIARIDADES  
GNOSIOLÓGICAS DAS ILHAS



## O inter-lugar e a cultura das ilhas

Daniela Marcheschi

Fondazione Dino Terra / Universidade de Cosenza

---

O decurso deveras estimulante da discussão, a multidisciplinaridade e diversidade de perspectivas patentes nos textos que resultaram do I Simpósio Internacional “Que Saber(es) para o Século XXI?”, o diálogo iniciado com Marc Augé sobre o tema *Não-lugares ou Inter-lugares?* – que nos propusemos continuar e desenvolver, cada um de nós aprofundando ulteriormente o conceito de “social”, no qual se joga a diferença das posições recíprocas e das perspectivas que emergiram – sugerem-me deixar de parte, por um momento, aquilo que havia pensado expor neste encontro. Uma vez que se confrontam – para convergirem em direção a um moderno “Dicionário Enciclopédico” – os saberes científicos e os saberes literários, como estudiosa e crítica de literatura, mas também como antropóloga das artes, desejo agora colocar sobre a mesa algumas questões.

Antes de tudo, observar que, frequentemente, na história das relações entre os dois saberes, se contrapuseram e se contrapõem por vezes as disciplinas humanísticas e as disciplinas científicas, ou então foram rodeadas de métodos para tornar o mais “científico possível” o estudo da literatura e a própria prática da literatura. São notórias, para nos determos agora nelas, as experiências da galáxia do formalismo ou do estruturalismo, com os seus procedimentos de aproximação aos textos e, se recuarmos, do Naturalismo como o pensou Hippolyte Taine, e do romancista Émile Zola, com instrumentos teóricos e métodos de observação e compreensão da sociedade derivados das ciências naturais.

A primeira questão é: o que é a ciência, e que definição se pode dar dela? Uma resposta problemática mas iluminante é dada por Richard P. Feynman, prémio Nobel em 1965. Na conferência *A incerteza da Ciência*, realizada na Universidade de Washington em abril de 1963 no âmbito das *John Danz Lectures Series*, o físico norte-americano declara que pela palavra *Ciência* “geralmente se designam três coisas diferentes, ou um misto das três. [...] ‘Ciência’ significa, por vezes um particular

método de descobrir as coisas; outras vezes significa o conjunto dos conhecimentos que nascem das coisas descobertas; mas pode também significar todas as coisas novas que se podem fazer usando o conhecimento adquirido, ou a efetiva realização destas coisas. Este último campo chama-se ‘tecnologia’ [...]”<sup>1</sup>. Se a tecnologia não é toda a Ciência, mas antes uma sua parte, tornam-se insatisfatórias, se não caem mesmo por terra automaticamente, certas posições teóricas datadas, de selo ideológico e que devemos aos pensadores de Frankfurt, que no campo humanístico e artístico continuam a demonizar a ciência e confundir a técnica com a tecnologia – e nisto remontamos ao filósofo alemão Martin Heidegger. Hoje há, nas disciplinas artísticas, poéticas que se inspiram numa semelhante visão heideggeriana da técnica, ou ainda na estética de Benedetto Croce, cuja ideia era a da arte como intuição ou expressão pura, e da técnica como mero suporte da memória, visto que tudo, na mente do artista, se define e se determina no instante da intuição da obra<sup>2</sup>. Segundo as poéticas que recuperam as posições idealistas de Croce, a técnica é qualquer coisa de “baixo” ou secundário, precisamente um mero instrumento, porque a verdadeira obra de arte, marcada pela originalidade da intuição, nasceria exatamente no momento da sua elaboração mental. Não por acaso se trata de poéticas premiadas pelo mercado, seja pelo seu carácter elementar, seja porque delegam totalmente a escolha na razão da economia, que pode impor-se como quer.

A técnica não é, porém, também no campo literário e artístico, para usar as palavras de Feynman, “um método especial de descobrir as coisas”? Quer dizer, é um trabalho, uma série de regras a seguir para apreender as normas dos materiais: palavras, sintaxe, retórica em literatura; mármore ou madeira, cores, notas e os valores de tempo nas artes plásticas. A técnica para o escritor e para o artista é uma prática altamente libertadora, uma vez que liberta as energias criativas e inventivas quer do próprio artista ou autor, quer da matéria com a qual ele se confronta, com a qual – na totalidade do que é corpóreo – entra num cerrado “corpo-a-corpo”. Em suma, o escritor ou o poeta procuram a

---

<sup>1</sup> Richard P. Feynman, “L’incertezza della scienza”, *Il senso delle cose*, trad. Laura Servidei, 2.<sup>a</sup> ed., Milano, Adelphi, 2012, p.15 (ed. orig.: *The meaning of it all. Thoughts of a citizen-scientist*, Boston, Addison- Wesley, 1998).

<sup>2</sup> Veja-se, pelo menos, Benedetto Croce, *Breviario di Estetica. Quattro lezioni*, Bari, Laterza, 1913 e reedições subsequentes.

beleza (um fenómeno, recorde-se), levando a palavra, uma matéria ou um material ao seu grau máximo de expressão, como dizia Ezra Pound na sua *Ars Poetica*<sup>3</sup>; ou criando a *matéria formada*, para usar uma definição de Schiller no *Kallias*<sup>4</sup>. A coisa, a matéria, é determinada pela técnica e a técnica aparece determinada pela natureza da coisa.

Só que a Ciência dos cientistas é “um método especial de descobrir as coisas” no sentido de que é a aplicação de uma série de protocolos e parâmetros de acordo com um paradigma estabelecido. É, em suma, correspondente àquilo que em cada campo artístico-literário Dino Formaggio chamou “técnica externa”: a apreensão e a aplicação de uma prática objetiva e das suas regras, das suas metodologias, o trabalho sobre os materiais com as suas leis naturais. Não obstante isto, na literatura e nas artes a técnica tem um estatuto ainda mais complexo, porque existe em simultâneo uma “técnica interna”. Esta última não é separável da externa, analogamente ao que acontece, por exemplo, com o sinal linguístico concebido por Ferdinand de Saussure, segundo o qual o significante e o significado formam uma união incindível. A técnica interna, para Formaggio, é por um lado o processo de especialização no tempo, de interiorização, e é por outro obra de memória, cultura, reflexão, através da qual se *maturam* as escolhas e se superam os obstáculos ao trabalho<sup>5</sup>. A técnica artística, nas suas várias declinações disciplinares, aparece como uma forma especial de somatização da cultura como a compreendeu Bordieu<sup>6</sup>. António Damásio confirmou, de resto, como os atos cognitivos são um processo de reapropriação corpórea do mundo, e como a memória, a mente, as emoções e consciência estão estreitamente interligadas<sup>7</sup>. Qualquer relação de identificação (técnica=arte) ou

---

<sup>3</sup> Ezra Pound, “Ars poetica”, in Cristina Campo, *La tigre assenza*, Milano, Adelphi, 1991, pp. 239-241.

<sup>4</sup> Cf. Friedrich Schiller, *Kallias, o della Bellezza e altri scritti di estetica*, a cura di Cesare De Marchi, Milano, Mursia, 1993, pp. 75-78.

<sup>5</sup> Cf. Dino Formaggio, *Fenomenologia della tecnica artistica. In appendice: L'arte, il lavoro, le tecniche*, Prefácio di Gabriele Scaramuzza, Parma-Lucca, Pratiche, 1978 (1.ª ed. Varese-Milano, Cisalpino, 1953).

<sup>6</sup> Pierre Bourdieu, *Per una teoria della pratica: con tre studi di etnologia cabila*, trad. Irene Maffi, Milano, R. Cortina, 2003 (ed. orig.: *Esquisse d'une théorie de la pratique: Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Genève, Droz, 1972).

<sup>7</sup> Antonio R. Damásio, *Emozione e coscienza*, trad. de Simonetta Frediani, Milano, Adelphi, 2000 (ed. orig.: *The feeling of what happens: Body and emotion in the making of consciousness*, Nova Iorque [etc.], Harcourt Brace, 1999).

de oposição (técnica ou arte) é, assim, enganadora, porque o artista (o escritor) descobre, inventa a técnica das técnicas, isto é, as suas próprias regras, diferentemente do artesão, que segue as regras simplesmente aplicando-as.

O segundo significado de “Ciência”, para Feynman, é “o conjunto dos conhecimentos que nascem das coisas descobertas”; tudo aquilo, acrescentamos nós, que se confirma como verdadeiro, com base em precisos paradigmas teórico-operativos, ou seja aquilo que aparece coerente, “real” num plano objetivo. A literatura e as artes têm, pelo contrário, como escopo, a *verdade* do ser humano. A nossa subjetividade percebe o “real”, o mundo; tende a realizar nas artes uma experiência de expressão (beleza) e conhecimento – de *verdade* entendida como problemática conquista de valores autênticos. Tal *verdade* é, porém, necessariamente dinâmica, continuamente colocada em discussão, porque os modos de existência humana, os comportamentos, as coisas e a História mudam incessantemente. Nas várias artes explicam-se sobretudo urgências de teor comunicativo/expressivo, sentimental, especulativo ou ético, enquanto que a Ciência privilegia um intento cognoscitivo puro. Seria, de qualquer modo, um erro, atribuir às artes uma função de conhecimento unicamente por uma via irracional, porque a obra de arte, ou a obra literária, apresenta múltiplos traços. A *verdade* da literatura e das artes – mesmo tendo origem numa instância profunda da subjetividade e mesmo não sendo atingível apenas mediante um método – apoia-se no entanto sempre num trabalho racional de teorização, de artesanato e de invenção rigorosa.

A *verdade* não pode ser objeto de estudo ou investigação para o cientista, que se propõe determinar o *verdadeiro*, embora a verdade e a ética o olhem como homem-cientista: e seria aliás desejável que o fizessem sempre, e muito. No seu *Leben des Galilei*, Bertolt Brecht abordou temáticas similares e a problemática das suas relações, sobretudo onde poder e Ciência entram em conflito. Não por acaso, trata-se de uma obra dramática que sofreu muitas revisões e reformulações.

O escritor ou o artista, porém, não podem prescindir de nenhum dos dois: verdade e verdadeiro. De facto, as ciências e os saberes são úteis para adquirir um maior conhecimento e consciência das coisas, entretecendo-se com todas as experiências da vida vivida; e a própria cultura é vida vivida. Precisamente por tais motivos, Broch pensava que as artes, e com elas a literatura, poderiam dar um contributo importante

para a superação da crise da cultura contemporânea, porque estão em condições de colocar o problema da realidade, da mútua tensão entre belo e bom, e portanto de poder e dever ocupar-se de metafísica<sup>8</sup>.

Uma vez apurada a necessidade de verdadeiro e de verdade no campo das artes, isto é, da necessidade de recorrer sempre mais às interseções interdisciplinares com as ciências, que parecem conhecer hoje um dinamismo sem par abrindo perspectivas novas, abre-se uma outra questão importante: como se pode ser autenticamente interdisciplinar?

As modalidades são várias e, como dizíamos ao início, criar, assumir ou aperfeiçoar uma série de regras e práticas de investigação, de leitura dos textos e de aproximação a uma obra de arte conduziu, no século XIX, a tentativas vitais de renovação metodológica da filologia e da crítica, sobre cujas virtudes e também fraquezas (por exemplo, uma certa redução da ideia de texto literário, devida a um certo estruturalismo reduutivo) não podemos deter-nos, porque exigiria um espaço diferente. Pense-se, pois, também, na atividade de restauro das obras artísticas – na importância para a própria crítica de arte das descobertas clarificadoras que chegam de ciências como a química ou a geologia; ou no contributo que forneceu a lâmpada de Wood para a correta leitura e interpretação de textos antigos e medievais.

Os métodos não se confundem porém com os paradigmas, elementos que no âmbito artístico e literário envolvem quer problemas de interpretação e visão da própria arte ou da literatura, quer dos estatutos de tais disciplinas. Importa portanto colocar em tensão os diversos saberes, sobrepô-los, estratificá-los, como se poderia fazer com a arte de bordar: sob o tecido que se vai bordar coloca-se uma folha de cartolina onde foram reproduzidos os modelos dos desenhos escolhidos e estes são decalcados com uma caneta. Os saberes, colocados numa perspectiva análoga de sucessivas transparências, conseguem revelar as “fronteiras” das suas normas disciplinares, e deixar precisamente entrevê-los, para que se possam colher os núcleos gnoseológicos de modo a dialogarem entre eles. Poderá assim evitar-se o perigo da citação ornamental, que é capaz somente de embelezar exteriormente um discurso crítico ou de poética; para, em vez disso, se colherem de uma ciência aquisições sóli-

---

<sup>8</sup> Assim pensava Hermann Broch, *Hofmannsthal e il suo tempo*, introd. Saverio Vertone, Roma, Editori Riuniti, 1981, pp. 35-60.

das, imagens poliédricas, metáforas, que serão fundamentais para olhar e ver com uma ótica diferente os factos da história artística e literária e a história da cultura.

Entrando, por exemplo, por um momento, no assunto do debate sobre “Não-lugares” *versus* “Interlugares” (esta última alternativa é a sugerida por quem escreve) em curso com Marc Augé – a quem aproveito a ocasião para agradecer pela generosidade e magistério – podemos observar como as investigações neurofisiológicas, especialmente os estudos sobre neurónios-espelho levados a cabo por um grupo de investigadores italianos (Leonardo Fogassi e Vittorio Gallese coordenados por Giacomo Rizzolatti<sup>9</sup>) contribuem para fornecer um ângulo visual de particular interesse. Os neurónios-espelho são neurónios localizados em áreas cerebrais motoras e pré-motoras, e que se encontram também na área de Broca (envolvida na elaboração da linguagem) e no córtex parietal inferior. São ativados no indivíduo não só quando este realiza uma ação ou vê/observa um outro da sua espécie realizar uma ação ou, ainda, só e simplesmente, quando imagina realizá-la. Os mesmos neurónios também se ativam permitindo predizer as intenções de quem é observado enquanto realiza uma ação. A investigação – cujos detalhes omitimos – tem, entre outras, implicações cognitivas muito significativas no que diz respeito à própria noção de “indivíduo”, que muda de configuração, porque a sua capacidade de colocar-se em relação com outro da mesma espécie é iluminada de um modo novo.

Os mecanismos de espelhamento reportam-se não só ao campo das ações, mas também aos das emoções e das sensações. Existem regiões cerebrais, como por exemplo a ínsula e a amígdala, que se ativam experimentando em primeira pessoa emoções como por exemplo o medo, ou sensações como a dor e a sua observação, entre outros. De forma análoga, no caso das experiências do tacto, certas áreas corticais ativam-se quer pelas nossas próprias experiências tácteis, seja diante das de outros, de forma que visão, tacto e ação estão relacionadas de modo inextrincável<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> A descoberta teve lugar na Universidade de Parma, há cerca de trinta anos, nos anos 80-90.

<sup>10</sup> Cf. Vittorio Gallese-Sjoerd Ebisch, “Embodied simulation and touch: The sense of touch in social cognition”, *Phenomenology and mind*, n.º 4, 2013, pp. 269-291.

Estão de tal modo em primeiro plano os mecanismos de espelhamento (a chamada “Simulação Incarnada”), que apontam para a corporeidade como *condicio sine qua non* e pólo para a construção da subjetividade: quer dizer, para uma corporeidade partilhada, a uma noção inter-corpórea do “Eu” e da intersubjetividade<sup>11</sup>, confirmando por outro lado a justeza das observações sobre onexo de reciprocidade Eu/Outro na *Fenomenologia da percepção* de Maurice Merleau-Ponty. Se consideramos precisamente o corpo como condição da experiência na sua globalidade (matéria e mente), o corpóreo com todas as suas características fisiológicas, biológicas, cognitivas e afetivas, podemos tentar olhar a relação “eu mesmo – o outro” de uma perspetiva renovada.

Augé defende que os não-lugares são aqueles espaços nos quais se dissolvem todos os laços identitários, relacionais e históricos que caracterizam os lugares antropológicos. Estes sê-lo-iam (precisamente na senda de uma ideia de Merleau-Ponty) exatamente porque princípios de sentido, porquanto neles podem ser lidas todas as inscrições dos liames sociais e da história coletiva. Inscrições “mais raras nos espaços marcados com o selo do efêmero e da passagem”<sup>12</sup>, assinaladas, para o indivíduo, pela experiência do isolamento e do anonimato, ou por um menor grau de simbolização e socialidade (entendida na aceção francesa de “sociabilité”, a tendência para estabelecer relações duradouras ou estáveis). O espaço do não-lugar “não cria, nem identidade individual, nem relação, mas solidão e indiferenciação”; e – vivendo somente no presente – “não deixa também espaço à história; no máximo transforma-a por vezes em elemento de espetáculo, e a maioria das vezes em textos alusivos”<sup>13</sup>.

Nós somos, porém como corpo e no corpo, segundo a definição de Helmuth Plessner<sup>14</sup>; e o corpo humano, que medeia entre nós e o resto

---

<sup>11</sup> Veja-se ainda Vittorio Gallese, “Il Sé inter-corporeo. Un commento a 'Il soggetto come sistema' di Manlio Iofrida”, *Ricerca Psicoanalitica*, vol. XXI, n.º 3, 2010 *on line*, bem como “Embodied simulation: From neurons to phenomenal experience”, *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, n.º 4, 2005, pp. 23-48.

<sup>12</sup> Assim refere no Prefácio a *Nonluoghi. Introduzione a una antropologia della surmodernità*, com um novo Prefácio do autor, Milão, Elèuthera, 2009, 2.ª ediz., p. 8 (ed. orig.: *Non-lieux*, Paris, Editions du Seuil, 1992).

<sup>13</sup> In *Nonluoghi*, *op. cit.*, p. 94.

<sup>14</sup> *Il riso e il pianto. Una ricerca sui limiti del comportamento umano*, trad. Vallori Rasini, Milão, Bompiani, 2000 (ed. orig.: *Lachen und Weinen. Eine Untersuchung nach den Grenzen des menschlichen Verhaltens*, München, A. Francke AG, 1950).

do mundo do qual somos parte, não pode deixar de estabelecer relações – qualquer que seja a situação interior do indivíduo que as exprime – com os outros corpos da nossa espécie, na medida em que está programado pela evolução ou pela natureza para reconhecer os comportamentos, a pré-seleccioná-los. Pode afirmar-se que existe nos factos uma condição de humanismo antropológico, uma realidade corpórea e da mente *a priori*, à qual o ser humano não pode fugir e que põe a subjetividade numa inter-relação complexa e contínua com os outros e com o mundo.

Em suma, se, no plano afetivo, é claro que um indivíduo pode também sentir-se só e esmagado entre as massas ou nos aglomerados urbanos do planeta, cada vez maiores, o ser humano são e toda a nossa espécie aparecem distinguidos pela impossibilidade neurofisiológica e antropológica de sair de ou de suspender, ainda que apenas temporariamente, uma inata condição de relação com os outros que permanece em cada fase da sua existência. No fundo, o fragmento, o indivíduo isolado, não podem existir se não em coexistência e em relação com um todo que é constituído pelos semelhantes ou pela espécie, por um grupo, por uma sociedade mais articulada, por uma realidade física e natural.

Além disto: se, por exemplo, raciocinamos de acordo com as sugestões da Física e em particular das teorias de Albert Einstein, devemos considerar que o homem está imerso num horizonte espaço-temporal, dentro do qual, em relação com a sua colocação, se vêm a pouco e pouco a definir as coordenadas do passado, presente e futuro nas quais ele se move. Então – se a temporalidade histórica já não é uma só linha reta, formada por uma sucessão de pontos de fuga, e se, como ensina a Antropologia, os valores da cultura são sempre sujeitos a negociações e o ser humano vive na complexidade de uma coexistência de histórias e geografias culturais – será possível pensar que não existe uma só e única Tradição identificada com a História *tout court*, mas antes uma multiplicidade de tradições.

Uma tradição é um espaço de significados em conflito, aquilo que herdamos hoje do passado. Pode ser “grande tradição”, enquanto pertencente à cultura urbana, literata, racionalista das *élites*, mas também “pequena tradição”: aquela de comunidade rural ou própria da cultura popular<sup>15</sup>. A

---

<sup>15</sup> Cf. Robert Redfield, *La piccola comunità. La società e la cultura contadina*, Introdução de Lucetta Scaraffia, Rosenberg & Sellier, Torino, 1976 (ed. orig.:

tradição pode também inventar-se, mostram-no Hobsbawn e Ranger<sup>16</sup>, criando na repetição uma relação fictícia com o passado para construir uma maior coesão, padrões de convenções úteis e símbolos complexos, e fortalecer vínculos sociais e políticos.

No interior do “ritualismo” da literatura e da arte, uma tradição é aquilo que instaura ou exprime uma relação com o passado, é uma representação e um conjunto de experiências por vezes também muito heterogêneas, de diversos conhecimentos, costumes comunicativos, expressivos, estéticos, de modos, práticas ou poéticas, formas, gêneros, estilos, significados, símbolos, valores, que provêm de um passado histórico mais ou menos longínquo e que permanecem, que estabelecem um nexos de vitalidade e continuidade com o presente no entrelaçamento jamais concluído entre duração e inovação.

A tradição pode ser oral ou escrita, compreendeu-o Vincenzo Gioberti<sup>17</sup>, e pertencer às classes baixas ou altas (é nesta esteira que Ernesto de Martino estudou a cultura e a “geografia” antropológica do Sul de Itália). Pode ser uma série de normas herdadas pelas gerações precedentes com as quais as novas sentem a necessidade de se medirem, para recuperações e enriquecimentos ulteriores, ou para as substituir por outras. A batalha dos Românticos contra a mitologia, a imutabilidade de certos procedimentos expressivos e a interpretação do conceito de “clássico” feita pelo Neoclassicismo, é precisamente um exemplo de tudo isto. A palavra latina *trado* tem também a aceção de “transmito”, “passo a outro”; *traditio* está, portanto, a indicar a *entrega* do património cultural ou dos textos do passado nas mãos das novas gerações. Tudo isto implica noção e percepção do futuro: a “tradição” é um conjunto de possibilidades de devir<sup>18</sup>, analogamente ao que acontece na transmissão genética, que reproduz e diferencia um património preexistente.

---

*The little community and peasant society and culture*, Chicago, University of Chicago Press, 1960).

<sup>16</sup> Eric J. Hobsbawm-Terence Ranger, *L'invenzione della tradizione*, trad. Enrico Basaglia, Torino, Einaudi, 2002 (1.<sup>a</sup> ed. italiana, Torino, Einaudi, 1987; ed. orig.: *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983).

<sup>17</sup> *Del primato morale e civile degli Italiani*, Napoli-Torino, Del Vaglio-Botta, 1862, p. 273 e ss. (a primeira edição surge em Bruxelas, em 1843).

<sup>18</sup> Como defendia também Rodolfo Quadrelli, *Il linguaggio della poesia*, Firenze, Vallecchi, 1969.

O Renascimento – reportando-se a seu modo ao classicismo, e a partir da perspectiva da crise política e social italiana de quinhentos – interpretou o termo “tradição” como património do passado tornado modelo ou cânone, isto é, como conjunto de normas transmitidas através de textos exemplares a seguir rigidamente, e como insígnia de literariedade, princípio próprio da escrita. Fora do cânone não podia haver literatura nem arte dignas desse nome. Este significado específico, que a atividade literária e artística em Itália manteve vivo durante séculos, é no entanto apenas uma das possíveis interpretações.

O conceito de “tradição” contempla uma grande profundidade espacial e temporal de visão, juízo, recomposição e ação histórica e literária, no sentido em que cada autor autêntico pode originalmente reinterpretar, hierarquizar, refundar e reconstruir, *fazer sair*, deixar a pegada, a sua marca própria<sup>19</sup>. Indivduar uma tradição, estudá-la, significa fazer uma operação histórica e crítica, trazer à luz os complexos processos de construção formal e escolhida (em suma, de organização das experiências que crescem sem interrupção, e de incessante reinterpretação) que lhe estão subjacentes<sup>20</sup>.

Se, pois, o tempo já não é a acumulação progressiva de quantidades temporais sempre maiores e de momentos de síntese dialeticamente sempre mais completa, o passado está bem longe de estar destinado a perder-se para sempre ou a regressar somente sob a forma de citação ornamental e vazia, de aparato museológico, porque já “superado”. Ele aparecerá, pelo contrário, como uma tradição ou conjunto de tradições, um sistema de *sinais* rico de significados e de um património de experiência vividas, o qual será possível voltar a obter, se e como se quiser, porque arte e literatura pertencem à cultura, em cujo interior – repetimo-lo – os valores se negociam continuamente. Na complexi-

---

<sup>19</sup> Sobre o assunto cf. Daniela Marcheschi, “Tradizione e tradizioni: dissentire da Harold Bloom”, *Poetiche. Letterature e altro*, Ano 1997, n.º 4-5, pp. 101-109, agora in *Il sogno della letteratura. Luoghi, maestri, tradizioni*, Roma, Gaffi, 2012, pp. 245-256; e *Idem*, *Prismas e poliedros. Escritos de Crítica e Antropologia das Artes*, Prefácio, trad. e notas de Luísa Marinho Antunes e Fernando Figueiredo, Funchal, Atlântida, 2004, cap. V (ed. italiana: *Prismi e poliedri. Scritti di Crítica e Antropologia delle Arti. Orizzonti e problemi*, Livorno, Sillabe, 2001, cap. V.)

<sup>20</sup> Para o termo “tradição”, cf. ainda Ugo Fabietti e Francesco Remotti (dir.), *Dizionario di Antropologia*, Bologna, Zanichelli, 1997, pp.761-763, particularmente p. 762.

dade dos eventos e das experiências existe, em resumo, uma pluralidade de escolhas formais que podem ser debatidas, aceites ou repudiadas. Nada está “ultrapassado”, mas todas as experiências são substituíveis: não há nenhuma necessidade íntima, numérica que anime a história literária ou artística. Ela desenvolve-se através de discussões e soluções, de propostas mais ou menos felizes que, em um dado momento histórico, podem afirmar-se graças a razões retóricas particularmente estimadas em certos ambientes culturais e sociais ou em certos grupos de poder.

O caso de Carlo Collodi, que assumiu a rica tradição cômico-humorística em chave agonística e de crítica da sociedade e da cultura do próprio tempo (a par de Honoré Balzac e do primo Charles Baudelaire), é particularmente representativo nesse sentido. Durante muito tempo este grande escritor foi tido por menor, pela aparente destinação infantil das *Aventuras de Pinóquio* (1881-1883). Por volta de 1880 a sua escrita, inspirada no absurdo e no humorismo desconexo, deixou de encontrar o favor dos críticos, agora atraídos pelo Naturalismo. Acusava-se Collodi de nunca objetivar e de exagerar nos gracejos, mas ele *não queria* adotar nenhuma perspectiva narrativa de tipo naturalístico: escritor cômico e paradoxal, era o maior intérprete e herdeiro da tradição cômico-humorística que, na Itália de 1848 e na Europa desde 1830, tinha encontrado terreno fértil graças ao jornalismo e à sátira política e artístico-literária<sup>21</sup>.

A Antropologia sublinha o quanto o homem é um “animal” muito variado, e quão grande é a riqueza de eventos e de articulações espaciais e temporais que compõem a sua existência. O próprio termo *cultura* “indica as tradições socialmente apreendidas e adquiridas e os modos de viver dos membros de uma sociedade, incluindo a sua forma estruturada e reiterada de pensar, de sentir e de agir (isto é, de ser comportar)”<sup>22</sup>. A crítica não pode ignorar tais aquisições e deverá antes assumir uma visão prismática no que diz respeito à arte e à literatura. É de facto a Antropologia que, em nome da multiplicidade do agir humano, ensina que não devemos ver as culturas e as literaturas que dele fazem parte

---

<sup>21</sup> Cf. Carlo Collodi, *Opere*, dir. Daniela Marcheschi, Milão, Mondadori, 1995.

<sup>22</sup> Cf. Marvin Harris, *Antropologia culturale*, trad. Valeria Trifari, rev. Ugo Fabietti, Bolonha, Zanichelli, 1990, p. 6 (ed. orig.: *Cultural Anthropology*, Nova Iorque, Harper & Low, 1987).

como se fossem mundos isolados, fechados em si mesmos e separados. Ela convida a ter em conta a pluralidade das experiências, da complexidade das tradições e da sua coexistência, a considerar e a colocar em tensão os seus períodos de tempo que se tornam pensamento, matérias, formas, técnicas, palavras ou conceitos.

As tradições, portanto, não A Tradição, uma vez que existe uma relação múltipla de conjuntos, quer dizer, de sistemas literários e artísticos em permanente transformação e em contínua fase de adaptação, nos quais confluem e agem as tradições em ato, aquelas do passado (as literaturas ou artes clássicas, e não só) e as modalidades variáveis da sua percepção e reelaboração. Por estes motivos, não são possíveis tradições sem interpretação e não é possível interpretação sem uma autêntica crítica das tradições, ou seja, sem uma autêntica crítica da cultura. Cada autor/artista – e também cada crítico, embora de maneiras diferentes – deveria portanto ser um intérprete de tradições, e da realidade a recriar de uma forma nova.

Pensando por meio de tradições, conhecendo por meio de tradições – como precisamente indica a Antropologia – poderemos ampliar o quadro da história da literatura e da arte, o que nos permitirá criar paradigmas novos, e acolher de uma forma dinâmica o desafio da novidade.

# Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros

Jorge Freitas Branco

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa / CRIA-IUL

---

## Espaço

Ilhas são espaços convencionados. Não existem por si, mas em função de territórios perante os quais se hierarquizam. Podem ser outras ilhas com as quais se articulam segundo critérios administrativos ou geográficos previamente estabelecidos, constituindo-se então em arquipélagos. Não sendo esta a relação criada, tende-se a situá-las pela comparação objetiva proporcionada pelos dados quantitativos, ou subjetiva, pela experiência adquirida e transmitida.

O arquipélago da Madeira situa-se no Atlântico médio oriental e é formado por duas ilhas habitadas, mas de parâmetros desiguais, e vários ilhéus dispersos (Desertas e Selvagens). A maior, que deu o nome ao arquipélago, tem cerca de 740 km<sup>2</sup> e a sua população ronda os 260.000 indivíduos, uma densidade próxima dos 330 hab./km<sup>2</sup>. Caracteriza-a uma configuração montanhosa, atingindo no Pico Ruivo 1.862 metros de altitude. A capital é a cidade do Funchal, situada na costa sul com mais de metade da população – hoje uma aglomeração urbana<sup>1</sup>. A segunda ilha – Porto Santo – tem uma superfície de 42,5 km<sup>2</sup> e cerca de 5.000 habitantes. Tem relevo menos acentuado. Predomina um clima temperado oceânico e mediterrânico<sup>2</sup>. Em 1418 os portugueses chegam ao Porto Santo e em 1419 aportam à Madeira, encontrando-se as duas ilhas desabitadas. Os séculos de ocupação humana caracterizam-se pela transposição de população portuguesa para o território insular virgem. Batizada “Madeira” talvez pela imponência da cobertura vegetal, que obriga ao

---

<sup>1</sup> Cf. Gilda Dantas, “A mobilidade espacial e a transformação da malha urbana madeirense”, *Islenha: Temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, n.º 52, jan.-jun. 2013, pp. 129-144.

<sup>2</sup> Dados estatísticos e outros disponíveis no *site* da Direção Regional de Estatística da Madeira: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>.

seu desbaste pelo fogo. Um grande incêndio inicial de iniciativa humana terá aberto o território aos povoadores, pondo termo à virgindade encontrada.

A imagem do arquipélago dada para o exterior assenta num equilíbrio instável entre os elementos proporcionados pela natureza e os respetivos modos de apropriação social. Esta relação adquiriu dinâmicas diferentes ao logo do tempo: ora em proveito da produção de subsistência, ora a favor dum produto exportável (vinho), finalmente em função da mercadorização do clima e da paisagem<sup>3</sup>.

A insularidade é entendida como um sistema de relações no tempo e no espaço e não como a busca de descontinuidades ou de particularismos com vista à fixação de lugares remotos.

### Ainda existe insularidade?

Passando em revista a produção de conhecimento elaborada ao longo do século XX sobre o arquipélago, especialmente a proveniente das ciências sociais e afins, ressalta o interesse quase exclusivo que a ilha da Madeira despertou. Para além deste facto, chama ainda a atenção existirem até há pouco duas visões da realidade insular que estimularam dois discursos nem sempre convergentes.

Analiso em primeiro lugar a visão ética, ou seja, a perspetiva assumida pelos de fora. Predominam os escritos de geógrafos nessa bibliografia

---

<sup>3</sup> Sobre alguns dos aspetos das questões aqui mencionadas existe bibliografia relevante. Sobre os aspetos da influência cultural externa na economia, ver Marcus Binney, *Os Blandys da Madeira, 1811-2011*, Londres, Frances Lincoln Ltd. Publishers, 2011. Sobre a forma de avaliar as condições de vida da população camponesa e o seu modo de ligação ao espaço produtivo e habitacional, ver um estudo sobre a arquitetura dita não erudita de Victor Mestre, *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2005. O quotidiano insular tem sido abordado por A. Marques da Silva (*O quotidiano madeirense, 1750-1900*, Lisboa, Caminho, 1994), Elvino Sousa (*Arqueologia da cidade de Machico. A construção do quotidiano nos séculos xv, xvi e xvii*, Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006) e Jorge Freitas Branco (*Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*, Lisboa, Dom Quixote, 1987), ou, no âmbito mais restrito, Pedro Ornelas (“Os meios de vida e a reprodução da unidade doméstica numa povoação piscatória madeirense: o Caniçal”, *Isleña: Temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, n.º 16, jan.-jun. 1995, pp. 121-150).

constituída por um número apreciável de artigos, onde se destacam quatro monografias, uma elaborada por um português e as restantes por autores alemães.

Wilhelm Hartnack (1893-1963), mais tarde professor de Geografia dedicado ao estudo dos litorais, em Greifswald, cidade alemã no Báltico, é o autor da primeira, que foi publicada em 1930, quando ainda estava no início de carreira<sup>4</sup>. Trata-se de um trabalho minucioso, onde está patente o conhecimento adquirido pelo autor no terreno. É uma síntese sobre gentes e território, onde transparece a preocupação do geógrafo em proporcionar informação e elementos para o decisor administrativo ou político. Logo no início, o autor revela a sua fonte de inspiração intelectual e científica. Presta homenagem a Franz-Wilhelm Junghuhn (1809-1864), um médico de formação, algo desafortunado, que dedicou quase toda a vida a estudar a ilha de Java, onde se estabeleceu. Redigiu uma monografia em vários volumes, em que W. Hartnack se inspira para o seu denso volume único sobre a Madeira. Em comum terão as duas ilhas a densidade populacional e os desafios políticos e sociais que a demografia coloca.

Aproveitando a realização do XVI Congresso Internacional de Geografia em Lisboa, em 1949, Orlando Ribeiro (1911-1997) redige uma monografia publicada em francês, destinada a servir de guia aos congressistas em excursão à Madeira (*L'île de Madère. Étude géographique*, 1949). Só quase meio século volvido seria traduzida para português<sup>5</sup>. Comparando com a anterior, nesta o geógrafo, professor em Lisboa, interpreta a humanização do espaço insular à luz dos fatores históricos ligados ao povoamento e dos elementos culturais peninsulares trazidos. Figura destacada no meio científico português, dedicar-se-ia nos anos seguintes também aos estudos insulares, redigindo ou promovendo a elaboração de monografias sobre as ilhas atlânticas ocupadas pelos portugueses (arquipélagos dos Açores, Cabo Verde e São Tomé).

Pelo início da década de 1970, outro geógrafo alemão escolhe a ilha para tema do seu doutoramento, preocupando-se com a relação entre a densidade da população e a resposta económica que importa

---

<sup>4</sup> Wilhelm Hartnack, *Madeira. Landeskunde einer Insel*, Hamburgo, Friedrichsen & Co, 1930.

<sup>5</sup> *A ilha da Madeira, até meados do século XX. Estudo geográfico*, Lisboa, ICALP, 1985.

encontrar<sup>6</sup>. Tenta determinar a capacidade de carga humana (opera com uma noção que designa *Tragfähigkeit*) suportada pelo espaço insular em função do seu nível de desenvolvimento económico (o turismo de massa emergente). Wolf-Dieter Blümel (1973) tornar-se-ia mais tarde professor em Stuttgart e um especialista internacional em regiões áridas e semiáridas.

Finalmente há que referir o filólogo lusitanista norte-americano Francis M. Rogers (1914-1989), que publicou, em 1979, um livro sobre as gentes dos Açores e da Madeira – *Atlantic Islanders* – em que faz um apanhado sobre a cultura e a sociedade dos dois arquipélagos a partir da informação compilada e da sua experiência de campo ao longo de décadas de pesquisas sobre dialetologia insular<sup>7</sup>.

Estes quatro títulos compõem uma visão externa, ética da Madeira. Em todas as monografias sobressai a preocupação em abordar aspetos ou mesmo relações entre a densidade populacional, os excedentes demográficos e a emigração. A ilha é pequena, montanhosa, o solo é fértil, mas escasso e de difícil amanhã, o regime de propriedade atrofia a iniciativa, o desejo de sair forte. Uma paisagem estetizada e a amenidade do clima apresentam-se como recursos turísticos potenciais.

Sistematizações do saber disponível sobre a sociedade e cultura madeirenses foram produzidas por iniciativa de duas figuras nativas que atuaram em tempos e por modos distintos, formando a perspetiva émica ou nativa. Duas figuras estão, pois, no centro da produção que deu corpo a esta visão do arquipélago.

O padre Fernando Augusto da Silva (1863-1949) foi o impulsionador e principal autor do *Elucidário madeirense*, publicado em 1921 (2 volumes) para comemorar o V Centenário da Descoberta da Madeira, e em 1940, numa versão atualizada e ampliada (3 volumes), por ocasião das celebrações oficiais de centenários nacionais (fundação da nacionalidade em 1140 e restauração da independência em 1640).<sup>8</sup> Teve a colabora-

---

<sup>6</sup> Wolf-Dieter Blümel, *Madeira. Demographie, Sozialstruktur und wirtschaftliche Situation einer überbevölkerten Insel*, Karlsruher Geographische Hefte, n.º 4, 1972.

<sup>7</sup> Francis M. Rogers, *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*, North Quincy, MA, The Christopher Publishing House, 1979.

<sup>8</sup> *Elucidário madeirense*, vol. I: [http://www.bprmadeira.org/index\\_digital.php?IdSeccao=228](http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=228), acedido a 21 de junho de 2014; vol. II: [http://www.bprmadeira.org/index\\_digital.php?IdSeccao=229](http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=229), acedido a 21 de junho de 2014; vol. III: [http://www.bprmadeira.org/index\\_digital.php?IdSeccao=318](http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=318), acedido a 21 de junho de 2014.

ção do naturalista Carlos Azevedo de Menezes (1863-1928) para as matérias desta última especialidade, assim como a participação de outro naturalista, Adolfo César de Noronha (1873-1963), e de Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), no domínio histórico. Estes foram, pois, liderados pelo sacerdote que, além de investigador nos arquivos, também ocupou cargos na administração regional, tais como a presidência do município funchalense. Esta primeira sùmula de conhecimentos sobre o arquipélago reúne a informação disponível nos domínios histórico e das ciências naturais. Os seus autores detinham, no tempo em que viveram, os conhecimentos mais actualizados, enquanto os contextos históricos e políticos abordados assentavam na documentação consultada em arquivos da igreja e do estado, aos quais o principal autor frequentemente refere “ter tido acesso”, não os identificando e localizando em termos concretos. Em contrapartida, a colaboração dada pelos naturalistas assenta no estudo de espécimes da flora e fauna reunidos em herbários e coleções zoológicas que foram objeto de publicações feitas pelos próprios. O *Elucidário madeirense* deve ser visto como alicerce ideológico dum posicionamento identitário regionalista, acompanhando uma autonomia política reclamada e conseguida a partir de 1901 para alguns setores da administração pública. A organização da obra em entradas com remissões transformou-a na principal fonte de informação e reprodução do conhecimento regional. As duas edições publicadas esgotaram-se passados poucos anos de serem dadas a lume, seguindo-se-lhes duas reimpressões. A obra não só atravessou gerações, como sobreviveu aos regimes políticos que se sucederam a nível nacional ao longo do século XX (Primeira República, Estado Novo, Democracia). A influência que terão exercido nas camadas mais influentes da sociedade insular poderá ser medida pela presença de exemplares em bibliotecas privadas. A aquisição e detenção por particulares do *Elucidário*, integrando-o no espaço de sociabilidade doméstica, revelam o papel crucial da obra na promoção dum sentimento regional de base letrada.

Outro sacerdote, Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), publica em 1940 as *Ilhas de Zargo*, em dois volumes<sup>9</sup>. Seguir-se-iam quatro edições até 1989, sendo a última reimpressão acrescida dum extenso volume de adenda, com atualização de informação. Trata-se de

---

<sup>9</sup> Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal, 1967 [1940].

um empreendimento de escrita e edição pensado em alternativa à súpula anterior, conforme logo se deduz da apresentação à obra redigida pelo autor. Sumariando as questões em temas desenvolvidos em artigos longos e inserindo material estatístico pormenorizado então existente, a sua leitura revela a intenção de proporcionar ao leitor uma imagem do arquipélago à luz da política e das realizações do regime autoritário. Talvez seja sintomático constatar que, enquanto o *Elucidário* foi publicado pela Junta Geral, as *Ilhas de Zargo* foram editadas pela Câmara Municipal do Funchal. Aos historiadores cabe a tarefa de verificar se se trata de uma divisão de tarefas e de despesas em período comemorativo nacional ou se, para além disso, também de opções diferenciadas perante a problemática regionalista.

Comparadas as duas sistematizações do conhecimento regional madeirense, verifica-se que ambas se destinaram a constituir marcos ideológicos no tempo em que surgiram. A primeira afirma uma visão regionalizante, enquanto a segunda mantém esse cunho, mas retirando-lhe a essência de reivindicação política, atendo-se unicamente aos aspetos simbólicos e descrevendo as manifestações culturais como elemento identitário resultante duma ideia estática e regressiva de tradição, que se pretende ver e manter instituída. Também as *Ilhas* terão rumado em direção às estantes das salas de visitas das famílias madeirenses letradas. Resta apurar se em alternativa ou em complemento ao *Elucidário* presumivelmente já lá existente. Duas súpulas, duas bandeiras ...

Poderão também as ilhas ser uma carreira? Eis a pergunta que se impõe colocar recordando a exclamação que terá sido proferida por Benjamin Disraeli no parlamento britânico, referindo-se à Índia. Diversos contextos podem ser equacionados. Relativamente à Madeira, como se acaba de verificar, os forasteiros não fizeram dela uma carreira, quando muito uma etapa inicial. Quanto aos nativos, tiveram naturalmente outra atitude: fizeram dela uma vida. Uma situação diferente é a ligação que se pode estabelecer por descendentes de emigrados em gerações anteriores. A evocação institucionalizada do escritor norte-americano John dos Passos, descendente de madeirenses da Ponta do Sol, constitui um exemplo duma apropriação regressiva em que é a relação e não a diferença o elo fundamental. Enquanto o descendente de emigrados demanda em algum momento a terra dos seus antepassados num ato de reconstituição da memória familiar, na terra a atitude é

aceite pela relevância que ela pode adquirir na projeção externa da ilha. Como qualquer território, as ilhas vivem em primeiro lugar da circulação de gente, da mobilidade, sendo esse o fator que determinava a ideia e o sentimento de insularidade. Essa busca de passado guardado em lugar remoto, porque apagado, esquecido ou vedado e porque pode envolver conflitos e dissidências por sanar, originando exílios voluntários ou forçados, tem sido alvo de pesquisa. No que concerne a dissidências na sociedade madeirense, existem estudos históricos sobre a maçonaria em Setecentos<sup>10</sup>, ou as conversões religiosas oitocentistas<sup>11</sup>. Um trabalho recente da antropóloga Ruth Behar, por nascimento cubana, põe a descoberto de forma sugestiva os vestígios e as pistas duma presença judia desaparecida da ilha, que ela continua a ver como a sua terra<sup>12</sup>.

Outras ilhas foram carreiras científicas de uma vida. Referiu-se já Junghuhn e a sua dedicação incondicional a Java. Sidney W. Mintz dedicou-se a Porto Rico e a outras ilhas das Caraíbas, abordando as plantações, o proletariado agrícola, o açúcar, a dissidência religiosa. Este autor produziu, assim, obras cuja relevância ultrapassou o quadro regional que abarcam, analisando o confronto das sociedades ditas sem história com o Ocidente<sup>13</sup>.

### Antropologia insular no presente

Interrogar uma terra equivale a confrontá-la com outras conhecidas do investigador ou do viajante. Não faltam exemplos de um tal exercício. Vem-me à mente Jean Baudrillard (1923-2007) e a sua visão obtida numa viagem a uma América, a dos EUA. Dela, retive dois aspetos: o primeiro é a rejeição do preconceito intelectual europeu em relação àquele país-continente, quando lhe imputamos uma quase menoridade

---

<sup>10</sup> António Loja, 1986, *A luta do poder contra a maçonaria. Quatro perseguições no séc. XVIII*, Lisboa, INCM, 1986.

<sup>11</sup> A. de Vasconcelos Nogueira, *Os exilados da Madeira relacionados com o Dr. Kalley e o desenvolvimento económico do capitalismo moderno: estudo de caso em história económica e emigração da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX*, Universidade de Aveiro, 2005 [texto policopiado].

<sup>12</sup> *An island called home. Returning to Jewish Cuba*, New Brunswick, Rutgers University Press, 2007.

<sup>13</sup> Sidney W. Mintz, *Sweetness and power. The place of sugar in Modern History*, Londres, Penguin Books, 1985.

e também uma atitude de superficialidade no plano cultural; o segundo prende-se com a vastidão dos espaços percorridos e a beleza implícita numa falsa monotonia que deixa de o ser à medida que consumimos distâncias ao volante dum automóvel. Na minha leitura daquele texto deduzo dois eixos analíticos: vastidão e mobilidade. No viajar, Baudrillard busca sentidos e conjuga significados, neutralizando oposições em favor de relações<sup>14</sup>.

Enquanto viajante, Bruce Chatwin (1940-1989) percorre a Patagónia, descrevendo-a pelo que vê. Observador experimentado e avisado, convive porque interpela e estabelece diálogo com pessoas, injeta temporalidade à experiência vivida ao debatê-la com a bibliografia legada pelos que o antecederam. Chatwin não era antropólogo, mas da sua errância nasce uma ficção que pode ser lida e entendida como uma etnografia autorizada<sup>15</sup>. Percorrer terras, fixar território, interpretar espaço, pensar limites, avaliar dimensões físicas e mentais leva-nos a ensaios de revisitação dos percursos feitos numa escala transferida para o passado. Extirpa-se o que nos parece recente e moderno, sobreposto ou mesmo imposto. Imaginamos um antes e comprovamo-lo no diálogo com as gentes, que nos respondem em tradição. A retórica da nostalgia revela-se como uma relação forte, que se presta a abafar dissonâncias do presente.

De e sobre nostalgia muito se tem escrito. A produção de nostalgia, tanto pela escrita como pela imagem, tem sido uma via de convergência entre intelectuais e público consumidor. Pierre-Jakez Hélias (1914-1995) e o seu livro *Le cheval d'orgueil*<sup>16</sup> é a este propósito um caso exemplar. Elaborado como uma autobiografia, descreve circunstanciadamente a vida camponesa numa aldeia da Bretanha: a família, o âmbito doméstico, a vizinhança, o quotidiano. A confrontação linguística entre o bretão em que decorre a socialização familiar e aldeã e o francês que a escolaridade e o serviço militar obrigatórios impõem são fatores determinantes para a criança e depois para o jovem adulto. Autor consagrado, o Hélias-narrador, ao redigir este longo depoimento vertido das suas lembranças, estabelece os parâmetros para a difusão duma cultura bretã

---

<sup>14</sup> Jean Baudrillard, *América*, Lisboa, João Azevedo Editor, 1989 [1986].

<sup>15</sup> Bruce Chatwin, *Na Patagónia*, Lisboa, Quetzal, 1989 [1977].

<sup>16</sup> *Le cheval d'orgueil. Mémoires d'un Breton du pays bigouden*, Paris, Plon, 1975.

de feição nostálgica. A subalternidade cultural exprime-se no apagamento da língua nativa, o que, por sua vez, produz o ingrediente para a mobilização regionalista, que exprime a rejeição coletiva ao centralismo do estado francês. Acresce a este movimento o pendor nostálgico em que o autor transmite uma vontade de busca dum tempo perdido, porque esquecida a língua, transformadas as relações de vizinhança e implantada uma agroindústria. O cavalo de orgulho desencadeou dinâmicas de consumo cultural. Foi um recorde de vendas, sucedendo-se as edições e atingindo-se as centenas de milhar de exemplares vendidos (em francês, na já então prestigiada coleção *Terre humaine*, da editora Plon), considerando-se um dos maiores sucessos editoriais no género. A visão duma cultura regional subjugada por um estado centralizador, narrada na minúcia de recordações pessoais, ditas na primeira pessoa pelo nativo civilizado na língua do dominador, levaram a que as estruturas políticas centrais de vocação hegemónica aceitassem a diferença cultural. No pressuposto desta articulação entre política centralista e regionalismos como cultura de relações culturais, a obra de P.-J. Hélias foi adaptada ao cinema com o mesmo título do livro e realização de Claude Chabrol (1930-2010). A fim de reforçar um sentimento nostálgico, a película é falada em bretão e legendada em francês. Enquanto no livro se lamentam o esquecimento da língua e o abandono da sobriedade que regia a vida económica camponesa de então, o filme faz uma leitura da cultura bretã na sua relação com a morte. O mesmo fenómeno – o ocaso de uma cultura regional – é olhado em perspetivas diferentes: o escritor pela língua como ligação dos vivos entre si, o cineasta pela morte como outro modo de comunicação entre os vivos. Na produção de nostalgia, contam mais as relações do que as diferenças.

### Comparando

Privilegiar a relação em detrimento da diferença não implica a supressão do exercício comparativo. Uma vez mais são úteis os exemplos de outros contextos. À questão “o que é ser alemão no presente?”, escolho três modos de abordagem. Do ensaio de Hermann Bausinger<sup>17</sup> retenho a discussão sobre a tipificação de populações, cuja identidade se pre-

---

<sup>17</sup> *Typisch deutsch. Wie deutsch sind die Deutschen?* Munique, Beck, 2000.

tenda circunscrever ou definir num plano local, regional ou nacional. Este antropólogo propõe a determinação do que é típico pela vertente da sua negação, ou seja, por ação contrastiva (*Kontrastprogramm*). Nesta ordem de ideias, mais que estabelecer o que é típico num grupo humano importa determinar aquilo que ele define como prerrogativas próprias, gerando semelhanças e sincronismos e, em consequência, identidade cultural pelo contraste criado perante outros. Mais do que um facto, a tipificação é procedimento com vista à operacionalização duma pesquisa. Contrastar e confrontar: no caso presente o autor recorre à comparação que proporcionam materiais vindos de outros que não os alemães, que pretende, no final de contas, estudar. Enumera e debate atitudes e comportamentos da sociedade norte-americana, mas introduz um outro elemento inovador na sua análise na perspetiva da antropologia cultural. Enquanto procurar elementos culturais dissemelhantes entre alemães e americanos (EUA) nada tem de inesperado, é inédito comparar duas sociedades geradas no plano político pelo confronto de ideologias ocorrido durante a Guerra Fria – as Alemanhas nascidas da proclamação de dois estados, em 1949. Bausinger aborda os elementos constituintes e caracterizadores de culturas em estruturas estatais resultantes de sistemas políticos concorrentes numa anterior entidade nacional. Isto permite quase isolar o papel da política e do estado na criação ou disseminação de processos culturais alargados e a sua hegemonização instigada por regimes políticos.

W. Krämer<sup>18</sup> adota outra metodologia para abordar a tipicidade alemã. Recorre a dados estatísticos sobre consumo, comparando-os a outras povos e colocando os alemães num *ranking*. Mas é sobretudo no fator técnico que ele procura as imagens difundidas da diferença cultural. O caso mais mencionado e debatido é a importância que os alemães atribuem a certos produtos, como, por exemplo, o automóvel. Nele o alemão revê-se, muito mais do que na cerveja ou no futebol, pese a imagem que os outros dos alemães tenham. O autor chega a esta conclusão apoiando-se em dados quantitativos. Sendo especialista em estatística económica e social, faz uma leitura da cultura alemã atual, considerando a *performance* técnica e industrial – o selo *made in Ger-*

---

<sup>18</sup> *Typisch deutsch. Was uns von anderen unterscheidet*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2013.

*many* – e o quadro económico e social que desde os anos 1950 conduziu ao milagre económico – o *Deutsche Mark*, a moeda então surgida – seus elementos estruturantes. Estão assim encontrados os dois pilares em que assenta a cultura da identidade nacional alemã no presente: o *know how* tecnológico e a moeda, ambos aliados ao consumo.

Duas antropólogas analisam o quotidiano alemão, realçando os aspetos que se prendem com as relações de género, o lazer, as transformações familiares e da intimidade, a busca cada vez mais abrangente de modos de vida alternativos<sup>19</sup>. Para elas, o elemento típico na sociedade alemã nos dias que correm é o pluralismo da moda de feição transnacional e o que caracteriza os consumos. Só aparentemente estamos perante uma dinâmica de homogeneização, uma vez que se geram distinções. Em ambiente globalizado instaura-se uma cultura de massas, onde as autoras veem no inflacionamento da diversidade, exemplificada na moda, hoje necessariamente internacional, o elemento típico comum atualidade a todas as sociedades.

### Resumo e perspetivação

O típico e a insularidade são dois parâmetros que se consideram básicos na elaboração duma antropologia cultural do presente insular madeirense. Pelas razões expostas, são ferramentas na operacionalização da pesquisa e não categorias analíticas. A tipificação é entendida como operadora de contrastes e a insularidade como atitude, e não uma territorialidade fisicamente circunscrita. Recordando a proposta de Marc Augé sobre não-lugares<sup>20</sup>, a insularidade também poderá ser encarada nos mesmos moldes, dada a sua essência fluida e homogénea já não determinada por descontinuidade geográfica. As condições que definem, segundo o mesmo autor, a sobremodernidade (acontecimentos, mobilidade espacial, individualização) tornam a insularidade ultrapassada em termos físicos (continuidade/descontinuidade). Daí outros autores ensaiarem outras aproximações ao fenómeno, procurando as suas transfigurações

---

<sup>19</sup> G. Schwibbe e I. Spieker, *Bei Hempels auf dem Sofa. Auf der Suche nach dem deutschen Alltag*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2005.

<sup>20</sup> *Non-lieux. Pour une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Le Seuil, 1992 [várias edições em português].

(exemplo da *îlêité* sugerido por Gombaudo<sup>21</sup>. E, novamente, mais do que diferenças, trata-se de evidenciar relações.

A etnografia a produzir assenta numa pesquisa multisituada, onde se conjugam: a) a ação do investigador no terreno, b) o diálogo à distância ou em diferido mantido por mensagens instantâneas, c) a correspondência trocada com informantes, inclusive por *e-mail*, d) a compilação da informação difundida pela internet<sup>22</sup>.

O fio condutor do procedimento analítico será a autonomia política regional que caracteriza a vida do arquipélago desde 1974<sup>23</sup>. Aqui a comparação com os Açores<sup>24</sup> apresenta-se como mais adequada, dada a conjuntura política comum que no plano constitucional português originou estas autonomias. Outras autonomias insulares (como, por exemplo, os casos das Canárias ou das Baleares, multiplicando-se os casos) são interessantes do ponto de vista comparativo, mas não tão relevantes no presente contexto, visto ser diferente o quadro histórico, cultural e político em que surgem e se afirmam.

Para concluir, formulo de forma concisa o âmbito em que me parece pertinente ensaiar o enunciado de uma antropologia cultural da sociedade madeirense no presente. Assim, parte-se da autonomia política como o elemento hegemónico na sociedade, na medida em que deu origem a dinâmicas culturais, que importa situar e descrever. Uma etnografia desses quotidianos fragmentados deverá contribuir para a produção de sentidos a dar aos fenómenos do presente: Que significa

---

<sup>21</sup> Stéphane Gombaudo, *Iles, insularité et îlêité. Le relativisme dans l'étude des espaces archipélagiques*, Université de la Réunion, Tese de doutoramento, 2007: <http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/46/25/05/PDF/2007lare0019-gombaudo.pdf>, acedido a 21 de junho de 2014.

<sup>22</sup> Lembramos, a este propósito, as seguintes obras: George Marcus, "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 1995, pp. 95-117; G. Marcus e F. Mascarenhas, *Ocasião. The marquis and the anthropologist. A collaboration*, Walnut Creek, Altamira Press, 2005.

<sup>23</sup> Cf. Rui Nepomuceno, *A conquista da autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Caminho, 2006 e Albertina Henriques, *Órgãos políticos e classe política na Região Autónoma da Madeira*, Funchal, SRTC, 1999.

<sup>24</sup> Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999 e Álvaro Borralho, *A sagrada aliança. Campo religioso e campo político nos Açores, 1974-1996*, Lisboa, Mundos Sociais, 2013.

pertencer às regiões ultraperiféricas (RUC)? Em que consiste ser madeirense? A resposta que se procura assenta no redimensionamento dos parâmetros (tempo, espaço, gente) de insularidade.



# Problematizações do cânone literário e a questão central da Cultura

Annabela Rita

CLEPUL – Universidade de Lisboa

---

O título desta comunicação coloca problemas cujos contornos procurarei cartografar. Nos velhos mapas, o desconhecido tinha o recorte costeiro; nestes, o cartógrafo interna-se na floresta frondosa, confrontando-se com o solo acidentado...

**Lusofonia, Literatura, cânone e cânone(s) lusófono(s):** qualquer dos temas é polémico e regista imensa bibliografia. Circunscrevamos os temas por ordem de enunciação, antes de os perspetivarmos nas combinatórias propostas. Fá-lo-ei sintetizando e simplificando em jeito esquemático.

## 1. Lusofonia

Muitos sobre ela refletiram, de Agostinho da Silva a Adriano Moreira, passando pelos autores do luso-tropicalismo, etc., que lhe foram abrindo vias, contestando ou defendendo, problematizando ou consagrando, contrapondo-a aos outros blocos linguísticos de geoestratégia política também (anglofonia, francofonia e hispanofonia).

Fernando Cristóvão foi um dos principais cartógrafos da Lusofonia<sup>1</sup>, com o *Dicionário temático da Lusofonia* (2005) e *Da Lusitanidade à Lusofonia* (2008). Basta o verbete que a primeira das obras dedica ao conceito para constatar a diversidade de critérios de definição e a história do conceito, entre polémicas e consensos. Avancemos para a sua proposta posterior dos 3 Círculos da Lusofonia, “três círculos concêntricos de independência e solidariedade”:

---

<sup>1</sup> Destacamos, em especial: *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997; *O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores*, Coimbra, Almedina, 2003; *Nemésio, Nemésios*, Lisboa, Colibri, 2003; *Dicionário temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores, 2005; *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina, 2008.

“Na sua [da Lusofonia] construção, algumas realidades começam a tornar-se especialmente visíveis como caminhos a confirmar, aquilo a que chamaremos os ‘três círculos da lusofonia’.

O **primeiro círculo**, nuclear dos três concêntricos, é o das oito nações lusófonas independentes, e das regiões que, pertencendo a outros Estados independentes, também se consideram lusófonas, sem prejuízo da sua outra identidade e fidelidade nacionais: Galiza, Goa e outros pequenos territórios da Índia, Macau, Casamansa...

[...]

É neste grande círculo que se joga o futuro da lusofonia. É nele que se situa a ‘Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa’ (CPLP), criada em 1996, que tarda em impor-se na cena internacional. Não só por circunstância da instabilidade organizativa dos países de África, propondo outras fidelidades estritamente africanas, ou mais vastas de natureza económica, como a da Commonwealth, mas também por ter cometido o gesto precipitado de não ter antes posto a funcionar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), criado no papel em 1989. Sendo este instituto o da formação e defesa da língua e da cultura, a sua ação poderia contribuir em muito para estimular a base de apoio popular e institucional da sociedade civil que facilitaria os passos seguintes de iniciativas políticas e económicas.

O **segundo círculo concêntrico** deste, que envolve o primeiro, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países em que, naturalmente, se estabelece o diálogo e colaboração entre a língua e a cultura comuns e as outras línguas e culturas do país, com vista a estimulá-las e protegê-las, tanto nacional, como internacionalmente.

[...]

Entendemos que nas funções do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que melhor se chamaria ‘Instituto Internacional Lusófono’, está a de apoiar a valorização das outras línguas do país, a sua escolarização, edição, etc.

Até porque se não for a ‘língua de cultura’ internacional a proteger as línguas regionais ou locais, em pouco tempo elas desaparecerão, por ação desse grande agente descaracterizador cultural que é a globalização.

O **terceiro círculo da lusofonia**, também concêntrico, e o mais amplo, é formado pelas instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos mas que mantêm com a nossa língua comum e com as culturas e literaturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia, de interesses vários.

É integrado por professores e alunos dos ensinos universitário, politécnico, secundário, por familiares e conviventes de emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos...

São milhares de pessoas de uma qualificação especial, de outros povos, línguas e culturas que se interessam por nós.

Estão estes lusófonos especiais, ou lusófilos, em situação de algum dinamismo social e intelectual, em condições de intensificarem o intercâmbio entre os nossos países e os seus, de outras línguas e culturas, por isso, há que encorajá-los.

E fazem-no divulgando em suas terras ideias e realizações lusófonas, e entre nós, ideias e realizações suas, dando-nos a conhecer melhor as suas culturas. Intercâmbios estes que se podem traduzir, se estimulados, em ações de cooperação económica, social, turística, técnica.

Reconhecer a existência deste terceiro círculo como o de um conjunto de instituições e pessoas abertas à lusofonia devia levar também as instituições lusófonas a uma política de aproximação que não se traduzisse só em reconhecer e premiar os seus méritos, mas sobretudo em promover, nos cursos de verão das universidades, programas especiais de interdependência. E para esta tarefa deviam ser especialmente motivadas algumas empresas que cooperam com empresas desses países e, muito em especial, a indústria turística.”<sup>2</sup>

As suas propostas situam-se, em especial, a nível da história e dos princípios, com especial destaque para o de uma “patrimonialidade” comum, “não só para os lusófonos, mas também para vários outros povos” que com ela ou por ela foram contactados e em que ela deixou rasto, marcas, vestígios. Perspetiva agora em foco internacionalmente e consagrada na UNESCO sob o signo de “Património Cultural Imaterial”<sup>3</sup>, defendido na “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” (1972), ratificada por Portugal em 2008, fazendo igualmente sugestões práticas de construção e de reforço.

## 2. Literatura

Falar de *Literatura* implica evocar acordos e desacordos e refletir sobre matéria eminentemente metamórfica. Todos concordamos com o facto de que a Literatura é linguagem e comunicação. Mas a ordem dos fatores em referência não é arbitrária e aí começa o problema: na *diferença* e

---

<sup>2</sup> Fernando Cristóvão, “Os três círculos da lusofonia”, 2002, <http://www.ciberduvidas.com/textos/lusofonias/10370> (consultado a 1 de Setembro de 2014).

<sup>3</sup> Cf. [http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul\\_tema.php?t=9](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9) e [http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul\\_doc.php?idd=16](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=16) (consultado a 1 de Setembro de 2014).

na *especificidade* que a constituem. As sucessivas tentativas de definição e de caracterização dessa linguagem e comunicação estéticas seriam, só por si, suscetíveis de formar bibliotecas<sup>4</sup>. Aqui, seria excesso imperdoável! Aceitemos, pois, que é uma *cristalização cultural*<sup>5</sup> e um sistema comunicativo hipercodificado<sup>6</sup> por convenções específicas cujas insígnias os *iniciados* tendem a reconhecer e que influem na criação e na leitura: pluralidade e mutabilidade semântica<sup>7</sup>, assimetria comunicativa (presença vs. ausência)<sup>8</sup>, de gêneros, de programas estéticos (escolas,

<sup>4</sup> *Literatura*, matéria de perspetivação disciplinar diversificada e complementar. A História, a Crítica e a Teoria da Literatura ponderam-na diacrónica, sincrónica e acronicamente, oferecendo-no-la em função de quadros de referências complementares e de conceitos operatórios que a última elabora no seu intercâmbio com as outras, que os vão testando e “afinando”. Outras disciplinas (a Hermenêutica, a História da Língua, etc.) colaboram no esclarecimento dos textos que mais se iluminam ainda no diálogo que mantêm uns com os outros, através do tempo, do espaço, das nacionalidades (matéria dos estudos *comparatistas* e, expandindo o conceito de *texto* à Arte, em geral, assunto dos estudos *intermediais*, por excelência).

<sup>5</sup> No texto literário, concentra-se de modo estruturalmente depurado e elaborado essa polifonia difusa e complexa: a *cultura*. Cultura, cuja heterogeneidade tende a ser inteligida por perspetivações sistematizantes que evidenciam e fazem reconhecer linhas de força identitárias, assinalando continuidades na descontinuidade. Cultura, onde se mesclam identidade e alteridade, forças centrífugas e centrípetas relevando da vida das comunidades, da sua experiência, da sua memória, do seu esquecimento, do seu sentimento de pertença e de *ser*, da sua capacidade e vontade de o preservar e de o reforçar.

<sup>6</sup> Além das convenções linguísticas (combinadas com as sociais, morais, etc.), é uma comunicação *mediada* por *convenções* próprias que lhe conferem dimensão artística e historicidade: os gêneros, a memória dos seus *clássicos* e dos seus *marginais*, do *cânone* e do *contracanto*, da consciência estética de um *dever* do signo literário, de matrizes e de *prospetiva*, de *ensaística* e de *concretizações*, de processos. E é uma comunicação mediada também pela *legitimação* intrínseca e extrínseca: a da reflexão da palavra sobre si, narcísica e anelante de outra; a da inscrição da palavra no real de que se contamina; a das instituições que a (re)conhecem e que a fazem (re)conhecer (associações de escritores, academias, programas escolares, prémios, editoras, etc.).

<sup>7</sup> É linguisticamente *ensaística*. Experimenta até aos limites do irreconhecimento a ductilidade da linguagem, a sua plasticidade, a sua potencialidade fonética, semântica e sugestiva, a sua capacidade concentracionária e expansiva, as suas possibilidades combinatórias. Explora a opacidade e a transparência do signo, desafia o nosso imaginário, revoluciona e/ou sistematiza os sistemas conceptuais, vetoriza e/ou exprime o pensamento.

<sup>8</sup> É comunicação *in absentia*, com tudo o que tal implica. A escrita e a leitura desenvolvem-se em face de um lugar vazio imaginariamente configurado de

movimentos, etc.), de referências que lhe (re)compõem o cânone e a memória (autores e obras)<sup>9</sup>, de funções<sup>10</sup>, etc.. No centro, o **cânone**, espécie de panteão dos representativos, das referências, da constelação da nossa memória estética.

---

modo a influir na comunicação. Quem escreve concebe um destinatário em gênero, número e “grau” (nível de competência) ou pode conciliá-los num registo que os conjuga (irônico, simbólico, paródico, etc.). Quem lê imagina-se a ser imaginado e... Cada palavra vive da polissemia acrescentada pela sua autonomia (descontextualização), que o tempo e as circunstâncias vão expandindo na leitura. Com isso, torna-se protagonista de Histórias da Literatura e de Histórias da Leitura.

<sup>9</sup> É eminentemente *metamórfica*: as suas fronteiras estão em permanente mutação, quer no plano teórico (da sua conceptualização), quer no plano criativo. Reconfigura-se e é reconfigurada diversamente, em função de fatores intrínsecos e extrínsecos legitimadores. É *território* movedição, onde os valores e as sensibilidades se confrontam e onde o que hoje é considerado literário pode ser relegado para as suas margens amanhã.

Vive a dupla vocação de querer ser *diferente* (original, singular, surpreendente) e de desejar, (in)confessadamente, *assemelhar-se* ao(s) modelo(s) que elege, à tradição e linhagem com que se identifica. Nessa tensão, revela-se subtil, mas profundamente *paródica* e *tabular*: a memória estética e cultural informa-a. Da alusão à assumida citação, do *pastiche* à reescrita, todas as variantes lhe modulam o verbo, suspenso de pregnância, vibrante de suspeição.

E a palavra impõe-se *iconicamente*: é imagem em trânsito, dominada pela *arte da fuga*, em que se transforma, medusante e encantatória na sua (re)configuração e na das imagens que promove na nossa imaginação. Nesse trânsito, inscreve-se e grafa-se enlutada pela perda experimentada, eufórica pela novidade que incorpora, tranquilizada pela memória preservada: constitui-se como *detalhe* ou *sinal* de programas estéticos que codifica e cristaliza, que atravessa e em que se metamorfoseia. Relewa de protocolos de escrita e promove pactos de leitura: sugere, impede ou dificulta itinerários analíticos, insinua a sua inesgotabilidade, seduz e fascina pelo modo como se impõe como *alfa* e *ômega* de si própria.

<sup>10</sup> É *plurifuncional*: assume diversas funções, desde a de representar ou refletir sobre o real até à de promover a alienação dele, questionando a existência ou questionando-se a si mesma, denunciando ou assinalando, observando ou observando-se, etc.. E a escrita desenvolve-se oscilando entre elas, jogando com elas, deixando sinais mais ou menos dominantes ou hesitando em comprometer-se decididamente com uma delas, estética, social, ética, filosófica ou outra. Ao longo dos tempos e das histórias literárias, poderemos detetar predominâncias, mas é a pluralidade que a caracteriza.

### 3. Cânone: do *ocidental* aos *nacionais* e ao(s) *lusófono(s)*

Harold Bloom<sup>11</sup> afirma que “Cânone significava originalmente a escolha de livros nas nossas instituições de ensino [...]”. Daí a *lista* de textos considerados obras-primas, textos mais marcantes, representativos... Isso supõe os resultados sempre instáveis dos encontros e dos desencontros entre a produção e a receção na fenomenologia da *literatura*: esses *clássicos* são os que se mantêm perante o olhar metamórfico do leitor, ao sabor das oscilações das sensibilidades epocais e dos paradigmas culturais e estéticos<sup>12</sup>. Daí a função *modelizante* da sua leitura (Italo Calvino, Harold Bloom, etc.)<sup>13</sup>. Mas também há os que mudam...

Se observarmos as listas e as obras dedicadas ao cânone, verificamos:

#### 1. Diferenciação e não coincidência

a) dos conceitos de *ocidental* e de *cultural* entre si e ao longo da História da Cultura;

b) das listas de obras, quer entre si, quer entre as listas da mesma Literatura, quando elaborada pelo país ou pela alteridade, ao longo do tempo e em cortes sincrónicos;

c) dos conceitos de “literário” e de “cânone literário”, pois são consagradas obras não literárias;

2. Iniciativas que implicam e pressupõem a falta de definição de um cânone literário<sup>14</sup>, seja ele europeu, seja nacional;

3. A importância da Cultura na escolha, que pressupõe uma hermenêutica interdisciplinar cultural informando o exercício do juízo estético.

---

<sup>11</sup> Harold Bloom, *O cânone ocidental*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p.27.

<sup>12</sup> Cf. alguma síntese dessa diversidade conceptual por Fabio Mario da Silva no seu doutoramento recente: *Cânone literário e estereótipos femininos*, texto policopiado, dissertação de doutoramento em Literatura apresentada à Universidade de Évora, 2013.

<sup>13</sup> Recordo o que sobre isso dizem Harold Bloom (*A angústia da influência: uma teoria da poesia*, Lisboa, Cotovia, 1991, e *Como ler e porquê*, Lisboa, Caminho, 2001), Italo Calvino (*Porquê ler os clássicos?*, Lisboa, Teorema, 1994) e outros.

<sup>14</sup> Helena Carvalhão Buescu, Maria Graciete Silva e Cristina Almeida Ribeiro (org.). *Um cânone literário para a Europa*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2012.

Assim se explica a metamorfose do cânone nos programas académicos e na tratadística e ensaística literária. Se o caso do cânone não é pacífico no campo religioso<sup>15</sup>, onde começou a ser tratado e conceptualizado, muito menos o é quando as diferenças e divergências são em nome de fatores mais fluidos e mais heterogêneos, multiculturalmente marcados...

Harold Bloom trata, pois, em grande angular, do *cânone ocidental*, enunciando autores consensuais entre esse ocidente de radical greco-romano. Nós estamos já a fazer deslizar o conceito para uma angular mais restritiva, a das literaturas *nacionais* e a(s) de uma *comunidade de nações*. Ora, quanto mais aproximamos a objetiva e quanto mais ela recua no tempo, mais acidentada e complexa, e menos consensual, é a imagem... Basta ver, no caso da Literatura Portuguesa, que o cânone mais consensual da comunidade nacional não coincide com os autores destacados por Bloom, onde algumas ausências (Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, P<sup>e</sup>. António Vieira, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Cesário Verde, etc.) contrastam surpreendentemente com tão poucas presenças e com uma delas (António Ferreira): a Camões, Bloom junta António Ferreira (1528-1569), um autor bem menor, destacando, posteriormente, Eça de Queirós (1845-1900), Fernando Pessoa (1888-1935), embora esquecendo a *Mensagem* (1934), Jorge de Sena (1919-78), José Saramago (1922-2010), José Cardoso Pires (1925-1998), Sophia de Mello Breyner (1919-2004) e Eugénio de Andrade (1923-2005).

Enfim, vamos constatando que o cânone é conjuntural, variável no tempo e no espaço culturais, discutível e discutido, instrumental no plano pedagógico, mas sem o valor absoluto que tende a iluminar-lhe o conceito...

---

<sup>15</sup> Veja-se o caso do cânone bíblico, lista de escritos considerados pela Igreja Católica: não apenas o conjunto resulta de intenso debate, como ele se renova de cada vez que novos apócrifos se encontram; o cânone da Igreja Católica Apostólica Romana não tem total aceitação por outras confissões religiosas também cristãs. E registre-se, também, o modo como as religiões do Livro reclamam para si a primazia do *seu* cânone.

#### 4. Um caso: as literaturas lusófonas

Avancemos para este caso. Nas *águas lusas*, o verbo literário assume timbres específicos...

A sua dimensão *patrimonial*<sup>16</sup> justifica instituições que a *cartografem* no âmbito de uma territorialidade alargada designada por *mundo lusófono*<sup>17</sup>: as academias<sup>18</sup>, as associações culturais<sup>19</sup> e de escritores, certas instituições<sup>20</sup>, prémios<sup>21</sup>, museu<sup>22</sup>, *observatório*<sup>23</sup>, estudos linguísticos (da Lexicologia à Morfologia, Sintaxe e História da Língua), bibliotecas (das tradicionais às digitais), e outras. Nesse *mundo lusófono*, como nos outros, a identidade nacional *literária* define-se no quadro da “literatura como sistema comunicativo segundo, intrinsecamente ligado ao esquema comunicativo primeiro da linguagem”, associando a consciência da comunidade nacional<sup>24</sup>, podendo alguns autores reivindicar a sua pertença a duas literaturas nacionais ou a de uma nacionalidade que não é a sua de facto, mas por afetos, ou a uma nacionalidade ferida na sua autonomia e politicamente dominada por outra.

##### A. Literatura Portuguesa

Perscrutemos o som da “flauta” portuguesa. No início, era... Eis-nos no campo da história e da mitologia portuguesas. Tudo começa com a independência, autonomia e legitimação comunitárias: a constituição

---

<sup>16</sup> Até as literaturas de tradição oral pertencem ao domínio do património imaterial da humanidade que a UNESCO reconhece.

<sup>17</sup> O *Dicionário temático da Lusofonia* (Fernando Cristóvão, *op. cit.*, 2005) consagrou definitivamente esse bloco de diversidade cultural.

<sup>18</sup> A Academia de Ciências de Lisboa [<http://www.acad-ciencias.pt/>], com a sua Secção de Letras, a Academia Brasileira de Letras [<http://www.academia.org.br/>], etc.

<sup>19</sup> Por exemplo, a ACLUS (Associação de Cultura Lusófona) [<http://www.fl.ul.pt/aclus/>].

<sup>20</sup> Instituto Internacional da Língua Portuguesa [<http://www.iilp-cplp.cv/>], Sociedade da Língua Portuguesa [<http://www.slp.pt/>], etc.

<sup>21</sup> O Prémio Camões.

<sup>22</sup> Museu da Língua Portuguesa [<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>].

<sup>23</sup> OLP (Observatório da Língua Portuguesa) [<http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>].

<sup>24</sup> Cf. Fernando Cristóvão, “A literatura como sistema nacional”, in *Cruzeiro do Sul a Norte. Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 13-34.

de um povo como *comunidade* que se (faz) reconhece(r) autónoma, singular, diferente: Portugal. Esse auto/ato político está consagrado em documentos próprios que o nomeiam e constituem a sua “cédula”, mas foi reforçado por uma construção imaginária progressivamente alimentada que lhe confere *identidade*, mais do que apenas *nome*.

No ADN nacional que lhe informa a cultura e as suas cristalizações literárias (e artísticas, em geral), destacaria a conjugação inicial de três componentes orientadoras da tessitura “penelopiana”: a bélica, a religiosa e a *viator* (no mais lato sentido, contemplando a relação dialética de quem parte com *quem* e com *o que* fica).

A construção da gramática da língua acompanhará a construção do país, até no plano do discurso historiográfico: na realidade e no discurso, a geometria linguística informará o discurso e o pensamento de si e esclarecerá a geopolítica... Alguns, como Fernando Pessoa e António Telmo, destacaram essa coerência, chegando a registar um horóscopo nacional; outros, como José Eduardo Franco, assinalaram a simultaneidade e a convergência dos processos...

A elaboração de uma mitologia consagratória e messiânica que coloca a comunidade “*sob o signo de...*”, reiterado nas suas insígnias (bandeira, hino, museologia, etc.) e na sua canção mais identitária, o *fado* (“Foi por vontade de Deus...”, na voz de Amália), assumirá como seu eixo mais central o imaginário cristão, mas, na verdade, quer a espiritualidade pagã, telúrica, quer a islâmica, quer a oriental, embelem-lhe o *verbo relacional*, o sentimento da transcendência, de um *além* marcante da teleologia da história e da existência comunitárias (uma vieirina *História do futuro*<sup>25</sup>, 1718). Por esse sentimento e com ele se marcou e expandiu a territorialidade, se lutou e navegou, se fundaram comunidades que hoje se reivindicam de uma mesma *família* (a CPLP), se geraram sebastianismos ortodoxos e heterodoxos. A essas experiências se mesclam a da diáspora e da miscigenação: anterior, simultânea e consequente.

Tudo contribuiu para que a *ânsia de ser*, eminentemente *identitária*, se tornasse um dos vetores centrais das suas manifestações culturais – não será apenas por programas estéticos que ela é considerada pela

---

<sup>25</sup> Cf. António Vieira, *História do futuro*, introd., atualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

maioria dos seus *clássicos* (Camões, António Vieira, Garrett, Pessoa, etc.) como fator decisivo da definição dos *protocolos* da comunicação literária: na cultura do livro em que se inscreve, a relação de “adequação” (para usar garrettiana expressão) entre o verbo artístico e o povo-nação e/ou o seu representante é preocupação *poiética*, e a sua capacidade de “exacerbar” (a palavra, agora, é de Cesário) releva da capacidade de melhor a *configurar*, de mais se vincular a uma *pátria-mátria*. Tudo favoreceu uma escrita *interrompida* pela vida e desejosa de cerzi-la, *expectante* do acontecer: o fragmentarismo complexo da escrita bernardiniana, como a musicalidade e brevidade das vocalizações galaico-portuguesas, tecidas de lirismo, tragicidade e narrativo, atravessam os tempos e os textos, no diálogo que lhes faz a história. Tudo contribuiu, igualmente, para que o *sentimento da ocidentalidade* (que Cesário assumiu como um título), com todas as suas matrizes (greco-romana, judaico-cristã, mas também islâmica, e, noutra vertente, de vocação intimamente “ecuménica”, cavaleiresca, até, oriental, etc.) e fraternidades (europeias, com destaque para as peninsulares<sup>26</sup>) se fosse tingindo de outros *sentimentos* ditados pela vivência da *ausência* e da *distância* (no plano individual, familiar e coletivo) que lhe foram modalizando o verbo poético e ficcional entre canto e contracanto, registos simbolicamente expressos n’Os *Lusíadas* (1572) e na *História trágico-marítima* (1735-36).

Na *ausência* e na *distância*, a *perda* vibra de angústia, nostalgia, fatalidade (a lírica galaico-portuguesa, a cronística, a novelística bernardiniana, etc.). Nos que partem, como nos olhos descritos por João Roiz de Castel-Branco, e chorados à guitarra, depois, por Adriano Correia de Oliveira:

Senhora, partem tam tristes  
meus olhos por vós, meu bem,  
que nunca tam tristes vistes  
outros nenhūs por ninguém.

Tam tristes, tam saudosos,  
tam doentes da partida,  
tam cansados, tam chorosos,  
da morte mais desejosos  
cem mil vezes que da vida.

---

<sup>26</sup> Cf. 3EL (Três Espaços Linguísticos) [<http://www.3el.org>] e o espaço das Línguas Ibéricas [[http://network.idrc.ca/en/ev-77353-201-1-DO\\_TOPIC.html](http://network.idrc.ca/en/ev-77353-201-1-DO_TOPIC.html)].

Partem tam tristes os tristes,  
tam fora d'esperar bem  
que nunca tam tristes vistes  
outros nenhũs por ninguem.<sup>27</sup>

E nos que ficam, como no-lo canta Martín Codax (“Ondas do mar levado,/ se vistes meu amado?/ E ai Deus, se verrá cedo! // Se vistes meu amigo,/ o por que eu suspiro?/ E ai Deus, se verrá cedo!”<sup>28</sup>), ou D. Dinis (“Ai flores, ai flores do verde pino,/ Se sabedes novas do meu amigo!/ Ai Deus, e u é?”<sup>29</sup>) em interpelação continuada por Manuel Alegre (“Se sabeis novas de meu amigo/ novas dissei-me que desespero/ por meu amigo que longe espera”<sup>30</sup>). Ou *ausência* e *distância*, onde a *conquista* vibra de *estranheza* e/ou de *embaralhamento* (a narrativa de viagens ou radicada na sua simbólica), como observamos na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*<sup>31</sup>. *Ausência* e *distância*, portanto, combinam e oscilam nas suas diversas e sucessivas representações entre o lírico, o narrativo e o trágico que os programas estéticos foram *afeiçoando* à realidade portuguesa.

## B. Outras Literaturas Lusófonas

Falei de *lusos cantos*, que nos portugueses não se esgotam... Do adjetivo e da sua genealogia, já reza muita crónica, mas passemos-lhe à frente: às outras literaturas lusófonas.

Língua de comunicação na territorialidade *além* peninsular, o português transportou consigo a *dimensão artística* que lhe confirmou e reforçou a *identidade* cultural. Viajando no espaço e no tempo, a língua portuguesa desenvolveu intercâmbios: deu e recebeu, transformou-se. Nos territórios de maior permanência, foi-se miscigenando com as suas congêneres locais, estabelecendo nexos de aproximação e de distância, de afetos e de desafe-

---

<sup>27</sup> Cf. *Cancioneiro geral de Garcia de Resende*, fixação de texto e estudo por Aida Fernanda Dias, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 324.

<sup>28</sup> Martín Codax, *Cantigas*, introd., texto crítico e notas de Henrique Monteagudo, Vigo, Editorial Galáxia, 1998, p. 53.

<sup>29</sup> D. Dinis, *Cancioneiro*, org., pref. e notas de Nuno Júdice, Lisboa, Editorial Teorema, 1997, p. 61.

<sup>30</sup> Manuel Alegre, *Praça da canção*, Lisboa, D. Quixote, 2005, p. 97.

<sup>31</sup> Pêro Vaz de Caminha, *A carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, Comité Executivo das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968.

tos, revitalizando-se com as novas e diferentes seivas, incorporando léxico expressivo de outras paisagens (onde os sentidos são estimulados pela surpresa e estranheza de terras, mares e ares), ductilizando estruturas, assumindo cada vez mais a mudança inerente à (sua) vida.

Na sua diáspora, a língua transportou a cultura portuguesa, que exprimia, e confrontou-se com as outras culturas, que assimilou e que influenciou. Nessa relação, destaco a diferença entre os paradigmas de *espaço* e de *tempo*, matriciais no plano da elaboração cultural, gerados na diferente relação com a natureza, radicados na mundividência e na mundivivência, configuradores de correspondentes imagísticas e simbólicas, sensibilidades e imaginários: da perspectiva eurocêntrica de um real ordenado por uma transcendência espiritualizada e institucionalizada (da Igreja, Estado, Arte, etc., e suas hierarquias), definidor de *fronteiras* de diversa natureza, passando pelas perspectivas africana e ameríndia de uma imanência telúrica *ilimitada* (cujos *aqui* e *agora* se absolutizam no quotidiano da *tribo* e se interpretam e exprimem nas vozes dos feiticeiros, dos velhos e dos reis/rainhas, dos régulos, e na memória cristalizada nas *sagas*, repousando em matrilinearidades, de feminino sacralizado pela *terramater*), até à perspectiva oriental, conjugando imanência e transcendência na percepção *espiritualizada* da vida e dos seres, aparentemente suspensos na *intemporalidade*. Encontro de diferentes paradigmas que se assinala em motivos simbólicos como, por exemplo, o do “velho colono” (“Ali sentado só, àquela hora da tardinha,/ ele e o tempo.”<sup>32</sup>). E, em certos lugares (como Moçambique), a interculturalidade era mais profundamente inerente à vida e à sua inteligibilidade, de modo a tratar em futura crónica...

Trata-se de aventura que produziu uma teia comunicativa em que se gerou uma *identidade-mosaico* hoje designada por *lusofonia* (contrapontisticamente à anglofonia, à francofonia ou à “hispanofonia”<sup>33</sup>) cuja Língua-“Rainha-mãe [...] desafia a morte e o silêncio/ mãe em mim, que interroga o silêncio e o tempo/ razão e instinto face à traição dos ven-

---

<sup>32</sup> Rui Knopfli, *Obra poética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 151.

<sup>33</sup> Note-se que o reconhecimento mútuo dos diferentes blocos linguísticos faz-se em diferentes instâncias, incluindo no 3EL (Três Espaços Linguísticos) [<http://www.3el.org/>]. Ao lado da Commonwealth of Nations, a CPLP também reúne o bloco dos países de língua portuguesa.

tos,/ língua, mãe-imperial, por excelência, nobre o rosto./ E o porte”<sup>34</sup>. Língua elevando-se em “Oração ao Índico”<sup>35</sup> e a outras águas, como à “Mãe África”<sup>36</sup>. Língua que também canta mítica(s) ilha(s) original(is), configurada(s) na utopia afetiva e emocional da gênese (contrastando com a das utopias intelectualizadas cristalizadas em lendárias Atlântidas e platônicas Repúblicas), ou “ilhas douradas” ou “de Próspero”<sup>37</sup> ou “inventadas”<sup>38</sup> com “corpo de bruma”<sup>39</sup> de icónica referência.

Dessas culturas resultaram, naturalmente, as suas manifestações artísticas, interessando-nos aqui, em especial, as literárias. A literatura oral, eminentemente simbólica e ritualística, e, em especial, em África e no Brasil, radicalmente telúrica, das diferentes comunidades (tribos, etnias, famílias, reinos, etc.) e a literatura portuguesa, já grafada, encontraram-se e desenvolveram diálogo mais ou menos íntimo, mais ou menos deslumbrado, mais ou menos marcado pela tentação de impor e/ou de consagrar diferenças e semelhanças, às vezes, até, de se oporem. Oscilando ou hesitando nos passos dessa dança de diferentes *naturezas*, onde o “tambor” ritmou a “flauta” com pulsão corporal e onde se beija a *terra-mãe-amante* (“Meus lábios procuram-te avidamente/ e no delírio do meu amor por ti/ beijo-te inteira África”<sup>40</sup>, Duarte Galvão<sup>41</sup>): musicalidade, sentimento, sistema linguístico, referências, etc.; *axialidade* social das literaturas locais vs. *desinscrição*, nesses mesmos locais, da portuguesa; a vinculação à *terra-mãe* de umas, *humanamente* cartografada, e à *terra-pátria* da outra, com cartografia política, etc.

Quando as oralidades se disciplinaram na grafia e esta vibrou com o sopro daquelas, quando os diferentes imaginários (o de matriz europeia e os dos locais onde a diáspora conduziu o viajante português,

---

<sup>34</sup> Virgílio de Lemos, *Para fazer um mar*, Lisboa, Instituto Camões, 2001, p. 15.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>36</sup> José Craveirinha, *Xigubo*, Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980, pp. 15-17.

<sup>37</sup> Knopfli, *op. cit.*

<sup>38</sup> Virgílio de Lemos, *Ilha de Moçambique. A língua é o exílio do que sonhas*, Maputo, Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 1999.

<sup>39</sup> *Idem, A invenção das ilhas*, Maputo, Escola Portuguesa de Moçambique, 2009.

<sup>40</sup> Reproduzido de <http://ma-schamba.com/literatura-mocambique/virgilio-de-lemos/a-invencao-das-ilhas-de-virgilio-de-lemos/> (consultado a 29 de Setembro de 2014).

<sup>41</sup> Pseudónimo de Virgílio de Lemos, *A invenção das ilhas, op. cit.*

múltiplos e heterogêneos) se mesclaram e reconfiguraram simbólicas, quando os “brasões” assumiram diferentes “timbres”, novas *identidades literárias* nasceram, assumindo um quadro de referências onde a *esteticidade* europeia se mesclou com a *axialidade* social da vocalização africana, americana, oriental, cada uma delas polifônica...

As *gramáticas* das línguas, encontrando-se entre divergência e familiaridade, promovem uma pulsação pluricêntrica: a *sintaxe* deixa de ser de hierárquica linearidade e passa a ser acidentada, instável, metamórfica, oscilante... Essas diferentes literaturas, *corpus* textual resultante desses casamentos entre os povos que hoje se consideram *lusófonos*, estão marcadas pelas suas histórias: da experiência dos primeiros encontros aos afetos e desafetos em *Casa-Grande e senzala*<sup>42</sup> (Freyre, 1964), dos casamentos e dos divórcios políticos que as ligações humanas e o tempo verteram em ligações indissolúveis, reconfiguradas em comunidades alargadas de uma mesma língua (CPLP), onde *Cada homem é uma raça*<sup>43</sup>, dissolvendo fronteiras étnicas na instância individual e na fraternidade comunicativa, no amor à *terra-mãe* (*Timor-Amor*, de Rui Cinatti<sup>44</sup>), à “pátria [que] é terra sedenta/ E praia branca; /.../ o grande rio secular/ Que bebe nuvem, come terra/ E urina mar”<sup>45</sup>...

São literaturas de “palavra mágica”, “senha da vida”, “senha do mundo”<sup>46</sup>, em que muitos se sentiram/sentem clivados entre duas ou mais identidades, tematizando esse dilaceramento da divisão *matricial* no sentimento de que *Nós* [os que o vivem] *não somos deste mundo*<sup>47</sup>, por a nenhum *aqui* e *agora* pertencerem inteiramente, ou que tentam resolvê-lo através da assunção de que “pátria é só a língua em que [se] di[zem]”<sup>48</sup>, ou, ainda, buscando recuar a um tempo original e mítico, *d'A arca: Ode didáctica na primeira pessoa – tradução do sânscrito ptolo-*

<sup>42</sup> Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1964 (1.ª ed., 1933).

<sup>43</sup> Mia Couto, *Cada homem é uma raça*, Lisboa, Caminho, 2002. (1.ª ed., 1990).

<sup>44</sup> Rui Cinatti, *Timor-Amor*, Lisboa, ed. do autor, 1974.

<sup>45</sup> Vinicius de Moraes, *Antologia poética*, Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1960, p. 204.

<sup>46</sup> Carlos Drummond de Andrade, *Discurso de primavera e algumas sombras*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979, p. 99.

<sup>47</sup> Rui Cinatti, *Nós não somos deste mundo*, Lisboa, Ática, 1960 (1.ª ed., 1941).

<sup>48</sup> Rui Knopfli, *op. cit.*, p. 378.

*maico e versão contida*<sup>49</sup>, ou, enfim, antologando-as, irmanadas, em *No reino de Caliban*<sup>50</sup> (Ferreira, 1975) e *Hora di Bai*<sup>51</sup>. Em qualquer delas, o ADN da legitimação *identitária*, bebendo na experiência autonómica e aspirando à construção *nacional*, venceu a escrita de *cidadania*. Literaturas que evocam a tradição e se interrogam sobre “Em que língua escrever / Na kal lingu ke n na skirbi nel”<sup>52</sup> a vida, os padrões da história do indivíduo e da comunidade, hesitando entre a língua saboreada com o leite materno e a “língua lusa”<sup>53</sup>, de infantil e escolar emoção, ou entre esta e a filha de ambas (crioulo), ponderando a dimensão patrimonial, de legado mnésico, e o desejo de mais comunicar. São literaturas que desejam trazer “para o palco da vida/ pedaços da[s] [suas] gente[s],/ a fluência quente [...] dos trópicos”<sup>54</sup>. Literaturas exprimindo o encontro e o casamento linguístico e de sensibilidades, as sagas (*Yaka* de Pepetela<sup>55</sup>), as utopias sonhadas e denunciadas, as “[e]stórias contadas”. O exotismo discursivo e o neologismo radical ou fusional e a recriação, por um lado. O ritmo da oralidade “falinventada” das “vozes anoitecidas”<sup>56</sup>, por outro. O simbolismo emblemático da sua heráldica reconfigurada, sinalizando a trajetória comunitária da “[t]erra sonâmbula”<sup>57</sup>, preservando e codificando, e a (des)memória individual e coletiva, a miscigenação cultural em corações de terras de outros tons e de outros deuses. Delas, poliedro complexo, outras crónicas rezarão...

---

<sup>49</sup> João Pedro Grabato Dias, *A arca: Ode didáctica na primeira pessoa – tradução do sânscrito ptolomaico e versão contida*, Lourenço Marques, ed. do autor, 1971.

<sup>50</sup> Manuel Ferreira, *No reino de Caliban*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

<sup>51</sup> *Idem*, *Hora di Bai*, Lisboa, Plátano, 1982 (1.ª ed., 1962).

<sup>52</sup> Odete Costa Semedo, *Entre o ser e o amar*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996, pp. 10-11.

<sup>53</sup> *Idem*, *Histórias e passadas que ouvi contar*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2003, p. 17.

<sup>54</sup> Alda Espírito Santo, *É nosso o solo sagrado da terra. Poesia de protesto e luta*, Lisboa, Ulmeiro, 1978, p. 63.

<sup>55</sup> Pepetela, *Yaka*, Lisboa, D. Quixote, 1985.

<sup>56</sup> Mia Couto, *Voices anoitecidas*, Lisboa, Caminho, 1987.

<sup>57</sup> *Idem*, *Terra sonâmbula*, Lisboa, Caminho, 1992.

## 5. Problemas para o(s) cânone(s) da(s) literatura(s) lusófona(s)

Passemos à última combinatória dos conceitos colocados pelo título desta comunicação e a alguns dos seus problemas.

### *Focal de grande angular*

No caso das literaturas lusófonas, podemos, claro, pensar em acertar e definir estratégias comunitárias no sentido de tentar promover antologias literárias e manuais complementares para visar esse objetivo e fazê-lo numa grafia única (Fernando Cristóvão). Será tarefa morosa, conflituante, polémica... quiçá tanto ou mais do que foi o outro Acordo, que ainda cliva o espaço lusófono. Em hipótese académica, é exequível. Mas, mesmo academicamente, temos de enfrentar e resolver aspetos de criteriologia e da plataforma cultural:

- que comunidades de leitura definir: as dos 3 círculos da Lusofonia, de que fala Fernando Cristóvão, ou, mais restritamente, as de língua portuguesa dos países que a têm como oficial (podendo a CPLP ser a plataforma para o efeito)?
- seja a nível nacional, seja a nível dos outros círculos, como tratar a diversa cartografia institucional dessas comunidades (a sua natureza, diversidade, tempo de vida, capacidade de avaliação e de intervenção) para validar a definição do seu cânone?
- que estrutura de antologias (ou séries/coleções bibliográficas) e listas de textos para uso pedagógico conceber, sendo certo que as periodologias dependem das diferentes periodologias da escrita, da leitura e da data de nascimento (independência)?
- nessa estrutura, contemplar as diferentes literaturas, sim, mas de que modo: proporcionalmente ou não à quantidade e à qualidade (e como?), consagrando o de diferente natureza (escrita e oralidade, de autor e de tradição popular, de função estética e de coesão comunitária) e periodologia (o início da escrita de autor não é simultâneo em todas as literaturas lusófonas)?
- até que ponto, nessa escolha de textos, se reveriam todas as comunidades, quer no conjunto, quer na sua leitura de cada uma delas? E se não se registasse convergência, identificação, na relação

entre cada comunidade e o conjunto desse material e/ou entre elas e as/os antologias/listas/manuais que lhes correspondessem?

- no caso do cânone lusófono, tomado no singular, todos os problemas anteriores se agudizam, mas coloca-se outro: *se, até que ponto e de que modo* haverá espaço nessa antologia/manual/série bibliográfica para as (literaturas de) línguas que convivem e coexistem comunitariamente com a portuguesa? Se elas forem consagradas nesse panorama, como grafar algumas delas (caso das línguas sem grafia) e torná-las acessíveis (com glossários, tradução, anotação)?

Enfim, admitamos que este processo, ouvindo mais atentamente os artífices e avançando, eventualmente, mais no sentido de um *Thesaurus* dos autores lusófonos<sup>58</sup>, chegará a resultados razoavelmente consensuais. Já com maior tranquilidade, passaríamos a responder às perguntas de Italo Calvino (para quê e “porquê ler os Clássicos?”)... Mesmo assim, haverá sempre que encarar a necessidade, ainda, de um longo período de construção de um conhecimento mútuo que consolidasse uma imagem compósita dessa *unidade de diversidade* feita. Sem esquecer as tendências dos programas académicos que, cíclica e alternadamente, vão preferindo épocas, estilos, géneros, acabando alguns autores sorvidos pela vaga do tempo..., esse é também o panorama que Bloom regista. Seria, aliás, interessante fazer a história dessa leitura, na academia e no secundário, mas também, contrapontisticamente, nas bibliotecas. Mais um capítulo na senda d'*Uma história da leitura* de Alberto Manguel...

Em qualquer dos casos, lembro uma das questões que pode ser origem de dificuldades: o lugar e a função de certos autores que, nas fronteiras temporais e nacionais, marcaram de modo indelével a génese de uma literatura nacional grafada em língua portuguesa, mas cuja *inscrição epicentrada* os constitui como *estranhezas* n/dessas diferentes margens do rio da escrita. Adiante, voltarei a este problema e fenómeno. E lembro uma outra fonte de problematidade: o progressivo apagamento da Literatura nos programas académicos de alguns dos

---

<sup>58</sup> Fernando Cristóvão propõe o modelo de uma “antologia ideal multiculturalista e lusófona” organizada proporcionalmente, um *Thesaurus* dos autores lusófonos “a editar em coleção de prestígio e difusão internacional” (Cf. Fernando Cristóvão, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, *op. cit.*, p. 41).

espaços nacionais, reduzindo-lhe o espaço vital para as academias, onde a tendência de predomínio da modernidade e da contemporaneidade chega à quase rasura do clássico e do medieval. Esse movimento está a tender a reduzir o *cânone nacional* a um itinerário a tracejado, com figuras salientes sem companhia na paisagem do seu tempo. A corrosão do cânone, em hipótese académica, poderá chegar à sua rarefação e à perda de validade desse vestígio que nos programas académicos se consagra, impondo a necessidade de redefinição conceptual do cânone em função quase exclusivamente dos especialistas da Literatura...

### Zoom

Regresso ao problema e ao caso de estranheza que assinalai e deixei suspenso: autores e/ou textos *fronteiriços*, inscritos entre literaturas nacionais e em fase de mudança política. A sua localização, natural ou reivindicada, quando matriz geradora de escrita, tende a ser reelaboradora no plano identitário da nacionalidade literária, mas também do *cânone*.

Um exemplo representativo tomado no quadro da literatura luso-moçambicana: António Quadros (António Augusto de Melo Lucena e Quadros, n. 1933 – m. 1994), cuja tentação heteronímica o tornou conhecido como João Pedro Grabato Dias, Mutimati Barnabé João e Frey Ioannes Grabatus. Com extensa e diversificada obra literária e nas artes visuais (Pintura, Escultura, Cerâmica, cartazes, ilustração, infodeseenho, etc.) em Moçambique e em Portugal, fez parte do repertório de cantores como José Afonso e Amélia Muge. Se os seus nomes e títulos literários<sup>59</sup> já insinuam a oscilação entre esferas culturais e estéticas diferentes, a leitura das obras exhibe uma espantosa tessitura que se deseja *identitária* para uma *literatura moçambicana*, trabalhando fios e desenhos que toma em diferentes origens: no cânone ocidental, no nacional português, popular e erudito, e na literatura e nas artes tradicionais populares moçambicanas, onde já seria cartografável escrita de autor, que também convoca.

---

<sup>59</sup> Na literatura: *40 e tal sonetos de amor e circunstância e uma canção desesperada* (1970), *O morto* (1971), *A arca: Ode didáctica na primeira pessoa* (1971), *Uma meditação*, *21 Laurentinas e dois fabulários falhados* (1971), *Eu, o povo* (1975), *Facto-fado* (1986), *O povo é nós* (1991), *As quybyrycas* (1991), *Sete contos para um Carnaval* (1992).

A obra de António Quadros constitui-se como autêntico *labirinto de paródia* que manipula os fantasmas dos nossos *museus imaginários*, em especial nessa memória mais íntima e identitária. É o caso da *Bíblia* e d'*Os Lusíadas*, unindo sagrado e profano, ocidental e nacional. No IV Centenário Camonian, simbolicamente, ofereceu-nos *As quybyrycas* (1972), “poema éthyco em oitavas que corre como sendo de Luiz Vaaz de Camões *em suspeitíssima atribuição*” em que se ocultava Frey Ioannes Grabatus<sup>60</sup>, segundo intrincada ficção das origens que Jorge de Sena lhe inventa, invocando também um suposto manuscrito de um hipotético Luís Franco Correia, cumprindo promessa feita a D. Sebastião de continuar a saga portuguesa a partir d'*Os Lusíadas*: a Batalha de Alcácer-Quibir é a matéria épica que “se encontrava oculta, como tudo em *Os Lusíadas*, uma chave do acontecimento que, alacrememente, aceitamos prefaciá-lo”<sup>61</sup>. E o timbre aproxima-se do do Velho do Restelo quando o cantor interpela D. Sebastião. Concluindo, impõe-se a sua tangencialidade à convocatória e enevoadada *Mensagem* pessoana.

Com *A arca: Ode didáctica na primeira pessoa – tradução do sânscrito ptolomaico e versão contida* de João Pedro Grabato Dias<sup>62</sup>, António Quadros impõe Noé e a *Bíblia* na sua casa de espelhos, partilhando o centro com as *As quybyrycas* (1972).

Na obra do autor, só estes dois livros seriam suficientes para demonstrar o profundo trabalho de arqueologia e de construção identitária no quadro de uma literatura emergente, a moçambicana, mas também de uma que no leito da anterior se renovou<sup>63</sup>. É rigorosamente esse *jogo de espelhos* que o inscreve *entre* ambas as literaturas, conferindo-lhe

---

<sup>60</sup> Frey Ioannes Grabatus, *As quybyrycas*: poema éthyco em oitavas que corre como sendo de Luiz Vaaz de Camões em suspeitíssima atribuição, Lourenço Marques, 1972, João Pedro Grabato Dias.

<sup>61</sup> António Quadros, *As quybyrycas*, Porto, Edições Afrontamento, 1991, p. 19.

<sup>62</sup> João Pedro Grabato Dias, *A arca: Ode didáctica na primeira pessoa*, op. cit.

<sup>63</sup> Muitas foram e vão sendo as revisitações d'*Os Lusíadas* de Camões, mesmo declaradas: desde as totais, como *Os Lusíadas do séc. XIX*. (Francisco de Almeida, *Os Lusíadas do séc. XIX. Poema heroi-cómico* (paródia), Lisboa, Tipografia franco-portuguesa, 1865), até às parciais, como a da *Paródia ao primeiro canto de Os Lusíadas* (AA. VV., *Paródia ao primeiro canto de Os Lusíadas de Camões por quatro estudantes de Évora em 1589*, Lisboa, Tipografia de G. M. Martins, 1880). E longa e rica é a história da paródia na bibliografia portuguesa (cf. Diogo Ramada Curto (coord.), *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV-XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003, p. 21).

*indecidibilidade* e deixando ambas hesitantes, por sua vez sobre se o reclamar e *como* o ler. À medida que ambas as literaturas se desenvolverem e ele se for nelas distanciando, mais *estranho* se torna, mais *desconfortável* na sua classificação e na sua escolha, mais à margem dos programas académicos... Apesar de ter sido tão representativo de uma curva do rio do tempo, apesar da sua *pregnância* estética para as suas margens...

Ora, poderá haver um *cânone* nacional ou de comunidade de nações sem autores assim? E com eles? O diálogo que eles mantêm com as suas *linhagens*<sup>64</sup>, sendo elas de outras literaturas nacionais e/ou transnacionais, permitem tomá-los, no material académico, como só de uma literatura nacional, obrigam a consagrá-lo em ambas, impedem-nos, no primeiro caso, de estar na literatura do país mais recente devido às filiações e memória estética e/ou de pertencer à portuguesa por falta de informação cultural que os inteligibilize? O levantamento destes e de outros problemas poderá promover uma profunda alteração das pedagogias e dos modelos de bibliografia e de programas para que se possa falar de definição, construção ou existência de *cânone(s) lusófono(s)* e, provavelmente, o plural terá de ser sempre usado... E os *cânones autorais*? Atribuição, versão... Tudo o que se coloca quando a última lição do autor é indecisa, indefinida por fatores de diferente natureza?

Enfim, o tempo se encarregará de responder a esta questão do *cânone literário* com variáveis de abrangência menor ou maior no espaço e no tempo que hoje apenas têm hipóteses *bem intencionadas*... E deixarei os outros problemas que o(s) *cânone(s) literário(s)*, na sua definição e/ou construção, colocam para equacionar no próximo encontro...

---

<sup>64</sup> T. S. Eliot, “A tradição e o talento individual”, in *Ensaio de Doutrina Crítica*, trad. Fernando de Melo Moser e pref., seleção e notas de Joaquim Monteiro-Grillo), Lisboa, Guimarães Editores, 1962, pp. 19-32.



## PARTE II

# ESTUDO DE CASO: PARA UM NOVO SABER SOBRE O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA





# 1

## CONHECIMENTO CIENTÍFICO E HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM: TEMAS E PROBLEMAS



# Biologia, paisagem e diversidade

Miguel Sequeira

Universidade da Madeira

---

O conhecimento científico da diversidade das ilhas, incluindo o arquipélago da Madeira, sendo dinâmico por natureza, tende a ser visto em cada momento como um conhecimento estático e sumamente linear. No entanto, o conhecimento científico insular relativo quer às espécies (taxonomia), quer às comunidades/ecossistemas (ecologia), resulta não só do dinamismo e evolução da própria ciência como da descoberta da própria ilha. As ilhas como espaços desconhecidos e intocados são descobertas e colonizadas no século XV, época em que Dioscórides continuava a marcar a Botânica europeia e em que os herbalistas, como Otto Brunfels (1488?-1534), marcariam com as suas obras.

A descrição do arquipélago da Madeira é feita em segunda mão, por exemplo, por Gaspar Frutuoso (1522-1591), que sobre ela escreve mais de um século após a sua descoberta<sup>1</sup>. Somamos pois à evolução de uma ciência botânica ainda amplamente rudimentar a chegada tardia de observadores, ferramentas incompletas e uma descrição assíncrona e hiperbólica da paisagem vegetal. Para a descrição da paisagem primícia resta interpretar os escritos que chegaram até hoje, numa arqueologia de entrelinhas mais do que de factos.

O final do século XVII oferece a primeira base factual e inquestionável da paisagem e das espécies; a paisagem baseada nas primeiras plantas colhidas e mantidas até hoje no Museu de História Natural de Londres. Foi Hans Sloane que na sua brevíssima passagem pela Madeira a caminho da Jamaica em 1687 colheu os primeiros espécimes da flora da ilha<sup>2</sup>. Mas se a metodologia constitui um avanço notável, e o registo

---

<sup>1</sup> Gaspar Frutuoso, *Livro segundo das saudades da terra*, Ponta Delgada, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968 [1590].

<sup>2</sup> Cf. Javier Francisco-Ortega *et al.*, “Plant hunting in Macaronesia by Francis Masson: the plants sent to Linnaeus and Linnaeus filius”, *Botanical Journal of the Linnean Society*, 157: 393-428 e Miguel Menezes de Sequeira *et al.*, “The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions”, *Taxon*, 59(2), 2010, pp. 598-612.

histórico um dado incontornável com a descrição de diversas espécies e a elaboração da primeira lista de espécies, a verdade é que as ferramentas e a própria evolução da ciência colocam esta primeira lista de nomes numa pré-história botânica. A passagem de Sloane pela Madeira ocorre quase 60 anos antes da publicação do *Genera plantarum*<sup>3</sup> e *Species plantarum*<sup>4</sup> por Carolus von Linnaeus (1737, 1753). A lista de Sloane baseia-se, na verdade, nos cânones botânicos da época, nas obras *Pinax theatri botanici* de Caspard Bauhin<sup>5</sup> (1560-1624) e *Historia plantarum universalis* de Jean Bauhin (1541-1613) e Johann Heinrich Cherler (1570-1610)<sup>6</sup>. Esta lista é pois um conjunto de polinómios que precede a publicação binomial intuída já na obra de Caspard Bauhin, mas instituída bastante mais tarde por Lineu. Estes polinómios, verdadeiras frases descritivas, constituem, a par de um sistema de classificação deficiente, o verdadeiro calcanhar de Aquiles da botânica tardia pré-lineana, em que o descobrimento de novos mundos força a inclusão de uma diversidade crescente na, até aí, relativamente reduzida diversidade de plantas europeia, quase só dioscoridiana. É, pois, neste contexto que se deve enquadrar a descrição de novas *taxa*, neste caso da Madeira, pelo próprio Sloane.

Mas se Sloane reconhece na flora da Madeira diversos elementos europeus que identifica, como por exemplo *Caryophyllus barbatus sylvestris annuus latifolius multis capsulis simul junctis donatos*, i.e., *Petrorrhagia nanteuilii* (Burnat) P. W. Ball & Heywood, noutros elementos reconhece novas espécies que nomeia, através de polinómios descritivos,

---

<sup>3</sup> Carolus von Linnaeus, *Genera plantarum eorumque characteres naturales secundum numerum, figuram, situm, & proportionem omnium fructificationis partium*, Leiden, Wishoff, 1737.

<sup>4</sup> *Idem*, *Species plantarum, exhibentes plantas rite cognitatas, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas*, 2 vols., Holmiae, Impensis Laurentii Salvii, 1753.

<sup>5</sup> Caspard Bauhin, *Pinax theatri botanici Caspari Bavhini Basileens. Archiatri & Professoris Ordin. sive index in Theophrasti Dioscoridis Plinii et Botanicorum qui à Seculo scripserunt Opera: plantarum circiter sex millium ab ipsis exhibitarum nomina cum earundem Synonymiis & differentiis Methodicè secundum earum & genera & species proponens. Opus XL. Annorum Hactenus non editum summoperè expetitum & ad auctores intelligendus plurimum faciens. Galenus I. de Antid. V. Medicus omnium Stirpium, si fieri potest, peritiam habeat consulo sin minus, plurimarum saltem, quibus frequenter utimur*, Basileae Helvet., Sumptibus & typis Ludovici Regis, 1623.

<sup>6</sup> Jean Bauhin e Johann Heinrich Cherler, *Historia plantarum universalis, nova, et absolutissima cum consensu et dessensu circa eas*, 3 tomos, Ebroduni, 1650-1651.

como *Cistus folio oblongo, integro, glabro, subtus albido, vasculis trigonis*, nome que corresponde a *Hypericum canariense* L., o Hipericão, planta endêmica da macaronésia descrita e nomeada no sistema binomial por Lineu em 1753, ou ainda *Hieracium fruticosum foliis tenuissime coronopi modo divisis*, a que corresponde *Tolpis succulenta* (Dryand) Lowe, endemismo madeirense-açoriano (Fig. 1).



FIGURA 1. *Tolpis succulenta* (Dryand) Lowe, hábito e detalhe do capítulo.

DETALHE



A primeira lista de espécies de plantas da Madeira é, portanto, a que nos oferece Sloane. Ainda que seja uma lista de polinómios, a sua interpretação, quer pelas espécies que nela se incluem, quer pelas que, de forma muito informativa, dela estão ausentes, dá-nos uma ideia aproximada da paisagem natural do sul da Ilha da Madeira<sup>7</sup>. Trata-se de uma lista que não corresponde ainda ao cânone moderno, i.e., ao sistema binomial (espécie + restritivo específico), mas que resulta de uma observação rigorosa suportada pela colheita de espécimes ainda hoje preservados, e que constitui, como acima já se referiu, o mais antigo herbário de plantas macaronésicas (James Cunningham apenas colheu as primeiras plantas nas ilhas Canárias em 1697<sup>8</sup>).

No século XVIII a visita de coletores botânicos como Francis Masson (1741-1805), já contemporâneo da obra de Lineu, reflete-se no intercâmbio de plantas e sementes por vários centros europeus, com claro destaque para os Kew Gardens e o Natural History Museum. Algumas plantas são mesmo enviadas para Lineu e posteriormente para o seu filho, resultando nas primeiras descrições de endemismos madeirenses no sistema binomial<sup>9</sup>. Para além disso, a Madeira é também visitada por Joseph Banks (1743-1820) e Daniel Carl Solander (1733-1782), tendo este último reunido informação importante relativa à flora da Madeira mas que permanece inédita.

É Robert Brown (1773-1858) quem, em 1801, ao preparar a sua viagem, reúne a informação disponível relativa à Ilha da Madeira: estes apontamentos manuscritos são constituídos por uma lista inicial baseada na informação disponível, alguma dela não publicada, como a de Solander. Mais tarde, durante a sua curta estadia na Madeira, Brown corrige e atualiza o manuscrito inicial, nele incluindo novas espécies que nomeia de forma provisória com novos nomes. Curiosamente, numa prova inequívoca da universalidade do conhecimento e de quão antiga é a tradição científica de intercâmbio de informação, é Christian Leopold

---

<sup>7</sup> Ver Miguel Menezes de Sequeira *et al.*, “The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions”, *op. cit.*

<sup>8</sup> Javier Francisco-Ortega e A. Santos-Guerra, “Early evidence of plant hunting in the Canary Islands from 1694”, *Archives of Natural History*, n.º 26, 1999, pp. 239-267.

<sup>9</sup> Javier Francisco-Ortega *et al.*, “Plant hunting in Macaronesia by Francis Masson: the plants sent to Linnaeus and Linnaeus filius”, *Botanical Journal of the Linnean Society*, n.º 157, 2008, pp. 393-428.

von Buch (1774-1853) quem, em 1825, publica a lista de Brown, conferindo legitimidade nomenclatural aos nomes provisórios da lista manuscrita<sup>10</sup>. De facto, é possível verificar a forma rigorosa como Von Buch segue a descrição manuscrita de novos *taxa* por exemplo na descrição do marmulano (Fig. 2).

*Sideroxylon Mirmulans* inermis foliis obovato-oblongis glabris  
perennantibus calycibus tomentosis. Buc 5

**SIDEROXYLON *Mirmulans*.**

*Inermis, foliis obovato-oblongis  
glabris perennantibus, calycibus tomentosis.*



FIGURA 2. A. Descrição original do marmulano, *Sideroxylon mirmulans* R. Br. in Buch por Robert Brown. B. Protólogo publicado por Von Buch (1825). C. Aspecto da folhagem e detalhe de um fruto.

Circulavam, pois, no início do século XIX possivelmente várias listas de *taxa* disponíveis em forma manuscrita. Neste contexto, a vinda

<sup>10</sup> Christian Leopold von Buch, *Physicalische beschreibung der Canarischen inseln*, Berlin, 1825.

para a Madeira em 1827 de Richard Thomas Lowe (1802-1874) como pastor anglicano é, sem dúvida, o evento mais marcante da história botânica do arquipélago. Lowe teve certamente acesso a esta lista de plantas, além, claro está, de ter tido acesso às colecções guardadas em Kew e no NHM. Ao longo de várias décadas em que reside na Madeira, ainda que interrompidas cada vez com mais frequência a partir do final da década de quarenta por visitas, cada vez mais longas, a Inglaterra, Lowe descreve a flora da Madeira no sistema binomial lineano. Inicialmente, publica apenas pequenos opúsculos, mas progressivamente vai publicando obras de maior fôlego, que culminam na publicação da *Manual flora of Madeira*<sup>11</sup>. Esta obra permaneceu no entanto incompleta devido à morte do autor no naufrágio do *Liberia*, navio em que mais uma vez regressava à Madeira em abril de 1874. De facto, dos 163 *taxa* endémicos (espécies e subespécies) que se reconhecem atualmente, Lowe é autor de 53, um número notável que ainda assim ficou incompleto dada a morte prematura, que impediu a publicação do último volume da sua *Manual flora*.

Diversos autores referem no final do século XIX a necessidade de completar a flora da Madeira, mas é apenas no início do século XX que Carlos Azevedo de Menezes publica a *Flora do archipelago da Madeira*<sup>12</sup>, um acervo completo dos *taxa* da flora do arquipélago. Não se trata, todavia, formalmente de uma flora, pois na maior parte dos casos não integra descrições, referindo outros autores para as mesmas, e, na verdade, assim o reconhece o próprio autor. No entanto, esta lista detalhada é considerada a primeira flora completa do arquipélago. Menezes reconhece vários *taxa* endémicos, com destaque para a *Scilla madeirensis* Menezes, *Juniperus cedrus* Webb & Berthel. subsp. *maderensis* (Menezes) Rivas Mart. *et alli*, *Lolium lowei* Menezes, *Phalaris maderensis* (Menezes) Menezes, *Plantago arborescens* Poir. subsp. *costae* (Menezes) M. Seq. & R. Jardim e *Sinapidendron sempervivifolium* Menezes.

Na realidade, só no final do século XX foi publicada a primeira flora completa do arquipélago da Madeira, retomando o interesse anglo-saxónico pela flora da Madeira. Com efeito, a publicação em 1994 da

---

<sup>11</sup> Richard Thomas Lowe, *A Manual flora Madeira and the adjacent islands of Porto Santo and the Deserts*, 2 vols., London, John Van Voorst, 1857-1872.

<sup>12</sup> Carlos Azevedo de Menezes, *Flora do arquipélago da Madeira (phanerogamicas e cryptogamicas vasculares)*, Funchal, Typ. Bazar do Povo, 1914.

*Flora of Madeira*, de J. R. Press e Marion Short<sup>13</sup>, constitui a flora mais recente para toda a Macaronésia<sup>14</sup>. A edição pelo Museu de História Natural de Londres, cuja fundação, por Richard Owen, teve por base as coleções de Hans Sloane, comprova a forte e secular ligação desta instituição à história natural da Madeira.

A lista mais recente da flora madeirense foi publicada por Roberto Jardim e Miguel Menezes de Sequeira em 2008<sup>15</sup>, nela se incluindo 1204 *taxa* (espécies e subespécies). Estes autores publicaram um gráfico cumulativo do número de endemismos conhecido para o arquipélago da Madeira (Fig. 3), onde é óbvia não só a importância das primeiras décadas do século XIX para o número total de *taxa* descritos como também uma tendência expectável para a estabilização do número de *taxa*.

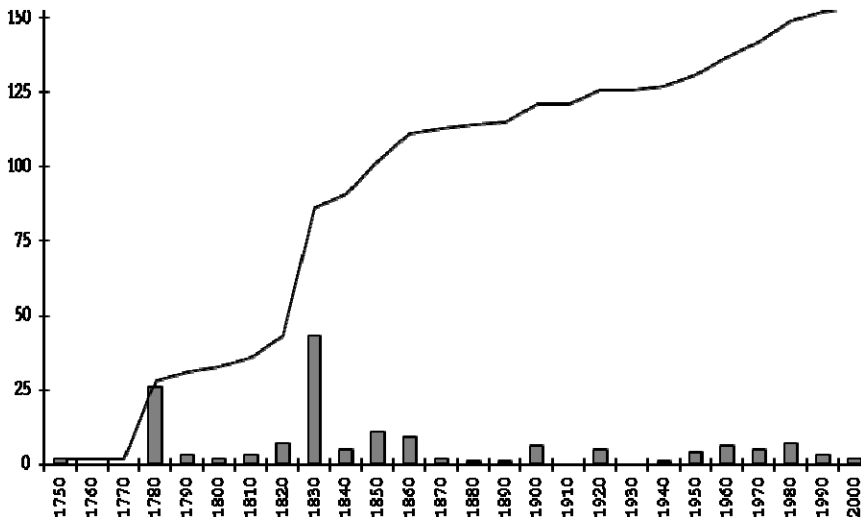


FIGURA 3. Número de *taxa* endêmicos descritos de 1753 a 2010, valores por década e valor cumulativo (adaptado de Rebelo Jardim e Miguel Menezes de Sequeira, *op. cit.*).

<sup>13</sup> J. R. Press e Marion Short (eds.), *Flora of Madeira*, London, HMSO, 1994.

<sup>14</sup> Publicaram-se ao longo século XX várias listas, com destaque para a *Flora of Macaronesia: Checklist of vascular plants*, de A. Hansen e P. Sunding, 4.ª ed. rev., *Sommerfeltia*, 17, 1993, 1-295.

<sup>15</sup> Miguel Menezes de Sequeira, Jorge Capelo, José Costa e Roberto Jardim, “*Teucrium francoi* M. Seq., Capelo, J.C. Costa & R. Jardim, a new species of *Teucrium* gr. *Scorodonia* (Lamiaceae) from Madeira”, *Botanical Journal of the Linnean Society*, 156, 2008, pp. 639-647.

A tendência para a publicação de listas sucessivas – uma certa paixão pelas listas<sup>16</sup> – não implica que as mesmas possuam uma interpretação fácil. Muitas vezes utilizadas como bandeiras de orgulho regional ou nacional, elas são apenas repositórios instantâneos de nomes de taxa cuja observação foi assíncrona e por vezes longínqua. De facto, ao nome numa lista pode já não corresponder a presença efetiva do *taxon*, i.e., ocorrem nas listas diversos *taxa* cuja observação foi episódica ou que não voltaram a ser encontrados ao longo das últimas décadas (ou séculos!).

Se, por um lado, os *taxa* nativos (endémicos ou não) correspondem a um número limitado cuja ocorrência real na natureza apenas pode mostrar tendência para diminuir, malgrado a descoberta recente de novos *taxa* (Fig. 4), por outro, a lista das espécies exóticas naturalizadas e por vezes invasoras não para de crescer.

Efetivamente, a descoberta de uma nova espécie, a que corresponde a criação de um novo nome, não corresponde à criação da espécie, resultando esta obviamente de processos evolutivos aos quais uma estimativa otimista atribui, em alguns casos, centenas de milhares de anos. A descoberta de uma espécie, e a atribuição de um novo nome, é, assim, de certa forma, o reconhecimento da incompletude do conhecimento atual da diversidade vegetal. Por outro lado, o crescimento no número de *taxa* nas listas mais recentes deve-se mais ao engrossar da fileira das exóticas, reconhecidamente um problema ecológico da maior grandeza, do que ao reconhecimento de novos *taxa* nativos (ou endémicos).

Uma outra perspetiva sobre a evolução do conhecimento botânico são as implicações que a descoberta de novas espécies – ou a sua extinção, embora a sua presença permaneça imorredoura nas listas – possui sobre a interpretação da evolução da paisagem. A evolução dos *taxa*, a sua ocorrência ou extinção, deve ser vista como resultado da ocorrência de comunidades vegetais, elas mesmas dependentes da paisagem, todavia, uma alteração extrema e célere após a ocupação humana do território.

---

<sup>16</sup> Umberto Eco, *A vertigem das listas*, Lisboa, Difel, 2009.



**FIGURA 4.** Lâminas de alguns novos taxa recentemente descritos, todas da autoria de Juan Castillo. A. *Musschia isambertoi* M. Seq., R. Jardim, M. Silva & L. Carvalho<sup>17</sup>; B. *Teucrium francoi* M. Seq., Capelo, J.C. Costa & R. Jardim<sup>18</sup>; C. *Holcus pintodasilvae* M. Seq. & Castrov<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Miguel Menezes de Sequeira *et al.*, “*Musschia isambertoi* M. Seq., R. Jardim, M. Silva & L. Carvalho (Campanulaceae) a new species from the Madeira Archipelago”, *Anales del Jardín Botánico de Madrid*, 64(2), 2007, pp. 135-146.

<sup>18</sup> Miguel Menezes de Sequeira *et al.*, “*Teucrium francoi* [...], *op. cit.*”

<sup>19</sup> Miguel Menezes de Sequeira e Santiago Castroviejo, “*Holcus pintodasilvae* M. Seq. & Castrov. (Poaceae, Pooideae, Poeae) a new species from Madeira Island

No entanto, o processo de ocupação do território e consequente desaparecimento ou redução de comunidades vegetais não é contemporâneo do estudo científico. Com breves e anedóticas exceções, as espécies ficaram largamente por descrever (e nomear...) até ao século XIX (sem esquecer a descrição recente de novas espécies e o que tal significa acerca do real conhecimento da diversidade biológica). Deste modo, a nossa interpretação da paisagem atual onde a paisagem natural é residual e a presença de comunidades primícias nula, concomitante à presença na lista mais recente de dezenas de *taxa* de plantas do arquipélago da Madeira que se podem considerar extintas, levanta certamente a questão de quantas espécies terão sido extintas no período pré-descritivo que mediou entre a descoberta das ilhas (1418/1419) e 1753, data da publicação do primeiro endemismo da Madeira. A circunstância de aceitarmos que as espécies que listamos não só existem no momento atual, quando na verdade muitas estão extintas, como ainda são as que sempre existiram, conduz-nos a um fixismo que consideraria aceitável uma taxa de extinção de cerca de 13% nos últimos 250 anos e de 0% no período de 335 anos que mediou entre a colonização do arquipélago (1418) e a descrição científica do primeiro endemismo (1753), i.e., ao paradoxo de existir por ter nome ou de só existir o que recebeu nome.

---

(Portugal), and notes on the Macaronesian *Holcus*”, *Novon: a Journal for Botanical Nomenclature*, 22(3), 2013, pp. 311-320.

# Mar e recursos marinhos no arquipélago da Madeira

Thomas Dellinger

Universidade da Madeira

---

## Introdução

O termo “recursos marinhos” é muito abrangente, cobrindo tanto recursos primários como os recursos naturais vivos e não vivos, mas também recursos que decorrem da utilização humana, como os recursos originados pelas atividades económicas e de lazer no mar. No presente artigo, concentrar-me-ei nos recursos vivos em primeiro lugar, cursando apenas passageiramente nos demais.

## Condicionantes dos recursos marinhos

Comece-se pelo óbvio: a Madeira é uma ilha oceânica de origem vulcânica e está rodeada de mar. De facto, não é somente uma ilha, é um arquipélago composto por cinco ilhas e vários ilhéus cujo número varia segundo a dimensão mínima que distingue “rochedo” de “ilhéu”. No entanto, ao contrário dos arquipélagos vizinhos dos Açores e Canárias, compostos por muito mais ilhas, as cinco ilhas da Madeira encontram-se muito juntas, representando basicamente dois maciços vizinhos correspondentes à Madeira/Desertas e Porto Santo, respetivamente. Estes emergem de uma planície abissal com cerca de 3000 m de profundidade, o que provoca declives muito acentuados, não só no domínio terrestre, mas também no marinho, levando a que a ilha não tenha uma plataforma insular alargada.

Sendo a luz solar a base de toda a vida, e sendo que esta somente penetra a camada superficial até uma profundidade de aproximadamente 200 m, entende-se que os recursos costeiros vivos dependentes da luz solar têm somente uma área reduzidíssima ao seu dispor.

A segunda questão fundamental é a localização geográfica do arquipélago (32°45' N, 17°00' W). Este encontra-se a cerca de 690 km

do continente africano, situando-se sensivelmente à latitude de Casablanca em Marrocos, e dista de Portugal Continental (Cabo de S. Vicente) em 840 km, a mesma distância dos Açores. Já do arquipélago Canário, a distância é de somente 425 km, ficando as Selvagens a cerca de dois terços dessa distância da Madeira. Este isolamento geográfico do arquipélago, estando separado das costas continentais por trechos de mar profundo, dificulta a sua colonização por organismos vivos para os quais o mar profundo representa um obstáculo. Isso é essencialmente verdade para organismos marinhos costeiros.

Ainda decorrente da distância que o arquipélago tem com zonas continentais é a noção de que os nutrientes que alimentam as cadeias alimentares marinhas têm a sua origem nos continentes, entrando no mar através de vários processos, como o transporte pelos rios. Daí que, quanto maior a distância entre as massas continentais e o local em estudo, menor seja a disponibilidade de nutrientes no mar. Assim, as águas da Madeira são originalmente oligotróficas, ou seja, trata-se de águas fundamentalmente claras e translúcidas com poucos nutrientes minerais em suspensão. Também este facto reduz a quantidade de produtores primários (essencialmente algas) que esses nutrientes podem suportar e, com isso, toda a cadeia trófica a jusante, fazendo com que os recursos vivos sejam menores tanto em número como em riqueza específica.

### A área marinha da Madeira

Muito embora os recursos marinhos vivos sejam menores, a Madeira tem uma vasta área marinha, a zona económica exclusiva (ZEE subárea 2 da Madeira<sup>1</sup>, com cerca de 954 000 km<sup>2</sup> de área representado 26% da ZEE nacional. Essa área tem uma profundidade média de aproximadamente 3000 m, chegando a atingir pontualmente mais de 5000 m. Na sua maior extensão, trata-se de uma planície abissal na qual os fundos estão cobertos de massivas camadas de sedimento, interrompida por bancos submarinos que dela ascendem, às vezes até muito perto da superfície, como o Banco Seine. Esta vasta área representa uma das grandes

---

<sup>1</sup> Presidência do Conselho de Ministros, Decreto-Lei n.º 119/78 de 1 de Junho: Define a Zona Económica Exclusiva da Madeira, in *Diário da República*, I.ª série (125), 1978, pp. 984-989.

riquezas insulares, resultando numa mais-valia nacional importante e igualmente a nível da Europa. No entanto, essas riquezas são de momento quase virtuais, guardadas para o futuro, uma vez que a economia atual explora somente uma parte insignificante do seu potencial.

Pese não estarmos ainda a tirar o proveito máximo da nossa área marinha, temos o dever de a proteger em relação às gerações futuras, dever que recentemente teve uma implementação jurídica através da Diretiva Quadro Estratégia Marinha<sup>2</sup>, resultando em obrigações nacionais e regionais para garantir a sustentabilidade do meio marinho e estando finalizado o relatório regional. Destas obrigações, as principais têm a ver com o levantamento do estado atual e, posteriormente, a monitorização regular do meio ambiente. Ainda mais recentemente, foi publicada a nova versão da Estratégia nacional para o mar<sup>3</sup> e legislação para o Ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional<sup>4</sup>, obrigando à elaboração de planos de gestão e afetação das áreas marítimas. Muitos destes novos instrumentos ainda não estão implementados na região e para a ZEE Madeira, mas para lá caminhamos. Também a Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR) ainda não abrange a região, muito embora o denominado “Madeira process” de inclusão já tenha sido iniciado, estando em processo de negociação<sup>5</sup>. A proposta de alargamento da Plataforma Continental Portuguesa, submetida à ONU em 2009, poderá aumentar enormemente os recursos adjacentes à ZEE Madeira, encontrando-se igualmente em fase de elaboração planos para áreas protegidas nesse âmbito que incluem áreas críticas,

---

<sup>2</sup> European Parliament & Council of the European Union, Directive 2008/56/EC of 17 June 2008 establishing a framework for community action in the field of marine environmental policy (Marine Strategy Framework Directive), in *Official Journal of the European Union*, EN, L 164 (25.6.2008), pp. 19-40.

<sup>3</sup> Governo de Portugal, Estratégia nacional para o mar (2013-2020), Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, Lisboa, 2013.

<sup>4</sup> Assembleia da República, Lei n.º 17/2014 de 10 de abril: Estabelece as Bases da Política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, in *Diário da República*, 1.ª série (71), 2014, pp. 2358-2362.

<sup>5</sup> Elizabeth Druel *et al.*, “Governance of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction at the regional level: filling the gaps and strengthening the framework for action: Case studies from the North-East Atlantic, Southern Ocean, Western Indian Ocean, South West Pacific and the Sargasso Sea”, *Studies*, n.º 4, IDDRI e AAMP, Paris, 2012.

como os montes submarinos e, em especial, a Área marinha protegida Madeira-Tore<sup>6</sup>.

## Os recursos marinhos

Esta vasta ZEE Madeira alberga recursos tanto costeiros como de alto mar, tanto de superfície como de profundidade, tanto vivos como não vivos. Quanto aos recursos marinhos vivos, existem listagens para grupos específicos, mas ainda não foi publicado um volume agregador e atualizado de todas as espécies registadas na região, como o foi para as espécies terrestres. Usando como indicador simplesmente uma das bases de dados da internet mais abrangentes, a *fishbase*<sup>7</sup>, embora contenha listas incompletas, mostra 505 espécies de peixes marinhos para Portugal, 338 para os Açores, mas 591 espécies para a Madeira. A provável razão para a Madeira apresentar uma diversidade ligeiramente superior pode estar relacionada com o facto de a Madeira ainda conter alguns registos históricos incorretos, e/ou de a Madeira se situar geograficamente nas regiões biogeográficas mediterrâneo/atlânticas mas com elementos faunísticos do Atlântico Norte e africanas<sup>8</sup>.

## Economia Azul

A economia do mar (economia azul) vale para a Madeira neste momento cerca de 2,5% do PIB. Em geral, a economia azul é subdividida em atividades industriais como as atividades navais, atividades de turismo e lazer, serviços marítimos, obras marítimas, energia costeira e *offshore*, tanto renováveis como fósseis, recursos geológicos, defesa e pesca e aquacultura<sup>9</sup>. Na Madeira, esta economia inclui essencialmente a pesca, turismo e lazer, transporte marítimo e alguns serviços. Historica-

---

<sup>6</sup> Ricardo Garcia, R. 2014. “Portugal vai ter 400 mil quilómetros quadrados de áreas marinhas protegidas”, *Público*, 3 de Julho de 2014.

<sup>7</sup> *Fishbase*, <http://www.fishbase.org> (consultado a 2 de outubro de 2014).

<sup>8</sup> Para uma subdivisão mais detalhada das regiões biogeográficas, ver Alan R. Longhurst, *Ecological geography of the sea*, Amesterdão e Boston, Academic Press, 2007.

<sup>9</sup> Comissão interministerial para os assuntos do mar, *Plano de ordenamento do espaço marítimo* (POEM), Lisboa, Governo de Portugal, 2012.

mente, isso também foi verdade, tendo a Madeira, no entanto, perdido a sua posição de escala quase obrigatória para as viagens em direção ao Atlântico Sul. Já olhando para o futuro, a expectativa de grandes lucros imediatos em função do tamanho da nossa área marítima, alargada ou não, parece conter alguns travões. Em primeiro lugar, a profundidade das nossas águas, facto que aumenta o custo de qualquer operação marítima, seja o de fundear equipamento gerador de energia, seja o da exploração de recursos geológicos. Em termos de recursos geológicos, acresce mais uma limitação: o sedimento que dificulta a procura e remoção de minérios.

### Sustentabilidade e monitorização

A questão de dar maior ênfase ao mar e à economia do mar tem sido, nos últimos anos, transposta para a realidade política nacional, baseada em três pilares: (1) o conhecimento, (2) o planeamento e o ordenamento espaciais e (3) a promoção e a defesa ativas dos interesses nacionais. Estes objetivos traduzem-se, segundo a ministra deste pelouro, em três pilares estratégicos: (1) a Estratégia nacional do mar, (2) a Lei de bases do espaço marítimo e toda a legislação complementar e (3) a vertente financeira. Os primeiros dois pontos enunciam como princípio a sustentabilidade nas áreas económica, social e ambiental.

O termo “sustentabilidade” significa que, com a passagem do tempo, um sistema não se degrada em termos de produtividade e diversidade. O termo teve origem na área da Ecologia, sendo hoje também aplicado às áreas económicas e sociais. Relativamente ao mar da Madeira, o termo significa que as atividades humanas, dada a variabilidade e riscos ambientais, não degradam esse ambiente. Como indicadores de sustentabilidade ambiental, podemos usar medidas ou correlatos de biodiversidade, dados populacionais de espécies-chave, quantificação de organismos nocivos, análises químicas de poluentes, etc., mas temos também de medir as atividades humanas. Importante é, no entanto, que essas medições não sejam pontuais, mas sim repetidas ao longo do tempo para conformarem aquilo a que chamamos de “monitorização”. Na Madeira, e para a sua área marinha, existem vários possíveis indicadores. As descargas de peixes comerciais, por exemplo. A comparação do esforço de captura com o número de capturas deve manter-se constante. Caso

assim não seja, o sistema não está equilibrado. Um outro exemplo é a quantificação ao longo do tempo de espécies raras ou ameaçadas. A ideia implica que as espécies ameaçadas são mais vulneráveis aos efeitos antropogênicos sobre o ambiente em que vivem. Aliás, são mais vulneráveis a qualquer perturbação, natural ou não natural.

### O exemplo das tartarugas

Desde 2007 que, em colaboração empenhada com duas empresas náutico-turísticas, a Universidade da Madeira tem monitorizado as tartarugas marinhas nas águas da costa sul da Madeira. A frequência da monitorização é com frequência várias vezes ao dia. Em cada saída dessas empresas, os guias turísticos a bordo da embarcação anotam o número de tartarugas avistadas, assim como variáveis ambientais. O número de tartarugas avistadas por hora de mar é um indicador da abundância de tartarugas nas nossas águas. Como as tartarugas ocorrem mais frequentemente no período de verão, além de que durante esse período são mais facilmente avistadas dado o mar estar mais calmo, a sua abundância varia sazonalmente. Através de tratamento estatístico, essa variação pode ser subtraída, de forma a obter a tendência populacional ao longo do tempo. Em 2013, essa abundância tinha atingido o valor mais baixo desde o início do programa. Usando somente estes dados, poderíamos concluir que o ambiente na Madeira se está a degradar. No entanto, em 2014 esse valor está em clara subida. É, portanto, imperativo obter séries temporais longas, para poder corretamente avaliar as trajetórias populacionais. Quanto mais longas as séries, melhor a avaliação, o que significa um esforço continuado e regular. Somente uma monitorização contínua e de qualidade, ajustada e afinada relativamente aos objetivos da sustentabilidade, poderá garantir a preservação do mar da Madeira e dos recursos que alberga.

# Para uma história da Engenharia na Madeira

Ana Londral

Universidade de Lisboa

---

Os engenheiros são agentes fundamentais [...] em qualquer processo de desenvolvimento sustentado.<sup>1</sup>

Desde o início do seu povoamento, a Madeira foi palco de enormes desafios que a natureza impôs aos seus povoadores. A orografia da Ilha da Madeira e a distância deste arquipélago ao Continente exigiram aos portugueses uma criatividade suplementar. Atraídos pela abundância de água, pelo clima e terrenos férteis, urgiu-se um espírito “engenhoso” capaz de captar estas riquezas naturais, que muito atraíram o Homem e nele semearam o desejo de desenvolvimento.

Em Portugal, tal como aconteceu no resto da Europa, o conceito de *engenheiro* esteve associado a um vasto conjunto de atividades ligadas a importantes projetos militares, como fortificações, cartografia, construção, portos e navegação. Com os desafios tecnológicos da era industrial, no séc. XIX, o engenheiro começou a ter uma afirmação crescente como identidade própria, “como veículo de progresso, bem-estar das populações e da capacidade de mudança do mundo material”<sup>2</sup>. Até ao século XIX, em Portugal, a formação de Engenharia era assegurada por escolas militares, numa simbiose entre Engenharia Militar e Civil. A formação de especialidades não-militares era feita em escolas estrangeiras, nomeadamente na Alemanha e em França. A relação com

---

<sup>1</sup> Eng. José Manuel Consiglieri Pedroso, *Ingenium* - Revista da Ordem dos Engenheiros, n.º 12, Lisboa, 1996.

<sup>2</sup> Ana Matos, Maria Santos, e Maria Diogo, “As raízes da Engenharia em Portugal”, in José Maria de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (coords.), *Engenho e obra: Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2002, p. 128.

o Exército só foi quebrada após a 1.<sup>a</sup> República, com a fundação do Instituto Superior Técnico e da Faculdade Técnica do Porto, que fizeram surgir um reforçado reconhecimento social desta área de conhecimento, e das suas múltiplas especialidades de atuação transversal na sociedade. Independentemente da sua proveniência ser ou não militar, desde o início do povoamento da Madeira que o trabalho de muitos engenheiros (portugueses e estrangeiros) contribuiu para o desenvolvimento da Ilha em diversas áreas, como a defesa (construção de fortificações e portos), as comunicações (vias de transporte e telecomunicações), a sustentabilidade e qualidade de vida (energia, saneamento, aproveitamento dos recursos naturais e ambiente) e a educação e investigação em Ciência e Tecnologia (ensino).

Uma das mais notáveis obras de arte de engenharia na Madeira são as Levadas. Considerado a espinha dorsal de todo o aproveitamento hidráulico da Ilha da Madeira, este grande empreendimento coloca a região como um bom exemplo de aproveitamento hidroelétrico. As Levadas são notáveis pelo seu comprimento e morfologia. Contornando serras e perfurando a rocha, foram estoicamente construídas ao longo de diferentes épocas, para captação de água do norte para o sul, atividades de regadio e produção de energia.

Nos transportes e comunicações, a Engenharia teve sempre um papel importante, ao criar ligações entre o arquipélago e o território continental e o mundo, quebrando o seu isolamento e favorecendo o seu desenvolvimento económico e cultural. A construção do Porto do Funchal é uma obra de vários projetos de engenharia que, ao longo de diferentes épocas e fases de construção, permitiram que a Madeira fosse ponto de passagem de muitas culturas, saberes e rotas comerciais. A inauguração do Aeroporto do Porto Santo, em 1960, e, quatro anos mais tarde, o voo inaugural no Aeroporto intercontinental da Madeira, trouxeram novas possibilidades de ligação deste arquipélago ao mundo. Como montra da notoriedade da Engenharia portuguesa, o Aeroporto da Madeira mereceu dois prémios referentes às suas obras de ampliação – o *Prémio nacional SECIL*, em 2001, e o *Outstanding Structure Award*, em 2004.

Tendo sido um nó de passagem das vias marítimas, a Madeira manteve uma importante posição geoestratégica nas modernas rotas das telecomunicações. Em 1874, foi inaugurado o cabo submarino telegrá-

fico que unia Lisboa ao Recife (Brasil), passando pela Madeira e Cabo Verde. Esta ligação assinalava a importância da Madeira como nó de ligação entre a Europa e o Atlântico Sul. A Madeira voltou a ser nó em ligações telegráficas, no início do século XX, entre a Inglaterra e a África do Sul, e na Segunda Guerra Mundial, entre Gibraltar e o Funchal. Em 1928, estabeleceram-se as primeiras ligações radiotelefónicas entre o Funchal e Lisboa. Atualmente, com os meios de comunicação digitais, a Madeira encontra-se inserida numa complexa rede mundial de cabos submarinos e comunicações via satélite, que a unem a todo o mundo.

A necessidade de autonomia e sustentabilidade no consumo de energia tem sido também um problema sobre o qual os engenheiros madeirenses se têm debruçado. Desde as primeiras levadas, a água da ilha foi vista como uma riqueza para a agricultura e uma fonte de energia. A energia hídrica, na Madeira, e eólica, no Porto Santo, foram desde cedo recursos energéticos utilizados pelo povo madeirense. No início do século XX surgiram as primeiras produções de energia hidroelétrica, de iniciativa privada. Em meados desse século, surgem as primeiras centrais hidroelétricas (serra d'Água e Calheta) para abastecimento da região. Atualmente, com centrais hidroelétricas dispersas por toda a ilha, a Madeira é exemplo interessante no aproveitamento hidroelétrico. Também no aproveitamento de outras fontes de energia, a Madeira serviu de ensaio para a inovação nacional: a primeira instalação fotovoltaica em Portugal foi inaugurada em 1983, na Selvagem Grande, para eletrificação autónoma do farol; em 1986, o Porto Santo foi palco para a instalação do primeiro parque eólico do país. A par com o desenvolvimento da engenharia no campo da produção de energia, o arquipélago da Madeira conta, atualmente, com a produção de energia eólica, hidroelétrica, fotovoltaica e térmica (incluindo uma central de incineração de resíduos sólidos urbanos, recentemente instalada na Ilha da Madeira).

Até ao início do século XX, quando surgiu o primeiro automóvel na região, o transporte marítimo era a via de comunicação mais importante. Apesar das veredas e estradas construídas ao longo do tempo, os “vapores costeiros” ligavam diferentes pontos da costa da ilha, assegurando o transporte de pessoas e mercadorias. Depois do aparecimento do automóvel, as vias de comunicação rodoviária que foram construídas são obras de arte em Engenharia Civil sobejamente reconhecidas. Termi-

nado em 1953, o troço da ERI que unia São Vicente ao Porto Moniz, uma plataforma de estrada cravada na escarpa, foi imagem de muitos postais e fotografias de turistas. Este troço chegou a ser referido pela revista francesa *Travaux* nos seguintes termos: “não sabemos se devemos admirar mais os engenheiros que as estudaram e determinaram os traçados, se a mão-de-obra que realizou o trabalho nas condições de uma audácia espantosa”<sup>3</sup>. A nova rede rodoviária da Ilha da Madeira, notória obra de Engenharia Civil, construída nas décadas de 80 e 90, veio revolucionar a acessibilidade e proximidade entre diferentes locais da ilha. Destaca-se a Ponte João Gomes, obra de arte que protagonizou o *Prémio nacional SECIL* em 1997.

A Engenharia tem estado presente em importantes intervenções nas áreas do ambiente e das florestas. No repovoamento florestal, nas técnicas agrícolas e de irrigação, na vinicultura, na proteção, preservação e estudo de espécies botânicas, vários engenheiros deram importantes contributos com o seu conhecimento. Na área do saneamento, foi iniciado nos finais do século XIX um projeto de engenharia para saneamento e abastecimento de água potável no Funchal, concluído apenas em 1934. Atualmente, a instalação da Estação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos permitiu reduzir a quantidade de resíduos depositados em aterro sanitário, esperando-se um impacto ambiental importante para a Madeira.

A formação de Engenharia na Universidade da Madeira, com a criação de laboratórios e equipas de investigação, permitiu dinamizar projetos nacionais e internacionais para a investigação em Ciência e Tecnologia, sendo um marco importante na cultura da Engenharia no arquipélago da Madeira.

Seguindo o princípio da ilha incubadora<sup>4</sup>, em que “as ilhas afastadas das regiões continentais têm sido, ao longo dos tempos, importantes laboratórios, plantados no meio dos oceanos, na rota do desenvolvimento da Humanidade”, a Madeira foi, ao longo da sua história, objeto de estudo, de experimentação e de trabalho, em diferentes domínios da Engenharia. A recente história dos avanços tecnológicos tem gerado efeitos vertigi-

---

<sup>3</sup> Carlos Bandeira, “A modernização da rede viária da ilha da Madeira”, *Revista Engenharia e vida*, n.º12, 2004, pp. 28-40.

<sup>4</sup> José Manuel Melim Mendes, “Caminhada e o futuro energético do homem. Um olhar insular”, *Islenha*, n.º 33, Funchal, DRAC, 2003, pp. 183-184.

nosamente rápidos nos costumes do Homem. Porém, como protagonistas da implementação destes avanços nas sociedades modernas, os engenheiros nunca deverão descuidar de trabalhar os cálculos para estruturas de equilíbrio entre progresso e respeito pelo Homem e pela natureza, em particular neste encantador arquipélago atlântico que é a Madeira.



## Matemática e matemáticos na Madeira

Custódia Drumond

Universidade da Madeira

---

Este texto apresenta uma pequena nota sobre a relação entre o desenvolvimento das ciências e a evolução da indústria, e, conseqüentemente, de toda a sociedade, seguida de um breve apontamento sobre cada uma das entradas da área da Matemática no *Dicionário enciclopédico da Madeira* (DEM). Atendendo à universalidade da Matemática e à sua ligação com todas as áreas do conhecimento, optou-se por incluir uma apresentação de um conceito transversal não só a todas as áreas da Matemática, como também a todo o saber: a noção de infinito.

O desenvolvimento das ciências, nomeadamente da Matemática e da Física, conduziu à invenção, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, de várias máquinas e instrumentos científicos que provocaram profundas alterações e acentuados progressos na indústria. Entre as muitas criações, destacam-se: o relógio de pêndulo, o telescópio, o barómetro e a calculadora mecânica, no século XVII; a máquina a vapor, o termómetro de mercúrio e os balões de ar quente, no século XVIII; o galvanómetro de espelho, a bateria, o telégrafo, o telefone, a lâmpada elétrica, a locomotiva, a máquina de escrever, o primeiro veículo com motor a gasolina e o cinematógrafo, no século XIX. Muito rico em cientistas brilhantes, o século XIX contribuiu de forma acentuada para o progresso da Matemática, da Astronomia, da Física, da Química, da Biologia e da Medicina, em grande parte devido ao desenvolvimento do método experimental. Na segunda metade deste século, as comunicações telegráficas eram a grande notícia. Os postes do telégrafo acompanhavam de perto o trajeto dos caminhos de ferro e eram usados pelos governantes, pela indústria, pelas forças armadas durante as guerras, e também pelas populações, quando o processo se vulgarizou. Deste modo, os países mais desenvolvidos, ligados por via terrestre, passaram a poder comunicar usando os sinais de código Morse. Numa fase posterior, através dos

oceanos Atlântico, Índico e mar Mediterrâneo, procurou-se ligar os países mais desenvolvidos e separados por mar através de cabos submarinos. No entanto, embora por via terrestre os sinais fossem transportados sem grandes dificuldades, por mar, o processo era altamente ineficaz. Por volta de 1854, William Thomson (1824-1907), natural de Belfast, na Irlanda do Norte, que, apesar de jovem, já tinha uma carreira brilhante na investigação e no ensino, começou a interessar-se pelo problema. Detentor de profundos conhecimentos em Matemática, Física e Engenharia, e atraído pelo mar, foi responsável pela construção de cabos submarinos eficazes na transmissão de sinais telegráficos por via marítima. Pelas suas importantes descobertas, foi-lhe concedido o título de barão Kelvin de Largs, passando a ser conhecido por Lord Kelvin. Entre as suas múltiplas viagens, de supervisão de instalação dos cabos e de reparação de equipamentos, conta-se uma, à Ilha da Madeira, em 1873, onde veio a apaixonar-se por Frances Anna Blandy, com quem casou um ano depois. A conhecida escala de Kelvin, utilizada na medição de temperaturas absolutas, é uma de entre as suas múltiplas criações. A obra de Lord Kelvin, com mais de 600 publicações, trouxe valiosas contribuições para a Física matemática, a Hidrodinâmica, a Elasticidade, o Eletromagnetismo, a Astronomia, a Telegrafia por cabo submarino, a precisão de medidas elétricas e a arte da navegação<sup>1</sup>. Sobre a vida e obra de Lord Kelvin, recomenda-se a consulta da entrada do DEM com a designação do cientista, da autoria do mestre Angelino Sabino Lira da Silva Gonçalves, assim como da bibliografia aí indicada.

O também matemático, britânico, William Kingdon Clifford (1845-1879), natural de Exeter, teve ligações à Madeira<sup>2</sup>. Durante o seu curto trajeto de vida, atingiu o estatuto de reputado matemático, de nível

---

<sup>1</sup> Sobre esta temática ver: “Kelvin, Lord William Thomson (1824-1907)”, <http://scienceworld.wolfram.com/biography/Kelvin.html> (acedido a 30 de dezembro de 2013); “Lord Kelvin”, [http://www.santarita.g12.br/maticos/gm3/lord\\_kelvin.htm](http://www.santarita.g12.br/maticos/gm3/lord_kelvin.htm) (acedido a 20 de dezembro de 2013); “Lord Kelvin (William Thomson - 1824-1907)”, <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/lord-kelvin-william-thomson-1824-1907> (acedido a 20 de dezembro de 2013); “William Thomson - Lord Kelvin (1824-1907)”, <http://www.perdiamateria.eng.br/Nomes/Kelvin.htm> (acedido a 30 de dezembro de 2013); “William and Lucy Clifford A Story of Two Lives”, <http://www.williamandlucyclifford.com/Pages/FriendsandColleagues.aspx> (acedido a 16 de outubro de 2013).

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a vida e obra de Clifford, ver “William and Lucy Clifford A Story of Two Lives”, <http://www.williamandlucyclifford.com/Pages/FriendsandColleagues.aspx> (acedido a 16 de outubro de 2013).

internacional, sendo conhecido pelas suas publicações, quer no campo das ciências, quer na Filosofia. Entre os 22 e os 33 anos, desenvolveu trabalhos que vieram a ser publicados em cerca de 50 artigos científicos. Entre as suas mais famosas descobertas consta o conceito de “álgebra de Clifford”, que tem sido aplicado, até aos nossos dias, a problemas de Matemática, Física e Engenharia. Infelizmente, o que o fez visitar a Ilha da Madeira não foi a ciência, mas sim a sua débil saúde, mais precisamente problemas pulmonares que já lhe tinham sido diagnosticados aos 31 anos de idade. A 15 de janeiro de 1879 desembarcou na ilha, com esperança de que o clima da Madeira o fizesse recuperar a saúde. Durante a curta estadia, continuou a sua investigação e, quando se apercebeu de que a morte estava próxima, procurou deixar indicações escritas sobre as suas descobertas e formas de as publicar. Faleceu, na Madeira, a 4 de março desse mesmo ano. Desde 1970, em homenagem a Clifford, têm sido organizadas conferências em Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha, México, Canadá, Estados Unidos e Portugal. Em 1995, a Universidade da Madeira, com a coordenação da Doutora Hanna Nencka, também prestou uma homenagem a Clifford através da organização da conferência internacional “New trends in geometrical and topological methods”. A entrada “William Kingdon Clifford”, do DEM, da autoria do Professor Doutor José Laurindo de Góis Nóbrega Sobrinho, assim como a bibliografia nela indicada contêm mais pormenores sobre a vida e a vasta obra deste cientista.

No final do século XIX, mais concretamente em 1896, nasceu no Funchal, na freguesia da Sé, José Martins Vicente Gonçalves<sup>3</sup>. Fez a sua formação liceal na Madeira e a sua formação superior na Universidade de Coimbra, onde também se doutorou, com 25 anos. Progrediu sucessivamente até se tornar professor catedrático com apenas 31 anos. A partir de 1942 desempenhou as funções de professor catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, até à sua aposentação, tendo ainda colaborado com o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. As suas contribuições científicas estendem-se por mais de uma centena de artigos publicados e debruçam-se sobre diversas áreas

---

<sup>3</sup> Para mais informação sobre José Martins Vicente Gonçalves, ver “José Martins Vicente Gonçalves (1896-1985)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p20.html> (acedido a 10 de janeiro de 2014); “José Vicente Gonçalves”, <http://www.mat.uc.pt/~jfqueiro/VicenteGoncalves.html> (acedido a 10 de janeiro de 2014).

da Matemática, nomeadamente Álgebra, Análise, Geometria e História da Matemática. Entre os seus variados contributos, contam-se diversos manuais para vários ciclos do ensino liceal que foram adotados por várias gerações. Era um cientista autónomo, tendo preparado de forma independente as suas duas teses de dissertação, que lhe valeram o doutoramento, em primeiro lugar, e a posição de professor catedrático, por último. A entrada do DEM, “José Martins Vicente Gonçalves”, da autoria do Professor Doutor Luiz Carlos Guerreiro Lopes, é um documento que se recomenda ao leitor interessado em mais pormenores sobre a vida e obra deste madeirense notável.

No século XX, a Madeira contribuiu novamente para o avanço do conhecimento científico na área da Matemática com João Cosme dos Santos Guerreiro (1923-1987)<sup>4</sup>, natural da freguesia da Sé no Funchal, que, tal como Vicente Gonçalves, completou os seus estudos liceais no Liceu Jaime Moniz. Foi aluno de doutoramento do Professor José Sebastião e Silva e também colaborou com Vicente Gonçalves. Ao longo da sua carreira académica lecionou no Instituto Superior de Agronomia, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, na Escola Superior de Medicina Veterinária, na Faculdade de Ciências do Porto, no Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa, no Instituto Superior Técnico, na Universidade de Évora e no Centro de Apoio da Faculdade de Ciências de Lisboa na Região Autónoma da Madeira, embora durante todo este tempo tenha sido professor (catedrático a partir de 1973) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. As suas áreas de investigação foram essencialmente a Álgebra, a Análise e a História da Matemática, sendo considerado pelos colegas o mais reputado especialista na área dos espaços

---

<sup>4</sup> Sobre este autor ver: João Cosme dos Santos Guerreiro, *Curso de Análise Matemática*, 1.ª ed., Lisboa, Escolar Editora, 1989 e *Espaços Vectoriais Topológicos*, Lisboa, CMAF, 1990; L. Saraiva, “Gallery: Outline of a biography of Professor João Guerreiro”, *CIM Bulletin*, n.º 12, junho 2002, pp. 24-27; João Viveiros, “Vida e obra de Santos Guerreiro – Homenagem a um grande matemático madeirense”, *Choque Mate: Revista da Escola Secundária Jaime Moniz*, Ano VII, n.º 22, abril-junho de 2001, p. 3; “João Cosme Santos Guerreiro”, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Cosme\\_Santos\\_Guerreiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Cosme_Santos_Guerreiro) (acedido a 27 de setembro de 2013); *João Cosme Santos Guerreiro, Memória da Universidade: Enciclopédia do Ensino, Ciência e Cultura na História da Universidade de Lisboa*, [http://memoria.ul.pt/index.php/Guerreiro,\\_Jo%C3%A3o\\_Cosme\\_Santos](http://memoria.ul.pt/index.php/Guerreiro,_Jo%C3%A3o_Cosme_Santos) (acedido a 24 de outubro de 2013).

vetoriais topológicos. O DEM dispõe da entrada “João Cosme dos Santos Guerreiro”, onde as Professoras Doutoradas Maribel Gomes Gonçalves Gordon e Custódia Mercês Reis Rodrigues Drumond (aluna do distinto professor) registaram factos do seu percurso académico e científico, recolhidos de vários documentos escritos e de testemunhos orais da sua irmã e dos seus filhos.

Em Rostov, na Rússia, em 1931, nasceu o Professor Gueorgui Semenovich Litvinchuk (1931-2006)<sup>5</sup>, que viria a desempenhar, entre 1994 e 2001, as funções de professor catedrático convidado da Universidade da Madeira (UMa). Apesar de se ter jubilado em 2001, continuou cientificamente ativo, tendo residido na Madeira até 2004. Em 2002, por ocasião do seu septuagésimo aniversário, decorreu, na UMa, a conferência internacional “Factorization, singular operators and related problems”, na qual foram divulgados diversos resultados inéditos em áreas diretamente ligadas às dinamizadas pelo professor Litvinchuk. Ao longo da sua carreira publicou mais de 170 artigos científicos e cinco livros, orientou 38 doutoramentos e contribuiu para o progresso de novas áreas do conhecimento, nomeadamente na Teoria dos Operadores Singulares e em problemas de fatorização. O seu percurso académico e de investigador foi muito vasto, podendo o leitor interessado informar-se sobre o mesmo consultando a entrada do DEM “Gueorgui Semenovich Litvinchuk”, da autoria do Professor Doutor Maurício Duarte Luís Reis, que foi seu mestrando na UMa.

Em 1982, na Madeira, tiveram início as atividades letivas do Centro de Apoio da Faculdade de Ciências, um polo da Universidade de Lisboa. Entre os cursos de licenciatura oferecidos, incluía-se o de Matemática, vocacionado para o Ensino. O polo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa manteve a sua oferta formativa até à abertura da Universidade da Madeira, que chegou a receber alguns dos seus estudantes.

Com a criação da UMa, em 1988, o ensino superior na região ganhou uma nova dinâmica, assim como toda a sociedade envolvente. No primeiro ano letivo apenas funcionou a licenciatura em Educação Física e Desporto, mas, no ano seguinte, o Curso de Matemática surgiu

---

<sup>5</sup> Para mais informação sobre a vida e obra de Gueorgui Semenovich Litvinchuk, ver: Yuri Karlovich, “Professor Georgii Semenovich Litvinchuk (1931-2006)”, *Complex Analysis and Operator Theory*, vol. 2, n.º 2, 2008, pp. 203-214.

no leque das ofertas, tendo aberto 20 vagas para Matemática – Ramo Ensino e outras 20 para Matemática – Ramo Científico. Desde então, e até à altura em que este texto foi produzido, a UMa formou licenciados, mestres em Matemática, mestres em Ensino da Matemática e doutores em Matemática. Procurando adaptar-se às necessidades do meio envolvente e primando, sempre, pela qualidade na formação, os ciclos de estudo em Matemática da UMa sofreram diversas reestruturações. A licenciatura passou a estar organizada por perfis, até à adaptação ao Processo de Bolonha. Os mestrados em Matemática e em Ensino da Matemática foram reestruturados em função das necessidades da sociedade e da legislação. O doutoramento em Matemática mostrou estar adequado ao Processo de Bolonha.

Tal como é função das universidades, a UMa não restringiu a sua atuação, na área da Matemática, à lecionação. Com efeito, desde a sua fundação, têm sido desenvolvidas várias iniciativas ligadas à investigação em Matemática e suas aplicações. Um grupo de docentes dos departamentos de Matemática e Física da UMa, liderado pelo Professor Doutor Ludwig Paul Ary Evert Streit, criou o Centro de Ciências Matemáticas (CCM), em 1991. O CCM é um centro de investigação reconhecido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), desde 1993, e, por esse facto, é periodicamente avaliado por equipas internacionais. Entre as suas avaliações, conta com uma avaliação de Muito Bom e duas de Excelente. Apesar de o CCM ter sido criado formalmente por despacho publicado em *Diário da República*, em 1996, um programa de convites a eminentes investigadores foi iniciado, em 1991, pelo reputado Professor Doutor Ludwig Paul Ary Evert Streit e pela Professora Doutora Margarida Maria Coelho Ribeiro de Faria, contratados pela UMa no ano anterior e responsáveis, na altura, pelas áreas de Matemática e de Física da Universidade. Desde o início da criação do Centro, foram organizados *workshops* internacionais nos quais participaram investigadores de renome mundial. Alguns destes cientistas prolongaram a sua estadia para além do período das conferências e lecionaram cursos intensivos dirigidos aos doutorandos residentes na ilha. Até setembro de 2013, decorreram 41 *workshops* internacionais no CCM, normalmente dois por ano, realizando-se um por altura das férias escolares da Páscoa e o outro no verão. Para além destes encontros regulares, o CCM organizou outras conferências a uma maior escala.

Entre elas, destaca-se a Escola NATO ASI *Stochastic Analysis and Applications in Physics*, que decorreu entre 6 e 19 de agosto de 1993, com 92 participantes de 18 países. Ao longo da sua existência, o CCM já ultrapassou as três centenas de professores visitantes, tendo inclusivamente recebido a colaboração de vários deles, em anos sucessivos. Atualmente, alguns professores estrangeiros autofinanciam-se e procuram, junto com os seus doutorandos, o CCM para desenvolver trabalhos de investigação, no período imediatamente posterior aos já referidos *workshops*. As atividades deste centro têm sido financiadas através de verbas do orçamento de estado ou por projetos nacionais ou internacionais. Na entrada “Centro de Ciências Matemáticas”, do DEM, da autoria da Professora Doutora Custódia Mercês Reis Rodrigues Drumond e do Professor Doutor José Luís da Silva, encontram-se registadas as principais atividades desenvolvidas neste centro de investigação e os principais cientistas que com ele têm colaborado. Refere-se ainda que o mesmo foi criado com o objetivo de “[...] estabelecer a Universidade da Madeira como um fórum internacional de investigação e colaboração científica, com o fim de quebrar o isolamento, e produzir excelência e visibilidade a nível internacional”.

Foi criado, em 2000, o Grupo de Astronomia da Universidade da Madeira (GAUMa), contemplado no DEM, numa entrada homónima, da autoria do Professor Doutor José Laurindo de Góis Nóbrega Sobrinho e do Professor Doutor Pedro Manuel Edmond Reis da Silva Augusto. O GAUMa dedica-se ao ensino, investigação e divulgação da Astronomia. Várias e diversificadas atividades têm sido desenvolvidas em cada ano da sua existência, como se pode constatar no sítio da internet do respetivo grupo<sup>6</sup>. Entre os vários itens que podem ser consultados nesta página, evidencia-se: “Pergunte ao Astrónomo”, “Semanas da Astronomia”, “Biblioteca de Astronomia e Astrofísica”, “Sessões de Observação”, “Astrónomos visitantes”, “Publicações”, “Laboratório de Astronomia e Instrumentação” e “Ano Internacional da Astronomia”. Apesar de o número de elementos do grupo ser reduzido, o número de eventos organizados é bastante considerável, estendendo-se por iniciativas regionais, nacionais e internacionais. No âmbito das primeiras, o grupo tem organizado sessões de formação para estudantes e docentes, deslocando-se a escolas, dos vários

---

<sup>6</sup> Grupo de Astronomia da Universidade da Madeira (GAUMa), <http://www.uma.pt/astro> (consultado a 2 de outubro de 2014).

níveis do ensino básico e secundário, de todos os concelhos da região. Também tem oferecido, na UMA, cursos de formação contínua para docentes. Tem trabalhado em conjunto com a Associação de Astrónomos Amadores da Madeira (AAAM) em diversas iniciativas. O DEM apresenta também uma entrada dedicada a esta associação, criada em 2001, da autoria de dois dos seus fundadores, o Doutor Fernando Teodoro de Góis e o Engenheiro Marco Paulo Correia Marques Joaquim.

Entre os eventos em que participaram os dois grupos de astrónomos, destaca-se o Ano Internacional da Astronomia-2009, na Região Autónoma da Madeira<sup>7</sup>. Este acontecimento enquadrou-se no “Ano Internacional da Astronomia-2009”, adotado pela International Astronomical Union (IAU) e pela UNESCO/ONU. Os preparativos a nível nacional iniciaram-se com a nomeação da comissão nacional, tendo sido nomeado o Professor Doutor Pedro Augusto, responsável pela correspondente celebração na RAM. Ao longo de três anos e meio, foram organizados, na RAM, 229 eventos, todos gratuitos e distribuídos por mais de metade das juntas de freguesia. Todos estes eventos foram dinamizados por voluntários que integravam ou o Grupo de Astronomia da UMA, ou a Associação de Astrónomos Amadores da Madeira, ou eram cidadãos anónimos. Os eventos foram enquadrados numa das 20 seguintes designações: de âmbito nacional, “E agora... eu sou Galileu!”, “Workshop de Astronomia e Instrumentação” e “Astronomia no Verão”; de âmbito regional, “EscoLAI's”, “Astronomia na Comunidade Funchalense”, “P'ra lá do céu”, “Radi'olh'o-meteoro”, “O céu estrelado existe!”, “A melhor imagem da Lua”, “Iluminação de Natal” (no âmbito da iluminação natalícia da cidade do Funchal), “Exposição Itinerante”, “Semana do Livro Astronómico”, “I Jornadas das Ciências do Porto Santo”, “Semana AstroShop”, “Porto Santo ASTROLine”, “Ciclo de AstroCinema”, “IX Semana da Astronomia”, “Semana Astronómica Vicentina”, “Semana AstroMarítima” e “V Festival Internacional de Cinema do Funchal”. Informações sobre os referidos 229 eventos, desenvolvidos durante o Ano Internacional da Astronomia, podem ser obtidas na entrada

---

<sup>7</sup> Cf. Pedro da Silva Augusto, José Laurindo Nóbrega Sobrinho e Ilídio Andrade, *O Ano Internacional da Astronomia 2009 na Região Autónoma da Madeira: uma epopeia de três anos e meio*, Universidade da Madeira (Relatório elaborado para a FCT - Ciência Viva), 2012, 183 pp.; <http://www3.uma.pt/Investigacao/Astro/Grupo/Publicacoes/Abstracts/pub2012r1.htm>; e “Ano Internacional da Astronomia 2009 - Madeira, Representação Regional do Single Point of Contact Nacional”: <http://www.uma.pt/aia09> (acedido a 3 de dezembro de 2013).

do DEM “Ano Internacional da Astronomia”, da autoria do Professor Doutor Pedro Manuel Edmond Reis da Silva Augusto e do Professor Doutor José Laurindo de Góis Nóbrega Sobrinho.

É um facto que o GAUMa e a AAAM marcaram a Astronomia na Madeira nos primeiros anos do século XXI. A Astronomia esteve, no entanto, presente em muitos outros momentos da história da Madeira. Por diversas vezes a ilha foi visitada por astrónomos que conduziram observações a partir da ilha. Nos anos 70 do século XX, a Madeira foi identificada como um dos potenciais locais para a instalação de um observatório astronómico no hemisfério norte. Nessa altura, foram conduzidos estudos de medição do *seeing* por uma equipa de astrónomos ingleses, liderada por McInnes, tanto na Madeira (mais concretamente na Encumeada Alta, em Santana), como nas Canárias e no Havai<sup>8</sup>. Os resultados mostraram que as noites da Madeira estavam entre as melhores para a observação. Contudo, talvez devido ao período conturbado que se viveu após a revolução de 25 abril de 1974, ou ainda devido ao incidente que, em plena Encumeada Alta, ceifou a vida de um dos membros da equipa de McInnes, a Madeira acabou por ficar no esquecimento, enquanto nas Canárias e no Havai eram construídos grandes observatórios. Cerca de 20 anos mais tarde, uma equipa da Universidade de Bochum, na Alemanha, voltou a interessar-se pela Madeira, iniciando uma nova campanha de medição do *seeing*, agora em três locais diferentes da ilha (Encumeada Alta, Pico Ruivo de Santana e Pico Ruivo do Paul da Serra)<sup>9</sup>. Para concretizar o trabalho de campo, foi criado o grupo STORM (Students Taking Observational Research Measurements), composto por alunos de Física da Universidade da Madeira. Embora tenham sido recolhidos diversos dados e tenham sido confirmadas as excelentes qualidades dos céus da Madeira, para a observação, este projeto acabou por ser interrompido. Já em 2009, o Engenheiro Ilídio Adalberto Gomes Andrade, à data aluno do curso de Engenharia da Instrumentação e Eletrónica (ramo de Astronomia), como projeto de fim de curso, repetiu o estudo do *seeing* em diversos

---

<sup>8</sup> B. McInnes, “Site Testing on Hawaii, Madeira and the Canary-Islands”, *Quarterly Journal of the Royal Astronomical Society*, n.º 22, 1981, p. 266.

<sup>9</sup> T. Schmidt-Kaller, R. Vanscheidt, J. Gochermann *et al.*, “An advent of astronomy site selection for an optical observatory on Madeira”, *Astronomische Gesellschaft Abstract Series*, n.º 12, 1996, p. 243.

locais da Ilha da Madeira, tendo comprovado que, cerca de 30 anos depois, as qualidades de excelência dos céus da Madeira continuam. Para mais detalhes sobre a História da Astronomia na Madeira, recomenda-se a entrada “Astronomia”, do DEM, da autoria do Professor Doutor Pedro Manuel Edmond Reis da Silva Augusto e do Professor Doutor José Laurindo de Góis Nóbrega Sobrinho.

Entre os diplomados em Matemática pela UMA, figuram docentes habilitados para a docência da Matemática no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário (licenciados em Matemática – Ramo Ensino pré-Bolonha e mestres em Ensino da Matemática pós-Bolonha), licenciados em Matemática – Ramo Científico pré-Bolonha, licenciados em Matemática pós-Bolonha, mestres em Ensino da Matemática pré-Bolonha, mestres em Matemática pré-Bolonha e pós-Bolonha e doutorados em Matemática.

Em 2005, na sequência de um estudo elaborado pela Associação de Professores de Matemática, que tinha por objetivos analisar a situação do ensino da Matemática no país e enunciar um conjunto significativo de recomendações sobre o assunto, iniciou-se, em todo o território nacional, um conjunto de iniciativas versando a formação de professores, para a implementação de novos programas de Matemática, nos ensinos básico e secundário. Na RAM, a então Direção Regional de Educação convidou a Professora Doutora Elsa Maria dos Santos Fernandes a desenvolver um projeto de formação de professores para a região, surgindo desta colaboração o projeto “Construindo o Êxito em Matemática” (CEM). O CEM é um projeto de Formação Contínua de Professores de Matemática do Ensino Básico que teve início no ano letivo 2006/2007, ao qual o DEM dedica uma entrada, desenvolvida pela Professora Doutora Elsa Maria dos Santos Fernandes.

Todas as personalidades, eventos e organizações referidos anteriormente desenvolveram-se em torno da Matemática e suas aplicações. Um dos conceitos que mais têm apaixonado os matemáticos ao longo dos séculos, que se mantém atual e que também tem deliciado filósofos, teólogos, artistas, escritores e físicos é o “Infinito”. Já dizia o matemático alemão David Hilbert (1862-1943):

O infinito! Nenhum outro conceito estimulou tão profundamente o espírito humano; nenhuma outra ideia estimulou o intelecto de modo tão frutífero, no entanto nenhum outro conceito precisa ser mais esclarecido do que a ideia de infinito.

A palavra “infinito” resulta do termo latino *infinitu*, e traduz o que não tem início nem fim ou aquilo que não é possível enumerar. Do ponto de vista filosófico, o Infinito surge quando se reflete sobre eternidade ou divindade. Na Matemática, a necessidade de refletir sobre o Infinito surgiu quando esta deixou de ser tratada apenas como uma ciência prática e passou a ocupar-se de questões teóricas, nomeadamente no século VI a.C. Sabe-se que Pitágoras (580-496 a.C.) e Platão (428-347 a.C.), entre outros, refletiram sobre este conceito, mas que o consideravam contraproducente, pelo facto de o reconhecerem como inabordável. Na literatura, são conhecidos os paradoxos de Zenão (495-430 a.C.), nomeadamente a “Dicotomia” e “Aquiles e a tartaruga”, onde, através do processo de decomposição sucessiva de percursos e da descrição das propriedades inerentes aos intervenientes, este procurava demonstrar o absurdo das afirmações que refutava. Zenão considerava “Infinito” um conceito irracional. Aristóteles (384-322 a.C.), porém, apesar de rejeitar a existência do “Infinito” como algo existente à partida, defendia a existência de “Infinito em potência”, pelo facto de os acontecimentos futuros serem consequência do passado e do presente. Este pensamento predominou até ao século XVII, tendo tido grande influência, essencialmente na Filosofia e na Teologia.

Foi o matemático inglês Georg Cantor (1845-1918) quem, no século XIX, apresentou uma justificação lógica e racional de “Infinito”, sendo usualmente aceite até aos nossos dias. Cantor constatou, tal como outros cientistas anteriores, que os conjuntos finitos não admitem uma relação de um para um, com nenhuma das suas partes estritas. Entende-se por parte estrita ou subconjunto próprio de um conjunto, um bocado do conjunto que nunca é igual ao todo. Relação de um para um, entre dois conjuntos, significa que a cada elemento do primeiro conjunto está ligado um, e um só elemento, do segundo conjunto e vice-versa, isto é, a cada elemento do segundo conjunto corresponde sempre um e um só elemento do primeiro. Cantor definiu, em 1873, “conjunto infinito” como sendo todo o conjunto que admite uma parte estrita, de modo a que, entre o conjunto e essa parte, seja possível definir uma relação de um para um. Aplicando este raciocínio ao conjunto dos números naturais  $\{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ , usualmente representado por  $\mathbb{N}$ , pode-se, por exemplo, considerar o seu subconjunto próprio  $\{0, 2, 4, 6, 8, \dots, 2n, \dots\}$ , o conjunto dos números pares. Observa-se que é

possível estabelecer uma relação entre estes conjuntos, ligando cada número do primeiro ao dobro do seu valor, que se encontra sempre no segundo conjunto. Constata-se igualmente que, deste modo, é criada uma relação de um para um entre os dois conjuntos. Diz-se que os conjuntos são equipotentes ou que têm o mesmo cardinal. Diz-se, por isso, que têm o mesmo número de elementos e que, neste caso, é um número infinito. O cardinal de  $\mathbb{N}$  é o menor dos números infinitos e chama-se “*aleph-0*”. *Aleph* é uma letra hebraica que os teclados dos nossos computadores não possuem, daí a não inclusão da mesma neste texto. Mas Cantor, com a sua teoria dos “números transfinitos”, concluiu também que não existe um número que seja maior que todos os outros. Com efeito, chamou “números transfinitos” às potências de base dois de cardinais de conjuntos. Vendo um número infinito como o cardinal de um conjunto infinito, digamos  $A$ , a potência de base dois desse cardinal é também um cardinal de um conjunto infinito. Esse conjunto, viu Cantor que era o conjunto que tinha por elementos o próprio conjunto  $A$  e as partes próprias de  $A$ , denominado “conjunto das partes de  $A$ ”. Demonstrou que a potência de base dois de um cardinal é sempre maior que esse cardinal. Provou que o conjunto dos números reais, denotado por  $\mathbb{R}$ , tem cardinalidade superior à do conjunto  $\mathbb{N}$ , usando o “método da diagonal”, que é consequência do “Axioma da Escolha”. O “Axioma da Escolha” foi formulado, em 1904, por Ernst Zermelo e permite provar a existência de certos conjuntos sem dar uma forma explícita de os construir. Atualmente, de um modo geral, os matemáticos aceitam-no, embora ainda surjam estudiosos que o rejeitam. Cantor, através do seu método da diagonal, provou que existem infinitos de tamanhos diferentes, sendo uns enumeráveis e outros não enumeráveis. O “Infinito enumerável” é o menor cardinal infinito, representado por “*aleph-0*”, e é o cardinal de  $\mathbb{N}$  e de todos os outros conjuntos que lhe sejam equipotentes. Na Teoria de Conjuntos, ramo da Matemática que estuda a cardinalidade e, portanto, onde o Infinito é assunto frequente, Georg Cantor, em 1878, formulou uma hipótese, conhecida por “Hipótese do contínuo”, que afirma não existir nenhum conjunto infinito com tamanho estritamente compreendido entre o do conjunto  $\mathbb{N}$  e o do conjunto  $\mathbb{R}$ <sup>10</sup>. Dito de outra forma, não

---

<sup>10</sup> Para mais informação sobre este ramo da Matemática, ver Augusto Franco de Oliveira, *Teoria de conjuntos intuitiva e axiomática*, Lisboa, Escolar Editora, 1980.

existe nenhum cardinal infinito entre os correspondentes aos cardinais de IN e de IR. É uma afirmação para a qual não pode existir prova (pois já se mostrou ser impossível justificá-la), sendo normalmente aceite como “Axioma”. Como se torna intuitiva, à luz de outros resultados que se conseguem estabelecer, são poucos os que ainda resistem a aceitá-la. Desta forma, e porque para Cantor “*aleph*” representava o “Infinito”, “*aleph-1*” representava o segundo cardinal infinito, o cardinal de IR. O próximo cardinal infinito consiste no cardinal do conjunto das partes de IR, denotado por “*aleph-2*”, e assim sucessivamente. Cantor definiu a adição de cardinais, que incluía os cardinais finitos e os infinitos, que perdura até aos nossos dias. Galileu Galilei (1564-1642), Isaac Newton (1643-1727), Gottfried Leibniz (1646-1716), Carl Gauss (1777-1855), Bernard Bolzano (1781-1848), Richard Dedekind (1831-1916), Giuseppe Peano (1858-1932), Karl Weierstrass (1815-1897), David Hilbert (1862-1943), Ernst Zermelo (1871-1953) e Adolf Fraenkel (1891-1965), entre outros, foram matemáticos que também contribuíram para a compreensão e sistematização do conceito de “Infinito”. O “Infinito” continua a provocar acesas paixões e, ao que parece, será um dos temas que se manterá transversal às Ciências, à Literatura – veja-se por exemplo “A Biblioteca de Babel” do escritor argentino Jorge Luís Borges (1899-1986) – e às Artes – veja-se, a título de exemplo, as obras do artista holandês Maurits Cornelis Escher (1898-1972)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> “M. C. Escher e o infinito”, <https://www.google.pt/search?q=M.+C.+Escher+e+o+infinito&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=klgHU8q4Io6ShgeWxYD&ved=0CDgQsAQ&biw=1680&bih=920> (consultado a 21 de fevereiro de 2014).



# Geografia e urgências ecológicas na Madeira

Raimundo Quintal

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território  
Centro de Estudos Geográficos

---

Há ilhas e ilhas. Grandes e pequenas. Velhas e jovens. Uma nasceu com a fratura das massas continentais provocada por movimentos tectónicos, outras ficaram isoladas da terra-mãe com a subida do nível dos oceanos, muitas, ainda, são filhas de erupções vulcânicas. Em todas, o mar é a única fronteira.

O tamanho, a idade e a origem são causas determinantes da diversidade da flora e da fauna das ilhas. As ilhas continentais receberam toda a comunidade de seres vivos terrestres no momento da separação. Com o corte do cordão umbilical os novos ecossistemas assumiram uma vida autónoma. As ilhas vulcânicas, também conhecidas por ilhas oceânicas, nasceram sem nada, tendo todas as plantas e animais chegado através do mar.

A Ilha da Madeira nasceu graças à ascensão de magma profundo. A elevação do edifício submarino até à superfície do Atlântico demorou mais de 100 milhões de anos. A fase emergente, com o corpo vulcânico a sair da água, começou há cerca de 7 milhões de anos, tendo as últimas erupções ocorrido aproximadamente há 7000 anos. Isolada no Atlântico, a ilha vulcânica viveu algum tempo sem plantas e animais terrestres, que pouco a pouco foram chegando do sul da Europa e do norte de África. Sementes e esporos atravessaram o Atlântico, arrastados pelos ventos, flutuando nas águas ou transportados por aves e insetos. Lentamente, os solos humedecidos pelas chuvas e nevoeiros foram dando guarida a líquenes, musgos, fetos, arbustos, árvores. O deserto de cinzas e rochas vulcânicas foi enriquecendo e as comunidades de plantas foram-se ajeitando às condições climáticas ditadas pela orografia e exposição aos raios solares.

Tudo estava naturalmente organizado quando chegaram os primeiros homens, no primeiro quartel do século XV, com intenções de desbravar a floresta e fazer agricultura. Desde o início do povoamento, as formações vegetais, especialmente as dos níveis mais baixos, experimentaram recuos muito grandes. A ação humana fez-se sentir através da agricultura sobre queimada, dos cortes intensivos de árvores e arbustos e da pastorícia. Enormes áreas de floresta foram derrubadas com o objetivo de produzir lenha para os engenhos do açúcar e extrair madeiras de boa qualidade, que chegaram a ser exportadas em volumes significativos para a metrópole.

Embora Gaspar Frutuoso deixe transparecer nas *Saudades da terra*<sup>1</sup> que no início da colonização as florestas da Madeira estiveram a arder durante sete anos seguidos, é praticamente impossível que tal catástrofe tenha acontecido. Atendendo a que não se observaram mudanças sensíveis no clima da Madeira desde o seu povoamento, é muito pouco provável que durante sete anos não houvesse um aguaceiro suficientemente forte para pôr termo aos incêndios que alastravam pela ilha. É bem possível que os incêndios tenham extravasado as áreas destinadas à ocupação agrícola, gerando mesmo o pânico na população e levando a exageros na descrição. Os cerca de cento e cinquenta engenhos existentes nos fins do século XV foram os primeiros responsáveis pela destruição da floresta indígena da Madeira. “A cultura da cana exigia uma grande reserva florestal, fonte de aprovisionamento em lenha dos engenhos e água para o regadio”<sup>2</sup>. Neste sentido, a partir de 1501 a política de D. Manuel I para a Madeira visou favorecer as terras de cultivo, protegendo as serras para produção de lenha e armazenamento de água. Se é verdade que muito do património florestal foi destruído ao longo destes quase seis séculos de presença humana, não deixa de ser relevante a obra realizada sobre uma orografia de fortes declives e solos esqueléticos.

Desde os primórdios da fixação das populações na Madeira,

é possível falar dum regime de policultura, contudo, houve sempre tendência para o predomínio dum deles. Inicialmente, e por breve período, esse produto foi o trigo, cuja carência no Reino terá mesmo

---

<sup>1</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Livro II, manuscrito no século XVI, anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Tip. Funchalense, 1863.

<sup>2</sup> João de Sousa, “Notas de História da Madeira: 'as sesmarias'”, *Diário de Notícias* (Funchal), 8 de Janeiro de 1984.

sido um dos objetivos da ocupação das ilhas. Sabe-se, no entanto, que entre 1473 e 1479 houve falta deste cereal na Madeira e isto relaciona-se com a importância que fora assumindo a cana-de-açúcar, cuja cultura se tornou fundamental até meados do século XVI, acompanhada por ampla exportação de açúcar. A partir dos fins do século XVI é o vinho que passa a predominar, embora fosse já produzido anteriormente.<sup>3</sup>

Será errado afirmar-se que foi na Madeira que ocorreu a primeira experiência de agricultura de plantação, mais tarde largamente difundida na América Latina, Ásia e África? Presentemente, nas terras baixas do sul da ilha domina a bananeira, que deixa alguns espaços livres para as anoneiras, abacateiras, papaieiras e mangueiros. É a zona das plantas tropicais, adaptadas a um clima subtropical seco mas com a condição de haver regadio. Era neste andar climático que outrora habitavam os canaviais, hoje muito reduzidos. Nos jardins e nas quintas, que escaparam à urbanização, multiplicam-se as espécies ornamentais originárias das regiões quentes. Seria fastidioso estar aqui a enumerá-las, mas não resisto à tentação de focar, pela sua atraente beleza, as coralinas, as chamas-da-floresta, as árvores-do-fogo, as grevíleas, as sumaúmas, os jacarandás, as tipuanas, as schótias, as gatinhas, as buganvílias, as estrelícias, os antúrios, as bromélias, as orquídeas. No norte, mais fresco e mais húmido, é a vinha que predomina à beira-mar, cultivando-se também o milho, a batata (semilha), a batata-doce, o feijão, as couves.

Até cerca de 600-700 metros, embora sem atingir tais valores na vertente norte, encontram condições ambientais favoráveis árvores como a nespereira, a laranjeira e o limoeiro. A vinha ocupa espaço importante nesta faixa climática, especialmente nos níveis mais baixos (200-500 metros). Entre os 500 e os 800 metros, aproximadamente, prosperam árvores de fruto oriundas de regiões com clima temperado oceânico: o castanheiro, a noqueira, a cerejeira, a ginjeira, a macieira, a pereira. Muitos hectares que outrora foram domínio da *Laurissilva* estão hoje ocupados por pinheiros, eucaliptos e acácias, espécies que encontraram na Madeira condições ecológicas propícias a um rápido crescimento, mas que, entre outros problemas ambientais, são muito mais vulneráveis aos fogos e retêm menos água que as espécies indígenas.

---

<sup>3</sup> Carlos Alberto Medeiros, *Portugal: Esboço breve de geografia humana*, Lisboa, Terra Livre, 1976.



FIGURA 1. Cerejeiras florindo na Fajã Escura, Curral das Freiras – 05.04.14.



FIGURA 2. Mata de espécies exóticas ardida no Palheiro Ferreiro – 19.07.12

A substituição das espécies exóticas, invasoras e pirófilas, por espécies endémicas, recuperando as formações vegetais indígenas, é uma urgência ecológica. Outra será o combate à promiscuidade entre habitação humana e matagais, focos difusores dos incêndios, que ora descem e destroem património edificado, ora sobem e arrasam os urzais das maiores altitudes da cordilheira central. A criação de prados, pigmentados com castanheiros, nogueiras, cerejeiras e ginjeiras nas zonas de transição entre as áreas habitadas e a floresta, terá a virtude de associar a prevenção dos fogos à produção de frutos e à apascentação de ovelhas. O governo regional, as câmaras e os madeirenses terão de entender que o poço da pobreza será cada vez mais fundo se continuarmos a gastar o pouco dinheiro disponível no combate aos fogos, cada vez mais frequentes, e no tratamento das chagas das aluviões. Áreas problemáticas, em termos ecológicos, económicos e sociais, poderão transformar-se em núcleos de ecodesenvolvimento. É importante voltar a acreditar na relação virtuosa homem – natureza.

Os holandeses conquistaram terras ao mar. Construíram diques, e onde outrora existiam baías hoje prosperam campos de cultivo. A epopeia agrícola holandesa é conhecida e respeitada em todo o mundo. É um dos exemplos mais divulgados de como o pequeno homem consegue enfrentar com sucesso o grande oceano, a poderosa natureza.

Na Madeira, as águas profundas rente à costa impediram o aumento da superfície arável, para além das fajãs criadas pelas rochas que se despregam das arribas. Os madeirenses, apertados entre o Atlântico e as montanhas vulcânicas, tiveram engenho e forças para edificar uma soberba paisagem agrária que ainda se mantém viva sobre lombos, achadas e vertentes difíceis de escalar. A paisagem rural madeirense, escadaria gigantesca de leiras miúdas, deve ser olhada como um monumento edificado por gerações sucessivas, à custa de muito suor e não poucas vezes de sangue e vidas perdidas. A armação dos socalcos e a abertura das levadas para o transporte da água fertilizadora são obras maiores do património da humanidade. Para edificar os poios foi preciso partir o basalto e esboroar os tufos vulcânicos. Pedra sobre pedra, foram construídos muros sem fim. O solo, transportado às costas por íngremes caminhos de pé posto, foi enchendo férteis tabuleiros, que criam comida e bebida há quase seis séculos.



FIGURA 3. Fajãs na base da arriba do cabo Girão – 31.05.05

O segredo de tão grande longevidade produtiva reside no modo como o madeirense soube dosear os diferentes elementos que compõem a paisagem agrária. Onde a temperatura é mais alta escasseia a água. Pelo que foi preciso construir levadas. A água tirada das ribeiras meridio-

nais revelou-se insuficiente para saciar as terras secas das vertentes soalheiras. Na segunda metade do século XIX e especialmente nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, a cordilheira central foi trespassada. A água do norte, correndo na escuridão de extensos túneis e em aquedutos riscados nos abismos, mudou a paisagem de vastas áreas do sul da ilha, que desde sempre foram palco da agricultura de sequeiro. Campanário, Quinta Grande, Estreito e Câmara de Lobos verdejaram com a água, que começou a correr na Levada do Norte em 1952. O vale de Machico perdeu a aridez com a abertura da Levada Nova (1949), que levou água até ao desértico Caniçal. As terras da zona alta oriental do Funchal, do Caniço, Gaula e Santa Cruz em muito beneficiaram com a Levada dos Tornos, que entrou em serviço em 1966<sup>4</sup>. Com temperaturas habitualmente acima dos 15° C, com água disponível nas levadas e solos enriquecidos com o estrume produzido pelas vacas guardadas nos palheiros, as minúsculas explorações agrícolas começaram a produzir doze meses por ano.

A pequenez das parcelas e a falta de acessibilidade – ainda hoje é preciso transportar às costas por longas e íngremes escadarias os produtos da terra – são fatores que contribuíram para o abandono de imensas explorações nas últimas três décadas do século XX e na primeira década deste século. Os jovens, salvo poucas exceções, fugiram da agricultura, e, conforme os mais velhos foram perdendo as forças, os muros de suporte degradaram-se e o silvado invadiu os poios. Aqui está outra consequência negativa do declínio da agricultura. Os socalcos em bom estado garantem a infiltração duma grande percentagem da água da chuva e reduzem a erosão. Com a degradação dos muros de suporte, os riscos de escorregamentos e desabamentos (quebradas) aumentam, crescendo o caudal lamacento nos córregos, ribeiros e ribeiras. O solo agrícola acaba no mar com graves prejuízos para os ecossistemas costeiros. Felizmente mantiveram-se núcleos de resistência, como, por exemplo, o sítio da Caldeira, em Câmara de Lobos, onde as parcelas agrícolas se mantiveram tratadas como requintados hortos ou jardins. O que ali se pode ver não é uma mera atividade económica. É arte. É cultura. É articulação perfeita do mineral com o vegetal, graças ao saber acumulado ao longo de gerações.

---

<sup>4</sup> M. R. Amaro da Costa, “O aproveitamento da água na Ilha da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 4, 1950, pp. 18-19 e “O aproveitamento da água na Madeira – A marcha da obra através do tempo”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, 1951, pp. 14-21.



**FIGURA 4.** Levada do Norte, sítio do Espigão, freguesia da Ribeira Brava – 02.11.13.



**FIGURA 5.** As pequenas parcelas agrícolas parecem quintais meticulosamente cuidados – Campanário – 05.03.11



FIGURA 6. Agricultura no sítio da Caldeira, Câmara de Lobos – 31.01.05

Com o desemprego gerado pelo colapso da construção civil, muitos dos homens que tinham migrado da agricultura para as obras públicas retornaram ao amanho da terra. Um pouco por toda a ilha, mas especialmente nos concelhos com maior pressão demográfica da vertente sul – Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Machico e Ribeira Brava –, poios abandonados há três e quatro décadas voltaram a ser arroteados. O silvado dominador tem cedido espaço às culturas hortícolas. O recurso à agricultura, para além de mitigar a fome e reduzir as dores da crise económica em imensas famílias, tem um efeito extraordinariamente positivo na paisagem rural. Os muros de pedra recuperados, a água correndo nas regadeiras e os mosaicos de plantas são simbiose de cultura e natureza. A paisagem agrária bem trabalhada é um regalo para a vista e um recurso turístico de elevado potencial.



**FIGURA 7.** Com o desemprego gerado pelo colapso da construção civil, muitos dos homens que tinham migrado da agricultura para as obras públicas retornaram ao amanho da terra. O silvado dominador tem cedido espaço às culturas hortícolas. Freguesia do Campanário, concelho da Ribeira Brava – 05.03.11.



2

HISTÓRIA DA MADEIRA:  
TEMAS E PROBLEMAS



# Elementos para uma nova História Económica da Madeira<sup>1</sup>

Alberto Vieira

CEHA / Madeira

---

E não criou Deus, nem levantou ou descobriu tudo terras chãs e férteis, mas também fez montes e vales, outeiros e campos chãos, terras mimosas e pedregosas, algumas secas e outras regadias, sendo um elemento com tantas variedades, como a espécie dos homens com tão diversos rostos [...]. Assim também, ou quando logo criou o Mundo, no principio fez terra firme e muitas ilhas, ainda que adiante, ou antes do dilúvio ou depois dele ou com ele, algumas mudanças fossem e se fizessem.

[...] tantos matos e rochas, tantos montes e grotas, que afirmam todos que, das dez partes da ilha, não aproveitam as duas, porque a maior parte dela são serranias, terras dependuradas, rochas e grotas e ladeiras, e não há terra chã, senão a bocados, mas esses são tais, que valem mais que outro tamanho ouro; e, geralmente, não tem preço a substância, que tem todas as coisas, que esta ilha de si está produzindo, quer por natureza, quer com arte.

A ilha da Madeira... que Deus pôs no mar ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes, que de Portugal e de outros reinos vão, e de outros portos e navegações vêm para diversas partes, além dos que para ela somente navegam, levando-lhe mercadorias estrangeiras e muito dinheiro para se aproveitar do retorno que dela levam para suas terras...<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O tema deste artigo tem desenvolvimento alargado em livro: *Nova História Económica da Madeira*, Lisboa, Esfera do Caos, 2014. Deste modo, ficam para aí as indicações e orientações mais alargadas, em termos de apoio bibliográfico; aqui apenas reunimos a bibliografia essencial sobre a Madeira.

<sup>2</sup> Gaspar Frutuoso, *Livro primeiro das Saudades da terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984, p. 300; Gaspar Frutuoso, *Livro segundo das Saudades da terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977, pp. 138-139 e 99-100.

Na cultura ocidental mediterrânica, as ilhas exercem um particular fascínio. A elas estão ligadas uma cultura e história milenares, sendo um dos marcos mais relevantes da expansão europeia dos séculos XIV a XVI. A história das ilhas atlânticas, no entender de Gaspar Frutuoso, perde-se no mítico mundo antigo, representando a expressão terreal do paraíso. Ao longo dos seis livros que o autor nos deixou, está patente a associação aos mitos e à ideia de paraíso do mundo clássico. Esta era uma realidade apenas das ilhas não habitadas, isto é, da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde. O deleite do autor é mais manifesto nas duas primeiras e é nelas que os séculos XV e XVI confundem com o imaginário clássico.

A verdade, porém, é que de todas as ilhas atlânticas, aquela que mais extasiou os exploradores europeus, a partir do século XIV, foi a Madeira. Não se contiveram de contentamento quando constatarem a sua “fertilidade, frescura e bondade”<sup>3</sup>, o aspeto sadio dos seus ares, a abundância de água que fazia dela a primeira e merecedora do título de “a princesa de todas as ilhas”<sup>4</sup>. O deslumbramento foi total e compensado pela fertilidade do solo, que excedia, em muito, os padrões europeus, deixando todos boquiabertos. Gaspar Frutuoso insiste em reforçar esta ideia, ainda que em sentido figurado:

Tinha El-Rei e o infante avisos, cada mês, da fertilidade e frescura da ilha, e das muitas ribeiras e fontes de água, de que era a terra abundante... que tudo frutificava grandemente, em tanto que cada alqueire de trigo, que semeavam, colhiam pelo menos sessenta alqueires. E as rezes e o gado, ainda que mamavam, já pariam; e de tudo se dava em abundância, e não semeavam coisa que não multiplicasse em tresdobro com a muita fertilidade e grossura e vião da terra<sup>5</sup>.

A escrita de um paraíso, inspirada, certamente, nos textos da antiguidade clássica.

Destas propriedades endógenas aos próprios arquipélagos, é forçoso passar a outras, externas, que os favoreceram e que fizeram com que assumissem um protagonismo evidente na História do Atlântico, já que, na verdade, foram as ilhas os principais pilares para o descobrimento, afirmação e controlo do espaço oceânico. Desta forma, o Prof.

---

<sup>3</sup> Gaspar Frutuoso, *Livro segundo das Saudades da terra*, op. cit., p. 49.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

Luís de Albuquerque<sup>6</sup> revelou o caráter anfíbio da expansão e ocupação portuguesa no espaço atlântico. As ilhas, próximas ou afastadas do litoral, foram as bases da estratégia peninsular e da definição da nova rede de negócios europeus. Os casos mais evidentes estão além do Bojador: primeiro, Arguim, depois, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. A elas ligam-se os assentamentos do litoral que irradiam para o interior, como sucede nos rios e costa da Guiné. Aquém do Bojador, estão as ilhas da Madeira e Açores que, talvez pela sua localização, se afastam dessa dependência física em relação ao promissor litoral africano. Mesmo assim, elas fazem parte dessa teia, atuando, por imperativos vários, no processo de conquista de Marrocos, nas viagens de expansão geográfica e comercial desta costa africana, o que veio a gerar uma interdependência muito evidente.

As ilhas desempenham, assim, um papel fundamental como terras de promessa e riqueza para os primeiros colonos, mas também de bases de apoio ao processo em curso para a navegação e suprimento das carências alimentares ou disponibilização de produtos para a troca vantajosa com os africanos. O cereal, primeiro madeirense e depois açoriano, tem aqui um papel fundamental. O provimento das praças africanas e sobretudo o “saco da Guiné” entram nesse entramado das relações comerciais que fazem chegar, à Europa, o ouro e os escravos. Idêntico papel assumiram o sal de Cabo Verde e os cavalos marroquinos. A conquista de novos mercados para o domínio da rota transariana obriga, necessariamente, à criação desta lógica de interdependência, que não pode, de modo algum, ser ignorada. Aqui, o papel das ilhas é fundamental. De primeira aventura e promissora realidade, passaram a ativas intervenientes, tendo, por isso, uma enorme importância para a economia atlântica e a afirmação do espaço oceânico, até à atualidade.

As ilhas foram a principal aposta ganha pelo europeu no século XV, porque não estavam ocupadas, além de que ofereciam aos portugueses garantias de um rápido desenvolvimento e afirmação da economia de mercado. Disso falam os viajantes e cronistas da época que não se cansam de elogiar as suas riquezas. Cadamosto, ao referir-se à Madeira, diz-nos que “há nela muitos homens ricos, para a região; porque toda ela é um jardim, e tudo o que colhem na dita ilha é ouro”. Também Zurara

---

<sup>6</sup> Luís de Albuquerque, *Portugal no Mundo: Povoamento e colonização do reino de Portugal – Início dos Descobrimentos marítimos portugueses – O avanço no Atlântico*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 204.

foi contagiado pelas notícias da riqueza das ilhas, nomeadamente da Madeira, onde “sentiam os nossos reinos mui grande proveitos, *scilicet*: de pão e açúcar; e mel e cera; e madeira e outras muitas cousas, de que não tão somente o nosso reino, mas ainda os estranhos houveram e hão grandes proveitos”<sup>7</sup>. Mas este louvor à riqueza insular não ficava só pelo espaço lusíada, refletindo-se a nova realidade na Europa ocidental. Pelo menos é o que nos dá a entender a bula *Fidei tuae probata*, do papa Paulo II, em 18 de outubro de 1469:

[...] Os produtos da referida ilha, nomeadamente o açúcar, o trigo e outras coisas, tinham aumentado e de dia para dia continuavam a aumentar em tal abundância que já não só bastava à referida ordem mas traziam até grandes cómodos a Portugal e outros reinos de Espanha e a seus naturais moradores [...] <sup>8</sup>.

O mesmo sentimento está expresso na decisão de D. Manuel, em 1496, ao tornar realenga a ilha da Madeira:

[...] a nosa ylha da madeyra de huua das principaaes e proveytosas que nos e a reall coroa de nossos reynnos teemos pera ajuda e sobpor-tamento do estado reall e emcarregos de nossos reynnos .

A mesma ideia surge, mais tarde, desta feita quanto à costa da Guiné, pela voz de João de Barros:

[...] eu não sei neste reino jugada, portagem dízima, sisa ou algum outro direito real e mais certo em que regularmente cada ano assim responda sem rendeiros alegarem esterilidade ou perda, do que é o rendimento do comércio de Guiné. E tal que se o soubermos agricultar e granjear com pouca semente nos responderá com mais novidade que os reguengos do reino e lezírias do campo de Santarém <sup>10</sup>.

Nesta primeira fase da expansão europeia, a riqueza é quase só sinónimo de ilhas, mas a descoberta e valorização de outros espaços

---

<sup>7</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné, segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris*, notas, gloss. e introd. de José de Bragança, Porto, Livraria Civilização, 1937, cap. II, p. 42.

<sup>8</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos portugueses*, vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 73.

<sup>9</sup> Carta régia de El-Rei D. Manuel revertendo para a Coroa a posse da ilha da Madeira, de 27 de abril de 1497, publ. in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, 1973, p. 363.

<sup>10</sup> João de Barros, *Ásia: Primeira década*, rev. e pref. António Baião, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 119.

com o aparecimento de outras riquezas não lhes retiraram importância, continuando estes espaços a ligar-se, de forma evidente, aos novos circuitos e mercados geradores e de circulação dessa riqueza. Entender esta dimensão da História Económica insular e, de forma particular, da Madeira implica não só o necessário enquadramento do arquipélago no espaço atlântico e nas dinâmicas geradas pelos impérios coloniais, nomeadamente português e britânico, como também das buscas das condições próprias de um arquipélago dominado quase só por uma ilha. Daí a importância que assumem o espaço e o tempo histórico e a forma como os madeirenses os conseguiram gerir, no contexto do mundo ocidental. São múltiplas as vertentes em que assenta o discurso da História Económica do arquipélago e que devem ser aqui focadas, quando pretendemos repensar aquilo de que dispomos e abalancarmos a outros olhares mais clarificadores e afirmativos da sua importância. O debate de diversas questões teóricas, em torno da ideia de espaço, da forma como o Homem o gere, no contexto da sua necessidade e do seu entorno, é importante. Neste contexto, assumem particular relevância questões que têm preocupado os investigadores da História e doutros domínios das Ciências Sociais e Humanas nos últimos anos.

Parece-nos chegado o momento de olharmos para uma nova História Económica da Madeira, que fuja dos padrões tradicionais da submissão à lógica interna dos produtos dominantes e que passe a dar mais atenção às conjunturas e estruturas que marcaram o devir económico do arquipélago. Esta será uma forma distinta de ver a História Económica da ilha e de descobrir novos dados e realidades que a imagem do produto dominante quase sempre apaga. Disto e doutros problemas que assistem à História Económica da Madeira, nos últimos anos, queremos deixar aqui o nosso testemunho e reflexão, no sentido de permitir a abertura de novas perspetivas ao discurso histórico dos madeirenses nas próximas décadas.

## 1. A economia da ilha e o Atlântico

Nos séculos XV e XVI, as ilhas e arquipélagos firmaram um lugar de relevo na política e economia atlânticas, distinguindo-se pela função de escala económica, de apoio à navegação ou mista: no primeiro caso, surgem as ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha; para o

segundo, as Antilhas e a Madeira, e, no terceiro, as Canárias, os Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Neste grupo insular, emergem a Madeira e as Canárias pelo pioneirismo da ocupação, razão por que se projetaram no restante espaço atlântico por intervenção de portugueses e castelhanos. Daqui resultou a vinculação económica e institucional da Madeira ao espaço atlântico português, como das Canárias às Índias de Castela. Daí também a importância que assume para o estudo e conhecimento da História do Atlântico a valorização da pesquisa histórica sobre ambos os arquipélagos<sup>11</sup>.

Desde o pioneiro estudo de Fernand Braudel que foi atribuída às ilhas uma posição chave na vida do oceano e do litoral dos continentes<sup>12</sup>. A partir daqui, a Historiografia passou a manifestar grande interesse pelo seu estudo. Note-se ainda que, segundo Pierre Chaunu, foi ativa a intervenção dos arquipélagos da Madeira, Canárias e Açores, que designou *Mediterrâneo Atlântico*, na economia castelhana dos séculos XV e XVII<sup>13</sup>. Para o Atlântico português, a conjuntura foi diversa, pois a atuação em três frentes – Costa da Guiné, Brasil e Índico – alargou os enclaves de domínio ao sul do oceano. Neste contexto, surgiram cinco vértices insulares de grande relevo – Açores, Canárias, Cabo Verde, Madeira e São Tomé – imprescindíveis para a afirmação da hegemonia e defesa das rotas oceânicas dos portugueses. Aí assentou a coroa portuguesa os principais pilares atlânticos da sua ação, fazendo das ilhas desertas, lugares de acolhimento e repouso para os náufragos, ancoradouro seguro e abastecedor para as embarcações e espaços agrícolas

---

<sup>11</sup> Alan L. Karras e John Robert McNeill (eds.), *Atlantic American societies: from Columbus through abolition (1492-1888)*, London-New York, Routledge, 1992; Alfred W. Crosby, *The columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*, Westport, Greenwood Press, 1972; Sidney Wilfred Mintz, *Sweetness and power: the place of sugar in Modern History*, New York, Viking, 1985; Michael McGerr, “The Price of the ‘New Transnational History’”, *American Historical Review*, 96, n.º 4, 1991, pp. 1056-1072; D. W. Meinig, *The shaping of America: a geographical perspective on 500 years of History – Atlantic America (1492-1800)*, vol. 1, New Haven, Yale University Press, 1986; Ian Kenneth Steele, *The English Atlantic (1675-1740): an exploration of communication and community*, New York, Oxford University Press, 1986.

<sup>12</sup> Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949.

<sup>13</sup> Pierre Chaunu e Hugette Chaunu, *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, 9 vols., Paris, Armand Colin, 1955-1960.

dinamizadores da economia portuguesa. No primeiro caso, podemos referenciar a Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé, Santa Helena e Açores, que emergem, a partir de princípios do século XVI, como os principais eixos das rotas do Atlântico. Há necessidade de diferenciar as ilhas que se afirmaram como pontos importantes das rotas intercontinentais, como foi o caso das Canárias, Santa Helena e Açores, e as que se filiam nas áreas económicas litorais, como sucedeu com Arguim, Cabo Verde e o arquipélago do golfo da Guiné. Todas vivem numa situação de dependência em relação ao litoral que as tornou importantes. Apenas a de São Tomé, pela importância da cana-de-açúcar, esteve fora desta subordinação, por algum tempo.

A Madeira surge, nos alvares do século XV, como a primeira experiência de ocupação em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais, o que terá levado Evaldo Cabral de Mello a definir a capitania de São Vicente como a *Nova Madeira*<sup>14</sup>. Tanto ele como José Antônio Gonsalves de Mello são raros exemplos na Historiografia brasileira a valorizar a presença madeirense<sup>15</sup>. A fronteira da ilha projeta-se além-Atlântico, pois toda esta experiência institucional, social e económica foi, depois, utilizada, em larga escala, noutras ilhas e no litoral africano e americano. O arquipélago foi o centro de divergência dos sustentáculos da nova sociedade e economia do mundo atlântico: primeiro, os Açores, depois, os demais arquipélagos e regiões costeiras onde os portugueses aportaram. Idêntica função preencheu as Canárias, fronteira europeia do império espanhol, em relação ao mundo colonial rival<sup>16</sup>.

Em termos administrativos, tivemos os ensaios de novas práticas administrativas, não distantes daquelas que se estabelecem para as terras de reconquista na Península (afinal, funcionamos como fronteira da Europa, como terra franca). O sistema institucional madeirense apresen-

---

<sup>14</sup> Evaldo Cabral de Mello, in *As ilhas e o Brasil: VI Colóquio Internacional de História das ilhas atlânticas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – CEHA, 2000, p. 13.

<sup>15</sup> José Pereira da Costa (“O Brasil [...]”, in *As ilhas e o Brasil [...]*, *op. cit.*, pp. 22-23) refere que a Historiografia brasileira dedica pouca atenção às ilhas.

<sup>16</sup> José Pérez Vidal, *Aportación de Canarias a la población de América: su influencia en la lengua y en la poesía tradicional*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.

tava uma estrutura peculiar definida pelas capitânias, de amplas liberdades e isenções, que funcionavam com atrativos tanto para o povoamento, como para a sua afirmação. Foi a 8 de maio de 1440 que o Infante D. Henrique lançou a base da nova estrutura, ao conceder, a Tristão Vaz, a carta de capitão de Machico. O modelo foi seguido para as demais ilhas, chegando, em 16 de fevereiro de 1504, à ilha que ficaria para a História como Fernão de Noronha. Depois, seguiram-se as chamadas capitânias hereditárias da faixa atlântica e interior<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Sobre as capitânias do Brasil, veja-se: João Fernando de Almeida Prado, *Pernambuco e as capitânias do norte do Brasil (1530-1630)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939; *Idem*, *A Bahia e as capitânias do centro do Brasil (1530-1626): história da formação da sociedade brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945; *Idem*, *São Vicente e as capitânias do sul do Brasil – As origens (1501-1531): história da formação da sociedade brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961; Clovis Bevilacqua, “As capitânias hereditárias perante o Tratado de Tordesilhas”, in *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB e Imprensa Nacional, 1915, Tomo Especial, parte II, pp. 6-26; Eduardo Bueno, *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1999; Benedito de Jesus Calixto, *Capitânias paulistas: São Vicente, Itanhaém e São Paulo*, São Paulo, Rossetti, 1924; Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1975; Manuel Nunes Dias, *Natureza e estatuto da Capitania do Brasil*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979; Carlos Malheiro Dias, “O regime feudal das donatárias anteriormente à instituição do governo geral”, in Carlos Malheiro Dias (ed.), *História da colonização portuguesa no Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1924, pp. 217-283; Leovigildo Duarte Júnior, *Sesmeiros e posseiros na formação histórica e econômica da Capitania de São Vicente, depois chamado São Paulo: das suas origens ao século XVIII*, dissertação de mestrado em História Econômica apresentada à Universidade Estadual de Campinas pelo Instituto de Economia, 2003 (versão eletrônica em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000307077>, consultada a 4 de dezembro de 2014); Adrien van der Dussen, *Relatório sobre as capitânias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)*, Rio de Janeiro, IAA, 1947; Waldemar Martins Ferreira, *História do Direito Brasileiro: as capitânias coloniais de juro e herdade*, São Paulo, Edição Saraiva, 1962; Caio Jardim, *A Capitania de São Paulo sob governo do morgado de Mateus (1765-75)*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1939; Siegmund Ulrich Kahn, “As capitânias hereditárias, o governo-geral, o Estado do Brasil: administração e direito quinhentistas”, *Revista Ciência Política*, v. 6, n.º 2, abr./jun. 1972, pp. 53-114; Américo Jacobina Lacombe, *Capitânias hereditárias*, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978; Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *História da Capitania de São Vicente*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1954 (versão eletrônica em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>, consultada a 4 de dezembro de 2014); Jorge Cesar Mota, “Achegas à velha questão do ‘feudalismo’ das capitânias”,

As fronteiras do novo espaço atlântico vão redefinindo outras formas de organização da sociedade e o reajustamento das estruturas sociais aos mecanismos gerados por distintas culturas que assumiram aí um papel económico fundamental. A civilização atlântica do açúcar é construída a partir da disponibilidade da mão-de-obra africana, marcando, assim, uma fronteira entre a organização do processo produtivo em relação à Europa. Desta forma, a Madeira foi a fronteira da grande transformação social que conduziu à afirmação da escravatura no espaço atlântico. De acordo com S. Greenfield<sup>18</sup>, a ilha foi o trampolim entre o “*Mediterranean Sugar Production*” e a “*Plantation Slavery*” americana. O autor não faz mais do que retomar os argumentos aduzidos por Charles Verlinden<sup>19</sup>, desde a década de sessenta, que mereceram alguns reparos na sua formulação, mercê de novos estudos então realizados<sup>20</sup>. Perante tudo isto, podemos afirmar que a Madeira, por ter sido o primeiro espaço atlântico a merecer uma ocupação efetiva europeia, com sucesso, foi fronteira do espaço atlântico que se projetou para além da ilha, na

---

*Anais de História*, Universidade Estadual Paulista, 5 (1973), pp. 208-216; António Vasconcelos Saldanha, *As capitánias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extensão de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001; Carlos Studart Filho, “Notas para a história das fortificações no Ceará”, Sep. do *Boletim do Museu Histórico do Ceará*, Fortaleza, Ramos & Pouchain, 1937; *Idem*, *O antigo Estado do Maranhão e suas capitánias feudais*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960; Luís Filipe dos Reis Thomaz, “Estruturas quasi-feudais na expansão portuguesa”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989.

<sup>18</sup> Sidney M. Greenfield, “Madeira and the beginnings of New World sugar cane cultivation and plantation slavery: a study in institution building”, in Vera Rubin and Artur Tuden (eds.), *Comparative perspectives on slavery in New World plantation societies: Annals of the New York Academy of Sciences*, New York, New York Academy of Sciences, vol. 292, 1977, pp. 536-552.

<sup>19</sup> Charles Verlinden, “Précédents et parallèles européens de l’esclavage colonial”, *O Instituto*, vol. 113, Coimbra, 1949; “Les origines coloniales de la civilisation atlantique: antécédents et types de structure”, *Journal of World History*, n.º 4, 1953, pp. 378-398; *Précédents médiévaux de la colonie en Amérique*, Mexico City, IPGH, 1954; *Les origines de la civilisation atlantique: de la Renaissance à l’âge des Lumières*, Neuchâtel, La Baconnière, Paris, Albin Michel, 1966.

<sup>20</sup> Confronte-se Alfonso Franco Silva, “La esclavitud en Andalucía a fines de la Edad Media: problemas metodológicos y perspectivas de investigación”, *Studia*, n.º 47 (1989), Lisboa, pp. 165-166; Alberto Vieira, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, CEHA, 1991.

construção de novas fronteiras do mundo ocidental em termos sociais, económicos e políticos, que permitiram a plena afirmação da escravatura e do mercado açucareiro. É por isto que podemos afirmar que a Madeira foi, ao nível social, político e económico, o ponto de partida para o “mundo que o português criou...” nos trópicos, a primeira fronteira entre o Velho e o Novo Mundo. Daqui resulta também a importância que assume para o estudo e conhecimento da História do Atlântico a valorização da pesquisa histórica sobre os arquipélagos.

### *As relações da ilha com o Estado*

As relações que desde o início se estabeleceram entre a Madeira e o continente foram de tipo colonial. Na verdade, o estatuto de colónia não resulta do facto de um espaço estar habitado à chegada do europeu, pois, se isso fosse condição, Cabo Verde nunca teria mantido este estatuto, na medida em que, como quase todas as ilhas atlânticas (exceto as Canárias), estavam desabitadas à chegada dos portugueses. A definição resulta fundamentalmente do relacionamento que se estabelece entre a metrópole e a região.

Ao nível político, o estatuto colonial caracteriza-se por uma profunda distância das áreas em relação aos centros de poder. São os governadores e capitães gerais que se comportam, de forma altiva, do interior da fortaleza do poder. São ordens despóticas. É a subserviência dos ilhéus, que reclamam, em Lisboa, através de procuradores e políticos, à mesa da coroa e do orçamento, umas magras migalhas da riqueza que remetem anualmente. É o sentimento de orfandade, perante uma autoridade paternalista e despótica. O regionalismo é, assim, a constatação dos desequilíbrios regionais e do colonialismo que define as relações institucionais.

Ao nível económico e financeiro, esta relação revela-se na entrega de toda a riqueza. As culturas agrícolas são impostas para servir os caprichos da metrópole e todo o lucro se situa no esbanjamento dos recursos por um poder estranho e distante. O despontar do movimento autonomista resulta setor da circulação fora da ilha. Sucedeu assim com a cana-de-açúcar, que se transformou na *galinha dos ovos de ouro* para a Coroa portuguesa, entre finais do século XV e princípios do seguinte. Toda a riqueza resultante da exploração económica, impostos incluídos, é orientada para fora do espaço que a cria. Tão pouco sucede um investi-

mento na valorização do local. O pouco que retornava surge sob a forma de caridade da própria Coroa, sob a forma de oferta. O Rei D. Manuel foi, de todos, o mais caridoso para com os madeirenses, mas também o que mais auferiu das riquezas da ilha. Distribuiu benesses e obras de arte aos madeirenses. Mas a dívida à dádiva dos madeirenses era maior.

As finanças do reino foram demarcadas por um permanente *deficit*, pelo que a Coroa teve necessidade de se socorrer de diversos meios para saldar a diferença. Desde o século XIV que a forma mais usual de o solucionar era o recurso a pedidos e empréstimos. Era com estas formas de financiamento que a Coroa cobria o *deficit*, bem como as despesas bélicas e a boda do casamento dos príncipes. O vigor demonstrado pelos madeirenses na defesa dos seus interesses tem expressão na recusa ao pedido de empréstimo de 1478 e pode ser reafirmado no papel do senado da Câmara do Funchal. Na verdade, a Madeira era, desde 1433, um espaço fora do controle da Coroa, dependendo do Mestre da Ordem de Cristo e tendo o Infante D. Henrique como senhor. Mas a riqueza da ilha estava na mira da Coroa, pelo que D. Manuel, que também foi senhor da ilha, deu a machadada final no processo de autogoverno dos madeirenses, ao proceder, em 1497, à “nacionalização” da Madeira. A carta régia que declara a ilha realenga é clara quanto ao peso económico nas finanças do reino: “é uma das principais e proveitosas coisas que nós, e real coroa de nossos reinos temos para ajudar, e financiamento de estado real, e encargos de nossos reinos”<sup>21</sup>. A ideia perdurou por muito tempo, de modo que, em 1836, ainda continuava a afirmar-se “que é uma das mais preciosas jóias da coroa de Vossa Majestade”.

A partir de finais do século XV, toda a riqueza gerada deixou de pertencer ao senhorio e passou para o usufruto da Coroa, indo a tempo de financiar as grandes viagens oceânicas e a despesa da Casa Real. A partir daqui, é evidente que a Madeira perdeu a capacidade reivindicativa perante a Coroa. O centralismo régio está patente na submissão e pronto acatamento pela vereação de todos os regimentos e decretos régios. O arquipélago foi uma importante fonte de receita para travar o endividamento do reino e manter a opulência da casa senhorial e real.

---

<sup>21</sup> Carta régia de 27 de abril de 1497, El-Rei D. Manuel revertendo para a Coroa a posse da ilha da Madeira, *op. cit.*, p. 363.

Esta elevada despesa só poderia ser coberta com as receitas arrecadadas nas ilhas e nos novos espaços coloniais. E, aqui, quando se fala de ilhas, significa quase só a Madeira.

É evidente que, durante o século XV e primeiro quartel do seguinte, a principal fonte de receita do mundo português estava no açúcar madeirense. As receitas advinham dos direitos lançados e do comércio do açúcar apurado, contudo os dados financeiros disponíveis não evidenciam, com clareza, a situação. Perderam-se os livros de contas, mas os poucos disponíveis não nos atraioam. Primeiro, o senhorio e, depois, a Coroa oneravam este produto com diversas tributações que conduziam a que amealhassem elevadas quantias que usavam em benefício próprio, no pagamento de tenças, esmolos, empréstimos e dívidas. No primeiro registo das receitas do reino e possessões, datado de 1506, a Madeira surge com o valor mais elevado das participações dos novos espaços insulares, com 5,3%. Até à década de 30 do século XVI, os réditos fiscais resultantes da produção e comércio do açúcar asseguraram parte importante das fontes de financiamento do Reino e projetos expansionistas. Em 1529, com o Tratado de Saragoça, foi encontrada uma solução provisória que, a curto prazo, parecia agradar a ambas as partes. D. João III viu-se forçado a pagar 350 000 ducados para assegurar a posse das Molucas, que, afinal, se encontravam dentro da área de influência de Portugal. Mais uma vez, é possível assinalar uma ligação à Madeira, pois terá sido, segundo alguns, o madeirense António de Abreu o primeiro explorador daquelas ilhas. Por outro lado, os madeirenses contribuíram com avultada quantia de empréstimo para o pagamento do referido contrato. Manuel de Noronha ficou com o encargo de arrecadar a contribuição madeirense. João Rodrigues Castelhana é referenciado também como recebedor do referido empréstimo, tendo desembolsado da sua fazenda 300 000 reais. A este, juntaram-se Fernão Teixeira com 150 000 reais e Gonçalo Fernandes com 200 000 reais. O pagamento fez-se, nos anos de 1530-31, à custa dos dinheiros resultantes dos direitos da Coroa sobre o açúcar.

## 2. A História Económica e as especificidades da economia insular

A geografia é determinante na função económica a atribuir aos espaços humanizados. Nesse sentido, as condições particulares da Madeira definiram-lhe uma vocação eminentemente agrícola. A aposta nos serviços, como o turismo, surgiu por acaso e por influência britânica. A ilha, por força da geografia, apresenta uma forma singular de mundividência. A insularidade é a sua expressão, que pode ser evidenciada na vida, história e mentalidade islenhas. A ilha é, também, um cadinho da tradição e cultura. O isolamento, definido pela linha de água do litoral, favorece a tradição e dá forma ao cadinho conservador e preservador.

No mundo insular atlântico, o arquipélago da Madeira assume uma posição particular, fruto da quase total ausência da dimensão arquipelágica. Na verdade, apenas duas ilhas mereceram ocupação humana, mas uma, o Porto Santo, pelas dificuldades de abastecimento de água não permitiu a definição de uma situação socioeconómica assente na complementaridade dos espaços. Enquanto nos Açores e Canárias, devido à existência de diversas ilhas, tivemos formas de exploração agrícola assente na complementaridade, no caso madeirense, esta deverá buscar-se dentro do espaço da ilha ou nos arquipélagos vizinhos.

A ocupação de um novo espaço obedece a determinados requisitos. Primeiro, deve propiciar condições para que sejam garantidas as condições de sobrevivência das populações. Assim, para além da disponibilidade de água, deve apresentar um solo adequado ao cultivo dos produtos básicos da subsistência que, no caso dos europeus do século XV, assentava nos cereais e na vinha. Estas exigências são ainda mais importantes quando se fala de ilhas isoladas no solo, onde as condições de acesso a outros espaços estão muito condicionadas por força do nível de desenvolvimento da navegação à vela. Nos primórdios da ocupação da ilha, dizia-se que esta permanecia isolada cerca de seis meses.

A vinha, os cereais e a cana-de-açúcar foram os elementos aglutinadores da agricultura e ocupação dos madeirenses. Os dois primeiros garantiam as necessárias condições de subsistência e ritual cristão, enquanto o último ia ao encontro da ambição e voracidade mercantil da

burguesia europeia que transformou a Madeira no principal pilar para afirmação da economia atlântica e mundial. O processo foi irreversível, sucedendo uma catadupa de produtos ou serviços dominantes, com valor utilitário para a sociedade insular, ou com capacidade para ativar as trocas com o mercado externo. Se, na primeira fase, o domínio pertenceu à economia agrícola, na segunda, que se aproxima da nossa vivência, reparte-se entre serviços, indústrias artesanais (vimes e bordado) e, de novo, uma variedade de produtos agrícolas, como a vinha, a cana-de-açúcar, a banana e uma variedade produtos hortícolas e frutícolas. O processo de implantação desta agricultura não foi pacífico, sendo feito de embates permanentes entre a necessária manutenção da subsistência e a animação comercial com o exterior. Do afrontamento, resultou a afirmação de um produto. Foi nesta luta permanente entre produtos de subsistência familiar, local e insular e produtos impostos de fora, pela permanente demanda externa, que se alicerçou a economia da ilha, até ao limiar do século XIX.

A tradição agrícola europeia repercute-se, inevitavelmente na estrutura agrária do Novo Mundo e, por consequência, está integrada no impacto ecológico que a expansão gerou no espaço atlântico. Da Europa saíram sementes, utensílios e homens que lançaram as bases da nova vivência insular e atlântica, mas também as principais solicitações e orientações para os produtos resultantes. A Europa contribuiu com os cereais (centeio, cevada e trigo), as videiras e as socas de cana, enquanto da América e Índia aportaram ao velho continente o milho, o arroz, a batata, o inhame e uma variedade de produtos hortícolas e frutícolas. As ilhas atlânticas, pela posição charneira no relacionamento entre mundos, foram viveiros da aclimação dos produtos às condições dos novos espaços de cultivo. A Madeira assumiu aqui uma posição importante, afirmando-se, no século XV, como o viveiro experimental das culturas que a Europa pretendia implantar no Novo Mundo – os cereais, o pastel, a vinha e a cana-de-açúcar – e, depois, da riqueza e variedade dos produtos que o europeu viria a descobrir. Muitos entraram, desde muito cedo, na cadeia alimentar do madeirense, tornando-a mais variada e rica. O paladar do insular e, de forma especial, o do madeirense, estava disponível para a prova e aceitação de novos sabores.

Na Madeira, o processo de povoamento foi muito rápido, por força da inexistência de populações e da necessidade de ocupação deste

espaço para assegurar o controlo do espaço atlântico. Ao longo dos últimos quinhentos anos, a riqueza dos madeirenses foi gerada por força do seu esforço. Um solo de recursos limitados e de difícil domínio foi o pesado fardo no quotidiano que chegou até aos nossos dias. Por outro lado, o avanço do povoamento e da população conduziram a maiores problemas. Os recursos da terra, por serem mal distribuídos e limitados, não se ajustavam ao crescimento populacional, obrigando, desde o início, à abertura de válvulas de escape como a emigração, que funcionam, ao longo do tempo, nos diversos momentos de crise.

A crise do vinho colocou a necessidade de repensar os produtos dominantes e as formas de exploração económica. As autoridades foram determinadas no combate à tendência para uma exploração de monocultivo. A aposta estava num sistema de policultura em que se misturavam as de subsistência com aquelas que manifestavam valor mercantil. Deste modo, o momento da segunda metade da centúria oitocentista foi fértil na experimentação de uma diversidade de culturas com valor mercantil e da mercantilização de algumas atividades artesanais, como o bordado e obra de vimes. A par disso, desde o século XVI, vinha-se experimentando novas culturas e frutos com valor alimentar. A ilha foi um dos espaços privilegiados de adaptação dos produtos do Novo Mundo e os madeirenses rapidamente se habituaram aos novos sabores. Assim, de uma alimentação tradicional assente nos cereais avança-se rapidamente para outra, baseada em novos produtos, como a batata, o inhame e a farinha de milho. Tudo isto aconteceu, de uma forma clara, a partir do século XIX e consolidou-se nos primeiros decénios do seguinte.

A expansão europeia, que, desde o século XV, veio revolucionar o cardápio europeu, enriqueceu-se, aumentando a gama de produtos e condimentos. A tradição culinária europeia foi destronada pelo exotismo e novas sensações gustativas da descoberta de novos produtos e condimentos que acabaram por afeiçoar o paladar. Mas, até que isso se generalizasse, era necessário conduzir, aos locais mais recônditos, o cereal e o vinho. Assim, as embarcações que sulcavam o oceano levavam nos porões, para além das manufaturas e bugigangas aliciadoras das populações autóctones, inúmeras pipas de vinho e barris de farinha ou biscoito. O cereal encontrou similar ou substituto, como o milho e a mandioca, o mesmo não acontecendo com o vinho, desconhecido e incapaz de se adaptar, em muitos casos, às novas condições mesológicas

oferecidas pelas colónias europeias. Desta forma, o vinho foi conduzido da Europa ou das ilhas, onde se afirma com esta finalidade, para prover os mais recônditos espaços em que se fixou o europeu. Era também inseparável companheiro dos mareantes, expedicionários, bandeirantes e colonizadores.

No imaginário histórico madeirense, paira sempre a visão da faina agrícola tripartida, assente no vinho e cereal, que a tradição impõe como necessários ao quotidiano da crença religiosa e dieta alimentar, e o açúcar, que se afirma como provento excedentário, capaz de atrair a atenção dos mercados europeus e de trazer à ilha as manufaturas de que necessitava. Esta harmónica trifuncionalidade produtiva condicionou a dependência do arquipélago às dinâmicas e diretrizes europeias, sujeitando-se a sobressaltos que contribuíram para a desarticulação do quotidiano e economia madeirenses. Assim, a concorrência do açúcar americano lançou o pânico na ilha e obrigou à necessária afirmação da cultura da vinha, cujo produto, o vinho, se afirmou como moeda de troca para o mercado externo, capaz de substituir o açúcar.

No decorrer do processo, assiste-se a uma revolução humana e técnica. As condições do novo espaço favoreceram a transplantação das primeiras sementes, estando reservado ao Homem a mais espinhosa e hábil tarefa de tornar o solo produtivo. Primeiro, ergueram-se socalcos (poios), depois, adaptaram-se as técnicas e alfaias agrícolas aos condicionamentos do novo espaço cultivado. Hoje, a testemunhar tudo isso, temos os poios, ladeados de levadas, que podem ser considerados entre as principais realizações do Homem sobre a terra. A homenagem a este Homem em perfeita harmonia com a natureza deverá ser concedida ao cabouqueiro, colono que recebeu, das principais gentes da ilha, o encargo de valorizar economicamente as parcelas que tinha como benesse.

O processo económico, quando assume uma posição de sucesso, mercê da inserção no mercado mundial, provoca obrigatoriamente uma forma de exploração intensiva que conduz inevitavelmente ao desequilíbrio entre aquilo que o quadro natural possibilita e o que o Homem exige. Na Madeira, a exploração económica fez-se de forma intensiva e de acordo com as solicitações do mercado exterior, o que contribuiu ainda mais para agravar o afrontamento entre o Homem e o quadro natural, arrastando os espaços para uma situação de total deterioração. O primeiro testemunho surge já, em meados do século XV, com Cada-

mosto: “As suas terras costumavam dar a princípio, sessenta por um, o que presentemente está reduzido a trinta e quarenta, porque se vão deteriorando dia a dia”. A situação resulta da solicitação para a exploração intensiva, por obrigação geral dos madeirenses em abastecer as cidades do Reino e praças africanas de cereal.

O cereal, que no início da ocupação do solo havia sido a cultura da prosperidade, rapidamente cedeu lugar aos canaviais, que, em pouco tempo, dominaram o espaço agrícola. A indústria para o fabrico do açúcar exigiu muito do quadro natural, lançando a ilha para um processo de desflorestação, de consequências imprevisíveis, e o solo agrícola para a quase total exaustão. A situação é testemunhada em 1689, por John Ovington:

A fertilidade da ilha decaiu muito relativamente ao período das primeiras culturas. A cultura sem descanso dos terrenos tornou os fracos espaços em muitos lugares e de tal modo que os abandonam periodicamente, tendo de ficar de poiso três ou quatro anos. Depois desse tempo, se não crescer nenhuma giesta como sinal de fertilidade futura, abandonam-nos, com estéreis. A aridez de muitas das suas terras atribuem-na simploriamente ao aumento dos seus pecados.

No princípio da ocupação, as necessidades do cardápio e ritual cristãos comandaram a seleção das sementes que acompanharam os primeiros povoadores. Assim, o precioso cereal acompanhou os primeiros cavalos de cepas peninsulares, no processo de transmigração. A fertilidade do solo, consequente do estado virgem e das cinzas fertilizadoras resultantes das queimadas, fez elevar a produção a níveis inatingíveis, criando excedentes que supriram as necessidades de mercados carentes, como foi o caso de Lisboa e praças do Norte de África. Até a década de 70 do século XV, a Madeira firmou-se como a posição de celeiro atlântico, perdendo-a, depois, em favor dos Açores, que emergem, com uma posição dominante na política e economia frumentárias do Atlântico. Na Madeira, inverteu-se a situação, passando a ilha de área de produção excedentária a uma posição de dependência dos celeiros açoriano, canário e europeu. O estabelecimento de uma rota obrigatória do fornecimento de cereal açoriano à Madeira criou as condições necessárias à afirmação da cultura da cana sacarina, produto tão insistentemente solicitado no mercado europeu. O empenho do senhorio da ilha, até 1495, e depois da Coroa, no novo produto, conduziu à

afirmação preferencial da nova vertente da economia atlântico-insular. A partir de então, os interesses mercantis passaram a dominar a dinâmica agrária madeirense. As searas deram lugar aos canaviais, enquanto as vinhas se mantiveram insistentemente numa posição de destaque.

Se o cereal pouco contribuía para aumentar os réditos dos intervenientes, o mesmo não se poderá dizer em relação ao açúcar e vinho, que, a seu tempo, contribuíram para o enriquecimento das gentes da ilha. A própria Coroa e senhorio fizeram depender, desta fonte de receita, grande parte das despesas ordinárias com a administração das casas e o processo dos Descobrimentos. A par disso, o enobrecimento da vila, mais tarde cidade do Funchal, fez-se à custa dos dinheiros do açúcar. O Funchal avançou para poente e adquiriu fama em novos e potenciais mercados. Todavia, a opulência foi efémera, pois, a partir da terceira década do século XVI, o açúcar madeirense é destronado da posição cimeira no mercado europeu, perdendo a preferência em favor das Canárias, São Tomé e Brasil, que aparecem com preços mais competitivos.

A persistência de alguns lavradores, a celebridade da superior qualidade e a solicitação pela doçaria e casquinha madeirenses fizeram com que a cultura dos canaviais se mantivesse por largos anos, atingindo, em momentos de crise nos mercados americanos, alguma pujança. Contudo, como a cultura estava irremediavelmente condenada, o madeirense foi forçado a canalizar todas as atenções para as vinhas, fazendo com que assumissem o espaço deixado pelos canaviais. Por mais de dois séculos, a vinha e o vinho foram os principais aglutinadores das atividades económicas da ilha, dando ao meio rural e urbano desusada animação. O Funchal cresceu em monumentalidade e as principais famílias reforçaram a sua posição económica. A mudança abalou a estrutura produtiva. Assim, enquanto o açúcar definia apenas um complexo industrial – o engenho, onde decorria a respetiva safra –, o vinho necessitava de espaços distintos: o lagar, onde as uvas dão lugar ao saboroso mosto, e os armazéns da cidade, onde fermenta e é preparado para atingir o necessário aroma e *bouquet* exigidos pelo mercado. Deste modo, o agricultor, colono ou não, detém apenas o controlo da viticultura, ficando reservado ao mercador o processo de vinificação.

A conjuntura da primeira metade de oitocentos, demarcada pelos conflitos europeus, guerra de independência das colónias, associada aos

fatores de origem botânica (oídio - 1852 e filoxera - 1872), conduziu ao paulatino apagamento da pujança económica do vinho. Como corolário disto, sucederam-se fomes, nos anos 40, e a sangria emigratória, nas décadas de 50 e 80, para o continente americano, onde o madeirense foi substituir o escravo nas plantações. Por um período de mais de setenta anos, a confusão institucional e económica alargou-se ao domínio social e alimentar. Assim, sucederam-se novos produtos de importação do Novo Mundo que ganharam uma posição de relevo na culinária madeirense, como foi o caso do inhame e batata. Por outro lado, definiram-se políticas de reconversão e ensaio de novos produtos com valor comercial, como foi o caso do tabaco e do chá. A emigração oitocentista e no período pós-Segunda Guerra Mundial foi responsável por um acentuado processo de desertificação da ilha, arrastando muitas terras para o abandono. Foi o início de um pousio para as terras, já de si esgotada com a exploração intensiva das culturas de subsistência e exportação. As políticas de reflorestação permitiram o aumento da mancha florestal, sem conflito com a atividade agrícola.

Em pleno apogeu da indústria vinhateira, tivemos a afirmação de um novo setor de serviços. Na segunda metade do século XVIII, a ilha assumiu outro papel, com espaço de acolhimento de doentes. A Europa oferecia ao aristocrata britânico demasiados motivos para o *grand tour* cultural, mas as ilhas ofereciam a amenidade do seu clima e ambientes paradisíacos, num retorno implícito ao paraíso perdido. O turismo começou, assim, a dar os primeiros passos na segunda metade do século XVIII, mas foi a partir de finais da centúria seguinte que se consolidou como setor de serviços na sociedade funchalense. No século XX, as duas guerras mundiais provocaram uma paragem, para depois se afirmar, em plenitude, a partir da década de 70, consolidando-se como o setor mais importante da vida económica madeirense.

A situação com se depara a agricultura madeirense, na segunda metade do século XIX, pode ser entendida como o início do processo de transformação que irá marcar a vida do mundo rural. A transformação política, a partir de 1820, conduziu à desestruturação do mundo rural, acabando com algumas situações que marcavam o dia-a-dia do campo. Acabaram-se os senhorios, mas persistiu o contrato de colónia. A crise do vinho obrigou a repensar a forma de aproveitamento do solo, acabando-se, definitivamente, com a tendência para a aposta preferencial

numa cultura. A grande aposta, agora, estava na diversificação de culturas e na aposta firme nas indústrias.

O empenho das autoridades estava na definição de um regime de policultura capaz de garantir uma estabilidade económica à principal riqueza da ilha, que continuava a ser a exploração agrícola. Primeiro, procurava-se assegurar o necessário equilíbrio entre as culturas de subsistência e de mercado, de forma a que as primeiras pudessem suprir o possível da sobrevivência das populações. Depois, no quadro das culturas de exportação, promoveu-se uma diversificação, de acordo com as solicitações do mercado. Desde o Governador José Silvestre Ribeiro, com a grande exposição industrial no Palácio de S. Lourenço em 1850, que se vinha apostando na criação ou incentivo de indústrias artesanais com potencialidades económicas nas exportações. Assim, tivemos os bordados, obra de vimes, laticínios e conservas de peixe. O dealbar do século XX foi fértil no aparecimento de pequenas unidades industriais, para suprir as carências da ilha. Temos, assim, as fábricas de velas de estearina, pregos, adubos químicos, tintas, telha de cimento, bolachas e biscoitos, massas alimentícias, bebidas. Perante este quadro, o Padre Fernando Augusto da Silva afirmava, em 1921, que “embora a Madeira seja um país mais agrícola do que industrial, indústrias há todavia que se podem considerar aqui vigorosas e outras que prometem vantagens, sendo mesmo já hoje mais ou menos remuneradoras.” Este fenómeno era também gerador de novos empregos, recrutados de entre a mão-de-obra rural, o que pode ser considerado o princípio de uma das vias, que, conjuntamente com a emigração, está na origem do êxodo rural, que se consolidará, em pleno, com a Segunda Guerra Mundial. Neste reduzido quadro industrial, temos de realçar a iniciativa de estrangeiros, nomeadamente britânicos, como Page, Leacock e Hinton. Miss Phelps esteve na origem da comercialização do bordado em Inglaterra. Já Leacock foi o principal promotor da obra de vimes e da aposta na cultura da bananeira, com a criação, em 1928, de *The Ocean Islands Fruit & Co Ltd*. No século XX, passados os anos conturbados da República, os governos da Ditadura e do Estado Novo definiram uma política consertada de valorização da produção nacional apostada em assegurar a autossubsistência.

Apenas no período pós-25 de abril, o processo autonómico permitiu repensar os rumos da atividade agrícola. A aposta das autoridades

foi para uma agricultura assente numa variedade de culturas. Às tradicionais culturas, ditas ricas, como era o caso dos cereais, cana-de-açúcar, vinha, banana, juntavam-se agora outras, conhecidas como pobres, mas que acabavam por adquirir valor económico, no mercado regional e externo. De entre estas, podemos salientar a batata comum ou *semi-lha*, para o madeirense, a batata-doce, a cebola, as ervilhas, o feijão, o tomate, a *vaginha* ou feijão em vagem. Depois, podemos juntar um grupo variado de frutas: abacate, ameixa, amora, anona, araçá, castanha, cereja, cidra, damasco, figo, goiaba, jambo, laranja, limão, maçã, manga, maracujá, marmelo, noz, nêspereira, peras, pêssigo, pitanga.

### 3. Os discursos historiográficos sobre a História Económica madeirense

O Atlântico tornou-se uma realidade de análise historiográfica, a partir da década de 40 do século XX, pela Historiografia norte-americana, preocupada em rastrear as origens europeias. O conceito começou a ser definido, em 1947, com Louis Wright<sup>22</sup>, mas terá sido *O Mediterrâneo* de F. Braudel (1949)<sup>23</sup> a provocar esta atenção desusada, a partir da década de 50. Finais do século XX foi o momento de afirmação da Historiografia Atlântica. De ambos os lados do Atlântico, surgiram trabalhos em que este oceano é o palco principal. O Atlântico define-se, a partir do século XV, como um espaço privilegiado dos impérios europeus onde as ilhas assumem uma função muito especial no cruzamento de rotas, circulação de pessoas e produtos.

A História das Ilhas Atlânticas mereceu, no século XX, um tratamento preferencial no âmbito da História do Atlântico. Primeiro, foram os investigadores europeus, como Fernand Braudel (1949), Pierre Chaunu (1955-1960)<sup>24</sup>, Frédéric Mauro (1960)<sup>25</sup> e Charles Verlinden (1960), a destacar a importância do espaço insular no contexto da expansão europeia. Só depois surgiu a Historiografia nacional, a corroborar a

---

<sup>22</sup> Louis B. Wright, *The Atlantic frontier: Colonial american civilization (1607-1763)*, New York, Alfred A. Knopf, 1947.

<sup>23</sup> Fernand Braudel, *op.cit.*

<sup>24</sup> Pierre Chaunu, *op.cit.*

<sup>25</sup> Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> siècle (1570-1670). Étude économique*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1960.

ideia e a equacioná-la nas dinâmicas da expansão insular. São pioneiros os trabalhos de Francisco Morales Padron (1955) e Vitorino Magalhães Godinho (1963)<sup>26</sup>. Esta ambiência condicionou os rumos da Historiografia insular nas últimas décadas e contribuiu para a abertura de novas teorias e orientações do conhecimento histórico. As décadas de 70 e 80 do século XX foram importantes momentos no progresso da investigação e saber históricos, contribuindo, para tal, a definição de estruturas institucionais e de iniciativas científicas afins.

A produção historiográfica insular é desigual, dependendo o número da existência de literatos e de instituições, capazes de incentivarem a elaboração e divulgação de estudos nos diversos domínios. Ainda a similitude do processo vivencial, aliada à permeabilidade às perspetivas históricas peninsulares, estabeleceu uma unidade na forma e conteúdo da Historiografia insular. Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI, com as *Saudades da terra*, define e sintetiza a unidade insular, aproximando os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias. Esta ímpar situação na Historiografia só foi retomada na década de 40 do nosso século, pela Historiografia europeia e, no presente, pela nova geração de historiadores insulares. A consciência histórica da unidade da múltipla realidade arquipelágica foi definida, de modo preciso, na expressão braudeliana de *Mediterrâneo Atlântico*. Por outro lado, a Historiografia vem defendendo, única e exclusivamente, a vinculação das ilhas ao Velho Mundo, realçando apenas a importância desta relação umbilical com a mãe-pátria. Os séculos XV e XVI seriam definidos como os momentos áureos do relacionamento, enquanto a conjuntura setecentista seria a expressão da viragem para o Novo Mundo, em que alguns produtos, como o vinho, assumem o papel de protagonista e responsável das trocas comerciais. Os estudos por nós realizados vieram a confirmar que a situação do relacionamento exterior da ilha não se resumia a estas questões. À margem das importantes vias e mercados subsistem outras que ativaram também a economia madeirense, desde o século XV. As conexões com os arquipélagos próximos (Açores e Canárias) ou afastados (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) foram já motivo de aprofundada explanação, que propiciou a valorização da estrutura comercial. Aqui ficou demonstrada a importância assumida pelos

---

<sup>26</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, 2 vols., Lisboa, Arcádia, 1963-1971.

contactos humanos e comerciais, que, no primeiro caso, resultaram da necessidade de abastecimento de cereais e, no segundo, das possibilidades de intervenção no tráfico negreiro, mercê da vinculação às áreas africanas da costa da Guiné, Mina e Angola.

A praça comercial madeirense foi protagonista de outros destinos no litoral africano ou americano e rosário de ilhas da América Central. No primeiro rumo, ressalta a costa marroquina, onde os portugueses assentaram algumas praças, defendidas, a ferro e fogo, pelos ilhéus. No século XVI, com a paulatina afirmação do novo mundo americano costeiro e insular, depara-se um novo destino e mercado, que pautou as relações nas centúrias posteriores. O novo mundo e mercado foram tanto a esperança de enriquecimento, como a forma de assegurar a posse de bens fundiários.

As ilhas foram também espaços criadores de riqueza, sendo a agricultura a principal aposta. Esta exploração obedece às exigências da subsistência das populações e às solicitações do mercado externo com os produtos de exportação. A valorização socioeconómica dos espaços insulares não foi unilinear, dependendo da confluência de dois fatores. Primeiro, deveremos ter em conta os rumos definidos para a expansão atlântica e os níveis de expressão em cada um; depois, as condições propiciadoras de cada ilha ou arquipélago em termos físicos, de habitabilidade ou da existência ou não de uma população autóctone. Nos séculos XV e XVI, as ilhas e arquipélagos firmaram um lugar de relevo na economia atlântica, distinguindo-se pela função de escala económica ou mista: no primeiro caso, surgem as ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha; para o segundo, as Antilhas e a Madeira, e, no terceiro, as Canárias, os Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

A Historiografia sempre afirmou a vinculação da ilha ao Velho Mundo, realçando apenas a importância da relação umbilical com a mãe-pátria, ignorando toda a inter-relação que se estabelece com as ilhas, próximas e afastadas, como com os demais espaços continentais de ambos os lados do Atlântico. O século XV foi um dos momentos áureos deste relacionamento ancestral, mas a conjuntura setecentista, como a expressão da viragem para o Novo Mundo, revela outros vínculos em que o vinho assume o papel de protagonista e responsável das trocas comerciais. Também aos madeirenses foi permitido o comércio com Larache e Berberia<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Cf. *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XVI, pp. 248-249 e 366-367.

Insiste-se no facto de que as Canárias e os Açores terão sido os protagonistas do comércio com o Novo Mundo, deslocando-se a Madeira para uma posição excêntrica. O próprio senhorio tem uma ideia clara sobre isso, dizendo, em 1483, que “ca de fora de rota de todo navegar e nam vão a ella outros navios se nam aquelles que de vote la vão trautar suas mercadarias...”<sup>28</sup>. Os dados disponíveis na documentação revelam o contrário, contando, para isso, com o facto de a Madeira ter sido modelo para todas as tentativas de valorização económica do Novo Mundo. A última situação favoreceu uma pronta emigração de madeirenses, especializados nas diversas tarefas, e propiciou a do relacionamento, ainda que por vezes sentimentais, saindo reforçada com a oferta madeirense de produtos demandados por estes novos mercados. Finalmente, deverá juntar-se a ativa participação dos mercadores nos circuitos comerciais, então traçados para o fornecimento de mão-de-obra escrava ou escoamento do açúcar.

A tendência uniformizadora da economia agrícola do espaço insular esbarrou com vários obstáculos que, depois, conduziram a um reajustamento da política económica e à definição da complementaridade entre os mesmos arquipélagos ou ilhas. Nestas circunstâncias, as ilhas conseguiram criar, no seu seio, os meios necessários para solucionar os problemas quotidianos – assentes quase sempre no assegurar dos componentes da dieta alimentar –, e afirmar-se nos mercados europeu e atlântico. Assim sucedeu com os cereais, que, produzidos apenas nalgumas ilhas, foram suficientes, em condições normais, para satisfazer as necessidades da dieta insular, sobrando um grande excedente para suprir as carências do Reino.

A Europa sempre se prontificou a apelidar as ilhas, de acordo com a oferta de produtos ao seu mercado. Deste modo, sucedem-se as designações de ilhas do pastel, do açúcar e do vinho. O açúcar ficou como epíteto da Madeira e de algumas das Canárias, onde a cultura foi a varinha de condão que transformou a economia e a vivência das populações. Também do outro lado do oceano elas se identificam com o açúcar, uma vez que serviram de ponte à passagem do Mediterrâneo para o Atlântico. Daqui resulta a relevância que assume o estudo do

---

<sup>28</sup> Apontamentos de 12 de novembro de 1483, in *Arquivo histórico da Madeira*, vol. XV, p. 125.

caso particular destas ilhas, quando se pretende fazer a reconstituição da rota do açúcar. A Madeira é o ponto de partida, por dois tipos de razões. Primeiro, porque foi pioneira na exploração da cultura e, depois, porque desempenhou um papel fundamental na expansão para o espaço exterior próximo ou longínquo, as Canárias incluídas.

Nos primeiros momentos de ocupação do solo, o vinho, o trigo, e, depois, o açúcar surgiram como elementos aglutinadores de uma peculiar vivência, com inevitáveis implicações políticas e urbanísticas. Os primeiros materializaram a necessária garantia das condições de subsistência e do ritual cristão, enquanto o último encerrou a ambição e voracidade mercantil da nova burguesia europeia que fez da Madeira o principal pilar para a afirmação na economia atlântica e mundial. O processo é irreversível, de modo que, em consonância com os movimentos económicos, se sucedem, em catadupa, produtos com valor utilitário para a sociedade insular ou com capacidade adequada para ativarem as trocas com o mercado externo. Se, na primeira fase, o domínio pertenceu à economia agrícola, no segundo, que se aproxima da nossa vivência, reparte-se entre serviços, indústrias artesanais (vimes e bordado) e novos produtos agrícolas.

O enquadramento e a afirmação económica não são pacíficos, sendo feitos de embates permanentes entre a necessária manutenção de subsistência e da animação comercial externa. Do afrontamento, resultou a afirmação, num ou noutra momento, do produto que adquire maior pujança e número de defensores na dinâmica. É nesta luta permanente de produtos de subsistência familiar, local e insular com os impostos, pela permanente solicitação externa, que se alicerçou a economia da ilha, até ao limiar do século XIX. Os produtos serão os pilares mais destacados para a compreensão da realidade socioeconómica madeirense, ao longo dos últimos quinhentos anos, com reflexos inevitáveis na atualidade.

A tradição mediterrâneo-atlântica, que define a realidade peninsular, repercute-se, inevitavelmente, na estrutura agrária do Novo Mundo e, por consequência, no impacto ecológico que acompanha a expansão atlântica. Da Europa, saíram sementes, utensílios e homens que lançaram as bases da nova vivência insular e atlântica, mas também aí se situavam as principais solicitações e orientações. A par disso, o confronto com as novas realidades civilizacionais americanas e índicas

contribuiu para um paulatino desencravamento planetário da ecologia e cardápio dos séculos XVI e XVII, com inevitáveis repercussões na economia e hábitos alimentares do europeu.

A precariedade da economia madeirense não deriva apenas da posição dependente em relação ao velho continente, mas radica-se, também, nas reduzidas possibilidades de usufruto dos 741 km<sup>2</sup> de superfície da ilha. O lançamento e a afirmação de uma sociedade, em moldes europeus, dependem sempre das possibilidades de afirmação simultânea deste conjunto de produtos, motores da expansão atlântica e da europeização do espaço insular. Um dos aspetos mais salientes das ilhas é o estarmos perante espaços limitados, que condicionam e são influenciados, de forma evidente, pela presença humana. O processo económico, quando assume uma posição de sucesso mercê da inserção no mercado mundial, provoca obrigatoriamente uma forma de exploração intensiva que acaba, inevitavelmente, por conduzir ao desequilíbrio entre aquilo que possibilita o quadro natural e o que o Homem exige dele. A exploração económica faz-se, de forma intensiva e de acordo com as solicitações de um mercado exterior, agravando o afrontamento com o quadro natural e arrastando-o para uma situação de total degradação.

A vinha e o vinho assumem particular destaque na caracterização do processo histórico madeirense, ao longo destes quase seiscentos anos de labuta. Desde os primórdios da ocupação da ilha, até à atualidade, a cultura manteve a mesma vivacidade na vida agrícola e comércio da ilha. Dos mais não houve capacidade suficiente para resistir a concorrência desenfreada de novos e potenciais mercados, fornecedores de aquém e além-mar. Os cereais tiveram saque fácil nos Açores, Canárias, Europa e, depois, América. Apenas o vinho resistiu à concorrência do dos Açores, Canárias, Europa e cabo da Boa Esperança, mantendo o tradicional grupo de apreciadores no velho e novo mundos.

A história do açúcar na Madeira confunde-se com a conjuntura de expansão europeia e dos momentos de fulgor do arquipélago. A sua presença é multissecular e deixou rastros evidentes na sociedade madeirense. Dos séculos XV e XVI, ficaram os imponentes monumentos, pintura e a ourivesaria que os embelezou e que hoje está quase toda no Museu de Arte Sacra. Do século XIX e do primeiro quartel da nossa centúria, perdura ainda a maioria dos engenhos da nova vaga de cultura

dos canaviais. Aqui, a cana diversificou-se no uso industrial, sendo geradora do álcool, aguardente e, raras vezes, do açúcar. Foi certamente neste momento que surgiu a tão afamada poncha, irmã do ponche de Cabo Verde e da caipirinha do Brasil.

O açúcar é, de todos os produtos que acompanharam a diáspora europeia, aquele que moldou, com maior relevo, a mundividência quotidiana das novas sociedades e economias que, em muitos casos, se afirmaram como resultado dele. A cana sacarina, pelas especificidades do cultivo, especialização e morosidade do processo de transformação em açúcar, implicou uma vivência particular, assente num específico complexo sociocultural da vida e convivência humanas. Gilberto Freyre foi o primeiro, em 1971<sup>29</sup>, a chamar a atenção dos estudiosos para esta realidade, quando definiu as bases daquilo que designou de Sociologia do Açúcar: a publicação, em 1933, de *Casa-Grande & senzala* foi o prelúdio de nova preocupação e domínio temático para a Sociologia e a História.

A cana-de-açúcar é, de todas as plantas domesticadas pelo Homem, a que teve mais implicações na História da Humanidade. Até hoje são evidentes as transformações operadas na agricultura, técnica, química e siderurgia, por força da cultura da cana sacarina e da beterraba e da produção de açúcar, mel, aguardente, álcool e rum<sup>30</sup>. O percurso multissecular, desde a descoberta remota na Papua (Nova Guiné) há 12.000 anos, evidência a realidade. A chegada ao Atlântico, no século XV, provocou o maior fenómeno migratório, que foi a escravatura de milhões de africanos, e teve repercussões evidentes na cultura literária, musical e

---

<sup>29</sup> Gilberto Freyre, “Contribuição Brasileira para uma Sociologia do Açúcar”, in *Sociologia do açúcar*, Recife, Museu do Açúcar, 1971, pp. 9-12.

<sup>30</sup> Existe um conjunto variado de textos que valoriza o papel da cana como motor do progresso em vários setores: Luiz del Castilho, *A fabricação do assucar de canna: notas e formulas* [...], Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p. 5; Paul Horsin-Déon, *Le sucre et l'industrie sucrière*, Paris, Baillièrre, 1894, p. 5; D. Sidersky, *Manuel du chimiste de sucrerie*, Paris, J.B. Baillièrre, 1909; *Idem*, *Aide-mémoire de sucrerie*, Paris, Liège, Libr. Polytechnique Ch. Béranger, 1936, p. 3; F. A. Lopez Ferrer, *Manual práctico de fabricación de azúcar de caña, mieles y siropes invertidos con su control tecnicoquímico*, La Habana, Cultural, 1948, p. 5; *Idem*, *Manual práctico de maquinaria y aparatos en los ingenios de azúcar de caña*, La Habana, Cultural, 1949; Arthur Chapman Barnes, *Agriculture on the sugar cane*, London, L. Hill, 1954, p. 9; Andrew van Hook, *Sugar, its production, technology and uses*, New York, Ronald Press Co., 1949, p. 3.

lúdica. Foi também no Atlântico que a cultura atingiu a sua plena afirmação económica, assumindo uma posição dominante no sistema de trocas. Fernand Braudel define, de modo claro, a forma de intervenção do açúcar no capitalismo:

Devastadora do antigo equilíbrio, a cana é tanto mais perigosa quanto é apoiada por um capitalismo poderoso, que, no século XVI, provém tanto de Itália, como de Lisboa ou de Antuérpia, e ao qual ninguém consegue resistir.<sup>31</sup>

A isto, Vitorino Magalhães Godinho acrescenta que “a génese do mundo atlântico está pois, em grande parte, ligada àquilo a que Fernand Braudel chama muito apropriadamente dinâmica do açúcar.”<sup>32</sup> Na verdade, estamos perante produtos importantes e marcantes da vida e História Económica do arquipélago madeirense, mas não foram por si só definidores da História Económica do mesmo.

A História Económica da Madeira continua a requerer uma reforma que permita entender, de forma diferente, o discurso histórico, capaz de valorar a dimensão específica da sua vida económica, assim como dos mecanismos que definiram os seus alicerces. Continua quase sempre a entender-se a História Económica apenas pela produção e movimento de mercadorias, ignorando-se múltiplos aspetos que os acompanham, como a tecnologia, as finanças e formas de crédito, as empresas.

Alguns dos conceitos operatórios definidos pelo espaço contribuem para que a ilha se diferencie dos demais lugares e ganhe essa identidade própria, obrigando a uma forma diferente de abordagem do discurso económico. Sem dúvida que as propostas que a chamada Nissologia/Nesologia definem para a investigação dos espaços atlânticos pode ser um dos caminhos mais úteis a percorrer no âmbito da História Económica da Madeira.

---

<sup>31</sup> Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, Lisboa, D. Quixote, 1983, p. 178 [1.<sup>a</sup> ed. 1966].

<sup>32</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 478.

# História Militar da Madeira: Temas e problemas

Rui Carita

Universidade da Madeira

---

A repartição da História por grandes áreas oferece sempre inúmeros problemas na delimitação das mesmas, acrescidos das épocas e das regiões em análise. O termo militar remete ainda para questões mais específicas, advindas das classificações criadas entre os séculos XIX e XX, das sistematizações então criadas, etc. Em relação à História da Madeira, cuja ocupação e povoamento foram entregues à administração de uma ordem militar, depois incorporada na Coroa, o assunto merece ainda uma maior reflexão.

## As Ordens Militares e o Norte de África

O povoamento dos arquipélagos atlânticos portugueses nasceu com a conquista de Ceuta em 1415, quando foi sentida a necessidade de manter algumas das forças levantadas para aquela ação e assegurar o itinerário para a nova *conquista*. Essa necessidade adveio do aumento do tráfico no Atlântico e da fixação de castelhanos, aragoneses e franceses em algumas das Ilhas das Canárias, levando a coroa portuguesa a ter de urgentemente povoar os outros arquipélagos não habitados. Com base na então chamada *Armada do Algarve*, na sequência do descerco de Ceuta, entre 1418 e 1419, foram destacados dois escudeiros para o reconhecimento oficial do arquipélago da Madeira para a Coroa portuguesa, com vista ao seu povoamento. A fixação de população no arquipélago da Madeira data de 1421, ou no mais tardar, de 1425<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Os documentos que atestam a data do início do povoamento são a *Carta de Doação de Terras aos Primeiros Povoadores da Ilha da Madeira*, datada de 1425 ou 1426, mas de que só conhecemos uma cópia parcial (?) da época de D. João II; o testemunho do próprio infante D. Henrique na concessão à Ordem de Cristo do espiritual da Madeira, Porto Santo e Deserta, de 1460, que diz que começou a povoar a ilha da Madeira há 35 anos; e o de Luís de Cadamosto,

A armada do Algarve foi depois reforçada à custa da fazenda do infante D. Henrique e vários dos seus elementos enviados a explorar as costas africanas para sul. A sua área de ação estendeu-se de imediato ao arquipélago da Madeira, sendo aqui reforçadas algumas das expedições e participando os seus habitantes nas viagens efetuadas. Iguamente aos capitães do infante aqui fixados competiu apoiar outras ações, como foi o caso da tentativa frustrada de conquista de Tânger e dos procedimentos seguintes.

As praças do Norte de África mantiveram assim um estreito relacionamento com o arquipélago da Madeira e, aumentando a ocupação portuguesa naquele território, a construção das defesas em algumas delas foi mesmo atribuída às alfândegas insulares, tal como parte da sua guarnição era dali oriunda. As praças de Safim e de Santa Cruz de Cabo de Guer, por exemplo, estavam muito mais perto da Madeira que do continente europeu, assim se explicando a estreita relação desde sempre mantida<sup>2</sup>.

Datam da época do rei D. Fernando, e com a situação instável que então se vivia, as reformas na organização militar medieval até então praticada, sendo a mais importante o esboço da prestação de serviço militar obrigatório<sup>3</sup>. D. Fernando alargou esta tentativa de obrigação do serviço militar por meio das rendas e do número de moradores de cada povoação, conseguindo assim saber os que deveriam ter armas e aqueles que teriam de substituir os cavaleiros vilãos reformados.

---

que refere na sua *Primeira Navegação*, em 1455, que o infante mandara povoar a ilha há 24 anos.

<sup>2</sup> Dada a distância do continente, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebina do Sul, para as quais contribuía através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados, em março de 1541, quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo recolhido ao Funchal alguns feridos para tratamento (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), CC, I-69, n.º 67. Carta de 14 mar. 1541). Continua atual o trabalho de Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz de Cabo de Guer*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

<sup>3</sup> Isto de certa forma simplista e referindo as instituições militares, pois o exército que temos hoje é ainda mais recente, sendo uma organização dos séculos XVII/XVIII, da época do conde de Lippe. Ver a este respeito o trabalho do coronel Nuno Valdez dos Santos, *Raízes das Instituições militares portuguesas*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1986.

Estabeleceu-se nesta época a revista anual conhecida pelo nome de *Mostra*, ou *Alardo*, que já vinha do anterior, com o fim de verificar quais os homens que poderiam ser cavaleiros, imediatamente, ou para constituírem uma espécie de reserva, por meio de uma contribuição única: *Fossado* ou *Cavalo de Maio*, como indicativo de ser essa a altura do ano em que se tomavam medidas a respeito das perdas dos cavalos. As referências locais a esta organização são pontuais, mas as forças que saíram da Madeira para prestar apoio nas praças do Norte de África já cumpriam esses aspetos.

### A defesa do arquipélago da Madeira nos finais do século XV

As condições precárias da inicial instalação, aliadas à agressividade do terreno e ao domínio quase que absoluto dos mares pelos navegadores portugueses, não levaram a que se pensasse especificamente em quaisquer sistemas de defesa contra ameaças exteriores. A política determinada pelo rei D. João I e depois pelo infante D. Henrique aos seus capitães visou essencialmente a organização interna das novas comunidades e a sua disponibilidade para as ações desenvolvidas pelo infante nas Canárias e nas costas de África. O mesmo não aconteceu à instalação no Norte de África, onde de imediato se teve de proceder à fortificação: Ceuta, em 1415; mais tarde, Alcácer-Ceguer, em 1458; Tânger e Arzila, em 1471; e assim sucessivamente.

Data de cerca de 1445, segundo Diogo Gomes, a substituição da pirataria como função económica/guerreira pelo comércio pacífico, ou pelo menos mais pacífico, pois que, logicamente, nessa altura não era possível fazê-lo sem armas na mão. Em 1444 já se procurava estabelecer o tráfico com os nómadas camaleiros do Rio do Ouro, dentro do âmbito da obtenção de escravos e ouro. Em 1447 iniciaram-se as relações com o Suz, grande mercado de escravos, ouro e açúcar, tentando ainda nesse ano o infante D. Pedro estabelecer a paz e manter relações comerciais com o Bori-Mali e com os Jalofos. Em 1461, sob directivas de D. Afonso V, Soeiro Mendes levantou uma feitoria fortificada na Ilha de Arguim. Vinte anos depois, em 1481, Diogo de Azambuja levantou outra fortificação na Costa da Mina, sob a evocação de S. Jorge, então já em terra firme e em pleno Golfo da Guiné.

Até aos inícios do século XVI, Portugal foi aumentando o seu potencial marítimo, abandonando o curso ao longo das costas de África,

embora o estabelecesse no Oriente e foi substituindo ou tentando substituir essa atividade pelo comércio pacífico, francamente mais rendoso. Podemos assim considerar o século XV como perfeitamente dominado no quadro do Atlântico Norte pela navegação portuguesa que, salvo casos pontuais e esporádicos, não encontrou confronto à sua altura. Com base no poder marítimo, os Portugueses tentaram a instalação em território firme, o que só conseguiram com pesados custos. Construíram então algumas praças no Norte de África e ocuparam as ilhas atlânticas não habitadas anteriormente. Consolidadas estas posições, foi tentada uma rede de feitorias, interpostos e pontos de apoio que, no fim do século, envolvia totalmente o continente africano, chegando as armadas portuguesas à Índia.

A obrigatoriedade de fortificação só existe se houver uma ameaça de ataque. Essa obrigação ainda se encontra ligada ao binómio força e tecnologia do ataque, por um lado e, capacidade de resposta, por outro. Dentro do quadro de contínua guerrilha de corso e pirataria, embora não tendo passado despercebida aos primeiros povoadores da Ilha a necessidade de fortificação dos nascentes, mas já prósperos pequenos burgos, essa necessidade não se impôs aos moradores das ilhas da Madeira e dos Açores, nem à própria Ordem de Cristo. O domínio português na navegação atlântica desta época era tão importante que, embora tenha ocorrido pontualmente a presença e atividade de corsários castelhanos e biscainhos nas águas atlânticas, na segunda metade do século XV, a mesma não foi suficiente para dar aval à necessidade efetiva de fortificar os portos das ilhas.

Na vigência do 2.º capitão donatário do Funchal, na Ilha da Madeira, foi solicitado à infanta D.<sup>a</sup> Beatriz, “tutora e curadora do seu filho D. Diogo” e administradora do mestrado de Cristo, os fundos e a autorização para a construção de uma fortificação que defendesse o porto do Funchal. Mas a infanta escusou-se, em carta de 20 de fevereiro de 1476, alegando a não disponibilidade da sua fazenda naquela altura, assim como outras razões não especificadas, exortando, no entanto, o capitão a remediar localmente a situação<sup>4</sup>.

Nesse ano de 1476, o rei D. Afonso V encontrava-se fora do reino, preparando-se para a batalha de Toro. Ciente dos perigos dessa aven-

---

<sup>4</sup> Arquivo Regional da Madeira (ARM), CMF, docs. avulsos, 1-12, transcrito em *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, Funchal, 1973, p. 76.

tura, o jovem príncipe herdeiro D. João recolhera toda a prata disponível nas igrejas do país, entregara a regência à princesa D.<sup>a</sup> Leonor e saíra igualmente do reino em apoio do pai. Perante a situação, a mãe da jovem princesa regente não podia desviar dinheiros ou atenções para a Madeira, quando Portugal corria tão graves riscos.

### A primeira ordem de fortificação do Funchal

A partir de 1492 também o reino de Castela se lançou na conquista do Oceano Atlântico, embora com tecnologias ainda rudimentares e, até certo ponto, aprendidas em Portugal; esta ação apresentou-se como uma nítida concorrência ao expansionismo português. Nesta sequência acabou por se ter de fazer a partilha do oceano e territórios adjacentes entre portugueses e castelhanos, celebrada pelos tratados de Toledo e, depois, de Tordesilhas. O último foi determinado após a visita de Cristóvão Colombo a D. João II, em Vale Paraíso, em março de 1493, após chegar da sua primeira viagem às futuras *Índias de Castela* e, estranhamente, antes de comunicar os resultados da viagem aos Reis Católicos.

O navegador Cristóvão Colombo conhecia bem a Madeira, onde estivera várias vezes como comerciante de açúcar, ao serviço dos mercadores genoveses Di Negro e Spínola. Tinha casado depois com uma filha do falecido capitão-donatário do Porto Santo. Era provável que tivesse ficado com ligações aos comerciantes italianos e flamengos radicados na Madeira, passando numa das viagens seguintes ao continente americano pelo Funchal, então centro florescente da produção açucareira e um dos principais suportes económicos da nossa feitoria na Flandres.

Nos meses seguintes, Colombo haveria de se queixar aos Reis Católicos que D. João II mandara sair da Madeira várias caravelas na rota que utilizara, o que os embaixadores portugueses negaram, mas depois, haveriam de confirmar. Assim não espanta que, entre as várias medidas de segurança a tomar no novo quadro da complexa situação política entre as duas coroas, se tenha pensado em fortificar o Funchal<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Abordámos recentemente este assunto em “Cristóvão Colombo e a Madeira: antecedentes e consequências da primeira viagem às Antilhas em 1492”, in *Novo Mundo e Mundo Novo. Cristóvão Colon em Portugal – março de 1493. 520.º aniversário da viagem de regresso do descobrimento oficial da América*, Lisboa, Palácio da Independência, 7 mar. 2013.

D. João II, que tinha entregado o lugar de condestável do reino e de administrador da Ordem de Cristo a D. Manuel, determinou-lhe, de imediato, a fortificação do Funchal. A ordem, com data de 21 de junho de 1493, foi enviada pelo duque D. Manuel sob a forma de *Regimento de fortificação*, acompanhado de detalhado orçamento. Tinha por base o plano de fortificação de Setúbal, que nunca se chegara a realizar e colocava a hipótese desse planeamento ser já pequeno para a então florescente vila do Funchal.

O regimento enviado por D. Manuel dava as medidas dos troços de muralha a levantar, com cerca de nove metros de altura, para uma espessura de cerca de dois metros. Como se pode deduzir era uma muralha perfeitamente medieval, que não entrava ainda em linha de conta com a utilização da artilharia. O caderno de encargos apresentava os preços que deveriam orçar os materiais, serviços e a mão de obra. Em anexo ao caderno de encargos vinha a maneira de cobrar as verbas para esta obra, recaindo maioritariamente sobre a cultura açucareira e o movimento do porto, mas incluindo também quase toda a população ativa do Funchal. Conforme se encontra expresso no próprio documento: “El Rei meu senhor determinou”, o regimento tinha sido determinado pelo próprio rei D. João II<sup>6</sup>.

Pelos pesados encargos que viriam a recair sobre a ilha, a população do Funchal intimidou-se e foram enviados à corte os procuradores Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado a pedir que não se fizessem essas obras. Claro que as razões da “grande opressão da terra E que fazendo se receberíeis todos muitas perdas”, que vieram expressas, depois, na carta de D. João II, não deixando de ser verdade, encobriam a verdadeira, que seria não estarem dispostos os senhores da terra a desviarem braços das culturas do açúcar por um hipotético futuro ataque que a euforia económica madeirense e a posição político-militar portuguesa não faziam prever a curto prazo.

D. João II já teria avaliado a situação de uma outra forma, tendo enviado Rui de Sande e Rui de Pina a Castela, para prepararem um tratado, mas somente assinado em Tordesilhas nos meados do ano seguinte. Encaminhado o assunto, a urgência de fortificar o Funchal não era já tão premente. Com data de 9 de janeiro de 1494, na altura em que

---

<sup>6</sup> ARM, CMF, T1, fls. 49-52v., Lisboa, 21 jun. 1493.

deveria ser começada a cerca, foi determinado “que nom se façam a cerca E muros que mandou fazer”, pelas razões já apontadas, mas sim “algum baluartes, aqueles que necessários forem E assim se tapem alguns portões, onde cumprir de se taparem, pera defesa E guarda da dita ilha”<sup>7</sup>.

Toda esta situação tem sido objeto de novas interpretações nos últimos anos, pois Cristóvão Colombo sempre manteve relações com Portugal e a Madeira, dado ter sido aí que aprendeu, verdadeiramente, a navegar no Atlântico, os seus biógrafos referirem que teria sido António de Leme que lhe dera informações sobre possíveis ilhas para ocidente, etc. Acresce que o navegador António de Leme saiu do Funchal nos primeiros meses de 1494, quando era vereador da câmara do Funchal e quando Colombo, em Castela, refere a saída de caravelas da Madeira na rota que utilizara. A determinação do papa Alexandre VI para a divisória entre Castela e Portugal era um meridiano a passar a cem léguas a ocidente dos Açores e Cabo Verde, mas em 1494, D. João II pede a sua alteração para quatrocentas e setenta léguas, medida cuja precisão levanta ainda mais problemas.

### As diferenças entre os arquipélagos atlânticos

Outros dados da situação interna portuguesa teriam tido nova evolução e D. Manuel, seis meses depois, enviou à Ilha “Vicente Sodré fidalgo” de sua casa, com regimento sobre a cerca e os baluartes necessários ao Funchal. Pensamos que este Vicente Sodré era o tio de Vasco da Gama, irmão de Isabel Sodré, filha de João de Resende, provedor das Salas de Armas, que casara com Estêvão da Gama, pais do futuro almirante. Vicente Sodré integrou a primeira viagem à Índia, comandando uma das caravelas, e deveria assumir o comando da expedição, caso houvesse algum impedimento por parte do almirante. Na segunda viagem foi substituído, se assim se pode dizer, por Lopo Mendes de Vasconce-

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, fls. 48-48v. Lisboa, 9 jan. 1494: *Carta del Rey em que manda que nom se façam a cerca E muros que mandou fazer*". Os procuradores ainda ficaram em Lisboa, pois a 13, D. Manuel assina uma carta fazendo saber a Fernão de Parada, ouvidor na capitania de Machico, que recebera pelos procuradores Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado e que desejava um melhor entendimento entre os capitães e as câmaras. *Ibidem*, fls. 293-294.

los<sup>8</sup>, seu sobrinho por afinidade e que foi o primeiro madeirense a caminho da Índia.

Não chegou até nós o regimento de Vicente Sodré, por certo com considerações de carácter técnico ou económico, na sequência da indicação anterior de D. Manuel, de que haveria de enviar alguém para *in loco* ver o que era necessário. O regimento que veio com Vicente Sodré terá voltado com ele para Lisboa. Aliás, este fidalgo deve ter estado muito pouco tempo na Ilha, conforme indicação da carta do próprio D. Manuel: “De guisa que ele torne muito asinha E com bom concerto E aviamento Disto a que vai”<sup>9</sup>.

Desconhecemos qual o caminho que entretanto levou a fortificação do Funchal. Nada consta do “bom concerto”, nem do “aviamento” da cerca e dos baluartes do Funchal, pois só quase trinta anos depois se voltam a ter informações a este respeito. Não poderemos deixar de salientar aqui um certo *timing* insular e ultramarino, de certa forma desfasado em relação ao continente e que espaçava francamente os estudos e a ordem para execução das obras, do seu efetivo início.

O mesmo não se passou nos Açores. A distribuição das capitánias a vários nobres portugueses e flamengos, e consequentes conflitos, a que não teriam sido estranhas as questões entre os infantes D. Pedro e D. Henrique, fez nascer inúmeras rivalidades. Entre as várias alterações temos alguns desaparecimentos, mais ou menos misteriosos, e mesmo a passagem aos Açores de um dos filhos de Zarco, que veio a tomar conta da capitania de Ponta Delgada. Em 1490 surgiu na Ilha Terceira a primeira fortificação açoriana, localizada no alto da então vila de Angra. A sua construção foi determinada pelo capitão João Vaz Corte Real, que recebeu a sua alcaidaria em 1495<sup>10</sup>, acrescida da capitania da Ilha de São Jorge. No entanto, era mais uma torre senhorial, emblemática do poder do capitão, que uma defesa geral da vila contra ataques exteriores.

---

<sup>8</sup> Lopo Mendes de Vasconcelos, então residente em Messejana, casara com Teresa da Gama, sobrinha do almirante Vasco da Gama.

<sup>9</sup> ARM, *ibidem*, fls. 179-179v. Transcrito por Francisco Melo, *Arquivo Histórico da Madeira, op. cit.*, pp. 299-300, doc. 180: 8 jul. 1494: “Carta do duque Em que manda que se pratiquem com Vicente Sodre a cerca E baluartes”.

<sup>10</sup> ABP Angra, CM Angra, RG, T1, fl. 321. 19 maio 1495: *Doação da alcaidaria do castelo de Angra e a ilha de São Jorge a João Vaz Corte Real*. Pub. in *Arquivo dos Açores*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. IV, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1981, pp. 163- 164.

Situação semelhante tinha ocorrido nos inícios do século XV no arquipélago das Canárias, onde surgiu logo uma torre senhorial na Ilha de La Gomera, mas aqui fortemente justificável, não só pelos ataques dos guanches canarinos, como dos portugueses do infante D. Henrique e das capitânias do Funchal e de Machico, na Ilha da Madeira. Nos arquipélagos portugueses nunca se revelou nenhum inimigo interno, salvo em São Tomé, onde os escravos fugidos e organizados nas montanhas do interior chegaram a atacar a cidade, no entanto, só bastante mais tarde, nos finais do século XVI.

### As alterações no quadro atlântico nos inícios do século XVI

Nos inícios do século XVI igualmente outros povos europeus partiram à disputa dos novos territórios ultramarinos, dificilmente aceitando a partilha do Oceano Atlântico, e do mundo, entre os povos ibéricos, assim como o sancionamento então dado pela Igreja Romana. Com o aparecimento duma nova nação em expansão: a França, que também se queria afirmar como potência marítima, a que se seguiram a Inglaterra e a Holanda, o século XVI foi marcado por uma nova atividade e agressividade no mar, ultrapassando as dimensões pontuais e esporádicas do século XV e transformando-se progressivamente numa verdadeira guerra de curso. A coroa portuguesa tentou fazer frente ao assunto com negociações diplomáticas e chegou mesmo a apoiar-se num tribunal de presas marítimas, com sede em Ruão, mas a situação piorou sempre ao longo do século XVI.

Os interesses portugueses no Atlântico, que até então se centralizaram no arquipélago da Madeira, como ponto de apoio às explorações portuguesas da costa de África, passaram a deslocar-se mais para sul, para os arquipélagos de Cabo Verde e depois São Tomé e Príncipe. Por outro lado, com a necessidade de navegação em arco no Atlântico Norte para as viagens de regresso ao continente europeu, os Açores começaram a ganhar crescente importância ao longo desta época, tornando-se no ponto fulcral de discórdia das nações europeias dos meados e dos finais desse século.

O interesse estratégico dos Açores e da sua ilha mais central, a Ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Terceira, foi logo perceptível no primeiro quartel do século, levando à criação dum órgão central de

coordenação: a Provedoria das Armadas e Naus da Índia, com funções de reabastecimento e apoio, mas logo acrescidas de funções de defesa. As primeiras referências apontam para 1520, quando surgiu o *Regimento das Naus da Índia*<sup>11</sup>, aparecendo o cargo de provedor das armadas e naus da Índia a partir de 1527. Em breve, a Ilha Terceira e o porto de Angra se tornavam o centro económico e estratégico de todo o arquipélago açoriano, passando as restantes ilhas a suas subsidiárias, como nos finais desse século se queixava, em São Miguel, o cronista Gaspar Frutuoso.

Nos inícios do século XVI tentou Portugal um novo avanço na ocupação de pontos-chave no controlo do complexo magrebino, desta vez tentando a implantação nas chamadas praças do Sul. Com base no desenvolvimento das relações comerciais estabelecidas no Golfo da Guiné e de pequenas feitorias espalhadas pela costa, com carácter quase particular, D. Manuel determinou a sua ocupação efetiva em nome da coroa. Adquiriram-se assim os interesses estabelecidos em Santa Cruz de Cabo de Gué e determinou-se a fortificação desse importante porto<sup>12</sup>, a que se seguiu a construção dos castelos reais do Mogador e de Safim.

Dada a distância dos portos continentais para apoio às obras então levadas a cabo, optou-se pelo apoio das alfândegas de Machico e do Funchal, na Ilha da Madeira. Em breve o rei mandava os seus especialistas militares reverem as obras levadas a cabo e destacava mesmo mestres dos grandes arsenais de construções continentais para o Norte de África. Assim, João de Castilho, mestre das obras da Batalha,

---

<sup>11</sup> Estudado por Artur Teodoro de Matos, "Os Açores e a carreira das Índias no século XVI", in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1982 e "As escalas do Atlântico no século XVI", in *Actas da V Reunião Internacional de História Náutica e de Hidrografia*. O regimento encontra-se em ANTT, *Leis*, 2-167 (minuta) e ABP Ponta Delgada, *C. M. Ponta Delgada*, RG, T4, fl. 24v. Publicado in *AA*, vol. III, *op. cit.*, pp. 29-33; e *ibidem*, vol. IV, pp. 36-38.

<sup>12</sup> Dada a distância do continente, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebina do Sul, para as quais contribuíra através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados, em março de 1541, quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo recolhido ao Funchal alguns feridos para tratamento (cf. ANTT, *CC*, I-69, n.º 67. Carta de 14 mar. 1541). Continua atual o trabalho Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz de Cabo de Gué*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

deslocou o seu importante conjunto de artífices para as fortalezas do Norte de África, encontrando-se nessa época em reparação e construção os castelos do Mogador, Aguz, Safim, Mazagão, Arzila, Alcácer-Ceguer, Tânger e Ceuta. Nesta vasta campanha de obras, ainda vem a colaborar o duque D. Jaime de Bragança que, ao serviço do rei, desloca também para o Norte de África os seus mestres de obras.

A fortificação das ilhas atlânticas com vista às alterações do quadro estratégico do Atlântico Norte foi um pouco mais tardia. Assim, na Ilha da Madeira, só depois de um ataque de um navio biscainho, que em 1528 roubara dois navios à carga no porto do Funchal, foi pedida ao Rei a construção de uma fortificação, queixando-se a população de que nada havia para a defesa do porto<sup>13</sup>. A ordem veio em 1529, cativando os dinheiros da imposição das carnes, até então destinados a melhoramentos da cidade. O controlo destes dinheiros seria do capitão do Funchal, ou, no seu impedimento, do Ouvidor, devendo a Câmara encontrar dois homens aptos para servirem de recebedor e de escrivão destas verbas, “de que o capitão seja contente”<sup>14</sup>.

A construção era definida vagamente como “um baluarte com torre”. A torre deveria ser construída onde o capitão achasse melhor, pelo que a escolha recaiu nas casas do mesmo. A construção elevou-se num misto de proteção ao desembarcadouro do Funchal e à alfândega real, para onde se virava o baluarte, mas essencialmente emblemática da residência senhorial do capitão do donatário.

As primeiras informações que possuímos sobre a construção, no entanto, somente datam de 1540 e 1541, quando dirigia a obra o pedreiro Estêvão Gomes e altura em que deve ter sido mais ou menos concluída<sup>15</sup>. Constava então duma torre semioval, articulada com uma muralha a correr sobre o “altinho das fontes” de João Dinis, que envolvia as casas do capitão. Ao lado das fontes de João Dinis possuía um torreão-cisterna que, flanqueando a muralha, protegia a aguada dos

---

<sup>13</sup> ANTT, CC, PI, 39/75; 1528. Carta da Câmara do Funchal para El Rey: “[...] fazemos saber que hos xj di no mes de Marco [a9 oras de vespan chegou a este porto hu nagio de gavea pengno de biscainhos [...] vinha das Canarias [...] surtyu davante o dito [...]”.

<sup>14</sup> ARM, CMF, T 9, fls. 207-208. Alvará de 8 jul. 1529, registado, no entanto, somente a 18 fev. 1752.

<sup>15</sup> *Ibidem*, T1, fls. 7v.-8; 9 nov. 1542: *Alvará para fazer alcaide do baluarte*.

navios e da população na praia do Funchal. Encontrava-se artilhada com um conjunto excepcional de peças de bronze na frente mar, enviadas de Lisboa em 1529<sup>16</sup>, mas, para o lado da cidade, era somente dotada de um muro de terra batida, que no dizer do cronista Gaspar Frutuoso não tinha mais de doze palmos de terra. Não resistiu assim ao ataque corsário de 1566.

Na época de D. João III tinham surgido francas dificuldades no Norte de África, que levaram ao abandono de algumas das praças fortificadas construídas nos princípios do século. O evoluir da situação no Atlântico, onde a concorrência movida aos interesses ibéricos era crescente, associada ao interesse geral que o rei de Portugal sempre demonstrou pelos assuntos da Arquitetura, determinou a reformulação de grande parte das nossas estruturas de defesa. Data desta época, segundo quartel do século XVI, a interessante colaboração com o vasto império de Carlos V, começando a circular os especialistas militares, de um e de outro lado, nas várias frentes de combate, demonstrando a criação de um bloco ideológico ibérico, patente durante a realização do Concílio de Trento e que chegaria no final do século à união das duas coroas.

Foi nessa época dos meados do século XVI, com a necessidade de reformular as nossas defesas do Norte de África e o início das obras de São Julião da Barra, que se viria a transformar no *escudo do reino*, que foi necessário chamar a Portugal vários especialistas internacionais de Arquitetura<sup>17</sup>. Saliente-se, no entanto, que nem sempre foram aceites as suas recomendações e até presença, preferindo-se muitas vezes os técnicos nacionais, se se pode nesta época empregar corretamente esta designação.

Para coordenar todo este trabalho surgiu a necessidade de criar um órgão central, a Provedoria das Obras, à frente da qual foi colocado Álvaro Pires, que passou a coordenar todo este esforço. Durante o cerco de Maza-

---

<sup>16</sup> ANTT, CC, PII, 157-68: 30 jul. 1529: “Mandado de pagamento de Cristóvão Esmeraldo, provedor da fazenda, do frete de transporte da artilharia que veio para a Ilha, com quitação e auto do estabelecimento, por louvados, no valor do referido frete, tudo com a mesma data. Veio esta artilharia na nau de Duarte Belo, de que era mestre António Luís, pelo que se recebeu de frete 3\$500”.

<sup>17</sup> Cf. nosso trabalho *A fortaleza de São Julião da Barra, o Escudo do Reino*, Lisboa, Ministério da Defesa, 2007.

ção de 1562, onde 500 portugueses resistiram a 150.000 marroquinos, a nova provedoria viu o seu empenhamento amplamente reconhecido.

No mar, as armadas portuguesas foram sujeitas a uma outra atenção e acompanhamento, passando a efetuar constantes patrulhamentos das áreas críticas: costas de Marrocos e da Guiné para as armadas que se deslocavam para a Índia; e mar dos Açores, para as de regresso. As naus da *carreira da Índia* passaram a andar obrigatoriamente acompanhadas, ao mesmo tempo que se começaram a evitar ao máximo as escalas, chegando algumas armadas a fazerem as viagens Lisboa-Goa-Lisboa, quase sem qualquer outra escala.

As atividades específicas e diferenciadas da Provedoria (das Terças) de Álvaro Pires devem ter-se iniciado por volta de 1551, quando se enviou o famoso arquiteto Inofre de Carvalho ao Oriente, “por mestre das obras que lá mandar fazer o Vice-rei e Governador das ditas partes” e, no ano seguinte, com o envio de Isidoro de Almeida aos Açores, onde se planeavam as fortalezas de São Brás, em Ponta Delgada e São Sebastião, em Angra. O nome de Álvaro Pires já aparecia na documentação açoriana em 1550, ligado à nomeação dos provedores de resíduos e capelas, ação que se estendeu depois a outras áreas. No entanto, a grande produção do Provedor para os Açores foi na área das obras de defesa: fortificação e artilharia, o mesmo acontecendo depois em relação à Madeira.

Foi o futuro provedor o responsável pelo ensaio na Madeira dos futuros regimentos de Vigias e Ordenanças, assim como neste arquipélago e no dos Açores, pela difusão da documentação respeitante aos anadéis-mores de espingardeiros e à criação das nóminas dos bombardeiros de Ponta Delgada e do Funchal. Assim, reformulando o regimento de D. João III, de agosto de 1549, tinham sido enviados para o arquipélago da Madeira novos regimentos relativos à organização das ordenanças: Machico, 8 de junho de 1559; e Funchal, 16 de abril de 1567<sup>18</sup>. Estes regimentos foram reformulados por Álvaro Pires; a 22 de abril de 1567 o *Regimento de Vigias* para o Funchal<sup>19</sup>, com alguns aspetos inovadores na organização de terreno, artilharia e fortificação; e a 16 de Fevereiro

---

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Madeira e Porto Santo, 47 e 53. 8 jun. 1559, traslado de 11 set. 1754 e 16 abr. 1567, de 25 jan. 1755. Cf. nosso trabalho *Arquitectura Militar na Madeira*, Funchal/Lisboa, DRAC, 1998, p. 121.

<sup>19</sup> ARM, CMF, T2, fls.109-112 v.; Lisboa, 16 fev. 1567: *Regimento dell Rey nosso Senhor sobre as Vigias*.

de 1569, o novo *Regimento de Ordenanças* enviado para a capitania de Machico<sup>20</sup>. Estes regimentos serviram de ensaio ao regimento geral publicado com o título: *Companhias da gente de cavalo e de pé*, a 10 de dezembro de 1570, referente cumulativamente a ordenanças e vigias<sup>21</sup>.

Álvaro Pires de Landim era filho de André Pires, que fora escrivão da Fazenda real e do Hospital de Santarém, e do círculo do secretário António Carneiro. Mais tarde, André Pires foi escrivão da Provedoria das Terças, imposto municipal destinado às questões de defesa, assinando o regimento manuelino desta área<sup>22</sup>. Superintendia este influente letrado sobre os projetos de Arquitetura em curso pelos dinheiros da Fazenda real, sobre os vários arquitetos encarregados de os levar a cabo, assim como sobre a preparação desses técnicos e o ensino teórico da arquitetura no país.

O jovem Álvaro Pires começou por servir em Marrocos, onde foi armado cavaleiro por Francisco Coutinho, em 1537, a mandado do pai, o conde de Redondo, capitão e governador da vila de Arzila. Tendo começado as suas funções burocráticas na Casa da Índia, como seu pai, passou a escrivão da chancelaria de D. João III, sendo sucessivamente provedor de D. Sebastião, provedor das obras reais do cardeal-rei D. Henrique e, em 1581, como fidalgo do Conselho de Filipe I, aparece designado como *provedor dos paços e obras reais*<sup>23</sup>.

A Provedoria das Obras reais, no entanto, estava na dependência da família Carvalho, embora determinadas obras reais tivessem tido outros fidalgos como provedores, como foi o caso do Baluarte da Ribeira de Lisboa e do Paço de Évora, com Bartolomeu de Paiva, *o amo* de D. João III, porque casado com Filipa de Abreu, natural da Ilha da Madeira e que amamentara o futuro rei. Nos finais do século XVI, entretanto, figura quase sempre como provedor das obras reais Gonçalo

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, CM Machico, T2, fl. 65: *Regimento da ordem que Vasco Rodrigues, sargento-mor da Capitania de Machico, há-de ter em servir o seu cargo. [...] Álvaro Pires, o fiz escrever. Almeirim, 16 de Fevereiro de 1569.*

<sup>21</sup> ARM, CMF, RG, T5, fls. 105v.-107v.

<sup>22</sup> André Pires, *Regimento de como os contadores das comarcas hão de prover sobre [...] Obras terças e residuos novamente ordenado*, Lisboa, Oficina de João Pedro Bonhomini, 1514.

<sup>23</sup> ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, livro 2, fls. 46v.-47. Doações a Baltazar Álvares de mestre-de-obras dos paços de Santarém, Almeirim e Salvaterra, e das obras do mosteiro da Batalha, de 5 jul. 1581.

Pires de Carvalho, inclusivamente em aspetos técnicos de obras públicas, o que até então parece não ter acontecido.

Com a união das duas Coroas a atividade da provedoria dissolveu-se um pouco, só tendo sido recuperada nos finais do século XVI e ao longo do XVII. No entanto, as suas diretivas mantiveram-se ao longo de todo esse tempo, vindo a aparecer registadas nos meados do século XVII e sendo novamente difundidas no reinado de D. João IV. Existiam então instruções dispersas sobre a orientação e sequência a dar a estes assuntos, alguns anos depois reformuladas no *Regimento da forma de ter na Receita e Despesa do dinheiro aplicado à Fortificação*. Esta reformulação foi feita em finais de 1657 para a província de Entre Douro e Minho, único regimento de que temos conhecimento e que tinha por base as funções do vedor-geral, cujo regimento datava de 1642. Neste quadro, em 1689 foi publicado o *Regimento da Casa das Obras de El-Rei*.

### As armadas do Oriente

A expansão dos portugueses pelos mares e terras do Oriente foi muito rápida, como têm frisado os historiadores desta área. Em poucos anos, depois de Vasco da Gama atingir Calecute em 1498, os portugueses apareciam já da costa oriental de África, onde se pensava existir o reino de Preste João, até às ilhas da Insulíndia e do Japão, e às costas da China. Os portugueses adaptaram-se às contingências locais de todos os tipos, fixando-se um pouco por toda a parte e forjaram uma excecional rede de trocas comerciais que, em breve tempo, colocava em causa os interesses comerciais e políticos dos importantes impérios orientais. Com a chegada das nossas armadas ao Golfo Pérsico e as primeiras instalações construídas, houve mesmo que recorrer a artífices estrangeiros, citando-se nos primeiros trabalhos da fortaleza de Ormuz “quatro fundidores de artilharia, dois de artilharia de metal e dois de artilharia de ferro, e três eram gregos e um português, mulato e natural da ilha da Madeira”<sup>24</sup>.

As armadas para a Índia, e depois para o Brasil, passavam quase que obrigatoriamente na Madeira<sup>25</sup>, embora o regresso se fizesse sempre

---

<sup>24</sup> Fernão Lopes de Castanheta, *História do Descobrimento e Conquista da Índia...*, op. cit., livro II, p. 362.

<sup>25</sup> As armadas de Jorge de Aguiar, que ia por capitão-mor do cabo de Guardafum, e de Diogo Lopes de Sequeira, por exemplo, cf. Fernão Lopo de Casta-

pelos Açores. Assim se explica a presença de muitos madeirenses nestas paragens: os principais herdeiros, os filhos-família, na sequência do bom nome obtido pelos pais; os filhos segundos na esperança de alguma nobilitação e fortuna; e ainda alguns casos, não tão pontuais como seria de desejar, de fugidos à justiça.

A Índia acenava com um eventual rápido enriquecimento para a fidalguia pobre ou proveniente de ramos secundários. Num cálculo rápido, para um número de 55 membros da nobreza insular que no século XVI emigraram para a Índia, somente 15 eram primogénitos, que regressaram quase todos, sendo os restantes 40 filhos segundos e que quase todos ficaram na Índia. Em relação à emigração para as praças africanas, foram ainda em maior número os madeirenses que casaram no Oriente e ali se fixaram. Nesta nova diáspora, algumas famílias madeirenses transferiram-se na quase totalidade, com mulheres, filhos e criados.

O principal nome a apontar no início desta época, onde as atividades mais marcantes decorreram no Golfo Pérsico, é o de Lopo Mendes de Vasconcelos, cunhado de Vasco da Gama, que participou na viagem de 1502<sup>26</sup>, na esteira do qual seguiram inúmeros familiares, como o seu filho Manuel de Vasconcelos, juiz da alfândega e *sobrerolda* de Diu<sup>27</sup>, que regressado à Madeira era conhecido como “o da Índia”. Tinha casado com a célebre Isabel da Veiga, “A Matrona de Diu”, que defendeu a praça na ausência do marido, durante o cerco de 1538 e depois a seu lado, formando um corpo auxiliar feminino, tratando dos feridos, levando de comer e de beber aos soldados e enterrando os mortos<sup>28</sup>.

---

nheta, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 418; e Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 282 sobre a pequena armada de António de Saldanha, em 1528. A presença de armadas e de navios isolados da rota das Índias e do Brasil foi uma constante da vida do Funchal nos séculos XVI e XVII, com todos os convenientes e inconvenientes daí advindos.

<sup>26</sup> Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, *op. cit.*, vol. I, pp. 494, 495 e 502.

<sup>27</sup> *Sobrerolda* era o nome dado aos encarregados de fiscalização das rondas. Será um nome que voltaremos a citar quando tratarmos dos *regimentos* de Ordenanças e de Vigias. Lopo de Castanheta, *op. cit.*, livro VIII, p. 510.

<sup>28</sup> Existe uma descrição coeva deste cerco publicada por Luciano Ribeiro, “O Primeiro Cerco de Dio”, revista *STVDIA*, n.º 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, jan. 1958. Manuel de Vasconcelos aparece então comandando 30 homens, a 4 de Novembro de 1538 (cit. *Ibidem*, p. 264).

Manuel de Vasconcelos veio a ser recompensado com a capitania de Cananor, “pelos serviços feitos na fortaleza de Diu, estando cercada de turcos e dando ele pela ajudar, cumprindo em tudo com a obrigação que os bons cavaleiros em tais tempos têm”<sup>29</sup>. Depois de Manuel de Vasconcelos seguiu-se o sobrinho-neto, André de Vasconcelos, que serviu oito anos na Índia, começando em soldado e chegando em 1619 a capitão de navio. Pelos serviços prestados, foi recompensado em 1628 com a capitania de Damão<sup>30</sup>.

Mais ou menos aparentados e descendentes do 1.º capitão do Funchal, eram ainda João Rodrigues Cabral (II), que em 1522 se encontrava em Ormuz, e os seus irmãos; João Rodrigues de Noronha, filho do 3.º capitão do Funchal, capitão de Ormuz em 1521 e 1522<sup>31</sup>, no tempo do governador D. Duarte de Meneses, seu cunhado<sup>32</sup>; e depois Rui Gonçalves da Câmara, filho do 5.º capitão do Funchal, capitão de Barcelor<sup>33</sup>, de Ormuz e, mais tarde, capitão-mor das naus da Índia; tal como muitos outros nos anos seguintes.

---

<sup>29</sup> Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 74, registo 319. Lisboa, 12 mar. 1540. Não foram comuns os elogios deste tipo nos registos da Casa da Índia, no entanto, parece que este cerco não correu muito bem e Manuel de Vasconcelos merecia-o. Cf. Gaspar Correia, *op. cit.* vol. III, pp. 135, 335, 345, 351, e vol. IV, pp. 38, 42, 46, 140.

<sup>30</sup> No *Registo da Casa da Índia*, n.º 2212, vem: *A André de Vasconcelos, fidalgo de sua casa, filho de Manoel de Vasconcelos, natural da ilha da Madejra, a capitania de Damão por oito annos que servjo na Jndja ate o anno de 19 de soldado a capitão de navjos. Lixboa, 27 de janeiro, João Feo a fes. Anno de 1628*, Publicado por Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia, op. cit.*, p. 60.

<sup>31</sup> Tinha a alcunha de “o Mouraria”, dado o serviço no norte de África. Era filho de João Rodrigues Cabral e de Inês de Miranda, irmão de Miguel, Francisco, e Diogo Cabral, autor de uma célebre carta a D. João III, datada da Calheta, 20 out. 1553 (ANTT, CC, P1, 91-31). Ver a este respeito, Farinha, “Os portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua História”, *Mare Liberum*, Revista de História dos Mares, n.º 3, 1991 pp. 77 e 129 e Gaspar Correia, *op. cit.* vol. II, p. 695.

<sup>32</sup> Cf. Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia, op. cit.* p. 23, registo 100: *A João Rodrigues de Noronha, fidalgo de sua casa, que possa mandar a Índia quinhentos cruzados empregados em mercadorias defesa. Em Lisboa, 24 de Maço. Álvaro Neto a fês, ano de 1522.*

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 179, registo 772: *A Ruy Gonçalves da Camara, fidalgo de sua casa, pelo serviço que fez na Índia, a capitania de Barcelor por cinco anos. Em Lisboa, 3 de Março. Lopo Soares a fez. Ano de 1571.*

## O saque corsário francês de 1566

O saque dos luteranos franceses em 1566 à Ilha da Madeira representou um marco importante para a organização da defesa do Atlântico. Em setembro de 1566, Bertrand de Montluc, gentil-homem da casa de Carlos IX e segundo filho do Marechal Blaise de Montluc, embarcou em Bordéus cerca de mil e duzentos homens, em três navios de alto bordo e oito embarcações de menor lotação. Esta armada começou por saquear o Porto Santo, notícia que logo chegou à Madeira, levando as vilas de Machico e Santa Cruz a armarem-se para qualquer eventualidade. No entanto, tal não aconteceu no Funchal. Por ordem do então governador Francisco Gonçalves da Câmara, não se tomou qualquer atitude que pudesse ser entendida hostil<sup>34</sup>.

A armada francesa rumou à Praia Formosa, colocando em terra cerca de oitocentos homens, que se dirigiram para a cidade em três bandeiras. A fortaleza foi atacada assim por terra e, tendo as pesadas bocas de fogo apontadas para o mar, não resistiu. Na prática, também nenhuma força organizada se tentou sequer opor à invasão francesa, quase tudo tendo fugido. O Funchal sofreu um saque de cerca de quinze dias a que quase nada escapou.

A partir de então a atenção da corte de Lisboa virou-se para as ilhas atlânticas. Logo na armada de socorro à Madeira vieram alguns padres da Companhia, não fosse ter havido contaminação das ideias luteranas dos corsários. Em breve estava no Funchal um arquiteto militar altamente habilitado, Mateus Fernandes (III), ligado à família dos arquitetos do Mosteiro da Batalha; o capitão-donatário do Funchal; o futuro herdeiro da capitania e ainda alguns militares continentais para reverem a organização das companhias de ordenanças e vigias. No Funchal acabaram por ficar o donatário e o arquiteto militar, prometendo os padres da Companhia voltar para proceder à montagem dum colégio<sup>35</sup>. Num curto espaço de tempo, D. Sebastião instituiu e dotava de rendas o Seminário da Diocese, dentro das diretivas do Concílio de Trento, e o Colégio da Companhia do Funchal.

<sup>34</sup> Cf. *História da Madeira (1420-1566), Povoamento e Produção Açucareira*, 2.<sup>a</sup> ed., Funchal, SER, 1999, pp. 334-344.

<sup>35</sup> Cf. o nosso estudo *Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, AAUMa, maio 2013.

O novo mestre das obras reais da Madeira, Mateus Fernandes, deve ter vindo nos finais do ano de 1566, pois nos primeiros dias do seguinte ano de 1567, já aqui se encontrava. Deve ter mandado logo para a Provedoria das Obras, em Lisboa, indicações várias e, em março seguinte, recebia a visita e o apoio do grupo de arquitetos italianos, que lhe trouxeram um primeiro *Regimento de Fortificação* para o Funchal<sup>36</sup>. Estes italianos, com quem o mestre das obras reais já teria contactado no Norte de África, Pompeu Ardití e Tomás Benedito, ambos de Pesaro, ficaram na ilha cerca de um mês e seguiram depois para os Açores, onde o último reformulou e dirigiu a nova Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada.

Com esta colaboração, em princípio, o mestre das obras do Funchal levantou uma planta da cidade e planeou uma monumental fortaleza para o morro da Pena, a descer até à praia do Funchal, ocupando toda a atual *zona velha* ou bairro de Santa Maria do Calhau. Foi um planeamento, no entanto, que não foi aceite em Lisboa, optando-se por seguir um esquema mais tradicional, já imaginado nas muralhas dos finais do século XV e que os moradores não tinham então achado necessário.

D. Sebastião enviou em 1572 um novo *Regimento de Fortificação*, pelo provedor Álvaro Pires<sup>37</sup>, em que a cidade era envolvida na frente mar e ao longo das ribeiras de João Gomes e de São João por panos de muralhas, que fechariam nos morros da Pena e de São João por pequenas posições fortificadas. A fortaleza central (futura Fortaleza de São Lourenço) foi ampliada com o planeamento feito por Mateus Fernandes para o morro da Pena, mas reduzido a menos de um terço das dimensões iniciais. Ficou assim com dois baluartes pentagonais gémeos, virados a norte, e um quadrangular, a proteger a zona ocidental.

Como apoio da fortaleza principal seria executada uma pequena estância fortificada a ocupar a foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes (futura Fortaleza de São Filipe da praça do Pelourinho). A cidade considerada por D. Sebastião já era um pouco maior que a de D. Manuel, ou seja, o limite oriental passou da ribeira de Santa Luzia para

---

<sup>36</sup> ARM, CMF, RG, T3, fl. 142v.

<sup>37</sup> *Ibidem*, CMF, RG, T2, fl. 139 e ss., 1572: *Treslado dos apontamentos e regimento que se ha de ter nas obras de fortificação que el Rei Nosso Senhor manda fazer na cidade do Funchal da Ilha da Madeira.*

a de João Gomes. No entanto, o primitivo bairro de Santa Maria do Calhau, hoje *zona velha*, continuou a não ser considerado cidade.

Foi este esquema que Mateus Fernandes cumpriu em menos de dez anos e que foi melhorando ao longo da sua estadia na Ilha. O regimento de 1572 estendia-se já por ordem de D. Sebastião aos restantes portos, embora não se especificando logo o que haveria de se fazer. Pediam-se sugestões, que deveriam ser enviadas a Álvaro Pires para, depois de discutidas na Provedoria das Obras de Lisboa, serem oficialmente determinadas para o Funchal. Assim fortificou-se a foz da ribeira dos Socorridos, a Praia Formosa, Câmara de Lobos e ainda a foz da ribeira de Gonçalo Aires<sup>38</sup>, onde mais tarde veio a ser instalado o Forte dos Louros e o Lazareto. O mestre Mateus Fernandes permaneceu na Madeira quase trinta anos.

No final do reinado de D. Sebastião e do seu tio-avô D. Henrique, embora de forma não perfeitamente institucionalizada, já se encontravam lançadas as bases da organização militar do século seguinte, com base no Funchal e na figura do conde-capitão, vedor-mor das alfândegas. Esta figura institucionalizou a do capitão-general das duas capitânias. Também no final do reinado se encontravam publicados os documentos legais para funcionarem o Colégio dos Jesuítas e o Seminário Diocesano do Funchal. Encontrava-se assim salvaguardada a defesa dos interesses portugueses na Madeira ao sentir da época, nas suas principais áreas: a defesa da fé católica e do território nacional.

Com a subida ao trono de Portugal de Filipe II e a aclamação de D. António, prior do Crato, nos Açores, este arquipélago tornou-se um campo de batalha das armadas europeias de apoio aos dois partidos. Embora em 1583 D. Álvaro de Bazán tenha derrotado as principais forças apoiantes de D. António, os Açores nunca deixaram de ser um dos principais locais de recontro das armadas ibéricas, das inglesas e das francesas. A presença contínua das forças inglesas nos mares dos Açores levou ao levantamento de uma complexa rede de fortificações, objeto de reformulações sucessivas e que atingiu uma monumentalidade notável no contexto da fortificação da época.

Os Açores e, principalmente, a cidade de Angra, passaram a ser um dos pontos fundamentais da política ultramarina ibérica, sendo ponto

---

<sup>38</sup> ANTT, Cartas missivas, 2-53.

obrigatório de escala das armadas das *Índias de Castela*, ou seja, das Antilhas, México e restantes territórios do continente americano, como do Estado Português da Índia. Esta situação levou à deslocação de vários especialistas internacionais aos Açores, onde deve ter tido peso importante o arquiteto italiano Tibúrcio Spanocchi, e ao levantamento do complexo da Fortaleza do Monte Brasil, frente à cidade de Angra, na ilha Terceira, porventura a mais importante defesa ibérica do Atlântico.

Os finais do século XVI foram marcados pelo verdadeiro pânico dos saques ingleses, perfeitamente inesperados e sem aparentes razões. Ao contrário dos franceses dos meados do século XVI, que visavam a instalação e o roubo, os ingleses inicialmente limitaram-se a queimar e destruir tudo o que encontravam, achando ganhar nisso muita honra. Assim explica o cronista britânico Robert Davie, o saque ao Porto Santo, em 1595, pelo capitão Amintas Preston<sup>39</sup>. Com o ataque de surpresa ao porto de Cádiz, em 1587 e depois com o desastre da *Invencível Armada*, em 1588, onde se perdeu a *frol do Mundo*, no dizer do cronista Pero Roriz Soares, os ingleses passaram a atuar de uma forma ainda mais impune, continuando os saques nas costas da Península Ibérica, nos arquipélagos atlânticos e prolongando-os até às costas da América Latina.

Por razões dificilmente explicáveis, salvo o pontual saque inglês ao Porto Santo, em 1595, parece não ter havido quase nenhuma ameaça credível à Ilha da Madeira, passando sempre essas armadas ao largo, indo saquear Cabo Verde e as costas do Brasil. Um dos almirantes de Francis Drake, Manuel Serradas, era dado como sendo natural do Funchal e aí ter família, embora nenhuma informação local se refira ao mesmo, acrescentando que não era o único grande corsário inglês a atuar no quadro do Atlântico.

A resposta do império filipino foi a reestruturação das defesas já anteriormente implantadas, como o caso dos Açores, onde se reformularam e reedificaram as defesas efetuadas durante a vigência de D. António, Prior do Crato. Também foi nesta sequência a revisão total de todas as defesas construídas nas Canárias, para onde se deslocou Leonardo Turriano, em 1584, ali ficando até 1586. Turriano voltou ainda às Canárias

---

<sup>39</sup> “O Saque inglês de 1595 ao Porto Santo”, com a colaboração de José Castilho, *Islenha* n.º 16, dir. Nelson Veríssimo, Funchal, DRAC, jan.-jun. 1995, pp. 83 a 87.

em 1587 e ali ficou até 1593. Igualmente na Madeira se ampliaram e aperfeiçoaram as estruturas anteriormente montadas, mas tudo longe das obras que se fizeram nos outros arquipélagos.

### O quadro da Coroa unida de Portugal e Castela

Com a subida ao trono de Portugal de Filipe II de Castela, não existindo capitão do Funchal, dado o falecimento dos 5.º e 6.º capitães quase ao mesmo tempo, tinha sido despachado para a Madeira um desembargador, o Dr. João Leitão, *homem de confiança* de Lisboa, que naquele momento de instabilidade política, assumiu as várias pastas da governação, incluindo a da guerra. Entretanto, decorrendo o conflito dos Açores, com a aclamação de D. António, o capitão das Canárias, D. Agostinho de Herrera, conde de Lançarote, ofereceu-se para serviço de Filipe I, em carta datada de 26 de janeiro de 1582: “Se sou de algum serviço no mar ou em terra, mande que ordenem de mim como de fiel vassalo e criado”. Em março desse mesmo ano estava nomeado para a Madeira e em maio desembarcava no Funchal com uma força de soldados das Canárias<sup>40</sup>.

Neste quadro, a defesa da Madeira passou a ser estudada de uma forma mais alargada do que até então tinha sido feita. Assim, as fortalezas determinadas em 1572 para um quadro de vagas escaramuças no Atlântico, eram perfeitamente insuficientes quando se temia a invasão de uma vasta armada inglesa e francesa ao serviço do Prior do Crato. Não se podendo culpar a corte de Lisboa da insuficiência da fortificação, quem sofreu o odioso foi o mestre das obras reais Mateus Fernandes, a partir de então, embora não colocado cientificamente em causa, afastado das principais tomadas de decisão e dado como, de alguma forma, ligado ao conde de Vimioso, demitido capitão de Machico e então a combater ao lado das forças do Prior do Crato.

O principal planeamento levado a cabo nessa época foi a grande fortaleza a levantar no Pico dos Frias, principal ponto de comando sobre toda a cidade e para onde foram deslocados desde logo materiais

---

<sup>40</sup> ARM, CMF, docs. avulsos, n.º 219: 10 nov. 1582: *Alvará por que Filipe I manda que sejam acatadas as ordens do conde de lançarote quanto á fortificação da ilha, pois que D. António embarcara na Ilha Terceira com sua gente e dizia-se que iria pela Madeira.*

de construção. Mas a instabilidade de toda a situação não deixou campo de manobra para uma obra de tal envergadura. Assim, e até à chegada do novo governador Tristão Vaz da Veiga, em 1585, não se foi muito mais além do reforçar das estruturas existentes, e mesmo com este governador a única alteração de fundo foi o prolongamento da muralha da frente mar, que morria junto da Igreja de Santa Maria do Calhau e que foi prolongada, a *pau a pique*, até ao Corpo Santo.

Tristão Vaz da Veiga tinha militado na Índia, desempenhando importante papel nos cercos de Malaca e na construção das muralhas das Portas de Deus da futura cidade de Macau, obras, inclusivamente, levadas a efeito com dinheiros dos seus ordenados. A situação interna foi então totalmente repensada, com a reorganização das companhias de milícias e a distribuição das vigias, tendo havido mesmo ordem, em agosto de 1586, para a residência efetiva do prelado no Funchal, indo-se ao pormenor de se certificar em Lisboa, em outubro, do seu efetivo embarque para a Ilha.

O governador queixou-se para Lisboa, logo que tomou conta das capitánias do Funchal e de Machico, das condições de defesa da Ilha que estavam longe de ser satisfatórias, embora entendesse que com um pequeno esforço, tudo poderia ser substancialmente melhorado. Dando o exemplo, começou por participar pessoalmente no serviço de vigias e nas obras da fortificação. Foi assim iniciado o prolongamento da muralha do Funchal até aos arrifes da igreja de Santiago, para além da capela do Corpo Santo. A muralha então levantada devia ser de *pau-a-pique*, mais tarde passada a pedra e cal. Igualmente nesta data se constróiem as casas de vigia: em Santiago e aos Ilhéus, depois levantadas por toda a Ilha.

O prolongamento da muralha efetuado por Tristão Vaz da Veiga foi a primeira alteração/ampliação do regimento de D. Sebastião de 1572. Representa ainda a aceitação do governador de que a cidade era um todo geográfico, logo a sua defesa não podia ser setorial, separando a “cidade dos mercadores” da “cidade dos artesãos e marítimos”. No entanto, as muralhas levaram algum tempo a ser feitas, sujeitas a uma especial e contínua conservação. Se atendermos a uma representação de Mateus Fernandes, datável de 1595, o mesmo queixava-se já então que, construindo a muralha da ribeira de João Gomes de dia, à noite os moradores dos arredores deitavam-na abaixo, para não perderem os acessos às suas

fazendas e à ribeira. Curiosamente a parte norte deste troço, junto ao morro da Pena, foi o único pano de muralha, com o semi-encoberto troço do Corpo Santo, que chegou inteiro e descoberto aos nossos dias.

Quase todos os governadores dos finais do século XVI e ao longo do XVII, assim que chegavam à Ilha, queixavam-se para Lisboa de não haver correta e completamente nada construído no que dizia respeito à fortificação. Por outro lado, saindo da Ilha, davam tudo por terminado, mas o seguinte repetia as queixas. Devemos ter algum cuidado em interpretar estas atitudes, por um lado, indubitavelmente, nas questões de entendimento estratégico e tático de cada um dos militares em causa, mas, por outro, também numa certa arrogância militar típica da época e que igualmente podemos constatar nos militares castelhanos de passagem na Ilha a partir de 1580.

Entre as novidades do governo de Tristão Vaz da Veiga ainda deve ser citada a *armadilha*, conjunto de fragata e galé a remos para patrulhamento dos mares do arquipélago. O seu nome advém de muitas vezes um desses navios se disfarçar de embarcação de carácter comercial, no meio dos outros surtos ao largo do porto, podendo assim aproximar-se de navios suspeitos. Gaspar Frutuoso conta nas *Saudades da terra* um caso destes, com a perseguição feita depois a um navio de corsários ingleses. Igualmente cita este cronista a particularidade de ter este navio um esporão de bronze, de que conhecemos outros exemplos, para poder assim abordar os navios corsários.

Com a nomeação de novo governador, Diogo de Azambuja de Melo, Mateus Fernandes regressou ao continente e foi nomeado novo fortificador para a Madeira, o engenheiro Jerónimo Jorge<sup>41</sup>, então a trabalhar em São Julião da Barra. A qualidade de Mateus Fernandes foi de imediato reconhecida, encontrando-se logo no mesmo ano como mestre de obras em Tomar e a dirigir as obras da nova Câmara de Abrantes, assim como a acabar a magnífica Igreja de São Vicente na mesma vila<sup>42</sup>.

Tal como Mateus Fernandes, Jerónimo Jorge passou a superintender tecnicamente sobre as principais obras decorrentes na Ilha com

---

<sup>41</sup> ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, L.º 28, fl. 202.

<sup>42</sup> Arquivo Distrital de Santarém, *Notas de Manuel da Maia*, L.º 11, fls. 15v. a 18v. *Contrato de obrigação que fez a Câmara da vila, Abrantes*, 30 set. 1595; *Ibidem*, fls. 26 a 28v.: *Procuração que fazem os confrades de São Vicente desta vila*". Abrantes, 7 out. 1595.

dinheiros da Fazenda real, como sejam as obras do novo paço episcopal e da reformulação da Igreja da Calheta. No entanto, também se viu envolvido no longo conflito que opôs os governadores da Madeira à Câmara do Funchal, que ao longo de todo o século XVII reivindicou a construção das muralhas de proteção, ou de defesa, das ribeiras do Funchal pelos dinheiros dos dois terços da imposição aplicados à fortificação.

Se por um lado, a Câmara se encontrava dentro da justiça geral, patente, por exemplo no velho *Regimento das Terças* do tempo de D. Manuel, elaborado por André Pires, por outro, o controlo geral dos dois terços da imposição do Funchal eram também quase que desde sempre da responsabilidade do governador, logo disponibilizados conforme as suas prioridades. Com a disputa entre os dois poderes, veio o mestre das obras reais a sofrer as consequências, chegando a ser mandado prender pela Câmara.

Quase todos os técnicos militares desta época se queixaram da falta de uma fortificação com comandamento e possibilidade de manobra de fogos sobre a cidade, que deveria ser construída no alto do Pico dos Frias, acima do Convento de Santa Clara. Ainda no governo do conde de Lançarote (1582-83), foram enviadas plantas desta fortaleza para Lisboa e Madrid. No dobrar dos séculos XVI e XVII, o governador Cristóvão Falcão de Sousa assumiu o encargo da construção da poderosa fortaleza no Pico de São João. A construção contou logo com oposições várias, especialmente lideradas pelos padres da Companhia, que entretanto tinham adquirido o Pico às freiras de Santa Clara<sup>43</sup>.

O governador erigiu quase de imediato a construção em madeira, o chamado “*pau-a-pique*”, guarneceu-a com soldados do presídio castelhano e enviou o sargento-mor do Funchal a D. Filipe II, então em Valladolid, para que autorizasse a efetivação da construção. O sargento-mor Roque Borges de Sousa levou então novamente uma planta do Forte do Pico, então, em princípio, da autoria do então mestre das obras reais Jerónimo Jorge, conseguindo o aval real para se começar a passagem a pedra e cal<sup>44</sup>. Dada a grandiosidade da obra e as dificuldades de acesso, a construção ocupou toda a primeira metade do século XVII.

---

<sup>43</sup> ANTT, Cartório dos Jesuítas, 34-32; *carta do Padre Manuel Fagundes*, sem data.

<sup>44</sup> *Ibidem*, 34-31; *certificado de Roque Borges de Sousa*. Funchal, 12 ago. 1606.

Mesmo com estes complicados conflitos, datam dos inícios do século XVII a construção das principais fortalezas que encerravam as muralhas do Funchal: a do Pico, levantada em madeira por volta de 1602 e progressivamente passada a pedra e cal, a poente, e Santiago, construída a partir, em princípio, de 1609 ou 1611, a nascente. Com a morte prematura de Jerónimo Jorge, em 1618, tomou o seu lugar o filho, Bartolomeu João, dando continuidade ao trabalho do pai. Datam deste período as construções iniciais das fortalezas às defesas do Funchal, como o Forte do Gorgulho, o Baluarte do Ilhéu e o Baluarte da Alfândega.

Entre os finais do século XVI e os inícios do XVII, igualmente se construíram algumas defesas no resto da Ilha, embora não com carácter perene, mas progressivamente consolidadas. Seria assim o caso de Câmara de Lobos, muito provavelmente o inicial Forte de São Sebastião, no Ilhéu; na Ribeira Brava, também muito provavelmente o Forte de São Sebastião, em adiantado estado de ruína nos inícios do século XIX; na Ponta do Sol, talvez duas, uma por certo o futuro Forte de São João, ou da Vigia e o do Passo, ambos desaparecidos em aluviões entre os finais do século XVIII e os meados do XIX; na Calheta, também talvez duas e uma das quais, o Forte de São Jorge, de que temos referências ao longo do século XVIII.

Deve datar desta altura a inicial fortificação do Caniço, “para a parte da vila de Santa Cruz”, por certo o reduto ou vigia da Atalaia ou de São Sebastião; na vila de Santa Cruz, por certo onde estariam as bombardas enviadas no século XV pela infanta D. Beatriz; em Machico, duas, uma das quais o forte de São Roque, referido ao longo dos séculos XVII e XVIII, e outra talvez na margem oposta, ou seja, junto ao desembarcadouro de São João; e ainda outra na costa Norte, “de trás da Ilha”, como referiria depois o provedor António Antunes Leite ao descrever mais tarde a sua estadia na ilha<sup>45</sup>. Desde os finais do século XVI que também existia um reduto no Pico do Castelo, no Porto Santo.

Para além dos ingleses, também nesta época começam a aparecer nos mares da Madeira esquadras de holandeses e depois de argelinos. Temos informações de esquadras holandesas a aparecerem à frente do Funchal com intenções duvidosas, pelo menos em 1600, altura em que

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, CC, PI, M. 118, doc. 151. Sintra, 29 ago. 1632.

o bispo-governador destacou uma companhia de milícias para o calhau do Gorgulho, para o que pudesse acontecer. Foi nessa sequência que em 1611 se construiu nesse local o Forte do Gorgulho. Era uma pequena fortaleza pentagonal, essencialmente com uma casa da guarda, para uma pequena guarnição de dez a quinze homens, e uma guarita, para vigia do mar.

Em 1617, uma esquadra argelina atacou o Porto Santo, levando para Argel toda a população que ali existia<sup>46</sup>. Apenas terão escapado cerca de dezassete pessoas escondidas nas fragas. O pânico que se apoderou das capitânias do Funchal e de Machico foi indescritível. Em Machico não houve mesmo sessões na câmara durante algum tempo, dado toda a população andar armada e a vigiar possíveis desembarques argelinos. A Câmara do Funchal disponibilizou as verbas possíveis para a fortificação, e a alfândega entregou mesmo os dinheiros reais dos açúcares do Brasil para esse efeito. A Fortaleza de Santiago, que teria guarnição a partir de 1612, estava final e oficialmente pronta em 1620<sup>47</sup>, embora ainda tenha tido obras importantes até 1637.

Com estas duas construções a fecharem os troços de muralha a Nascente (Santiago) e a Poente (hoje São João, mas que nesta época aparece algumas vezes como São Filipe), ficou completo o regimento de fortificação de D. Sebastião, na sua versão ampliada, incorporando o bairro de Santa Maria do Calhau. Com o prolongamento da muralha para nascente e a construção de Santiago, deixou de ter interesse o pano de muralha ao longo da ribeira de João Gomes e a construção de uma fortificação no morro da Pena, como fora proposto por Mateus Fernandes, entre 1567 e 1570. O restante projeto foi continuado por Jerónimo Jorge e, por seu falecimento em 1618, pelo filho Bartolomeu João<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Cf. Jorge Valdemar Guerra, “O saque dos argelinos à Ilha do Porto Santo em 1617”, *Isleña*, n.º 8, Funchal, jan.-jun. 1991, 57-78.

<sup>47</sup> De 1612 foi o pedido de nomeação do capitão Domingos Rodrigues para a nova fortaleza, sinal de se encontrar quase pronta, embora a data de residência do comandante, então capitão Paulo Pereira da Silva, seja de 1620.

<sup>48</sup> ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, L.º 43, fl. 154v. Nos índices desta Chancelaria (*idem*, L.º 65) este alvará vem referido como sendo de nomeação de Mestre das Obras da Cabeça Seca. Cf. Sousa Viterbo, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, vol. II., Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1990 (1.ª ed. 1899), pp. 34 e 35. No nosso arquivo

Data dos finais do século XVI a assunção por parte dos quadros insulares de que o número dois da Ilha era o bispo do Funchal. O assunto nunca havia sido discutido, mas tendo o governador saído da Ilha, em 1599, em eleição na Câmara do Funchal, foi o bispo eleito como governador. O prelado, então D. Luís Figueiredo de Lemos, ainda se teria tentado escusar, mas acabou por aceitar, instituindo um costume que passaria aos restantes territórios ultramarinos.

O bispo era apresentado pelo rei e pago pela fazenda, pelo que, de certa forma, também tinha patente militar. Grande parte dos bispos haveria de assumir semelhantes funções e alguns, várias vezes, como depois ocorreu com D. Jerónimo Fernando, nas primeiras décadas do século XVII, que ocuparia o lugar por três vezes e, inclusivamente, por patente régia, dada a inoperância do governador.

### As defesas da segunda metade do século XVII

Com a aclamação de D. João IV foi desenvolvido um amplo esforço no campo da fortificação, que começou na barra de Lisboa e nos pontos mais importantes da defesa marítima e depois se estendeu a toda a fronteira, principalmente no Norte e Alentejo. Ciente dessa necessidade, D. João IV revitalizou a antiga aula de Arquitetura Militar, no Paço da Ribeira, onde colocou, inclusivamente, o infante D. Teodósio, futuro príncipe do Brasil. A direção foi entregue ao engenheiro Luís Serrão Pimentel, autor depois do *Método Lusitanico de desenhar as Fortificações das Praças regulares e irregulares*, editado em Lisboa, 1680, e cujo filho, Francisco Pimentel, planearia, em 1699, uma fortificação para a Ponta Gorda<sup>49</sup>, na sequência do Gorgulho, mas que não se chegou a levantar.

---

particular, proveniente dos arquivos da *Livraria Histórica e Ultramarina* (Almarjão) existe um *Aviso de pagamento, relativo à mercê que, por provisão de 10 de Novembro de 1618, Sua Majestade fizera a Bartolomeu João do ofício das obras da Ilha da Madeira, vago pelo falecimento de seu pai*, sem data, nem assinatura; à margem tem uma anotação referente à expedição deste aviso assinada por António Correia; tem a indicação: L.º 3.º, p. 181 e de ter sido fl. 122

<sup>49</sup> Projeto do sargento-mor Francisco Pimentel, 1699, em ANTT, Conselho de Guerra, M. 58, cx. 145. Publicação por Nelson Veríssimo, *Relações de poder na Sociedade Madeirense do século XVII*, coleção História da Madeira, Funchal, DRAC, 2000.

Com a subida ao trono de D. João IV tinham ocorrido no Funchal uma série de alterações da ordem pública e de outros atropelos, que se mantiveram infelizmente ao longo das décadas seguintes. Estas alterações, se assim as podemos chamar, especificamente, não tiveram nada a ver com a Restauração, limitando-se a utilizar o momento para saldar rixas antigas e perpetrar vinganças pessoais. O principal alvo foi a alfândega e o seu provedor, pelo que num curto espaço de tempo havia ordem de Lisboa para ser fortificado o edifício.

A ordem de D. João IV data de 1644, mandando fortificar o cais da alfândega, fechando-o à cidade e ao mar, somente consentindo duas portas<sup>50</sup>. As fazendas deveriam entrar por essas portas e as que não o fizessem deveriam considerar-se *perdidas*. A medida, mais que dar ao cais e à alfândega condições de defesa, já existentes do anterior, visava controlar o contrabando e salvaguardar a fazenda régia. As primeiras obras militares ali levadas a efeito tinham decorrido em 1630 e, pelo menos desde essa altura, era artilhado. Já pelas determinações de 1566, que criaram a *nómina* de bombardeiros do Funchal, os guardas da alfândega deveriam ser também artilheiros.

Por pedido dos moradores e do provedor da alfândega, em 1651, foi solicitada autorização para se fortificar o Ilhéu do porto do Funchal. Neste pedido salientava-se que as obras já tinham sido iniciadas em 1634-35, pelo governador D. João de Meneses, e que os custos para a Fazenda real seriam mínimos, dado saírem da *imposição*, imposto local para os gastos da fortificação e defesa em geral. A autorização do rei foi dada em fevereiro de 1652, embora só tenha sido registada na câmara em dezembro de 1654<sup>51</sup>. Por esta altura já se encontravam soldados no Ilhéu, embora as obras tenham decorrido durante bastante tempo e só se termine o forte como o conhecemos hoje pelos meados do século XVIII, com o engenheiro Francisco de Alincourt. Perto dos finais do século XVII foi construída uma capela com a evocação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, para o serviço dos soldados ali de guarnição.

---

<sup>50</sup> ARM, CMF, T6, fl. 70: 11 ago. 1644: *Mandado do conselho da fazenda para se fazer o reduto da alfândega*.

<sup>51</sup> *Ibidem*, fls. 116v-117, 10 fev. 1652: *Treslado da carta que S. Majestade escreveu ao governador desta ilha bartolomeu Vasconcelos da Cunha sobre a fortificação do ilhéu*.

Com a morte de Bartolomeu João em 1659, foi nomeado para o lugar o seu filho Bartolomeu João de Abreu, no entanto, poucas referências temos à sua atuação nesse campo. Com as questões surgidas com o governador, assumiu, pelo menos algumas vezes, o controlo geral das verbas e depois mesmo da fortificação, o provedor da alfândega.

A função específica de acompanhamento da reformulação da fortificação da Madeira veio a ficar a cargo de visitas pontuais de engenheiros das escolas de fortificação continentais. Nesse quadro, em 1689, deslocaram-se ao Funchal o capitão de engenheiros António Rodrigues Ribeiro e o engenheiro Manuel Gomes Ferreira para levantar as plantas das fortificações e vilas da Madeira<sup>52</sup>, mas de que não conhecemos a sequência. Devem ter sido estes militares que foram os responsáveis pelo acabamento das muralhas do Funchal e o seu pomposo encerramento com o portão dos Varadouros, datado do mesmo ano de 1689<sup>53</sup>.

### A Madeira no quadro atlântico da segunda metade do século XVII

A Madeira desde os primeiros anos do século XVI que participava ativamente nos *negócios* do Brasil, com destaque, a partir dos meados do XVII, para o levantamento de companhias para servirem na Bahia, no Rio de Janeiro, etc., que passaram a acompanhar os governadores a caminho daquele território, o mesmo acontecendo em relação a Angola, imprescindível como fonte de mão de obra daquele território. O levantamento de forças na Madeira para aqueles territórios ultramarinos, foi uma situação que se manteve também ao longo século seguinte.

De forma mais ou menos velada, a Madeira, tal como o continente, participa ainda no *levantamento* de Pernambuco, encabeçado pelo madeirense João Fernandes Vieira e demais familiares, contra a ocupação holandesa. As forças de João Fernandes Vieira viriam a entrar em Recife a 28 de janeiro de 1654, que passaria à história como “o restaurador de Pernambuco”. Num curto espaço de tempo seria governador de Paraíba

---

<sup>52</sup> ANTT, Ministério do Reino, decretos, M. 8, n.º 13, Lisboa, 24 mar. 1689.

<sup>53</sup> O Portão dos Varadouros veio a ser demolido no rescaldo dos problemas dos republicanos de 1911, alegando ser necessário à salubridade da cidade e, quase 100 anos depois, novamente reconstruído, então nas comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal, em 2008.

(1655-1658) e, depois, de Angola (1658-1661), para onde se deslocou com o cunhado Francisco César, Manuel Berenguer e Sebastião Moniz da Câmara, todos parentes, militares e madeirenses, ou seus descendentes<sup>54</sup>.

Foi nesse quadro que se incrementou o comércio com o Brasil nos anos seguintes, especialmente com base na parceria de João Fernandes Vieira com o mercador Diogo Fernandes Branco. Este importante comerciante chegou mesmo a levantar uma fortificação particular, o Forte dos Louros, por 1644, para proteção do seu porto na foz da ribeira Gonçalves Aires, ficando assim, em princípio, a salvo do controlo exercido pela alfândega do Funchal.

O comércio com o Brasil começou a ser organizado nestes anos através do chamado “*comboio marítimo*”, oferecendo assim uma maior segurança. Os navios partiam de Lisboa e estacionavam no porto do Funchal, onde aguardavam a incorporação de navios de outros portos. Com o aumento do tráfego no porto do Funchal, foi criado o lugar de “*comissário dos comboios*”, cargo de nomeação régia, por três anos, lugar ocupado por Diogo Fernandes Branco e, em 1673, por Gaspar de Andrada, que voltaria a ocupá-lo em 1677, passando o irmão deste, o cônego António Lopes de Andrada, a assumir um progressivo destaque no panorama económico insular e atlântico<sup>55</sup>.

A *Companhia Geral do Comércio do Brasil* tinha ficado com o monopólio dos estancos e, especialmente, o respeitante ao comércio do vinho da Madeira. Dada a tradição de contrabando do porto do Funchal, dificilmente este monopólio aqui teria sido cumprido e, mais ainda, quando esta companhia passou a pessoa coletiva e se ligou ao *comboio*, administrado localmente por um delegado, como já escrevemos, tal como a partir do momento que a Madeira passou a ter autorização de associar ao mesmo, primeiro, dois e, depois, quatro navios.

A constituição da *Companhia* fora efetuada com base na ação do padre António Vieira e nas suas ligações com os cristãos-novos, estabele-

---

<sup>54</sup> Cf. Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário Genealógico das Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948.

<sup>55</sup> Cf. nosso artigo “Os Prelados de origem madeirense no Brasil nos Séculos XVIII e XIX”, *Islenha*, 54, jan.-jun. 2014, pp. 25-38, onde abordamos esta complexa teia de interesses e a origem judaica de maioria destes personagens.

cendo-se assim uma vasta rede comercial em que entravam os cristãos-novos de Pernambuco e do Maranhão, no Brasil; de São Miguel, nos Açores; do porto de Viana, no reino; de Amesterdão, na Holanda; e do Funchal. Mais tarde, e dadas as ligações estabelecidas, estas relações ainda aumentaram com criação da *Companhia Real da Guiné e Cacheu*, cujo administrador foi o capitão Gaspar de Andrada, que já fora administrador do *comboio* no Funchal.

### As obras dos inícios e meados do século XVIII

Alguns anos depois, no século seguinte e sob a orientação do fidalgo-mercador Duarte Sodré Pereira, vêm a ser levantados vários fortes, todos perfeitamente marcados e datados através de placas identificativas. Algumas destas fortificações levantaram-se onde já havia organizações de terreno anteriores, então totalmente reformuladas e, muito provavelmente, de acordo com as diretivas deixadas pelos dois especialistas que visitaram a Ilha em 1689.

No quadro do governo de Duarte Sodré Pereira, “fidalgo e mercador”, se levantou no Funchal o Forte Novo de São Pedro<sup>56</sup>, em Santa Cruz o Forte da Graça e em Machico os Fortes de São João do Ancora-douro e de Nossa Senhora do Amparo. Na costa oeste foi levantado o Forte de São Pedro da Ribeira Brava e, na costa norte, talvez algum tempo depois, o Forte do Porto da Cruz e o Forte de São João Baptista do Porto do Moniz, que seria depois reedificado por 1758, como se refere no século XIX<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Fizemos a descrição da fortificação da Madeira e Porto Santo no II volume do nosso trabalho *Arquitectura Militar..., Iconografia e Inventários*, Lisboa/Funchal, DRAC, 1995. O forte aqui citado, encontra-se a pp. 290 a 293 e 303 a 311. Foi primeiro comandante do Forte Novo de São Pedro o capitão Zenóbio Acciaiuoli de Vasconcelos. No ano seguinte, dado o falecimento do anterior, era provido como comandante desta fortaleza o antigo capitão do Campanário, Jorge Correia de Vasconcelos (ARM, CME, RG, T 7, fl. 288 v. 8 set. 1708).

<sup>57</sup> “Este Forte se fez por ordem de El Rei nosso Senhor, o Sr. D. João 5.º, sendo governador desta Ilha o Excelentíssimo conde de São Miguel e provedor da fazenda real e superintendente das fortificações, Manuel Teixeira de Castro e de cuja obra foi inspector pelo dito senhor, o capitão cabo dele, Francisco Ferreira Ferro, filho do sargento-mor do mesmo nome, no ano de 1758”. Transcrição do capitão engenheiro António Pedro de Azevedo em *Planta dos Ancoradouros do Funchal e do Porto do Moniz*, 1848.

Ao longo do século XVIII virá a ser preenchido o lugar de *mestre das obras reais da Ilha da Madeira e seu termo*, com a patente de capitão engenheiro, mas por recrutamento local, pontualmente, com a obrigação de frequentar em Lisboa a então *Aula* ou *Academia Militar* e depois de examinado pelo engenheiro-mor do Reino, como aconteceu com Domingos Rodrigues Martins<sup>58</sup>. No entanto, deixa de ser um militar dependente diretamente do capitão-general, para ser um funcionário da provedoria da fazenda do Funchal, “com capacidade e inteligência em toda a obra de pedreiro e suas medições e avaliações”, logo capaz para “o emprego de medidor e avaliador”. A este mestre das obras reais virão a ser cometidas as obras decorrentes com os dinheiros da fazenda, mas não as grandes obras de defesa que, quando necessárias, virão a ser encomendadas a especialistas enviados pela corte de Lisboa. Nesse quadro, destacam-se as estadias dos engenheiros militares ao serviço de Portugal, como Tossi Columbina e Francisco de Alincourt, que aqui estiveram para as obras do porto do Funchal, pela década de 60 e de 70 desse século. Nessa altura foi ampliada a Fortaleza de Santiago, construída a de São José da Pontinha e reformulada a do Ilhéu do porto. Talvez pouco depois ainda seria também reformulado o Forte do Gorgulho, embora, muito provavelmente, sobre uma construção anterior.

## Conclusões

Não cabe numa comunicação como esta avançar muito mais num campo tão vasto e complexo como é o da História Militar de uma Região que, por se situar numa muito especial posição estratégica do Atlântico Norte, funcionou ao longo da sua História essencialmente como placa giratória de mercadorias, pessoas e ideias. Primeiro, como apoio às praças portuguesas do Norte de África e, segundo, e quase ao mesmo tempo, no apoio às viagens de exploração das costas africanas, brasileiras e do Índico, a sua História tem de ser entendida, sempre, muito mais nesse contexto, que no restrito território físico da Ilha que é.

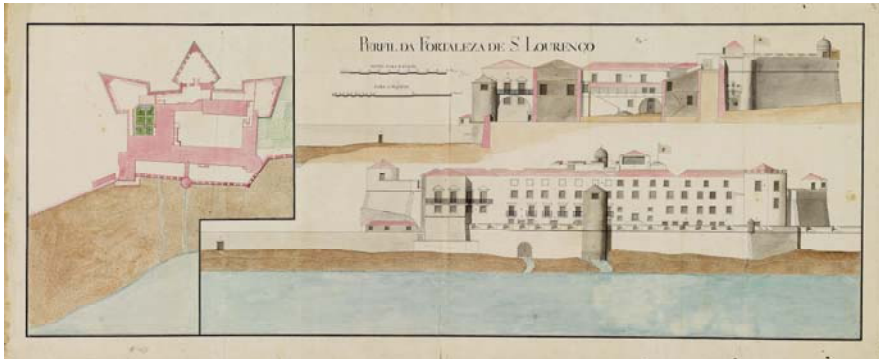
---

<sup>58</sup> ANTT, PJRFF, L.º 972, fls. 257v.-258. Novo provimento, Lisboa, 23 out. 1748; Funchal, 25 nov. 1748; *ibidem*, L.º 975, fl. 133v. Lisboa, 23 abr. 1760; Funchal, 7 de jul. 1760; *ibidem*, novo registo, 22 set. 1766.

Até à independência da navegação atlântica dos ventos e das correntes, ocorrida nos meados do século XIX com a divulgação do motor a vapor, os mares da Madeira eram quase ponto obrigatório de escala de toda a navegação que, do Atlântico Norte europeu, procurava a África, a América ou a Índia. A sua situação estratégica frente ao Estreito de Gibraltar, entre os finais do século XVIII e os inícios do XIX, ainda a viria a tornar num ponto de controlo da navegação atlântica perfeitamente imprescindível no quadro das guerras napoleónicas e, daí, a sua ocupação, por duas vezes, por forças inglesas durante esse conflito.



**FIGURA 1.** Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Campanha de obras de Estêvão Gomes, 1540 e reforma de Mateus Fernandes (III), 1572 e seguintes. Avenida do Mar, Funchal.



**FIGURA 2.** Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Alçado e planta de Paulo Dias de Almeida, 1805. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

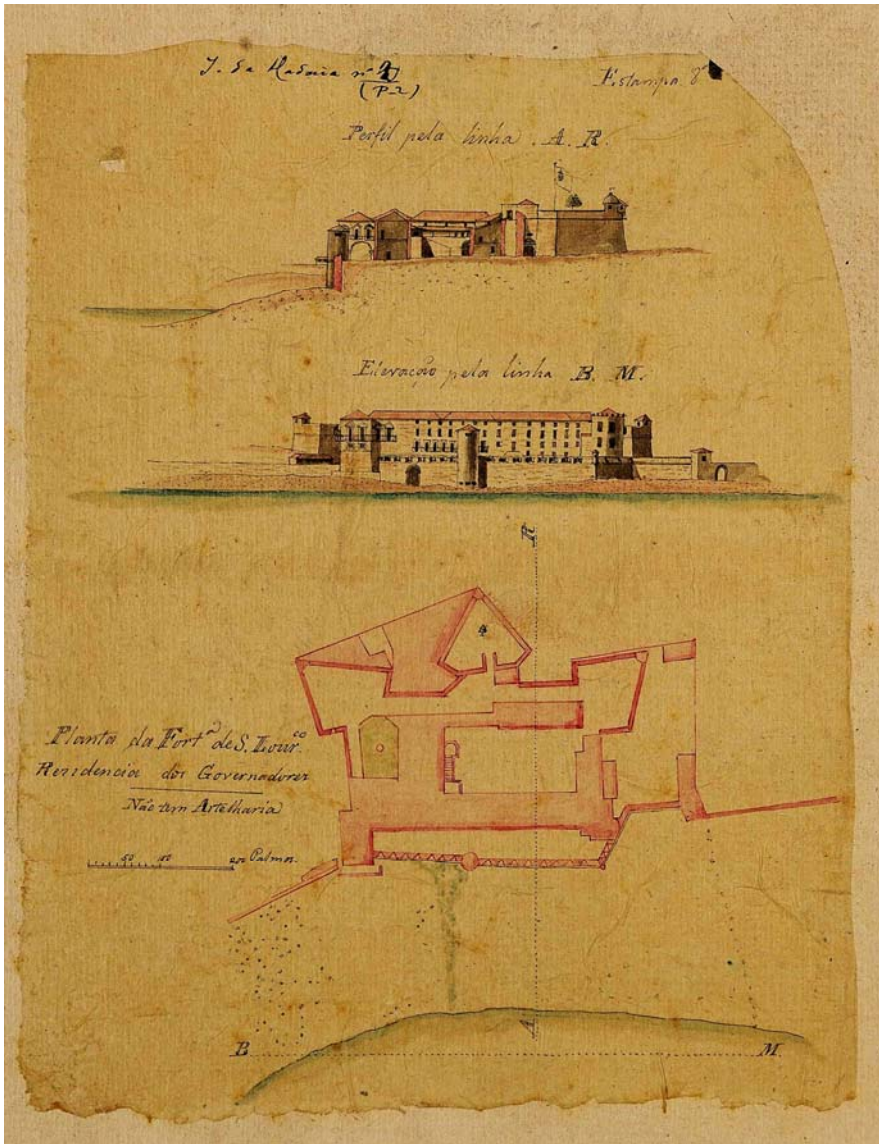


FIGURA 3. Fortaleza de São Lourenço do Funchal. Alçado, perfil e planta de Paulo Dias de Almeida, 1817. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.



FIGURAS 4-5. Fortaleza de Santiago do Funchal. Jerónimo Jorge, 1614 e reforma de Francisco Tosi Columbina, c.1765. Santa Maria Maior, Funchal.



FIGURAS 6-7. Fortaleza de São João do Pico. Campanha de c.1602 a 1660. Pico de São João, Funchal.



FIGURA 8. Complexo da entrada da fortaleza de São João do Pico. Campanha de c.1602 a 1660. Pico de São João, Funchal.

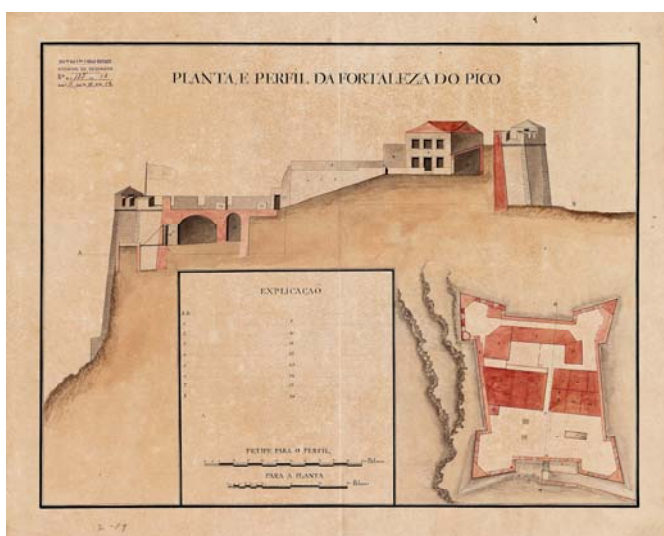


FIGURA 9. Fortaleza de São João do Pico. Alçado e planta de Paulo Dias de Almeida, 1805. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.

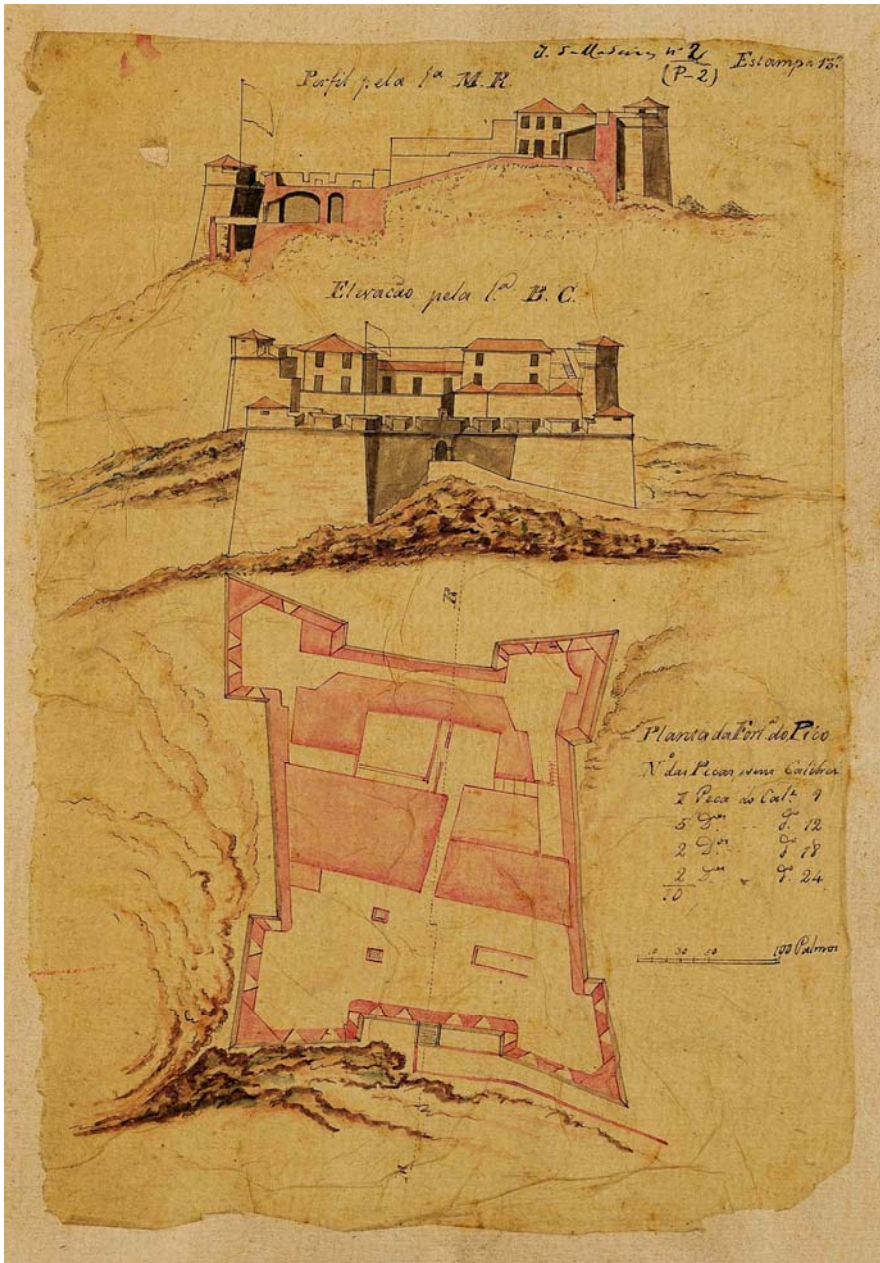


FIGURA 10. Fortaleza de São João do Pico. Alçado, perfil e planta de Paulo Dias de Almeida, 1817. Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército.



FIGURA 11. Fortaleza do Ilhéu do Funchal. Bartolomeu João, 1654 e seguintes. Molhe do porto do Funchal.



FIGURA 12. Guarita do forte dos Louros. Bartolomeu João, c.1645. Antigo lazareto do Funchal.



FIGURA 13. Portal do forte de São João Batista de Machico. Campanha de Duarte Sodrê Pereira de 1708. Antigo desembarcadouro de Machico.



**FIGURA 14.** Torre de gola do forte de São Bento da Ribeira Brava. Campanha de Duarte Sodré Pereira de 1708. Ribeira Brava.



FIGURA 15. Lápide do portal do forte de São Bento da Ribeira Brava. Campanha de Duarte Sodré Pereira de 1708. Ribeira Brava.



FIGURAS 16-17. Forte do Gorgulho. Reconstrução de c.1800. Promenade do Lido, Funchal.



**FIGURA 18.** Forte de São José da Pontinha. Campanha de Francisco Tosi Columbina, c.1765. Óleo de George Chinnery ou Auguste Borget, c.1830. Museu Quinta das Cruzes.



**FIGURA 19.** Boca-de-fogo da antiga muralha do Corpo Santo. Arsenal inglês, c.1790. Santa Maria Maior, Funchal.

# Grandes polémicas religiosas do século XVIII: repercussões da Jacobeia na Madeira

Cristina Trindade

CLEPUL

---

A suspensão das relações diplomáticas com a Cúria romana que resultou da restauração da independência de Portugal, em 1640, e a ausência de prelados à cabeça das dioceses que lhe está associada permitiram que, na maioria das dioceses portuguesas, se interrompesse o ritmo de implantação da reforma tridentina e se abrandasse o espírito reformador imposto pelo Concílio. Por outro lado, a posterior chegada do ouro do Brasil, bem como a continuação da prática de fazer ingressar no clero os filhos segundos dos escalões superiores da sociedade, ou de procurar na vida religiosa um mecanismo de acesso à primeira das ordens sociais, sem que, nem num caso nem no outro, fosse convocada a vocação como critério, foram fatores que, em conjunto, permitem explicar a degenerescência de costumes que assolou a sociedade portuguesa a partir da segunda metade do século XVII<sup>1</sup>. Alguns indicadores dessa decadência moral encontravam-se na proliferação de comportamentos mundanos, na ostentação, na prática de uma religiosidade mais aparente que real e na frequência abusiva de conventos femininos por parte de cavalheiros que mantinham com as freiras contactos desadequados, movimento que ficou conhecido por “freiratismo”<sup>2</sup>.

Este conjunto de circunstâncias esteve na origem do sentimento de uma necessidade de reforma que se começou a desenhar a partir de algumas ordens masculinas, designadamente a dos franciscanos do Varatojo, a dos oratorianos e, mais tarde, a dos agostinhos calçados, também conhecidos como “gracianos”. Assim, o fundador do Oratório em Portugal,

---

<sup>1</sup> Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, *O movimento da Jacobeia: seu significado e suas implicações*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, p. 5.

<sup>2</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, Religião e Política nos reinados de D. João V e D. José I*, Braga, Tipografia Editorial Franciscana, 1964, pp. 34-37; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Coimbra, Edição de Autor, 1930, pp. 489-490.

Frei Bartolomeu de Quental, nomeado capelão e pregador da Capela Real em 1654, aparece já retratado por Jean Girodon como paladino de uma alteração da relaxação vigente, sendo o responsável pela conversão “à vida devota” das damas da rainha e conseguindo que a Capela Real se enchesse para a realização da oração mental, momento de “meditações quotidianas” no qual participava a própria rainha, D. Luísa de Gusmão.

Segundo o mesmo autor, a corte começava, então, a assumir a aparência de um convento<sup>3</sup>. Por outro lado, no Convento do Varatojo, ao qual, em 1680, passou a estar anexo um seminário entregue a Frei António das Chagas, a regra impunha uma observância literal dos preceitos de S. Francisco, ou seja, o respeito pelas mais rigorosas pobreza e austeridade, bem como a assistência diária aos ofícios divinos e a dedicação, igualmente quotidiana, a duas horas de oração mental, e os frades que nele escolhiam professar eram seguidores estritos do preceituado<sup>4</sup>.

A estes sinais de que alguns sectores da sociedade portuguesa repudiavam a imoralidade reinante e que davam indicações de que se estava a pôr em marcha um movimento reformador dos costumes, se veio juntar o eremita calçado de Santo Agostinho, Frei Francisco da Anunciação, que, residente no colégio universitário de Nossa Senhora da Graça, em Coimbra, veio, daí, a desencadear o movimento renovador da espiritualidade que ficou conhecido pelo nome de “Jacobéia”<sup>5</sup>. Este alentejano, nascido em Portel, em 1668, começou os seus estudos na Universidade de Évora e acabou por professar, aos 17 anos, no Convento de Nossa Senhora da Graça, dos agostinhos calçados. Durante o tempo em que esteve em Lisboa, a estudar Filosofia, teria entrado em contacto com Frei Bartolomeu de Quental, e esta relação leva a que alguns autores ponham a hipótese de o oratoriano ter, de algum modo, influência no caminho doutrinário que Frei Francisco escolheria, mais tarde, trilhar<sup>6</sup>. Transferindo-se, depois, para o Colégio da Graça, em Coimbra, onde cursou Teologia, nele veio a tornar-se professor, e tão crítico da disciplina em vigor que chegou a tornar-se “odioso” aos

---

<sup>3</sup> Elisa Maria Lopes Costa, “A Jacobéia. Achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista”, *Arquipélago – História*, 2.<sup>a</sup> série, XIV-XV, 2010-2011, p. 33.

<sup>4</sup> António Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 91.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, pp. 73 e ss.

<sup>6</sup> Elisa Maria Lopes da Costa, *op. cit.*, p. 33.

prelados da casa<sup>7</sup>. Nos finais do século XVII escreveu uma obra, *Vindícias da Virtude*, onde já se compendiam alguns dos princípios e normas que haveriam de consubstanciar os fundamentos doutrinários da Jacobeia, os quais, a partir de 1707, começaram a conquistar adeptos dentro do próprio convento<sup>8</sup>. Com efeito, com início naquela data, o frade começou a dar indícios de uma mudança de postura que o transformaria de ensimesmado, sério e retirado em convivial, alegre e pregador, iniciando, assim, uma transformação destinada a arregimentar seguidores. Os primeiros alvos desta nova atitude prosélita de Frei Francisco da Anunciação foram um mestre e um estudante de artes, bem como um outro religioso, que já se costumavam reunir para conversações devotas no antecoro do convento, um local que adoptou a mesma designação de um outro, usado por um frade graciano de Braga chamado S. Jacobo para as suas meditações e que se chamava, com base no seu próprio nome, “Jacobeia”<sup>9</sup>.

Em termos espirituais, os jacobeus propunham um itinerário que transformasse os homens, que eram “tíbios, imperfeitos, carnis, mundanos e relaxados”, em varões “virtuosos, pios, devotos, espirituais, perfeitos e beatos”, e, para atingir esse estado de elevação, recomendavam um conjunto de exercícios dos quais faziam parte a oração mental, o frequente exame de consciência, a assiduidade nos sacramentos, em particular o da confissão, as jaculatórias, a mortificação, o jejum, as obras de misericórdia, a correção fraterna, o desprezo do mundo e a pobreza e

---

<sup>7</sup> António Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 74.

<sup>8</sup> *Vindícias da Virtude* tem como título completo *Vindícias da Virtude, y escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas dados pelo Tribunal do Santo Officio*; esta obra veio a ser publicada em três tomos pela Officina Ferreiriana, em Lisboa, nos anos de 1725 e 1726.

<sup>9</sup> António Pereira da Silva, *op. cit.*, pp. 64-65. Rafael Bluteau, no seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, aponta, para o termo “jacobeia”, uma outra origem que propõe Lisboa como cenário, mas mantém a matriz de discussão entre um grupo de religiosos que se reuniam junto a uma escada que se comparava à do sonho de Jacob. De referir, ainda, que no IV volume do *Vocabulario*, publicado em 1708, o autor não faz menção do termo “jacobeu”, o qual só surgirá cerca de 1722, no primeiro tomo suplementar do *Vocabulario*, o que significa que, em 1708, o movimento ainda não adquirira a notoriedade de que viria, posteriormente, a gozar. Cf. Evergton Sales Souza, *Jansénisme et réforme de l'Église dans l'empire portugais, 1640 à 1790*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004, p. 188.

austeridade do traje<sup>10</sup>. Apesar do carácter intimista destas práticas, a Jacobeia preocupava-se, também, com as manifestações exteriores do culto, na medida em que só com a demonstração de comportamentos exemplares, *signes visibles d'austerité et pieté*, se poderia alcançar o pretendido efeito de contágio que permitiria alargar o número de seguidores, e é neste contexto que se poderá integrar outra opção também cara à Jacobeia: a da pregação<sup>11</sup>.

De entre todas estas práticas, as mais definidoras do movimento serão, porventura, a insistência na oração mental, apesar de esta não ser, como se viu, pertença exclusiva da corrente, e a frequência da confissão. No que diz respeito à oração mental, definida por Frei Francisco da Anunciação como “um entendimento prático das verdades que podem retrair a vontade de pecar e movê-la para actos de virtude, e um exercício da mesma vontade, pelo qual se actua na detestação do mal e na prossecução e amor do bem”, ela devia ser feita diariamente, durante o tempo que cada um dispusesse para o efeito, e dedicada à meditação sobre a gravidade do pecado, a morte, o inferno, a vida e paixão de Cristo, a ressurreição ou a vinda do Espírito Santo, entre outros temas igualmente sérios<sup>12</sup>.

O sacramento da confissão ocupava, igualmente, lugar de destaque nas devoções da Jacobeia, recebendo o penitente, em troca da arrependida admissão das faltas, a graça divina, razão que explicava o dever de ser cumprido uma vez por semana, ou até mais, se possível. Se os afazeres dos fiéis impedissem esta assiduidade, estipulava-se que nunca se excedesse a periodicidade quinzenal, e se alguém questionasse a razão de tanta insistência, dever-se-ia, segundo Frei Manuel de Deus, explicar que quanto mais vezes se faz qualquer coisa, melhor será a qualidade da execução, e que, se se lavavam as mãos e o rosto várias vezes por dia, nada justificava que à alma se não prodigalizassem os mesmos cuidados<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> António Pereira da Silva, *ibidem*, pp. 123-125.

<sup>11</sup> Evergton Sales Souza, *op. cit.*, p. 193.

<sup>12</sup> António Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 128.

<sup>13</sup> Evergton Sales Souza, *op. cit.*, p. 198. Em complemento desta recomendação, frei Manuel de Deus acrescentava, ainda, que S. João de Sahagum se confessava oito ou nove vezes por dia, chegando S. Boaventura a atingir as catorze confissões diárias. Frei Manuel de Deus era um varatojano jacobeu e autor de uma

Atendendo à relevância de que se revestia a prática da confissão para os jacobeu, melhor se compreende a importância que os seguidores da Jacobeia atribuíam, por um lado, ao exame de consciência, preparação indispensável à boa recepção do sacramento, e, por outro, à figura do diretor espiritual, que normalmente era o próprio confessor. Segundo Frei Francisco da Anunciação, ao “pai espiritual” competia:

dirigir no caminho da virtude a outrem ao que se obrigou por um como contrato oneroso, no qual a pessoa que quer ser dirigida se entrega toda nas suas mãos [...] propondo de lhe obedecer em tudo o que não for contra Deus [...].

Frei Manuel Guilherme, outro jacobeu, afirmava, de forma mais radical ainda, que o diretor de consciência

desempenhava na terra as vezes de Deus para a alma a si confiada”, o que está em perfeita consonância com a segunda máxima da Jacobeia, que postulava que se devia “ter uma total sujeição e obediência cega ao diretor<sup>14</sup>.

Estas máximas da Jacobeia constituem um conjunto de 30 diretrizes a que se deviam sujeitar os membros do movimento e, embora não haja a certeza de terem sido todas escritas pela mão de Frei Francisco da Anunciação, consubstanciam, sem dúvida, o seu modo de pensar e os critérios pelos quais julgava dever orientar-se todo o crente que se identificasse com os propósitos doutrinários da corrente. Para além da já referida, outras se encontram que defendem o “servir a Deus de cara descoberta” (primeira), o não se deixar levar “de afeto ou inclinação natural. Corte-se logo no princípio todo o apego do coração e trato particular originado daí” (nona), o procurar “obrar tudo por conselho de outrem, ainda no que lhe parecer reto” (décima), o ser exacto “na forma do traje” (décima quarta), o não se atemperar “a doutrina ou os ditames dela; saibam que quanto mais tesos e eficazes são, mais atraem

---

obra intitulada *Peccador convertido ao caminho da verdade instruído com os documentos mais importantes para a observância da Ley de Deos, Dedicado ao Rei da Gloria, e Redemptor do Mundo, Jesu Christo Nosso Senhor por Fr. Manoel de Deos, Missionario do Varatojo. Acrescentado nesta ultima Impressão com a Via-Sacra, e várias jaculatorias. Obra muito util e proveitosa, para todo o Christão que quizer aproveitar na virtude e guarda dos Divinos Mandamentos*, editada em Lisboa em 1728, onde se encontra referência transcrita, na p. 73.

<sup>14</sup> António Pereira da Silva, *op. cit.*, pp. 132-133 e 81.

os outros porque eles se casam com a razão e Deus concorre; e atemperados, deitam tudo a perder” (décima sétima), o “antes de obrar, segurem a sua acção, averiguando bem o que devem fazer; e depois não lhes trema a mão nem titubiem na obra” (décima nona), o “cuidar não tanto em fazer como em desfazer” (vigésima sétima), ou, ainda, o unir-se e coligar-se “com quem puder ajudar-nos no serviço de Deus e ter trato familiar com eles, que a isto chamamos jacobeia” (trigésima)<sup>15</sup>.

Este conjunto de intenções reformadoras cedo deu motivo a reacções de vária ordem. Se, por um lado, mesmo no seio da comunidade que o viu surgir, a oposição despontou, tendo Frei Francisco da Anunciação tido de enfrentar obstáculos diversos, que se traduziram em atitudes de contestação que chegaram até à violência física, por outro, a lista dos adeptos também não deixou de aumentar e, em breve, a Jacobeia conquistava adeptos dentro de outras congregações religiosas, nomeadamente os crúzios, os cistercienses, os beneditinos, os carmelitas, os dominicanos, os tomaristas e os franciscanos do Varatojo<sup>16</sup>.

É, precisamente, de dentro deste último instituto que virá a sair uma figura fundamental para a difusão do ideário jacobeu, não só pelo reino, como pelo império português, a ela se ficando a dever o alargar da proposta reformadora desde as dioceses reinóis até às do Brasil e da Índia. Trata-se de Frei Gaspar da Encarnação, um homem com origens na alta fidalguia portuguesa, filho do quinto conde de Santa Cruz, irmão do terceiro marquês de Gouveia e primo do rei, D. João V.

D. Gaspar Moscoso da Silva, assim se chamava ele no século, começou o seu percurso como estudante de Cânones em Coimbra, em cuja universidade se doutorou em 1708. Finalizados os estudos, foi D. Gaspar para Lisboa, servir, primeiro, nos quadros do Santo Ofício como deputado, e depois, como deão, na Sé daquela cidade, e dela regressou a Coimbra para assumir o lugar de reitor da Universidade, em 1710. Findo o mandato de três anos, viu-se reeleito para as mesmas funções, mas, em 1715, a atração pela vida religiosa falou mais alto e decidiu retirar-se da vida mundana e recolher ao Varatojo, onde professou em 1716, passando, a partir desse momento, a designar-se Frei Gaspar da Encarnação. A presença do monarca na cerimónia da sua profissão era

---

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, pp. 81-84.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 117.

já indício da proximidade que existia entre os dois e o seu valimento junto do rei acabou por ser confirmado pelo facto de D. João V lhe ter confiado a educação dos seus bastardos, os “meninos de Palhavã”, e lhe ter entregado, depois, a tarefa de reformar os crúzios, em Coimbra<sup>17</sup>. Mas o lugar de maior destaque da carreira de Frei Gaspar viria a ser o de conselheiro do rei no tocante às escolhas das personalidades que iriam ocupar as mitras portuguesas, sobretudo as ultramarinas. Com efeito, a partir do início da década de 20 da centúria de setecentos, os critérios de provimento episcopal alteraram-se, passando o rei, que, em última análise, era quem decidia, a ouvir atentamente as sugestões que lhe apresentava Frei Gaspar da Encarnação, o qual, como varatojano e jacobeu que era, recrutava os candidatos às mitras de entre os seguidores do movimento a que ele próprio pertencia. Isto mesmo se depreende da afirmação do frade, que em outubro de 1723, dizia que as indigitações que fizera para os bispos do Ultramar tinham deixado de ser “à moda antiga”, o que significava não só que ele desempenhara papel de relevo no processo, como que o próprio processo se tinha modificado substantivamente. Assim, a partir dos anos 20, passaram a ser mais levados em consideração, entre outros fatores, os percursos académicos dos candidatos, a pertença a ordens religiosas e o desempenho de determinadas funções, designadamente na área da docência universitária, o que permite afirmar que, a partir de então, as indigitações para o preenchimento de lugares episcopais se tornaram mais religiosas que políticas<sup>18</sup>.

O perfil que doravante se preconiza está em consonância com a opinião de Frei Francisco da Anunciação, segundo a qual

todos os cristãos de qualquer estado que sejam estão obrigados debaixo de preceito a ser santos, perfeitos, imaculados, espirituais,

---

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, pp. 99-101 e 145. Outros elementos biográficos de frei Gaspar da Encarnação em: Luís Ferrand de Almeida, “Encarnação, Frei Gaspar da”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971; e José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, pp. 508-509.

<sup>18</sup> José Pedro Paiva, *ibidem*, p. 509. De entre os variados bispos que foram providos no contexto da Jacobeia, podem referir-se D. Frei Inácio de Santa Teresa, primeiro, arcebispo de Goa e, depois, bispo do Algarve, D. Frei Luís de Santa Teresa, bispo de Olinda, D. Frei Valério do Sacramento, bispo de Angra, e D. Frei Manuel da Cruz, responsável das dioceses de Maranhão e Mariana, os quais protagonizaram episcopados marcados pela conflitualidade inerente à aplicação dos rigorosos princípios jacobeus.

inocentes, puros, inimigos do mundo, de tal sorte que, se em seus corações admitirem afecto algum contra este preceito pecam grave ou levemente segundo a qualidade da matéria

o que, se aplicado aos bispos nomeados debaixo destes desígnios, só contribuía para que eles assumissem, de acordo com Zília de Castro, “a salvação dos homens como uma missão que lhes havia sido confiada” e, de um modo geral, se entregassem à missão do episcopado com um zelo e um rigor que lhes granjearam mais inimigos que adeptos<sup>19</sup>.

De entre os inimigos dos jacobeus virá, precisamente, a nascer a questão que mais polémica levantou em torno da corrente – o sigilismo. Criticados por muitos pela falta de flexibilidade e intransigência na defesa dos seus ideais e apodados, inclusivamente, de “hipócritas” pelos que consideravam ser impossível levar uma vida conforme ao preceituado defendido, os jacobeus acabarão por se ver envolvidos na acusação feita a alguns confessores, os quais, na ânsia de uma correção mais abrangente dos pecados, forçariam os penitentes a revelar, em confissão, o nome dos cúmplices no erro. Informados destas suspeitas, o cardeal patriarca, D. Tomás de Almeida, e o inquisidor-mor, D. Nuno da Cunha, trataram de expedir documentos em que a prática do sigilismo era severamente condenada, reclamando o inquisidor para si a punição do delito. Esta posição feriu os brios de grande parte dos bispos portugueses, os quais, na altura, eram maioritariamente jacobeus, e deu origem a uma polémica que, perante a posição neutral assumida pelo rei, foi endereçada para Roma, acabando por envolver o papa, Bento XIV. Ainda que não fosse possível provar a existência de práticas sigilistas, a questão agitou os meios religiosos e políticos em Portugal e contribuiu, sem dúvida, para denegrir, ainda mais, a imagem da Jacobeia, a qual, depois do falecimento do rei e de Frei Gaspar da Encarnação, passou a ter de lidar com o regalismo pombalino, entrando em franca decadência<sup>20</sup>.

Mas voltando à década de 20 do século XVIII, momento que marca o início da afirmação do movimento a nível do preenchimento das cáte-

---

<sup>19</sup> Frei Francisco da Encarnação, in *Vindicias da virtude*, apud António Pereira da Silva, *op. cit.*, p. 124; Zília Osório de Castro, “Jacobéia”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 6.

<sup>20</sup> António Pereira da Silva, “Sigilismo”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

dras episcopais, há que referir que os bispos designados cumpriam as novas normas em vigor, quer do ponto de vista dos requisitos sociais e académicos, quer do da adequação ideológica, e é nesse contexto que se integram as nomeações dos dois jacobeus que viriam a governar a Diocese do Funchal, cuja ação se passará agora a analisar mais de perto.

#### D. Frei Manuel Coutinho

Oriundo da pequena nobreza rural, nasceu em Vila Nova de Anços, concelho de Soure, em janeiro de 1673, Manuel Moniz Coutinho, futuro bispo do Funchal, o qual viria, com a idade de 14 anos, a ingressar na Ordem de Cristo, onde professou em 1687<sup>21</sup>. Finalizou a sua formação académica na Universidade de Coimbra, na qual se doutorou em Teologia a 31 de maio de 1699, vindo, de seguida, a ser condutário na mesma instituição<sup>22</sup>. Depois de um período em que desempenhou vários cargos, ainda que não se saiba quais, na sua ordem, foi Frei Manuel Coutinho apresentado como bispo do Funchal a 25 de novembro de 1722, embora a posse, em razão das divergências que então opunham o reino a Roma, só se tivesse dado a 19 de fevereiro de 1725<sup>23</sup>.

Com muito tempo para se preparar, D. Frei Manuel Coutinho pôde escolher uma equipa de colaboradores que o acompanharam desde o reino e que muito o auxiliaram no desenvolvimento e aplicação do seu programa de ação. Desse grupo restrito dos seus “familiares” faziam parte Bernardo Rodrigues Nogueira, canonista, familiar, e depois comissário do Santo Ofício, que já saiu de Lisboa com a categoria de vigário-geral da Sé do Funchal, e Frei Bonifácio de Faria, confrade na Ordem de Cristo, diretor espiritual do prelado e outros elementos da sua casa,

---

<sup>21</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, RP, Soure – Vila Nova de Anços, B1 – (1667-1777), fl. 25v.; ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 66, fls. 421-421v.

<sup>22</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, D. Antonio Caetano de Sousa, *Catalogo Historico das Dignidades Eclesiásticas e Militares do Reyno de Portugal e suas Conquistas, Parte Primeira na qual se trata dos Inquizidores Geraes, dos Arcebispos de Braga, Lisboa, Évora e Bispos seus sufaganeos*, Co. 47, fl. 164v.

<sup>23</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Madeira, Avulsos. Cx. 3, doc. 405. A referência aos cargos desempenhados na Ordem de Cristo é feita por Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, SRTC-DRAC, 1996.

visitador de conventos, examinador sinodal e, finalmente, chantre<sup>24</sup>. Para além destas duas figuras de primeiro plano, ainda integravam a comitiva episcopal um jovem bacharel em Cânones que ainda nem fora ordenado, mas que fez boa carreira eclesiástica na diocese, vindo a ocupar as funções de procurador da mitra, promotor, visitador e cônego. Trata-se do Dr. António Mendes de Almeida, ao qual se juntavam outros clérigos que foram ocupar benefícios eclesiásticos um pouco por todo o arquipélago e que, no seu todo, constituíam parte da casa do prelado, a cujo comportamento as *Memórias dos Acontecimentos Ocorridos no Episcopado do Bispo do Funchal D. Frei Manuel Coutinho*, longo documento que relata as “coisas dignas de memória” que marcaram a ação do bispo à frente da diocese, atribuem o alto valor de exemplo para todos os diocesanos, uma vez que entre os comensais do prelado não havia “rixa nem emulação alguma”, antes se dedicando a praticar uma hora diária de oração mental, a reza do terço, o desempenho silencioso dos misteres do ministério e a ocupação no estudo<sup>25</sup>. A composição e comportamento dos membros deste agregado eram, desde logo, sinal de comunhão de princípios da Jacobeia, e da obediência à trígésima máxima, aquela que recomenda a aliança com aqueles que pudessem ajudar no serviço de Deus, com os quais se devia ter tratamento familiar. Dos contributos desta “casa” para a implementação do programa jacobeu cumpre destacar o auxílio que prestou ao bispo o Dr. Bernardo Rodrigues Nogueira, cuja formação jurídica viria a revelar-se determinante no suporte ao desenvolvimento de um programa de ação em que muitos dos problemas tiveram de ser resolvidos com recurso a tribunais.

Chegado, então, à sua diocese, onde desembarcou a 25 de julho de 1725, D. Frei Manuel Coutinho não demorou a meter mãos à obra, e quinze dias depois já mandara prender um capitão de ordenanças que há anos era visado pelas justiças eclesiásticas, sem que daí tivessem resultado quaisquer medidas concretas. A este primeiro sinal de mudança

---

<sup>24</sup> Ana Cristina Machado Trindade, “Plantar Nova Christandade”: um desígnio jacobeu para a Diocese do Funchal. D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741, Funchal, SRTC-DRAC, 2012, pp. 55-60.

<sup>25</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, doc. 270, *Memórias dos Acontecimentos Ocorridos no Episcopado do Bispo do Funchal, D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1738*, fls. 91-91v.

logo se veio juntar a publicação da primeira, e praticamente única pastoral deste prelado, onde se compendiam os problemas identificados e se preconizavam as medidas a tomar com vista à sua correção, ou seja, no fundo, se traçava um programa de ação a cuja concretização o bispo devotou o melhor dos seus esforços. Do elenco das preocupações referidas pode salientar-se à má prática e ignorância do clero, o incumprimento eclesástico das regras do trajar, a falta de doutrinação dos fiéis, a pouca vigilância sobre matérias de pecados públicos, as omissões nos pagamentos dos legados pios e alguma imoralidade no comportamento dos fregueses. Para corrigir todas estas desconformidades, o bispo, que pontuava o documento com verbos como “mandamos” e “ordenamos”, prometia castigar com “aspereza” todo o desrespeito que se viesse a verificar, quer dos prazos estipulados, quer das determinações em si mesmas<sup>26</sup>.

Depois de clarificar os seus propósitos, D. Frei Manuel Coutinho virou a sua atenção para os problemas mais emergentes, um dos quais se prendia com irregularidades detetadas nas contas do Convento de Nossa Senhora das Mercês, entregue aos cuidados de um dos “principais” da terra, Agostinho de César Berenguer, protetor do dito convento. As averiguações desencadeadas rapidamente concluíram pela veracidade das suspeitas, pelo que o bispo determinou suspender o protetor e entregar a gestão das contas a um dos “familiares” que trouxera do reino, o Dr. António Mendes de Almeida. Este procedimento concitou contra o bispo uma reação em cadeia, na qual se envolveram um cônego da Sé, Bartolomeu César de Andrade, e um vereador da Câmara Municipal, António de Carvalhal Esmeraldo, que, ligados ao prevaricador por laços de parentesco, resultantes da apertada endogamia praticada pela alta sociedade madeirense, optaram por sentir-se ofendidos e logo se posicionaram no lado oposto à fação episcopal.

Daqui resultou uma catadupa de “contradições” levantadas à atuação de D. Frei Manuel Coutinho que o prelado decidiu enfrentar com maior ou menor dureza, mas sempre sem fugir àquelas que entendia serem as obrigações do seu múnus.

Assim, a feroz oposição que lhe foi movida pelo cônego Bartolomeu, e que se traduziu em episódios vários, de entre os quais se salien-

---

<sup>26</sup> Ana Cristina Machado Trindade, *op. cit.*, II parte, cap. 1, *passim*.

tam a acusação proferida na Quaresma de 1726, em sermão pregado do púlpito da Sé, no qual “estando presente o bispo, lhe fez huma satira, e a sua familia”, uma outra insinuação de que “os ministros e oficiais do bispo erão hunz ladrões”, ou a recusa em saudar o prelado, no regresso deste de uma visita ao Porto Santo, acabou por ser punida com a prisão do cónego, ocorrida em 1729<sup>27</sup>. Neste caso, há que registar que o carácter público que o cónego determinou atribuir aos desentendimentos com o bispo e o tempo decorrido entre os primeiros incidentes e o encarceramento do capitular demonstram, da parte do prelado, uma condescendência de que não beneficiaram alguns outros dos seus opositores, os quais viram abater-se sobre si a pesada mão episcopal com celeridade e determinação.

Foi o que se passou com a Câmara Municipal do Funchal, um dos bastiões locais de oposição ao prelado, em relação ao qual já a atuação episcopal se pautou por uma dureza diferente. O catalisador dos conflitos assumiu a forma de um episódio aparentemente inócuo ligado à publicação de um edital no qual o antístite manifestava vontade de que as ruas se encontrassem limpas para a passagem da procissão de *Corpus Christi*, em 1727. Entendendo que o referido edital violava a jurisdição camarária, o senado reagiu com violência, acusando o bispo de ingerência nas suas competências. Como resultado deste diferendo, D. Frei Manuel Coutinho acabou por mandar prender não só o procurador do concelho, mas também António de Carvalho Esmeraldo, o vereador já referenciado pelo parentesco com o procurador das freiras do Convento das Mercês. Os contornos de que se revestiu o processo da prisão do edil, e que incluíram o derrube, à machadada, dos portões do edifício camarário, causaram a estupefação da população que nunca tal vira na cidade, e serviram para firmar os créditos do rigor episcopal<sup>28</sup>.

Por detrás destes acontecimentos, só superficialmente ligados à questão do edital, escondia-se a animosidade dos homens da governança desencadeada pela pressão que o bispo vinha exercendo no sentido do cumprimento de legados pios, processo em que se encontravam envolvidos não só alguns dos vereadores, como o próprio cónego Bartolomeu e o escrivão dos contos António Rodrigues da Silva. Este

---

<sup>27</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, *op. cit.*, fls. 20v-21.

<sup>28</sup> Ana Cristina Machado Trindade, *op. cit.*, pp. 236-252.

último, que se atreveu a desafiar as ordens recebidas para dar contas da execução de um testamento pelo qual era responsável perante as justiças religiosas, acabou por ser excomungado e afastado do lugar que ocupava<sup>29</sup>. A ligação de António Rodrigues da Silva à Provedoria da Fazenda, instituição encarregada, entre outros assuntos, de proceder aos pagamentos ao clero, contribuiu também para fazer juntar às hostes dos opositores de D. Frei Manuel Coutinho o próprio provedor da fazenda, José Rebelo do Padre, que, tirando partido da posição de força advinda da dependência económica em que se encontrava a cleresia, dificultou por todos os meios ao seu alcance o normal processamento dos ordenados e outras contribuições a que era obrigado perante o estado eclesiástico insular e encetou, também ele, uma nova área de conflitualidade, a somar a outras que pontuaram quase todo episcopado<sup>30</sup>.

De entre as instituições com as quais o prelado seriamente se desentendeu, há que referir, ainda, o Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Fundado na sequência de uma promessa feita pelo cónego Henrique Calaça, que assim celebrou a restauração da independência nacional, o mosteiro albergava, nos inícios do século XVIII, uma população de religiosas que professavam a segunda regra de Santa Clara e estavam, em termos familiares, ligadas às gentes da governança e a outros principais da terra. À semelhança do que acontecia um pouco por todo o reino, também neste convento a vocação nem sempre era o primeiro critério a ter em conta na admissão das religiosas, pelo que a tentação de manter os vínculos com o exterior era sentida e materializada na frequência com que as freiras recebiam visitas de amigos e familiares, num desrespeito pelas normas de clausura que não poderia deixar indiferente um bispo rigoroso como D. Frei Manuel Coutinho. Através das informações que facilmente transpunham os muros do convento, iam as freiras sendo informadas do andamento das relações entre o prelado e a Câmara do Funchal, por um lado, e a Provedoria da Fazenda, por outro. Quer uma, quer outra daquelas instituições tinham estreita ligação com o convento, na medida em que, por um lado, havia vereadores familiares das religiosas (era o caso, por exemplo, de vários membros da família Freitas da Silva, comprometidos com ofícios camará-

---

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, pp. 191-202.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, pp. 252-257.

rios e todos parentes da abadessa), enquanto, do lado da Provedoria a relação se estabelecia pela via do padroado do convento, pertencente a Jorge Vieira de Andrade, que também era proprietário do ofício de Provedor da Fazenda e se encontrava temporariamente ausente em Lisboa.

Sabedor da existência dos inapropriados contactos e da muito provável contaminação das freiras pela insatisfação que parte da cidade experimentava em relação ao prelado, este tratou de procurar impedir a continuidade da comunicação, impondo a substituição da porteira da casa conventual, medida que acabou por desencadear a intempestiva rutura da clausura por parte das religiosas, que, perante o pasmo e “escândalo” do povo, se lançaram, a 15 de janeiro de 1727, pela rua abaixo em direção ao paço episcopal. As freiras, que segundo relatava uma carta do senado para o rei, iam com a determinação de apelar ao povo e ao monarca “contra o [...] despotico governo que contra elas se praticava”, foram detidas a “hum tiro de escopeta do palacio episcopal”, frente ao colégio dos jesuítas, tendo sido necessária a intervenção do desembargador José Sequeira do Vale, que, a custo, conseguiu convencer o bispo da necessidade de as freiras se recolherem ao convento “ainda que fosse por modo de engano”<sup>31</sup>. Segundo rezam as *Memorias dos Acontecimentos*, a revolta das religiosas dera-se “por ocazião da reforma que intentou fazer o prelado neste convento, que necessitava muito della”, acrescentando que “bem se pode crer que de fora as aconselharão e promoverão a esse desatino”, ainda que reconhecessem não ser possível provar a última afirmação<sup>32</sup>. De qualquer modo, este depoimento prova que a vontade reformadora de D. Frei Manuel Coutinho estava ativa e se fazia sentir em sectores variados da sociedade madeirense.

Todos estes contenciosos deram origem a inumeráveis processos judiciais, que, na Madeira, eram, em primeira instância, cometidos ao vigário-geral, mas cujas apelações se dirimiam em tribunais do reino. Para a boa condução destes assuntos, e até para a favorável resolução que alcançaram, são incontornáveis as diligências do Dr. Bernardo Nogueira, cuja dedicação à causa do prelado não é demais sublinhar,

---

<sup>31</sup> Arquivo Regional da Madeira, CMF, Liv. 1346, fl. 65v.

<sup>32</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, doc. 270, fl. 18v.

mas que, no entanto, não foram suficientes para impedir o surgimento de algumas dúvidas que se levantavam a D. Frei Manuel Coutinho. No seguimento de uma já referida máxima da Jacobeia, precisamente aquela que recomendava que se procurasse “obrar em tudo por conselho de outrem, ainda no que lhes parecer recto”, o prelado, quando confrontado com questões sobre as quais poderia hesitar no melhor caminho a tomar, não se eximiu de recorrer a autoridades que considerava mais entendidas nas matérias, e é neste contexto que se podem inserir as consultas que endereçou a um desembargador da Relação Patriarcal, ao arcebispo da Baía, a um lente de Prima da Universidade de Coimbra, ao jesuíta Luís Álvares, ou à congregação do Oratório<sup>33</sup>.

As temáticas sobre as quais incidiam as questões eram variadas. Assim, o problema que apresentou ao Dr. Jacinto Robalo Freire, desembargador da Relação Patriarcal, versava sobre a melhor forma de abordar os pecados públicos, pois, ao chegar à diocese, deparara-se com uma multidão de “reos impunidos, assim clérigos como leygos, ainda depois de sentenciados”<sup>34</sup>. Na resposta, o desembargador aconselhava o bispo a agir primeiro com admoestações, as quais, se não resultassem, deveriam, então, ser substituídas por prisões e excomunhões<sup>35</sup>.

Devidamente respaldado por esta informação, pôde o bispo passar à ação, cujos resultados se podem analisar a partir de um documento intitulado “Rol das Culpas”, no qual se encontram infratores, infrações e castigos, inseridos num período de tempo que vai de 1687 até 1727. O facto de o início do registo ser muito anterior ao episcopado de D. Frei Manuel Coutinho permite extrair algumas conclusões acerca do modo como a aplicação das justiças eclesiásticas se alterou com a chegada do prelado. Assim, a um total de 986 condenações (ainda que não esteja garantido o seu cumprimento) registado até meados de 1725, e que correspondem, portanto, a episcopados anteriores, seguem-se 239 já da responsabilidade do prelado, sendo que a fronteira entre os dois períodos se estabelece por uma mudança de caligrafia. Uma contabilização simples destes dados permite concluir que a média de condenações obtidas antes da vinda do bispo jacobeu era de 29,3 ocorrências por

---

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 288.

<sup>34</sup> *Idem, Memórias...*, fl. 9.

<sup>35</sup> Arquivo Diocesano do Funchal, cx. 4, doc. avulso.

ano, ao passo que, na vigência do novo episcopado, esse valor se altera para 65,3. A título de exemplo, e considerando o universo particular dos clérigos apanhados pelas malhas da justiça, constata-se que, de um total de 50 eclesiásticos arrolados, 32 foram sentenciados antes dos meados de 1725, sobrando, pois, 18, que foram penalizados nos dois anos e meio em que, no Rol, se registam as ocorrências em tempo de D. Frei Manuel. Dito de outro modo, passa-se de 1,15 clérigos condenados por ano até 1725, para um valor de 3,6 no período subsequente, o que é, por si só, indicativo de um claro aumento de rigor na punição, compatível com o cumprimento de outra das máximas da Jacobeia, no caso a que determina que antes de agir se deveria “segurar” a ação averiguando bem o que fazer, mas depois “não lhes trema a mão nem titubiem na obra”<sup>36</sup>.

Outra perspectiva de análise que pode ser utilizada para estabelecer a ligação entre o *modus operandi* de D. Frei Manuel Coutinho e a Jacobeia assenta na importância que este conferia a práticas devocionais caras aos jacobeus. Um padre, Sebastião Pereira, numa carta que enviou ao bispo no âmbito de um processo de averiguações em curso, queixava-se de estar sozinho e de lhe ser muito difícil acudir aos doentes, fazer doutrina, celebrar sacramentos, confessar e, além disso, ter de rezar o “terço, a oração mental, correr a via sacra”, o que vem demonstrar que as instruções recebidas pelos párocos apontavam, com certeza, para a realização daquele conjunto de devoções. No Porto Santo, em sede de visitação, o visitador voltava a sublinhar a importância da oração mental, enquanto em São Jorge, em 1728, se admoestava o vigário pela pouca atenção que devotava a “cantar, rezar o terço e a ladainha”, pelo que se pode concluir que os esforços episcopais efetuados no âmbito das devoções seguiam de muito perto aquilo que os mestres da Jacobeia propunham. No tocante, por outro lado, à importância de que se revestia a confissão, sacramento por excelência daquela corrente de espiritualidade, ela fica patente numa espécie de balanço do episcopado vertido perto do fim das *Memorias dos Acontecimentos*, em que especificamente se declara que “emendarão muitos a vida por meio de uma confissão bem feita com a ocasião de confessores estranhos que he o mayor bem que se pode mandar as freguezias do campo”, o que, por sua vez, remete para outra das preocupações caras ao ideário jacobeu –

---

<sup>36</sup> Ana Cristina Machado Trindade, *op. cit.*, pp. 89-91.

as missões de interior e a pregação. De acordo com o texto das *Memo-rias*, D. Frei Manuel Coutinho não só pregou pessoalmente repetidas vezes nas freguesias e na catedral, como zelou por que se enviassem pregadores aos lugares mais recônditos das ilhas, para onde, em contexto de visita, “regularmente vão outros sacerdotes regulares ou seculares” para fazerem ao povo “huma ou mais praticas”. Da sua própria atividade parenética dava o bispo conta ao papa no relatório da visita *ad sacra limina* de 1735, no qual afirmava: “[...] segundo as minhas forças [...] a pregação de Deus frequentemente se realiza tanto na cathedral como nas povoações suburbanas e do campo, nas quais eu exerço este munus.” E, se mais não fazia, era porque “o impedião as suas continuas enfermidades”<sup>37</sup>.

Desgastado pelas polémicas, ainda que satisfeito com os resultados obtidos, pois considerava que o bispado se via agora com “muita diferença em todas as materias e pontos”, o prelado abandonou a Madeira, em 1741, por ter sido promovido para o bispado de Lamego. Partiu doente, mas, com certeza, com a tranquilidade de consciência que lhe advinha da convicção de ter cumprido o desígnio que para si próprio traçara de “plantar nova christandade” num território que recebera em condições que muito o haviam afligido.

#### D. Frei João do Nascimento

Chegado à Madeira a 4 de setembro de 1741, D. Frei João do Nascimento trazia consigo para o governo da diocese toda uma experiência de vida que, de algum modo, o preparara para o exercício daquelas funções. Nas- cido em Lisboa em 1684, cresceu no seio de uma família piedosa que, desde cedo, o habituou ao cumprimento de estreitos princípios religiosos, à frequência da confissão e comunhão e à prática da oração mental, ou seja, a uma vivência eminentemente jacobea. Terminada a sua educa- ção em Humanidades, na corte, logo se transferiu para Coimbra, em cuja universidade se veio a doutorar em Cânones, e na qual se tornou profes- sor<sup>38</sup>. Apesar de estar colocado como docente e de lhe ter sido oferecido o

---

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, pp. 307-309.

<sup>38</sup> Frei Manuel de Maria Santíssima, *Historia do Real Convento e Seminario de Varatojo*, vol. II, Porto, Of. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1800, pp. 240-241.

lugar de mestre-escola na Sé de Évora, o apelo que sentiu pela vida monástica fez com que abandonasse a carreira secular, recolhendo-se ao convento franciscano do Varatojo, onde professou em maio de 1714, e onde, igualmente, se cruzou com Frei Gaspar da Encarnação, membro da mesma comunidade a partir de 1715.

No convento, cedo se distinguiu pelos dotes de confessor e pregador, pelo que rapidamente os seus superiores entenderam que o deveriam mandar, pelo país, a missionar e confessar, e nessas tarefas se empregou o frade durante anos, até que, em 1734, e já de regresso ao Varatojo, viu serem-lhe confiadas as missões, primeiro de presidente do seminário, e depois de guardião da comunidade.

Em 1740, D. João V, naturalmente por conselho de Frei Gaspar da Encarnação, decidiu chamá-lo a assumir as funções de bispo do Funchal e, não tendo os protestos com que se procurou eximir daquela responsabilidade tido sucesso, acabou o frade por ser confirmado no lugar a 5 de março de 1741, na patriarcal de Lisboa<sup>39</sup>.

O modo como D. Frei João do Nascimento se virá a desincumbir das funções episcopais é diverso do seguido pelo seu antecessor. Com efeito, apesar de comungarem das mesmas raízes ideológicas, os processos utilizados para a implementação do ideário jacobeu no território à sua responsabilidade foi diferente, tendo o varatojano optado por seguir uma via menos autoritária e conflituosa que a de D. Frei Manuel Coutinho.

Ainda antes de deixar o reino, D. Frei João do Nascimento já virava a sua atenção para as primeiras medidas que pretendia tomar e, para o efeito, fez integrar na sua comitiva dois irmãos do Varatojo que com ele vieram para a Madeira com a missão de pregar na cidade e no interior quer desta ilha, quer da do Porto Santo. A qualidade das escolhas do bispo pode, até, aferir-se pelo que aconteceu a um dos frades, Frei Lourenço de Santa Maria, que, encontrando-se em missão no Porto Moniz, aí recebeu o convite para o lugar de arcebispo de Goa, ficando, assim, demonstrado o cuidado que D. Frei João do Nascimento punha na boa execução daquela que era, igualmente, grande preocupação dos jacobeus – a pregação<sup>40</sup>. O resultado deste labor parenético traduziu-se,

---

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 247.

<sup>40</sup> Alberto Artur Sarmiento, *Ensaios Históricos da minha terra: (Ilha da Madeira)*, vol. II, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1947, p. 188.

segundo o autor da Crónica do Varatojo, em “inumeráveis conversões”, afirmação que só é inteligível se se considerar a “conversão” como adesão ao ideário da Jacobeia, já que outra asserção não faria sentido numa terra cristã desde sempre<sup>41</sup>.

Ao contrário do seu antecessor, este prelado produziu diversas pastorais em que veiculava o seu pensamento, às vezes de forma geral, às vezes de forma temática. Assim, o primeiro texto deste género que se publicou em tempos do seu episcopado tem a data de 5 de janeiro de 1742 e abraça uma quantidade de questões que, no momento, preocupavam o bispo, de entre as quais avultam as relacionadas com o comportamento do clero, que se queria exemplar, o cuidado com a doutrinação dos fiéis, a importância da transmissão de bons costumes, o respeito devido aos superiores, o apropriado traje eclesiástico, as devoções a Nosso Senhor e aos santos, a obrigatoriedade da residência, e a vigilância sobre o pecado público. A acrescentar a isto, ainda se destaca o muito jacobeu cuidado com a confissão, para cujo exercício se obrigava os clérigos ao estudo da Teologia, após o que teriam de se apresentar a exame para que se averiguasse se tinham ou não condições para continuar a desempenhar aquela função. Além disto, os clérigos de ordens menores e outros estudantes que se quisessem promover a ordens maiores eram, igualmente, obrigados a frequentar as aulas de moral no colégio dos jesuítas, sem cujo parecer não poderiam ascender na carreira eclesiástica<sup>42</sup>.

Poucos meses depois, em maio do mesmo ano, D. Frei João do Nascimento voltava a publicar outra pastoral, desta vez dirigida à necessidade de ouvir missa nos dias de preceito, e a lembrar aos clérigos a obrigação de participar nas procissões, começando, aqui, a revelar aquela que será uma das mais distintas marcas deste episcopado – o cuidado posto na compostura exterior de todo o edifício religioso, que o bispo considerava indispensável à correta veiculação da mensagem<sup>43</sup>. Nesta mesma senda cabe integrar a pastoral de 1743, virada agora para as proibições do uso de anéis ou outros atributos de luxo a todos os clérigos que os não pudessem exhibir como marca de estatuto, bem

---

<sup>41</sup> Frei Manuel de Maria Santíssima, *op. cit.*, p. 248.

<sup>42</sup> Arquivo da Cúria Diocesana do Funchal, cx. 45, doc. 17.

<sup>43</sup> Arquivo da Cúria Diocesana do Funchal, cx. 45, doc. 18.

como a renovada insistência nas cores, tecidos e outros atributos do traje religioso<sup>44</sup>. Neste mesmo ano de 1743, o prelado, em visita a São Pedro, deixava um longo provimento, em que, por mais de uma vez, sublinhava a importância da boa ordem nas procissões, deixando pormenorizadamente descrita a forma como se haviam de organizar, desde a saída da igreja, até à reentrada no templo, a isto acrescentando, ainda, instruções sobre a boa maneira de se desenrolarem os ofícios divinos<sup>45</sup>. Igual preocupação com o cerimonial transparece em 1753, numa pastoral que inclui um novo regimento para a Sé Catedral, o qual se mostra muito atento a questões de precedência, ao respeito pela hierarquia e pela ordem em todos os rituais litúrgicos<sup>46</sup>.

Em 1746, o prelado, naquela que era a sua quinta carta pastoral, abordava a questão do sigilismo. Segundo D. Frei João do Nascimento, tinha chegado à sua mão um Breve de Bento XIV onde o papa condenava o “abominável, pernicioso e repreensível costume” de os confessores procurarem extorquir dos penitentes dados relativos aos seus cúmplices, pelo que se via o bispo compelido a dirigir-se aos seus fiéis, primeiro, afirmando que não lhe constava que na diocese houvesse algum dia ocorrido a prática condenada e, segundo, exortando os confessores a que “solicitem e procurem com a mais verdadeira e Pastoral charidade o bem espiritual dos penitentes”, sem lhes fazer “oneroso o saudavel sacramento da penitencia sem mais perguntas que as necessarias”<sup>47</sup>. Terminava o texto com as habituais indicações de que se afixasse na porta da Sé e se publicasse nos livros de provimentos das diversas paróquias, e isto foi tudo aquilo que na Madeira se sentiu da grave polémica que, a nível do reino, abalou vários prelados, o patriarca e a Inquisição.

Em 1744, as pastorais atenções do prelado tinham-se, por seu lado, virado para o problema, antigo e nunca resolvido, do incumprimento dos legados pios. Esta questão era particularmente cara ao bispo, que, no teor deste texto, manifestava o desejo de ver remidas as dívidas e apresentadas certidões disso mesmo, designadamente aquelas que deve-

---

<sup>44</sup> Arquivo da Cúria Diocesana do Funchal, cx. 45, doc. 19.

<sup>45</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, L<sup>o</sup> / liv. 724, fls.141-145.

<sup>46</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, L<sup>o</sup> / liv. 122, fls. 20-27v.

<sup>47</sup> Arquivo Regional da Madeira, APEF, L<sup>o</sup> / liv. 724, fls. 131-132v.

riam ser passadas pelo juiz do Resíduo Secular, personagem com quem a Igreja dividia as responsabilidades nesta matéria<sup>48</sup>. Atendendo a que o referido juiz parece não ter levado em conta as admoestações do bispo, este acabou por determinar que a Igreja chamasse a si, em exclusivo, o problema, ignorando os meses em que a lei determinava que pertenciam ao juízo secular. Esta atitude valeu-lhe a apresentação de uma queixa nos tribunais do reino, cuja resolução, apesar de favorável às pretensões do prelado, não impediu que entre as duas partes se continuassem a registar problemas de relacionamento.

Para todos os efeitos, contudo, decorreu o episcopado de D. Frei João do Nascimento de forma muito mais pacífica que o do seu antecessor, o que vem demonstrar que, apesar da comunhão de ideais da Jacobea, apesar do grau de rigor defendido pela corrente, apesar de, em muitos casos, o exercício do poder por parte de prelados jacobeus ter sido marcado pela conflitualidade, esta não constituía condição *sine qua non* para o desempenho do ofício de bispo, conforme se pode comprovar a partir do modo que D. Frei João do Nascimento encontrou para se desincumbir das pesadas tarefas que foram confiadas.

---

<sup>48</sup> Arquivo Diocesano do Funchal, cx. 45, doc. 20.



# História política e institucional da Madeira (séculos XIX e XX): Temas e problemas<sup>1</sup>

Paulo Miguel Rodrigues

Universidade da Madeira  
Centro de Competências de Artes e Humanidades (CCAH)

---

Permitam-me que comece por enaltecer não só a presente iniciativa, assim como o projeto onde esta se insere, ou seja, este *Que Saber(es) para o Século XXI?: História, Cultura e Ciência na Madeira* e, acima de tudo, louvar a circunstância de me parecer que será – finalmente! – desta vez que se vai conseguir concretizar um projeto que apesar de não ser inédito, ganhou uma dimensão impar (ou até talvez seja inédito, tendo em conta a dimensão que se lhe deseja e está a dar).

Aliás, numa perspetiva histórica, é interessante verificar que este desejo de síntese (que teve sempre, inevitavelmente, um significado político) se revela e impõe como uma necessidade de interpretar e realizar uma essência. Foi assim com a *Zargueida* (1806) ou com a *Georgeida* (1819), de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, editadas num dos mais complexos períodos de transição da História da Madeira, como foi o primeiro quartel do século XIX, assunto que aqui, como é óbvio, me abstenho de desenvolver.

Algo semelhante se passou um século depois, com o *Elucidário Madeirense*, obra conjunta (apesar de encimada pelos nomes do Padre Fernando Augusto da Silva e do Eng.º Carlos de Azevedo de Meneses), *Elucidário* que começou a ser efetivamente preparado no início do século XX, nos anos finais da monarquia, mais uma vez num período de transição na vida política e institucional madeirense, mas que depois só se concretizou (os seus dois primeiros volumes) no início dos anos 20, novamente em período de crise e, neste caso, de intenso fervor autono-

---

<sup>1</sup> Este texto representa apenas a versão escrita, ainda que revista, da comunicação oral apresentada no Simpósio. Isto significa que, entre outros elementos, me abstenho de mencionar muitas das referências bibliográficas e/ou outras, às quais, num artigo de carácter académico, estaria obrigado.

mista, em parte associado às comemorações do 5.º Centenário do que então se chamava a *Descoberta* da Madeira.

E assim também aqui estamos nós, hoje, tentando responder, uma vez mais, a uma exigência, de novo em tempo de crise múltipla (como são todas as crises agudas, que não se devem resumir às simples e primárias explicações/soluções económico-financeiras), uma crise múltipla que se verifica à entrada ou já dentro de uma 4.ª República portuguesa.

Dito isto, cumpridos estes pontos prévios, procurarei ser sintético, começando por dizer que interpretei esta iniciativa (e, nela, a minha intervenção) numa dupla perspetiva:

– por um lado, enquanto coordenador de uma das áreas científicas definidas (no meu caso intitulada *Madeira Global*);

– por outro, também como autor de diversos verbetes/entradas que, sendo da minha área de especialidade (a História e, em particular, a História Contemporânea), se irão inserir em áreas científicas que não aquela que coordeno.

Neste sentido, aquilo que aqui apresento não é mais do que uma brevíssima síntese/ideia, quer dos verbetes/entradas que irei coordenar, quer dos temas e dos problemas que considero essenciais para a compreensão da História da Madeira dos séculos XIX e XX numa perspectiva política e institucional.

De um dicionário enciclopédico espera-se, como se sabe (não se pode esperar outra coisa, porque é esse o seu espírito), uma obra de síntese, um “ponto da situação” a respeito de um determinado assunto, um “estado da questão” ou um pouco mais, eventualmente, em alguma área do saber.

É certo que também se pretenderá dar um “salto em frente” (esperemos que não para um abismo...), nem que seja para apresentar a um grande público um conhecimento que, em muitos dos casos, só circula no(s) meio(s) académico(s). De uma forma geral, contudo, não se pode pretender – suponho eu – que os colaboradores avancem apressadamente para os arquivos ou para a análise de fontes primárias, para daí fazerem nascer um dicionário enciclopédico.

Enfatizo este aspecto, exactamente porque considero que nele se encontra um dos principais obstáculos para a compreensão dos séculos XIX e XX na Madeira e para a sua expressão concreta no *Dicionário*.

Porquê? Desde logo, porque faltam investigação e estudos. Apesar de nas últimas duas ou três décadas muito se ter publicado a respeito destes duzentos anos (vejam-se os colóquios e congressos organizados pelo CEHA (Centro de Estudos de História do Atlântico) e, mais recentemente, as iniciativas da Universidade da Madeira, em particular no âmbito dos diversos mestrados nas áreas das Arte e Humanidades), muito ainda há por fazer, pois muito há por investigar, compreender e explicar. Mais: muito também há ainda por rever.

Haverá sempre, como sabemos, coisas por fazer, mas no que à História Contemporânea Madeirense diz respeito são muitas as lacunas, que, esperemos, não sejam impeditivas da apresentação de sínteses aceitáveis e suficientes. Por outras palavras: se estas ausências podem ter vantagens (apresentaremos sempre alguma coisa nova), também nos impõem limites e dificuldades acrescidas para a realização de textos que respeitem integralmente o espírito de um *dicionário enciclopédico*.

A Madeira que se começou a construir a partir de 1974-1976, em particular as vias política, institucional e administrativa que se definiram para restabelecer e fortalecer a unidade nacional e, ao mesmo tempo, concretizar o exercício legítimo da soberania portuguesa no espaço insular madeirense (como no passado quase sempre também se fez), esta Madeira, que deixou de ser um arquipélago *adjacente*, para se tornar numa *Região Autónoma*, em muito contribuiu para a abertura de novos horizontes, e são exatamente estes que, por exemplo, nos permitem estar hoje aqui (num hotel inaugurado a 3 outubro de 1976).

Tudo isto significa, portanto, que grande parte da História política e institucional da Madeira durante os séculos XIX e XX se vai construir em redor e segundo o teor das relações entre três poderes, assim como dos múltiplos interesses que aquelas e estes refletiam, constituíam e caracterizavam:

- o *poder central* (do poder executivo, das Cortes, dos governos, das Assembleias, dos reis e dos presidentes da república e até de pelo menos um presidente do Conselho);

- o *poder local* (dos municípios e das diversas juntas);

- mas, acima de tudo, aquele que designo por *poder insular*, exercido pelos governadores e capitães-generais desde as guerras napoleónicas, pelos governadores civis, pelos corregedores, pelas Juntas (desde a Junta da Fazenda, criada em 1775, à Junta Regional, instituída em

1976, de que se comemora, aliás, depois de amanhã – a 3 de fevereiro de 2014 –, o 38.º aniversário), sem esquecer essa síntese que foi a Junta Geral, ou o que é hoje o Governo Regional. Um poder *insular* que não deve ser confundido, portanto, com qualquer dos poderes locais.

Uma História que, assim, nos vai levar, inevitavelmente, à(s) ideia(s) e ao(s) conceito(s) de “Autonomia”, mas também a entradas como “Adjacência” (esse conceito inédito e artificial, expresso pela primeira vez na *Constituição Portuguesa*, de 1822 e que persistiu até 1974/76), assim como a outros verbetes, tão diversificados como: “Alçadas”, “Asilo”, “Atlântico”, “*British Factory*”, “Grandes Guerras”, “Napoleão Bonaparte”, “Estado Novo”, “Gibraltar”, “Guerras civis”, “Independência”, “Ocupações” e “*Tomada britânica*”. Até nos vamos debruçar sobre a “*Madeirensidade*”. Tudo isto sem esquecer:

– várias personalidades, que exerceram as funções de governador e capitão-general ou de governador civil, assim como muitas outras (todas elas já falecidas – e este foi, aliás, um dos princípios definidos pelos coordenadores) que marcaram a vida madeirense durante os séculos XIX e XX. Bastam-nos breves exemplos para se aferir da sua multiplicidade: do pastor Kalley a Salazar, passando por João Francisco de Oliveira e pelo seu filho, João Gualberto, Conde do Tojal e ministro de Estado; por aquele que terá sido o mais conhecido e influente cônsul britânico, Henry Veitch, ou pelo já referido Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, autor da *Zargueida*, preso e deportado por razões políticas;

– cargos e funções (“Juiz conservador britânico”, para além dos já mencionados);

– datas (o muitas vezes esquecido “21 de Janeiro de 1821”, por exemplo);

– países e empresas (neste caso a “*Royal Mail Packet*”).

Mas a área científica *Madeira Global* também pretenderá ser, a partir da sua base política e institucional, a síntese das inter-relações do Arquipélago madeirense com aquilo que lhe é exterior.

Daí outros tantos verbetes, que vão desde o A de “Açores”, “Aeroporto”, “Arquivo Regional”, “*Atlântida*” (o programa de televisão) ou “Alemanha”, até ao U de “Universidade” (da Madeira), ao V de “Venezuela” e ao Z da sempre presente “*Zargueida*”, passando pelo B de “Brasil”, pelo C de “Cabo Verde”, de “Canárias” e de “Califórnia”, que assim nos conduzem ao D de “Diáspora” e ao E de “Emigração” ou de

“Europa”; ao F de “Flandres”; ao G de “Globalização” ou de “Grandes Guerras”; ao H de “Hawaii”; ao I de “Independência”; ao J das “Juntas” ou de “Jersey”; ao L de “Literatura Madeirense”; ao M de “Macaronésia” ou de “Marítimo”; ao N de “Nacional”; ao O de “Ocupações”; ao P de “Porto”; ao R de “República”; ao S de “Suriname”; ao T de “Teatro” ou de “*Tchiloli*”; sem esquecer, pelo caminho, os múltiplos títulos de periódicos (revistas e jornais) madeirenses ou feitos por madeirenses, assim como vários clubes e associações de diferente carácter.

Quero terminar este brevíssimo texto com o espírito com que o comecei, mas agora citando palavras que se podem ler na folha de apresentação deste *Que Saber(es) para o Século XXI?*: está a decorrer “uma das maiores operações de investigação de sempre sobre História, Cultura e Ciência no/do arquipélago madeirense” (permitam-me que diga que, se for bem sucedida será, sem dúvida, a maior). É com muita honra e orgulho que dela faço parte.

Faço votos para que tenhamos todos – todos aqueles que neste esforço hercúleo participam ou venham a participar – consciência plena da responsabilidade que assumimos e a que estamos obrigados. Saibamos, portanto, honrar a História da Madeira e a memória dos madeirenses e de todos aqueles, a maior parte deles já desaparecidos, que com a sua investigação e o seu estudo, permitiram que chegássemos a este ponto, “anões aos ombros de gigantes”, desejosos de construir a verdade, que será sempre, como se sabe, inevitavelmente, a *nostra* verdade, não mais do que a verdade do nosso tempo.

Que este nosso esforço contribua para alimentar o “orgulho de ser madeirense” (parafraçando o título de um livro do P.<sup>e</sup> Eduardo Nunes<sup>2</sup>) e, já agora, que concorra, na perspetiva da História, da Política e das Instituições, para (re)colocar o nosso Arquipélago no quadro da Historiografia Portuguesa, que inúmeras vezes tem dado demonstrações concretas do quanto nos ignora, pensando que nos conhece. E terá de ser também um contributo para a (re)colocação da Madeira nos espaços atlântico e europeu.

Ora, para que tudo isto se concretize, para que esta (re)colocação se verifique, é necessário primeiro cumprir com um aforismo clássico:

---

<sup>2</sup> Eduardo Nunes, *Porque me orgulho de ser madeirense*, Funchal, Tipografia Esperança, 1951, p. 125.

“conheçamo-nos a nós mesmos” e, ao fazê-lo, ao procedermos a esta tomada de consciência, “ultrapassemos o que somos”, lancemos pontes e estabeleçamos as ligações necessárias para a concretização de uma *Insularidade Nova*, como necessariamente terá de ser a insularidade do e para o século XXI, de efetiva abertura (e não de encerramento), de comunhão (e não de exclusão), sempre conscientes de que fazemos parte de um Todo.

# Protestantes e evangélicos na Ilha da Madeira: História da afirmação de uma experiência marginal

Simão Silva

Universidade de Aveiro

---

## Introdução

Ao longo dos últimos séculos, a par dos judeus e muçulmanos, as minorias religiosas denominadas por protestantes e evangélicos ocuparam histórica e socialmente lugares marginais, conviveram com estigmas e foram excluídos do mercado valores simbólicos, que “quotizaram” a sociedade em primária e secundária. Razões de ordem geográfico-social (periferia da Europa) bem como do domínio político-religioso (Tribunal da Inquisição) ajudam a explicar, entre outros aspetos, a dificuldade na divulgação e influência do pensamento reformado protestante entre nós<sup>1</sup>.

A presente comunicação, *Protestantes e evangélicos na Ilha da Madeira: História da afirmação de uma experiência marginal*, além de elaborar uma análise à história dos protestantes e evangélicos na Ilha da Madeira, tem como objetivo fazê-la à luz do seu enquadramento social. Tratando-se de uma pesquisa em curso, pretende-se fornecer aqui apenas as linhas de força que nos orientam quer no aprofundamento do tema quer no exame particular às condições da sua marginalidade. Com efeito, o que se tenta aqui esboçar são apontamentos históricos que deverão ser entendidos, por um lado, como caminhos de uma acurada reflexão ainda em curso, por outro, como representações sociais ou crenças que o senso comum estabeleceu no que respeita a este campo religioso. A comunicação está dividida em duas partes: Na primeira,

---

<sup>1</sup> Em *Portugal na Balança da Europa*, Almeida Garrett faz referência do prejuízo sofrido por não termos tido maior conhecimento e influência da Reforma. Cf. Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

arriscamos uma definição dos conceitos associados às representações *protestantes* e *evangélicos*, e lembramos alguns casos paradigmáticos que podem ajudar-nos a estruturar as fronteiras deste domínio religioso. Tendo presente a realidade social, na segunda parte pretendemos compreender a *marginalidade* associada às representações sociais destas minorias religiosas como uma característica identitária.

## 1. *Protestantes e evangélicos: Do preconceito ao conceito*

Antes de avançarmos na análise importa sublinhar que não é nosso propósito desenvolver aqui qualquer proposta de arrumação ou classificação do cristianismo protestante ou esboçar uma História da Teologia Cristã Evangélica na ilha da Madeira<sup>2</sup>. Bem pelo contrário! Enquanto objeto de estudo, propomos que os conceitos *protestantes* e *evangélicos* sejam aqui entendidos como representações sociais, teorias

---

<sup>2</sup> Embora não tenhamos a pretensão de resolver aqui a complexa definição das identidades protestantes e evangélicas, considerando o enquadramento social (institucional) registamos, entre outras possíveis, a proposta de Helena Vilaça. A seu ver, elas podem ser definidas pelo facto das igrejas pioneiras protestantes terem aderido ao movimento ecuménico internacional e integrado o Conselho Mundial de Igrejas; em contrapartida, as igrejas associadas na Aliança Evangélica podem ser identificadas pela rejeição do ecumenismo e da participação naquela organização (Cf. Helena Vilaça, “Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal”, *Sociologia: revista da Faculdade de Letras do Porto*, Série I, vol. 7, 1997, p. 38). Todavia, lembramos que a reação ao liberalismo teológico remonta aos finais do séc. XIX e às novas correntes cristãs no seio do protestantismo. Caracterizaram-se pelo regresso às origens, aos fundamentos da fé, nomeadamente à doutrina da revelação contida no texto bíblico e à infalibilidade do mesmo, questionada pela Teologia liberal. Conhecidos como *Fundamentals*, Alfredo Teixeira refere que o termo designa “os critérios de autenticidade cristã, ou seja os critérios de ortodoxia” (Cf. Alfredo Teixeira, *Entre o crepúsculo e a aurora: modernidade e religião*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1997, pp. 110-111). O Fundamentalismo surge assim contra o ceticismo liberal em defesa da especificidade da revelação bíblica. Gundry esclarece que “à medida que o liberalismo cresceu e o fundamentalismo veio a ser um movimento mais unificado e articulado, os conflitos e as escaramuças, grandes e pequenas, continuavam a seguir o decurso dos estudos bíblicos. Os liberais argumentavam que as Escrituras, como documento humano, eram sujeitas a forças humanas comuns na sua composição. Os fundamentalistas argumentavam que a inspiração divina das Escrituras os isentava de muitos de tais fatores puramente humanos” (Cf. Stanley Gundry, *Teologia Contemporânea*, São Paulo, Mundo Cristão, 1983, p. 27).

do senso comum que resultam das experiências e crenças de um grupo e a partir delas estabelecem percepções de outro<sup>3</sup>. Enquanto percepções elas têm a função de “resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade”<sup>4</sup>. Neste sentido, sugerimos que o termo *protestantes* seja aqui compreendido como uma representação social na medida em que o conceito foi forjado para atribuir significado àqueles que, na dieta de Espira em 1529, protestaram pela liberdade das ideias e culto da Reforma perante o Catolicismo e a Contra-Reforma. Ancorada num contexto histórico e social, específicos da História do cristianismo, esta representação passou a ser difundida não só para classificar os seguidores do luteranismo mas também todas as outras seitas dissidentes do catolicismo<sup>5</sup>.

Se o termo *protestantes* nasce de uma classificação elaborada pelos seus opositores, em contrapartida a designação *evangélicos* surge como um aprofundamento identitário, um conceito que deverá refletir a autoconsciência evangélica. Em consequência do apelo de retorno ao Evangelho, desde os primórdios, luteranos e calvinistas se autorrepresentam como cristãos “evangélicos”, demarcando-se e distinguindo-se assim da tradição cristã católica. Atenda-se, por exemplo, à autodenominação dos movimentos pioneiros do protestantismo portugueses. A igreja luterana ou reformada, que a par dos 250 anos de presença em Portugal celebrou recentemente 25 anos de existência na Ilha, designa-se por Igreja *Evangélica* Alemã. Concomitantemente, os calvinistas, cujas origens entre nós remontam a 1838 e ao trabalho iniciado na Ilha da Madeira pelo médico escocês Robert Kalley, denominam-se Igreja *Evangélica* Presbiteriana de Portugal. São ainda exemplo as centenárias Igreja *Evangélica* Metodista

---

<sup>3</sup> Serge Moscovici, *As Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.27.

<sup>4</sup> Sobre a função das Representações Sociais Vala e Castro acrescentam ainda que elas atribuem significado ao mundo e aos outros: Jorge Vala e Paula Castro, “Pensamento Social e Representações Sociais”, in Jorge Vala e Maria Monteiro (coord.), *Psicologia Social*, 9.<sup>a</sup> ed, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 569-602.

<sup>5</sup> Note-se, contudo, que em alguns exemplos ocorridos na Madeira a acusação elaborada nos autos pelo Tribunal da Inquisição não é designada de protestantismo mas por heresia de luteranismo. Do mesmo modo, os primeiros protestantes são rotulados como “seita calvinista” (Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, 4.<sup>a</sup> ed., 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978).

Portuguesa (1873) e Igreja Católica *Evangélica* Lusitana (1880), uma obra iniciada em 1838 por sacerdotes e leigos em rotura com as decisões do Concílio Vaticano I.

Além destas igrejas protestantes se identificarem como evangélicas, um outro conjunto de reformadores também se reclamaram herdeiros da “herança evangélica”. Inconformados com a reduzida amplitude das críticas realizadas aos dogmas e práticas católicas, empreenderam por uma reforma mais profunda. Uma divergência que ficou conhecida como Reforma ou protestantismo radical<sup>6</sup>. Afirmaram a sua identidade mediante a crítica a outros aspetos como a união das igrejas com os estados, o batismo infantil e destacaram-se ainda pelo ênfase à experiência da regeneração<sup>7</sup>. Em Portugal os “descendentes” desta disposição religiosa (que aqui ousamos considerar de segunda vaga evangélica) têm expressão nas Igrejas *Evangélicas* dos Irmãos (1877), nas Igrejas *Evangélicas* Congregacionais (1879), nas Igrejas *Evangélicas* Batistas (1888) e nas tardias Igrejas *Evangélicas* Assembleias de Deus (1913) e Igrejas Adventistas do Sétimo Dia<sup>8</sup>.

Na atualidade, a constituição da Federação de Igrejas *Evangélicas* Portuguesas é paradigmática de uma nova vaga de evangélicos. Embora sejam doutrinariamente dissidentes do *pentecostalismo histórico*, abraçam o modelo de governo eclesial hierárquico próximo às igrejas episcopais. Os movimentos chamados *neopentecostais*, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Maná, entre outras igrejas<sup>9</sup>, afirmam ser

---

<sup>6</sup> Roger Olson, *História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas*, São Paulo, Editora Vida, 2001, pp. 425-426. A este propósito não podemos deixar de considerar ainda quer os movimentos de contestação à Igreja Católica precursores da reforma protagonizados por John Wycliffe, Pedro Valdo (Valdenses), Valter Lollard (Lollardismo) e João Huss (hussismo), quer outros movimentos reformadores que, a par de luteranos e calvinistas, se desenvolveram por toda a Europa, como são exemplo os anabaptistas e os menonitas (séc. XVI), os puritanos e os batistas (séc. XVII).

<sup>7</sup> Sublinhamos ainda o modelo de governo da Igreja como um elemento diferenciador. Luís Santos propõe uma distinção do campo protestante sob classificação de igrejas episcopais e denominações anti-hierárquicas. Cf. Luís Santos, “Correntes cristãs e não cristãs no universo religioso português”, in Carlos Moreira Azevedo (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

<sup>8</sup> Registe-se ainda as igrejas pentecostais Congregação Cristã em Portugal.

<sup>9</sup> Respetivamente a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Zoe.

os verdadeiros evangélicos na medida em que restauraram a crença e a prática do advento do Pentecostes experienciado pela igreja cristã nos seus primórdios.

Em síntese, *protestantes* e *evangélicos*, enquanto conceitos gerais, designam um processo religioso que começou por se caracterizar, em grande medida, quer pela contestação ao cristianismo católico quer como fonte identitária e legitimadora das doutrinas e práticas reformadas. Se, por um lado, no início a expressão *protestantes* pretendeu descrever os movimentos hereges, dissidentes do campo católico à época, por outro lado, atual e frequentemente ela é usada para classificar o complexo universo cristão não católico – à exceção do cristianismo ortodoxo.

### *A presença britânica*

Depois deste preâmbulo, ao analisarmos os movimentos considerados pioneiros do protestantismo na Ilha, não podemos deixar de fazer um apontamento à presença da Igreja Anglicana (ou Igreja Inglesa) como um período preliminar. Não obstante o povoamento com as gentes do reino, o desenvolvimento agrícola e comercial da Ilha fomentaram, no desenrolar dos primeiros séculos, vagas de colonos estrangeiros seduzidos pelo seu potencial económico. Neste sentido, no século XVII registou-se um aumento significativo de ingleses dedicados à comercialização dos produtos insulares para colónias britânicas e foi criado o Consulado Inglês na Ilha da Madeira (1658) com a responsabilidade de exercer também a função de capelania da respetiva comunidade<sup>10</sup>. Apesar da influência económica adquirida, o Padre Fernando Silva, coordenador do *Elucidário Madeirense*, salienta que a colónia inglesa na Madeira não gozou de reconhecimento social entre os madeirenses. Contudo, se por um lado identifica “o orgulho de raça, o isolamento que quase sempre procurou guardar, a altivez com que em geral tratava os naturais, as raras manifestações de filantropia ou benemerência em favor da terra”

---

<sup>10</sup> Veja-se, por exemplo, o contributo de Robert Stewart, capelão da comunidade escocesa de Lisboa em 1866, como fundador da primeira igreja Presbiteriana de Lisboa, e o auxílio de Thomas G. Pope que, enquanto cónego da comunidade britânica em Lisboa, ajudou a fundar a Igreja Lusitana em 1870 (Paulo Santos e Silva Calado, *A obra evangélica congregacional em Portugal: Século e meio de História de Igrejas Independentes Portuguesas*, União das Igrejas Evangélicas Congregacionais Portuguesas, 2012, pp. 3-4).

como razões desse distanciamento social, por outro lado denota e justifica a paradoxal atitude dos insulares que,

vivendo no isolamento do oceano e sem espírito algum de reação contra as influências estranhas, se deixassem seduzir pelos costumes, tendências e predileções de estrangeiros, que vinham dos grandes centros europeus e eram considerados como os verdadeiros protótipos de um povo civilizado.<sup>11</sup>

Ora é neste contexto social de animosidade e sedução social que se desenvolve na Ilha a primeira comunidade cristã não católica, a igreja inglesa. Embora os súbditos britânicos em Portugal estivessem protegidos juridicamente pelo tratado luso-inglês de 1642, a reconhecida liberdade de consciência estava confinada a uma prática confessional estritamente privativa<sup>12</sup>. As expressões de fé e as celebrações anglicanas tornaram-se simbólica e publicamente mais visíveis na Madeira por ocasião da construção do seu templo em 1820<sup>13</sup>.

### *Sumário da tradição reformada na Ilha da Madeira*

Ingressando pelas origens do cristianismo reformado madeirense, retomamos a relevância do pioneirismo da Igreja Presbiteriana. Além de estabelecerem a primeira igreja protestante portuguesa em solo português, em 1876 os presbiterianos destacaram-se na Ilha da Madeira pela abertura de escolas e um depósito de Bíblias<sup>14</sup>. Nesta senda da difusão da fé reformada foram pelo estabelecimento da Missão Metodista Episcopal na Ilha da Madeira<sup>15</sup>.

A segunda vaga na implantação de igrejas evangélicas na Ilha da Madeira pode ser confinada ao trabalho realizado pela Igreja Assembleia de Deus (1973)<sup>16</sup>, pela Igreja Baptista (1976), pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e pela Congregação Cristã em Portugal.

---

<sup>11</sup> Fernando Augusto da Silva, *op. cit.*

<sup>12</sup> João Francisco Marques, “Para a História do Protestantismo em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, vol. 12, Porto, Universidade de Letras do Porto, 1995, p. 432.

<sup>13</sup> Data avançada por Diva Freitas e Francisco Faria Paulino (coord.), *Guia dos Monumentos do Funchal*, Funchal, Funchal 500 Anos, 2008.

<sup>14</sup> João Francisco Marques, *op. cit.*, p. 445.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 458.

<sup>16</sup> Data da fundação.

Em consequência do fluxo de emigração sentido entre nós no final do século XX, nomeadamente de origem brasileira, assistiu-se à profusão de novas igrejas evangélicas. Nesta vaga destacaram-se os movimentos neopentecostais. Entre eles salientamos, não necessariamente por ordem cronológica, a Igreja Maná (e a dissidente, Zoe), a Igreja Universal do Reino de Deus (e a dissidente Igreja Mundial do Poder de Deus) entre outras comunidades brasileiras tais como: Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal, Comunidade Evangélica da Ilha da Madeira, Igreja Cristãos do Evangelho Pleno, Igreja Nova Apostólica e a Catedral de Vida.

Cabe-nos fazer ainda aqui uma nota à relevância do estudo da Diáspora Protestante Madeirense. A perseguição instaurada (1843-1846) terá sido responsável pelo êxodo de aproximadamente mil madeirenses. Refugiados nos Estados Unidos e na Ilha da Trindade desenvolveram ali comunidades presbiterianas<sup>17</sup>.

### *Instituições e personalidades*

Além das igrejas acima descritas assinala-se também algumas instituições e personalidades cuja obra se destacou na História evangélica madeirense. Uma das principais marcas que caracteriza os “herdeiros” da Reforma é a tradução e divulgação da Bíblia na língua vernácula. Sem deixar o seu lugar na liturgia, com os reformadores, as Escrituras Sagradas passaram a ocupar um espaço central na vida de cada indivíduo. Além de ouvir as leituras realizadas na comunidade de fé, os crentes são encorajados, individualmente, em família ou em grupos, a ler, analisar, refletir e interpretar os textos bíblicos. Com efeito, a fim de divulgar e tornar compreensível o seu conteúdo, a disseminação da palavra impressa tornou-se uma ação fundamental que distingue o cristianismo reformado. Na Madeira, verificamos esta atitude para com a palavra mediante a ação da Sociedade Bíblica Estrangeira Britânica. Em 1809 realizou-se na Ilha a primeira distribuição de vinte mil exemplares da Bíblia<sup>18</sup>. Atendendo que o pioneiro Dr. Kalley chegou ao Funchal apenas em 1838 (29 anos depois desde evento), não podemos deixar de relevar o papel das Sociedades Bíblicas como precursor do trabalho de divulgação e propagação do cristianismo reformado na Ilha da Madeira.

---

<sup>17</sup> João Francisco Marques, *op. cit.*, p. 438.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 435.

Embora pelo seu trabalho missionário Robert Kelley (1838) e William Hewitson (1845) sejam reconhecidos como fundadores do protestantismo na Madeira<sup>19</sup>, foi notória a intervenção do primeiro nas áreas da saúde e da educação dos madeirenses. Além de um hospital fundou 17 escolas. Fruto desta ação em prol do povo madeirense, em 1940 o médico escocês foi agraciado pela Câmara do Funchal<sup>20</sup>. No campo das individualidades, salientamos a relevância do pioneiro metodista, Guilherme Jorge Smart, bem como outras personalidades que se destacaram tais como: O escritor Alfred Hubert, ilustre descendente das comunidades madeirenses exiladas por ocasião da expulsão de presbiterianos da Madeira; Arsénio Nicos da Silva, António de Matos, o primeiro pastor português na Madeira e ainda, pelo seu simbolismo, incluímos aqui Maria Joaquina Alves. Embora o Tribunal da Relação de Lisboa tenha revogado a sentença, ela foi, provavelmente, uma das últimas vítimas madeirenses acusadas e condenadas à morte pelo Tribunal da Inquisição<sup>21</sup>. Nota breve mas digna de apreço será também a análise da imprensa protestante.

## 2. A marginalidade como representação e experiência

O cristianismo protestante na Madeira (como no Continente) não deve ser visto apenas como uma prática de fé distinta do cristianismo católico mas também como uma experiência e representação minoritária marginal ao modelo dominante. Como experiência é marginal, no sentido de ter sido uma prática religiosa exógena. Não podemos ignorar que a História da Ilha da Madeira entrecruza-se com a História do catolicismo insular. Note-se que o ato de posse das terras por parte de Gonçalves Zarco, a 2 de julho de 1419, é seguido por um ato de consagração da terra celebrado pelos padres franciscanos que o acompanhavam<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Michael P. Testa, *O Apóstolo da Madeira*, Lisboa, Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963.

<sup>20</sup> João Francisco Marques, *op. cit.*, p. 438; ver Michael P. Testa, *op. cit.*

<sup>21</sup> David Valente, “A liberdade religiosa: o Protestantismo na Ilha da Madeira”, *Portugal Evangélico*, Novembro, Ano LXXXVII, n.º 931, 2011, pp. 15-16.

<sup>22</sup> Enquanto em outros lugares a presença do clero era justificada sob os propósitos da evangelização dos outros povos, na Madeira, além de assegurar o serviço religioso aos colonos a presença da Igreja assume um papel preponde-

Em contrapartida, é na relação com outros povos que passaram a residir na Ilha que ao longo dos tempos os madeirenses foram confrontados com outras crenças. Antecipadamente à avaliação que delas possam fazer, trata-se da religião dos outros, daqueles que não lhes pertencem. Além da estranheza associada à novidade dos seus dogmas e ritos, a religião é entendida como um fenómeno importado. Introduzido primeiro por ingleses, depois por escoceses, e mais recentemente por brasileiros<sup>23</sup>.

Em segundo lugar, é marginal no sentido de ser uma experiência ameaçadora. Se por um lado a dissidência calvinista foi considerada uma seita a erradicar na Ilha<sup>24</sup>, por outro, esta marginalidade deve ser percebida ainda antes da presença da Reforma na Ilha. Além da condição dissidente, a representação protestante começou por ser construída como uma crença que é punível por lei. Antes da chegada do cristianismo reformado, já se anunciava o luteranismo como um desvio da fé católica a ser combatido. O *Elucidário Madeirense* faz menção de julgamentos inquisitoriais que condenaram de luteranismo alguns madeirenses, entre eles, a suspeita de um padre católico<sup>25</sup>. O sentimento de intimidação, associado a estas minorias, desenvolveu-se ainda sob várias crenças populares, entre elas a convicção de que o ato de sepultar os hereges (não católicos) amaldiçoaria a Ilha. Para evitar a profanação da terra os corpos eram lançados ao mar<sup>26</sup>. Embora a construção do Cemitério Britânico ou Cemitério dos Ingleses em 1771<sup>27</sup> denote uma reformulação do mito, subsiste ainda, à imagem de outros lugares à época, a necessidade de separar os defuntos cristãos católicos, dos restantes. No que respeita ao casamento, apesar das sedutoras condi-

---

rante no povoamento da Ilha, do qual se destaca o espaço redor do templo reservado à construção de casas para acolher os colonos que iam chegando.

<sup>23</sup> No Continente destacavam-se entre os pioneiros protestantes várias personalidades vindas da Escócia, Inglaterra, Suécia, Suíça e Holanda. Ainda sobre a origem do protestantismo como movimento estrangeiro veja-se Vilaça, *op. cit.*

<sup>24</sup> Fernando Augusto da Silva, *op. cit.*

<sup>25</sup> Fernando Augusto da Silva, *op. cit.*

<sup>26</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico. (Séculos XV-XVII)*, vol. II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995, p. 993.

<sup>27</sup> Embora o Cemitério Britânico em Lisboa remonte a sua existência a 1725 foi fundado apenas em 1794 (João Francisco Marques, *op. cit.*, p. 434).

ções sociais e económicas dos ingleses<sup>28</sup>, subsistia a exigência em renunciar à sua religião<sup>29</sup>.

Em terceiro lugar, é marginal no sentido de ser uma experiência de fronteira, uma experiência diferenciadora, contrária à do mundo católico que, paulatinamente, conseguiu agregar correntes doutrinárias distintas e unir diferentes congregações, a família protestante caracteriza-se por uma dispersão e pluralidade doutrinária. Mesmo perante semelhanças dogmáticas ou litúrgicas, este paradigma não só dificulta a associação de diferentes confissões como favorece, também, a possibilidade de fragmentação das várias denominações. Neste sentido, protestantes e evangélicos na Madeira, tal como em tantos outros lugares, destacam-se pela natureza intrínseca do seu espírito crítico.

### Considerações finais

Compreendendo-os como dois campos divergentes<sup>30</sup>, que carecem de interpretações distintas, propusemos *protestantes* como um termo ou conceito forjado pelo grupo cristão dominante (católicos) para designar aqueles que protestaram pela liberdade das ideias e das práticas reformadas. Em contrapartida, sugerimos que o conceito *evangélico* designe a fonte identitária (os Evangelhos) onde se desenvolveu e desenvolve a autoconsciência dos reformadores (históricos, radicais, episcopais ou não hierárquicos, etc.) e nela legitimam a representação que fazem de si mesmos. No término da nossa análise sublinhamos que foi nossa pretensão não deixar que estes conceitos fossem reduzidos à condição doutrinária ou institucional, propondo aqui a sua compreensão como representações sociais. Trata-se de um amplo processo de contestação e legitimação social. Contestação na medida em que manifesta uma atitude que se exprimiu e exprime por via de crises, reivindicações, conflitos e divisões que geraram a pluralidade de denominações protestantes. Neste sentido, o protestantismo corresponde ao processo de rotura da homogeneidade cristã católica garantida não só pela sua dimensão maioritária mas também pela sua relação com o poder polí-

---

<sup>28</sup> Fernando Augusto da Silva, *op. cit.*

<sup>29</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *op. cit.*, p.991.

<sup>30</sup> No sentido em que consideramos o conceito de *protestantes* como uma hétero-representação e o de *evangélicos* como uma autorrepresentação.

tico. Legitimação, porque ela também expressou e expressa, a reforma, a renovação e a regeneração da fé cristã justificada pela fonte originária: os textos bíblicos em geral e os Evangelhos em particular.

No que respeita à sua natureza marginal, destacámos três características elementares: 1) apresenta-se como uma prática religiosa exógena. É marginal por ser entendida como a religião dos estrangeiros. 2) É marginal por ser percecionada como uma heresia que ameaça tanto a posição hegemónica da fé católica como à sacralidade da própria ilha. 3) Finalmente, é marginal porque a sua natureza plural e híbrida produz aturados debates e polémicas que conduzem, permanentemente, ora à multiplicação ora à segmentação de complexas e distintas instituições religiosas.

À imagem da Europa, na Madeira e no Continente a História dos protestantes não pode ser compreendida sem reconhecermos a relevância do património evangélico comum. Do mesmo modo, as histórias dos evangélicos estão marcadas tanto pela essência da sua condição dissidente como pela herança social da sua marginalidade protestante.





3

CULTURA, LINGUAGENS  
E CRIAÇÃO ARTÍSTICA



## Cultura “madeirense”: Implicações de um conceito (sistematização – roteiro para estudo)

João David Pinto-Correia

Universidade de Lisboa

---

Como antelóquio, diremos que esta intervenção talvez não contenha muita matéria nova para todos os que nos lerem. O que nos importa sobretudo é, para além de apresentar uma arrumação, uma sistematização diferente de alguns dados, chamarmos a atenção dos estudiosos e público interessado para a necessidade de considerar a convergência de estratos diferentes respeitantes a uma determinada região ou comunidade que, neste caso, é a Madeira.

Partimos do princípio de que há toda a legitimidade em selecionar um conjunto de conceções, de manifestações e de práticas, que estimamos constituírem o estrato-padrão mais representativo, importante e dinâmico. O que pretendemos é que esse não pode ser considerado o único que conta para a avaliação ou que nos garante o “todo cultural” próprio e representativo da comunidade.

Este texto perfaz uma primeira de duas contribuições para o responder ao desafio que nos foi proposto pelo Prof. Doutor José Eduardo Franco, quando nos contactou para colaborarmos no Simpósio *História, Cultura e Ciência na/da Madeira: Que saber(es) para o século XXI?* Aliás, adotámos como título o “mote” tal e qual ele nos foi comunicado: “Cultura ‘madeirense’: Implicações de um conceito”. Desenvolvê-lo-emos em duas partes. Esta primeira diz respeito à cultura madeirense num sentido global (próximo do conceito antropológico), nos seus pilares linguístico-literários, na sua aceção mais vasta: por um lado, realçando o património dos “dialetos madeirenses”, como sugeriu Lindley Cintra, suas características e sua expressividade, e, por outro, acentuando a riqueza e a abundância das manifestações etnoliterárias, através da poesia do cancionero e romanceiro, e das narrativas dos mitos, lendas e contos.

Na segunda parte, que fica, portanto, adiada, tentaremos perspetivar e aprofundar a cultura madeirense numa dimensão de natureza mais diretamente social, embora interligada com a vertente agora explorada: trataremos, então, de discorrer sobre “Atitudes, emoção e revelação”, constituintes da identidade e cultura madeirenses, em que consideraremos, em primeiro lugar, a “discrição”, a aparência e a exposição (ser, parecer, aparecer, falar, “bilhardar”) e, depois, os caminhos que vão da devoção ao trabalho, à exuberância social festiva (rezar, trabalhar, festejar, divertir-se), dando particular atenção à Festa Natal, às romarias e arraiais, e ao Carnaval.

## 1. Falar de Cultura

Habitualmente entendemos que falar de cultura nos remete, em resumo, para dois conceitos principais. Seguimos neste ponto o magistério do nosso ilustre professor, Padre Manuel Antunes<sup>1</sup>: acentua ele, em primeiro lugar, que “cultura” deve ser entendida, originariamente, como “a acção que o homem realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo visando uma transformação para melhor”. E logo acrescenta: “Hoje, o conceito de Cultura diversifica-se em duas linhas principais: *a) subjectiva-activa e b) objectiva-passiva.*” E desenvolve:

Em *a)* significa a formação do homem como homem [...]; a educação das suas faculdades: corporais, intelectuais, morais e religiosas. Em *b)* devem ainda dois significados principais: o 1.º, participando de *a)*, designa o conjunto de meios para actualizar ou realizar as potencialidades humanas, sendo o principal as grandes produções espirituais do passado (tradição); o 2.º (significado etnológico-etnográfico) é assim definido na síntese de Kroeber-Kluckhohn: ‘um conjunto de atributos e de produtos das sociedades humanas e do género humano, por conseguinte, extra-somáticos e transmissíveis por meios diferentes da hereditariedade biológica e que faltam essencialmente nas espécies sub-humanas tanto quanto são característicos da espécie humana, enquanto esta se agrega em sociedades<sup>2</sup>.

Este último conceito, o “objetivo-passivo”, aproxima-nos da “cultura” como um “todo”, um sistema de conteúdos e expressões não só

---

<sup>1</sup> Manuel Antunes, “Cultura”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, vol. 6, 1968, cols. 578-581.

<sup>2</sup> *Ibidem*, col. 578.

canónicos resultantes dos vários conhecimentos, conceções, sentimentos e práticas que se afirmam segundo transversais características de propostas e contextos confluindo na sua aceitação por comunidades de nível valorizado e acentuadamente erudito numa determinada comunidade, quer de âmbito vasto quer de dimensão mais restrita nas suas coordenadas históricas (sincrónica e diacrónica) e geográficas, mas também a uma alargada dimensão, tal como veremos mais adiante. Daí, podermos considerar uma cultura ocidental, cultura mediterrânica, cultura francesa, cultura portuguesa e, porque não?, cultura madeirense.

Desde há muito, o conceito de “cultura” faz-se acompanhar do de “civilização”<sup>3</sup>, que, respetivamente, e isto numa dupla simplista, representariam os domínios do “ser” (o primeiro) e do “ter” (o segundo). Não discutiremos esta implicação, como também não nos interessará a discussão de qual será a mais abrangente: “cultura” a abranger “civilização” ou esta mais lata, isto é, mais abrangente em relação à “cultura”. De qualquer modo, todos nós preferimos “cultura madeirense” a “civilização madeirense”.

Nem tão-pouco nos referiremos à já tão cansada dicotomia: “cultura madeirense” ou “cultura na Madeira”, a exemplo do que, durante muito tempo, alimentou acesos debates: “cultura portuguesa” ou “cultura em Portugal” (ver, por exemplo, as obras de António José Saraiva, Jorge Dias, Eduardo Lourenço, António Quadros ou Fidelino de Figueiredo e Jacinto do Prado Coelho<sup>4</sup>).

---

<sup>3</sup> Para um melhor entendimento desta questão, aconselhamos a consulta dos magníficos esclarecimentos que Manuel Antunes nos deixou; relevamos sobretudo os breves, mas densíssimos verbetes da *Enciclopédia Verbo* (v. nota 1, sobre “Cultura” e ainda no vol. 5, 1967, cols. 634-637, sobre “Civilização”), a completar, naturalmente, com o que ele escreveu e agora foi publicado em Manuel Antunes, *Obras Completas, Tomo I: Theoria: Cultura e Civilização*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

<sup>4</sup> Citamos apenas as obras mais relevantes para a questão: António José Saraiva, *A Cultura em Portugal – Teoria e História. Livro I – Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, Amadora, Bertrand, 1982; Jorge Dias, *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986; Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Portugueses*, Lisboa, D. Quixote, 1972; e as muito conhecidas caracterizações da Literatura Portuguesa por Fidelino de Figueiredo e J. do Prado Coelho (ver nota 5). Ver também João David Pinto-Correia, *Repensar a nossa Identidade Cultural*, Lisboa, Apenas Livros, 2005.

Nesta sistematização-roteiro ou, se quisermos, breve excursão, partiremos do propósito de falar de uma “cultura madeirense” que não seja entendida apenas, e reconhecemos que quase sempre o é, como o estrato dinâmico de concepções, obras, expressões e práticas que formam o todo das afirmações e conquistas consideradas de natureza mais elaborada, mais exigente nos seus códigos de estrutura e de expressão, de nível considerado superior e fortemente erudito.

## 2. Por uma “cultura madeirense global”

Essa “cultura madeirense” que consideramos como a principal camada ou primeiro estrato de uma “cultura madeirense global”, camada e estrato que deverão ser tidos por fundadores e aferidores em relação às outras possíveis componentes, tem-se apresentado ao longo dos séculos como bastante criativa ao nível da produção (na Literatura, na Música, na Pintura, na Escultura, etc.) e ainda ao nível da reflexão e pensamento analíticos e interpretativos, sobremaneira nos ensaios de variada natureza<sup>5</sup>. Todas estas participações e realizações se encontram registadas em obras coletivas e individuais de excelente nível, em revistas de alta representatividade e jornais que veiculam periódica ou quotidianamente os muitos contributos de criação literária, de argumentação, de comentário e de crónica. No capítulo das Artes, também os nossos criadores têm demonstrado a produção e a execução nos diferentes domínios do talento. Não mencionamos nomes de autores ou mesmo títulos, porque qualquer esquecimento poderia ser mal interpretado, e porque este ponto, embora constitua pertinente elemento desse todo, não se nos apresenta como principal “implicação” neste nosso contributo. E tentando já alargar as nossas considerações ao nosso propósito a um nível de performance a que chamaríamos “braçal”, como esquecer as obras-primas deste nosso povo que são as levadas e os “poios”, na execução perfeita dos competentes planos e projetos de sábias mentes.

Esta cultura que se nos revela como erudita e até, de certo modo, elitista (sem qualquer sentido pejorativo) tem naturalmente na sua origem a capacidade de cada um dos seus produtores e também pressupõe muita

---

<sup>5</sup> Esta “cultura” integrará a Literatura, a Pintura, a Escultura, a Música, etc. tidas por “institucionalizadas”, isto é, legitimadas nos respetivos “cânones”.

intertextualidade que se situa no conhecimento das concepções de interesses conteudísticos e apropriações de modos estilísticos provindos do contexto social regional e igualmente das correntes dominantes nas respectivas épocas que ditam as modas literárias e culturais do exterior (Portugal, Europa e mesmo de outros lugares do mundo). Neste ponto, avaliaremos a cultura madeirense, a das elites, a dos eruditos (porque nos recusaremos a empregar a palavra “cultos”), como a que sempre soube estar atenta ao que se passava no Portugal, na Península Ibérica, na Europa e no mundo: os conhecimentos e as novidades não chegavam a todos, com certeza, como em toda a parte, mas as tendências e modas, conteúdos e expressões importados eram partilhados e adaptados. Quanto à curiosidade por tudo quanto acontecia dentro ou fora da Ilha, os jornais em número considerável com a sua leitura garantida desde muito cedo constituíam meios fundamentais para a consciência informada das camadas da população mais interessadas. Em geral, poderemos dizer que, no domínio dos movimentos ideológicos, artísticos, literários, etc., a Madeira sempre esteve muito atenta, por parte, claro, da classe intelectual, ou de número razoável da sua população alfabetizada.

No campo literário, a Madeira seguiu a tendência geral da cultura portuguesa: o predomínio da matéria lírica e narrativa, com menos registos dramáticos, tratadísticos ou ensaísticos<sup>6</sup>; a própria sensibilidade para a “festa” e para a “sátira” também o confirma. Há que salientar, por exemplo, a afirmação de alguns nobres que colaboraram no Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende (1516), granjeando notoriedade. Houve igualmente matéria épica, centrada em dois poemas maiores do século XVII e XIX (a *Insulana*, de Manuel Thomaz, de 1635, em Amberes, e a *Zargueida*, de Medina e Vasconcelos, de 1806, em Lisboa)<sup>7</sup>. Mas cremos que a poesia, o conto e o romance, e também a crónica e o ensaio, foram, na Madeira, as reformas principais da Literatura, tal como aconteceu na restante produção nacional.

---

<sup>6</sup> Ver textos dos autores referidos *supra* na nota 4, e neste ponto sobretudo os de Fidelino de Figueiredo, *Características da Literatura Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923, e Jacinto do Prado Coelho, *Originalidade da Literatura Portuguesa*, Biblioteca Breve, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, 1992.

<sup>7</sup> Destes poemas épicos, não há reedições; apenas excertos foram editados em obras antológicas.

Mas o que nos interessa de facto é lembrar que, nos dias de hoje, a uma “cultura”, no seu sentido mais objetivo, considerada como sistema e, ao mesmo tempo, como inventário, tem de se exigir uma mais lata dimensão: a já referida “cultura global”. Temos em mente um conceito de carácter mais alargado, tal como encontramos em alguns autores, por exemplo, em E. B. Tylor e Viegas-Guerreiro. O primeiro, autor de *Primitive Culture*, define-a como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade”<sup>8</sup>, e que se encontra subentendida na aceção objetiva-passiva proposta por Manuel Antunes e também pressuposta na definição atrás transcrita de Kroeber-Kluckhohn. Viegas-Guerreiro afirmava que “[a] cultura é só uma, tudo o que aprendemos do nascer ao morrer, da nossa invenção ou alheia, sentados nos bancos da escola ou da vida”<sup>9</sup>.

Na Região Autónoma dos Açores, alguns intelectuais têm trabalhado na apresentação e caracterização de “cultura açoriana”, a partir do conceito da “açorianidade”<sup>10</sup> que foi sendo construído por contribuições variadas (de Vitorino Nemésio, Natália Correia e Machado Pires, para citar apenas alguns dos seus ilustres proponentes). Não é que queiramos tentar o mesmo: não foi ainda proposta a simpática identidade que se pudesse designar por “madeirensidade”<sup>11</sup>. E não seremos nós que vamos fazê-lo, embora seja de reconhecer, por todos nós, madeirenses, e por outros que nos conhecem a nós e à Madeira, que existem traços que caracterizam as concepções, a mundividência, ou, se não quisermos empregar estes termos de maior impertinência para os mais modestos, os modos de conceber e de sentir a vida em geral ou as quotidianidades, do indivíduo e da comunidade madeirenses. Com ou

---

<sup>8</sup> E. B. Tylor, *Primitive Culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*, vol. I, Londres, John Murray, 1920, p. 1.

<sup>9</sup> Manuel Viegas Guerreiro, *Para a História da Literatura popular portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, 1978, p. 25.

<sup>10</sup> Ver, sobretudo, a obra de A. Machado Pires, que apresenta um desenvolvimento bem significativo a este “conceito”: *Páginas sobre Açorianidade*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, 2013.

<sup>11</sup> A sugestão tem em linha de conta a formação da designação para os Açores (a partir de “açoriano”): a derivação terá de ser feita a partir do adjetivo “madeirense” e não de “Madeira”.

sem reconhecimento da “madeirensidade”, pensamos que a “cultura” da Madeira, no seu sentido global, implica e merece essoutra visão, mais caracterizável na sua dimensão alargada, que implica atentar ao pormenor e que aponta para uma mais ou menos estruturada perceção da parte do indivíduo e da coletividade.

Além do *corpus* ativo e passivo respeitante à cultura erudita e que cremos sempre como a mais legítima, e considerando a conquista do manancial de textos e práticas disponível pela abertura permitida por disciplinas mais descritivas e que, ao mesmo tempo, permitem sistematizações de natureza mais segura, será fundamental termos em linha de conta os elementos fornecidos pela Etnografia, pela Linguística Descritiva e pela Literatura Oral e Tradicional. A “madeirensidade” (e afinal deixamo-nos influenciar pelo exemplo açoriano) terá de ir mais além da Literatura ou das manifestações artísticas de carácter institucional, isto é, considerando-as sempre como as mais “dignas” (a Poesia, a Prosa Narrativa, o género dramático, a Pintura, a Música, a Escultura “legitimadas” ou tidas como pertencentes a um cânon), mais além, ou talvez melhor dizendo mais aquém, indo igualmente mais longe ou mais perto do que a Pintura, a Escultura ou a Música Canónicas com forma mais exigente quanto aos seus múltiplos códigos. Não nos esqueçamos, neste momento, de que as obras oficiais, isto é, rotuladas como mais legítimas e representativas podem igualmente integrar como intertexto elementos dos outros estratos, camadas ou elementos de culturas da mesma comunidade (neste caso, a madeirense) considerados(as) como menos “importantes” (pensemos na prosa narrativa de Bento de Gouveia<sup>12</sup> ou nalguma poesia de Herberto Helder<sup>13</sup>).

Algumas obras fundamentais acerca da Madeira já se aproximaram duma conceção de intencionalidade global, quase sempre com dimen-

---

<sup>12</sup> Referimo-nos à inserção de palavras e expressões “madeirenses”, mas também a preocupação pelo registo de costumes, atividades e práticas da cultura tradicional da Madeira, por exemplo em *Canga*, Coimbra, Coimbra Editora, 1975 (3.<sup>a</sup> ed. de *Ilhéus*).

<sup>13</sup> Para este autor, ver a própria preocupação do poeta numa nota que acompanha a obra *Última Ciência*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1988, p. 6: “Nota – Não sendo citações necessariamente fiéis extraídas de quadras populares, nelas contudo se inspiram, ou as tornam como seus modelos diretos ou indiretos, as seguintes expressões utilizadas neste poema..., etc.”, o que se prende com as poéticas “mudanças” (e não traduções) de poesia étnica de comunidades e povos ditos “primitivos”.

são enciclopédica<sup>14</sup>: lembramos *Ilhas de Zargo*, de Eduardo Nunes Pereira, e *Elucidário Madeirense*, de Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, que dedicaram capítulos e entradas aos vários aspetos da realidade madeirense, com relevante informação acerca de vertentes importantes dessa cultura que temos por madeirense global, que não apenas nas institucionalizadas. E o projeto corajoso do promissor *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, agora em elaboração, norteia-se por uma acertada e vasta visão dos diferentes estratos da cultura do Arquipélago.

### 3. Aprofundar o conceito de “cultura madeirense”: pressuposto e tarefas

Estamos em crer que, para uma mais acertada delimitação e compreensão da cultura madeirense global, há, portanto, e em lugar bem destacado, que, numa perspetiva histórico-cultural, recuar aos tempos do povoamento e, evidentemente, também estudar todas as etapas da História da Madeira, com suas movimentações migratórias e importações de modas e costumes que haviam de ser assimilados e assumidos em completas fusões e sincrecias dos discursos e práticas.

Neste capítulo, defendemos que temos de esclarecer os problemas relacionados com as origens dos habitantes da Madeira, sobretudo dos que vieram do Continente. Neste campo, não chegam os estudos históricos já realizados ou em projeto (saber a naturalidade ou proveniência, a par de outros dados, como o seu grau de alfabetização ou de ocupação profissional). Estamos convencidos de que a tarefa deve ser executada com o recurso às novas possibilidades da Biologia, e sobretudo da Genética, isto é, há que tentar hoje estudar muito aprofundadamente o ADN da nossa população, sobretudo em comparação com o da população do Continente, a fim de esclarecer de que regiões de Portugal os primeiros povoadores e os que se lhes seguiram provieram, e onde se estabeleceram, o que igualmente elucidaria as ocupações que, a par das exigidas pelas orientações das autoridades de

---

<sup>14</sup> Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., 2.<sup>a</sup> ed., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1998 (fac-símile da 1.<sup>a</sup> ed., 1940-1946); Eduardo N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 3.<sup>a</sup> ed., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1967-1968.

governança local ou mais geral, poderiam por tradição e costume continuar a exercer, por vezes na continuação dos seus mesteres principais ou das práticas da sua preferência. Temos pensado e dito que trabalhos científicos como os efetuados desde há alguns anos na Universidade da Madeira (neste ponto, pensamos nas investigações fundamentais levadas a cabo pelo Prof. Doutor António Brehm<sup>15</sup>) poderiam ser muito relevantes para uma maior certeza e pertinência desta (talvez) “hipótese” ou “modesta intuição”.

Em segundo lugar, não só essas origens poderiam ajudar a aprofundar ainda mais as hipóteses de traços fonéticos, lexicais, morfológicos e sintáticos do falar madeirense, como também lançar alguma luz acerca das tradições populares, quer dos textos da Literatura Oral, de já reconhecida representatividade no contexto do património cultural imaterial português e da Península Ibérica (algumas composições são únicas nesse património), quer ainda de costumes, crenças, práticas, etc., do quotidiano, e igualmente de momentos específicos da vida da comunidade (nos seus trabalhos rurais, nas devoções, nas festividades) da atual população da Madeira e Porto Santo.

Lembramo-nos de que, há já alguns anos, o Professor Jorge Dias, notável etnógrafo, chegou à conclusão de que, pelo tipo de uma alfaia agrícola utilizada na Madeira pelos trabalhadores nos seus trabalhos do campo, a proveniência dos povoadores seria predominantemente não do Sul, mas do Norte de Portugal<sup>16</sup>. E perdoem-nos um parêntese para uma observação que talvez alguns julguem não muito pertinente ou mesmo completamente disparatada: os “poios” da Madeira não nos fazem lembrar a paisagem do Douro, ou, então, o contrário? Apenas registamos coincidências “curiosas”. Jorge Dias aplicava a Etnografia comparativa, na senda da Etnologia, e assim, com a sua sugestão,

---

<sup>15</sup> Sabemos que o Prof. Doutor António Brehm, da Universidade da Madeira, eminente biólogo, se tem interessado pelo estudo comparativo do ADN de populações de diferentes territórios, podendo assim chegar à conclusão de quais teriam sido as proveniências dos indivíduos, e determinar as inter-relações pertinentes em muitas comunidades. Um estudo destes traria nova luz aos problemas do povoamento da Madeira e, naturalmente, às evidentes consequências para as importações e influências culturais, e à determinação da migração de elementos de variada natureza (étnica, social, linguística, etc.).

<sup>16</sup> Jorge Dias, “Nótulas de etnografia madeirense: Contribuição para o estudo das origens étnico-culturais da população da Ilha da Madeira”, *Biblos*, vol. XXVIII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1952, pp. 179-201.

procurava auxiliar um campo importante para o estudo futuro no campo das práticas tradicionais. E ficamos à espera de outras manifestações que servirão de provas ou que poderão refutar essas conclusões.

Mais tarde, numa comunicação, talvez para alguns controversa, do Prof. Lindley Cintra, que, na impossibilidade de o seu autor se deslocar ao Funchal, tivemos a grande honra de apresentar no Congresso de Cultura Madeirense, o ilustre e saudoso linguista da Faculdade de Letras de Lisboa defendeu que não se deveria mais falar de dialeto madeirense (como até aí se fez, seguindo-se a proposta de Leite de Vasconcelos), mas sim de “dialetos madeirenses” cujos traços distintivos poderiam indicar a proveniência plural dos povoadores<sup>17</sup>. Ele sublinhava diferenças tão grandes no “madeirense” (empregamos contrariadamente o termo): parecia não dar grande valor à ditongação do “ê” em “b” ou “t” (“bêa” ou “têa”, em vez de “bê” e “tê”) ou a palatalização do “l” quando precedido de “i” em “queilho” (em vez de “quilo”) ou “ateilho” (em vez de “atilo”), ou a conhecida “Amecêa veiu aqueilho?” (por “Vomecê viu aquilo”), mas sim a fenómenos como a supressão do “g” intervocálico em determinados casos (dá, como exemplo, *amaia* (amiga), *áua* (água), etc.), bem como a vocalização do “s” em “i”, tal como referiremos mais adiante (ver artigo citado na nossa nota 13). Atualmente, a conclusão do *Atlas Linguístico* da Região Autónoma da Madeira e os estudos dialetológicos e linguísticos por parte de docentes e investigadores das instituições universitárias (por exemplo, a Universidade da Madeira) e de centros de investigação (como o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) talvez possam vir a proporcionar mais alguns fundamentos para essa tese. Fenómeno nascido já nas práticas linguísticas surgidas em pequenas regiões na própria Ilha ou já trazido pelos novos habitantes do Arquipélago?

Contributos como os referidos desafiam-nos para a avaliação dos campos da variação dialetal que deveríamos descobrir se importada ou influenciada pelos habitantes vindos de algumas partes geográfico-linguísticas do Continente. Estas características fonéticas ou lexicais e as outras manifestações do património cultural imaterial obrigam-nos a um mais aprofundado estudo histórico-cultural de tipo linguístico e etnográfico das possíveis raízes dos nossos dialetos e tradições, não

---

<sup>17</sup> Luís Filipe Lindley Cintra, “Os dialectos da Ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses”, in José Eduardo Franco (coord.), *Cultura Madeirense – Temas e problemas*, Porto, Campo das Letras, 2008, pp. 95-104.

esquecendo, no entanto, tudo quanto foi trazido pelos efeitos de adstrato, por exemplo, pelos guanches (por exemplo, a palavra “tabaibo”) e de outros possíveis migrantes, não falando já das possíveis aquisições dos superestratos chegados pela posterior emigração. Julgamos que será desejável encontrar as possíveis importações ou influências na área linguística (fonéticas, lexicais e mesmo morfossintáticas), nas expressões de tratamento ou de saudação, de natureza fática, e ainda nas tradições de Literatura Oral, e, depois, nos domínios dos costumes, dos utensílios e das práticas da agricultura, das festas, das crenças, do vestuário, etc.

A propósito, gostaríamos que a cultura madeirense continuasse a contar, para a sua mais completa e acertada descrição e apreciação, com as muitas contribuições não só dos investigadores naturais da Ilha, como muitos de nós – reconhecendo naturalmente que a nós cabe o desafio principal de tal tarefa – mas também com as de todos os interessados (portugueses ou estrangeiros) vindos de fora, à semelhança do que os académicos referidos nos apontaram como hipóteses. O olhar objetivo e analítico de alguém que não pertence à comunidade pode ajudar a completar a caracterização da nossa realidade cultural nestas diferentes camadas de natureza linguística, dialetológica e etnográfica. Testemunhos inesquecíveis são os de vultos da Ciência, um ligado ao mundo da Geografia, como Orlando Ribeiro<sup>18</sup>, e outro às disciplinas da Terra, e referimo-nos a Vieira Natividade no seu fascinante opúsculo *Madeira – A Epopeia Rural*<sup>19</sup>, resultante de uma conferência realizada no Porto.

#### 4. Um testemunho sobre as palavras “madeirenses”

Os testemunhos interessam-nos não tanto enquanto apreciações líricas, embora sejam pertinentes, já que, se são laudatórias e positivas, nos tornam ainda mais próximos afetivamente da nossa Madeira, mas como, em muitos casos concretos, mais legítimas e fundadas opiniões sobre o todo cultural que nos envolve enquanto apaixonados pela terra natal.

---

<sup>18</sup> Orlando Ribeiro, *A Ilha da Madeira até meados do Século XX: Estudo geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, 1985.

<sup>19</sup> J. Vieira Natividade, *Madeira – A Epopeia Rural*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo, 1954.

Por esta razão, salientamos o que, em 2008, escreveu o colega Prof. António Silva<sup>20</sup>, que foi docente da Universidade da Madeira, após sete anos de ter deixado a instituição e já professor noutra universidade portuguesa. O artigo tem por título “Saudades do Funchal e das palavras da Madeira ou das mais visitadas ‘esquinas do Mundo’” e constitui um emocionado testemunho acerca do que mais o marcou na sua vivência no Funchal e na Madeira: as palavras. António Silva enumera vários tipos de “palavras” que habitam a sua saudade do Funchal e das palavras da Madeira: entre essas “palavras”, há as de “reconhecimento”, as de “revolta”, as da “vida”, as do “mar”, as “madeirenses” (apenas!), as das “gramáticas” e as da “terra”.

Vamos apenas citar as palavras “madeirenses” de que o docente diz ter saudade, palavras que particularmente nos interessam neste trabalho. Diz o colega:

O fascínio pelas palavras madeirenses começou, antes de mais, pela atenta análise de questões de pronúncia, que dão ao falar madeirense um toque especial. [...] Não só pela sua sonoridade, mas sobretudo pela variação semântica e pela revisão morfo-sintáctica de certas construções da norma portuguesa, o falar madeirense não deixa de constituir uma das riquezas indesmentíveis da nossa língua. Este facto está atestado nas recolhas lexicográficas que foram realizadas na Ilha, quer por visitantes estrangeiros, quer pelos continentais que aí se vão integrando por razões várias.

E logo reconhece:

Mas é sobretudo nas formas da literatura oral e tradicional madeirense que encontramos os usos mais frequentes desse tipo de vocabulário, como o comprova *uma* (o artigo indefinido não está no artigo, mas sim “esta”) curiosa estória em “madeirense” genuíno, tanto que o computador sublinha a vermelho as palavras que nesta transcrição surgem destacadas em itálico (*sic*, porque não há nenhum itálico a vermelho na transcrição), havendo porém outras que podem claramente considerar-se termos madeirenses de uso frequente.<sup>21</sup>

E a estória, que foi uma versão recolhida junto de um ou mais informantes, é transcrita conforme podemos constatar pelo texto que citamos de seguida:

---

<sup>20</sup> António Silva, “Saudades do Funchal e das palavras da Madeira ou das mais visitadas ‘esquinas do Mundo’”, *Margem* 2, n.º 25, dezembro de 2008, pp. 95-105.

<sup>21</sup> *Idem, Ibidem*, p. 101.

Era uma vez:

Tava o vendeiro ao paleio com o vadio do vilhão, quando ouviu uma zoadá. Era a água de giro. O buzico do levadeiro que vinha mercar palhetes à venda, vinha às carreiras e às parafitas com o bizalho. Dá-lhe uma cangueira, trompicou no matulhão do vilhão. Bate cãs ventas no lanço e esmegalha a pucra. O vilhão dá-lhe uma reina, vai acima dele para lhe dar uma relampada, patinha uma poia. Ficou todo sovento. O vendeiro dá-lhe uma rezonda por ele querer malhar num bizalho do pequeno. Vem o levadeiro, e, ao ver o vassola, que anda à gosma e a encher o pampulho à custa dos outros, a ferrar com o filho, fica variado do miolo e diz-lhe umas. O vilhão, atazanado, atremou mal e pensou que ele lhe tinha chamado de chibarro, ficou alcançado, deu-lhe uma rabanada e foi embora todo esfrancelhado. O levadeiro ficou mais que azoigado mas lá foi desatupir a levada. O piquene chegou a casa todo sentido com um mamulhão. A mãe que é uma rabugenta mas abica-se por ele, ao vê-lo todo ementado, deu-lhe um chá que era uma água mijoca, pensando que canalha é mesmo assim, mas, como ele não arribava, antes continuava olheirento, entujado e de chorríca foi curar do bicho virado e do olhado. O buzico arribou e até já anda a saltar poios de bananeiras na Fajã.<sup>22</sup>

Um pouco à margem, salientamos que o texto acima transcrito não regista todas as características dialetais respeitantes às diferenças fonéticas madeirenses, nem era essa a preocupação da tarefa, visto que só interessava o léxico. E julgamos que, infelizmente, hoje em dia, já vai sendo difícil encontrar um excerto de discurso oral tão “cerrado” no que diz respeito ao léxico dialetal. Sobram os exemplos “clássicos”: “A *abelhinha* atropelôa o *candeeiro* que logo depois *azougôa*” (<o carro ligeiro / o táxi atropelou o rapaz / homem que levava a lanterna à frente dos bois – nos antigos carros-de-bois –, o qual morreu logo a seguir”>; “O *grade* queria entrar no *horário* com a dona” <O cão queria entrar no autocarro com a sua dona>, etc.).

Subscrevemos, no entanto, o que António Silva aponta como conclusões da sua vivência e da sua saudade da Madeira. E sobretudo a chamada de atenção para a importância de serem registadas por recolhidas as palavras diferenciadoras em relação ao léxico do português-padrão, inscrito nos registos lexicográficos, visto que, como ficou comprovado, as novas gerações desconhecem algumas das palavras mantidas ao longo de decénios, senão através de séculos. O que é pena,

---

<sup>22</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 101-102.

tanto mais que, não há muitos anos, os jovens, e não só, que partiam para o Continente, e referimo-nos aos estudantes que iam frequentar o ensino superior ou que se ausentavam para outros pontos do país, pareciam dar mais valor identitário à pronúncia, às palavras e às construções no seu discurso de todos os dias, mostrando mesmo orgulho no seu uso como importante afirmação das suas origens insulares. Encontrámos alguns desses jovens que regressaram à Madeira, ou mesmo outros que, tendo terminado os estudos, optaram por continuar a sua vida profissional no Continente. E ainda hoje verificamos que madeirenses que ocupam posições de grande exposição mediática diferem muito na conservação ou não dos traços dialetais da sua origem (comparem-se as diferenças na pronúncia e talvez mesmo em palavras ou expressões no discurso televisivo de vultos ligados ao Desporto, por exemplo um treinador e um jogador internacional, ou nas intervenções de jornalistas e deputados que representam a Região). O que, para a geração a que pertencemos (anos 50 e 60 e ainda princípios de 70), não aconteceu: adaptámo-nos mais aos hábitos da pronúncia do português próximo da língua-padrão. Mas a que veio a seguir de nós conservou mais os seus hábitos fonéticos e lexicais. E muitas vezes nos temos questionado sobre quais as razões desta diferença de sensibilidades. Muito sinceramente não sabemos se havemos de nos preocupar com procurar as razões para essas tão diferentes atitudes...?

##### **5. Palavras da cultura madeirense (I): de alguns sons aos lexemas e às expressões e fórmulas (importante património intangível)**

Reconhecendo-se que parte considerável do Património Cultural Imaterial é “feito” de palavras, isto é, de discurso linguístico (com os outros concorrentes e sincréticos, isto é, o musical, o gestual, o visual), a “cultura madeirense” exhibe bem distintas e originais características ao nível linguístico, principalmente na articulação fonética, no léxico, em construções morfossintáticas e nas suas bem curiosas e aparentemente “exóticas” expressões. Lembrando as “palavras de saudade” (do colega António Silva), que acabámos de citar, torna-se evidente que, no contacto com o texto escrito (não preocupado com a transcrição da melodia oral ou da, segundo Garrett, “melopeia” e dos fonemas mais pertinentes do ponto

de vista dialetal), damo-nos conta que são muitas as palavras quotidianas diferentes das do português-padrão, mas que dizem respeito a conceitos, objetos, realidades iguais ou semelhantes, o que é normal para uma variação dialetal. Mas é claro que outras palavras correspondem a realidades próprias da Ilha, mais regionais: “fajãs”, “lombadas”, “cór-gãos”..., para além dos referidos “poios”. Na observação dessa matéria linguística, quando falada, quando oral, ressaltam as diferenças bem pertinentes e invulgares ao nível da realização fonética por comparação com a base, o padrão, e ainda no campo lexical com todas as outras variedades dialetais do português (se bem que possamos reconhecer uma que outra coincidência): por exemplo, “anona” (para a Madeira e Continente) e “coração negro” (para os Açores).

Desde muito cedo que os estudiosos se interessaram pela vertente lexical. Mas somos da opinião de que, antes da abordagem dessa componente, devemos ressaltar os traços principais da fonética dialetal. Até porque as palavras da oralidade raras vezes são transcritas mesmo de forma aproximada (com exceções para as realizações literárias como as de Bento de Gouveia<sup>23</sup> ou João Carlos Abreu<sup>24</sup>), já não dizemos segundo as normas adotadas pelos especialistas, mas tão-só de forma aproximada, a fim de serem indicadas as características próximas da performance oral.

Em geral, os traços principais da fonética da oralidade madeirense foram sendo sistematizados, de acordo com as propostas de sucessivos estudiosos. Mencionaremos principalmente as de J. Leite de Vasconcelos<sup>25</sup> naturalmente, de Maria do Carmo N. Pereira, numa das primeiras teses de linguística apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa, até à de Luís Filipe Lindley Cintra, e ainda, na sequência da proposta do último autor citado, à do contributo de Luísa Segura. Como já atrás fica dito, Lindley Cintra (ver nota 17), atendendo à grande diversidade linguística da Ilha, preferiu falar de “dialetos madeirenses”, em vez da já

---

<sup>23</sup> Ver obra referida na nota 12, e outros romances, como *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, ou *Águas Mansas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963, e *Torna-Viagem: o romance do emigrante*, Coimbra, Coimbra Editora, 1979.

<sup>24</sup> João Carlos Abreu, *Dona Joana Rabo-de-Peixe*, Ponta Delgada (Açores), Éter, 1996. Esta é obra bem pitoresca sobre uma zona muito característica do Funchal (Bairro de Santa Maria).

<sup>25</sup> José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987 [1901].

consagrada designação “dialeto madeirense” (aceite desde a obra fundadora de Leite de Vasconcellos). Na recente *Gramática do Português (GP)*<sup>26</sup>, obra notável editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, coordenada por uma equipa de especialistas, Luísa Segura adota a proposta de Lindley Cintra de considerar os “dialetos madeirenses” (aliás, alarga-a aos Açores, falando também de “dialetos açorianos”). Sistematizando as características apontadas para a fonética madeirense, Luísa Segura sistematiza e enumera as sete características principais dos “dialetos” da Madeira<sup>27</sup>, que aqui referimos:

1 – “palatalização do /l/ quando imediatamente precedido da vogal [i] ou da semivogal [j] do que resulta a consoante palatal {lh}”.

Exemplos: aquilo {a\*keilhu} e outros citados no capítulo da GP.

*Notas pessoais do autor acerca desta característica:*

a) Lembramos a quase impossibilidade de um madeirense (não influenciado pela língua-padrão) distinguir *fila* de *filha*, isto é, pronunciando-as a ambas com o {lh} palatal; e

b) Curiosamente, muitos madeirenses, por ultra-correcção, pronunciam, em vez de “Ilha” (com a palatal [lh], “Ila” (com o /l/ lateral).

2 – “palatalização de [n], quando também é precedido ou seguido da mesma vogal e semivogal que no caso 1”.

Exemplos: vinagre {vêinhagre}; destino {deistínhu}.

3 – “semivocalização ou vocalização de /s/ em [j] ou em [i], quando em coda ou fim de palavra, quando seguido de consoante (com exceção de oclusiva surda)”.

Exemplos: os bichos {ui bichus}, as vacas {a\*j váka\*s}, às nove {a\*j nóvi}.

---

<sup>26</sup> *Gramática do Português*, Eduardo B. Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia C. da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes (org.), vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

<sup>27</sup> Luísa Segura, *ibidem*, pp. 106-110. Nas nossas “citações”, a transcrição fonética não pôde ser corretamente apresentada por indisponibilidade dos respetivos símbolos no computador que utilizámos e que tentámos substituir por outros que, embora não sejam cientificamente pertinentes, contribuirão para a compreensão dos fenómenos referidos (quanto às nossas sugestões em substituição dos símbolos adequados, elas são indicadas entre chavetas { }). Portanto, o melhor será fazer uma consulta das páginas indicadas da obra.

4 – “síncope de [g] intervocálico, quando imediatamente precedido de /i/ e /u/”.

Exemplos: cigana {ciá\*na\*}, enxugar {enчуár}.

5 – “inserção de uma vogal [a\*] ou [i], junto das vogais acentuadas [i] e [u], levando à semivocalização destas e ao aparecimento de ditongos decrescentes, respectivamente [a\*j] ou [ij], [a\*w] ou [iw]”.

Exemplos: fino {fêjnu}, aqui {a\*kêj}, rua {rua\*wa\*}.

6 – “formação de ditongos crescentes na sílaba acentuada de uma palavra, pela inserção das semivogais [j] ou [w], sempre que na sílaba imediatamente anterior (pertença ela à mesma palavra ou à palavra precedente) existam as vogais [i] ou [u] ou as semivogais [j] ou [w](...)”.

Exemplos: reparar {ripjar}, e cantam {i kjã\*tāw}, tudo {tíwdu}.

7 – “modificação das vogais finais átonas [i], grafado ‘e’, e /u/, grafado ‘o’ que passam a ser pronunciadas com [i], sempre que a sílaba tónica contém /i/ oral ou nasal ou a semivogal [j]”.

Exemplos: isso {íssi}, vime {vá\*jmi}, milho moído {mêjhimwêjdi}.

A originalidade destas características fonéticas é bastante conhecida e até comentada com ironia pelos “continentais”. Por exemplo, a palatalização do “l” depois do “i”, como em “queilhometro” (em vez de “quilómetro”), que, por sua vez, apresenta a ditongação de “i” em “êi”, o que também pode verificar-se em expressões (“{Êi-lhá?”), em vez de “E lá?”(quando se responde a um cumprimento: “Então, como está?”, sendo a resposta “Bem. E lá?”). Outro caso muito conhecido e comentado é a realização fonética de “Pontinha”em “{Ponteinha}”) ou de “semilha” ({semeilha}), para já não falar da também muito conhecida “piada”: “Sabes qual é o animal que na Madeira tem quatro patas e meia” (“{meia}” por “mia”, claro que com um certo exagero), a já referida síncope de /g/, característica (é a nº 4 na enumeração supra), esta muito valorizada por Lindley Cintra e objeto de estudo por Luísa Segura e João Saramago<sup>28</sup>, etc.

---

<sup>28</sup> Ver M. Luísa Segura da Cruz e João Saramago, “Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais”, in Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 707-738.

Quanto ao léxico, são abundantes os “arquivos” das palavras e dos lexemas dos “dialetos madeirenses”: desde pequenos glossários e vocabulários a mais volumosos contributos próximos da dimensão de dicionários, e a partes substanciais de teses universitárias, para já não falar da elaboração do *Atlas Linguístico*<sup>29</sup> do Arquipélago da Madeira, em que as palavras para cada objeto ou realidade, consideradas dentro de um campo lexical, surgem referenciadas às várias localidades em que foram recolhidas por investigadores e equipas especializadas.

Neste aspecto, chamamos a atenção para palavras como “buzico” (miúdo, criança pequena), “bizalho” (pinto), “vir às carreiras e às parafitas” (vir a correr, correr muito depressa), “rezonda” (repreensão), “rezondar” (repreender, insultar), “dar uma rezonda”, “abicar-se” (atirar-se, precipitar-se, gostar muito de uma coisa), “azoigado” (com aspeto de débil ou morto, magro e muito pálido, morto), etc. Podemos enumerar muitos outros, como “apilhar” (agarrar), “barraca” (“lugar” em Lisboa, isto é, pequena loja de venda de fruta e legumes), “agulheta” (gancho de cabelo), “bilhardar” (ver, conversar, falar muito sobre a vida dos outros), “boseira” (póia de excremento, indivíduo sem ação para trabalhar), “carrolaço” (taponna na parte de trás do pescoço), “cocó” (“carrapito” no penteado das mulheres, sobretudo das mais idosas, com o cabelo apanhado da parte de trás correspondente à zona occipital), “papelotes” (“canudos” no penteado de crianças ou senhoras), “fazer pipi” (urinar, diz-se para crianças: “fazer pipi”, em vez do continental “fazer chichi”), “pomba” (pénis de criança; no Continente, também se diz em certas regiões no diminutivo: “pombinha do Menino Jesus”), “prisão de roupa” (mola de estender roupa), “rijeiras” (suspensórios), “segurelha” (tomilho), “vaginha” (feijão verde), nomes de outras plantas como “mira, mira, não me toques” (para uma espécie de eufórbia), “gaitinhas” (espécie de trepadeira) ou “lilases” (glicínia) e ainda expressões tão metafóricas como “ar encanado” (corrente de ar) ou “bucho / bicho encostado / bicho virado” (maleita que os populares consideram resultar de um mau jeito dado no intestino de que padecem os jovens, sobretudo rapazes, devido aos saltos e tropelias, e que tem de ser tratada por um(a) curandeiro(a) que, na verdade, se encarrega de massajar

---

<sup>29</sup> Sabemos que se encontram prontos para publicação muito em breve os dois primeiros volumes desta obra, extraordinariamente relevantes para o estudo linguístico dos “dialetos madeirenses”.

com muita eficácia o abdómen do doente). E teríamos muitas mais – pensamos que ainda se faz a diferença entre “corredora” e “corredor” (a primeira significa <corredor> e a segunda, <latada>) – que podem ser descobertas nas obras indicadas ao longo desta exposição e das referências bibliográficas de rodapé<sup>30</sup>.

Um dos primeiros glossários publicados em livro, em 1929, por Emanuel Ribeiro, intitulava-se *Palavras do Arquipélago da Madeira*<sup>31</sup>, dando conta de 327 palavras. Recentemente, um grupo de trabalho orientado por um docente da UMa, o citado Prof. António Silva, procedeu a um inquérito junto de 12 falantes a fim de verificar quantas dessas palavras eram reconhecidas, sendo os resultados bastante decepcionantes<sup>32</sup>. De outros contributos, assinados por competentes estudiosos (lembramos<sup>33</sup> F. J.

---

<sup>30</sup> Será indispensável consultar a obra de referência, que com certeza será atualizada pelo autor, para os diversos aspetos aqui abordados (linguístico, dialetológico, etno-literário, literário, etc.), de Jorge M. Torres, *Para uma Bibliografia Madeirense – Cultura Tradicional*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1995.

<sup>31</sup> Emanuel Ribeiro, *Palavras do Arquipélago da Madeira*, Porto, Marânus, 1929.

<sup>32</sup> Ver a apreciação de António Silva sobre as palavras que foram reconhecidas ou não pelos inquiridos no citado artigo da revista *Margem 2* (ver nota 20).

<sup>33</sup> Enumeramos F. M. Rogers, “Insular Portuguese Pronunciation: Madeira”, *Hispanic Review*, vol. 14, n.º 3, julho, 1946; Maria do Carmo Noronha Pereira, *Tentativa de um pequeno Atlas Linguístico da Madeira e algumas considerações sobre particularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas do falar madeirense*, dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1952; Maria Ângela L. Rezende, *Canhas e Câmara de Lobos – Estudo Etnográfico e Linguístico*, dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1961; J. Cruz Nunes, *Os Falares da Calheta, Arco da Calheta, Paúl do Mar e Jardim do Mar*, dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965; Eduardo A. Pestana, *Ilha da Madeira – II – Estudos Madeirenses*, C. M. F., 1970; Ernesto d’Andrade, “Algumas particularidades do Português falado no Funchal”, *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra 1993)*, Lisboa, APL, 1993, pp. 17-30; Paula Freitas Silva, *O Falar de S. Vicente – Descrição do Sistema Vocálico*, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, 1994; Naidea Nines Nunes, “Os ‘dialectos madeirenses’ e a história da língua portuguesa”, *Livro de comunicações do colóquio internacional “Cultura de Periferias: Insularidades”*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1999, e *Outras Palavras Doces*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010; acrescentaríamos, em jeito de informação, a importante contribuição para o vocabulário da “gastronomia”, a original e muito rica *Gastronomia Tradicional da Madeira e do Porto Santo*, com uma Introdução de Marcelino de Castro, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2013. Esta lista pode ser completada com Jorge Torres,

Rogers, Noronha Pereira, Ângela Rezende, Cruz Nunes, E. A. Pestana, E. d'Andrade, Paula Freitas) distinguiríamos, como um dos mais completos e com vantagem de apresentar sinónimos, exemplos e citações da oralidade, o de Abel Marques Caldeira<sup>34</sup>, com o seu apreciado *Falares da Ilha – Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*, para o qual remetemos os leitores, a fim de descobrirem os significados das palavras e expressões que fomos citando.

Ultimamente, já em 2013, foi editada pela Direção Regional dos Assuntos Culturais, na coleção “Cadernos Madeirenses”, Série II/3, a obra *Linguagem Popular da Madeira*, da autoria de António Marques da Silva<sup>35</sup>, resultante da reunião de artigos publicados entre 1952 e 1963 nas páginas do *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, num total de doze informados conjuntos de ocorrências devidamente exemplificadas e muito competentemente comentadas numa coleta realizada por um professor primário que, vindo do Continente, exerceu o seu magistério no Norte da Ilha (mais concretamente em S. Jorge, mas com muitos contactos com Santana e outras localidades, e, naturalmente também com o Funchal)<sup>36</sup>. Marques da Silva apresenta esses

---

*Para uma Bibliografia Madeirense [...], op. cit.*, e a bibliografia da obra de Ana C. Figueiredo referida na nota 34.

<sup>34</sup> Abel Marques Caldeira, *Falares da Ilha – Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*, 2.<sup>a</sup> ed., Funchal, Eco do Funchal, 1993 [1961]. Em 2004, foi apresentada na Universidade da Madeira a tese de Mestrado de Ana Cristina Figueiredo que só há pouco tempo viemos a conhecer: trata-se de um bem informado, cuidado e excelente estudo sobre os regionalismos da Madeira, felizmente já editado com o título *Palavras d'aquintrodia* (estudo sobre regionalismos madeirenses), Lisboa, Fonte da Palavra, 2011, com uma muito completa bibliografia, que recomendamos.

<sup>35</sup> António Marques da Silva, *Linguagem Popular da Madeira*, “Cadernos Madeirenses”, Série II/3, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2013. Tivemos notícia da edição deste apreciável conjunto de escritos pelo Exmo Senhor Dr. Marcelino de Castro, distinto universitário (foi durante alguns anos Professor da UMa) que agora é responsável das edições da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais (Madeira) e Diretor da muito atual, informada e cuidada revista *Islenha*. A *Islenha* é uma revista de referência obrigatória pelos seus conteúdos relacionados com o Arquipélago da Madeira (não só) e, nos seus cinquenta e três números têm sido tratados aspetos (*passim*) relacionados com o que vimos dizendo neste texto.

<sup>36</sup> Ver “António Marques da Silva: Nótulas Bio-bibliográficas”, da autoria de António Ribeiro M. da Silva, *ibid.*, pp. 13-17.

conjuntos segundo rubricas, como, por exemplo, “A Religiosidade na Fala”, “O Homem”, “A Figura Humana”, “Animais Domésticos”, “O Mundo Alado”, “Insectos”. Após uma curta e concisa introdução à “rubrica temática”, cativa-nos o modo pedagógico de como se articula a exposição de fascinante coloquialidade graças aos pequenos fragmentos descritivo-narrativos dos contextos em que as palavras ou as expressões são exemplificadas. Assim: quando ele fala da sobrevivência da “linguagem dos velhos tempos da colonização”, comenta a citação: “O pronome indefinido ‘algum’ é muitas vezes traduzido por ‘um’ ou ‘uma pesseua’: // - Nesta vida digraçada o cum (que um) ganha nã dá pa umas botas. // - Ora! Não há remédio senão uma pesseua andar dicalça, coma Nô Senhor andou...” E logo acrescenta: “Alguns” é representado por “deles” (como em Fernão Lopes): “// - Já sabe cá (que há) munta pobreza na nossa freguesia. Mai também há deles que são calaceiros (mandriões) e rabaceiros (ladrões)”, etc. Vejamos ainda um trecho recheado de informação lexical no que toca a “A Figura Humana”: “No à vontade do soalheiro ou da taberna avultam os defeitos físicos, reais ou imaginários, das vítimas da má-língua: o bigode é o *ferrolho*; os dentes, a *ferrage*; o nariz, o *focinho*, e as orelhas *copas* (folhas) de inhame”. E continua: “De ‘arcaboço’ formou-se, talvez, o vocábulo ‘arcas’ (peito e costas)<sup>37</sup> que terminam nos ‘vazios’ (cintura). [...] // Nas brincadeiras dos escolares, os abusos cortam-se com o aviso ameaçador: // - Olha as arcas! Comeigo, mai devagarainho! // Na ‘pá’ (ombro), nas ‘juntas’ (articulações) e nas ‘cadeiras’ (quadrís), quando não é no ‘fio da canela’, aninha-se o *resmate* dos velhos que tanto os faz lastimar: // - Tenho uma na pá que nã jazo! // - Ê cá, é uma dor que me tranca as cadeiras!//”. “Me doíam as cadeiras” lê-se em Erico Veríssimo, na página 544 de *O Tempo e o Vento*<sup>38</sup>. A obra de Marques da Silva é um repositório de palavras e expressões, regionalismos bem pertinentes desses anos que ele viveu perto dos seus alunos e das suas famílias. Mas não podemos deixar de referir a atenção que mereceram ao emérito professor expressões

---

<sup>37</sup> Lembramo-nos de um episódio do tempo de estudante no Liceu de Jaime Moniz: um professor e um colega protagonizaram uma acesa discussão – num dos momentos de maior agressividade, o docente ameaçou o aluno: “– Olha que te dou uma *batata* nas *arcas*!” Julgamos que nenhum de nós, alunos da Turma 4.º C, se esquecerá da cena.

<sup>38</sup> António Marques da Silva, *op. cit.*, p.47.

com História que ele explica muito bem, sobretudo quanto às suas possíveis origens históricas, por exemplo, a expressão de repúdio em muitas imprecações: “- Ah, cão, vai-te para a Regel / prá regela”<sup>39</sup>. É consensual, entre os estudiosos, que “a Regel” / “regela” tem a ver com “Argel”, com toda a carga histórica das investidas de piratas do Norte de África às duas ilhas do Arquipélago.

Apontamos também como importantes algumas construções morfosintáticas: por exemplo, “está dizendo” (à maneira de outras regiões de Portugal e do Português do Brasil), em vez de “está a dizer”, ou, no tratamento, “Amecê” ou “Si” (“Amecê ‘tá vendo” ou “Si compreende?”) E, agora como incorreção, a frequente forma da 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do pretérito perfeito (“eles comprarem algumas prendas”, “Os senhores chegarem ontem”). Uma coincidência com outras partes do território português é “Ele sentou-se ao meu pé” (em vez de “ao pé de mim”).

Mas não queríamos concluir este conjunto de preciosidades que matizam tão originalmente o património madeirense sem nos referirmos a expressões quotidianas de tratamento, de saudação, ou cumprindo uma função fática. Exemplifiquemos: “Antão, com’ é camecê ‘tá?”, com a frequente resposta “Olhe, com’a Salvé Rainha, gemendo e chorando neste vale de lágrimas”. Também a maneira de uma pessoa mais idosa reagir, ao encontrar um jovem conhecido, mas que não vê há algum tempo, pode apresentar-se pitoresca, como nos aconteceu um dia, quando encontrámos uma senhora amiga de família, ao reconhecer-nos no Largo do Chafariz, no Funchal, depois de há muito não nos ter visto, e ao ser contactada por nós, olhou-nos e dirigiu-se-nos assim: “Ó *piqueno*, o qu’ é que fazes aqui? Ao tempo que não te vêia”. Mas, na nossa experiência insular, podemos testemunhar a grande surpresa da saudação ou do cumprimento em Santana, agora cidade, nessa época, quando passávamos as férias de verão junto de familiares. Ao princípio, estranhávamos a maneira como os habitantes se nos dirigiam. Quando falavam com os seus conterrâneos e também saudavam os forasteiros, poucas vezes diziam “Bom dia!”, mas usavam um cumprimento de forte tradição cristã: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!”, ao que o interpelado devia responder “Para sempre seja louvado”. Constituíam, julgamos nós, uma espécie de senha e contra-senha para uma avaliação

---

<sup>39</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 87-90.

da crença do forasteiro e da sua legitimação na aceitação por parte da comunidade. Não sabemos se a tradição continua... Assim, como costume também quase geral, era o de “pedir a bênção” aos familiares mais próximos (pai, mãe, tios, padrinhos, etc.), com a fórmula “Pai X, a sua bênção”, seguindo-se um beijo na mão, ao que o familiar respondia “Que Deus te abençoe!”. Eram gestos que ganhavam um grande significado de acordo com o respeito pela autoridade familiar integrado numa atmosfera tradicionalmente vivida segundo uma religiosidade bastante profunda da qual essas manifestações constituíam sinais visíveis no plano quer mais estrito da família, quer na vivência social pública.

Igualmente não podemos passar ao lado de expressões que, felizmente, vão ficando e se vão tradicionalizando. Elas têm de ser urgentemente arquivadas, não isoladamente, mas no seu contexto social, até porque correm o perigo de ser “ameaçadas” pela escolarização e pela invasão de outras modas que podem ameaçar a tradição. São relíquias que nos são muito queridas. Lembremos, sem ser exaustivos, as grandes “pérolas” empregadas no dia a dia: o tão usual “Cá nada!” (segundo A. M. Caldeira, “Resposta dada a quem desdenha do que se lhe diz”; no entanto, pensamos que os contextos do seu emprego são ainda mais variados, embora a base seja a “negação”) ou “Basta que sim!” (“Admiração”, muito habitual na chamada “bilhardice”, ao ser conhecida uma novidade, principalmente se sensacionalista, mas que pode ser apenas uma expressão fática, no meio de um tempo de silêncio durante uma conversa). Em ocasiões de grande dificuldade ou aflição: “Ah estepilha!” (“Nesse momento, o muro caiu. Ah estepilha, apanhei um susto!...”); nos cumprimentos e saudações: “- A vizinha e sua família, como ‘tão todos?’” A resposta pode ser que está tudo bem. Mas pode surgir logo o tão usual “Êi-lhá?” (que quer significar: “E lá?” o que quer dizer ainda mais: “E o senhor e a sua família?”). Interessante também a imperativa: “{Vai-lhá-lem!”} (“Vai lá, além!”) ou então “{Si foi-lhá-lem?”}” (isto é, “O senhor ou você foi lá-lém (acolá, lá adiante)”).

## 6. Palavras da cultura madeirense (II): a abundante vertente etnoliterária (da expressão lírica às narrativas realistas e míticas)

A Literatura Oral Tradicional<sup>40</sup> (ou, para alguns estudiosos, também “Etnoliteratura”<sup>41</sup>) constitui uma das componentes riquíssimas do património cultural imaterial no território insular, quer da Madeira, quer do Porto Santo: uma das mais importantes de Portugal, a par da transmontana, açoriana e algarvia<sup>42</sup>. Não podemos esquecer outras tradições, como a beirã, que para Garrett seria a mais representativa, porquanto, na verdade, ele teve em muita conta as versões da Beira Baixa como as mais significativas e, portanto, tidas como base para as suas composições editadas no *Romanceiro*. Muitos de nós, no número dos quais temos muito orgulho em contar-nos, foram acompanhados desde crianças e durante parte da nossa juventude pela voz de familiares (tia/tio, avô/avó, primos) ou um empregado doméstico (na época, denominado “criado” ou, mais frequentemente “moço”, ou a “criada”) que entoava uma cantiga (muitas vezes acompanhados do “rajão”) ou um “romance”, narrava um conto, uma lenda, ou nos “curava” do “olhado”... Mais

---

<sup>40</sup> Para mais amplo conhecimento, consultar João David Pinto-Correia, *A Literatura Oral Tradicional – conceito, classificação, perspectivas*, Lisboa, Apenas Livros, 2013 (editado no âmbito de Projeto ADLOT – FCT, CTPP – FLUL) e o portal [www.adlot.fl.ul.pt](http://www.adlot.fl.ul.pt). Ver também Jorge Torres, *Para uma Bibliografia Madeirense [...]*, *op. cit.*

<sup>41</sup> Utilizamos também esta designação, de acordo com a proposta do nosso professor e orientador de Tese de Doutoramento em Paris (na École des Hautes Études en Sciences Sociales, nos anos de 1978-1981), A. J. Greimas, em alguns dos seus escritos.

<sup>42</sup> A Madeira é considerada uma das mais importantes e ricas regiões no que toca à Literatura Oral Tradicional, a par de outras regiões portuguesas (Trás-os-Montes, Algarve, Açores). Este elemento fundamental da cultura madeirense constitui estrato dinâmico do património imaterial que, desde há muitos anos, tem interessado investigadores, escritores, etnógrafos, antropólogos, historiadores da cultura, estudiosos, musicólogos, etc., no fundo todos quantos têm tentado, e conseguiram, considerar como um veio fundador da identidade do Arquipélago da Madeira. Será recomendável consultar a bibliografia para os diversos aspetos proposta por Jorge M. Torres, na já citada *Para uma Bibliografia Madeirense [...]*, *op. cit.* Também podem os leitores interessados consultar versões de diferentes composições de todo o Portugal, Madeira inclusive, e que se encontravam inéditas, no recente portal [www.adlot.fl.ul.pt](http://www.adlot.fl.ul.pt), resultantes do Projeto PTDC/CLE-LLI/104023/2008 – Arquivo Digital da Literatura Oral Tradicional (FCT/CTPP-FLUL): são 147 as versões madeirenses registadas neste ADLOT.

tarde, já mais adultos, os cantos e jogos nas romarias ou em determinados períodos devotos ou festivos da vida coletiva contribuíram para amenizar as agruras, ou as cantigas que acompanhavam as rodas de amigas e amigos antes ou depois de jogos, como o “jogo do lenço”<sup>43</sup>.

No conjunto das composições líricas da Madeira, algumas são logo tidas por bem representativas do património cultural imaterial da Ilha. Pensamos nas rimas-infantis<sup>44</sup>, das quais podemos desde já distinguir algumas fórmulas encantatórias e lengalengas. Quem, na sua infância, não correu atrás de uma borboleta a cantar “Poisa, poisa, Maria Loisa, que amanhã dou-te uma coisa”, versão madeirense para uma muito conhecida fórmula bem em voga em todo o território português, bem como outras que também as crianças cantam para exercer o poder da palavra sobre pequenos animais, sobretudo insetos (borboleta, joaninha, por exemplo), para os afastar ou cativar? Os anfiguris (verdadeiros *nonsenses*) com as suas versões insulares também interessam as crianças, sobretudo encantam-nas quando alguém as recita, e que começam quase sempre com “Era não era / Andava na serra...”

As cantigas – por exemplo, as “cantigas inteiras” (com várias quadras) ou as quadras-soltas – são bem conhecidas e ocupam as vozes de todos os ilhéus em momentos privados ou coletivos: lembramos, entre as últimas, “Primavera das flores / Como esta não há mais, / Primavera vai e volta sempre, / E mocidade não volta mais” ou “Minha terra é a

---

<sup>43</sup> Gostaríamos de exemplificar, no próprio texto da exposição, as composições que consideramos mais adequadas para ilustrar as muitas categorias e géneros referidos. É evidente que a tarefa não se apresentava simples sobretudo no que tocava o problema do espaço disponível: por essa razão, optámos por citar no próprio texto da exposição apenas as composições mais curtas, compatíveis com o espaço; para as outras, mais extensas ou que envolvem versões a serem comparadas, informamos os leitores das localizações bibliográficas que poderão ser consultadas; ou, então, em casos especiais, remetemo-los para os Anexos (A, B e C) onde as versões, poucas, se encontram disponíveis e devidamente identificadas e, quando necessário, anotadas. Esperamos vir em breve a adicionar ao *corpus* disponível uma pequena coletânea com novas versões de composições entretanto recolhidas no Arquipélago da Madeira.

<sup>44</sup> Quanto às “rimas infantis”, salientamos o contributo mais recente de Maria José Costa, *De volta ao Continente Poético Esquecido – As Rimas Infantis* (org., introd. e notas de Maria Teresa Meireles), Lisboa, Instituto Piaget, 2012 (encontram-se exemplos do *corpus* madeirense) e ainda de Maria Lígia Lopes Brasão, *Brinquedos tradicionais cantados. Lengalengas e trava-línguas*, Lisboa, Edit. O Livro, s.d.

Madeira / embalada sobre o mar, / tem prados cheios de relva, / e ribeiras a cantar”. Algumas foram adotadas pelo Folclore mais institucionalizado em “bailinhos”: “Deixa passar / esta linda brincadeira, / que a gente vamos bailar / para a gatinha da Madeira” ou “O Xaramba foi às lapas / a mulher aos caranguejos / A filha ficou em casa / dando abraços e beijos”. Outras (as que chamamos “cantigas inteiras”) articulam séria ou jocosamente versos em cadeia sobre um tema ou motivo: “Cantiga dos dias da semana” ou “Cantiga das horas”, por exemplo, ou submetidas a um verso/versos de leixa-prem, como “Minha mãe mandou-me à lenha”, “O anel que tu me deste”, “Não te encostes à roseira / parreira”, “Lá fora naquela barra”, “Meu amor disse que vinha”, etc. Algumas composições/quadras podem seguir um esquema fácil de adaptar a outros motivos: por exemplo, “Meu pai chama-se nabo, / Minha mãe é uma nabiça, / Lá em casa tudo é nabo, / Tudo é, é, é uma hortaliça”. Outras são ofensivas e quase escatológicas; lembramo-nos de uma que era cantada por uma familiar de grau já afastado quando estava zangada com o marido: “Cagando tomei amores, / cagando me arrecebi, / Agora que estou casada, / estou cagando para ti”. E cantava-a em alta voz, para que o destinatário a ouvisse. Ao transcrevê-la, registamos dois aspetos: o primeiro, não a termos esquecido, o outro, afirmar que não deverá o leitor levar a mal a nossa ousadia, porquanto se trata de uma tarefa de natureza científica e a ser realizada num tempo em que, julgamos, há uma maior compreensão para citações mais atrevidas do que no tempo de Leite de Vasconcelos<sup>45</sup>.

Mas as composições deste importante *corpus* podem apresentar-se com intenções pedagógico-didáticas, como os trava-línguas, as adivinhas ou os enigmas, ou com funções de sabedoria tradicional, de que são representantes maiores os provérbios. Haveria ainda que estudar

---

<sup>45</sup> De entre os “cancioneiros”, o de José Leite de Vasconcelos constitui o mais importante dos editados em Portugal (José Leite de Vasconcelos, *Cancioneiro Popular Português*, 3 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1975, 1979 e 1983), no qual encontramos composições da Madeira. Interessa referir que, nesse cancionário, não se encontram composições que pudessem levantar problemas quanto à linguagem ou ao conteúdo menos próprios. Mas lembramos também o contributo de outros autores neste domínio (desde Álvaro Rodrigues de Azevedo e Urbano C. Soares, Visconde do Porto da Cruz, E. Antonino Pestana, Maria Lígia Lopes Brasão, Alberto F. Gomes, Carlos M. Santos, Rui Santos, Ernesto Gonçalves, Grupo *Xarabanda* e muitos mais). Vide Jorge M. Torres, *Para uma Bibliografia Madeirense* [...], *op. cit.*

com mais profundidade as composições de funções prioritariamente utilitárias, isto é, os pregões, que se relacionam com algumas atividades da ilha: os vendedores de peixe (não só os “pesquitos”<sup>46</sup>), que comercializam “chicharro”(carapau), “espada”, “atum”, “gaiado”, “cavala”, “peixe fino” (expressão muito utilizada para o peixe mais caro e considerado de melhor qualidade), “peixe gata”, seja na praça e também na rua (sobretudo noutros tempos), os leiteiros (expressões relacionadas com o anúncio de chegada dos leiteiros ambulantes às casas aonde iam vender o leite com as suas vasilhas e canjirões dependurados dos cajados) ou as floristas no colorido e perfumado Mercado dos Lavradores, principalmente em dias festivos. Quanto a estes/estas vendedores/vendadeiras, conhecem-se os brejeiros e anedóticos pregões para a venda das tão apreciadas “cabrinhas”: “Cabrinhas, meninas” e “Cabras, minhas senhoras” (as “cabrinhas” e também as “cabras” são ambas fetos – “dahvalias” –, com folhas ligeiramente diferentes na forma e na cor. que nascem nas rochas e nas paredes do “campo” e que são vendidas publicamente na época do Natal, muito utilizadas nos enfeites dos presépios e “lapinhas”).

Nas composições que formam o conjunto do cancionero, falta referir-nos às que, sem dúvida, constituem parte fundamental da performance etnoliterária dos madeirenses quer ativamente (os que as empregam) ou passivamente (os que são objecto desse poder das palavras): sobretudo as que se integram nas que têm função prático-utilitária, mais designadamente com intenção mágico-religiosa, isto é, as orações, as rezas, as benzeduras e os responsos. Não falaremos dos exorcismos. Sabemos que, na Madeira, como, aliás, em todo o território português, a religião e, já com estatuto mais reservado e quase secreto, a superstição conduzem a composições linguísticas de estrutura e expressão muito curiosas<sup>47</sup>. Por um lado, encontramos não só as orações oficiais, mas

---

<sup>46</sup> “Pesquito” é adjetivo beócio para o madeirense natural de Câmara de Lobos, a par de outros, como “lapeiro” (natural de S. Gonçalo), “profeta” (do Porto Santo), “rabicho” (de S. Martinho).

<sup>47</sup> Lembramo-nos das palavras iniciais do Visconde do Porto da Cruz no seu *Crendices e Superstições do Arquipélago da Madeira*, Funchal, A. F. Branco, 1954, p. 5: “O Povo do Arquipélago da Madeira goza a fama de ser profundamente religioso mas nem por isso consegue fugir ao exagero das *Crendices e Superstições*. Quer nos factos graves quer nos mais simples episódios da vida de todos os dias as *Crendices* e as *Superstições* têm sempre um lugar preponderante

igualmente as designadas “orações paralelas”, como “Pai Nosso Pequeno”, “Oração ao Anjo da Guarda”, etc. Por outro, temos as rezas, as benzeduras e os responsos. Consideramos aqui apenas as que constituem versões próprias da Região, recolhidas por estudiosos, como Rodrigues de Azevedo, Visconde do Porto da Cruz ou E. Antonino Pestana, e ainda por coletores, alunos do Centro de Apoio do Funchal da Faculdade de Letras de Lisboa, nossos alunos nas décadas de 80 e 90 do século passado. São composições que pressupõem o poder mágico da palavra, empregada em nome de uma entidade superior, sobre alguém, sobre um animal, ou sobre a própria natureza, no sentido de fazer o bem, como a cura, a proteção, mas também causar o mal, a doença, o afastamento ou a separação entre pessoas (namorados ou casados), benzer objetos, etc. Exemplificamos com algumas dessas composições (de que existem muitas versões) mais significativas (Ver **Anexo A**).

Neste conjunto, salientamos as seguintes composições: as orações-rezas, que são ditas para curar do “olhado” (palavra que significa o mesmo que “mau olhado” no Continente), da inveja, do “bucha / bicho encostado”, da “erisipela”; as benzeduras (para benzer animais ou objetos) e os responsos (para proteger das trovoadas, como “Responso a Santa Bárbara”, ou para encontrar algum objecto perdido, por exemplo, “Responso a Santo António”). Os poucos exemplos registados ajudar-nos-ão a compreender a estrutura de conteúdo e de expressão destas curiosas práticas da cultura com alguma natureza esotérica, quase sempre acompanhadas de outras linguagens, para além da linguística, como a melódica e a gestual (Ver **Anexo B**).

A passagem da poesia lírica para a épica (segundo Menéndez Pidal, o “romance tradicional” é um “poema épico-lírico”, tendo em conta as suas origens nos fins da Idade Média) e para a narrativa é representada pelo Romanceiro que foi e, pensamos, continua a ser um dos géneros prediletos das gentes madeirenses. As recolhidas e editadas nas últimas décadas do século XIX e continuadas no século XX e XXI em coletâneas, livros e revistas têm demonstrado a permanência e, ao mesmo tempo, a “variedade” dos assuntos da tradição romancística portuguesa e ibérica. A transmissão das composições mais antigas já

---

(...). Para mais bibliografia, ver a obra citada de Jorge Torres, *Para uma Bibliografia Madeirense* [...], *op. cit.*, p. 112.

presentes nos “cancioneiros de romances” encontra na memória e na voz de muitos informantes madeirenses (sobretudo mulheres), entre os quais alguns analfabetos, autênticos arquivos evidentemente caracterizados pela permanência de conteúdos, de estruturas e de processos retórico-poéticos, mas apresentados com a inevitável variação própria da Literatura Oral Tradicional.

Contributos fundamentais para os registos de “romances tradicionais” em suportes audiovisuais, só possíveis a partir dos meados do século XX, continuaram a atividade de quantos, munidos de papel e lápis, fizeram (e alguns ainda o fazem) levando muito a sério o seu paciente trabalho de campo pelas ilhas da Madeira e Porto Santo. Como mais evidentes marcos dessa persistência de exploração da memória<sup>48</sup> ficaram-nos as obras de Álvaro Rodrigues de Azevedo, uma das primeiras coletâneas de Romanceiro em Portugal, que também inclui parte de Cancioneiro, a par da iniciativa de Teófilo Braga para os Açores (*Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*), passando depois a reeditar, no *Romanceiro Geral*, outras versões já publicadas por outros autores, entre elas as editadas por Rodrigues de Azevedo, de Pere Ferré e colaborado-

---

<sup>48</sup> Como coletâneas mais importantes do Romanceiro Madeirense, contamos com Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Tipografia “Voz do Povo”, 1880; Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português: Romances heroicos, novelescos e de aventuras*, 3 vols., Lisboa, Manuel Gomes, 1906, 1907, 1909 (os romances madeirenses são reedições, sobretudo das versões de Azevedo); Pere Ferré et alii, *Romances Tradicionais: Subsídios para o folclore da Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1982; Pere Ferré e Sandra Boto, *Novo Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Funchal/500 anos, 2008 (obra que inclui todas as versões editadas em Ferré et alii, 1982, e outras que se encontravam inéditas, a mais completa e cuidada coletânea nas transcrições); Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro Português do Canadá*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979; *Romanceiro Português dos Estados Unidos – I – Nova Inglaterra*, Coimbra – Madrid, 1980; *Romanceiro Português dos Estados Unidos – II – Califórnia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1983 (nestes Romanceiros de Costa Fontes, são editadas versões recolhidas pelo Autor no Canadá e nos Estados Unidos, junto de emigrantes madeirenses); Maria Aliete Dorés Galhoz, *Romanceiro Popular Português. I – Romances Tradicionais*, org., introd. e notas, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987; Joanne B. Purcell, *Novo Romanceiro Português das Ilhas Atlânticas, I*, in Isabel Rodríguez-García (ed.) e João A. das Pedras Saramago, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1987; Jorge Torres, *Recolhas Xarabanda. I - Romances Tradicionais* (coord. e fixação do texto de...), Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1995.

res (José Joaquim Dias Marques, Ana Maria Martins e Vanda Anastácio e, anos mais tarde, Sandra Boto), Joanne Purcell, para além das de outros, como António Aragão (com recolha ainda inédita), Jorge M. Torres, o grupo Xarabanda (com Rui Camacho, Mário André e Jorge M. Torres,) e também em revistas como *Girão* e *Xarabanda* (muitas vezes com versões acompanhadas de notação musical). Algumas versões foram frequentemente adotadas em repertórios musicais para sessões destinadas ao grande público e gravadas em suporte áudio e audiovisual. Salientem-se ainda as recolhas levadas a efeito por alunos da disciplina de Literatura Oral Tradicional do Centro de Apoio da FLUL no Funchal e, depois, da UMA, muitas das quais ainda inéditas<sup>49</sup>.

Nesse *corpus*, integram-se muitos dos mais representativos “romances” das tradições hispânicas com matéria da antiga épica e histórica peninsular medieval, ou já presentes nos antigos *cancioneros de romances* de natureza novelesca, para além das mais recentes cantigas narrativas.

O romanceiro madeirense e o portossantense apresentam características únicas no conjunto da Literatura Tradicional Portuguesa: por exemplo, a existência de romances de matéria histórica peninsular como os respeitantes à figura de D. Rodrigo Díaz de Bivar (o Cid) – “Perseguição do Mouro Búcar”<sup>50</sup>, “O Cid e o Conde Lozano”, o romance “Morte de D. Fernando I” + “Queixas de D. Urraca” (versões encontradas como fragmentárias relíquias por Pere Ferré e seus colaboradores), que é único na tradição portuguesa (esta D. Urraca é a princesa “deserdada” por Fernando I, de Leão e Castela, tendo recebido apenas Zamora depois destas “queixas” ao pai no seu leito de morte)<sup>51</sup>, ou ainda a

---

<sup>49</sup> Para uma maior informação sobre o Romanceiro, poderão os interessados ler os nossos estudos e antologias: J. David Pinto-Correia, *Romanceiro Tradicional Português* (apresentação crítica, org., notas e sugestões para análise literária), Lisboa, Ed. Comunicação, 1984; *Idem*, *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa* (org., anot. e sugestões para análise literária), Lisboa, Ed. Duarte Reis, 2003, e ainda *O Essencial sobre o Romanceiro Tradicional*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1986). A disciplina de Literatura Oral Tradicional foi continuada na UMA pelos docentes Fernando Figueiredo, João Adriano Ribeiro e Thierry Proença dos Santos.

<sup>50</sup> Ver as versões de “Perseguição do Mouro Búcar” e “Cid e o Conde Lozano”, em Ferré *et alii*, *op. cit.*, 1982; Ferré e Boto, *op. cit.*, 2008.

<sup>51</sup> Ler as versões deste romance em Ferré *et alii*, *op. cit.*, 1982; e Ferré e Boto, *op. cit.*, 2008.

“Morte de D. Afonso de Portugal” (D. Afonso, filho do nosso rei D. João II, o qual morreu numa queda quando cavalgava nas margens do Tejo)<sup>52</sup>. Os romances tradicionais do Arquipélago constituem património imaterial riquíssimo na cultura tradicional portuguesa, em que sobreviveram abundantes versões de “Conde Alarcos” (o “Conde Jano” de Garrett), “Delgadinha”, “Gerinaldo”, “Bernal Francês”, “Nau Catrineta”<sup>53</sup> e alguns outros de muita relevância. E espanta-nos que, nesta tradição, como acima afirmámos, dos romances carolíngios tenham permanecido apenas algumas versões dos do ciclo “Conde Claros” (Ver Anexo C).

Podemos testemunhar a nossa experiência pessoal: na infância, contámos com a voz de uma prima já idosa, que nos brindou com alguns desses romances, apresentando-se-nos alguns deles algo incompreensíveis ou “demasiado” trágicos (e lembramo-nos que ficávamos confusos quanto a certas partes do enredo..., convenhamos que com razão), como a *Delgadinha*, ou o *Conde Alarcos*.

Ao contrário da riqueza e variedade desse género, que tanto mereceu o entusiasmo de estudiosos da Literatura Tradicional, já o “conto tradicional”, que julgamos também poder guardar algumas surpresas no futuro da recolha e da investigação, ainda não está suficientemente registado (pouco mais que os contributos de Alfredo Vieira de Freitas<sup>54</sup>,

---

<sup>52</sup> Para este romance nas versões madeirenses, ver também Ferré *et alii*, *op. cit.*, 1982.

<sup>53</sup> Por ser um dos mais conhecidos, o que se deve a uma sua grande difusão em antologias escolares, editamos no Anexo C duas versões madeirenses da “Nau Catrineta”: uma, recolhida em 1971, na Califórnia, dita por uma informante madeirense (Costa Fontes, *op. cit.*, 1981, versão 9) e outra, em 1981, em Porto da Cruz (Machico) (Ferré *et alii*, *op. cit.*, 1982, v. 382). Interessa salientar que alguns romances são levados para onde os nossos emigrantes se fixam, o que é bem significativo da importância que este património ganha na bagagem cultural dos nossos conterrâneos que se deslocam para longes terras; de passagem, acrescentamos que essa fidelidade só se observa na memória dos que emigram para os E.U.A. ou para o Canadá, pelo menos, até hoje, e o seu registo só foi possível graças ao trabalho do Prof. Costa Fontes, estudioso incansável na recolha por essas paragens (Costa Fontes, 1980 e 1983); não foram encontradas versões de romances noutras comunidades de emigrantes (França, Alemanha, Inglaterra, Suíça).

<sup>54</sup> Alfredo Vieira de Freitas, *Continhos Populares Madeirenses* (recolha pelo), Funchal, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1988. Para os contos publicados em jornais ou em revistas ou como trabalhos

Ernesto Gonçalves<sup>55</sup> e alguns outros, de carácter mais local, e ainda os publicados nas revistas atentas a estas matérias). Neste campo, pouca é a presença de versões madeirenses nas obras emblemáticas de Adolfo Coelho, Z. Consiglieri Pedroso e Teófilo Braga e algumas mais nas de Leite de Vasconcellos e ainda de Alda da S. Soromenho e Paulo Caratão Soromenho. As recolhas neste domínio têm sido muito escassas em resultados talvez devido ao pouco interesse dos coletores pelo género. Será tarefa a convergir a atenção e o interesse dos estudiosos, não só ainda na recolha, como também na sua classificação segundo os índices internacionais e nacionais (Aarne-Thompson, Uther e Cardigos) e na sua análise e interpretação.

Já o mesmo não acontece com as “lendas”<sup>56</sup>, de que se destacam as que gostamos de designar “fundadoras” (lenda de Machim e Ana d’ Arfet ou a “lenda do grande incêndio”) e as “míticas” (lenda do “regresso de D. Sebastião e da Ilha de Arguim” ou as das “furnas do Cavalum” e do “Bicho Cidrão”), lendas que terão de ser mais evidenciadas

---

práticos de Ensino Básico ou Secundário, ver Jorge M. Torres, *Para uma Bibliografia [...]*, op. cit., pp. 92-93. Costa Fontes também recolheu uma versão do conto XXXX editada na sua tese de doutoramento: *Portuguese Folktales from California*, Ann Arbor, Michigan University, 1975.

<sup>55</sup>Ernesto Gonçalves, “Histórias de Bisbis. Dois diálogos e algumas cantigas da tradição oral do povo madeirense”, in *Portugal e a Ilha. Colectânea de estudos históricos e literários*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992, pp. 501-514; *Idem*, “Quatro contos, um romance e algumas cantigas da tradição oral do povo madeirense”, in *Portugal e a Ilha [...]*, Funchal, 1992, pp. 515-528.

<sup>56</sup>Consultar Jorge M. Torres, *Para uma Bibliografia...*, pp. 93-94. Ressaltamos os títulos aí indicados da autoria de Alfredo Vieira de Freitas, Alberto Artur Sarmento, Alberto Figueira Gomes, J. Reis Gomes, Jaime Vieira Santos e Manuel Pio. De considerar ainda: Visconde do Porto da Cruz, *Algumas Lendas e Alguns Monumentos do Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Tipogr. do Comércio, 1924, e ainda José Viale Moutinho, *Lendas e Romances da Ilha da Madeira*, Porto, Editora Nova Crítica, 1978; *Idem*, *Lendas das Ilhas da Madeira e Porto Santo*, Nova Delphi, 2011; e ainda as lendas respeitantes à Madeira no recente *Portugal Lendário: Tesouro da Tradição Popular*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013 (estas versões são muito trabalhadas do ponto de vista da expressão). Aconselhamos a consulta do Arquivo de Lendas de Portugal (Centro de Estudos Ataíde de Oliveira, Universidade do Algarve) e respetivo portal [www.lendarium.pt](http://www.lendarium.pt) para um conhecimento mais alargado do *corpus* das lendas portuguesas, bem como o estudo de Maria Lourdes Cidraes, *As lendas portuguesas – temas, motivos, categorias*, Lisboa, Apenas Livros, 2013 (editada no âmbito do Projeto ADLOT-FCT/CTPP-FLUL).

das e estudadas. Sabemos como a lenda de Machim foi literariamente desenvolvida por D. Francisco Manuel de Melo na sua *Epanáfora Amorosa*, e ainda por Manuel Thomaz (na *Insulana*), mais tarde reeditada em português atualizado do século XIX por Teófilo Braga no 2.º volume de *Contos Tradicionais do Povo Português*, e depois resumidas e comentadas por autores que se dedicaram a coligir exemplares do género. Entre estes autores, contamos com Gentil Marques, Manuel Juvenal Pita Ferreira, Pe. Alfredo Vieira de Freitas, Fernanda Frazão, José Viale Moutinho e outros. A lenda de Arguim aparece-nos diferentemente fragmentada nos vários autores (entre os quais alguns dos citados) e mesmo em recolhas mais ou menos recentes dos nossos alunos e colaboradores. No entanto, encontramos-a habilmente “reconstruída” e literarizada na obra de Fernando de Aguiar<sup>57</sup>, que resulta esteticamente muito positiva, mas que não sabemos se algum informante terá alguma vez sabido dizê-la ou sabê-la tal e qual. Aliás, este é um problema geral na edição de “lendas”: raramente se opta pela adopção da transcrição coincidente com ou mais próxima da performance oral (como José Leite de Vasconcellos começou a fazer); preferem os editores aperfeiçoar o que é transmitido e, muitas vezes, fazer comentários ao longo da narração retirada da performance do informante. É o que encontramos, por exemplo, no de qualquer forma muito importante contributo do Pe. Vieira de Freitas, no seu sempre útil e rico *Era uma vez ... na Madeira – Lendas, contos e tradições da nossa terra*<sup>58</sup>. Aí encontramos significativas lendas, entre as quais algumas das já atrás referidas.

E, neste domínio das “lendas” em que o “fantástico” (no sentido que lhe atribuiu Tzvetan Todorov) assume os seus direitos na vertente do “verídico”, isto é, grande parte do enredo é tida por “verídica”, como frequentemente acontece com vultos míticos (o lobisomem, o traste, o olharapo, o ogre ou papão, etc.), temos de convir que ocupam lugar cimeiro na cultura oral tradicional da Madeira as “estórias de feiticeiras”, que alguns chamam também (na nossa opinião, incorretamente) “estórias de bruxas”. Alfredo Vieira de Freitas narra, com comentários apropriados aos contextos em que se contavam essas histórias e as situações em que elas “aconteciam”, por palavras próprias algumas des-

---

<sup>57</sup> Fernando de Aguiar, *Cousas da Madeira*, 1.º vol., 2.ª ed., Lisboa, Mar-Largo, 1951.

<sup>58</sup> 2.ª ed., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1984 [1964].

sas lendas que não duvidamos poder classificar de “míticas”. Este é campo bem original e bem importante do imaginário madeirense, ou digamos de forte presença e força nas crenças madeirenses (“crendices”, no dizer do Visconde do Porto da Cruz<sup>59</sup>). Na nossa opinião, também este é um sector ainda pouco estudado no complexo das concepções e mentalidade do povo da Madeira e, portanto, elemento fundamental da sua “cultura global”.

Na verdade, a “feiticeira” madeirense não coincide com a mais geral concepção que a palavra toma na língua portuguesa ou se apresenta noutras regiões de Portugal. Para já, podemos apontar para a diferença que existe, na Ilha, entre “feiticeira” e “feiticeiro”. Na Madeira, “feiticeiro” tem sido mais aplicado a “poeta popular”: Feiticeiro do Norte e Feiticeiro da Calheta, por exemplo; portanto, muito distinto do conceito de “feiticeiro”, espécie de curandeiro e conselheiro ou guia espiritual (próximo do *griot* africano) de outras regiões de Portugal e do mundo. “Feiticeira” não é feminino dessa ocupação; em contos infantis ou maravilhosos de expressão escrita, também podemos encontrar a designação em públicos mais instruídos com o significado aproximado de “bruxa”, o que consideramos uma extrapolação. Mas, como já o dissemos – e as recolhas já feitas sobre as “suas histórias” (contamos com muitas proporcionadas pelos alunos do Centro de Apoio, quando nos encarregámos da lecionação da disciplina de Literatura Oral e Tradicional) –, estamos em crer que a “feiticeira” madeirense (que pode ocasionalmente ser designada, e só designada, “bruxa”) constitui uma entidade mítico-lendária, julgamos que mesmo “mítica”, que devemos entender como uma síncrese de ente humano e ser com poderes sobrenaturais, ao mesmo tempo “feiticeira” (concedemos que pode apresentar ocasionalmente traços de bruxaria), mas também uma espécie de “moura encantada”. Geralmente aponta-se que as feiticeiras praticam o mal, vingam-se se são descobertas, sem dúvida, mas também podem revelar-se benevolentes, simpáticas, fazendo parte do mundo quotidiano. São, na aparência real, iguais às outras mulheres, mas

---

<sup>59</sup> Obra já referida: Visconde do Porto da Cruz, *Crendices e Superstições*, no título e p. 5. Atenção de também ser dada aos contributos de muito interesse de blogs: por exemplo, *o-rabo-do-gato.blogspot.pt* (com registos de muito interesse, de Lília Mata) ou ainda *passosnacalcada.wordpress.com* (este, sobre vários aspetos da cultura madeirense, de Nelson Veríssimo), entre outros.

detêm poderes (provenientes de uma herança, concretizada por um talismã material ou tão-só espiritual, transmitido na hora da morte por uma outra, o *novelo* ou *novelos*). Não são reconhecíveis, senão através de “armadilhas” ou “truques” (um deles é colocar uma vassoura ao contrário, isto é, com o cabo para baixo, atrás da porta do quarto ou da sala onde se encontre um grupo de mulheres: a que for feiticeira não consegue sair). Têm a possibilidade de se mover instantaneamente de um lugar para outro, ou também fazer outros moverem-se muito rápido, quando as transportam às costas; reúnem-se em lugares, principalmente na “serra” (acredita-se que as luzes avistadas ao longe na montanha, e que são fogos-fátuos, correspondem ao ajuntamento, às reuniões, uma espécie de *sabats*). Igualmente têm o poder de se transformar em animais (cães ou galinhas) ou objetos, que, se atacados ou maltratados, se transformam nas mulheres que realmente são e exigem ao atacante que as transportem até casa (o que, segundo alguns informantes, é executado logo, com um imediato transpor de lugares próximos ou longínquos). Outra característica era/é a preferência pela sua presença perto da água, sobretudo nas levadas, quando havia os turnos de levadeiros encarregados da distribuição das águas de rega, sobretudo à noite. Tal como as “mouras encantadas”, são entes que se encontram ligadas aos elementos terra (“pedras” e “serra”) e água (“levadas”). Com a transformação do sistema da distribuição das águas na Madeira, não sabemos se ainda ocorrerão estas situações: em muitos casos recolhidos junto de alguns informantes, elas revelam-se divertidas, brejeiras e brincalhonas. Um familiar que se ocupava periodicamente desta tarefa (distribuir a água para rega durante a noite) contou-nos na nossa infância que, numa noite (estas tarefas de distribuição eram frequentemente também efetuadas durante a noite) ouviu risos femininos, às gargalhadas, que acompanhavam uma toada em que um coro de vozes femininas em tom de zombaria cantava: “Uh! Uh! Uh!, bebeste água do meu cu!”. E isso porque o levadeiro tinha bebido água da levada. Cremos, pois, que estes vultos lendário-míticos (para nós, míticos) são importantíssimos elementos da mitologia, do imaginário e, daí, da cultura tradicional da Madeira. Terão nascido da imaginação já de madeirenses, ou, pelo contrário, teriam sido continuados, completados, enriquecidos na Ilha, trazidas de outra região? Neste momento, não vamos prosseguir com mais dados essenciais nesta perspetiva, o

que ficará para um trabalho mais aprofundado, com base nas recolhas mais recentemente efetuadas.

Chegados quase ao fim desta primeira etapa do trabalho, prometemos que, em breve, e para melhor ilustrar o trabalho agora apresentado, contamos vir a editar uma coletânea com versões inéditas das recolhas que foram sendo referidas ao longo das páginas como resultantes do trabalho dos nossos colaboradores na disciplina de Literatura Oral e Tradicional leccionadas no Centro de Apoio da Madeira (Faculdade de Letras da Lisboa), como mais um contributo para a descoberta e o conhecimento deste material disponibilizado por alguns coletores e dezenas de informantes que bem podem ser considerados arquivos de memória e de voz de uma parte considerável do património cultural imaterial madeirense.

## Conclusão

A cultura madeirense, no sentido mais lato – repetimos em jeito de conclusão – terá de ser compreendida como um todo global composto de vários estratos sistemáticos e dinâmicos de conceções, de crenças, de manifestações, de práticas que não podem ser avaliados como superiores ou inferiores. Trata-se de uma realidade complexa, coletiva e, repetimos, dinâmica e ainda bem viva, de tradição, de herança, de influências, de criatividade e de alguma inovação. Nela haverá sempre lugar relevante para o que hoje é valorizado como património cultural imaterial: Literatura, Artes Plásticas, Artes Musicais, Ciência, História, Filosofia, mas que, esse, estimado como mais digno e nobre, ficaria incompleto se não considerássemos como relevantes os elementos que completam todo esse conjunto institucionalizado, elementos que, por um lado, se manifestam e que utilizamos todos os dias ou em momentos bem marcados da vivência coletiva, e são por si próprios significativos de uma história e de uma semântica identificatória da comunidade, mas também constitutivos de construções e de expressões, isto é, palavras, que, por vezes, se proclamam em cantos ou narrativas, em fórmulas de sentido explícito ou encriptado no nosso dia a dia ou em momentos muito específicos, exprimindo-se por vezes em voz baixa, sussurradas em ocasiões de necessária discrição, mas que sempre ganham ocasião de emergir quando as ocasiões do adequado contexto social o permitem.

Todo este rico “todo complexo” (para ainda aproveitar as palavras de Tylor), que quisemos centrar no plano das bem vincadas características da originalidade, da versatilidade, da variação, do uso matizado de interesse utilitário, esotérico ou poético das palavras que aguardam a tentativa de as integrar, referenciar e compreender nas suas grandes linhas de força da vivência (talvez por agora aparentemente tautológica) da comunidade, tem de ser aceite e considerado como via de autonomia cultural global. E talvez, afinal, não seja tão despiciendo reconhecer como indispensável para a proposta da definição e caracterização de uma efetiva “madeirensidade” de que as gentes da Madeira e Porto Santo se orgulham nos limites do Arquipélago e que sempre desejam transportar e mostrar nos pontos do mundo para onde quer que partam. Mas esta segunda tarefa (numa perspetiva mais etno-sociológica) fica adiada para outra ocasião, aliás como já foi prometido no antelóquio deste trabalho.

---

## ANEXO A

### ORAÇÃO

Oração ao deitar (versão inédita)

– Eu me deito nesta cama  
na sepultura da vida.  
Meu Jesus que me estais vendo  
E eu estou tão arrependida.

Se fores, Senhor, servido  
desta noite me chamar  
desta vida para a outra  
Que os meus pecados são muitos  
mais que o feno do monte  
e as areias do mar.

Meu Jesus, eu ainda espero  
Da minha alma me salvar.

Informante: Sr.<sup>a</sup> Maria

Naturalidade: Machico

Idade: 72 anos

Habilitações : n.d.

Local: Santo da Serra (Madeira)

Data: 1993

Coletor: Maria do Carmo R. Perestrelo e Ema Paula A. Figueira

PAI-NOSSO PEQUENINO (versão inédita)

Pai-Nosso Pequeninino  
Deus me leve em bom caminho.  
Onde Cristo ajoelhou  
seu sangue derramou,  
sua cruz le pôs diante.  
Coisa mal nã m'atente,  
nem de noite nem de dia  
nem em pino de meio-dia.  
Pai-Nosso. Ave Maria.

Informante: Ermelinda Rodrigues

Idade: 72 (em 1991)

Profissão. Reformada

Habilitações: Lê e escreve

Naturalidade: Machico

Local: Ribeira Grande – Machico

Coletor: João Luís R. V. Freire

Data: 1991

---

**ANEXO B**

Para a cura de “irripêla” usa o Povo esta arenga.

Pedro e Paulo vêm de Roma  
Jesus Cristo encontrou  
– D'onde vindes Pedro e Paulo?  
– Senhor ê vanhe de Roma.  
– O que s'incuntra por lá?  
– Muita doença d'irripêla irsepelão.

– Cum que se cura ela?  
– Cum que ela sará curada  
Cum palma de oliveira  
Cuma desta maneira  
Vai-te d'aqui irsipêla má  
Vai-te p'rô fundo do mar,  
Porque este côrpe é prove  
Nam te pôde sustentar

Esta “reza” repetem-na cinco ou sete vezes”.  
(Visconde do Porto da Cruz, *Crendices*, 1954, p. 19.)

### Outra versão (iné dita)

#### Cura de erisipela (inflamação da pele)

Pedro e Paulo vinham de Roma.  
Encontraram Nosso Senhor,  
Nosso Senhor lhes perguntou  
– Donde vindes Pedro e Paulo?  
– Senhor, vimos de Roma.  
– O que há por lá passdo?  
– Muita erisípela e erisipelão.  
– Volta atrás Pedro e Paulo,  
Leva palma de oliveira.  
  
Cura-me desta maneira,  
Zipla ziplão, quem te trouxe a esta morada,  
foi o frio, foi a neve,  
foi a grande tempestade?  
Vai-te para aquele mar  
que Deus te manda deitar,  
que este corpo é pobre  
e não te pode sustentar.

Ingredientes para realizar a cura: um ramo de oliveira, um ramo de palma, nove ramos de pessegueiro.

Faz-se a cura durante nove dias, cortando os ramos de pessegueiro aos pedacinhos, deitando-os ao mar, estando virado de costas para o mar.

Informante: Virgínia Sá

Idade: 76 anos; doméstica; não sabe ler nem escrever.

Naturalidade: Sítio da Vargem, Caniço – Santa Cruz

Coletor: Armando Marcelino de Melo e Sousa

Data: 15/05/1991

Nota a estas duas “curas de erisipela” – As duas versões, uma publicada em 1954 pelo Visconde do Porto da Cruz, e a outra que estava inédita, recolhida em 1991, e agora é editada, conservam a mesma estrutura narrativo-dialógica e semelhantes expressões, o que pode bem ilustrar a dinâmica de uma composição tradicional, não veiculada pelo meio fixo da escrita, mas tão-só da circulação oral entre os que a utilizam. Foram introduzidos travessões para as falas.

#### **Outra reza de cura:**

##### **Curar de bicho (reza) (versão inédita)**

Eu te curo cobra e cobra, aranhão e aranhão, cancro, lapa, panarisco, panarata, empinja, rabija, empinha carnal, caramujo, caramujeiro e de toda a raça que tu és. Eu te corto as asas, os dentes, os braços, os pés, as tuas mãos e os teus parentes, para que não cresças e deste corpo desapareças.

Ingredientes para realizar a cura: um galho de pessegueiro.

Cada vez que diz: “Eu te corto”, corta-se um pedacinho do galho de pessegueiro.

A cura é feita durante nove dias, no nono dia, juntam-se os pedacinhos do galho cortado e lançam-se ao mar.

Informante: Virgínia de Sá

Idade: 76 anos; doméstica; não sabe ler nem escrever.

Naturalidade: Sítio da Vargem, Caniço – Santa Cruz

Coletor: Armando Marcelino de Melo e Sousa

Data: 15/05/1991

##### **Reza de proteção (versão inédita)**

São Jenolhimo, Santa Bárbara

Bem aventurada

Santo, Santo, Santo é o Senhor

Afastai-me a trovoada.

Informante: Sr.<sup>a</sup> Conceição

Naturalidade: Machico

Idade: 70 anos

Habilitações : n.d.

Local: Sítio da Noia (Machico?) (Madeira)

Data: 1993

Coletor: Maria do Carmo R. Perestrelo e Ema Paula A. Figueira

Nota: esta reza é um exemplo de versão reduzida do pedido de proteção de trovoada, conhecido como oração a Santa Bárbara, que é normalmente muito mais desenvolvida.

---

## ANEXO C

### ROMANCE TRADICIONAL

#### NAU CATRINETA

- Lá vem a Nau Catrineta    que dá muito que contar  
2    Passava um ano e um dia    sobre as ondas do mar.  
    Já nã tinham que comer,    já não tinham que manjar,  
4    deitam sola de molho    p'a o outro dia o jantar.  
    A sola era tão rija    que não a puderam travar.  
6    Logo deitaram as sortes    para ver que haveram de matar,  
    logo foi cair a sorte    no capitão-maioral.  
8    – Assobe, assobe, marinheiro,    àquele mastro real;  
    Vê se vês terras d' Espanha,    e areias de Portugal.  
10    – Não vejo terras d' Espanha,    nem areias de Portugal;  
    Só vejo três meninas    debaixo dum laranjal:  
12    ~ua assentada a coser    e outra na roca a fiar,  
    e a mais fermosa de todas    está no meio a chorar.  
14    – Todas três são minhas filhas,    quem me dera as abraçar,  
    e a mais fermosa de todas    contigo há-de casar.  
16    – Eu não quero as tuas filhas,    que te custou a criar.  
    – Dou-te o meu cavalo branco,    que lá não há outro igual.  
18    – Eu não quero esse cavalo,    que te custou a criar.  
    – Dou-te a nau Catrineta    para com ela navegar.

- 20 – Não quero a nau Catrineta que te custou a ganhare;  
Só quero a tua alma para comigo lovare.  
22 – Arrenega-te de Deus, diabo, que me andas atentare;  
a minha alma é para Deus, e o corpo eu deito p'ra'õ mare.  
24 No outro dia a seguir estava a nau Catrineta em terra a varare.

Recitado por Domingos Abreu, de 76 anos de idade, natural da Ponta do Sol, Madeira, no dia 12 de setembro de 1971, em Hayward [Recolhida nos EUA – Califórnia]

(Costa Fontes, 1983, v. 9)

- Lá vem a Nau Catrineta que tem muito que contar;  
2 Ouvide agora, senhores, uma história de pasmar:  
Passava mais de ano e dia, andavam na volta do mar,  
4 já não tinham que comer, já não tinham que manjar.  
Deitaram sola de molho para o outro dia jantar;  
6 a sola era tão rija, não a puderam tragar.  
Deitaram sortes à ventura quem haviam de matar,  
8 logo foi cair a sorte no capitão-general.  
– Sobe, sobe, marujinho, em cima ao tope real,  
10 Olha se enxergas a Espanha ou areias de Portugal,  
vejo sete espadas nuas que estão para te matar.  
12 – Acima, acima gajeiro, acima ao tope real!  
– Alvissaras, capitão, meu capitão-general!  
14 Já vejo terras de Espanha e praias de Portugal:  
mais, enxergo três meninas debaixo dum laranjal,  
16 uma sentada a coser, outra na roca a fiar  
e a mais formosa de todas está no meio a chorar.  
18 – Todas três são minhas filhas, oh! Quem nas dera abraçar!  
A mais formosa de todas contigo há de casar.  
20 – A vossa filha não quero que vos custou a criar.  
– Dar-te-ei tanto dinheiro que não o possas contar.  
22 – Não quero o vosso dinheiro que vos custou a ganhar.  
– Dou-te a Nau Catrineta para nela navegar.  
24 – Não quero a Nau Catrineta que eu não a sei governar.  
– Dou-te o meu cavalo branco, nunca houve outro igual.  
26 – Não quero o vosso cavalo que vos custou a ensinar.

- Que queres tu, meu gajeiro, alvíssaras te hei eu de dar?  
28 – Capitão, quero a tua alma para contigo levar.  
– Arrenego de ti, demónio, que me estavas a tentar!  
30 A minha alma é só de Deus; o meu corpo dou ao mar.  
Toma-o um anjo nos braços, não o deixou afogar.  
32 Deu um esteiro no demónio, calmaram vento no mar.  
À noite, Nau Catrineta já estava em terra a varar.

[Versão do Porto da Cruz (concelho de Machico) [Madeira], recitada por Matilde Vieira, 78 anos. Recolhida por Pere Ferré, no dia 5-4-81] (Ferré, 1982, v. 382)



## Tradições populares madeirenses: emoções e representações

Thierry Proença

Universidade da Madeira

---

O tema “tradições populares madeirenses” estabelece, logo à partida, uma relação entre um território – o arquipélago da Madeira –, um coletivo humano e as suas práticas quotidianas, ou seja, um conjunto de valores morais, saberes e fazeres, inscrito numa continuidade temporal em constante adaptação às sucessivas realidades. Trata-se, portanto, de discursos, gestos e objetos históricos da sociedade madeirense, aptos a constituírem lugares de construção e de representação da coesão e identidade culturais.

No atual contexto de acelerada transformação dos modos de vida, vale a pena refletir sobre os padrões referenciais daquilo que se apresenta como traço singular do espaço e da afinidade madeirenses, o que levanta a questão de saber como constituir um repositório dos diferentes aspetos dessa configuração civilizacional, até para – quanto mais não fosse – perspetivar o evoluir dos seus sentires identitários.

Por vivermos hoje não só cientes da necessidade de proteger quer a paisagem natural e cultural, quer o património móvel e imaterial, mas também seduzidos pela busca das raízes, pela revisitação da memória coletiva<sup>1</sup> e pelo reconhecimento de sinais diferenciadores, preocupamo-nos, deste modo, com a divulgação dos saberes e vivências “do povo”, para “o povo” e com “o povo”. Não só esta busca contribui infalivelmente para o desenvolvimento da Madeira, como ainda é desse cadinho social e cultural que depende a imagem de marca com que a Ilha se apresenta ao mundo.

---

<sup>1</sup> A propósito da memória coletiva, Edil Silva Costa declara: “Todos os grupos humanos, independente ao grau de civilização em que se encontram, detêm uma tradição, onde está arquivada a sua *memória coletiva*. Desde a civilização mais primitiva à mais complexa, é a continuidade da tradição que garante a sobrevivência cultural do grupo e seu aperfeiçoamento.” (Edil Silva Costa, “Tradição: a criação colectiva”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 9 (Julho), Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1993, pp. 19-29.)

Esse modo de ser e de sentir-se madeirense – a tal “madeirensidade” cujo conceito, caro ao meu colega Paulo Miguel Rodrigues<sup>2</sup>, se tem discutido nestes últimos anos no nosso meio académico – ou seja, uma consciência coletiva própria, marcada por um dado contexto geográfico e histórico, define uma comunidade de destino que apela a uma identidade legitimadora e de projeto. Nos planos do sentimento de si, do sentido da pertença e do imaginário, esta noção prende-se com a universal exemplaridade do seu significado mítico, enquanto discurso fundacional de um “nós” (os da Madeira) a demarcar-se de um “eles” (os de Portugal continental), que faz oscilar o insular entre a madeirensidade e a portugalidade, entre a proximidade e a distância, entre a forte atração magnética que a Ilha exerce e o insistente apelo à descoberta do mundo.

Logo, sem nunca menosprezar os desafios da contemporaneidade, será conveniente observar a tradicionalidade, alicerçada em conhecimentos transmitidos de geração em geração, conjugando saberes, crenças e maneiras de ser, sobre os quais importa refletir. Essa tradicionalidade, definida pela UNESCO, desde 1989, como processo dinâmico e funcional, com aceitação coletiva, descreve-se a partir de campos temáticos, tais como os recursos naturais e o trabalho, a família e a comunidade, as formas de expressão religiosa e a medicina popular, a alimentação e a culinária, as técnicas de produção e o artesanato, os particularismos linguísticos e a norma padrão, ditos e cantares, contos e romances tradicionais, festas e diversões, partidas e regressos.

Daí emanam as manifestações que resultam de um misto de elementos exógenos com elementos endógenos, não raras vezes reinterpretados e frequentemente em diálogo com outras latitudes. Neste sentido, a cultura popular madeirense, de acordo com a aceção que aqui lhe dou, merece ser considerada e estudada nos seus próprios termos, num enquadramento de natureza interdisciplinar (Etnografia, Antropologia, Linguística, Sociologia, Ecologia, História, Economia, Artes Performativas e Biologia), procurando uma articulação íntima com os domínios

---

<sup>2</sup> Ver Paulo Miguel Rodrigues, “Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade” (1910-1926), in Alberto Vieira (dir.), *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010 (em suporte CR-ROM).

dos Estudos Culturais. Tal é o desígnio que o projeto do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* se propõe alcançar.

A partir do século XX, a Cultura democratizou-se e pluralizou-se em “culturas”, deixando de ser uma atividade fechada sobre si mesma, fazendo cada vez menos sentido vê-la compartimentada em categorias como alta cultura, cultura ordinária, cultura erudita e cultura popular, cultura oficial e cultura alternativa. Numa época de maior mobilidade geográfica, social e intercultural, passamos do antropocentrismo para uma tendência antropomórfica, em que o homem da rua passa a ser obreiro de si próprio, autoconstruindo-se, desenvolvendo filtros através dos quais se modela. Deste modo, a sua identidade nunca é uma construção acabada, porque alterável ao longo do tempo, consoante o seu percurso de vida. Trata-se, com efeito, de um processo dinâmico, tal como o define Claude Clanet do seguinte modo: “Ce sont les actualisations de ces interrelations entre les individus et les ensembles des significations détenues par la communauté qui constituent la culture dans son aspect dynamique”<sup>3</sup>. Esse indivíduo comum integra, pois, o conjunto de anónimos que estão na base da sociabilidade moderna e do pulsar cultural, enquanto criação coletiva. Para uma sociedade orbitar em torno de si mesma, deverá fixar significativas referências no plano do simbólico e dos laços afetivos, admitindo simultaneamente influências e experiências diversas no seu corpo social. Assim, nesse corpo social, existem diferenças culturais profundas, consoante os níveis de educação, as origens de classe, as faixas etárias, o género, os centros de interesse, entre outros aspetos.

É nesse sentido que procurarei, em jeito ensaístico, demarcar as várias coordenadas sobre o tema proposto, partindo do tópico “intérpretes e mediadores das tradições madeirenses”, para traçar relações entre discurso, performance e legado, através de uma análise de vários registos que as épocas sedimentaram e, por fim, centrar-me-ei nas “tradições populares: emoções e representações” com o intuito de deixar observações e pistas de reflexão.

---

<sup>3</sup> Claude Clanet, *L'Interculturel – Introduction aux approches interculturelles en Éducation et en Sciences Humaines*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1990, p.16.

## Intérpretes e mediadores das tradições madeirenses

É em pleno séc. XIX, com a redescoberta “romântica” dos romancieiros e cançãoeiros, na senda de Garrett, e, sobretudo, por se fazer sentir a necessidade de animação da capital insular para gáudio de funchalenses e visitantes, que alguns aspetos das tradições populares da Madeira vão ganhar relevância. Assiste-se, por um lado, ao desenvolvimento de registos descritivos, quer em manuscritos<sup>4</sup>, quer em periódicos, quer em livros, e, por outro, à exibição, em 1850, na Praça Académica, de um grupo de camponeses de São Martinho que, com trajes antigos, dançaram o “à la moda” na primeira feira organizada pelo Governador Civil, José Silvestre Ribeiro<sup>5</sup>. Tanto quanto se sabe, o poeta Joaquim Pestana (1840-1909) e o artista João Nunes (1850-1927) terão sido alguns dos precursores do folclore madeirense. O poeta recolheu quadras populares e assentou alguns apontamentos etnográficos na imprensa regional. O artista, mais conhecido por “Diabinho” e pertencente a uma família de violeiros no Funchal, terá publicado<sup>6</sup> trabalhos sobre a música e os cordofones regionais (a viola e o rajão) a partir de 1872. Em 1880, Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898), incentivado por Teófilo Braga (1843-1924) com quem trocava correspondência<sup>7</sup>, publica no Funchal o *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, a que não faltam contos e jogos verbais infantis.

---

<sup>4</sup> Citando o estudo de Manuel Morais à *Coleção de Peças para Machete [1846] de Cândido Drumond de Vasconcelos* (2003), Filipe dos Santos (2013: 150) enuncia: “Existem vários métodos manuscritos, datados de 1844 (sensivelmente) até 1901, para a aprendizagem do machete (...). Deste conjunto, convirá destacar a coleção de peças da autoria de Cândido Drumond de Vasconcelos – um virtuoso madeirense desse instrumento, a par de Manuel Joaquim Monteiro Cabral e António José Barbosa –, datada de 1846 e impressa no ano de 2003.”

<sup>5</sup> Danilo José Fernandes, “O Folclore em eventos sociais entre 1850 e 1948: factos e evidências”, *III Colóquio do grupo de Folclore e etnográfico da Boa Nova*, prefácio de T. M. e colaboração de Maria Ivone Alves Vieira Fernandes e Nelita do Sacramento Gonçalves Sousa, Funchal, Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, 1999.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Visconde do Porto da Cruz, “João Nunes (Diabinho), o precursor do “folclore” madeirense”, *Revista Portuguesa*, n.º 23, 1942, pp. 17-19 (*apud* Silvia Gilberta Gomes, na sua dissertação de Mestrado *Memória e Promoção Cultural Madeirense na obra do Visconde do Porto da Cruz*, Universidade da Madeira, 2013, p. 49).

<sup>7</sup> Jorge Freitas Branco, “Entre a imagem e a realidade: reflexões sobre a Madeira como experiência antropológica”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. I, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 270-306.

Nas primeiras décadas do século XX, um conjunto de intelectuais, apostados em afirmar a identidade cultural madeirense, junta à sensibilidade inata de filhos da terra o gosto pelo labor da escrita e da investigação. Surgem, então, os primeiros textos sobre aspetos etnográficos do arquipélago da Madeira de Adolfo César de Noronha (1873-1963), Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), Jayme Sanches de Câmara (1881-1946), Visconde do Porto da Cruz (Alfredo de Freitas Branco, 1890-1962), Eduardo Antonino Pestana<sup>8</sup> (1891-1963), Carlos Maria dos Santos (1893-1955), João Cabral do Nascimento (1897-1978), Ernesto Gonçalves (1898-1982), Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), Jaime Vieira Santos (1903-1981), Fernando de Aguiar (1909-?) ou Manuel Ferreira Pio (1928-1993). A esta lista devemos aduzir esses observadores privilegiados da comunidade que os padres costumam ser, como, a título de exemplo, Fernando Augusto da Silva (1863-1949), o coautor do *Elucidário Madeirense*; Jacinto da Conceição Nunes (1869-1954), um colecionador de artefactos antigos; Eduardo C. N. Pereira (1887-1976), o autor de *Ilhas de Zargo*; Alfredo Vieira de Freitas (1908-1993), ou Manuel Juvenal Pita Ferreira (1912-1963).

Os folcloristas da primeira metade do século XX – uns marcados pelo horizonte do Integralismo Lusitano, outros simplesmente animados pelo interesse crescente, em toda a Europa, pelos grupos folclóricos e pelas suas representações, “numa época de afirmação feroz das identidades nacionais”<sup>9</sup>, e ainda aqueloutros enquadrados, pouco depois, na política cultural do Estado Novo<sup>10</sup>, versada na exaltação do passado e do povo português para fins propagandísticos do poder vigente<sup>11</sup> – vão registar e descrever os costumes do povo insular, formas e expressões

---

<sup>8</sup> Ver o interessante trabalho sobre “O Natal Madeirense”, em que faz, com base numa análise de dois autos de Gil Vicente, a demonstração de que a liturgia popular do Natal na Madeira corresponde à do continente na era de Quatrocentos.

<sup>9</sup> Jorge Torres, Rui Camacho, “O Xarabanda e a revalorização da música tradicional madeirense”, in Manuel Morais (coord.), *A Madeira e a Música – Estudos (c. 1508-c. 1974)*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008, pp. 635-638.

<sup>10</sup> O Estado Novo, uma ditadura de tipo fascizante, vai organizar gradualmente o folclore “administrado”, disseminado pelos cartazes e pela rádio, tratado ora como mercadoria, ora como propaganda do regime.

<sup>11</sup> João David Pinto-Correia, “Memória e identidade insulares”, in *Aquarelas de Carlos Luz: Madeira 2000*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1999, pp. 13-26.

da sua linguagem, cantigas e toadas, a religiosidade e as crenças, o trajar e os seus bailados, a memória e o anedotário das condições de vida. Muitos desses trabalhos aparecerão em monografias ou nas revistas *Arquivo Histórico da Madeira* (iniciada em 1931) e *Das Artes e da História da Madeira* (1948-1971). Jorge Freitas Branco<sup>12</sup> descreve-os como sendo obra de “estudiosos locais, desligados do contexto nacional (central) da pesquisa etnológica e, talvez por isso, quase exclusivamente preocupados em fabricar uma imagem regional, característica ou mesmo típica”. Com efeito, tomando o povo por testemunha e arquivo da tradição, acreditavam na investigação da origem e das características das manifestações folclóricas como o meio mais eficiente para afirmar a identidade insular.

A partir dos anos 70, sucedem-se gerações que foram sensíveis a aspetos relativos à definição da comunidade madeirense enquanto entidade cultural, isto é, ao levantamento de um conjunto de características de um modo de ser e de estar dos populares. São intelectuais – músicos, artistas plásticos, fotógrafos, funcionários, professores ou jornalistas –, como António Aragão (1921-2008), Artur Andrade (1927-1992), Rui Santos (1921-), Francisco de Freitas Branco (1924-1996), Maria Augusta Nóbrega (1929-2007), José de Sainz-Trueva (1947-), Mário André Rosado (1949-), António Rodrigues (1951-), Jorge Valdemar Guerra (1953-), Rui Camacho (1957-), Danilo Fernandes (1958-) ou Vítor Sardinha (1961-), que desenvolvem ora indagações “no terreno” para coletar registos sonoros e fotográficos, objetos e memórias, ora reconstituições e eventos para difundir o gosto pela cultura popular, mediante uma voluntariosa aprendizagem autodidata<sup>13</sup>. Outros há que enveredam pelo ativismo cidadão, a exemplo de João Carlos Abreu (1935-), futuro gover-

---

<sup>12</sup> *Op. cit.*, p. 278.

<sup>13</sup> A esse propósito, escreveu Vítor Sardinha, no seu artigo “Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX”: “Um pequeno núcleo de investigadores e musicólogos amadores, dos quais se destacam António Aragão e Artur Andrade, iriam recolher por toda a Madeira e Porto Santo nos anos 70 o cantar e tocar do nosso povo, registando-os para o futuro. Foi um imensurável testemunho que viria a repor a verdade, quando comparado com o “folclore” inventado a partir do meio urbano e que se destinava apenas a ser apresentado nos hotéis.” (Vítor Sardinha, “Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX”, in João Abel de Freitas (coord.), *A Madeira na História – escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, p. 111.)

nante, empenhado em resgatar da estigmatização a zona velha do Funchal e apostado na sua afirmação e revitalização. Para eles, se esses modos de viver, sentir e agir se apresentam comuns à maioria dos insulares, devem, então, ser considerados como uma parte da consciência coletiva ou como um traço da personalidade cultural madeirense.

Se é certo que a imprensa do Funchal e vários grémios (grupos de dança ocasionais e seguidamente formalizados, Casas do Povo...) procuraram revalorizar as tradições populares insulares, depois, já em plena autonomia política e administrativa da Região, fortalecem-se e multiplicam-se as organizações dedicadas ao seu registo, preservação e estudo, designadamente a moderna comunicação social regional (imprensa, rádio, televisão<sup>14</sup> e meios *online*), a Direção Regional dos Assuntos Culturais (D.R.A.C.), através de museus e da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (vulgo DSEAM, ex-GCEA), o Parque Natural da Madeira, coletividades várias, como a “Associação Musical e Cultural Xarabanda”, a “AFERAM” (Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira) e a “Archais” (Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira), e diversas instituições, tais como câmaras e juntas de freguesia<sup>15</sup>, o Centro de Estudos da História do Atlântico (1985) e a Universidade da Madeira (1988). Na área do jornalismo regional pós-25 de abril, Horácio Bento de Gouveia, Maria Aurora Carvalho Homem, Manuel Nicolau, Duarte Caires, Luísa Gonçalves e Lília Mata retratam e documentam vivências antigas, em desuso, memórias do quotidiano de tempos idos, evocam práticas e usos castiços que legitimam a especificidade cultural e identitária madeirense, e que cativam a curiosidade da audiência regional e da diáspora portuguesa. Para preservar e recriar os estilos musicais de inspiração popular formaram-se grupos, tais como os “Xarabanda” (1981, ex-“Algozes”), “Banda d’Além” (na década de 90) e “Encontros da Eira” (1997), que se dedicam a fazer recolhas e registos, posteriormente trabalhados e divulgados nos eventos em que participam ou nos CDs que editam.

---

<sup>14</sup> Na Madeira, a imprensa surge em 1821, a rádio privada começa a emitir em 1948 e a Emissora Nacional em 1967, sendo a RTP-Madeira criada em 1972.

<sup>15</sup> A título exemplificativo, enumeram-se alguns periódicos que essas instituições lançaram e que versam sobre o passado insular: *Islenha*, *Xarabanda*, *Girão*, *Origens*, *Ilharq*, *Folclore*, *Por Terras Tabaqueiras*; juntam-se-lhes Boletins Municipais e sites de juntas de freguesia da Região.

A par de toda essa atenção e experiências, motivadas pela militância cultural, numerosos trabalhos de caráter científico têm vindo a lume. Vale a pena referir alguns nomes importantes, como os etnógrafos Kate Brüdt e Jorge Dias, os geógrafos Orlando Ribeiro e Raimundo Quintal, o engenheiro agrônomo Joaquim Vieira da Natividade, os antropólogos Jorge Freitas Branco e Jorge Torres, os estudiosos de Literatura Oral e Tradicional, designadamente Pere Ferré, João David Pinto-Correia e Bela de Menezes, os historiadores Rui Carita, Alberto Vieira, Nelson Veríssimo, João Adriano Ribeiro, a museóloga Lídia Goes Ferreira, o realizador José Luís Cabrita, o arquiteto Victor Mestre, o musicólogo Manuel Morais, o arqueólogo Élvio Sousa, os linguistas Lindley Cintra, Naidea Nunes, Helena Rebelo e Aline Bazenga, investigadores da etnobotânica como Licínia Costa Ramos, Fátima Freitas e Maria da Graça Mateus<sup>16</sup>. Numa linha de investigação literária para fins de divulgação junto do grande público, atente-se igualmente no trabalho experiente do polígrafo José Viale Moutinho (1935-).

Além do acervo de artes figurativas, monografias, ensaios, artigos e recolhas que versam sobre a tradição madeirense, importa considerar a escrita literária, quer na sua vertente de literatura de viagens, quer na de motivação socio-etnográfica, quer na narrativa da memória insular.

A Literatura de viagens (séc. XV-séc. XIX), constituída por relações de jornada, diários de bordo, correspondência entre negociantes, memórias ou jornal de um périplo de caráter autobiográfico, desenhos, estampas e fotografias, resulta, regra geral, de testemunhas oculares dos lugares por elas fixados no papel, com observações diversas acerca da população e suas atividades. Neste sentido, esses documentos representam a “auscultação do confronto entre culturas/civilizações”<sup>17</sup> e, como tal,

---

<sup>16</sup> Ver a esse respeito *Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje – Freguesias da Ilha*, de Miguel Sequeira, Susana Fontinha, Fátima Freitas, Licínia Ramos e Maria da Graça Mateus, Casa do Povo da Ilha - Santana, 2006, *Plantas e seus usos tradicionais – Freguesia Fajã da Ovelha*, de Fátima Freitas e Maria da Graça Mateus, Funchal, Parque Natural da Madeira, 2013, bem como *Plantas aromáticas e medicinais em contexto urbano: saberes madeirenses na cidade do Funchal*, de Licínia Costa Ramos, dissertação apontada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Natureza e Conservação, e apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa em julho de 2013.

<sup>17</sup> Ana Isabel Moniz, Thierry Proença dos Santos, “O Funchal na Literatura de Viagens (em textos de italianos, franceses e de um castelhano)”, *Funchal*

dão conta de dois mundos: o das tradições dos ilhéus e o das impressões do forasteiro (filtradas pela sua visão e entendimento do mundo).

No que diz respeito à literatura de motivação socio-etnográfica, há um desdobramento nos formatos da poesia descritiva, por vezes com intenção jocosa<sup>18</sup>, da peça de teatro<sup>19</sup>, da crónica e do conto. Em muitos desses textos cultivava-se um *estilo madeirense*, que consiste na tentativa de transpor para a escrita os “falares” dos camponeses, na projeção da cor local, na encenação de tipos humanos ilhéus ou frequentadores da Ilha, na evocação quer de factos e vultos históricos, quer de lendas locais, na expressão de uma sentida insularidade, ora motivo de orgulho, ora de frustração. De João dos Reis Gomes (1869-1950) a Ernesto Leal (1913-2005), passando por João França (1908-1996), vários autores deram conta dessa expressão<sup>20</sup>, ora em tons carregados e dramáticos, ora em tintas cómicas e benevolentes.

Quanto à narrativa da memória insular, plasmada no convívio popular, pode dizer-se que tem dominado nestes últimos tempos a produção literária. Representa o registo pessoal do tempo vivido, que flui à margem dos factos históricos, mas ao sabor do quotidiano e do intimismo. A perspetiva histórica mantém-se, visto haver o delinear de um passado de que o autor/narrador ainda tem reminiscências ou procura evocar. Movido pelo apelo da memória afetiva, o escritor esforça-se por recriar o ambiente social e caracterizar a paisagem e as gentes que conheceu, propondo, desse modo, uma literatura-testemunho, num jogo em que se entrelaçam a crónica, a memória e a ficção.

---

(d)Escrito – ensaios sobre representações literárias da cidade, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites, 2011, p. 120.

<sup>18</sup> Por exemplo, o poeta José António Monteiro Teixeira (1795-1876) tira do prelo, em 1845, um *Manual dos Romeiros da Novena de N. S. do Monte ou Bussola métrica, joco-moral*, obra inspirada no estilo de Bocage e dedicada ao vinho e amor que acompanhavam os romeiros ou as romarias. Trata-se de uma obra in 8º de 32 páginas, impressa no Funchal, pela tipografia do Imparcial.

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, *A Família do Demerarista* (Funchal, 1859) de Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Última Benção* (Funchal, 1917) de Elmano Vieira, o *Auto dos Vilões* (Funchal, 1927) de Jaime Câmara, *O Emigrante* (Lisboa, s.d.) de João França, bem como a *Ilha de Arguim* (Lisboa, 1996) de Francisco Pestana.

<sup>20</sup> João Gouveia (1880-1947), Alberto Artur Sarmiento, Teodoro Correia (1890-1955), Elmano Vieira (1892-1962), António Marques da Silva (1900-1978), Horácio Bento de Gouveia e Carlos Cristóvão (1924-1998) apresentam-se como alguns dos cultores deste filão literário.

Vê-se, assim, renascer, num mundo cada vez mais feito à escala “glocal”, livros de recordações sobre a história da família ou dos lugares da infância – onde a Ilha, apesar das ocasionais penúrias decorrentes de condicionalismos geográficos, se afigura como o refúgio que abriga e protege. Em despeito de um tom impregnado, ora de compaixão, ora de bonomia, esses textos são atos simbólicos, que tendem a louvar o antigo equilíbrio social e a expressar o fascínio pelas origens, determinados pela angústia e a saudade que a contemporaneidade, repleta de incertezas, suscita. No tocante a essa matéria, a passagem do séc. XX para o século XXI tem sido pródiga, se atentarmos nos textos de João Carlos Abreu, Irene Lucília Andrade (1938-), António José Rodrigues (1940-), Ricardo França Jardim (1946-), Lídio Araújo (1951-), Francisco Fernandes (1952-), Nelson Verissimo (1955-), António Fournier (1966-), Lília Mata (1967-) ou Marta Caires (1971-).

### Tradições populares: emoções e representações

Quanto ao tema das tradições populares e das emoções que elas despertam, tal abordagem pressupõe uma interação afetiva e emocional entre formas e intérpretes da tradição e os vários públicos que a ela aderem. Para ilustrar o meu propósito, apoiar-me-ei numa citação do etnógrafo Manuel Viegas Guerreiro que repara de forma certa: “Sob o impulso da alegria ou da dor ou para se aliviar do trabalho o homem desabafa suas emoções, desferindo acordes nos instrumentos sonoros que tem à mão, cordas da voz ou outras, em quaisquer objetos que produzam sons”<sup>21</sup>.

Tal situação sugere espontaneidade e autenticidade, apresentando um concentrado de humanidade, a condição da vida humana e a sua capacidade para a sublimar. Assim, à luz desse exemplo, a questão das emoções poderia ser abordada sob dois prismas: por quem integra esse *modus vivendi* e o interpreta (os atores) e por quem assiste e eventualmente participe nele (os legatários, isto é, as gerações seguintes). A manutenção dessa cultura expressiva, resultante de identidades, experiências e ambientes vividos, dependerá dos sentimentos, preferências e interesse dos sujeitos que a auferem, podendo, ou não, transmiti-la.

---

<sup>21</sup> Manuel Viegas Guerreiro, *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1993, p. 9.

A emoção, definida pelo neurocientista António Damásio<sup>22</sup> como um feixe de respostas fisiológicas do corpo suscitadas de modo mais ou menos autónomo pelos estímulos e pulsões exteriores, está alinhada com o corpo, ligada à ordem do sensível e à vida pública, enquanto os “sentimentos” estão acertados com a mente, ligados à ordem da moral e à vida privada. Esta última conceção, mais próxima da noção dos afetos, é aquela que se tem revelado mais operativa no campo das Ciências Sociais e Humanas. Como tal, emprego, na presente abordagem, os termos “emoções” e “sentimentos” indiferentemente um pelo outro, porque parto da hipótese, na esteira do linguista Patrick Charaudeau<sup>23</sup>, de que as emoções surgem de uma “racionalidade subjetiva”, integrada numa intencionalidade e numa finalidade que o sujeito planeia, determinada pelos valores e crenças que o habitam e pela sua capacidade de autocontrolo emocional.

Quer isto dizer que, como enuncia o sociólogo Carlos Fortuna<sup>24</sup>, a reação dos indivíduos ao mesmo estímulo nunca é idêntica, variando consoante fatores como a psicologia, a memória ou o conhecimento que cada um desenvolve. Quando um sujeito aprecia um elemento dramático associado a objetos significativos, paisagens impressionantes, monumentos admiráveis, obras-primas, lugares da memória ou práticas árduas do passado, afloram-lhe sentimentos que decorrem das emoções filtradas através dos domínios do pensamento, da sensibilidade e dos seus centros de interesse.

Deste modo, a emoção revela-se na representação de um objeto que o indivíduo pretende observar ou para o qual se sente atraído. Daí haver pessoas ou até públicos que se disponibilizam para manifestações populares que possam oferecer o sentido da partilha e o prazer intelectual e/ou estético, implicando-se nessa atividade, vivida como experiência gratificante. A revalorização pura e simples da convivialidade e da

---

<sup>22</sup> António Damásio, *Ao Encontro de Espinosa: as Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, Lisboa, Temas e Debates, 2012.

<sup>23</sup> Patrick Charaudeau, “Pathos e discurso político”, in Ida Lúcia Machado, William Menezes, Emília Mendes (org.), *As Emoções no Discurso*, vol. 1, Rio de Janeiro, Lucerna, 2007, pp. 240-251.

<sup>24</sup> Carlos Fortuna, “Património, turismo e emoção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 97 | 2012 (versão eletrónica colocada online a 19 de abril de 2013, em: <http://rccs.revues.org/4898>).

generosidade pode apresentar-se como fonte de resistência e de equilíbrio, revalorização essa que passa por observar de modo crítico os sentidos propostos pelos paradigmas da contemporaneidade: o homem programado e a homogeneização simplificadora por efeito da mundialização. O que leva ao entendimento de que toda ação voluntária conjunta é, hoje em dia, resistência e de que, assim, se justifica, numa lógica de pertença e de consciência coletiva, o apego à tradição promotora de convivência, na defesa de uma continuidade entre a preservação e a inovação.

Tal como a cultura de massa explora os recursos emocionais e imaginativos dos indivíduos, as “tradições populares”, definindo-se pela dimensão expressiva de uma civilização, podem evocar e suscitar histórias, fantasia e emoções. Isto assim é porque, como repara João David Pinto-Correia<sup>25</sup>, à nossa volta “muito do passado ficou, algo da experiência acumulada durante séculos ainda continua igual ou semelhante, influenciando, nutrindo, matizando a mundivivência”. Se há quem entenda que “a tradição já não é o que era”, não é menos verdade que o interesse pelo vernáculo e o saudosismo do “antigamente é que era bom” voltam a estar na ordem do dia. Sinais dos tempos: os impessoais *snack-bars* vão cedendo o lugar a “tabernas” e “tasquinhas”, requalificadas e acolhedoras; um informal aviso num café de aldeia, com o dizer “Não temos WI-FI. Falem uns com os outros”, revela uma atitude possível contra os excessos de uso das novas tecnologias de comunicação e apela ao convívio direto e presencial, humanizando a sociabilidade. Outras manifestações parecem não passar de moda, como as práticas ancestrais ligadas à medicina alternativa ou às artes ditas mágicas que se mantêm populares junto de indivíduos de todos os extratos sociais, por constituírem soluções ou refúgios alternativos para a superação de carências ou inquietações. Curandeiras e rezadeiras não deixam de ser solicitadas e as ervanárias, algumas de tão boa reputação quanto antigas, outras de configuração *new age*, continuam nas nossas cidades de porta aberta, propondo “chás” reconfortantes, massagens reabilitadoras e mensagens de autoajuda.

Tal significa que a abordagem às tradições populares obriga a ter em conta os mecanismos de fabricação dos discursos e imaginários em seu redor, motivados por um ideário associado aos conceitos do lugar das origens, da tradição e do simbólico. Por exemplo, a persistência em conser-

---

<sup>25</sup> *Op. cit.*, p.18

var o rito da matança do porco, o orgulho na manutenção dos arraiais, a valorização da gastronomia regional, o ressurgimento da “dança das espadas”<sup>26</sup> na Ribeira Brava, a redescoberta das lendas populares, os reinventados bares de poncha, decorrem de um posicionamento assumido em relação a discursos histórica e ideologicamente motivados. Instituem-se, deste modo, formas de resistência a algumas mudanças sociais e económicas, assim como formas de afirmação identitária e de sobrevivência cultural.

Também não é por acaso que o “mundo do antigamente” se tornou um filão explorado pelo “mercado da saudade” e pela publicidade, cuja linguagem apela às forças do imaginário e das emoções do público visado. Há meses, a RTP-Madeira difundia um “comercial”, de efeito parodístico, em prol duma empresa de compra e venda de ouro, protagonizado por um caricato casal de “vilhões” de idade que decide vender parte do ouro que tinha para poder visitar o filho, a nora e os netos, emigrados na Venezuela. Este tipo de aproveitamento de estereótipos, cruzando caricaturas de um mundo em extinção com a atualidade, é bem revelador do modo como a cultura de massa recupera a cultura popular tradicional, num processo de manipulação de símbolos com alcance político e socioeconómico.

Além do recurso à força dos estereótipos para fixar o senso comum e criar empatia, os discursos dominantes numa sociedade não cessam de moldar mentalidades, padrões de comportamento e uma parte expressiva da cultura. Quando esse senso comum afirma que sobre “futebol, religião e política não se discute”, tal ditado indicia, paradoxalmente, a importância que esses temas de grande melindre podem ocupar na vida da população. Com efeito, essa trilogia, a par de outros fenómenos tão enraizados como a insularidade, a migração e o turismo – para completar o quadro de análise –, representam importantes pilares do sistema

---

<sup>26</sup> Segundo se crê, esta dança, que integrava a festa do Corpo de Deus, remonta, pelo menos, ao séc. XVI e, muito provavelmente, à Idade Média. Na Madeira, terá sido António Aragão quem tentou reconstituir esta tradição, da qual havia memória na Ribeira Brava. No ano 2000, Danilo Fernandes (o presidente do grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, Funchal) consegue formar o grupo “Danças das Espadas” com treze elementos masculinos. Desde então, esta dança é, por regra, apresentada ao público no dia 29 de junho após participação na Procissão da Festa de São Pedro, na Ribeira Brava. Para mais informação, v. Danilo Fernandes, “A Dança das Espadas na imprensa regional”, *Isleña*, n.º 28, 2001 (jan.-jun.), Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 158-164. Em Penafiel, essa tradição não se perdeu, havendo ainda um grupo de “dançadores” a executá-la.

social madeirense que provocam frequentemente sentimentos profundos, ora disfóricos, ora eufóricos, decorrentes da relação do indivíduo com o seu meio de origem, experiências de vida e memórias antigas. Esses seis elementos constituem-se como fator propulsor de mobilizações em prol dos interesses da comunidade, configurando-se como um repositório de tradições. Veja-se, por exemplo, o quotidiano dos insulares balizado e influenciado pela forte presença da catolicidade, desde os primórdios do povoamento do Arquipélago. As festividades, na sua maioria organizadas pela Igreja e por um grupo de festeiros, são normalmente dedicadas a Santos da sua devoção. Todavia, esse forte pendor religioso cruza-se com atmosfera de gozo pagão<sup>27</sup>: tapete de flores, arcos enfeitados, procissão, promessas e “charolas”<sup>28</sup> combinam com ambiente de arraial, com comes e bebes e “charamba” (isto é, “cantar ao desafio”)<sup>29</sup>.

Mercê da sua natureza geográfica e do seu processo histórico, o peso da insularidade, configurada pela ruralidade e pelo telurismo, ainda que bastante aligeirado nestas últimas décadas por força dos novos meios de transportes e telecomunicações, assim como do desafogo económico, mantém-se na Região Autónoma da Madeira, circunscrevendo a mundivivência insular a uma intensa interação social voltada para si própria.

As dificuldades de sobrevivência e o excesso populacional, bem como as catástrofes periódicas que assolam o Arquipélago, aliadas ao anseio de enriquecer em terras distantes, levam os insulares a terem os olhos postos no horizonte marítimo. Não admira que, ao longo dos séculos XIX e XX, milhares de madeirenses tenham embarcado para o Brasil, Demerara, Havai, Venezuela, Estados Unidos, África do Sul e, mais recentemente, tenham emigrado para destinos europeus. Dessas mobilidades têm resultado intercâmbios, quer a nível cultural e linguístico<sup>30</sup>, quer a nível económico e social.

---

<sup>27</sup> Como ilustram, a título exemplificativo, os contos “Dois irmãos” (1907) de João dos Reis Gomes e “A Santa do Calhau” (1992) de Maria Aurora Carvalho Homem.

<sup>28</sup> Trata-se de uma “oferenda, em forma de pinha, pejada de frutos e outros produtos hortícolas”.

<sup>29</sup> As festas religiosas são tão antigas como o povoamento do arquipélago da Madeira. Já não terão a predominância de outros tempos, havendo hoje uma oferta maior e mais concorrida de eventos não religiosos.

<sup>30</sup> Veja-se, por exemplo, o caso da “malassada”, iguaria associada à tradição do Carnaval, quer na Madeira, quer nos Açores, sendo por estes insulares portugueses transportada, em finais do séc. XIX, para o arquipélago do Havai,

Para o Madeirense, o turismo é a atividade económica que emergiu em força na Ilha em meados do séc. XIX, favorecendo o aparecimento de hotéis, quintas para vilegiaturistas e agências transitórias e de viagens. Trouxe, também, uma dinâmica atividade portuária e uma evolução do fluxo de visitantes, passando de mais de uma centena para milhares. Tudo isto leva-o a tomar consciência da necessidade de criar e participar em eventos socioculturais, como atração e venda turísticas: casinos, bailes e animação para a sociedade elegante, tanto funchalense como estrangeira, serviços e passeios para proporcionar sensações únicas e satisfazer curiosidades, conciliando paisagem monumental, etnicidade e cosmopolitismo. É neste contexto que surgem os carreiros do Monte, convertidos numa das maiores atrações da Ilha, os memoráveis “bomboteiros” e garotos da “mergulhança”, as “glamourosas” festas do fim de ano na baía do Funchal, os extintos “cortejos etnográficos”, promovidos pela Delegação de Turismo da Madeira (1936-1979), e as cada vez mais desusadas exibições de ranchos folclóricos em restaurantes. Os madeirenses em contato com o turista cultivam, como não podia deixar de ser, uma faceta acolhedora, festiva e bem-disposta.

Por sua vez, o futebol, como fenómeno mundial a partir do séc. XX, tem repercussões em boa parte da população insular, dando-lhe motivos para exaltar a preferência clubística ou a sua identidade, elevando não raras vezes a sua autoestima, em rituais de celebração. Desde o primeiro jogo de futebol em Portugal que teve lugar no Lugar da Achada, na Camacha, em 1875, até à sua mais recente figuração no museu dedicado ao jogador de renome internacional, Cristiano Ronaldo, passando pelo facto de o Club Sport Marítimo ter sido campeão nacional em 1926 e pelas memórias de jogos disputados por sucessivas gerações no Almirante Reis, no Funchal, o futebol não tem cessado de conquistar adeptos, de instrumentalizar a influência política e de gerar oportunidades de negócio, dando origem a equipas e claques, promotoras de novos aspetos da tradição popular, no processo de sociabilização interclassista e intergeracional.

Quanto ao quadro sociopolítico e económico desenhado desde a implantação da Autonomia regional (a partir de 1976), tem-se assistido

---

que a perfilhou e a converteu em doce regional. Tal foi o sucesso que os havaianos passaram a chamar *Malasada Day* à nossa “terça-feira gorda”. Na verdade, as “malassadas” são mais conhecidas nos Estados Unidos do que em Portugal continental, onde se preferem as “bolas de Berlim”.

à manutenção e aprofundamento de uma cultura política, de estilo autocrático mas até então bem aceite pela maioria, assente em valores e atitudes que condicionam e influenciam a vida cultural: face a uma institucionalização de cartazes turísticos como o desfile de Carnaval à moda brasileira (deixando em segundo plano o “Cortejo Trapalhão”, no Funchal, e os mascarados do Entrudo, nos concelhos rurais), a Festa das Flores, eventos desportivos, festivais temáticos e inaugurações oficiais de empreendimentos ou edifícios, a manifestação espontânea e auto expressiva dos populares tende a ser relegada para o consumo local.

Convém, por essa razão, fazer, em primeiro lugar, um exame crítico aos discursos etnográficos que têm por objeto as culturas populares e, em especial, as gentes a elas ligadas, seja em cenário urbano, seja em cenário rural, para, de seguida, desvelar os processos de construção da tradição que motivaram uma requalificação dos objetos e gestos resgatados do passado, imbuídos, em novo contexto, de novos e oportunos significados culturais. Com efeito, essas outras marcas identitárias, inscritas na lógica da dominação cultural, motivam discursos sobre as tensões entre grupos dominantes e dominados, modernos e antigos, sobre tudo aquilo que possa ser considerado superior ou inferior, o bom gosto e o mau gosto, o científico e o senso comum, sobre uma satisfação que as circunstâncias do momento proporcionam ou as oportunidades que as crises de sociedade desencadeiam.

Em nome da consolidação da identidade regional, criaram-se ícones, museus e exposições para “turista ver” e para o filho da terra neles se rever. Ao ambientar-se no aeroporto internacional da Madeira, o passageiro, recém-desembarcado, é interpelado pelas figuras sobredimensionadas do “típico” boneco de massa amarela, um conceito importado e recriado há poucas décadas e elevado a símbolo regional<sup>31</sup>, patentes em amplos painéis de azulejo, como se se procurasse atenuar o efeito de não-lugar de que fala Marc Augé<sup>32</sup>. Noutros espaços, cristalizam-se estereótipos da cultura popular madeirense, como, por exemplo, no Parque Temático de Santana ou na habitual “aldeia etnográfica”, erguida e exibida

---

<sup>31</sup> Veja-se, a esse respeito, o artigo de Teresa Brazão Câmara, “Bonecas comestíveis de maçapão” publicado na revista *Atlântico - Revista de Temas Culturais*, n.º 7, Outono 1986, Funchal, pp. 218-226.

<sup>32</sup> Marc Augé, *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.

no Largo da Restauração, no Funchal, pela altura do Natal. Assim enxada a história dos usos e costumes, com os seus adjuvantes materiais e espirituais, tais como as habitações populares, o artesanato, as ferramentas, as técnicas de fabrico, as armações simbólicas ou adornamentos, a culinária e as diversões, depreende-se a intencionalidade com que esta foi sendo apropriada por diferentes instâncias – poderes públicos e privados –, que contribuem para as variações funcionais e simbólicas que estes modos de vida foram adquirindo. Até porque, como repara Jorge Freitas Branco<sup>33</sup>, se “sente cada vez mais a necessidade de produzir uma imagem constante para a indústria turística”.

Face a essa estandardização ou folclorização, torna-se necessária uma nova postura, livre de preconceitos etnocêntricos, mas ciente dos ecossistemas sociais e culturais, porque se pode incorrer no erro de encarar a História Regional e Local como algo que só busca originalidades “exóticas” em detrimento de usos e costumes tão enraizados quanto partilhados. A esse respeito, importa reter a consideração do historiador Alberto Vieira<sup>34</sup>, quando chama a atenção para a falta de fundamento das explicações algo precipitadas que folcloristas madeirenses enunciaram relativamente às danças tradicionais do arquipélago (o charamba, o baile pesado, a mourisca, a canção de embalar e o baile da meia volta), vistas por eles “como resultado de uma (...) aportação cultural dos escravos” africanos. Em seu entender, tal hipótese não é aceitável porque a situação da escravatura na Madeira – com variáveis mais favoráveis à assimilação do que à resistência ou autonomia cultural – foi muito distinta da do Brasil. Com efeito, o sistema social no Arquipélago não dava margem para o desenvolvimento de formas e expressões marginais e alternativas.

Se os madeirenses sentem, legitimamente, orgulho em ter conferido a outras civilizações algum *aporte* cultural, no âmbito dos movimentos migratórios, como os casos da “exportação” da romaria à Nossa Senhora do Monte ou da “braguinha”, transformada no Havai em *ukulele*, não deveriam ter qualquer reticência em reconhecer as afinidades que têm com outras regiões do país e do mundo. Confronte-se, por exemplo, a

---

<sup>33</sup> *Op. cit.*, p. 273.

<sup>34</sup> Alberto Vieira, *Notas soltas – O quotidiano madeirense*, Funchal, CEHA – Biblioteca digital, 2002. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>. Consultado em dezembro de 2013.

“escadinha” madeirense com o presépio tradicional algarvio, ou o bolo do caco com o pão *makla*, de tradição marroquina (habitual no Ramadão). Repare-se, ainda, que, nas trocas e voltas que emigrantes madeirenses fizeram, especialidades venezuelanas, como as *arepas*, as *hallacas* e *pan de jamon*, passaram a fazer parte de muitas boas mesas da Ilha. Veja-se, também, como alguns costumes beneficiaram atempadamente de uma inversão de tendência, à luz da observação de Nelson Veríssimo<sup>35</sup>:

[É] bem verdade que, nas últimas duas décadas, recrudescceu o interesse por algumas tradições, designadamente as *Missas do Parto*, a *noite do Mercado*, os *Reis* e o *varrer dos armários*, principalmente pelo empenhamento da comunicação social, Igreja, grupos de música tradicional, autarquias e Casas do Povo.

Se, no Funchal, a “Folgança dos Maios” parece ter caído em desuso, subsistindo apenas numa reformulação integrada na Festa das Flores (inicialmente, um evento promovido pelo Ateneu Comercial do Funchal nos anos cinquenta que foi ganhando importância ao longo do tempo), o *Halloween* (o dia das bruxas) tornou-se na mais recente tradição adotada em Portugal e na Madeira, por importação dos Estados Unidos, mas com novos contornos relativamente ao país de origem, ganhando alguma expressão sobretudo junto dos jovens que saem à noite.

O rol de constatações que acabo de enunciar vem, deste modo, dar razão a Denys Cuche<sup>36</sup>, quando afirma:

Le processus que connaît chaque culture en situation de contact culturel, celui de déstructuration puis de restructuration, est en réalité le principe même d'évolution de n'importe quel système culturel. Toute culture est un processus permanent de construction, déconstruction et reconstruction. Ce qui varie, c'est l'importance de chaque phase, selon les situations.

A época atual tende, efetivamente, a pautar-se pelo diálogo entre a aceitação de transferências culturais e a revalorização de tradições próprias. As tradições populares já não se constituem, portanto, como um repositório estático representando a autenticidade ontológica de uma

---

<sup>35</sup> Nelson Veríssimo, “Natal Madeirense”, *Povos e Culturas*, Lisboa, CEPCEP, n.º 11, 2007, pp. 79-86.

<sup>36</sup> Denys Cuche, *La Notion de culture dans les sciences sociales*, 3.ª ed., Paris, La Découverte (Repères, 205), 2004.

comunidade, numa lógica de distinção, mas antes como um produto de movimentos diversos, por vezes ambíguos e contraditórios, que percorrem os circuitos da fabricação dos imaginários locais ou regionais, do consumo turístico ou da invenção da tradição.

Neste sentido, as tradições populares madeirenses assumem-se como um renovado campo de estudo com contornos cada vez mais relevantes na atualidade, talvez pela consciência sociocultural de se estar envolvido numa dinâmica em que a transformação dos modos de vida provocada pela globalização já não é vista como uma ameaça. Basta lembrar, com Jean-Pierre Warnier<sup>37</sup>, em *A Mundialização da Cultura*, que a humanidade é “uma máquina de fabricar diferenças”. Numa crónica publicada em 1967 na imprensa regional, Horácio Bento de Gouveia<sup>38</sup> enunciava o mesmo entendimento:

Quanto mais o cosmopolitismo recrudescer em todas as partes do mundo, impetuosamente o dominando, tanto mais o regionalismo se exterioriza, sob todas as formas. É uma reação natural dos ambientes humanos, opondo-se à sua desvirtualização, ao desenraizamento do que há de caráter próprio nos costumes, nas tradições e até na linguagem.

Interessa, pois, valorizar, numa perspetiva antropológica e numa lógica de abertura, discursos e práticas que estruturam um leque de escolha de estilos de vida e de visões do mundo no seio da sociedade madeirense. Na verdade, o património material e intangível, que abrange as suas tradições e expressões populares, merece, por respeito às suas memórias ancestrais, ser transmitido e explicado às gerações futuras. Com o projeto *Aprender a Madeira*, pretende-se, assim, dar mais um passo nessa direção.

---

<sup>37</sup> Jean-Pierre Warnier, *A Mundialização da Cultura*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000, p. 105.

<sup>38</sup> Horácio Bento Gouveia, “Regionalismo – Ranchos folclóricos”, *Crónicas do Norte*, com prefácio de José António Gonçalves, Madeira, Câmara Municipal de S. Vicente, 1994, p. 142.



# Temas e problemas da construção de uma História da Arte na Madeira

Isabel Santa Clara

Universidade da Madeira

---



FIGURA 1. Teresa Jardim, *Mar*, 2001, luz néon, cadeiras de praia e som de mar; instalação na Galeria da SRTC, Funchal (fotografia de Teresa Jardim).

O tema que nos foi dado tratar propõe uma reflexão acerca da produção de conhecimentos sobre a arte existente numa região específica, mas abre também a possibilidade de uma reflexão equacionada a partir desse lugar. Recorremos, para *incipit* das considerações que se seguem, a uma imagem contemporânea em que a insularidade é pensada e encenada numa deriva entre a palavra e a imagem. Duas cadeiras, dois lugares de reflexão/de realização, de costas para o mar verdadeiro mas virados para a palavra “mar”, escrita a luz azul. Um trabalho plástico sobre a paisagem e o território em que o discurso toma o lugar do seu objeto, não recorrendo ao simulacro nem à apropriação, mas sim ao poder da nomeação.

Creemos que este trabalho pode funcionar como uma espécie de arte poética e permite-nos sublinhar duas questões fundamentais: a história é a construção de um olhar do presente sobre o passado, como também é uma profícua navegação entre palavras e imagens, que se iluminam mutuamente. As obras de arte funcionam como uma corporização de memórias acumuladas (o “corpo da memória” como dizia Francisco de Holanda) que falam do seu tempo tanto quanto falam através do tempo até chegar a nós. Daí a pertinência do conceito de trans-memória das imagens que Vítor Serrão defende como forma de entender a obra de arte na sua integralidade, enquanto “*laboratório de memórias acumuladas*” que sobrevivem e perduram, seja nas franjas do subconsciente, seja na prática da criação e re-criação dos artistas<sup>1</sup>, propondo que as imagens artísticas sejam “*interrogadas* segundo programas estruturados de fruição e questionamento, a fim de nos mostrarem o muito que encerram das suas memórias ocultas, esquecidas pela alteração das suas funções e objetivos primeiros”<sup>2</sup>.

A história da arte é, por inerência da complexidade e polissemia do seu objeto, uma disciplina de vocação comparatista e de recorte trans e interdisciplinar<sup>3</sup>. É uma disciplina atenta não só a questões estilísticas, de datação e periodização, de produção e circulação de obras, mas também atenta às funções da imagem, ao labor do pensamento visual, à receção e fortuna crítica, à relação das imagens entre si e com textos e

---

<sup>1</sup> Vítor Serrão, *A trans-memória das imagens*, Lisboa, Cosmos, 2007, p. 11.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*, p. 19.

<sup>3</sup> Esta vertente comparatista foi tema central do colóquio coordenado por Marc Bayard, *L'histoire de l'art et le comparatisme: les horizons du détour*, cujas actas foram publicadas em Paris, Ed. Somogy, 2007.

às variações da interpretação na busca de significado, que põem em evidência a sua inesgotabilidade e a trans-contextualidade.

A complexidade da vida das imagens através do tempo colocada em relevo, de diferente modo, por Panofsky e por Aby Warburg, encontrou mais recentemente em Georges Didi-Huberman um renovado campo de reflexão apoiado sobretudo numa revisitação deste último autor e centrado em conceitos como o anacronismo, a sobrevivência e a montagem<sup>4</sup>.

Refletindo ainda sobre a especificidade do lugar, quando nos reportamos ao estudo de obras existentes em espaços considerados periféricos em relação aos grandes centros de produção, será profícuo ter em vista a perspetiva aberta por Carlo Ginzburg sobre esta questão<sup>5</sup>. Ele aborda as relações entre centro e periferia numa perspetiva complexa e dinâmica, de diálogo ou de conflito e não de simples subordinação passiva da periferia ao centro, lembrando que nem todas as periferias são retardatárias, seguem cânones diferentes, e há que procurar compreender os casos de *scarto*, de resistência ou de atraso que fazem a complexidade, a riqueza e a diversidade de cada época. Os conceitos de centro e periferia, trazidos da geografia para a história, ajudam a entender a diferença, a diversidade, as assimilações e resistências à importação de modelos, os desfasamentos temporais, em suma, a encontrar matizes onde, à primeira vista, reina o nivelamento e a monocromia.

Muitas são, pois, as achegas metodológicas, oriundas de campos do saber distintos, que podem contribuir para esclarecer a dinâmica da produção e circulação de obras de arte, a mobilidade dos artistas, as preferências dos fruidores ao longo do tempo.

Colocadas estas considerações preliminares, passemos à análise do estado da questão no que concerne aos estudos de história da arte na Madeira. Uma primeira nota, a título de exemplo e não exaustiva, irá para as referências às artes da Madeira no panorama das histórias da arte de âmbito nacional, elucidativas da evolução metodológica da própria disciplina e dos interesses de cada época. A partir da década de 40 do século

---

<sup>4</sup> Georges Didi-Huberman, *Devant le temps. Histoire de l'art et anachronisme des images*, Paris, Éditions de Minuit, 2000 e *L'image survivante. Histoire de l'art et temps des fantômes selon Aby Warburg*, Paris, Éditions de Minuit, 2002.

<sup>5</sup> Carlo Ginzburg, "História da arte italiana", in *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 5-119.

XX e para além dos textos de Luís Reis Santos acerca de pinturas flamengas da Madeira, Adriano de Gusmão menciona o retábulo e o cadeiral da Sé do Funchal<sup>6</sup>. É um tempo de atenção privilegiada às obras primas e aos períodos áureos da história nacional. Referências pontuais à Sé e às suas obras de destaque podem ser encontradas também na *História da Arte* publicada entre 1986 e 1993 pelas edições Alfa<sup>7</sup>. Nos volumes sobre o século XX, da autoria de Rui Mário Gonçalves, encontramos menção aos pintores Henrique Franco e Lourdes Castro e ao escultor Francisco Franco. Diogo de Macedo dedicara a este, em 1956, uma monografia com cuidadas fotografias das peças escultóricas, muitas delas ainda em barro, que constituem um interessante testemunho do processo de trabalho<sup>8</sup>. Estes artistas que integraram a geração do modernismo, os irmãos Franco e Alfredo Miguéis, tinham sido já mencionados por José-Augusto França, que também indica o pintor de origem madeirense Adolfo de Sousa Rodrigues<sup>9</sup>.

Na senda dos estudos acerca de artes decorativas encontramos um pequeno capítulo sobre bordado na *História da Arte* de João Barreira<sup>10</sup> e, no decurso da vasta inventariação de azulejaria feita por Santos Simões, em 1963, surge um volume sobre os Açores e a Madeira<sup>11</sup>.

Alguns aspectos do barroco na Madeira estão contemplados no *Dicionário de Arte Barroca*, como seja a azulejaria e o pintor Martim Conrado<sup>12</sup>. Por sua vez Pedro Dias dedica às ilhas da Madeira e Porto Santo um capítulo da sua *História da Arte Portuguesa no Mundo*<sup>13</sup>. O n.º

---

<sup>6</sup> Adriano de Gusmão, “Os primitivos e a Renascença”, in João Barreira, *Arte Portuguesa: Pintura*, Lisboa, ed. Excelsior, 1946, p. 251.

<sup>7</sup> *História da Arte em Portugal*, 10 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1986-1989.

<sup>8</sup> Diogo de Macedo, *Francisco Franco*, Lisboa, Artis, 1956.

<sup>9</sup> *A arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Bertrand, 1966 e *A arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Bertrand, 1974.

<sup>10</sup> João Barreira, *História da Arte: As artes decorativas*, vol. II, Lisboa, ed. Excelsior, 1946. Esta obra de quatro volumes saiu em fascículos, sendo dois deles dedicados às artes decorativas. Inclui um capítulo de Vasco de Lucena, “Os bordados da Madeira”, pp. 285-298.

<sup>11</sup> João M. dos Santos Simões, *Azulejaria nos Açores e na Madeira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

<sup>12</sup> José Fernandes Pereira, Paulo Pereira (coords.), *Dicionário da arte barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

<sup>13</sup> Pedro Dias, “Madeira e Porto Santo”, in *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 142-225.

19 da Revista *Monumentos* (1994) incluiu um dossiê especial dedicado à Sé do Funchal, na sequência de trabalhos de recuperação do edifício empreendidos a partir da década de 80, que nos dá uma leitura atualizada de diversos temas já levantados em 1963 pelo P.<sup>e</sup> Pita Ferreira, de que adiante falaremos.



**FIGURA 2.** *Anjos músicos*, séc. XVIII, azulejos do coro da Igreja de São João Evangelista, Funchal (fotografia da autora).

Nos textos dispersos que abordam a arte contemporânea a atenção vai quase exclusivamente para os artistas a que a internacionalização deu visibilidade: Lourdes Castro, Martha Telles, António Aragão e, mais recentemente, Rigo (Ricardo Gouveia).

Ao passarmos em revista a construção de uma História da Arte feita a partir da Madeira, verificamos que ela começa com anotações dispersas

muito antes de chegar às primeiras abordagens sistemáticas. Resultam por vezes em crónicas e impressões de viagem, ainda sem rigor de análise nem pertinência de atribuição, mas que têm o mérito de chamar a atenção para as peças e apresentar fotografias delas, como é o caso das notas do Marquês de Jacome Correia, em 1927<sup>14</sup>. A primeira sùmula sistematizada de história da Madeira, o *Elucidário Madeirense*<sup>15</sup>, não tem entradas específicas para a arte, mas veicula informação elucidativa da fundação de igrejas, capelas e conventos. Já o autor de *As Ilhas de Zargo*<sup>16</sup> aborda especificamente as artes, subdividindo-as em arquitetura, pintura, artes decorativas, escultura e ourivesaria. Apresenta fotografias de algumas peças e, não sendo exaustivo, tem, no entanto, a preocupação de descrever, dar as medidas das peças e referir alguma documentação, alargando o seu levantamento até ao século XX, inclusive a coleções particulares.

Em 1931 é criado o Arquivo Distrital do Funchal, cujo primeiro diretor, João Cabral do Nascimento, além do trabalho de organização documental que lhe competia, revelou em diversas iniciativas sensibilidade para as artes, como seja: na elaboração do catálogo *Estampas Antigas da Madeira*<sup>17</sup>, onde pela primeira vez se sistematiza esse rico conjunto de gravuras e litografias oitocentistas; nos diversos artigos sobre arte e património e sobre a criação e funcionamento da primeira Aula de Desenho e Pintura do Funchal; na defesa do património construído; na publicação do diário de Isabella de França ilustrado com aquarelas da autora<sup>18</sup>.

A recolha e transcrição de documentos trará maior rigor à história da arte e a monografia de P.<sup>c</sup> Pita Ferreira acerca da Sé do Funchal<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Marquez de Jacome Corrêa, *A Ilha da Madeira. Impressões e notas archeologicas, ruraes, artisticas e sociais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927 (escritas em 1925).

<sup>15</sup> Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, Funchal, SRTC / DRAC, 1984 (Fac-símile da edição de 1946).

<sup>16</sup> Pe. Eduardo Clemente Nunes Pereira, *As Ilhas de Zargo*, Funchal, 3.<sup>a</sup> ed., 1968 (1.<sup>a</sup> ed. 1939).

<sup>17</sup> João Cabral do Nascimento, *Estampas antigas da Madeira. Paisagem, costumes, traje, edifícios, marinhas*, Funchal, Clube Rotário do Funchal, 1935.

<sup>18</sup> Isabella de França, *Journal of a visit to Madeira and Portugal (1853-54)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1970. A tradução portuguesa é de Cabral do Nascimento.

<sup>19</sup> Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1963.

marca uma viragem metodológica, na medida em que fundamenta as suas afirmações com indicação do apoio documental em que se baseou.

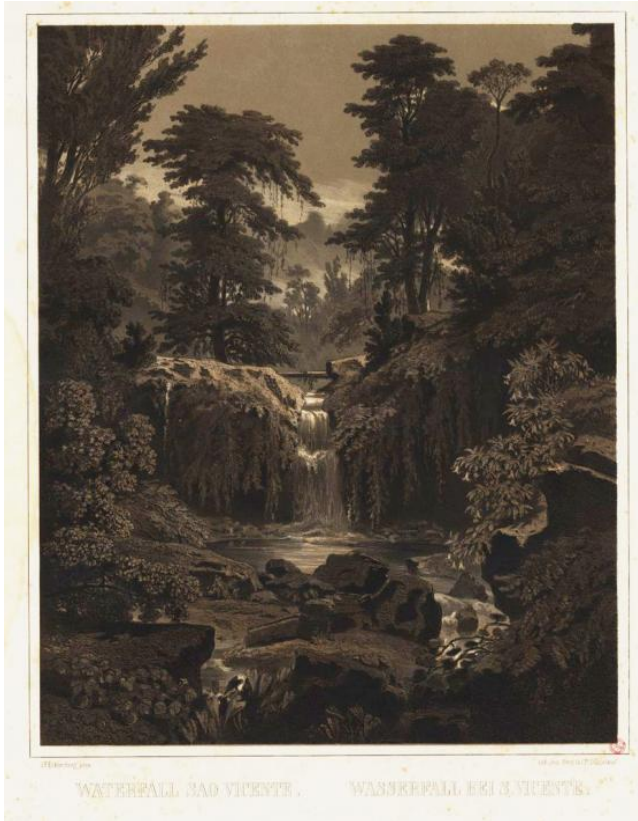


FIGURA 3. J. F. Eckersberg, *Queda de água em S. Vicente*, 1850, litografia do álbum *Views in Madeira* (arquipelagos.pt).

O crescente interesse pelas artes terá importantes consequências na recuperação do património e na criação de museus. Cayola Zagallo, membro da Sociedade Portuguesa de Arqueologia e vogal correspondente do Conselho Superior de Belas Artes, quando vem trabalhar para a Alfândega do Funchal, dá o grande impulso para o estudo sistemático da pintura dos séculos XV e XVI existente na ilha, procedendo a uma primeira inventariação e catalogação, e preconizando a imprescindibilidade do seu restauro e conservação. Insiste na necessidade da criação de um museu para garantir as condições de prossecução de tais objetivos, ideia que correspondia às aspirações dos estudiosos locais. Para

além do restauro das peças e escolha do local, houve que gerir, nalguns casos, a sempre delicada situação de conciliar as necessidades de culto com as perspetivas museológicas, pelo que o museu só veio a ser inaugurado em 1955<sup>20</sup>. A exposição de quadros provenientes da ilha da Madeira em Lisboa, em 1949, e a sua apreciação no âmbito do *Congresso Internacional da História de Arte*, em 1950, deram visibilidade às peças e permitiram confrontos de opinião entre especialistas, como Luís Reis Santos e Max Friedlaender.



**FIGURA 4.** *Adoração dos Magos*, óleo sobre madeira de carvalho, oficina flamenga, início do século XVI; Museu de Arte Sacra do Funchal ([musueartesaorafunchal.org](http://musueartesaorafunchal.org)).

---

<sup>20</sup> Acerca da criação do Museu de Arte Sacra do Funchal, veja-se Eduardo Clemente Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 769-774; a conferência proferida aquando da inauguração do museu pelo então diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, João Couto, “Os painéis flamengos da Ilha da Madeira”; e Carlos Valente, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990). Conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional no século XX*, 1999, texto policopiado, tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade da Madeira.

Assinale-se a importância da publicação de revistas, que veiculam a divulgação dos estudos desenvolvidos com possibilidade de maior continuidade e profundidade que os artigos em jornais. O boletim do Arquivo Distrital, *Arquivo Histórico da Madeira*, publicação iniciada em 1931 por iniciativa de Cabral do Nascimento e do conservador Álvaro Manso de Sousa, embora mais vocacionado para a divulgação de documentação em geral, esteve aberto também a temas do foro artístico. Para além dos já referidos artigos do próprio diretor, teve ainda colaboração de Cayola Zagallo (entre 1934 e 1949), de Diogo de Macedo, de Luís Chaves que, ao longo do tempo, foram abordando temas como a pintura, os pelourinhos, a azulejaria ou as pratas. José Pereira da Costa, que sucede a Cabral do Nascimento na direção do arquivo e do boletim (1952-1963), deu continuidade à publicação de documentação, nomeadamente acerca das Misericórdias. António Aragão assume a direção entre 1972 e 1974, orientando mais especificamente o conteúdo para a publicação de traslados de documentação camarária. Mais recentemente Luís de Sousa Melo, que tinha vindo a fazer a transcrição paleográfica de documentação dos séculos XV a XVII dada a lume, assumiu a direção do boletim, que, a partir de 1998, passou para a responsabilidade da nova diretora Maria Fátima Araújo Barros Ferreira. Os números mais recentes tiveram por objetivo pôr à disposição dos investigadores um guia do Arquivo Regional da Madeira, atualizado consoante as reestruturações entretanto efectuadas, e instrumentos descritivos de diversos fundos documentais – paroquiais, confrarias e familiares e pessoais.

As condições de trabalho no novo edifício do Arquivo Regional melhoraram substancialmente e refletem também a melhoria da estrutura organizativa que contraria uma generalizada ausência de consciência arquivística por parte de instituições públicas e privadas, que dão exemplos de incúria ou destruição deliberada de documentação. Além das perdas irreparáveis que decorrem de acidentes, há lacunas em fundos de extrema importância, como os notariais, escassez de tipologia documental escassa para a Madeira. Tais circunstâncias contribuem para as dificuldades de encontrar apoio documental para a elaboração da história da arte de períodos mais recuados.

Em 2013 o Arquivo inicia uma coleção iconográfica com a publicação de *Imagens do Funchal Urbano – 1966*, oriundas do espólio de António Aragão, de que nos ocuparemos mais adiante, revelador da crescente

consciência do manancial que oferecem as imagens fotográficas para o conhecimento do passado. Tarda em ficar disponível aos estudiosos e ao público o notável espólio de cerca de 800 000 negativos da Photographia-Museu “Vicentes”, aberto ao público em 1982, e depositário de preciosas coleções de fotógrafos profissionais e amadores, apenas muito parcialmente vislumbradas em algumas exposições temporárias.

A revista *Das Artes e da História da Madeira*, dirigida por Luís Peter Clode, e editada entre 1949 e 1971<sup>21</sup>, estava vocacionada para as artes, a música, a literatura e a história. Nela colaboraram, para além do diretor, também empenhado na organização de diversas exposições temporárias de imaginária, ourivesaria e mobiliário, os padres Manuel Juvenal Pita Ferreira, Eduardo Clemente Nunes Pereira e Fernando Augusto da Silva, e ainda Vasco de Lucena, Anjos Teixeira, Luiza Clode, entre outros.



**FIGURA 5.** Cruz processional (pormenor), ourivesaria portuguesa, 1.º quartel do século XVI; Museu de Arte Sacra do Funchal ([musueartesaorafunchal.org](http://musueartesaorafunchal.org)).

Por iniciativa de António Loja surge a revista *Atlântico* (1985-1989) onde colaboraram, no domínio das artes Luiza Clode, Amândio

---

<sup>21</sup> Esta revista dá continuidade ao suplemento de *O Jornal das Artes e da História da Madeira*, entre 1948 e 1949.

de Sousa, Jorge Marques da Silva, Rui Carita, João Lizardo e José de Sainz-Trueva, Maurício Fernandes, Celso Caires, Eberhard Axel Wilhelm, abrindo o campo de estudos a novas áreas como a fotografia ou a arte por computador.

Por sua vez a revista *Islenha*, editada com rara continuidade pela Direção Regional dos Assuntos Culturais a partir de 1987, com periodicidade semestral (dirigida por Nelson Veríssimo até 2002, depois por Jorge Pestana, de 2002 a 2007 e por Marcelino de Castro, a partir de 2008) tem sido um importante repositório da investigação que se tem vindo a fazer. Alguns dos seus colaboradores vinham já de outros periódicos, que entretanto suspenderam a atividade, e muitos outros se foram juntando, entre os quais docentes universitários, fazendo dela uma referência na história da cultura insular. O editorial do primeiro número definia-a como um “espaço para diferentes matrizes culturais das sociedades insulares atlânticas”, e essa orientação tem-se mantido na abrangência de temas abordados e diversificação de colaboradores.

Dentro das revistas de âmbito mais acentuadamente local surgem dois títulos: a *Girão*, centrada em temas culturais do Concelho de Câmara de Lobos, editada pela Câmara Municipal desde 1998 e dirigida por Manuel Pedro Freitas, onde podemos encontrar informações relevantes, como os “Anais da Quinta Grande”, coligidos pelo Padre Manuel Nóbrega e que tem contado com a colaboração, na componente histórica e artística, de Rui Carita, Nelson Veríssimo, Rita Rodrigues e Paulo Ladeira; e a *Origens*, revista cultural da Câmara Municipal de Santa Cruz, desde 1999, com os artigos de Lourenço de Freitas sobre temas de história do concelho, e diversos estudos de história da arte entre os quais os de Rita Rodrigues e os de Isabel Santa Clara.

A *Margem*, editada pela Câmara Municipal do Funchal, teve um pendor mais literário, mas dedicou também atenção às artes e até, mais recentemente, consagrou números temáticos a António Aragão e a Irene Lucília.

A associação *Xarabanda*, que se tem empenhado na recolha do património etnomusicológico, edita, desde 1992, uma revista com informação sobre música tradicional, Etnografia e artes populares. Desde 2000, a Associação de Arqueologia e Defesa do Património ARCHAIS é responsável pela publicação da revista *Ilharq*, iniciada sob a direção de Élvio Sousa, também autor de vários artigos, contando com a colaboração de

Emanuel Gaspar, Isabel Gouveia, João Lizardo, Fátima Gomes e Lígia Gonçalves, entre outros.

Os estudos de arqueologia partiram da atividade pioneira de António Aragão, diretor do Arquivo, que publicou também diversos estudos sobre a cidade do Funchal, nos quais perspetiva a relação entre a estrutura da malha urbana, com os seus monumentos, e as características dominantes do tecido socioeconómico. Entre 1964 e 1967 desenvolveu um plano de *Estudos de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana do Funchal* através de um levantamento fotográfico<sup>22</sup>; defesa cuja premência se fazia sentir numa conjuntura de demolições de modernas mas incaracterísticas construções, que na ausência de planeamento punham em causa o património imobiliário de interesse histórico. O “Plano Diretor da Cidade”, de 1972, muito deve a este trabalho de sapa.

A Direção Regional de Assuntos Culturais inicia, na década de 80 do século XX, uma inventariação do património, elaborada por Teresa Figueira de Freitas, Álvaro Simões e Rui Carita. Desde então, a continuidade dada a esse trabalho permitiu reunir vasta documentação que pode ser consultada na Divisão do Património Cultural.

José de Sainz-Trueva, na sua passagem pela Direção Regional de Assuntos Culturais, privilegiou o património móvel e organizou, com base nessa recolha, diversas exposições com peças de colecionadores particulares. São da sua autoria numerosos artigos sobre heráldica, quintas, ex-votos e fotografia.

A criação do Centro de Estudos de História do Atlântico, em 1985, vocacionado para uma visão alargada das conexões atlânticas, veio proporcionar o desenvolvimento de projetos de investigação, a organização de colóquios internacionais e a edição de numerosas publicações. Possui uma biblioteca, importante documentação digitalizada e disponibiliza uma base de dados *on-line*, que muito têm contribuído para melhorar as condições de trabalho dos investigadores. Foram seus diretores, após um período de instalação, Luís Albuquerque (1988-1992), Joel Serrão (1992-1996), José Pereira da Costa (1997-2007) e Alberto Vieira (a partir de 2008).

Os catálogos das exposições de arte oferecem oportunidades de passar da investigação à divulgação, embora muitas vezes, por falta de

---

<sup>22</sup> Imagens publicadas em *Arquivo Histórico da Madeira*, Coleção Iconográfica I: *imagens do Funchal Urbano 1966*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2013, conforme acima foi mencionado.

meios, pequem por escassez de informação e de imagens de qualidade. A partir da década de 50 do século XX a Sociedade de Concertos da Madeira promoveu diversas exposições abarcando arte sacra, imaginária, ourivesaria, pintura, mobiliário, que constituem os primeiros passos na preservação do património móvel.

Quanto a catálogos de museus, foi editado, em 1997, o de arte flamenca do Museu de Arte Sacra do Funchal, da autoria de Luiza Clode e de Fernando António Baptista Pereira; um cuidado estudo sobre parte do acervo, que não teve, infelizmente, continuidade. Em compensação, os catálogos de exposições temporárias deste museu deixaram-nos um bom testemunho de iniciativas levadas a cabo pela instituição<sup>23</sup>.

A Diocese do Funchal tem vindo paulatinamente a recuperar peças do seu património, o que também dá azo a estudá-las em melhores condições, pois muitas vezes estão colocadas em lugares de difícil acesso e fraca visibilidade. A comemoração dos 500 anos da diocese, em 2014, ofereceu uma oportunidade de levar a efeito o restauro do retábulo da Sé, numa cuidada relação de interdisciplinaridade, pois contou com uma colaboração entre restauradores e investigadores e com o imprescindível apoio laboratorial. O congresso internacional marcado para setembro de 2014, a assinalar a efeméride, por certo trará achegas importantes para o conhecimento daquela que é a primeira diocese instituída fora do continente europeu.

No que concerne à arte contemporânea, os catálogos são ainda mais sucintos, sendo de referir algumas exposições mais abrangentes como: *20 anos de artes plásticas na Madeira*, em 1998, e *Horizonte móvel: artes plásticas na Madeira 1960-2008*. No catálogo de *Horizontes insulares* está incluída uma síntese das artes plástica na Madeira a partir da década de 60 do século XX<sup>24</sup>. Existem dois centros de documentação,

---

<sup>23</sup> *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 1999; *Jesus Cristo. Ontem, hoje e sempre*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2002; *Eucaristia, Mistério de Luz*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2005; *Obras de referência dos Museus da Madeira – 500 anos de História de um Arquipélago*, Lisboa, Palácio da Ajuda / Galeria de Pintura do rei D. Luís I, 2009-2010.

<sup>24</sup> Carlos Valente, *20 anos de artes plásticas na Madeira*, Funchal, Museu de Arte Contemporânea, Fortaleza de São Tiago, 1998; Isabel Santa Clara, Vítor Magalhães, *Horizonte móvel: Artes Plásticas na Madeira 1960-2008*, Museu de Arte Contemporânea do Funchal / Funchal 500 anos, 2008; Isabel Santa Clara “Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira” in Orlando Brito, Nilo Borges Palazuela, *Horizontes insulares*, Canarias, Acción Cultural Española, 2011.

um no Museu de Arte Contemporânea do Funchal e outro na Galeria Porta 33 que reúnem catálogos, artigos em periódicos e notícias acerca dos artistas que têm exposto na Madeira.

Estão hoje disponíveis *on-line* várias bases de dados e outros recursos que facilitam o acesso a documentação, a bibliografia e a imagens como a NESOS, do Centro de Estudos de História do Atlântico; a Arquipélagos, da responsabilidade de Rui Carita; páginas pessoais como a Nelson Veríssimo com uma exaustiva bibliografia dos séculos XIX-XXI; SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) com resenhas da autoria de Rui Carita, Teresa Brasão, Dina Jardim e Eduarda Gomes. Escasseiam as páginas *web* de museus insulares e, neste panorama, o Museu de Arte Sacra constitui exceção, ainda que tenha apenas informação sobre alguns destaques da coleção.

A investigação em História da Arte feita em contexto universitário beneficiou com a criação de mestrados e doutoramentos nesta área<sup>25</sup>. Daí a atenção dada por alguns autores ao património da Madeira nas suas investigações, caso de Vítor Serrão que, baseado em documentação inédita<sup>26</sup>, rastreia nomes e obras de mestres e oficinas da ilha da Madeira ativos entre 1612 e 1657, com especial destaque para Martim Conrado; e coloca a questão fulcral da existência e funcionamento de oficinas regionais, abrindo perspectivas para o estudo de obras negligenciadas; ou de Joaquim Oliveira Caetano que estuda os quadros de Diogo de Contreiras existentes nesta ilha; ou ainda, no âmbito da História da Arquitetura, os trabalhos de Vítor Mestre e de José Manuel Fernandes.

Na Universidade da Madeira não existe licenciatura em História da Arte, apenas licenciaturas com as disciplinas desta área e de outras afins. Já ao nível de cursos de mestrado funcionou um em História, em 1997, com a possibilidade da variante História da Arte; um outro em Arte e Património no Contemporâneo e Atual, em 2007; e estão em funcionamento os de Gestão Cultural (iniciado em 2009) e de Estudos Regionais e Locais (a partir de 2011).

---

<sup>25</sup> Lembremos que José-Augusto França foi fundador do primeiro Mestrado em História da Arte do país, em 1976.

<sup>26</sup> Vítor Serrão, *A pintura Proto-barroca em Portugal, 1612-1657*, vol. II, texto polycopiado, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 1992, pp. 862-896. Posteriormente publicado como *A Pintura Proto-barroca em Portugal: 1612-1657 - O Triunfo do Naturalismo e do Tenebrismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.



FIGURA 6. Henrique Franco, *A blusa azul*, c. 1920, óleo sobre tela; Museu Henrique e Francisco Franco ([www.cm-funchal.pt](http://www.cm-funchal.pt)).

Destes cursos de 2.º ciclo resultaram dissertações como as de Carlos Valente, acerca das artes plásticas na Madeira no século XX, a de Rita Rodrigues, sobre o pintor Martim Conrado, a de Alexandra Gonçalves relativa ao pintor Joaquim Leonardo da Rocha<sup>27</sup>, a de Paulo Ladeira,

---

<sup>27</sup> Maria Alexandra de Sousa Gonçalves, *Joaquim Leonardo da Rocha. Primeiro Professor da Aula de Desenho e Pintura do Funchal*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira 2007.

sobre talha e pintura rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)<sup>28</sup>, a de Gualter Rodrigues dedicada a Rigo<sup>29</sup>, a de Emanuel Gaspar acerca da obra de Chorão Ramalho na Madeira<sup>30</sup>, e a de Teresa Mendes referente ao Plano Ventura Terra para a cidade do Funchal<sup>31</sup>. Foram ainda elaboradas as teses de doutoramento de Isabel Santa Clara acerca da pintura maneirista e de Rita Rodrigues sobre a pintura proto-barroca e barroca<sup>32</sup>. Em preparação está uma outra de Abel Rodrigues versando a obra do arquiteto Marcelo Costa, que abordará a relação entre a sua arquitetura e as artes plásticas.

Rui Carita, para além da atividade de inventariação e de divulgação do património, de que a sua colaboração na imprensa é testemunho, dos seus estudos acerca da arquitetura militar, da criação da base de dados Arquipélagos, tem ainda nos diversos volumes da sua *História da Madeira*, saídos a lume entre 1980 e 2008, sínteses da arte de cada período, bem como um mais aprofundado estudo sobre o Colégio dos Jesuítas.

No entanto, dada a ausência na Madeira de um curso específico de História de Arte, de um centro de investigação ou de um projeto integrador, as pesquisas têm sido feitas ao sabor das circunstâncias e das iniciativas individuais. Embora a produção tenha vindo a aumentar, há ainda muitas lacunas a preencher e períodos mal conhecidos. Falta um sistemático levantamento da obra de talha, apenas feito para o rococó e neoclassicismo e parcialmente para o barroco, da pintura dos finais do século XVIII e do século XIX e das pinturas de tetos; são muito poucos os estudos monográficos de artistas; não existe uma

---

<sup>28</sup> Paulo Ladeira, *O rococó na Madeira: a talha e a pintura do último barroco ao primeiro neoclássico*, Funchal, UMa, 2003. (editada em CD-ROM pelo CEHA em 2009).

<sup>29</sup> José Gualter Nóbrega Rodrigues, *Rigo: artista plástico activista, conceptualista*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira, 2008.

<sup>30</sup> Emanuel Gaspar de Freitas, *A obra de Raul Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010.

<sup>31</sup> Teresa Mendes Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal - 1.ª metade do século XX*, Funchal, Funchal 500 anos, 2008.

<sup>32</sup> Isabel Santa Clara, *Das coisas visíveis às invisíveis: Contributos para o estudo da pintura maneirista na ilha da Madeira (1540-1620)*, Funchal, Universidade da Madeira, 2004; Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646-1750: A eficácia da imagem*, Funchal, Universidade da Madeira, 2013 (textos policopiados).

história da fotografia baseada na análise das imagens do riquíssimo espólio da Photographia-Museu “Vicentes”; falta a desejável comparação com os restantes espaços insulares atlânticos. Estas problemáticas ainda em branco dificultam a elaboração de uma síntese da história da arte no arquipélago da Madeira.



FIGURA 7. Diogo de Contreiras (atrib.), *Ressurreição*, óleo sobre madeira, c. 1540; Igreja do Arco da Calheta (fotografia da autora).



FIGURA 8. Avelar Rebelo (atrib.), *Repouso na fuga para o Egito*, óleo sobre tela, séc. XVII; sacristia da igreja de São João Evangelista (fotografia Celso Caires).

A coordenação, planeamento e distribuição de entradas do Dicionário Enciclopédico na área das artes reflete a situação atual e encontra como principais entraves a escassez de investigadores com disponibilidade, a dispersão da informação e as lacunas tanto documentais como de estudos já efetivamente realizados. Procurar-se-á colmatar alguns destes vazios e alargar o campo de reflexão a áreas menos valorizadas na hierarquia habitual dos estudos de Arte, mas não menos significativas do imaginário coletivo, como é o caso dos ex-votos ou do postal ilustrado. Serão ainda objetos de estudo o design e o design gráfico, áreas que conheceram maior desenvolvimento a partir da década de 70 do século XX após a criação de um curso específico no Instituto de Arte e Design.



FIGURA 9. Ex-voto marítimo, óleo sobre tela, 1870; Igreja de Nossa Senhora do Monte (fotografia de Rui Camacho, *Isleña*, n.º 20, 1997).



FIGURA 10. Mercado do Peixe, postal ilustrado, Manuel Olim Perestrelo, início do século XX.

A fechar esta reflexão acerca da construção de uma história da arte na Madeira fica uma imagem em que o texto, aberto em negativo, só ganha condições de legibilidade através do insistente labor do desenho. Em jeito de metáfora, serve para lembrar a navegação entre palavras e imagens, essa necessária cumplicidade neste campo específico da História e o seu objeto e o lugar onde tudo isto acontece.



FIGURA 11. Teresa Jardim, “Eu vivo aqui no desenho mais alto da Ilha”, desenho a grafite sobre parede de madeira, espelho circular e 44 resmas de papel A4; pormenor da instalação integrada na exposição individual *Alguns poemas dispersos e uma parede só para mim*, Museu de Arte Contemporânea do Funchal, maio/julho de 2011.



# Variedade madeirense do Português: coesão, variantes e representações

Aline Bazenga

Universidade da Madeira

---

## Introdução

O conhecimento científico sobre as particularidades do português falado na Madeira<sup>1</sup> tem vindo a ser construído a par com a evolução de propostas teóricas e metodológicas de descrição das línguas no âmbito da Linguística. Depois das primeiras referências às particularidades linguísticas desta região insular, nos finais do século XIX, com o desenvolvimento da Dialectologia portuguesa, assiste-se, a partir da década de 90 do século XX, a um aumento significativo de produção científica – beneficiando dos desafios e da renovação disciplinar –, na sua grande maioria realizada por investigadores da Universidade da Madeira. Embora a cartografia linguística do arquipélago, que deveria incluir descrições rigorosas das propriedades fonéticas, lexicais e morfossintáticas das suas variedades faladas, esteja longe de estar realizada, dada a sua complexidade inerente, a investigação realizada até à atualidade e o saber acumulado sobre algumas das suas características justificam a criação de um espaço dedicado a esta temática no projeto do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* (DEM).

Este artigo procura dar conta do estado da arte dos estudos sobre a variedade madeirense do português (secção 1), enquanto princípio orientador no processo de configuração da unidade temática a ser integrada no DEM, contribuindo para o melhor entendimento da sua estrutura interna, em termos de seleção de entradas e de autores, e da articulação com as várias áreas disciplinares, hierarquias e dependências internas (secção 2).

---

<sup>1</sup> As referências citadas no artigo não esgotam o conhecimento sobre a realidade socio-histórica do conhecimento linguístico – teórico e descritivo – das variedades do português, em particular da sua variedade madeirense.

## 1. Investigação sobre a variedade madeirense do português

A bibliografia de referência, constituída por cerca de 150 títulos<sup>2</sup>, estende-se por mais de cem anos (1883-2014) de produção científica. O saber acumulado durante este período aponta para uma distribuição desigual no que se refere aos domínios científicos. O léxico, nomeadamente os regionalismos, destaca-se como aquele que mereceu maior atenção, seguido de estudos parcelares sobre algumas particularidades fonéticas dos falantes madeirenses. A sintaxe dialetal e a análise de construções sintáticas não-padrão em uso na região, apesar de assinaladas em algumas monografias dialetais e observadas por autores madeirenses em artigos de opinião, ou mesmo sendo objeto de representação literária<sup>3</sup>, só muito recentemente passaram a constituir um objeto de estudo mais sistemático (cf. Gráfico 1).



GRÁFICO 1. Principais domínios da investigação sobre a variedade madeirense do português.

<sup>2</sup> Em Helena Rebelo, *O falar do Porto Santo. Contribuição para o estudo do vocabulário e algumas considerações sobre o consonantismo*, dissertação de doutoramento, inédita, Universidade da Madeira, 2005, pp. 29-31, é fornecida uma listagem das publicações mais significativas até 2004.

<sup>3</sup> Sobre as representações dos falares madeirenses em obras de autores como Horácio Bento Gouveia, entre outros, consultar, entre outros, Maria Elisete Almeida, “Antiguidade e modernidade na linguagem de Horácio Bento Gouveia”, *Isleña*, n.º 30, 2002, pp. 16-24; *Idem*, “Particularidades dos falares madeirenses na obra de Horácio Bento Gouveia”, in *Colectânea de conferências, notícias e artigos da 1.ª Exposição bio-bibliográfica na Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia*, Ponta Delgada, Ed. da Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia, 1998.

Esta configuração, desigual no que se refere à distribuição do volume de publicações por domínios do conhecimento linguístico, enquadra-se sócio-historicamente no caminho percorrido pela própria disciplina em que se insere – a Linguística – em termos de renovação teórica face ao facto inerente a qualquer sistema linguístico que é a variação linguística. Parece-nos então possível traçar um percurso para a construção do saber sobre a realidade linguística insular, segmentando-o em três períodos (Tabela 1)<sup>4</sup>: (1) início da dialetologia portuguesa e primeira produção dialetal; (2) desenvolvimento de projetos dialetais e *corpora* do português; (3) criação da Universidade da Madeira e atividade de investigação focalizada na região.

(1) Final do século XIX até aos anos 60 do século XX	(2) Século XX (anos 70-90)	(3) Século XX e início do século XXI (1994-2014)
<p><b>Linguística</b> Dialetologia portuguesa: ▪ Leite Vasconcelos (1858-1941); <i>Revista Lusitana</i> ▪ Paiva Boléo (1904-1992); Universidade de Coimbra; <i>Revista Portuguesa de Filologia</i> ▪ Lindley Cinto (1925-1991) Universidade de Lisboa; <i>Boletim de Filologia</i>; <i>Revista Lusitana</i> (nova série)</p> <p><b>Produção científica:</b> ▪ Monografias e estudos dialetais (léxico, fonética, glossários)</p>	<p><b>Linguística</b> Dialetologia ▪ Sociolinguística (Labov) ▪ Gramática generativa (Chomsky) ▪ Linguística de <i>corpus</i></p> <p><b>Produção Científica:</b> <i>Corpora</i> (pontos de inquérito no arquipélago da Madeira e projetos dialetais – CLUL): ▪ <i>Português Fundamental</i> ▪ ALEPG ▪ ALLP</p>	<p><b>Linguística</b> Dialetologia percetual Dados empíricos / Gramática generativa ▪ Projetos * CLUL: Cordialsin (Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe); InAPoP (Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese) * CLC: Amper-por * CLUP: Arquivo dialetal</p> <p><b>Universidade da Madeira (1988) e Produção Científica:</b></p>

<sup>4</sup> Para uma síntese da evolução das áreas disciplinares da Linguística em Portugal até aos anos 90 do século xx, consultar Maria Helena Mira Mateus “A ciência da linguagem em Portugal”, in José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Comissariado para a EUROPÁLIA 91, 1991 (versão digital disponível em: [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/1991-mhmateus-ciencia\\_da\\_linguagem.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/1991-mhmateus-ciencia_da_linguagem.pdf)).

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vocabulários</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dissertações de mestrado e de doutoramento</li> <li>▪ Publicações de artigos (colaboração internacional)</li> </ul>
--	--	--

**TABELA 1.** Património bibliográfico de referência: periodização da produção científica (1883-2014).

*Início e desenvolvimento da dialetologia portuguesa: primeiros materiais dialetais sobre a Madeira*

As primeiras referências<sup>5</sup> a algumas particularidades fonéticas e lexicais da variedade falada na ilha da Madeira remontam aos finais do século XIX e ao despontar do século XX, momento que corresponde também aos começos da dialetologia<sup>6</sup> portuguesa, cuja figura central é José Leite de Vasconcelos (1848-1941). Este linguista, autor de uma vasta bibliografia e responsável pelas primeiras propostas de classificação dialetal do português continental, foi também diretor da *Revista Lusitana*, na qual foram publicados alguns estudos sobre material lexical madeirense<sup>7</sup>. A vitalidade desta recém-constituída área de estudos foi assegurada pela atividade de Manuel de Paiva Boléo (1904-1992), na Universidade de Coimbra, e de Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991), na Universidade de Lisboa. Manuel de Paiva Boléo, presidente do Insti-

<sup>5</sup> As primeiras referências ao dialeto madeirense encontram-se em Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, “Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise d’après le dialecte de Lisbonne”, *Romania*, n.º 12, 1883, pp. 29-98, na nota de rodapé da p. 88; no artigo do naturalista P. Ernesto Schmitz, “Die Vögel Madeiræ”, in *Ornithologisches Jahrbuch* 10, 1899, pp. 11-12; e em José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, Paris, Aillaud & cie, 1901, no capítulo II – Dialectes Insulaires, p. 130.

<sup>6</sup> Sobre a história da dialetologia portuguesa, do seu início e desenvolvimento até aos anos 70 do século XX, consultar Ataliba J. de Castilho, “Rumos da dialetologia portuguesa”, *Alfa*, n.º 18-19, 1972-1973, in *Miscelânea de Estudos Dedicados a T. H. Maurer Jr.*, pp. 115-153.

<sup>7</sup> Urbano Canuto Soares, “Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira”, *Revista Lusitana*, XVII, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914, pp. 135-158; Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro, “Palavras do Arquipélago da Madeira”, *Revista Lusitana*, XXIII, n.º 1-4, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920, pp. 131-137; Eduardo Antonino Pestana, “Folk-lore Madeirense”, *Revista Lusitana*, XXXVIII, 1941, pp. 7-86.

tuto de Estudos Românicos da Universidade de Coimbra, organizou o primeiro estudo sistemático dos dialetos portugueses, o Inquérito Linguístico Boléo (ILB), inicialmente aplicado por correspondência<sup>8</sup>, substituído, em 1962, por um inquérito direto, e que iria dar origem à sua proposta de um *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*<sup>9</sup>. Fundador da *Revista Portuguesa de Filologia*, distinguiu-se também pela orientação de teses de licenciatura sobre temáticas dialetais<sup>10</sup>. Luís Filipe Lindley Cintra esteve à frente do Centro de Estudos Filológicos da Universidade de Lisboa<sup>11</sup> e dirigiu as revistas *Boletim de Filologia* e *Revista Lusitana* (nova série). Com base em inquéritos realizados em 1953-1954 e 1956 para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (ALPI), elaborou, em 1971, a sua *Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses*, e, posteriormente, em 1992, o *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza*, propostas de referência incontornáveis ainda hoje na investigação em dialetologia<sup>12</sup>.

Deve-se a estes dois ilustres linguistas a orientação científica das primeiras monografias e dissertações de licenciatura sobre aspetos linguístico-etnográficos observados e recolhidos na Ilha da Madeira ou em algumas das suas localidades e no Porto Santo<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> Consultar a monografia de Manuel de Paiva Boléo, *O Estudo dos Dialectos e Falares Portugueses (um inquérito linguístico)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942.

<sup>9</sup> Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, “O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental”, in *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, Boletim de Filologia*, n.º 20, 1961, pp. 85-112.

<sup>10</sup> As teses que orientou encontram-se elencadas nos números 9 e 15 da *Revista Portuguesa de Filologia*, pp. 511-537 (para o período 1958-1959) e pp. 837-852 (referentes a 1969-1971), e no artigo de Clarinda de Azevedo Maia, na mesma revista, n.º 20 (1992-1995), pp. 283-284 (nas notas de rodapé), orientadas posteriormente.

<sup>11</sup> A partir de 1975 passou a designar-se Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL).

<sup>12</sup> Luís F. Lindley Cintra, “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia*, n.º 22, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1971, pp. 81-116; Luís F. Lindley Cintra e Fernandez Rei: “Mapa dos Dialectos Portugueses e Galegos”, in *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/IN-CM/União Latina, 1992.

<sup>13</sup> Maria do Carmo Noronha Pereira, *Tentativa de um pequeno atlas linguístico da Madeira e algumas considerações fonéticas, morfológicas e sintáticas do falar*

Este período é, assim, caracterizado pela intensa atividade de produção de materiais dialetais e pela dinâmica no desenho de uma cartografia da diversidade dialetal do território português continental e, no espaço insular, pela atividade daquela que seria considerada a “geração de ouro” da intelectualidade madeirense – Azevedo de Menezes (1863-1928), Augusto da Silva (1863-1949), Gomes Reis (1869-1950), Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), Cabral do Nascimento (1897-1978), Visconde do Porto da Cruz (1890-1962), Antonino Pestana (1891-1963), cujo contributo culmina com as primeiras edições do *Elucidário Madeirense*<sup>14</sup> de Fernando Augusto da Silva e de Carlos de Azevedo de Menezes, obra de referência na história do saber sobre a Madeira<sup>15</sup>.

O conjunto de factos linguísticos documentados nos trabalhos dialetais deste período – identificação de formas linguísticas (inovadoras ou conservadoras), tanto a nível fonético como a nível lexical, e o mapeamento da sua distribuição geográfica – constitui também uma fonte inestimável para outros estudos que não se limitam à Dialectologia nem à Linguística. A nível lexical, nomeadamente, resultam numa

---

*madeirense*, dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras de Coimbra, 1951-1952; Maria Ângela Leotte Rezende, *Canhas e Câmara de Lobos – Estudo Etnográfico e Linguístico*, dissertação de licenciatura, Universidade de Lisboa, 1961; João da Cruz Nunes, *Os falares da Calheta, Arco da Calheta, Paúl do Mar e Jardim do Mar*, dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965; Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro, “Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, t. II, Coimbra, 1947, pp. 340-390; vol. II, t. I, 1948, pp. 28-92; vol. III, 1949, pp. 90-151. Consultar a síntese sobre o conhecimento dialetal da Madeira apresentada por Luís Filipe Lindley Cintra, “Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses”, in José Eduardo Franco (coord.), *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, 2008, pp. 95-104.

<sup>14</sup> A 1.ª edição desta obra, com dois volumes, data de 1921 e a 2.ª, já com três volumes, de 1940.

<sup>15</sup> O interesse pela variedade madeirense fica patente também nas crónicas publicadas em jornais e revistas madeirenses: Alberto Artur Sarmiento, “Populismo Madeirense”, *Heraldo da Madeira*, de 21, 25 e 28 de janeiro, de 11, 15 e 22 de fevereiro e de 1 e 8 de março de 1914); João Cabral do Nascimento, “Existem palavras e locuções madeirenses?”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, Funchal, 1950, p. 204; Horácio Bento Gouveia, “Linguagem falada e escrita”, *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1952, 1.ª página; *Idem*, “Linguajar do Brasil linguajar da Madeira”, *Diário de Notícias*, 8 de fevereiro de 1971, pp. 1-3; *Idem*, “A expressão arcaica da nossa gente”, *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1972, pp. 3-4.

maior compreensão de questões de natureza etimológica e semântica e, pelo facto de muitas palavras não estarem dicionarizadas – por não aparecerem em textos escritos –, vêm enriquecer o tesouro lexical do português, no qual se incluem os regionalismos associados ao espaço do arquipélago da Madeira.

*Novos modelos da variação linguística (sociolinguística variacionista e gramática generativa e formal) e linguística de corpus: desenvolvimento de corpora do português*

A emergência, nas décadas de 50 e 60, de dois paradigmas para o estudo dos sistemas linguísticos – respetivamente o da gramática generativa<sup>16</sup> e o da sociolinguística variacionista<sup>17</sup> – irá marcar a produção científica nas décadas subsequentes no panorama nacional, a partir dos finais da década de 70, de modo muito significativo no que se refere ao primeiro dos dois modelos.

A sociolinguística, embora partilhe alguns pressupostos metodológicos com a dialetologia (recolha de amostras de dados de fala espontânea junto de falantes inseridos nas suas comunidades linguísticas), distancia-se desta disciplina, ao concentrar-se na comparação de variantes linguísticas condicionadas por fatores sociais num determinado espaço, relacionando língua e sociedade, contrariamente à sua antecessora, que procurava comparar variantes linguísticas em uso em diferentes espaços geográficos e entender os processos de mudança que teriam dado origem a esses contrastes. Em ambas, como refere Maria Antónia Mota<sup>18</sup>, as variantes padrão são tidas em conta enquanto unidades de referência na comparação que se opera sobre variantes não-padrão, quer geográficas, quer integradas no conjunto de variantes produzidas pelos falantes conhecedores das regras de uso da comunidade linguística em que estão inseridos e dos valores sociais associados a cada uma delas, sendo a

---

<sup>16</sup> Noam Chomsky, *Syntactic Structures*, Haia/Paris, Mouton, 1957.

<sup>17</sup> Uriel Weinreich, William Labov, Marvin I. Herzog, “Empirical foundations for a theory of language change”, in W. P. Lehmann & Y. Malkeil (eds.), *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*, Austin, University of Texas Press, 1968, pp. 95-188; William Labov, *Sociolinguistic Patterns*, Filadélfia, U. of Pennsylvania Press, 1972.

<sup>18</sup> Maria Antónia Mota, “Variação e mudança linguística, ainda e sempre”, in *Actas do XX Encontro Nacional da APL*, Lisboa, 2005, pp. 127-138.

mudança observável na língua explicável pela ação conjunta de fatores linguísticos e sociais. Esta abordagem da variação linguística não atraiu o entusiasmo que, por exemplo, suscitou nos investigadores brasileiros sobre a variedade brasileira do português (PB)<sup>19</sup>. Maior impacto nos estudos linguísticos do português europeu (PE) teve a gramática generativa. Concebido por Chomsky, este modelo preconiza que o conhecimento linguístico é universal e inato. A sintaxe ocupa um lugar central, sendo concebida, de acordo com a Teoria dos Princípios e Parâmetros<sup>20</sup>, como obedecendo a princípios, comuns a todas as línguas do mundo, e a parâmetros, responsáveis pelas grandes variações interlinguísticas.

A partir da década de 70, perfilam-se duas tendências inovadoras no panorama da produção linguística nacional. A primeira, respondendo aos desafios lançados pelo quadro teórico generativo, traduz-se em análises formais do PE<sup>21</sup>. Neste quadro teórico é também manifesto o interesse pela variação e intravariiedades nacionais do português (PE e PB).

A segunda tendência diz respeito ao desenvolvimento de *corpora*, sob a responsabilidade de investigadores do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), no âmbito de vários projetos de Geografia Linguística, muitos deles a incluírem pontos de inquéritos e registos orais de falantes dos espaços insulares (Açores e Madeira). É o caso do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG), projeto

---

<sup>19</sup> Sobre a Sociolinguística Variacionista no Brasil, consultar Maria Cecília Mollica e Maria Luíza Braga (orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*, 1.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Contexto, 2003; e, mais recentemente, os artigos de síntese de Ana Cristina Biondo Salomão, “Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil”, *Fórum Linguístico*, Florianópolis, vol. 8, n.º 2, 2011, pp. 187-207; e Maria Marta Pereira Scherre, “Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista”, *Tabuleiro de Letras*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, n.º 4, 2012; disponível em [http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero\\_04/pdf/no04\\_artigo09.pdf](http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo09.pdf).

<sup>20</sup> Noam Chomsky, *Knowledge of Language: Its Nature, Origins, and Use*, Nova Iorque, Praeger, 1986.

<sup>21</sup> Esta tendência tem concretização nas dissertações de doutoramento defendidas nos anos 80 e 90 (Maria Helena M. Mateus, *op. cit.*, nota 5) e em muitos trabalhos publicados nas *Atas dos Encontros da Associação Portuguesa de Linguística* (APL), desde 1985, data do seu 1.º Encontro, disponíveis em: <http://www.apl.org.pt/actas.html>.

apresentado por Paiva Boléo em 1957, mas apenas iniciado em 1970, com Lindley Cintra, que se encarregou da elaboração do questionário linguístico, essencialmente lexical (contendo inicialmente cerca de 3.500 perguntas, e mais tarde reduzido para aproximadamente 2000) e cuja aplicação guiaria a recolha de dados. As pesquisas de campo estenderam-se de 1974 a 2004. A sua rede é constituída por 212 pontos, distribuídos da seguinte forma: 176 no território continental português, 17 no arquipélago dos Açores, 7 no arquipélago da Madeira e 12 em zonas fronteiriças de Espanha. O *Atlas Linguístico do Litoral Português* (ALLP), coordenado por Gabriela Vitorino, foi realizado de modo a complementar o ALEPG. Os trabalhos iniciaram-se em 1984 e 1985, com a aplicação em 40 localidades (23 na costa de Portugal continental, cinco no Arquipélago da Madeira e 12 no arquipélago dos Açores) de um questionário reduzido, de 300 perguntas, que investigava nomes da flora e da fauna marinha; de referir ainda o projeto do “Português Fundamental”, iniciado também em 1970 sob a direção de Luís Filipe Lindley Cintra, com o objetivo de fornecer informação sobre o vocabulário português mais frequentemente utilizado em situações da vida corrente<sup>22</sup>, atualmente um *subcorpus* do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, M. L. Garcia Marques e M. L. Segura da Cruz, *Português Fundamental, Métodos e Documentos*, t. 1: *Inquérito de Frequência*, Lisboa, INIC, CLUL, 1987; *Idem, Ibidem*, t. 2: *Inquérito de Disponibilidade*, Lisboa, INIC, CLUL, 1987. Para o estabelecimento deste vocabulário foram constituídos dois *corpora*: o *Corpus* de Frequência e o *Corpus* de Disponibilidade. O *Corpus* de Frequência é um *corpus* de língua falada, recolhido entre 1970 e 1974, para o qual foram feitas, em todo o continente e ilhas de Portugal, 1800 gravações, realizadas em situação de comunicação oral espontânea, sobre os mais diversos temas do quotidiano, com falantes socialmente diversificados (quanto à idade, género, escolaridade, profissão), num total de cerca de 500 horas de gravação.

<sup>23</sup> Maria Fernanda Bacelar do Nascimento e J. Bettencourt Gonçalves, “Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), desenvolvimento e aplicações”, in M. F. Bacelar do Nascimento, M. C. Rodrigues, J. Bettencourt Gonçalves (orgs.), *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, volume I: *Corpora*, Lisboa, APL, 1996, pp. 143-149. O CRPC é um vasto *corpus* eletrónico da variedade europeia do Português e de outras variedades (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor-Leste), contendo 311,4 milhões de palavras, provenientes de diferentes tipos de textos escritos (literário, jornalístico, técnico, etc.), de registos orais (formal e informal) e de transcrições de gravações de registos orais, dando-se assim início ao desenvolvimento de uma nova disciplina em Portugal, a da Linguística de Corpus.

Para além da recolha de materiais sonoros de informantes madeirenses, já apontada, pouco mais há a referir para o período em apreço para além da publicação dos dois artigos de Luísa Segura da Cruz e João Saramago, e o de Ernesto d'Andrade, do CLUL, sobre algumas particularidades fonéticas em uso na Madeira<sup>24</sup>.

*Investigadores da Universidade da Madeira (criada em 1988):  
foco na realidade linguística madeirense*

A partir dos finais dos anos 90 assiste-se à necessidade de alargar a base empírica da variação *paramétrica* no quadro generativista, de modo a complementar os dados que relevam da aquisição da língua e os que provêm dos seus diferentes estádios históricos com outros, associados a variedades dialetais não-padrão, no sentido de determinar em que aspectos as línguas diferem entre si e quais os limites da variação. Neste contexto, é concebido, em 1999, o projeto “*Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*” (*Cordial-Sin*), dirigido por Ana Maria Martins do CLUL, e que, na sua fase atual, conta com cerca de 600 mil palavras e 70 horas de gravações, além de transcrições e textos com anotações sintáticas<sup>25</sup>. Este projeto dá origem a publicações em que são referidas construções sintáticas dialetais em uso na Madeira<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Luísa Segura da Cruz e João Saramago, “Açores e Madeira: autonomia e coesão dialetais”, in Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999, pp. 707-738; Ernesto d' Andrade, “Algumas Particularidades do Português Falado no Funchal”, in *Actas do 9.º Encontro da APL*, Coimbra, Lisboa, APL, 1993, pp. 17-30.

<sup>25</sup> O material de partida são gravações coletadas no âmbito de outros projetos de geografia linguística do CLUL: o ALEAç – Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores (coord. J. Saramago); o ALLP – Atlas Linguístico do Litoral Português (coord. G. Vitorino); o ALEPG – Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (coord. J. Saramago); o Corpus BA – Barlavento Algarvio, de M. Luísa Segura (a partir da sua dissertação de doutoramento, intitulada *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve* e defendida em 1987); e o CPE-VAR – Corpus de Português Europeu-Variação, de Celeste Rodrigues, recolhido nos anos de 1996-97, um *corpus* com dados de leitura e de fala espontânea, constituído por entrevistas sociolinguísticas de falantes naturais de Lisboa e de Braga.

<sup>26</sup> Nomeadamente nos artigos de Ana Maria Martins, “Construções com ‘se’: Mudança e variação no português europeu”, in Ivo Castro e Inês Duarte (org.), *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 163-178; *Idem*,

A recolha de arquivos sonoros passa a não estar circunscrita à atividade desenvolvida pelo grupo de Dialectologia do CLUL. Outros centros de investigação são atraídos para a necessidade de constituir bases de dados mais fiáveis para efeitos de investigação de fenómenos linguísticos do português. É o caso do Arquivo Dialectal do CLUP (Universidade do Porto), que contempla amostras dialetais do português europeu contemporâneo, recolhidas por estudantes da Faculdade de Letras entre 1994 e 2012, catalogadas e tratadas linguisticamente sob coordenação de João Veloso. Do total de 141 amostras selecionadas, um subconjunto de 69, no qual se incluem quatro de inquiridos originários do arquipélago da Madeira, está disponível *online*<sup>27</sup>.

Nos finais dos anos 80, graças aos trabalhos de Preston<sup>28</sup>, desenvolveu-se uma outra área de estudos, a Dialectologia Percetual. De modo sumário, esta disciplina caracteriza-se por integrar conceitos de base cognitiva, como são os de “perceção” e “atitudes”, definidos em Psicologia Social, na análise da variação linguística. Procura-se, assim: (i) entender se as perceções geográficas dos falantes e as suas atitudes em relação à diversidade dialetal coincidem ou não com as áreas dialetais traçadas pelos dialetólogos; (ii) observar se os traços linguísticos identificados como específicos de cada dialeto correspondem às diferenças dialetais

---

“Subject doubling in European Portuguese dialects: The role of impersonal se”, in Enoch O. Aboh, Elisabeth van der Linden, Joseph Quer, Petra Sleeman (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*, Amesterdão e Filadélfia, John Benjamins, 2009, pp. 179-200. Mais recentemente, sobre a sintaxe dialetal, são de registar as seguintes publicações de Ernestina Carrilho e Sandra Pereira, com referência a construções sintáticas não padrão com maior incidência no arquipélago da Madeira: “Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não padrão em Português europeu”, in *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa, APL, 2011; “Aires dialectales en portugais européen et syntaxe dialectale”, in *Proceedings of the International Symposium on Limits and Areas in Dialectology (LimiAr)*, Lisboa, CLUL, 2012; “On the areal dimension of non-standard syntax: Evidence from a Portuguese corpus”, in Alena Barysevich, Alexandra D’Arcy e David Heap (eds.), *Proceedings of Methods XIV: Papers from the Fourteenth International Conference on Methods in Dialectology*, Bamberg Studies in English Linguistics, Pieterlen, Suíça, Peter Lang, 2012, pp. 69-79.

<sup>27</sup> Este projeto pode ser consultado em: <http://cl.up.pt/arquivo/>.

<sup>28</sup> Dennis R. Preston (ed.), *Handbook of Perceptual Dialectology 1*, Amesterdão e Filadélfia, John Benjamins Publishing Company, 1999; Dennis R. Preston e Daniel Long (eds.), *Handbook of Perceptual Dialectology 2*, Amesterdão e Filadélfia, John Benjamins Publishing Company, 2002.

efetivas na cartografia mental dos falantes e o modo como estas são avaliadas, em termos de prestígio e inteligibilidade, dados que podem permitir compreender melhor o fenómeno da mudança linguística. Em Portugal, a aplicação das metodologias desta área de estudos tem estado a cargo de Maria Clarinda Azevedo Maia, da Universidade de Coimbra<sup>29</sup>. As dissertações de mestrado sob sua orientação resultam num melhor conhecimento sobre a perceção da variedade madeirense junto de falantes do continente. Ao ser considerada a menos inteligível no panorama dialetal português, a par com as variedades açorianas, ficam patentes a sua singularidade e saliência, facto que aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os “traços distintivos” das variedades insulares.

Este período é caracterizado por um “renascimento” na produção linguística sobre a Madeira, em grande parte provocado pela criação da Universidade da Madeira em 1988 e pela possibilidade de ser desenvolvida investigação localmente. Com efeito, cerca de 50 por cento do património bibliográfico tido como referência corresponde a investigação realizada após 1994, na sua grande maioria, por investigadores da Universidade da Madeira (Gráfico 2), para efeitos de progressão na carreira académica, resultante do seu investimento em projetos nacionais e internacionais.

As dissertações de mestrado e de doutoramento<sup>30</sup>, nas áreas da Antroponímia e Terminologia Linguística, como a de Naidea Nunes, no

---

<sup>29</sup> Carla Sofia da Silva Ferreira, *Percepções e atitudes linguísticas das variedades diatópicas de Portugal. Um contributo para a Dialectologia perceptual*, texto policopiado, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004; Sarah Gonçalves Martins Haddar, *Percepções, estereótipos e atitudes linguísticas albacastrenses: um estudo de dialectologia perceptual*, dissertação de mestrado em Linguística e Ensino (Linguística Aplicada) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

<sup>30</sup> Naidea Nunes, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996; *Idem*, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira*, texto policopiado, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade da Madeira, 2002; Helena Rebelo (cf. nota 2 deste artigo); Thierry Proença dos Santos, *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento Gouveia: a narrativa e as suas (re)escritas (com uma proposta de edição crítico-genética e com uma tradução parcial do romance para o francês*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade da Madeira, 2007.

domínio lexical, e as dissertações de doutoramento de Helena Rebelo, sobre o falar do Porto Santo, na área da fonética, e a de Thierry Proença dos Santos, que contém uma proposta de pequeno glossário de termos regionais madeirenses, marcam o início de uma época de maior visibilidade para os estudos linguísticos regionais. A estes projetos de integração na carreira académica, segue-se uma intensa atividade de investigação por parte destes investigadores da Universidade da Madeira. É o caso da participação em projetos com outras instituições universitárias e centros de investigação, tais como o do *Atlas linguístico-etnográfico da Madeira e do Porto Santo*<sup>31</sup>, coordenado por João Saramago e Gabriela Vitorino do CLUL, com a colaboração de Naidea Nunes e de Helena Rebelo, e o Projeto AMPER-Por, liderado por Lurdes Castro Martinho, do CLEL da Universidade de Aveiro (projeto integrado no AMPER – *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico*, sob a coordenação de Michel Contini da Universidade de Grenoble, em França), e ao qual está associada Helena Rebelo, que tem vindo a publicar um número considerável de estudos sobre aspetos prosódicos da variedade falada madeirense. Outros trabalhos de investigação, que se situam na interface léxico-pragmática, na tentativa de configurar padrões de nomeação de lugares (toponímia) e de pessoas que os habitam (gentílicos e alcunhas coletivas), têm vindo a ser elaborados por Thierry Proença dos Santos<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Cf. Helena Rebelo e Naidea Nunes, “Atlas linguístico-etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da criação de gado à fauna e flora marinhas”, *Islenha*, n.º 44, 2009, pp. 5-24. De cada uma destas duas investigadoras, são de mencionar, entre outras publicações, as seguintes: Naidea Nunes, *Outras Palavras Doces*, Funchal, CEHA [cd-rom], 2010; *Idem*, “A terminologia açucareira actual no Atlântico (Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil)”, in Helena Rebelo (coord.), *Lusofonia Tempo de Reciprocidades. Actas IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Universidade da Madeira, Edições Afrontamento, 2011, pp. 109-120; Helena Rebelo e Tiago Freitas, “Um estudo acústico das vogais madeirenses /a/, /i/ e /u/”, *Diacrítica* 21.01.2007, pp. 167-176; Helena Rebelo, “O Arquipélago da Madeira e o Projecto AMPER-Por. Primeiros resultados da análise prosódica para o Funchal”, in Adrian Turculet (ed.), *La variation diathopique de l'intonation dans le domain roumain et roman*, Iasi (Roménia), Editura Universitatii Alexandru Ioan Cuza, 2008-2009, pp. 167-183.

<sup>32</sup> No âmbito da toponímia regional, a recensão crítica do estudo *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (achegas para a sua identificação)*, de Duarte Mendes, publicada na revista *Islenha*, n.º 47, 2010, pp. 179-185; a comunicação *Para um*

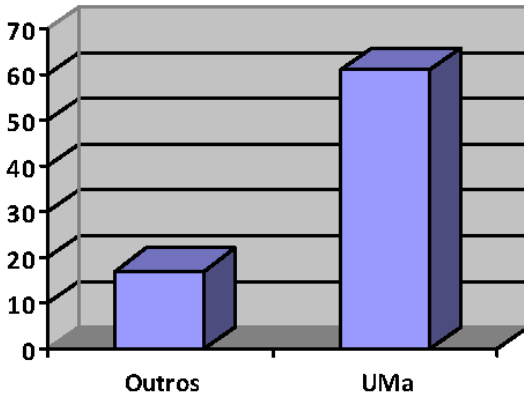


GRÁFICO 2. Investigação sobre a variedade madeirense nos últimos 20 anos (1994-2014).

No plano do léxico dialetal, são de sublinhar as dissertações de mestrado de Ana Cristina Figueiredo<sup>33</sup>, sob a orientação do professor Malaca Casteleiro e, recentemente, a de Florentina Santos<sup>34</sup>, enquadrada no Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais oferecido pela Universidade da Madeira e orientada por Naidea Nunes.

No domínio da variação sintática do português e do uso de construções não-padrão por falantes madeirenses, são de notar, para além dos estudos de Elisete Almeida, os resultados da investigação realizada por nós, aquando da participação no projeto internacional *Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e*

---

*estudo linguístico e histórico da toponímia da ilha da Madeira*, apresentada no workshop “Desenvolvimento e Património Rural”, Câmara Municipal de Santana, a 30 de Junho de 2011, e, por fim, o artigo “Pour une étude historique et linguistique de la toponymie de l’île de Madère”, aceite para publicação em *Actes del XXIV Congrès Internacional de Ciènces Onomàstiques (ICOS)*, Barcelona, 2011. Relativamente aos gentílicos em uso na Madeira, consultar o artigo “Gentílicos e alcunhas coletivas na Madeira”, *Ilharq (Revista de Arqueologia e Património Cultural da Madeira)*, n.º 10, 2013, pp. 144-164.

<sup>33</sup> Ana Cristina A. Martins Figueiredo, *Palavras d’aquitrondia: contribuição para o estudo dos regionalismos madeirenses*, 2 vols., texto policopiado, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Madeira, 2004; *Idem*, *Palavras d’aquitrondia (Estudo sobre regionalismos madeirenses)*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012.

<sup>34</sup> Maria Florentina da Silva Santos, *À Luz das palavras quase esquecidas. Contributo para os estudos dos regionalismos na Ponta do Sol*, dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira, 2013.

*Europeias do Português*, coordenado por Maria Antónia Mota (CLUL) e Sílvia Rodrigues Vieira, da UFRJ (Brasil) e, enquanto membro, desde 2010, do *International working group on non-dominant varieties (NDV) of pluricentric languages*, coordenado por Rudolf Muhr, da Universidade de Graz (Áustria)<sup>35</sup>.

Os recursos sonoros para o estudo do português falado na Ilha da Madeira e no Porto Santo foram também substancialmente enriquecidos, nomeadamente através dos seguintes trabalhos: o Corpus do Porto Santo, constituído por dados de língua falada de 85 informantes, recolhidos entre 2001 e 2004 por Helena Rebelo e também outros dados obtidos junto de informantes residentes na ilha da Madeira; o Corpus AMPER-Por (Madeira), igualmente constituído por esta investigadora; e o Corpus Socio-

---

<sup>35</sup> Para além dos artigos de Maria Elisete Almeida, *op. cit.*, nota 3, ver a sua publicação mais recente “O problema da elisão dos deícticos pessoais em português: o caso de ‘Tem’ em comparação com o francês”, *Revista AICA*, 3, 2011, pp. 41-50. De nossa autoria, há a registar: (i) as publicações “Realização variável da Concordância Verbal P6 no português falado no Funchal: estudo preliminar”, *Revista Aica (Associação Internacional Científica do Atlântico)*, 2, 2010, pp. 103-114; “Concordância Verbal e variantes de 3ª pessoa do plural em PE: Resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português Falado no Funchal”, in Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (eds.), *Línguas Pluricêntricas: Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas /Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociognitive Dimensions*, Braga, Aletheia, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2011, pp. 301-318; “Variation in subject-verb agreement in an insular dialect of European Portuguese”, in Rudolf Muhr (ed.), *Non-dominating Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Prof. Michael Clyne*. Wien, Peter Lang Verlag, 2012, pp. 335-356; Sílvia Rodrigues Vieira e Aline Bazenga, “Patterns of third person plural verbal agreement”, *Journal of Portuguese Linguistics*, Vol. 12.2, 2013, pp. 7-50; e (ii) as seguintes comunicações: *Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português*, Comunicação apresentada no III SIMELP, Universidade de Macau, 30 de agosto-2 de setembro de 2011; *Construcciones existenciales: variación sintáctica y variedades del português*, Comunicação apresentada no X CILG (Congreso Internacional de Lingüística General), Universidade de Zaragoza, Espanha, 18-20 de abril de 2012. A esta lista, não exaustiva, dos trabalhos realizados sobre aspetos sintáticos da variedade madeirense, apraz acrescentar o estudo de Juliana Barbosa de Segadas Vianna, *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*, dissertação de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Este trabalho contém os resultados mais recentes sobre os usos de “a gente” na variedade madeirense do português falado no Funchal, a partir de dados recolhidos pela autora durante a sua estadia na Ilha da Madeira em junho de 2010.

linguístico do Funchal/Madeira, sob a nossa orientação<sup>36</sup>, iniciado em 2010, e que conta atualmente com cerca de 35 horas de gravações de 65 informantes, dos quais 56 naturais e/ou a residir no Funchal.

A Tabela 2 apresenta, em síntese, um conjunto de recursos, em termos de arquivos sonoros realizados com informantes madeirenses; o período de recolha destes dados; a sua integração em projetos dialetais de diversa natureza, sob a responsabilidade de várias instituições universitárias e dos seus centros de investigação (com os seus *links*); e as possibilidades de acesso atuais.

Projetos / Centros de Investigação	Informantes Madeirenses	Acesso
ALEP / CLUL-UL	7 pontos de inquérito (anos 70)	Sim, parcial
ALLP / CLUL-UL	5 pontos de inquérito (anos 80)	Amostra (10)
<i>Português Fundamental</i> (subcorpus do CRPC) / CLUL-UL	3 gravações Madeira – Funchal (2) e Camacha (1)	Sim
Cordial-Sin / CLUL-UL	4 pontos de inquérito (Câmara de Lobos, Caniçal) e Porto Santo (Camacha, Tanque)	Sim
Arquivo Dialetal / CLUP-UP	4 informantes da Madeira (1994-2012)	Sim
Corpus Porto Santo (Rebello, 2005) UMA	85 informantes	Não
AMPER-Por (Madeira) (AMPER — Atlas multimédia <i>prosodique de l'espace roman</i> (coord. Michel Contini, Univ. de Grenoble 3, França) / CILC-UA; UMA (Rebello, XXX)	11 informantes Madeira (Funchal: Santa Maria Maior (2) S. Martinho (2); Calheta (2), S. Jorge (1)) e Porto Santo (Campo de Baixo (2), Camacha (2))	Sim, parcial Amostra (4)
Corpus Sociolinguístico do Funchal/Madeira Proj. Padrões de Concordância / CLUL-UL; UFRJ, Brasil; UMA (Bazenga, 2010-2013)	65 informantes — Funchal (56) (desde 2010 — em curso)	Sim, parcial Amostra (27)

TABELA 2. Recursos (arquivos sonoros de informantes madeirenses).

<sup>36</sup> Enquanto investigadora integrada no Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeia* (desde 2010).

Esta tabela permite ainda constatar que a maior recolha de dados de língua falada na Madeira tem sido realizada por investigadores da Universidade da Madeira, consistindo, ao todo, em cerca de 150 arquivos sonoros de informantes madeirenses. Trata-se de um recurso de grande interesse e utilidade para os estudos da variação linguística, não só numa perspetiva interlinguística, no quadro das variedades do português, como também para uma melhor compreensão da sistematicidade interna da variedade madeirense, em alguns dos seus aspetos estruturantes, conducentes ou não a processos de mudança. Uma vez reunidos os vários *corpora*, estes recursos possibilitam vários tipos de anotações e tratamento fornecidos pela Linguística de Corpus<sup>37</sup> para efeitos de estudo e análise de vários fenómenos linguísticos, relacionados com o léxico, mas também com a fonética, a morfologia, a sintaxe e as suas interfaces.

## 2. A área da Linguística no DEM

A área reservada ao conhecimento de aspetos relacionados com a variedade falada do português no Arquipélago da Madeira obedeceu a uma seleção de entradas temáticas e de autores, perfazendo um total de 15 entradas e de nove autores (Tabela 3).

A seleção temática decorre do património bibliográfico referido na primeira secção e, deste ponto de vista, cada uma das entradas concentra em si fenómenos linguísticos já estudados e partilhados na comunidade científica, através de publicações e de comunicações orais. Na lista de 15 entradas fica patente a ligação ao passado e a produção científica realizada até aos finais dos anos 60 do século XX, mas também o seu carácter inovador, através da inclusão de temáticas que apenas foram estudadas, pelo menos com maior profundidade e rigor, nos últimos dez anos (2004-2014).

A estruturação interna da área da Linguística do DEM reflete, assim, o saber acumulado e, deste ponto de vista, é previsível que o domínio lexical figure como central, alinhando-se assim numa tradição em que a

---

<sup>37</sup> Cf. Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, “O lugar do *corpus* na investigação linguística”, in Amália Mendes *et alii* (orgs.), *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, 2003, pp. 601-605.

observação e compilação de regionalismos deu origem a várias propostas de vocabulários e glossários, consoante escolhas mais ou menos fundamentadas dos seus autores, às quais se juntaram outros estudos particularizados, tanto do ponto de vista histórico-temporal como do ponto de vista espacial, ao situarem as suas descrições de fenómenos linguísticos regionais num determinado tempo ou localidade.

	Entradas	Autores	Páginas
1	Alcunhas	João Adriano Ribeiro (CCAH/UMa)	15
2	Antroponímia primitiva	Naidea Nunes (CCAH/UMa)	15
3	Azevedo, Álvaro Rodrigues de	Thierry dos Santos (CCAH/UMa)	5
4	Contacto linguístico	Alcina Sousa / Aline Bazenga (CCAH/UMa)	15
5	Dialetologia	Aline Bazenga (CCAH/UMa)	25
6	Falares na escrita	Helena Rebelo (CCAH/UMa)	10
7	Fonética	Helena Rebelo (CCAH/UMa)	25
8	Formas de tratamento	Alcina Sousa/Justino Rodrigues (CCAH/UMa)	10
9	Gentílicos e alcunhas coletivas	Thierry dos Santos (CCAH/UMa)	15
10	Gramáticas	Paulo Figueira (CCAH/UMa)	25
11	Gramáticos	Paulo Figueira (CCAH/UMa)	15
12	Provérbios e ditos	Justino Rodrigues (CCAH/UMa)	15
13	Regionalismos	Naidea Nunes/ Helena Ribeiro (CCAH/UMa)	25
14	Sintaxe	Aline Bazenga (CCAH/UMa)	15
15	Toponímia	Nelson Veríssimo (CCAH/UMa)	25
TOTAL			265

TABELA 3. Área da Linguística do DEM: estrutura interna.

Apresentam-se como inovadoras, a inclusão de sínteses em áreas – Fonética, Falares na escrita, Contacto linguístico, Sintaxe, por exemplo – que até aos anos 90 do século XX contavam apenas com estudos parcelares ou com observações mais ou menos impressionistas. Outras entradas – Alcnhas, Gentílicos e alcunhas coletivas, Formas de tratamento, Provérbios e ditos, Toponímia – têm a particularidade de estabelecerem várias interfaces intradisciplinares (como a léxico-pragmática) ou interdisciplinares (História/Linguística – léxico, por exemplo). Dentro deste grupo, a Toponímia constitui uma entrada prototípica: nela se cruzam várias áreas disciplinares do saber (História, Botânica, Geologia e Linguística) das quais irá, certamente, resultar uma descrição mais rigorosa e estruturada dos nomes de lugares das ilhas da Madeira e do Porto Santo, dos vários padrões de nomeação que emergem e da sua estabilidade ou mudança ao longo do tempo.

Foram também incluídas as entradas que refletem o contributo de figuras madeirenses, autores de gramáticas escolares, e uma descrição biográfica/bibliográfica de uma de entre elas, a de Álvaro Rodrigues de Azevedo<sup>38</sup>.

Relativamente à atribuição destas temáticas a autores, a escolha decorre da dinâmica desenvolvida pela Universidade da Madeira em matéria de investigação sobre a realidade regional e do empenho dos seus investigadores na obtenção controlada de dados e na sua descrição, de acordo com o rigor de metodologias em uso em vários modelos conceituados para análise de fenómenos linguísticos na área da Linguística. Algumas, acima referidas, sendo caracterizadas por estabelecerem interfaces disciplinares, foram destinadas a vários autores em cooperação.

A Figura 1 fornece uma outra representação da área da Linguística no DEM, numa tentativa de dar a conhecer a sua estruturação interna do ponto de vista das hierarquias/dependências e ligações estabelecidas entre as temáticas/entradas (representadas em *itálico*). Nesta configuração, a Dialectologia cumpre o papel de definir conceitos gerais sobre variação linguística e variedades, à luz de várias abordagens teóricas/

---

<sup>38</sup> Outras figuras ilustres madeirenses que, como tal, refletiram sobre a realidade linguística da região, tais como João Cabral do Nascimento, Alberto Artur Sarmiento, Horácio Bento Gouveia, ou ainda o gramático madeirense, Manuel Alvares (1526-1583), autor do célebre manual de ensino jesuítico *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572), ficaram a cargo de outras áreas do DEM.

disciplinares, das quais se destacam as funcionalistas e as generativas. Esta entrada sintetiza também o conhecimento sobre a variedade madeirense do português, remetendo para cada uma das outras entradas o desenvolvimento dos vários aspetos que contribuem para esse conhecimento. Trata-se pois de uma entrada centrípeta/centrífuga, da qual emergem e para a qual apontam as outras entradas consideradas.

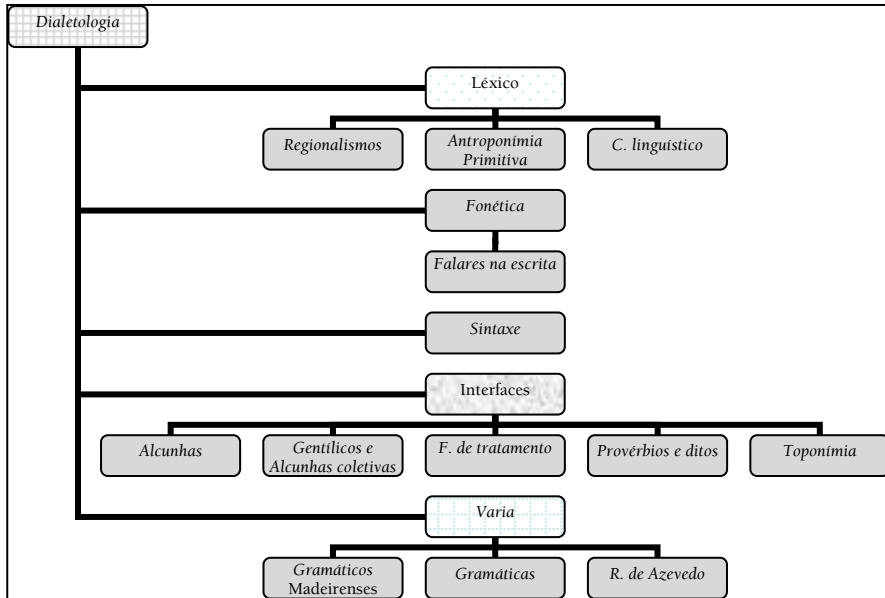


FIGURA 1. Representação da estruturação interna hierarquizada da área da Linguística do DEM.

## Considerações finais

A área da Linguística do DEM, com um total previsto de 265 páginas e cujos fundamentos e estratégias de construção foram apresentados, constitui um projeto mais ambicioso do que os referidos e nunca antes realizado. Como tal, prefigura-se também de grande responsabilidade para todos os que nela colaboram. Ao ser concretizada, constituirá certamente um objeto de referência, incontornável, de divulgação de conhecimento documentado e rigoroso sobre a realidade linguística madeirense até à meta temporal estabelecida – 2014. Contribuem para esta realidade outros fatores, socioculturais e históricos, que merecem referência. Se, por um lado, a insularidade e a adjacência do arquipélago

da Madeira terão condicionado a observação desta variedade linguística, a par dos caminhos tomados pela investigação portuguesa em Linguística, face ao desenvolvimento desta área e aos desafios lançados por novos paradigmas teórico-metodológicos, por outro, a criação da Universidade da Madeira no espaço insular, num tempo de globalização e de grande desenvolvimento tecnológico, permitiu não só ultrapassar estes constrangimentos, mas também proporcionar aos seus investigadores um vasto e estimulante programa de construção de conhecimento, a decorrer.



# Literatura e literatos: questões e contornos da literatura produzida na Madeira e sobre a Madeira

Luísa Marinho Antunes

Universidade da Madeira

---

Quando o poeta madeirense Manuel de Noronha se apresentou com ceroulas de chamelote na corte de Castela, estranha e despropositada indumentária que atraiu a atenção e o riso dos vários poetas presentes, originou um conjunto de composições de cunho satírico, recolhidas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1515. Lançado o rifão por António de Valhasco, castelhano, o assunto das ceroulas teve ajudas e foi motivo para ridicularizar os poetas portugueses. Francisco da Silveira vem, no entanto, precisar:

*Grande corte de Castilha,  
nem hajaes por maravilha  
Manuel calçar-se mal,  
que nam é de Portugal,  
mas é da Ilha<sup>1</sup>.*

Querendo rir dos portugueses, os castelhanos tornam-se alvo do riso, pelo equívoco de confundir Portugal com a Madeira. O espaço insular é não só dimensionado como lugar de provincianismo, mas também como espaço da ingenuidade, do desconhecimento – pois onde é que se viu “tratar mal/um inocente da Ilha!” –, e como lugar das inversões, onde tudo pode parecer natural, como é o entendimento de Diogo Brandão:

*Neste traje s’afirmou  
qu’os da Ilha faram tudo,  
que ja lá outro s’achou*

---

<sup>1</sup> *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. 3, fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 256.

*que frisou  
duas peças de veludo*<sup>2</sup>.

O que só demonstra que a ideia de distância, não só geográfica, mas também social, entre Portugal e a Ilha vem de longe. E se João Gomes de Abreu, o outro poeta madeirense da comitiva, não aceita o argumento da naturalidade de Noronha, culpando-o de ter uma personalidade fria e sem sabor, já o visado Noronha responde considerando as poesias mal feitas, por isso, motivo mais genuíno de troça do que as ceroulas. Ninguém quer ser motivo do riso ou confundir-se com ele, mas a sátira é também um espelho no qual se refletem, num primeiro momento, a relação Castela-Portugal e, depois, a de Portugal-a Ilha.

Apesar de já estar patente nestas composições a consciência de uma diversidade geográfico-cultural, a poesia dos oito poetas da Madeira presentes no *Cancioneiro* não constitui, do ponto de vista estético, um ciclo distinto, dada a filiação à escola portuguesa e espanhola da poesia palaciana da época. O facto é que demonstram a existência de um dinamismo que levará Teófilo Braga a afirmar que a Ilha da Madeira tinha a honra e o orgulho de possuir uma “Escola Literária” bem definida e que florescia<sup>3</sup> já no seu mais remoto período literário. Não querendo, no entanto, entrar nesta matéria – que exige uma reflexão que não cabe neste momento no propósito deste texto – sublinha-se o interesse dos estudiosos ao longo de vários séculos em individuar e caracterizar a literatura na Madeira: do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo (que, em “Notas” a *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, divide em cinco o movimento literário “desta província adjacente” – aristocrático, monárquico-clerical, inter-monárquico-liberal, monárquico-liberal<sup>4</sup>), no século XIX, ao Visconde do Porto da Cruz, com *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*<sup>5</sup>, já no século XX, até à produção atual de ensaística e às antologias, como a da responsabilidade de Rui Carita,

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 261.

<sup>3</sup> Cf. *Poetas Palacianos*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, pp. 93-96.

<sup>4</sup> “Notas”, in *As Saudades da Terra – História das Ilhas do Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Gaspar Frutuoso, anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873, pp. 773-803.

<sup>5</sup> *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*, Vols. I-III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1910-1952.

Ângela Borges e Isabel Stephan, intitulada *Antologia Literária – Madeira*<sup>6</sup>, publicada, em 1986, em quatro volumes, o estudo das questões literárias e a preocupação com a sistematização dos movimentos literários na Madeira tem-se mantido.

Há, no entanto, um fator que, por vezes, se tem revelado paralisante nos estudos sobre a literatura madeirense, ou sobre a literatura da/na Madeira, precisamente pela discussão – recorrente, tornando-se por vezes o epicentro dos discursos literários e culturais –, sobre a concepção de “literatura madeirense”, confundindo-se regional com tentativa ou manifesto de independência da literatura nacional, ou, por outro lado, com regionalismo, ou com literatura de segundo plano. A questão, com implicações várias, de que é exemplo o texto *Distribuição de uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense pelas escolas da RAM: legitimidade ou arbitrariedade curricular?*<sup>7</sup>, de Jesus Maria Sousa e Carlos Nogueira Fino, que questiona a validade do conceito de “literatura madeirense”, recorrendo a um sistema de entrevistas a vários professores, escritores e investigadores, tem por efeito desorientar possíveis interessados e estudiosos no aprofundamento de autores, obras, relações escritores-público, circuitos editoriais, contribuições para periódicos, deixando na literatura madeirense um vasto campo de pesquisa a fazer. Na verdade, se o objetivo primeiro se prende com a ideia de contestar ou defender a existência da literatura madeirense, não se estuda a literatura, e o debate torna-se circular e infrutífero.

E esse debate infrutífero, sem ser baseado e apoiado nas bases científicas e técnicas que os especialistas podem oferecer, espelha-se nas respostas dos entrevistados à questão colocada pelos autores do estudo, na “tentativa de clarificar o conceito de ‘literatura madeirense’”, que se baseiam em opiniões, juízos de valor e tomadas de posição subjetivas, sintoma de uma confusão de conceitos e definições. Sintoma de que é exemplo a intervenção de um dos sujeitos questionados, cuja opinião é a de que existe “quem queira desesperadamente criar artificialmente

---

<sup>6</sup> *Antologia Literária, Madeira*, Vols. I-IV, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1986.

<sup>7</sup> O texto, apresentado no “Colóquio sobre Formação de Professores – Mudanças educativas e curriculares... e os educadores/professores?”, em 2004, encontra-se disponível no site da Universidade da Madeira: <http://www3.uma.pt/jesussousa/Tribuna/41Literaturamadeirenselegitimidadeouarbitrariedadecurricular.pdf>

uma ‘literatura madeirense’ porque só num meio limitado e de liberdade intelectual cerceada por políticos ignorantes é que é possível chamar-se-lhes escritores”<sup>8</sup>. Os autores do artigo concluem, baseados nas várias e díspares posições, que o que existe, comprovadamente, segundo consideram, é uma vontade e uma estratégia política de impor a existência da literatura madeirense, recorrendo, na segunda parte do artigo, à teoria do currículo para explicar a validade ou não de uma possível “Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”. Segundo este entendimento do fenómeno, a afirmação da existência da literatura madeirense seria marcada por propósitos de tipo independentista ou de afirmação identitária regional *versus* pertença nacional, baseando-se apenas na vontade e não na concretude.

Há ainda, todavia, um outro discurso que pesa sobre a literatura madeirense, e que também aflora de forma recorrente a questão da sua inexistência por falta de qualidade de escritores e poetas, patente também nas palavras dos entrevistados do estudo referido: “Os madeirenses não produziram muitos grandes e bons escritores, de modo a haver quem lá fora se refira, positiva e não pejorativamente, a uma ‘literatura madeirense’. [...] Há gente a quem alguns chamam escritores e poetas e que se limitaram a publicar meia dúzia de versos ou numa comunicação social medíocre ou nuns míseros opúsculos em edição de autor”<sup>9</sup>, afirma um dos colaboradores da pesquisa. A confusão entre critérios de aferição de qualidade e critérios para a afirmação da existência da literatura madeirense é óbvia e permite que se dimensione, por isso, a “literatura madeirense” como definição de tipo pejorativo, provinciano e sem qualidade, e, como tal, sem projeção nacional.

O facto é que, face a estas opiniões e afirmações, que, apesar de não serem apoiadas na objetividade e no rigor, prescindindo de questionar os fundamentos, dominam a discussão sobre a validade de uma literatura madeirense sempre que esta é despertada, toca aos estudiosos da literatura trabalhar mais e dar também a conhecer mais. É esse justamente o objetivo que o Dicionário Enciclopédico promove – o de criar a atmosfera e as condições necessárias para que a literatura madeirense seja vista de dentro e de fora, com contribuições que a enriqueçam e

---

<sup>8</sup> *Op. cit.*, p. 8.

<sup>9</sup> *Ibidem.*

que iluminem zonas desconhecidas. Esta via de entendimento é um passo fundamental, como escreve Fernando Cristóvão, a propósito da literatura como sistema nacional, para “se fugir ao ilogismo” e às “justificações baseadas em desculpas de simples utilidade pedagógico-didática, tradição historiográfica, insolubilidade da questão...”<sup>10</sup>

Seguindo a proposta deste estudioso sobre a literatura como sistema comunicativo “segundo, de carácter estético, intrinsecamente ligado ao esquema comunicativo primeiro da linguagem”<sup>11</sup>, a literatura madeirense como literatura regional deve ser entendida como riqueza, e não dissolvida numa categoria de provincianismo ou falta de qualidade. Baseado nos três elementos da comunicação linguística – emissor, mensagem, recetor – o sistema apresenta, em termos da comunicação estética, o autor (emissor), as obras literárias (mensagem) e os leitores (recetores), num determinado contexto – aquele que suporta mais diretamente o autor (as escolas, as academias, as bibliotecas, as fontes de cultura, etc.); o da obra (editoras, livrarias, revistas...); e o do público (do leitor comum aos investigadores). Este sistema funciona como um todo coerente, no qual cada elemento se relaciona e condiciona de forma determinante o outro, permitindo que se reconheça um património como próprio. Como afirma justamente Fernando Cristóvão, há a consciência, assim, de “uma tradição que é, simultaneamente, repositório e elemento vivificador de identidade. Onde o escritor possa imaginar o seu público, e onde os leitores saibam distinguir os ‘seus’ dos ‘outros’.”<sup>12</sup> Uma literatura nacional pode, nesta perspetiva, ter várias literaturas regionais e pode, também, pertencer a sistemas mais amplos, como o é, por exemplo, o da literatura europeia.

O entendimento geral, todavia, parece considerar a literatura regional como literatura de segunda, tipificando-a como mais limitada e menos universal. O facto é que o “regional”, adjetivo que parece sofrer de um defeito de origem, estreito, de estatuto menor, que tende a excluir os “grandes” autores, aqueles que passam a suprarregionais, representa, na sua aceção objetiva, uma realidade geográfico-cultural na qual circulam autores, leitores, editores e estudiosos. Como defende Norbert Mecklen-

---

<sup>10</sup> Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul a Norte. Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 13.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>12</sup> *Op. cit.*, p. 28.

burg<sup>13</sup>, “regional” é uma literatura limitada do ponto de vista da produção, difusão e prestígio a uma região, mas que não impede a passagem de autores e obras a uma posterior difusão suprarregional. Sendo também válido o contrário: há autores que têm uma difusão mais ampla que, por vezes, depois da sua morte, acabam por ter apenas uma difusão regional ou preferencialmente regional. O enfoque não é a qualidade, mas os aspetos de natureza da circulação e da receção das obras.

O ponto de vista de uma região cultural como riqueza contraria a ideologia de um estado unitário e é importante porque perspetiva a ideia da modernidade como soma das contribuições das várias regiões que constituem uma nação, isto é, entende-as como prestigiantes para o todo<sup>14</sup>. Assim, a literatura regional tem no espaço nacional um significado extraordinário ao reconhecer-se a complementaridade entre globalização e regional, entre centro e periferia, dando-se às obras a dimensão da possibilidade de criarem uma consciência maior. A partir dos anos oitenta, enraizar-se no local apresenta-se como superação da modernidade, numa nova ideia de cultura em que se pensa o global a partir do agir localmente. E a literatura é uma riqueza local, porque, mesmo perspetivando a questão além do interesse coletivo, o autor, o romance, a crónica que está mais próxima do leitor é aquela que este sente mais sua e que mais o modifica.

Muitos autores contemporâneos sentem, todavia, que é estreita a etiqueta de “regional”, porque a confundem com regionalismo, com o empenho de promoção da região, entendido por alguns, erroneamente, como declaração de ligações com as parentelas locais. Mas “regional” tem uma conotação de pertença, também geográfico-cultural, que de facto existe, porque nesse espaço preferencial circulou, ou circulam, as suas obras e nele está o público que foi ou é o seu primeiro público, o que

---

<sup>13</sup> Norbert Mecklenburg, *Erzählte Provinz: Regionalismus und Moderne im Roman*, Königstein/ Ts., Athenäum, 1982. Seguem o autor também Martin Brunkhorst, Heinrich Bosse, and Elke Frederiksen, como aponta Arne Koch (*Between National Fantasies and Regional Realities - The Paradox of Identity in Nineteenth-Century German Literature*, Oxford-Wien, Peter Lang, 2006).

<sup>14</sup> V. a propósito da representação da questão identitária como sobreposição de elementos nacionais e regionais no romance contemporâneo, o texto Federica Pellegrini, no qual a autora defende a ideia de que num mundo globalizado, com diferenças culturais e linguísticas sempre mais reduzidas, os escritores italianos contemporâneos tendem a definir a sua identidade através de um regresso à terra das suas origens: Federico Pellegrini, *Il romanzo nazionale-regionale nella letteratura italiana contemporanea*, Bruxelles-Wien, Peter Lang, 2014.

nada tira à qualidade e não é sinónimo de falta do produto literário. Aliás, autores como Jorge Amado sentem-se orgulhos de pertencer à literatura baiana e à literatura brasileira. O escritor Salim Miguel, com o prestígio que conseguiu a nível nacional e internacional, não desdenha ser um representante da literatura catarinense. Luigi Pirandello é um escritor italiano, mas também importante no âmbito da literatura siciliana. De igual modo, no caso, por exemplo, da literatura açoriana, dimensionada como uma literatura de qualidade, com base em figuras como Vitorino Nemésio, de dimensão nacional, que a legitimam, o regional não sofre tanto do preconceito de estreiteza ou de fraca qualidade.

O facto é que os protagonistas da literatura madeirense – poetas, narradores, romancistas, dramaturgos, maiores ou menores –, formam um “universo literário”, um mosaico composto de muitas peças no panorama da literatura regional e suprarregional, ocupando em cada sistema posições diferentes, de acordo com o que é valorizado num determinado momento no interior desse sistema.

É óbvio que o fenómeno de regionalização da região – enquanto “acomodação da região a uma imagem literária da literatura regionalizada”, como escreve João Cláudio Arendt<sup>15</sup> – faz com que os estudiosos acabem por se sentir mais atraídos por escritores ou poetas regionalistas, que promovem a imagem da região com características mais marcadas de cor local, com particularização de ambientes, humanos e naturais, dialetos, etc., em detrimento dos que optam por outras vias, menos ou nada regionalistas (caso, por exemplo, da obra de Ana Teresa Pereira, menos estudada na região do que fora dela, talvez também pelo carácter mais suprarregional, tida por menos agradável porque menos regionalista). Ora, a literatura regional, como lembra Jürgen Joachimsthaler, “não precisa ser necessariamente uma literatura estético-real idealizadora do torrão natal”<sup>16</sup> nem sinónimo de “monoculturalização retórica”, separando-se artificialmente das identidades nacionais ou supranacionais.

Para legitimar a ideia de uma literatura própria, como expressão de uma identidade diferenciada, verifica-se, todavia, a tendência da crítica e do estudo da literatura regional, como aponta justamente Mecklen-

---

<sup>15</sup> João Cláudio Arendt “Contribuições alemãs para o estudo das literaturas regionais”, *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, Julho/2011, p. 225 (pp. 217- 238).

<sup>16</sup> Jürgen Joachimsthaler, “A literarização da região e a regionalização da literatura”, *Antares*, n.º 2, jul-dez 2009, p. 37 (pp. 27-60).

burg, para erigir uma ou duas figuras que marcam a região, isto é, que estão mais próximas das tendências regionalistas, desenvolvendo à sua volta a maior parte da investigação. O mesmo se passa com os autores que passaram a suprarregionais: escolhem-se os mais marcados por características regionalistas como “estandartes” da literatura regional.

Esta é, no entanto, uma perspectiva redutora no que toca a regiões como a da Madeira, de vivências pluriculturais que não se excluem umas às outras e de realidades diferentes que convivem no mesmo território, porque privilegia uma ideia do regional delimitada, homogeneizada, que tem ancoragem apenas no espaço tido como significativo, geralmente mitificado, e numa ideia de identidade coletiva única. Joachimsthaler entende que essa definição de literatura regional se interessa de preferência pelos elementos semânticos “formadores de sentido, que produzem uma consciência regional esteticamente comunicativa em si mesma”<sup>17</sup>. Ora, o problema está não no que a definição inclui, mas no que exclui; isto é o que não parece responder à ideia de regionalista, o que não tem aparentemente ligação com a consciência regional, porque privilegia outras realidades ou relações, mas que pertence, apesar disso, ao sistema comunicativo regional.

Uma outra questão relevante prende-se com a definição de literatura na Madeira/da Madeira, entendida como diversa de literatura madeirense, lugar de hesitação para muitos investigadores que ora optam por uma ora por outra, por vezes usando-as como sinónimos, outras como forma de fugir ao conceito de literatura madeirense pelos preconceitos já evidenciados. Jens Stüben considera que à literatura regional se deve juntar a na/da região<sup>18</sup>, diferente desta porque fora sistema. Na verdade, o intercâmbio entre um dado espaço geográfico e cultural e o espaço estético em que ele é entendido, transformado e que nele se inspira para a criação, pode dar-se num outro sistema, nacional ou estrangeiro. E, por vezes, até pode refletir-se e influenciar a própria literatura regional, com imagens, temáticas e motivos que entram num jogo de espelhos.

Na literatura na/da Madeira inclui-se, assim, por exemplo, a literatura de viagens de autores de fora, ou a de escritores de outros sistemas

---

<sup>17</sup> *Op. cit.*, p. 34.

<sup>18</sup> “‘Regionale Literatur’ und ‘Literatur in der Region’”, *Regionalität als Kategorie der Sprach- und Literaturwissenschaft*, Jürgen Joachimsthaler (org.), Frankfurt, 2002, *apud* João Cláudio Arendt, *op. cit.*, p. 224.

cuja atmosfera natural ou humana é marcada pela região. Isto é, ainda que a interação entre emissão-mensagem-receção não seja a do sistema comunicativo regional, há autores e obras marcados pela região e, por isso, a sua produção literária pode ser estudada como “da” e “na” região, e é igualmente importante para o estudo da literatura regional, porque muitas vezes tem um papel relevante na autoconsciência coletiva, atuando indiretamente, segundo o citado estudioso alemão, sobre a produção e a receção da literatura a nível regional e suprarregional.

Por isso, numa história literária de contornos regionais, tendo como base um conceito bastante amplo de literatura, estas obras e autores deveriam também estar presentes ao lado das que surgem na região, das que foram escritas para o público regional, das que resultam da experiência direta de interação, das publicadas numa editora ou num órgão de imprensa da região. Isto é, esta história literária incluiria as obras escritas por autores que viveram na região e que são por ela inspiradas, as impregnadas de lugares de memória mitificados, as que têm com a região estreitos laços temáticos. Estaria, desta forma, justificada a presença e estudo de autores como Agustina Bessa-Luís ou Natália Correia como protagonistas da literatura na/da Madeira e, daí, de uma história literária da Madeira.

Entendamos, então, a literatura madeirense como um lugar flexível, em contínua redefinição, contaminável e contaminador. Desta forma, permite-se e incentiva-se o estudo sem preconceitos desta realidade regional literariamente significativa, olhando-a a partir de vários modelos de análise, unindo também a análise cultural ao estudo literário, para num futuro podermos desenhar perfis histórico-culturais-literários.

Para o que é que o Dicionário que agora se realiza contribui e contribuirá? Sem pontos de vista estabelecidos *a priori* de forma rígida, sem procurar paradigmas literários, abrindo-se ao estudo de investigadores de todo o país e estrangeiros, e incentivando particularmente os do panorama regional, leva-os a descobrir fontes, a “matéria-prima” que é o documento – textos, correspondência, testemunhos – convidando-os a ler de novo, a comunicar com os colegas que vão juntando peças, indícios, para a formação do mosaico. Leva-os a procurar o universo do livro, da revista e do jornal. Convida-os a encontrar o que estava esquecido, unindo passado, presente e futuro.

No percurso até agora percorrido, os autores do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* têm já encontrado caminhos a explorar que

estavam ainda pouco trilhados, como, por exemplo, aquele em que se encontra um vasto número de mulheres escritoras e colaboradoras da imprensa, com obra pouco estudada, ou a literatura de viagem de madeirenses, menos analisada do que a literatura de viagens que tem a Madeira como destino, com diversos diários e relatos de viagem de vários escritores, ou ainda os relatos de guerra, o teatro, etc.. Mas, a pesquisa não se limita aos autores, períodos literários e obras, como também será dedicada às instituições, escolas, grupos literários, prêmios, todos eles importantes para recuperar ou rever conhecimento.

O Dicionário representa, desta forma, a possibilidade de aquisição de um conhecimento sistemático que tem como objetivo abrir novos caminhos e permitir o acesso a autores, movimentos, bibliografia que, em princípio, gerará mais conhecimento, valorizando o que o vasto panorama literário tem para oferecer. No fundo, serve para que não se faça hoje a crítica que já apontava, em 1947, o Padre Fernando Augusto da Silva, a propósito da falta de estudo na ilha da figura de Gaspar Frutuoso, considerando os “esquecidos e retardatários madeirenses” por oposição aos “nossos irmãos açorianos, mais justamente ciosos do valor, méritos e virtudes dos seus conterrâneos do que nós”, que já tinham, desde 1922, tratado as suas obras, com “proficientes estudos”, “apreciação científica e literária” e “notícia bibliográfica”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Fernando Augusto da Silva, *Pela História da Madeira – Digressões através de alguns livros e arquivos*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1947, p. 135.

## Olhares sobre a Literatura Madeirense Contemporânea

Ernesto Rodrigues

FLUL / CLEPUL

---

Em Junho de 1981, fiz-me arauto de ilhéus que se apresentavam, em bloco, no Continente. Conhecemo-nos à mesa, no jantar de lançamento de *Ilha 2*, datada, já, de 1979; *Ilha 1* saíra em Janeiro de 1975 e Pedro Tamen assinalara, no *Expresso* (1-III-1975), a “qualidade média da recolha”. Louvei, então, o rigor quase cruel de José de Sainz-Trueva; a luminosidade de Cesário e a imagética de um José Gomes Ferreira, singularizando Irene Lucília Andrade, ideal para o levantamento intertextual literário e pictórico, substrato que revemos no romance *Angélica e a Sua Espécie* (1993), na *Crónica Breve da Cidade Anónima. À Hora do Tordo* (2008), e, agora, na diarística de *Um Lugar para os Dias* (2013); saudei a atenção ao dial absurdo nas fúrias do antologador José António Gonçalves, a que Carlos Alberto Fernandes emprestaria recursos lexicais da ficção científica. Eram os pontos altos de algo ainda indefinido sobre o espírito do lugar.

Muitos anos depois, em 1991, chegou *Ilha 3*, a que dediquei as páginas centrais do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* (10-III-1992). Lamentei a ausência de João Dionísio, de quem conhecia *A Cidade de Álea* (1981), corpo de obsessões histórico-culturais (anotações às rosas, ao vento quente, aos amendoins...), e a onzena de textos em *Os Construtores da Memória* (2000). Mas lá vinham conhecidos e outros novos. A antologia quis-se “homenagem póstuma” a um ressuscitado A. J. Vieira de Freitas (1940-1982), de que sobravam inéditos, e cujo roteiro sensacionista de terras nos adentra no fenómeno ilhéu como estádio mais vasto da condição humana. Era um precursor.

Face à “ilha jacente” – que jaz – ou às “imagens em desfile”, Ângela Varela não iludia a caminhada do tempo que se abisma, embora procurasse refreá-la. Diligência concomitante era retesar a fuga do discurso, servindo-se ora de periodização curta, avara de formas verbais,

que compunha a fragmentação do olhar parado sobre as coisas – *como pintura* –, ora de proposições e estratégias rítmicas que, recorrentes, simétricas, atapetavam a vertigem do adeus. Em *Ilha 5* (2008), ela ofertaria pinceladas sensíveis e uso sábio (às vezes, com rosto de máxima) do poema em prosa, saturado de referências literárias e musicais.

Um constante José Laurindo Goes veio melhorando volume após volume, até *O Fogo e as Lágrimas* (2003), e, em *Ilha 5*, no seu trajar sucinto, será meticoloso na descrição do fazer poético.

José de Sainz-Trueva continuou a refugiar-se na dispersão da sua alta qualidade: ao lê-lo, a impressão era, já então, de música longínqua: o versilibrismo fluido, de rimas internas, corrobora a placidez do búzio “sumarento”, com que efabular “arte nova intacta”, poesia “sem adorno / despida / cativa rosa ávida”. Há um “submerso / rumor” onde a própria fome enquanto entidade ilhoa adquire “infinita pureza”. Em pequenas doses, sem *pathos*, afirmava-se um descritivista e fotógrafo da ilha.

Ora, estreia feliz de *Ilha 3* foi Luís Viveiros. As notações do sensível, breves mas envolventes, oferecem quadro de sinais tranquilos, imagética rara, como na imagem da ilha rodando “em seu corpo de lonjura”. Veja-se como se perfila o reiterado tratamento da sombra, esvoaçante:

Lenta a noite ao longo da música cresce  
acerca-se a casa em seu anel de sombra  
Na concha do quarto  
sobre a mesa está um livro aberto  
largo como um lago de alegria.

Já “Iniciação à luz” se afirma a expressão do sujeito em Carlos Nogueira, em *Ilha 4* (1994). No impulso inicial à Ricardo Reis logo se figura a presença do interlocutor vário: pode ser um amor, amiga poetisa, ou Deus, como espaços dessa “linguagem pura”, por momentos ainda “oblíqua”, enquanto se harmonizam o tom imperativo (“vem”, “assentemos”) e um *eu* feito presente de ânsias e expectativas. Em *Ilha 5*, à-vontade coloquial irmana-se na litania, fraternizando homem e natureza num longo poema, “Porta para o Verão”, num *tempo* igualmente solar e no *presente*, em Irene Lucília Andrade (*neste tempo*) e Isabel Aguiar Barcelos (*agora mesmo*, em *Ilha 4*).

José Viale Moutinho construía, em 1994, oito quadras-epigramas sob um título motivador, logo em estilhaços de sentido: “Desertas”

(1991). Há lugar para movimentos da memória, entre a degradação e a máscara; para comparações que convocam efeito-surpresa ou toque cosmopolita; para uma narrativa mínima que historia a Madeira no chão escravo e num horizonte de paraíso. Nas ficções de *Pavana para Isabella de França* (1992), Viale Moutinho já conjugara dois regressos ao Funchal originário. E, em 2008, sob a égide do matemático José Anastácio da Cunha, compõe uma saga ilha disfórica de composições transitando entre vírgula final, numa proposta de trilhos futuros aos poetas locais.

Nessa *Ilha 4*, o ciclo de Irene Lucília Andrade era, na sua arrumação dos dias “contraditórios / entre o absurdo e a alegria”, renovado pesquisar *na senda da poesia*. Do versilibrismo à poesia em prosa, dos preliminares do texto ao porquê da escrita, no choque das referências e de novos destinatários num instante de crise. Estamos longe do eurítmico périplo, em 26 etapas regulares, de *A Mão Que Amansa os Frutos* (1990):

Longos caminhos percorri  
curvos (que é como eu gosto dos caminhos)  
e descansei à sombra do silêncio  
atrás de ocultos encontros

Nomear os frutos é conjugar os elementos (sobretudo, terra e água) – discreta metáfora para cantar, após genesíacas reminiscências ou a “luz grega” de Setembro, a reedificada Pasárgada que o poeta em si variamente colhe e acarinha. Essa euritmia voltará, contudo, num alfabeto incompleto e solar, apesar de dor, dúvida e protesto se insinuarem.

Sete poetas em 1975, seis em 1979, nove em 1991, 13 em 1994, 14 em 2008. No total, 49, que se reduzem a 17 novos rostos oferecidos à literatura nacional. Deixo de lado António Brito Figueirôa (1975, 1979), Duarte Tranquada Gomes (1975) e Francisco Freitas Abreu (1975). José Vito Barreto (1975) reaparece em 2008, surpreendente, com histórias breves, em perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito, com alusões culturais dadas obliquamente, e único em explícita autorreferencialidade. Ana Margarida Falcão e São Moniz Gouveia (em *Ilha 5*, já sob o pseudónimo de Laura Moniz) entram só em *Ilha 4* e *Ilha 5*. Comum a todas, saliento o organizador-mor destas antologias, e de outras iniciativas num arco de 35 anos, até à sua morte, em 2005: José António Gonçalves.

A sua produção editada vem de 1973 a 2008, entre as crónicas de *Réstea de Qualquer Coisa* e a póstuma recolha de inéditos, *Ausência*. Discursivo, este poeta-orador socorre-se de descrição adjetiva, em verso tendencialmente longo. Ritmado, sem aconchego de metros, concatena-se segundo encavalgamentos que, nos anos 70, tanto apostavam em finais de artigo ou contração preposicional como na cisão de vocábulos, com que se perseguia um sentido esquivo. Jogava-se, ainda, num efeito-surpresa, enquanto a falta de pontuação encadeava o discurso da vida e da arte, no seu direito a ser ouvido, em tempos difíceis para a liberdade de expressão. As minúsculas iniciais simulavam-no solidário e intermíno, como provindo de uma linhagem que exigia outros ecos. Um tom reto, nunca exaltado – embora sensível e comovido –, evolui-se desta poesia, onde espaços entre palavras ou frases funcionam qual respiração de emissor pronominalmente localista (“do país onde vi as mãos me crescerem”, 1974), já partilhando dedicácias, glosando verso-mote em epígrafe – que é forma de leitura e homenagem – ou revertendo à anaforização.

A dedicatória conjugal – com outras notações familiares – cedo se identifica com o protagonismo daquela a que dedica amor igualmente veraz: a Ilha (não raro figurada em moldura funchalense). Assinalemos alguns passos reveladores dessa dupla mas unificada devoção: “a ilha é pequena. A minha voz perde-se no seu verde incansável.” Precisa-se à frente uma antropomorfização: “é esta ilha órfã de nascença, minha irmã e minha amante, minha / candeia anunciada em minha voz, refletida em meu grito, / reproduzida dentro de mim. Terra verde e talvez virgem, há muito / tempo, no meu regaço antigo, / por que me perdi.” (1974) Neste registo sobre a Criação, entrevê-se um perfil de *anunciador*, em que se funde a História da ilha. Enquanto não chegam os parques lugares ou ritos de eleição local, desembarca a peculiar sintaxe: “se entesando a minha raiva”; “estar a me sentir mais só”; “onde vi as mãos me crescerem” – questões de colocação pronominal reflexa, alertando, também, para o domínio do coloquial e da gíria.

Com *O Esconderijo do Caruncho* (1975), sucede reflexão, um compromisso pessoal mais forte. O protesto oratório afina argumentos retóricos: “os peixes choram, trazem as algas cheiro / humano.” Mas não há que olvidar o polo terroso: murcharam “as canas da fome”, sobrevêm “os invasores do verde, da pele tenra da ilha”, definida como

“gota de vinho verde num cálice de azul imenso” (ainda, memória crística e demonstração metafórica a que nos habituará Gonçalves). É uma relação cada vez menos epidérmica, embora discreta – do feminil inocente ao abruptamente pisado. O verde, impositivo (até se saturar em *Antologia Verde*, 1991, a sua ilha verde), rima esperança com criança, e, de orador, o poeta entrevistado anunciador torna-se *profeta* da sua terra.

Ou seja: na recorrência agora vocabular – dos “caramujos e lapas vivas” ao bordado, vinho, funcho, banana, calhau, etc. – fazendo comungar os pares arado / terra crua e praia / azul do mar (1973) ou “a pedra, o arado, o barco” (*Pedra Revolta*, 1975) e ritmos musicais típicos (*Ilha 2*), procede, por um lado, num sempre retomado “Conto histórico” (1973), à evocação da ilha-infante, com maior evidência na “Canção para Vinícius de Moraes”; mas, por outro, à boleia de dizer outrem ou outra realidade, é o poeta que se diz quando *infante* – isto é, sem palavra criadora – na ilha.

Eis o espetáculo, o “retrato breve”, com flagrantes emotivos dos homens e das coisas (“numa jarra a rosa perturbada inclina-se / sobre a sala nua / um silêncio súbito envolve / o branco das paredes”, em *Ilha 2*), do orador à luz da História madeirense, o qual, via Álvaro de Campos, em “arte mágica” com outros entretecida, reivindica um espaço na lírica nacional.

Ao empenhamento de José António Gonçalves se devem, além dos cinco volumes de *Ilha*, duas outras iniciativas: os *Cadernos Ilha* e *Poeti Contemporanei dell'isola di Madera*<sup>1</sup>.

Aqueles formam uma coleção de 11 títulos de oito autores, entre 1988 e 2001. Inauguram, de J. A. Gonçalves, *20 Textos para Falar de Mim* (*Poemas de 1970-1985*), qual “Litania insular”, título do derradeiro poema, em que desagua o discurso da ilha – originário da ilha, escrito no e sobre “o dorso” da ilha “infatigavelmente prostrada no centro dos horizontes / aguardando certamente a chegada da gaivota calada e serena / para em cada voo erguer o grito do mar sob os céus mais infinitos.”

Na p. 2, explica-se a iniciativa, “fruto da constatação da imperiosidade de criação de um espaço literário aberto e responsável, integrado porém no espírito que presidiu aos alicerces do Movimento ILHA: afirmação cultural do âmago dos contornos que definem a insularidade como

---

<sup>1</sup> Giampaolo Tonini (ed.), Veneza, 2001.

tema criativo”. Agora, impõe-se uma “temática insular” de autóctones ou residentes, com preferência pela poesia, que será exclusiva; e avança-se “derrotando o alheamento e sufocando lacunas – limando o calhau com a força do mar, ali mesmo, sempre presente como uma fronteira”.

Além de convidar artistas locais para a ilustração da capa e de prefaciar quatro dos partícipes, outra preocupação animava Gonçalves: a lembrança *post mortem*, e justo reconhecimento, de A. J. Vieira de Freitas e de Jorge Freitas (1921-1960), com *14 Poemas Inéditos* (n.º 2, 1988) e *Alguns Poemas Insulares e Outros Textos* (n.º 7, 1995), respectivamente. Daquele, atento ao social entre laivos surrealizantes, já *Ilha 3* (1991) se quisera “homenagem póstuma”, como disse. Este interviera em edições coletivas entre 1952 e 1958, tendo lançado a expensas suas *Alguns Poemas Insulares* (1954), seis, de sabor marinho, e parca originalidade; agora, acrescem 34 *outros textos* desde 1946 retirados de espólio mais largo. A soltura da voz, livre, sem peias vocabulares, mantém-se viva, refrescante, quer na reiterada reflexão sobre o fazer poético, quer nas associações insólitas e lições de vida deste velho companheiro de Herberto Helder e Carlos Camacho, em *Poemas Bestiais* (1954). Veja-se “Calcanhar d’Aquiles”: “Sagitário feriu / o calcanhar do mundo / e homero e virgílio / escreveram os lusíadas / que luís vaz camões / escrupulosamente assinou. / Então, judas comprou uma guita / por trinta dinheiros / e içou a humanidade / ao infinito”. Ou estoutro: “Li hoje um poeta / Daqueles que fazem versos, / Só versos. / Que estúpido animal. / E pensarmos nós / Que há tanta besta desta / Em Portugal”.

Dalila Teles Veras, emigrada desde 1957 em São Paulo, onde *Madeira: Do Vinho à Saudade* (n.º 3, 1989) teve 2.ª edição (1997), relembra a atividade vinícola, ou “via profana em cinco atos”, e, a par de evocações de gentes e momentos fortes (“Cena domingueira”, “Bordadeira”, “Meu avô José”, “Fragmento”, “Gosto de cereja madura”), revisita lugares-chave do turismo (Cabo Girão, Porto Santo): “De que divindade te alimentas / fantástica goela escancarada para os céus? / Falta-te o mar, sobram-te mistérios / e o assombro perene permanece em teu vale / prenhe de lendas e verde. // [...] Pequena e rendida, observo-te / frémido de medo e êxtase / e das flores do rochedo onde me agarro / faço um ramo agreste em oferenda / aos deuses deste lugar”. (“Cural das Freiras”)

*A Mão Que Amansa os Frutos* (n.º 4, 1990), de Irene Lucília Andrade, é um eurítmico périplo em 26 etapas regulares, a integrar no discurso que acima lhe dedico.

*Antologia Verde (Poemas, 1973-1979; n.º 5, 1991)*, no nome completo José António de Freitas Gonçalves, é a primeira antologia deste, desde o coletivo *Movimento* até ao esgotado *A Crista de Neptuno*. Se há poetas de *antologia* – no que isso representa de balanço regular e revisão de impurezas, fazendo-se novo rosto –, Gonçalves é um deles, na sua permanente inquietação. Explicita-se, logo, assumida “homenagem à ilha, fonte primeira da imagética que à palavra deu cor. É também a assunção da verdura – roupagem indisfarçável no corpo dos poemas escritos na juventude – que alimenta os textos coligidos [...]”. Mais consistente, e coerente, será *Aventura na Casa dos Livros* (n.º 10, 2000). A par do discurso à volta do “livro” (índice, biblioteca, guia, lombada e outros vocábulos da respectiva semântica), que não deixa de ser o desenvolvimento de um conceito resumido ao *Génesis* de *outro* mundo – o universo da criação literária –, em que o sujeito também descansa ao sétimo dia, e pese, ainda, algum tom imperativo, os velhos encavalgamentos vão-se reduzindo a inflexões menos sonoras; esbatido esse galope, impõe-se “retrato breve”, com diluição metafórica, fixando instantes, “crónica cidadina”, poetas e músicos, amigos. Sobrevém o desejo de uma sintaxe, de maiúsculas e pontuação correntes, pulverizadas ou ausentes na produção anterior. Fecho de coleção decerto desigual, com sacrifício inclusive financeiro, *Esquivas São as Aves* (n.º 11, 2001) está discretamente invadido de pequenos desaires, maus augúrios, vazio crescente... O verso é mais rápido, fechando em desconforto, quando não desinteresse. E outra é, enfim, a “Ilha dilacerada”: “Tenho uma ilha dilacerada nas mãos / desfeita em bocados de terra quente e viva / explodindo o seu verde pelos meus dedos. // [...] // É uma ilha dilacerada por ausências / com memórias de vinhos e de açúcares / na sua madeira carcomida pelo tempo.”

Falta referir os números 6, 8 e 9: Carlos Nogueira Fino, *Contemplação do Olhar* (1992); São Moniz Gouveia, *Cartas para Um Tenente* (1996); Teresa Souto, *Um Olhar além de Mim* (1998). Aqui, é um tropel de sensações – “volúpia antiga” não isenta de interrogações – em estreia conseguida; mas, como na também estreia em livro da anterior, a Ilha corre ao lado de um sujeito a afirmar-se. Em São Moniz Gouveia (hoje, Laura Moniz), as várias frentes denunciam dispersão e aleatório atrás de um motivo firme: um *corpo feito sentidos*, cuja consumação vencesse angústias e mágoa.

O continental Carlos Nogueira Fino há muito conquistara outro chão. No primeiro de 71 *sketches*, vislumbra-se o argumento de uma existência: “pátria pode ser a transparência / do chão onde se enxerta a alma / no mais puro perfume do silêncio // onde se acendem as íntimas janelas / que se abrem para as árvores”. Na irrupção de dísticos (os demonstrativos ‘este’, ‘esta’, a par de mais raros ‘aqui’, ‘agora’) e interlocução dirigida a uma segunda pessoa, percebe-se o espírito do lugar, convidando à contemplação de paisagens interiores.

Quanto à edição bilingue de Giampaolo Tonini, é uma síntese dos 11 vols. da *Coleção Ilha* e das 5 antologias de *Ilha*, mas não só. Dezasseis poetas, de Eurico de Sousa (1933) a São Moniz Gouveia (1967), representavam a moderna lírica madeirense. Descontado aquele – presente em *Ilha 4* e *Ilha 5* (de notar, aqui, a técnica do parêntesis, suspendendo ou intervando sentidos, e as associações oblíquas, que sincopam forçosamente a leitura) –, é colheita posterior a 1970, à volta, também, de *Movimento – Cadernos de poesia & crítica* (1973). Não responderam Herberto Helder e José Agostinho Baptista. Sem estes dois, há quatro nomes novos, o que, somados aos 17 das antologias *Ilha* e a três novos na *Coleção Ilha*, perfaz 24.

O curador, numa introdução útil, resume o corpo lírico madeirense: “Existencialismo telúrico, insularidade: limite insuperável, mas também fonte de sonho e de grandeza humana, impulsos centrípetos e centrífugos, insatisfação do sonho irrealizado, solilóquio interrogativo e ansioso no fatal isolamento da ilha, recuperação da tradição lírica do silêncio, noção cíclica e circular do tempo e da vida” – enquanto o amor é força identitária nessa complexa relação entre terra e mar.

O motivo italiano, índice de cosmopolitismo, associa particularmente o líquido elemento a Veneza, em João Carlos Abreu, Irene Lucília (o qual retorna no seu diário, como se viu), num experimental e tão variado José Viale Moutinho e em Tolentino de Mendonça. Com “Revelação”, “A infância de Herberto Helder”, etc., Tolentino inscreve a “arte dos versos” em novo *Génesis*, ato de criação visível no erotizado “branco silêncio do combate”, ou no melopeico “Sempre que venho aos jardins da Gulbenkian”, de David Pinto Correia. São desta ordem, requerendo atenção, Laurindo Goes e João Dionísio, cujo minimalismo sobre “açúcares” é um fragmento da História regional, a qual emerge ainda na “Vin-

dima” de Luís Viveiros. Complete-se a lista: Ângela Varela, José de Sainz-Trueva, Carlos Nogueira Fino, Fátima Pitta Dionísio, Carlos Fernandes.

Estreado ainda no Funchal (*Os Dias Contados*, 1990), José Tolentino Mendonça impôs-se com *Baldios* (1999), a que se seguiu *De Igual para Igual* (2000). As referências são imensas – e sem particular hierarquização; a criação é “presença sem palavras / que lança trevas nos símbolos / e torna os argumentos / insustentáveis” (1999, p. 70). Essa espécie de urgência invencível perpassa noutros, que, também ao contrário de Herberto Helder, José Agostinho Baptista ou João David Pinto-Correia (este, ao menos, reúne facilmente as margens atlânticas), vão ficando pela ilha – mereçam embora atenção mais aguda do que esta pálida síntese...

Descontados, ainda, grandes antecessores como Edmundo Bettencourt e Cabral do Nascimento, refiro, por último, um vigésimo quinto nome tão presente na baixa e cultura funchalenses, que entraria noutro projeto de J. A. Gonçalves, a Coleção “Livros de Cordel”, irmanando residentes e continentais. Comungando desta dupla condição, temos a malograda Maria Aurora Carvalho Homem, em quem a voracidade do fogo é inversamente proporcional ao epigramatismo das formas. Veja-se este dístico de 2003, em *12 Textos de Desejo*:

Despe-me devagar  
até doer a espera.

Estes hexassílabos são uma lição de poesia. Que mais admirar: o vagar do pedido, na repetição /d/? a alternância de /a/ e /e/, fortes e fracos, em sílabas tónicas e secundárias? o oximoro gestual, entre ‘despir’ e ‘esperar’, já curto-circuitado na repetição /espe/? a dor da retenção? a limpidez da tensão erótica?

Os vinte poemas de *Antes Que a Noite Caia* (2005) aliam brevidade à saturação vocabular e metafórica. Surgem, primeiramente, como ciclo de amor, no percurso de um tu que vai chegando (“Vens”, reiterado) para “a mais enamorada das amantes”. O campo semântico da relação começa cedo a formar-se, bem como a descrição e caracterização dos sujeitos, na cálida serenidade do dia.

Percebe-se, logo, pela acumulação, que se perfilam duas fortes isotopias ao redor de fogo e água. Exceptuando algum adjetivo deste duplo campo (*vibrante, líquida, húmida*), é uma procura do nome car-

nal, substantivo, que significa objeto de desejo: *incêndio, labareda, lume, chama, fogueira, luz, revérberos, ardor, fulgor* e até *mel*, a par de *desejos* que solicitam os verbos *arder, apagar-se, reacender-se*, inclusive *morder a laranja dos lábios*, em que a cor insinua o sentido. No propósito líquido, *água* – donde emerge Vênus – convoca *chuva, orvalho, sede*, a *saliva de limão, inundar* e *afogar-se*, além da analogia entre *corpo* (particularizado em *braços* e imagens do sexo) e *rio*, que implica *margens, ponte, arco, canais*. Em resumo, tomando verso,

e é tudo água, vórtice, clarão.

Esta união feliz de supostos contrários, que verbos contrários discretamente apoiam (*esperar, tardar; apagar, reacender; cair, descair; trazer, levar*), e que imagens surpreendentes sossegam (note-se aquele doce “baixar do dia” masculino, aquela “tranquila tarde esvaída e húmida” tão feminina), pela sua intensidade sinestésica, enquanto “vórtice”, dir-se-ia congraçar-nos em melodia, suspensa na vida ou na imaginação.

Entretanto, sucedem interrogações e reticências, no *Discurso Amoroso* de 2006. Se a tarde ainda vem “saciada”, agora, conjugam-se apelos. Mas o imperativo gramatical (“Leva-me”, três vezes) nada pode contra o tempo, que foge. São vinte poemas de amor – o último ainda de amor –, desembocando em canção desesperada. É a história de uma entrega, “tanta entrega”, e, por fim, da exclusão; é grito contra “tempo ingrato”, dentro de desejo derradeiro (“desejo-te”) que a sequência de 21 momentos, afinal, historiou.

No que a literatura tem de instituição, a lírica produzida na Madeira, vista globalmente, não se vê recenseada, apoiada. A cronística, nem se fala. Quanto à ficção, raros passam além. No diário de Irene Lucília Andrade, a entrada de 6 de Maio de 2007 diagnostica e mostra dissonâncias que urge transcender, com vista a uma escolha:

A ilha é um lugar espesso e lento. [...] a ilha é sempre uma reserva de ansiedades. Viver num pequeno território montanhoso cercado de oceano é ter o coração à beira do abismo e do naufrágio. [...]

Os sonhos acabam fossilizados, endurecidos pelas emanações marinhas que persistentemente se infiltram nas raízes. Se houver um sonho que aborde a altura duma asa, arrisca-se a despenhar-se nessa grande massa líquida que rodeia a terra, pesada de lodo e sal, ou no

álveo pedregoso e ameaçador das ribeiras, porque mais nada lhe apara o voo.

Mas a ilha também resguarda e engrandece os amantes das montanhas e os construtores de socalcos. [...].

A ilha abriga sons felizes, mas estabelece um temível fragor que é o do confronto entre a ternura e o descontentamento.

Entre o perigoso abraço da ilha e o incerto acolhimento do mundo, escolha quem puder.

Este historial de 40 anos, que não ignora outras antologias de versos – de José Viale Moutinho, Diana Pimentel, a inserta na dissertação de mestrado de João Filipe Ribeiro de Abreu, *A Ilha da Madeira pela Mão dos Seus Poetas. Construção de Um Roteiro Literário* (2012); e nem a vasta síntese de Mónica Teixeira, *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX* (2005) –, leva-nos a concluir, em resumo, que, da tematização e localismos a pormenores sintácticos, muito há que assumir, impondo, assim, *outra* singularidade no espectro de língua onde ela é mais salgada...



# Artes Performativas na Madeira: temas e problemas

Teresa Norton Dias

Universidade da Madeira  
CEMRI-LabAV/UAb

---

## Introdução

A proposta com que a coordenação das entradas relativas às Artes Performativas se apresentou no I Simpósio Internacional *Que Saber(es) para o Século XXI? História, Cultura e Ciência na/da Madeira* pretendeu constituir-se como um ponto de partida, não só para o que a História nos revela, mas também para a necessária reflexão sobre esta matéria. À vontade de nos debruçarmos sobre cada uma das personalidades, ou cada uma das instituições, acresceu a curiosidade de, ao menos forçosamente, repensarmos o presente. Foi este exercício que convidámos os presentes a fazer, após esta primeira reunião com muitos dos envolvidos no projeto *Aprender a Madeira*.

Debruçámo-nos sobre a designação atribuída à área que viria a acoplar as expressões artísticas que, por norma instituída, se apresentam em palco e que por força da exigência criativa se provou já, e desde há muito, se podem apresentar em espaços alternativos, denominando-se, na absorção do conceito anglo-saxónico, por *performance*. À Dança, à Música e ao Teatro agregámos temas e problemas em torno de três grandes aspetos: Ensino artístico; Artistas e Profissionais da Arte; Espaços e Equipamentos.

## Artes Performativas: em torno da terminologia escolhida

“Artes de Palco” seria a designação esperada para o agrupamento que inclui entradas de personalidades e instituições que se destacaram pela sua atividade na Região Autónoma da Madeira (doravante designada por RAM), nas áreas de expressão artística como a Dança, a Música e o Teatro. Atente-se no que, no entanto, Goldberg nos explica relativamente à *performance*, ao afirmar que:

A história da performance no século XX, é a história de um meio maleável e indeterminado, com infinitas varáveis, praticado por artistas insatisfeitos com as limitações das formas mais estabelecidas e decididos a pôr a sua arte em contacto direto com o público.<sup>1</sup>

Este aspeto levou a organização a considerar a designação “Artes Performativas” como mais abrangente e, conseqüentemente, mais completa, na medida em que termos como “instalação” para as Artes Plásticas e “performance” para as Artes de Palco, fazem, em pleno século XXI, parte do quotidiano das opções performativas de artistas e instituições.

Na certeza de que o público assume sempre, no âmbito das Artes Performativas, um papel fundamental, convidámo-lo a fazer connosco o exercício de tentar responder à pergunta “o que são para mim as Artes Performativas?”, dando como exemplo a sequência mais ou menos intuitiva “Música, Teatro e Dança”, lembrando, no entanto, que alfabeticamente se ordenam como “Dança, Música e Teatro” e que, historicamente, no âmbito das políticas educativas em Portugal acontecem como “Música, [Artes Plásticas], Teatro e Dança”. A ideia deste exercício é ajudar-nos a compreender a ligação à forma como socialmente nos posicionamos perante as artes no ensino, interrogando-nos sobre em que medida crescemos com esta realidade: se mais dentro, se mais fora dela. Acresce a esta realidade uma outra que nos ajudará a compreender a nossa história. Colocamos então uma nova questão de que abaixo se trata.

### Que peso para a insularidade?

A descontinuidade territorial com que a RAM aprendeu a crescer, ora sinónimo de distanciamento do poder central, ora ensejo para pensar a sociedade à sua volta, constituiu-se quase sempre na mais-valia de se potencializarem os recursos locais.

A distância da Madeira ao Continente, as dificuldades de comunicações – a falta de um maior convívio ou contacto com a metrópole e suas instituições culturais levou o estudioso ou intelectual madeirense

---

<sup>1</sup> RoseLee Goldberg, *A Arte da Performance*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Orfeu Negro, abril de 2012, p.10.

a agrupar-se em “círculos de estudos”, clubes ou tertúlias literárias – em que o Funchal foi pródigo.<sup>2</sup>

Registe-se contudo, como apontamento, por exemplo, no Estudo de Avaliação do Ensino Artístico coordenado por Domingos Fernandes e publicado no Relatório Final Revisto (2007), o aparecimento por duas vezes apenas e em legenda da menção da realidade insular. Utiliza esta informação em dois gráficos relativos à Academia de Música da Madeira no ano letivo de 1950/51. Que enquadramento para a realidade regional?

### Ensino Artístico

Nesta matéria voltámos a convidar ao exercício de reflexão, colocando as seguintes questões: **Para quem** o ensino artístico? **Que tipo de ensino** artístico? Especializado? Integrado? Técnico? Superior? **Que lugar** para a educação pela arte?

Vejamos abaixo alguns exemplos de publicações recolhidas no periódico local *A Flor do Oceano*, do século XIX:

“ANNUNCIOS (08-01-1837). A nova escola para educação da mocidade portugueza à poucos dias anunciada ao Respeitável Publico, que se abriria nesta Cidade em o presente mez de Janeiro; aonde se ensinará a ler, escrever, contar, Grammatica Portugueza, Geographia, e tambem a língua Ingleza - **Pianno forte, musica vocal, Guitarra Fran-ceza, e Desenho**; e que **será presidida e dirigida por o Cónego Thomaz Tolentino da Silva**, e atendida por pessoas mui distintas por sua moral, e inteligência; se abrirá no dia 16 do presente mez de Janeiro, nas Casas, que ficão junto à torre da sé, rua do Aljube. Na Casa Nº 18 Rua Direita **haverá lições à noite em classe ou fóra dela para as pes-soas que quiserem aprender Inglez, ou Musica.**”<sup>3</sup>

“PROSPECTO (12-09-1839). Do Collegio para Educação de Meninas, ao cuidado e direcção de Felisberta Augusta Teixeira, na Rua dos Medinas Nº13. [...] - Os objectos de ensino são os seguintes: Ao cuidado do Snr. António Maria Furtuoso [Fructuôso] da Silva - **PIANO - Três lições por Semana a cada menina, a 200 rs., por lição. Ao cui-**

---

<sup>2</sup> César Pestana, “Academias e Tertúlias da Madeira. O Cenáculo”, *Revista Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, vol. VIII, n.º 38, 1966, pp. 21-23.

<sup>3</sup> Base de Dados, Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia, *A Flor do Oceano*, 08-01-1837. Sublinhados nossos.

**dado do Snr. Germano Soares - DANÇA - Três lições por Semana a cada menina, 100 rs. por lição.(...).**<sup>4</sup>

Ainda, e a título de exemplo, a descrição da constituição de um grupo de teatro, em meados do século XIX:

“Quando o teatro ‘Concórdia’ vinha já em decadência, pela redução dos membros da sociedade dramática, **apareceu um novo grupo de amadores**, em que entravam senhoras da melhor camada social, e entre elas, D. Vicência Figueiroa de Freitas, concorrendo bastante para assás melhora, pois além de pessoa abastada, era uma entusiástica ensaiadora. O grupo tomou o nome de ‘Tália’, buscado a uma das nove Musas, a inventora da comédia. Depois de organizado convenientemente, **apareceu em festas nos salões particulares do Funchal**, adquirindo bastante simpatia, louvado no desempenho. Conseguiu deste modo **angariar os fundos** precisos para se estabelecer em casa própria situada no Largo do Pelourinho...”.<sup>5</sup>

Como conjugar “Arte na Educação” em todos os ciclos de estudo e de forma articulada/integrada? No que diz respeito ao Ensino Artístico – especializado, integrado, técnico, superior –, olhando as referências regionais – Orquestra(s), Companhia(s) de Teatro, Companhia(s) de Dança – e as saídas profissionais, de que forma caminhámos nos últimos dois séculos?

Das variadas personalidades retratadas no trabalho que se encontra a ser desenvolvido, destacamos o trabalho realizado por Luiz Peter Clode, incontornável figura do desenvolvimento regional do Ensino Artístico. Acreditamos numa mudança de paradigma, isto é, cremos que, com a criação, em 1943 (considere-se aqui o período histórico que se vivia) da Sociedade de Concertos da Madeira, se passa da aposta na esfera privada da alta sociedade madeirense para a aposta na esfera pública. Propomos que se lance um novo olhar sobre o trabalho liderado por esta personalidade, reconhecendo em que medida as instituições que ajudou a fundar constituem, setenta anos depois, uma referência regional. Vejamos:

---

<sup>4</sup> Base de Dados, Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia, *A Flor do Oceano*, 12-09-1839. Sublinhados nossos.

<sup>5</sup> Alberto Artur Sarmiento, “Teatros Antigos na Madeira. Teatro *Tália* e depois *Tália e Marte*”, *Revista Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, vol. VII, n.º 37, 1945, pp. 81-94. Sublinhados nossos.

- 1943 – Sociedade de Concertos da Madeira: educa públicos, promovendo concertos regulares;
- 1946-1963 – Academia de Música da Madeira (1946); acrescentando as valências Artes Plásticas, em 1956, e Línguas, em 1963: promove o Ensino Artístico;
- 1948 – Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal: cria espaço de difusão musical;
- 1948-1971 – Revista *Das Artes e da Cultura da Madeira*: cria publicação de divulgação cultural;
- 1964 – Orquestra de Câmara da Madeira: cria referências constituindo uma orquestra.

Depois de uma visita à Madeira, o Dr. José Hermano Saraiva, então Ministro da Educação Nacional (1968-70), fala ao Dr. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros (1968-74), sobre a possibilidade de se criar uma Universidade na Madeira a partir de todo o trabalho já desenvolvido na Região **no seio das suas academias**, convicto de que ... *as universidades devem ser como árvores: nascem do chão e não do céu, da semente real e não de um decreto*<sup>6</sup>.

À importância desta salientada “semente real” acrescentamos as palavras de António Calisto de Andrade que escreve, aquando de uma cerimónia em homenagem a Luiz Peter Clode: “A história da Cultura é a história dos homens de Cultura. Suas dinâmicas, seus trabalhos, seus empenhamentos, suas desilusões e suas próprias obras. O Engenheiro Luiz Peter Clode é um desses homens!”<sup>7</sup>

### Artistas e Profissionais da Arte: Ser autodidata, ser artista profissional

Este seria porventura o aspeto mais delicado deste nosso convite à reflexão, não fossem os inúmeros escritos já existentes sobre a importância da formação académica dos artistas, associada à capacidade criativa de cada um e ao papel social da sua obra.

---

<sup>6</sup> José-Freitas Gomes e Inez Clode, *O Eng.º Luiz Peter Clode e o Espólio Legado ao Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/DRAC/ARM, 2005. Sublinhados nossos.

<sup>7</sup> *Jornal da Madeira*, 23.03.1985, p. 26.

‘A ideia contranatural de uma cultura de nascimento, de um dom cultural, outorgado a alguns pela Natureza, pressupõe e produz a cegueira relativamente às funções da instituição que garante a rentabilidade da herança cultural, além de legitimar a sua transmissão, dissimulando que ela desempenha tal função: a Escola é, com efeito, a instituição que por seus veredictos formalmente irrepreensíveis transforma as desigualdades diante a cultura, socialmente condicionadas, em desigualdades de sucesso, interpretadas como desigualdades de dons que são, também, desigualdades de mérito.’<sup>8</sup>

Às palavras de Bordieu & Darbel, aditamos as de Reed, fundador da *International Society of Education Through Art* (InSEA), uma organização não governamental criada pela UNESCO a seguir ao final da II Guerra Mundial: “[...] sejam quais forem as idiossincrasias que o indivíduo possa ter ao nascer, é dever do professor irradiá-las...”<sup>9</sup>

A profissionalização com a escolaridade mínima obrigatória deve ser ponderada em função de níveis diferenciados de formação:

No caso da EDCN [Escola de Dança do Conservatório Nacional], talvez mais do que nos conservatórios do ensino da Música, parece assumir-se que a formação que aí é proporcionada é de natureza terminal, profissionalmente qualificante, considerando-se que a formação superior é de qualidade inferior e com níveis de exigência muito elementares.<sup>10</sup>

## Espaços e Equipamentos

Por que razão precisamos de espaços específicos para o exercício do ensino/aprendizagem nas diversas formas de expressão artística? Porque é que precisamos de espaços para a demonstração dos conhecimentos adquiridos? De que tipo de investimento estamos a falar? De que espaços falamos na Região? Na Região falamos de um Teatro e um Cineteatro Municipais; de variadíssimas Associações Culturais; algumas Casas da Cultura; muitos Centros Cívicos e Casas do Povo; Paróquias e Salões Paroquiais com espaços cedidos para a realização de grande varie-

---

<sup>8</sup> Bordieu & Darbel, *apud* DomingosFernandes *et al* (coord.), Estudo de Avaliação do Ensino Artístico, Relatório final, 2007. Sublinhado nosso.

<sup>9</sup> Herbert Reed, *Educação pela Arte*, Lisboa, Edições 70, 2007 [1943].

<sup>10</sup> DomingosFernandes *et al* (coord.), Estudo de Avaliação do Ensino Artístico, Relatório final, 2007, p.75. Sublinhados nossos.

dade de manifestações culturais. E de que precisamos? Que políticas de gestão/programação estão implementadas? O que pedem e o que oferecem? Que mobilidade proporcionam?

Estas e outras questões constituem porventura uma mão cheia de interrogações para cujas respostas gostaríamos que o *Dicionário Enciclopédico da Madeira* contribuísse e apelasse a uma reflexão.

### Nota final

Depois de termos pululado este texto com questões às quais cada um reconhecerá pertinência na medida da sua preocupação, acrescentamos como nota final e em jeito de reflexão, as palavras de Luiz Peter Clode, que integraram o edital do primeiro número de a *Revista Das Artes e da História da Madeira*, publicado pela Sociedade de Concertos da Madeira, relativo aos anos de 1950-51:

Dessa experiência resta-nos a consolação de que esse Suplemento [de “O Jornal”] despertou grande interesse tanto no meio culto da Madeira, como em Portugal continental e Brasil. Com esse incentivo financeiro da S.C.M. [Sociedade de Concertos da Madeira] e a colaboração preciosa dos melhores escritores madeirenses, **prosseguiremos na convicção plena de que seremos úteis à nossa terra e que os derrotistas, que se topam infelizmente a todos os cantos, hão de sucumbir perante a força de vontade dos nossos colaboradores e da grande obra da Sociedade de Concertos da Madeira, já patente aos olhos de todos.**<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Luiz Peter Clode (1950-51), *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, vol. 1, n.º 1, 1950-51. Sublinhados nossos.





4

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA  
E PROFISSIONAL E DESAFIOS  
DA SOCIEDADE MADEIRENSE



# Em torno da História da Educação

Nelson Veríssimo

Universidade da Madeira  
CHAM<sup>1</sup>

---

Antes de mais julgamos pertinente refletir, ainda que de forma breve, sobre a História da Educação, enquanto disciplina científica, até porque, neste domínio e sobre a Madeira, revela-se bastante reduzida a produção historiográfica e, nalguns casos, esta ressentir-se da falta de formação em História dos seus autores<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

<sup>2</sup> Para além das obras de carácter geral, salientamos as seguintes: N. Veríssimo, “António Aurélio da Costa Ferreira: educador antijesuíta”, *Revista O Professor*, III: 91 (Set.-Dez. 2005), Lisboa, pp. 60-64; F. Lume, “O ensino primário na Madeira nos inícios do século XX: práticas discursivas e quotidianos escolares”, *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, EDUFU, 2006, pp. 3319-3329; N. Veríssimo, “O estabelecimento da Escola Lancasteriana no Funchal”, *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, EDUFU, 2006, pp. 2478-2483; H. C. S. Teixeira, *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900): subsídios para a sua história*, dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade da Madeira, 2006; N. Veríssimo, “A Instrução Primária Pública para o sexo feminino: a *Escola de Meninas* de Câmara de Lobos”, *Revista Girão*, II: 2 (2006), Câmara de Lobos – Madeira, G.D.E., pp. 69-74; *Idem*, “A Escola Pública de Meninas do concelho de Câmara de Lobos: o discurso inaugural do Comissário dos Estudos”, *Revista Girão*, II: 3 (2007), Câmara de Lobos – Madeira, G.D.E., pp. 53-57; *Idem*, “Ensino Mútuo: uma experiência de sucesso?”, in J. M. Sousa (org.), *Educação para o sucesso: políticas e actores: actas do IX Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Funchal, S.P.C.E., 2007, pp. 61-70; F. Abreu, “A instalação do ensino técnico e profissional no Funchal”, *Leia S. F. F.*, 26 (Abr.-Jun. 2008), Funchal, E.S.F.F., pp. 35-38; *Idem*, “Um património aguarda mecenas...”, in *Ilharq*, 8 (2008), Machico, pp. 48-59; P. D. Braga, “Instruir e educar na Madeira (1844-1859)”, *Islenha*, 44 (2009), Funchal, D.R.A.C., pp. 34-42; N. Veríssimo, “O Vintém das Escolas”, *Islenha*, 48 (2011), Funchal, D.R.A.C., pp. 87-96; F. Lume e T. Florença, “Escolas de Habilitação para o Magistério Primário na Madeira: 1900-1982”, in J. Pintassilgo (coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 287-331.

Em França, nos finais dos anos sessenta do século XX, com a entrada oficial das Ciências da Educação nas Universidades de Paris, Bordéus e Caen, a História da Educação foi considerada uma ciência da educação, por sinal das mais antigas, porquanto, desde o século XIX, faz parte da formação de docentes, principalmente nas Escolas Normais<sup>3</sup>.

Para Gaston Mialaret, a História da Educação levava-nos a “compreender a evolução, os processos de mudança, as etapas, as acelerações, os afrouxamentos” e permitia “fazer um balanço mais claro e sobretudo mais inteligível da situação da educação atual”<sup>4</sup>.

Segundo o fundador das Ciências da Educação na Universidade de Caen, a História da Educação dedica-se ao estudo do pensamento pedagógico (ideias em educação, conceções gerais), métodos e técnicas pedagógicas e instituições pedagógicas.

Por não constituir “um simples olhar deitado sobre o passado”, mas, antes, “uma das ferramentas poderosas da compreensão do presente”, pertencia de direito à família das Ciências da Educação, na categoria das que estudavam as condições gerais e locais da educação.

Anos depois, Mialaret, refletindo sobre problemas e dificuldades encontrados pelas Ciências da Educação em França entre 1968 e 2005, reconheceu que, desde o início, foram estas ciências confrontadas com um problema epistemológico que importava discutir:

- As Ciências da Educação existirão?
- Não serão as Ciências da Educação apêndices de outras disciplinas científicas, como os próprios nomes indicam: História da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da Educação ou Sociologia da Educação?

---

<sup>3</sup> Recorde-se, por exemplo, os seguintes manuais de História da Pedagogia ou da Educação: J. Paroz (1824-1906), *Histoire universelle de la pédagogie*, Paris, Delagrave, 1867; F. Dittes *Histoire de l'éducation et de l'instruction*, Paris, Droin, 1880; G. Compayré, *Histoire critique des doctrines de l'éducation en France depuis le seizième siècle*, Paris, Hachette, 1879; P. Rousselot, *Histoire de l'éducation des femmes en France*, Paris, Didier, 1883; F. A. do A. Cirne Júnior, *Resumo da História da Pedagogia*, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1881; É. Durkheim, *L'évolution pédagogique en France (Cours pour les candidats à l'Agrégation prononcé en 1904-1905)*, Paris, F. Alcan, 1938.

<sup>4</sup> G. Mialaret, *As Ciências da Educação*, Lisboa, Moraes Editora, 1980, p. 41.

Para o especialista, as Ciências da Educação não são constituídas pela utilização de determinada disciplina no âmbito da educação ou pela sua aplicação à educação. Fundamental é analisar a realidade educativa a partir de perspectivas diversas, mas complementares, e adoptar uma atitude multireferencial:

[...] les sciences de l'éducation sont constituées par l'ensemble des disciplines qui observant, étudiant, analyse scientifiquement les situations éducatives, leurs conditions d'existence, leur évolution... Affirmant leur unité ce n'est pas refuser leurs contacts, collaboration avec les autres disciplines du champ scientifique actuel<sup>5</sup>.

Por sua vez, Guy Avanzini considerou fundamental que as várias disciplinas se interessassem por estudar a educação com as suas próprias metodologias e problemáticas. Reconheceu também a possibilidade de um especialista numa determinada área abordar a educação unicamente na sua perspectiva e recusar confrontos com reflexões oriundas de outras áreas. Contudo, preconizou a interação que possibilita a passagem da pluridisciplinaridade à interdisciplinaridade que permite cruzar metodologias e comparar conclusões com o intuito de uma maior inteligibilidade do fenómeno educativo. Acrescentou ainda que a investigação nestes moldes “legítima e válida epistemologicamente o conceito de ciências da educação.” Por fim, concluiu:

A complexidade do objecto educativo, que rejeita que a sua análise se esgote numa abordagem unidisciplinar, é uma diversidade que exige ser reconhecida como objecto de uma indispensável interação e não como palco de conflitos territoriais, travados em nome de pretensões hegemónicas para conseguirem alterações de fronteiras ou eliminação de alguns adversários. Sem menosprezar as metodologias nem diminuir as teorias das diferentes disciplinas, deve procurar confrontar-se com elas para atingir um conhecimento mais profundo, apurado e pormenorizado do facto educativo<sup>6</sup>.

Toda esta argumentação tem servido para aclarar um problema epistemológico, há muito reconhecido, dada a pluralidade das Ciências da Educação.

---

<sup>5</sup> G. Mialaret, *Problèmes et difficultés par les sciences de l'éducation en France (1968-2005)*, 2007, p. 62.

<sup>6</sup> A. D. Carvalho (coord.), *Dicionário de Filosofia da Educação*, Porto, Porto Editora, 2006, p. 51.

No caso concreto da História da Educação, nenhuma análise credível pode ser feita à realidade educativa do passado sem o recurso à História em geral ou a diversos ramos do saber historiográfico, e ainda a muitas outras disciplinas de que o historiador, com frequência, tem necessidade de se socorrer. Obrigatoriamente, pratica-se a interdisciplinaridade, para compreender e explicar as vivências sociais pretéritas.

Para muitos investigadores, a História da Educação está associada à História da Cultura. Lorenzo Luzuriaga (1889-1959), por exemplo, é peremptório ao afirmar em meados do século passado: “A história da educação é parte da história da cultura, tal como esta, por sua vez, é parte da história geral”<sup>7</sup>.

Mais recentemente, Philippe Poirrier afirmou:

L’histoire de l’éducation constitue, par son objet et les méthodes mises en œuvre, un secteur moteur de l’histoire culturelle même si son ancienneté, les modalités de son institutionnalisation contribuent à en faire un secteur largement autonome de l’école historique française<sup>8</sup>.

Por outro lado, François Jacquet-Francillon, analisando a produção historiográfica no âmbito da Educação, dentro e fora das Ciências da Educação, concluiu:

L’histoire de l’éducation et de l’enseignement, qui est familière dans les sciences de l’éducation, est une histoire-mémoire qui emprunte ses démarches et ses objets à l’histoire classique des idées. Elle a trois caractéristiques principales: 1) elle se centre sur des auteurs et des œuvres; 2) elle s’intéresse d’abord aux origines des doctrines et des institutions; 3) elle prête une efficacité spéciale aux idées dans l’histoire. On pourra saisir sa différence avec l’histoire socioculturelle développée ces dernières années à l’extérieure des sciences de l’éducation, si l’on prend pour exemple les résultats obtenus par cette dernière sur le terrain de l’histoire des savoirs scolaires<sup>9</sup>.

Esta nova visão sobre as relações entre as práticas escolares e os contextos socioculturais exteriores, naturalmente mais ampla e, por

---

<sup>7</sup> L. Luzuriaga, *História da Educação e da Pedagogia*, São Paulo, Ed. Nacional, 1971, p. 1.

<sup>8</sup> P. Poirrier, *Les enjeux de l’histoire culturelle*, Paris, Ed. du Seuil, 2004, p. 131.

<sup>9</sup> F. Jacquet-Francillon, “L’Histoire de l’Éducation et de l’Enseignement dans et hors les Sciences de l’Éducation”, in *Questions vives: A. Vergnoux (dir.), 40 ans des sciences de l’éducation. L’âge de la maturité?*, Caen, P. U. de Caen, 2009, p. 129.

consequente, mais próxima da realidade, vem também acentuar a ligação da História da Educação à História, com possibilidades de renovação de alguns campos da historiografia, sobretudo com os contributos da Escola dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*.

Diversos historiadores da educação têm sublinhado certa desarmonia entre a História da Educação e as Ciências da Educação e ainda o convívio embaraçoso da especialidade no interior da História, situação hoje praticamente ultrapassada.

António Nóvoa assinalou, em 1993, uma “dupla marginalização” da História da Educação:

[...] no seio da História jamais se lhe reconheceu um estatuto autónomo, o que dificultou um investimento científico estável e consistente – na melhor das hipóteses, verificaram-se algumas “passagens breves” por este campo (as quais, reconheça-se, deram por vezes origem a trabalhos de grande qualidade e interesse); no seio das Ciências da Educação sempre se olhou com desconfiança para uma disciplina que não podia dar respostas imediatas aos problemas escolares e pedagógicos<sup>10</sup>.

Porém, adicionou a este quadro negativo incentivos e propostas para uma “nova cultura de investigação” e uma “nova agenda de investigação”. Justificou então Nóvoa: “O entre-lugar da História da Educação é propício a um diálogo *inter*-disciplinar, útil para uma apreensão mais dinâmica de realidades impossíveis de estudar numa perspectiva *intra*-disciplinar”<sup>11</sup>.

Propõe, por conseguinte, a renovação dos objetos de estudo, deixando a História da Educação de se interessar somente pela evolução do sistema educativo e das ideias pedagógicas. A eleição de novas temáticas deveria contemplar o quotidiano escolar, as práticas pedagógicas, os actores educativos, a educação de adultos, a educação colonial, a higiene e a saúde escolar, as mulheres e a educação, os movimentos de juventude, a educação familiar, a assistência e protecção a menores, a educação especial, os processos de alfabetização, as práticas de leitura, os currículos, etc.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> A. Nóvoa, “Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal”, in A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*, Lisboa, S.P.C.E., 1993, p. 11.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 19.

Novos hábitos de investigação e uma renovação temática haveriam de trazer à História da Educação identidade sólida, “contribuindo para que deixe de ser vista como uma espécie de subproduto da História Geral”<sup>13</sup>.

Por sua vez, Rogério Fernandes (1933-2010), associando a História da Educação à História Social, preconizava outro lugar para a nossa disciplina: que a História da Educação deixasse de ser apenas um instrumento formativo de professores e educadores, “para ser também uma experiência de produção do ‘saber histórico’ em ordem à compreensão dos tempos da história”<sup>14</sup>.

Em seu entender, a unidade do saber histórico incorpora logicamente a História da Educação, como ciência social e histórica.

Nos finais do século XX, António Nóvoa considerou um “falso problema” ou “questão circular que encerra o debate em dicotomias insuportáveis”, a interrogação frequente sobre se a História da Educação é História ou Educação. Sublinhando que a História da Educação “construiu objetos específicos e uma comunidade científica dotada das suas próprias regras e meios de comunicação”, requisitos fundamentais para a definição de um campo disciplinar, Nóvoa deixou claro, invocando Marc Bloch e Vitorino Magalhães Godinho:

A História da Educação deve ser justificada, em primeiro lugar, como História e deve procurar restituir o passado em si mesmo, isto é, nas suas diferenças com o presente<sup>15</sup>.

Antonio Viñao reconheceu também, na História da Educação, uma dupla face, uma espécie de Jano bifronte:

La doble configuración de la Historia de la Educación como disciplina y campo de investigación inserta en el ámbito académico de las ciencias de la educación que, al mismo tiempo, puede definirse como una historia sectorial más, es decir, como aquella disciplina histórica cuyo campo de estudio y análisis es la educación, constituye, en sí misma, una primera causa de tensión institucional y práctica que la ha acompañado desde su aparición en el mundo universitario. Dicha configuración obliga, de un modo u otro, a cubrir o atender dos audiencias con

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>14</sup> R. Fernandes, *A História da Educação e o saber histórico*, Lisboa, 1998, p. 67.

<sup>15</sup> A. Nóvoa, “Apresentação”, in F. Cambi, *História da Pedagogia*, São Paulo, Ed. UNESP, 1999, p. 13.

intereses, formación y mundos académicos y de investigación bien diferenciados: la de los científicos de la educación y la de los historiadores<sup>16</sup>.

No âmbito da formação de profissionais da área da Educação, a unidade curricular de História da Educação trata da realidade educativa do passado, mas relaciona-se com outros campos da História e da Educação.

Com efeito, as divisões do campo científico são traçadas com linhas artificiais. Existem apenas pela necessidade de sistematizar, tendo em vista pesquisas e conhecimentos mais aperfeiçoados de determinados ramos do saber.

A propósito, convém recordar as palavras sagazes de Lucien Febvre (1878-1956), quando acentuou, em *Combates pela História*, “que o objecto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte”<sup>17</sup>.

No entanto, se as delimitações de diferentes campos se têm revelado, na sua maioria, úteis e fundamentais ao progresso científico, já os muros criados à volta de uma determinada área, cerrando barreiras como se determinada ciência fosse um compartimento estanque, constituem desastrosos empecilhos à cooperação, à inovação e à compreensão da totalidade, tão cara à filosofia e tão importante para a ciência contemporânea.

Permanece atual o aviso de Marc Bloch (1886-1944), depois de salientar que “as investigações históricas não suportam nenhuma autarcia”: “Isolado, ninguém compreende as coisas senão por metade, mesmo no seu próprio âmbito de estudos”<sup>18</sup>.

A História faculta-nos a consciência do todo que constitui o passado do Homem. O historiador tem, obrigatoriamente, de valer-se de outros saberes para compreender e explicar as vivências sociais.

Em História, revela-se prática constante ou frequente o intercâmbio com várias ciências ou a colaboração recíproca. Por outro lado, o historiador consciente sabe perfeitamente que os territórios da sua arte

---

<sup>16</sup> A. Viñao, “La Historia de la Educación ante el siglo XXI: tensiones, retos y audiencias”, in M. Ferraz Lorenzo (ed.), *Repensar la Historia de la Educación*. Madrid, Biblioteca Nurva, 2005, p. 149.

<sup>17</sup> L. Febvre, *Combates pela História: vol. 1*, Lisboa, Presença, 1977, p. 41.

<sup>18</sup> M. Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, Europa-América, 1974, p. 46.

podem constituir especialidades ou subespecialidades. Todavia, serão sempre partes de um todo, divisível apenas por abstracção. Falamos em História Económica, História Social, História Política ou História Cultural. Mas todas estas especialidades são História. Representam sofisticadas divisões para o desenvolvimento de uma investigação mais profícua.

A História da Educação é, legitimamente, História, porque constitui parte integrante da disciplina mãe e utiliza a sua metodologia peculiar, pese embora a sua afirmação académica no âmbito das Ciências da Educação e os laços que mantém com este campo pluridisciplinar<sup>19</sup> ou transdisciplinar<sup>20</sup>, devido à natureza do objecto de investigação.

Para Justino Magalhães, “é historicizando a realidade educativa que o historiador reinventa a sua identidade e o seu lugar no quadro interdisciplinar das Ciências da Educação”<sup>21</sup>.

Estuda uma parcela da atividade humana – a educação. Considera, porém, em devida conta, outros aspectos da vida do Homem em sociedade e as estruturas políticas, administrativas, económicas, culturais e religiosas. Constitui, sem dúvida, uma disciplina da área da História, uma investigação sectorial da História que contribui para a compreensão de um fenómeno com carácter multidimensional<sup>22</sup>.

A sua natureza é radicalmente histórica, mas, como afirmou Nóvoa, “a afirmação da História da Educação não pode fazer-se ‘para dentro’, mas antes exprimir-se na interação com outras disciplinas e domínios do saber”<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> G. Mialaret, *As Ciências da Educação*, Lisboa, Moraes Editora, 1980, pp. 70-72.

<sup>20</sup> A. D. Carvalho, *Epistemologia das Ciências da Educação*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 102. Adalberto Dias de Carvalho, nesta obra, preconiza uma *ciência da educação* com carácter transdisciplinar, não apenas ciência descritiva, mas também normativa, com uma *componente utópica* e que se apresentará “como mais uma ciência humana”.

<sup>21</sup> J. Magalhães, “A História da Educação em Portugal: temas, discursos, paradigmas”, in J. Pintassilgo *et al.* (org.), *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*, Porto, Asa, 2007, p. 34.

<sup>22</sup> Tem particular significado o facto de o evento ISCHE 32 – International Standing Conference for the History of Education (32.<sup>a</sup> Session): Discoveries of Childhood in History, fazer parte do 21.º Congresso Internacional das Ciências Históricas (ICHS), que decorreu de 22 a 28 de Agosto de 2010 em Amsterdão, e ainda o facto de estar o ISCHE filiado nesta organização internacional.

<sup>23</sup> A. Nóvoa, “Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal”, in A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*, Lisboa, S.P.C.E., 1993, p. 14.

Atualmente, já não se encara a História da Educação como a disciplina que, aos futuros professores e educadores, facultava imprescindível formação pedagógica para o exercício da sua profissão, com base nos exemplos do passado, na esteira da História da Pedagogia. Na verdade, não se lhe reconhece hoje uma aplicação imediata na atividade prática lectiva. Revela-se, todavia, fundamental para a compreensão dos problemas educativos, e esclarecedora, em especial, para quem tem de intervir nesta área, nomeadamente nas questões de planeamento ou na preparação de reformas educativas<sup>24</sup>.

Por meados do século XX, René Hubert (1885-1954) abria o prefácio da sua História da Pedagogia com esta frase lapidar: “Não há doutrina pedagógica concebível, grande reforma exequível, sem conhecimento geral dos factos e das teorias do passado”<sup>25</sup>.

Para Nóvoa, há, na atualidade, uma *diversificação* de perspectivas na História da Educação como unidade curricular do ensino superior:

[...] por um lado, há uma espécie de redescoberta da especificidade das temáticas escolares e do papel dos diferentes atores educativos e da sua experiência; por outro lado, há uma tendência para retomar práticas de história intelectual e cultural a partir de novas concepções teóricas; finalmente, há um regresso às origens da História da Educação através de uma revalorização das abordagens comparadas<sup>26</sup>.

Na verdade, a História da Educação possibilita uma melhor compreensão dos problemas educativos do presente e a tomada de consciência da evolução, em diferentes contextos, do tratamento das questões da educação, por vezes lento e, por outras, precipitado e atabalhoado, num labor onde utopias, ideologias, diretrizes políticas e constricções conjunturais conviveram lado a lado em numerosos projetos e reformas, mais ou menos refletidos, mais ou menos planeados, e cuja execução nem sempre correspondeu aos objectivos traçados.

---

<sup>24</sup> Cf. A. D. Carvalho, *op.cit.*, p. 99.

<sup>25</sup> R. Hubert, *História da Pedagogia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, p. VII.

<sup>26</sup> A. Nóvoa, “História da Educação: percursos de uma disciplina”, in *Análise Psicológica*, n.º 4 (XLV), Lisboa, I.S.P.A., 1996, p. 420.



# Educação e Formação na Madeira: Presente e Futuro

Jacinto Jardim

Universidade de Lisboa

---

Neste texto abordaremos o tema *Educação e Formação na Madeira: Presente e Futuro* em dois momentos: num primeiro analisamos alguns dos pontos fortes da educação e da formação ministradas na Região Autónoma da Madeira (RAM); num segundo perspetivamos algumas das tendências a serem confirmadas a médio prazo neste mesmo contexto educativo e formativo. Seguindo uma abordagem construtiva e reflexiva, os dados apresentados visam a efetivação de possíveis “respostas” das instituições da educação e de formação, bem como dos seus agentes educativos e formativos às problemáticas emergentes no cenário educativo atual, tanto do ponto de vista discente como docente.

A promoção qualitativa da educação e da formação só é conseguida através do desenvolvimento de um conjunto de procedimentos metodológicos, de projetos e de estratégias que operacionalizem no terreno as práticas conducentes à consecução das finalidades e dos objetivos educativos<sup>1</sup>.

Neste momento já são muitos aqueles que despertaram para as evidências que apontam para a necessidade de serem implementadas inovações disruptivas na educação e de serem ensinadas estratégias de aprendizagem<sup>2</sup>. Tanto os pais, como os professores e a sociedade em geral,

---

<sup>1</sup> R. Yus, *Educação Integral: Uma educação holística para o século XXI*, Porto Alegre, Artmed, 2002; T. Dally Lovat, K. Clement, R. N. Toomey, *Values Pedagogy and Student Achievement: Contemporary Research Evidence*, London, Springer, 2011; J. W. Santrock, *Educational psychology* (2nd ed.), Boston, McGraw Hill, 2006; J. Jardim, *Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais: Estudo para a promoção do sucesso académico*, Lisboa, Instituto Piaget, 2010; D. Goleman, *Inteligência Social: uma emocionante viagem ao interior de cada um*, Lisboa, Temas e Debates, 2011.

<sup>2</sup> S. Feinstein (coord.), *A Aprendizagem e o Cérebro*, Lisboa, Instituto Piaget, 2011; P. Merryman Bronson, *Choque na Educação*, Lisboa, Lua de Papel, 2010; J. Jar-

estão cada vez mais sensibilizados e habilitados para a ativarem nos seus filhos, alunos e concidadãos uma mentalidade inovadora – como estratégia para serem superados os problemas do desemprego, do crescimento económico e, inclusive, da coesão social.

Por isso, julgamos que temos reunidas as condições socioeducativas favoráveis para serem implementadas novas práticas e para que sejam criadas comunidades educativas mais autênticas, no sentido de serem espaços onde as pessoas se sentem efetivamente humanas, com maiores índices de satisfação e de felicidade, de saúde e de vitalidade.

Os dados aqui apontados são o resultado da investigação teórica e empírica, bem como da reflexão pessoal e colegial sobre o fenómeno educativo. Sem qualquer pretensão de exaustão sobre o sempre complexo e problemático campo da educação, está é uma abordagem, entre as muitas possíveis.

## I. Potencialidades da educação na RAM

As potencialidades ou pontos fortes aqui apresentados de seguida apontam para os aspetos mais atraentes, mais valiosos e mais diferenciadores do fenómeno educativo na Madeira. Nesse sentido, interessa expandir e maximizar estas virtualidades a fim de que a história da educação e da formação optimize os talentos e as capacidades dos alunos que frequentam as escolas da RAM.

Em primeiro lugar destaca-se na educação na Madeira o facto da escola a tempo inteiro. Esta realidade educativa foi objetivada, a nível nacional, em 1994 e implementada, na Madeira, a partir de Outubro de 1995. Sendo Portugal o país da Europa onde os alunos mais tempo passam na escola, na Madeira constata-se que esse tempo ainda é maior, podendo os alunos estar na escola durante todo o dia.

Um outro ponto forte da educação na RAM refere-se à resposta dada aos alunos com necessidades educativas especiais. Nesse sentido,

---

dim e J. E. Franco (coords.), *Portugal Empreendedor: Trinta figuras empreendedoras da cultura portuguesa – relevância dos modelos para a promoção do empreendedorismo*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013; J. Hattie, *Visible Learning: a synthesis of over 8000 meta-analyses relating to achievement*, London and New York, Routledge, 2009.

os alunos com estas necessidades são identificados e devidamente acompanhados por profissionais especializados neste domínio. Ao nível nacional e europeu a Madeira distingue-se pela abrangência da resposta dada a quem necessita deste serviço diferenciado.

O desporto escolar constitui uma outra virtualidade da educação realizada presentemente na RAM. Nesse sentido, as atividades desportivas desenvolvidas como complemento curricular e ocupação de tempos livres, sempre integradas no plano de atividades das escolas, têm-se revelado muito positivas no envolvimento de grande número de alunos e na realização de eventos com impacto social e educativo.

Também a educação artística, com destaque para o ensino da música, constitui mais um elemento diferenciador da educação praticada na RAM. Assim, verifica-se a presença da educação musical em todas as escolas, com destaque para a aprendizagem de instrumentos musicais e para a realização de eventos relacionados com a música. O facto de estas atividades serem coordenadas por um gabinete específico tem facilitado a planificação e implementação de ações relacionadas com a música.

Um outro ponto forte da educação na RAM refere-se às atividades extracurriculares. Estas, tendo como objetivo uma ocupação criativa dos tempos livres, proporcionam aprendizagens segundo uma abordagem mais lúdica e mais informal do que a verificada nas salas de aula. A multiplicidade e diversidade destas atividades acaba por estimular o desenvolvimento social e fortalecer o sentido de pertença à própria escola, bem como a capacidade de dialogar e refletir em níveis de profundidade complementares ao que se alcança no contexto dos programas curriculares.

Também a inclusão de temáticas culturais regionais nos programas curriculares, nomeadamente a História da Madeira, parece-me ser mais uma das virtualidades da educação praticada presentemente na região.

É de destacar também a renovação das infraestruturas escolares bem como a disponibilização de equipamentos pedagógicos e tecnológicos para as escolas da região. Esta renovação constata-se, por exemplo, nas obras realizadas para a criação de melhores salas para o ensino, de polidesportivos, de salas para o pessoal docente e auxiliar, de espaços adequados para as atividades durante os momentos de recreio. Do ponto

de vista tecnológico verifica-se também uma disponibilização de recursos que facilitam a aprendizagem.

Finalmente, é de salientar o facto de na RAM se realizar uma gestão democrática das escolas. Nesse sentido, o corpo docente de uma escola ainda pode eleger as pessoas que exercem funções de chefia.

Estes são alguns dos múltiplos aspetos positivos do sistema educativo nesta região, que aqui nos limitamos a elencar. No entanto para que estas virtualidades sejam devidamente otimizadas, interessa melhorar os níveis de rendimento escolar.

## II. Ponto a melhorar: o sucesso escolar

Tendo com conta as potencialidades da educação na RAM, aponto de seguida um dos aspetos que considero mais urgente melhorar: o sucesso escolar. Tendo em consideração os elementos que compõem este tipo de sucesso, será possível obter ganhos a longo prazo. Segue-se uma análise de alguns dos fatores a considerar na implementação de melhorias educativas.

Antes de mais, convém precisar que o conceito de “sucesso escolar” é relativo, uma vez que os modos de o abordar variam consoante os padrões utilizados. Se analisamos dados quantitativos, é muito mais fácil medir esse sucesso do que quando trabalhamos com dados qualitativos. Além disso, o que pode ser “sucesso”, por exemplo, para um estudante, professor ou pai, pode ser insucesso para outros seus congéneres; o que pode ser sucesso numa determinada população ou país pode não ser igual para outro<sup>3</sup>.

São os padrões de avaliação utilizados na prática regular da organização escolar e dos seus agentes que ditam o grau de sucesso alcançado pelos alunos. Conforme o seguimento de determinados procedimentos, mais ou menos codificados, subentendidos como normas de excelência e como níveis de exigência institucionalmente definidos, teremos um maior ou menor grau de sucesso.

Apesar deste conceito ser difícil de delimitar, quando nos confrontamos com os dados da realidade escolar, tanto nacionais como da Europa, o seu entendimento torna-se mais perceptível, mas ao mesmo tempo

---

<sup>3</sup> J. Jardim, *Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais: Estudo para a promoção do sucesso académico*, Lisboa, Instituto Piaget, 2010.

mais inquietante. Efetivamente, falar de insucesso, do ponto de vista quantitativo, significa mencionar as taxas de abandono do ensino, as percentagens de reprovação, os fluxos de passagem de um nível escolar para outro<sup>4</sup>. Estes indicadores apontam para os custos elevados do abandono e da repetição, tanto do ponto de vista psicológico como financeiro, tanto para os próprios estudantes como para as instituições educativas de acolhimento (tendo em conta os sistemas e modelos de financiamento baseados no rácio entrada/saída de diplomados) e para a sociedade em geral (tendo em conta os elevados custos com bolsas, recursos humanos e materiais, não balanceados por uma melhor qualificação do mercado de trabalho e de produtividade).

No entanto, os indícios aludidos não englobam a totalidade do conceito em análise. Na tentativa de esboçar uma abordagem, o mais completa possível, dos factores do sucesso académico, Isabel Alarcão alerta para a necessidade de uma articulação coerente entre as estruturas educativas e os seus atores, no que concerne à complexidade do fenómeno do sucesso. Esta autora sistematiza os vários factores, de natureza e origem diversas, segundo quatro grandes categorias:

– **Aluno:** elementos ligados à transição ecológica entre subsistemas (secundário e superior), nos vários domínios psicossociais, metodológicos, de integração institucional e condições familiares, socioeconómicas e profissionais, como por exemplo, a integração social, a autonomia na gestão do estudo, a cooperação entre alunos e a participação em atividades extra-escolares;

– **Professor:** indicadores associados à função de ensino, designadamente às competências científicas, pedagógicas, de cultura educativa e de natureza estatutária, tais como a relação com os alunos, a despistagem de desajustes e dificuldades, e o respeito pela diversidade de capacidades e modos de aprender;

– **Currículo:** dados sobre o desajuste e a desarticulação entre níveis de ensino, insuficiências didáticas, inflexibilidade de conteúdos, desajuste teórico-prático, desorganização de horários e calendário; tais como: pré-requisitos adequados, qualidade dos recursos didáticos, tempo despendido em ensino e aprendizagem;

---

<sup>4</sup> G. Malizia, “Insucesso scolastico”, in J. M. PELLEZZO (coord.), *Dizionario di Scienze dell’Educazione*, Roma, LAS, 1997, pp. 539-540.

– **Instituição:** condições físicas e instrumentais, organizacionais, de missão e de apoio à integração dos estudantes, tais como: boas condições físicas, número de alunos por turma, conhecimento de regras, deveres e direitos, condições de aconselhamento e estímulo aos mais eficazes.<sup>5</sup>

Esta abordagem mostra claramente que o sucesso escolar é um fenómeno complexo, cuja definição mais abrangente ultrapassa a noção restrita de rendimento escolar. Nesta linha situa-se, também, a perspectiva de Ferreira, Almeida e Soares, quando propõem uma visão contextualista (sistémica, ecológica, construtivista e desenvolvimentista), segundo a qual o sucesso académico do aluno deve ser avaliado através do progresso que este vai realizando no sentido de atingir os seus objetivos educativos e pessoais, em vários domínios, tais como: (1) desenvolver competências académicas e cognitivas; (2) estabelecer e manter relações interpessoais positivas e gratificantes; (3) desenvolver a identidade; (4) desenvolver a autonomia em direção à interdependência; (5) desenvolver e manter uma vida emocional equilibrada; (6) desenvolver um projeto vocacional e de definição de um estilo de vida próprio; (7) estabelecer e manter um estilo saudável de vida, contribuindo para o bem-estar pessoal e físico; (8) desenvolver uma filosofia integrada de vida.<sup>6</sup>

Também para Almeida (2002), o sucesso é de natureza multifacetada, porque remete para os processos de adaptação bem sucedida no domínio escolar, mas é também sócio-relacional e psicológico, facto que nos leva a concluir que estamos perante um fenómeno quer de natureza subjetiva quer objetiva, uma vez que o mesmo desempenho pode ser percecionado de forma diferente, conforme os objetivos individuais, ou conforme os resultados escolares.

Por sua vez, Pereira refere que o insucesso não pode ser atribuído a uma só causa, mas a várias influências, cuja origem deve ser ponderada entre três grandes ordens de factores: (1) as aptidões e o grau de motivação que o indivíduo revela em relação aos estudos; (2) as exigências que lhe são estabelecidas pelo meio ambiente e que influenciam o

---

<sup>5</sup> Isabel Alarcão, “Para uma conceptualização dos fenómenos de insucesso/sucesso escolares no ensino superior”, in J. Tavares e R. A. Santiago (org.), *Ensino Superior: (In)Sucesso Académico*, Porto, Porto Editora, 2000, pp. 11-23.

<sup>6</sup> L. S. Soares, J. Ferreira, A. Almeida, A. P. C., “Adaptação académica em estudante do 1.º ano: diferenças de género, situação de estudante e curso”, *Psico-USF*, 6 (1), 2001, pp. 1-10.

nível de expectativas criadas; (3) a capacidade de adaptação do indivíduo ao meio em que se encontra.<sup>7</sup>

Podemos, então, inferir que não há um critério único para a definição do sucesso escolar, dependendo este da interação de diversos factores, nomeadamente a capacidade de enfrentar a mudança de ambiente físico, social e escolar, a ativação de competências pessoais e sociais, cognitivas e profissionais. Dado que a capacidade intelectual não explica, em média, mais de 25% da variação dos resultados escolares, é necessário fazer apelo a outros factores para implementar satisfatoriamente medidas que conduzam à realização escolar dos alunos<sup>8</sup>.

Tendo em consideração a premência de ser promovido o sucesso escolar, julgo que urge eliminar algumas das fragilidades presentes no sistema educativo da RAM. Para isso aponto para os seguintes aspetos: (1) implementação de políticas de valorização da escola junto das famílias de modo que se verifique efetivamente uma maior interligação entre a escola e a família; (2) promoção de políticas educativas que levem os professores a ensinarem aos seus alunos, de modo sistemático, estratégias de aprendizagem específicas para a sua área curricular – a fim de ser mais efetivo o rendimento escolar; (3) preservação dos valores mais genuínos da natureza e da cultura madeirenses, tais como a laurissilva, as levadas, os miradouros, o artesanato, os vimes, as tapeçarias, o bordado e o vinho; (4) aumento do nível de escolaridade da população ativa; (5) superação do abandono escolar dos alunos mais problemáticos; (6) promoção da aprendizagem ao longo da vida; (7) promoção de uma cultura empreendedora nas escolas e nos contextos de formação; (8) implementação de políticas educativas que permitam o aumento do nível das médias globais do rendimento escolar na RAM.

---

<sup>7</sup> A. M. S. Pereira, “Sucesso versus Insucesso: Taxonomia das Necessidades do Aluno”, in J. Tavares (ed.), *Investigar e Formar em Educação. IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (II Vol.), Aveiro, SPCE, 1999, pp. 129-136.

<sup>8</sup> A. M. Fontaine, “Motivação e realização escolar em função do contexto social”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 22 (2), 1988, pp. 313-336.

## Conclusão

No contexto sociocultural atual, a educação e a formação constituem o fundamento de uma vida bem-sucedida e da excelência profissional. Por isso, é pertinente explorar, identificar e desenvolver perspectivas que permitam a integração na complexidade da atual sociedade do conhecimento. Considerando o clima de insatisfação manifesto nos sistemas de ensino, interessa investigar uma modalidade de intervenção que consubstancie uma proposta válida, fundamentada, significativa e eficaz para a promoção do rendimento escolar.

Interessa afirmar que esta é uma tarefa complexa, uma vez que envolve uma pluralidade de fatores, que implica diversos atores educativos e concerne a alguns interesses instalados, tanto do ponto de vista social como cultural.

Uma vez que este texto pretende ser um contributo concreto para o aprofundamento desta temática, julgamos pertinente que na educação e na formação sejam consideradas algumas das tendências a serem verificadas nas escolas da RAM, nomeadamente: (1) a presença transversal das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem através de programas informáticos e de aplicações facilitadoras da aprendizagem; (2) promoção de uma maior autonomia de cada uma das escolas; (3) criação de uma maior ligação entre a educação e a formação para os serviços relacionados com os diferentes modelos de turismo e de turistas; (4) valorização do trabalho realizado em equipa, tanto presencial como digital; (5) valorização do *Design* e das artes, como elementos a estar sempre presentes na concepção, desenvolvimento e realização de qualquer produto ou serviço; (6) consideração da escola como espaço privilegiado para aprender a arte de pensar em profundidade; (7) concepção da escola como comunidade participativa, onde se desenvolve a inteligência social e a ciência do relacionamento humano.

# Madeira Audiovisual: produção, distribuição e ensino

Carlos Valente

Universidade da Madeira

---

Para traçar uma breve panorâmica da evolução por que passou o audiovisual na Madeira devemos começar precisamente pela mais antiga das linguagens, o cinema, que é também uma indústria e uma forma de arte. Um cinema que, enquanto tal, ainda hoje existe – embora transfigurado cultural e tecnologicamente no que hoje denominamos “audiovisual”.

Por “audiovisual” entende-se, etimologicamente, a combinação de som e imagem num ato de comunicação. Contudo, o termo está historicamente ancorado à imagem em movimento acompanhada de som, bem caracterizadora de meios como o cinema e a televisão. Ao longo do século xx, estes meios sofreram importantes transformações, que incluem o aparecimento do vídeo e, mais recentemente, do complexo “aglomerado” digital, onde se fundem formatos e géneros, situação bem patente no âmbito da internet.

Nesta área, os estudos especificamente votados ao panorama madeirense são escassos, porém merecedores de referência. Para além de alguns artigos esparsos, apenas três trabalhos de fundo foram publicados até hoje, debruçando-se particularmente sobre o cinema na Madeira, numa perspetiva histórica. Trata-se do livro de Maurício Marques que traça uma panorâmica da evolução do cinema na Madeira (1997)<sup>1</sup>; a dissertação de mestrado de Ana Paula Almeida, que se foca essencialmente nas primeiras décadas do século XX (2010)<sup>2</sup>; e a obra recente de José Viale Moutinho, que se dedica a Manuel Luiz Vieira, cineasta madei-

---

<sup>1</sup> João Maurício Marques, *Os faunos do cinema madeirense*, Funchal, Editorial Correio da Madeira, 1997.

<sup>2</sup> Ana Paula Almeida, *Lugares e pessoas do cinema na Madeira. Apontamento para a história do cinema na Madeira de 1897 a 1930*, Coleção Teses, n.º 6, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010 [publicação em CD-Rom].

rense (2013)<sup>3</sup>, todos editados no Funchal. Apoiados nestes valiosos contributos, e complementando com fenómenos por estes não abordados, seguiremos uma metodologia histórica e “genética”. Faremos, pois, uma síntese que divide o século XX em duas metades, e terminamos com uma reflexão acerca da atualidade, num olhar crítico ao novo século.

### **A primeira metade do século XX: ver (e fazer) cinema no Funchal**

Podemos afirmar que o cinema chegou “cedo” à Madeira, após ter sido inventando oficialmente em 1895 pelos irmãos Lumière, em Paris. Assim o relatava a imprensa local, dando conta das primeiras sessões no Funchal, no ano de 1897. Como por toda a Europa, à Madeira foram chegando os filmes que faziam sucesso num mercado cinematográfico ainda incipiente, muito ligado ao espetáculo de feira, enquanto atrativa curiosidade.

As primeiras décadas foram alicerçando o novo gosto através de uma rede de divulgação feita de salas improvisadas, adaptadas ou reconvertidas. Referência incontornável, uma das salas mais importantes nas primeiras décadas foi, sem dúvida, o Teatro Dona Maria Pia<sup>4</sup>. Contudo, não podemos deixar de mencionar locais como o Teatro-Circo, o Salão Ideal, o Salão Central, o Salão Variedades e o Pavilhão Paris, entre outros. Registe-se também que em 1926 foi aberta a primeira sala de cinema fora do Funchal, no Estreito de Câmara de Lobos. O gosto pelo cinema difundiu-se, quer devido à sua vocação documental, quer à sedutora evasão provocada pela ficção. Foi-se tornando um entretenimento assaz popular, quando comparado aos concertos de música ou às peças teatrais, os quais foram perdendo público ao longo das décadas. A repercussão deste fenómeno na imprensa dos anos 10 e 20 é notável; e está na base dos estudos referidos.

Por outro lado, a nível da produção, o cinema cedo despertou a curiosidade dos entusiastas e amadores, sobretudo dos profissionais

---

<sup>3</sup> José Viale Moutinho, *Manuel Luiz Vieira (1895-1952): a vertigem do mudo ao sonoro: um cineasta madeirense*, Funchal, Die4Films, 2013.

<sup>4</sup> Trata-se do atual Teatro Municipal Baltazar Dias, que ainda hoje continua a funcionar como sala de espetáculos, e onde esporadicamente acontecem sessões e ciclos de cinema.

ligados à fotografia, nessa época. Os primeiros “fotógrafos-cineastas” dedicavam-se essencialmente a pequenos registos de carácter documental e a reportagens de eventos marcantes da história política e social da Ilha. Ao nível da fotografia, mas também do cinema feito no Funchal, devemos salientar a importância do espólio existente do Photographia – Museu “Vicentes”<sup>5</sup>.

Dos primeiros nomes relacionados com a produção regional, não podemos esquecer o de João dos Reis Gomes, que, em 1913, colaborou na realização da curta de ficção *O Cerco de Saji*, juntamente com André Valladura. Reis Gomes apresentou, de forma inédita no contexto nacional, excertos desse filme na peça de teatro *Guiomar Teixeira*, da sua autoria. A estranha presença de imagens cinematográficas no palco, em simultâneo com a representação, causou alguma polémica na época.

Nos anos 20, foi criada a produtora *Madeira Film*, propriedade de Francisco Bento de Gouveia, e na qual o jovem fotógrafo e operador de câmara Manuel Luiz Vieira iniciou a sua carreira, filmando reportagens de acontecimentos – hoje históricos – como, por exemplo, a passagem dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral pelo Funchal, em 1923. Mas seria o ano de 1926 a ficar para a história do cinema local, e de algum modo nacional, pela mão de Manuel Luiz Vieira, que fundara entretanto a Empresa Cinematográfica *Atlântida*, realizando os filmes de ficção *A Calúnia*, *O Fauno das Montanhas* e *Indigestão*, entre 1925 e 1926. Contudo, é *O Fauno das Montanhas* que se constitui como uma precursora incursão no género do onírico, inédito no cinema português. Este curioso filme foi exibido apenas três vezes, tendo sido retirado pela Censura em 1929<sup>6</sup>.

Na década de 30, o cinema passou a ser “verdadeiramente” audiovisual, com a introdução do sonoro, facto que influenciou necessaria-

---

<sup>5</sup> O Photographia – Museu “Vicentes” possui um núcleo museológico dedicado ao cinema, do qual faz parte o espólio da antiga Delegação de Turismo da Madeira, atual Direção Regional de Turismo. Cf. <http://photographiamuseu vicentes.gov-madeira.pt/instituicao.asp>

<sup>6</sup> Até ao final da década de 20 do século XX, Manuel Luiz Vieira realizou vários documentários e, alguns anos depois, partiu para Lisboa, onde se radicaria definitivamente, trabalhando como operador de câmara junto de realizadores portugueses de renome, para além de realizar um número considerável de reportagens e documentários da sua autoria. Voltou pontualmente ao Funchal para filmar, falecendo em 1952.

mente a produção nacional. Entretanto, na Madeira, o arrojo criativo de Manuel Luiz Vieira não terá grandes consequências nas décadas seguintes, nem deixará seguidores no domínio da ficção. Nesta época, a Região foi sobretudo influenciada pela ideologia do Estado Novo, que incentivou a produção de documentários oficiais e de cunho nacionalista, muito ao gosto da propaganda oficial. Neste âmbito, um número considerável de produções nacionais registaram imagens da Madeira sob um ponto de vista turístico e etnográfico, deslocando até lá as respetivas equipas.

Não foi apenas a produção nacional a passar pela Madeira, mas também algumas equipas estrangeiras, embora de modo esporádico. Não pretendendo esgotar aqui a filmografia produzida parcial ou integralmente na Madeira por estes anos, destacamos porém, no género da ficção, o filme inglês *The Marriage of Corbal* (1936) e a produção americana da RKO, *Love Affair* (1938), que incluem algumas cenas gravadas na Madeira. No documentário destacamos os filmes *Madeira: A Garden in the Sea* (1931) e *Cruising the Mediterranean* (1933), ambos de produção inglesa. Apesar de escassa, a ficção portuguesa rodada na Madeira tem o seu mais relevante exemplo no filme *A Canção da Terra* (Jorge Brum do Canto, 1938). Um marco na cinematografia nacional, este filme experimentou o género misto da docuficção, e foi inteiramente rodado no Porto Santo.

Nos anos 40, a ficção está praticamente ausente da produção local, ou sediada na Madeira, muito pautada – quase em exclusivo – por documentários de carácter etnográfico e turístico. Ainda nesta época, e no que toca à distribuição dos filmes comerciais, registamos a inauguração de duas novas salas, exclusivamente dedicadas ao cinema: o Cine Parque (1940) e o Cine Jardim (1942). Não podemos fechar a abordagem a este período sem fazer uma menção especial ao madeirense Virgílio Teixeira (1917-2010), pelo lugar que ocupa na história do cinema nacional. O ator viveu grande parte da sua vida em Espanha, tendo participado em filmes portugueses de sucesso e desempenhado alguns papéis como ator secundário em Hollywood.

## A segunda metade do século XX: tempo de alternativas e crises

O cinema que chegou ao Funchal ao longo das décadas de 50 e 60 não se afastou muito do paradigma anterior. Na década 60 foram inaugurados o Cine João Jardim e o Cine Santa Maria, espaços adaptados aos novos tempos e que incluíam melhorias nas condições sonoras e ecrãs vocacionados para os novos formatos panorâmicos. Mais tarde, em 1976, é inaugurado o Cine Casino – integrado no complexo arquitetónico Casino Park Hotel –, continuando a ser hoje a maior e mais moderna sala de espetáculos, do seu tipo, na Madeira<sup>7</sup>.

Contudo, uma nova forma de ver cinema chegava à Ilha, na década de 50: trata-se do cineclubismo. O Funchal foi a terceira cidade no país a ter um Cineclub, mais precisamente em 1952<sup>8</sup>. O Cineclub do Funchal constituiu-se para oferecer uma alternativa aos filmes distribuídos pelas salas de vocação mais comercial, pois apresentava uma filmografia mais vanguardista e votada a um público mais exigente, em termos intelectuais e estéticos.

No seguimento daquele cineclub é inaugurado, em 1966, o Cine-Fórum do Funchal, cujo fundador e dirigente foi José Maria da Silva. Mais do que um cineclub, o Cine-Fórum foi um caso de sucesso nas décadas de 70 e 80, chegando a ultrapassar os seus congéneres nacionais quanto ao número de associados e filmes exibidos. Para além da novidade de as sessões cinematográficas serem seguidas de debate, o Cine-Fórum foi também responsável pelo I Congresso Internacional dos Realizadores de Cinema no Funchal, no início dos anos 80. Depressa esta instituição alargou a sua atividade a outras manifestações artísticas, como as artes plásticas, a dança e a música; trazendo ao Funchal importantes eventos de vanguarda e de qualidade internacional, nos domínios referidos. Durante aproximadamente quatro décadas, o Cine-Fórum desempenhou um papel preponderante na formação do público cinéfilo na Madeira, preenchendo o vazio cultural que se fazia sentir na Região, por esses anos. Para além desta

---

<sup>7</sup> O Cine Casino deixou de funcionar como sala de cinema associada à distribuição no final dos anos 80. É atualmente um espaço multiusos.

<sup>8</sup> Lisboa e Porto inauguraram cineclubes em 1946 e 1947, respetivamente. Os fundadores do Cineclub do Funchal foram Marcelo Costa, Gilda Góis Ferreira, António Aragão, João Pestana e Maria Eduarda Tomás de Sousa.

iniciativa privada, a Câmara Municipal do Funchal contribuiu também para tal, organizando com alguma frequência ciclos de cinema clássico e alternativo no Teatro Baltazar Dias, ao longo dos anos 80 e 90.

Ainda na década de 70, a este panorama acresce o aparecimento da emissora regional de televisão, a RTP Madeira. Inaugurada em 1972, dedicou-se inicialmente a retransmitir os conteúdos da RTP nacional, produzindo apenas programas de informação e reportagem. É importante lembrar que, numa escala nacional, a televisão irá conquistar muitos espectadores ao cinema, contribuindo assim para a crise das salas de cinema verificada no final do século XX. Alinhada com a situação nacional, esta crise chegou também ao Funchal. Para além da concorrência da televisão local – entretanto reforçada pelo aparecimento dos canais nacionais privados com sinal aberto, na Região –, a drástica diminuição de espectadores foi causada por uma nova forma de ver cinema em casa: o fenómeno do aluguer de videocassetes. Este mercado emergente dotou a Região de um número considerável, mas efémero, de videoclubes. Mas, apesar da crise instalada, os anos 90 ainda testemunharam algumas iniciativas no sentido de abrir novas salas: o Cine D. João, o Cinemax e o Cine Deck foram, todavia, experiências de curta duração.

Voltamos de novo aos anos 50, agora no contexto da produção, para recordar que algumas equipas nacionais e estrangeiras foram aportando de modo intermitente ao Funchal. Da produção nacional destacamos o documentário *Pérola do Atlântico* (de Fernando Sousa, 1950) e três filmes de divulgação turística encomendados ao realizador Bernard Resdelzki pela Delegação de Turismo em 1956. Da ficção estrangeira destacamos a rodagem de algumas cenas do filme *Moby Dick* (John Huston, 1956) e da docuficção *Windjammer: The Voyage of the Christian Radich* (1958). Por sua vez, a produção inteiramente regional foi praticamente inexistente, ou muito pouco (re)conhecida.

Nas décadas de 60, 70 e 80, realizadores portugueses de reconhecido mérito, como José Fonseca e Costa e António Cunha Telles, foram fundamentais para a dinâmica da produção na Região. Sobretudo este último, através da sua empresa Produções Cunha Telles, coproduzindo várias películas. A título de exemplo, salientamos o filme *As ilhas encantadas* (Carlos Villardebó, 1965), rodado no Porto Santo e que contou com Amália Rodrigues como protagonista. O cinema de ficção dominou a década de 80, com Jesus Franco, Raul Ruiz e Barbet Schroeder, alguns dos realizadores estrangeiros que trabalharam na região.

Para além de serem produzidos na Madeira, estes filmes envolveram atores madeirenses, profissionais e amadores. Relevante por estas razões, recordamos a ficção francesa *Ennemis intimes* (Dennis Amar, 1987), filmada na ponta de São Lourenço, Caniçal.

Criada em 1986 pelo Governo Regional, a *Madeira Film Commission* sofreu altos e baixos desde que foi implementada, mudando de estatuto ao longo dos anos e sem ter tido uma ação verdadeiramente significativa na promoção da Ilha como destino de produção cinematográfica. Todavia, direta ou indiretamente relacionados com esta Comissão, alguns filmes rodados na Madeira, permanecem na memória coletiva. *Até amanhã, Mário* (Solveig Nordlund, 1994) foi filmado no Funchal e em Câmara de Lobos, abordando o tema polémico da infância empobrecida. O madeirense Vicente Jorge Silva, radicado em Lisboa, regressou ao arquipélago para filmar *Porto Santo* (1997). Nesta década, alguns capítulos de séries televisivas estrangeiras e de telenovelas nacionais foram aqui gravados.

Não podemos descurar nesta panorâmica o lugar de um tipo da criação “paralela”, embora comunicante com as formas, mais convencionais, que aqui temos abordado. Com a introdução da tecnologia vídeo a partir dos anos 60 – e que consiste na gravação de sinais vídeo e áudio em fita magnética –, o mundo das artes plásticas veria nascer, ao longo das décadas de 60 e 70, uma prática ligada a esta nova tecnologia audiovisual. Num primeiro momento, o vídeo surgiu no contexto da *videoart* e do experimentalismo conceptual. Mais tarde, a partir dos anos 80, o vídeo foi integrado de um modo mais livre e diversificado em performances e instalações artísticas.

Em Portugal, e na Madeira em particular, também se faziam sentir ecos desta renovação de linguagens. António Aragão e António Dantas foram, entre outros, pioneiros de uma prática artística local que recorreu ao vídeo como ferramenta de expressão, entre outras tecnologias e linguagem que aqueles artistas experimentaram. Esta atividade artística foi sem dúvida potenciada pelos artistas referenciados, mas também pela existência de um ensino superior artístico na Região.

No final dos anos 70, o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM)<sup>9</sup> foi pioneiro da formação em cine-vídeo na Região,

---

<sup>9</sup> O ISAPM foi criado oficialmente em 1977, no decurso da extinção da Academia de Belas-Artes e Música da Madeira. Em 1992, o Instituto foi integrado na

numa perspetiva introdutória e experimental – e no seio dos cursos de Pintura, Escultura e Design. Embora não sendo uma formação especializada, estas disciplinas despertaram o gosto pela linguagem audiovisual quer nos alunos quer nos visitantes das sucessivas mostras que o ISAPM organizou ao longo dos anos 80 e 90, formando público e motivando assim para a criação artística neste campo.

### Século XXI: o futuro, hoje?

O cinema chegou cedo à Madeira no século passado mas, mesmo assim, levou dois anos a chegar. Hoje, a Região acompanha a revolução informativa das sociedades digitais, porque vivemos, de facto, na tão anunciada aldeia global. A divulgação do audiovisual e de outros produtos multimédia, no século XXI, é feita mormente pelas grandes empresas de disponibilização de conteúdos – como a ZON e a MEO –, mas também, e de forma mais livre e plural, pelas redes, sítios e canais de vídeo *online*. Apesar destes novos meios, algumas salas de cinema comercial sobrevivem hoje no Funchal, integradas na dinâmica dos centros comerciais.

Contudo, na Madeira assistimos ao surgimento de várias iniciativas que têm por base eventos de carácter cinematográfico. Esta linha é iniciada pela cooperativa Plano XXI, da responsabilidade de Henrique Silva – que fez nascer o *Funchal International Film Festival*, em 2005 – e que trouxe até ao Funchal atrizes como Geraldine Chaplin, Claudia Cardinale, Susanah York e Vitoria Abril. Seguiram-se o *Madeira Film Festival*, em 2012, vocacionado para a Natureza e temáticas ambientais; e o *MudasFest*, festival de curtas-metragens, organizado pelo Centro das Artes-Casa das Mudas, entre outros. Previsto está, para 2014, um festival de cinema dedicado ao *surf* e organizado também pela Plano XXI. Denotamos, pois, uma tendência atual para organizar eventos cinematográficos que investem claramente na atratividade da Madeira como destino, não só de produção, mas também de realização de encontros internacionais de cinema, de que os referidos festivais são exemplo.

---

Universidade da Madeira (UMA), mudando de nome para Instituto Superior de Arte e Design (ISAD), constituindo-se depois como Departamento de Arte e Design. Hoje em dia, os cursos desta área integram-se no Centro de Artes e Humanidades da UMA.

Nesta dinâmica de produção de conteúdos e de organização de festivais, será fundamental o papel que possa vir a ter a *Madeira Film Comission*, já aqui mencionada. Em 2008, esta Comissão ganhou novo alento com a mudança de tutela e a criação de protocolos junto de parceiros externos. Finalmente é publicado, em 2013<sup>10</sup>, o seu regulamento interno, no qual é explicitada a sua missão: posicionar e promover a Região como local de rodagem, tendo em vista o desenvolvimento da economia do sector. Atua concretamente nas áreas da prospeção, identificação e promoção das potencialidades da Região enquanto destino de produções, assim como na articulação dos contactos entre as entidades locais e as equipas de produção que aqui escolhem operar. A *Madeira Film Commission* vem trabalhando com a APCA<sup>11</sup> no sentido de promover o destino Madeira em festivais de cinema no exterior; tal como aconteceu no Festival de Cannes em 2009, entre outras iniciativas.

Quanto à ficção nacional, o novo século trouxe à Madeira a produção das longas-metragens *Cristóvão Colombo – o enigma* (Manoel de Oliveira, 2007) e *A corte do Norte* (de João Botelho, 2008), entre um conjunto vasto de curtas-metragens que circulam pelos festivais e pelos canais *online*, de modo independente. A produção local vem sustentando a sua atividade, em parte associada à televisão, quer regional quer nacional, no sentido de produzir conteúdos locais para programas de entretenimento, entrevistas, reportagens, variedades, programas juvenis, desportivos, etc. Destacamos nesta linha, a produtora *Die4films* e *Eduardo Costa Produções* que, para além de produzir para televisão, trabalham para o mercado publicitário e institucional.

Associados àquelas produtoras, mas não só, vão emergindo jovens talentos que de modo independente têm marcado presença em festivais nacionais e internacionais, trabalhando sobretudo no formato de curta-metragem. Filipe Ferraz e Eduardo Costa assim o têm demonstrado, com portfólios consistentes até à data. O filme *As memórias que nunca se apagam* (Dinarte de Freitas e Eduardo Costa, 2009) esteve presente no Festival de Cannes em 2009; e a curta *Full House* (Bruce Paulino da

---

<sup>10</sup> Despachos 76/2013 e 77/2013. Cf. *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, II Série, n.º 72, de 12 de abril de 2013.

<sup>11</sup> Agência de Promoção da Cultura Atlântica fundada em 2004. Cf. em linha: <http://www.apca-madeira.org>

Silva e Rui Dantas Rodrigues, 2009) foi selecionada para o mesmo Festival em 2010.

Por outro lado, no domínio do audiovisual artístico, é importante destacar o projeto *What is Watt?*<sup>12</sup>, surgido do diálogo entre artistas locais e alguns madeirenses a residir em Portugal continental. Este coletivo artístico organizou quatro mostras no Funchal e duas no Norte do país (entre 2001 e 2007), nas quais o audiovisual marcou larga presença, na sua vertente experimental. Entre outras técnicas e linguagens, importa aqui destacar o uso do vídeo projetado; o vídeo em monitores de TV; diaporamas audiovisuais compostos por fotografia e som; ou ainda instalações exclusivamente sonoras. Tendo participado neste evento, destacamos artistas como Hugo Olim, Vítor Magalhães e Carlos Valente, todos docentes da Universidade da Madeira e que têm mostrado continuidade na prática estética experimental, ligada ao audiovisual.

Ainda no contexto experimental, é importante referir o festival de artes digitais *MadeiraDig*<sup>13</sup>. Criado em 2004, este evento tem trazido à Madeira artistas internacionais ligados à música experimental e à performance multimédia que envolve a interação entre som e imagem, mediada por dispositivos informáticos. Este evento convidou artistas locais, como Hugo Olim, que apresentou obra visual em parceria com artistas sonoros, de âmbito internacional. O festival integrou também, na sua edição de 2006, uma mostra de *videoart* produzido na Madeira. Destaque-se, em 2008, a participação do madeirense Carlos Caires, artista e docente na Universidade Católica do Porto, que apresentou uma instalação de cinema interativo, a primeira do seu género na Madeira.

Para concluir, e no que diz respeito ao ensino, o pouco que existe resume-se às escolas profissionais da Região, que oferecem cursos iniciais de técnico de audiovisuais, assim como à abertura esporádica de cursos livres e *workshops*. Por esta razão, é sentida a falta de um curso superior verdadeiramente especializado e aprofundado na área do cinema e do audiovisual. Embora não especializados em cinema, a Universidade da Madeira (UMA) oferece os cursos superiores de Arte e

---

<sup>12</sup> Cf. em linha: <http://www.whatiswatt.org/>

<sup>13</sup> Hoje denominado *MadeiraDig International Music Festival* e mais vocacionado, como o nome indica, para a música eletrónica do que para a imagem. Cf. em linha: <http://digitalinberlin.eu/line-up/archive/>

Multimédia e de Design, que proporcionam formação inicial na área do audiovisual e multimédia, integrando nos seus currículos as novas realidades digitais. Mais recentemente, com a criação de pós-graduações ligadas a esta área, integradas na parceria com a Carnegie Mellon, tem sido oferecida formação avançada nas tecnologias informáticas interativas, que modelam o audiovisual nos nossos dias.

Por outro lado, o recém-nascido Clube Universitário de Cinema da UMA tem vindo a organizar ciclos temáticos desde 2013. Esta iniciativa pretende “reanimar” no Funchal o espírito cineclubista, adaptado ao século XXI; um tempo em que o modo de ver cinema tanto se alterou, mas que não substitui nem a experiência de assistir a um filme em auditório, nem o subsequente debate de ideias.

Alguns desafios, que se podem entrever para um futuro próximo, passam pela necessária coordenação das diversas áreas, do ensino, da produção, da promoção, da distribuição, etc., de modo a ultrapassar a pouca duração do paradigmático pioneirismo que a Ilha tem demonstrado em diversas áreas. Por outro lado, rever a função de organismos, pessoas e instituições com objetivos e funções muito semelhantes e por vezes sobrepostos, mas que vão operando, quase sempre, de “costas viradas”. Num arquipélago com a dimensão do nosso, a proximidade e união de esforços deveria ser regra.



## Psicologia na Madeira

Luísa Soares, Catarina Faria, Cristina Coelho,  
Filipa Oliveira e Carla Lucas

Universidade da Madeira

---

Em todo o mundo, as perturbações mentais são a causa de uma média de 31% dos anos vividos com incapacidade, valor que chega a índices ao redor de 40% na Europa. Segundo o estudo *The Global Burden of Disease* realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por investigadores da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, utilizando como medida o número de anos perdidos por incapacidade ou morte prematura, situações como as perturbações depressivas e as doenças cardiovasculares estão rapidamente a substituir as doenças infecto-contagiosas. Embora as perturbações mentais causem pouco mais de 1% das mortes, mais de 12% da incapacidade por doenças em geral, a nível mundial, deve-se a estas perturbações (este número cresce para 24% na Europa). Das 10 principais causas de incapacidade, cinco são perturbações psiquiátricas<sup>1</sup>.

Os dados em Portugal e na Madeira sobre a prevalência dos problemas de saúde mental em Portugal, de acordo com o Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016, são escassos. No entanto, os dados existentes sugerem que esta não se afastará muito da encontrada nos países europeus com características semelhantes, embora os grupos mais vulneráveis (mulheres, pobres e idosos) pareçam apresentar risco mais elevado em Portugal do que no resto da Europa.

O estudo Eurobarómetro (2003), ao analisar uma população de 16.000 indivíduos residentes em 15 países europeus, encontrou uma prevalência de casos psiquiátricos positivos em Portugal de 29,8% (média europeia – 23,4%). Os dados do Eurobarómetro para 2010 indicam que a proporção dos portugueses que tomaram antidepressivos nos últimos 12 meses foi mais elevada do que a média da EU (15% para 7%).

---

<sup>1</sup> Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), *Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança*, Relatório sobre a Saúde no Mundo, 2011.

A promoção da saúde mental é um desafio colocado nos dias de hoje à sociedade portuguesa, e em particular à sociedade madeirense, na qual o número de pessoas idosas tem aumentado exponencialmente. Os idosos são um grupo muito vulnerável do ponto de vista da saúde mental. Na Região Autónoma da Madeira no ano 2001, 13,8% da população tinha mais de 65 anos. Num estudo realizado por Isabel Fragoeiro<sup>2</sup> com 342 pessoas entre os 65 e os 89 anos, cerca de 9% tinham sintomas indicativos de depressão e 3% estavam em *distress* psicológico. Em 2004 foi realizado por Freitas um estudo sobre a prevalência da depressão na Ilha da Madeira, tendo sido obtida uma prevalência de sintomas depressivos de 7,52% em 505 pré-adolescentes e adolescentes da população escolar do 3º ciclo do Funchal.

Segundo os dados disponíveis sobre o suicídio relativos a 2009, a Madeira foi a região do país onde se verificaram mais suicídios. Estes dados foram apresentados nas Jornadas de Enfermagem e de Saúde Mental em Setembro de 2013, no Funchal. Em 2012 existiram 496 tentativas de suicídio, sendo que, em 92% dos casos, estava associado a intoxicação voluntária. Nas tentativas de suicídio, a média de idades foi de 35 anos, sendo a idade mais baixa a de 12 anos. A maioria das pessoas trabalhava no sector terciário e era casada. Existe atualmente um aumento das perturbações mentais na faixa etária entre os 15 e os 30 anos.

Porque é importante conhecer estes dados? Sabe-se que sem um conhecimento mais objetivo das realidades pessoais, bem como dos fatores ambientais que condicionam a saúde mental, assim como das necessidades das pessoas e famílias em matéria de cuidados de saúde e sociais não é possível planear serviços de suporte ou prever respostas ajustadas na prestação de cuidados. Estes são dados que merecem a atenção de todos, em especial dos que trabalham nas diferentes áreas do saber científico, e que procuram compreender fenómenos, analisá-los e sugerir soluções empiricamente validadas. Para uma população de 260 mil habitantes, estes parecem-nos valores demasiado altos e indicadores de desequilíbrio emocional e mental.

O que tem sido feito? No passado, os serviços de saúde mental estiveram durante muito tempo centrados em grandes instituições

---

<sup>2</sup> Isabel Fragoeiro, *A saúde mental das pessoas idosas na RAM*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, 2008.

psiquiátricas, separadas do sistema geral de saúde. Desde 1992, a maioria dos serviços de saúde mental foram integrados no Sistema Nacional de Saúde. Também existe um crescente investimento na base comunitária dos serviços.

No que se refere aos avanços científicos, eles vieram, com efeito, possibilitar o desenvolvimento de um amplo leque de intervenções altamente efetivas no tratamento e reabilitação da maioria das perturbações psiquiátricas. Novos tratamentos psicofarmacológicos e psicoterapêuticos demonstraram amplamente a sua efetividade. As perturbações psicóticas, que no passado condenavam muitas pessoas a longos períodos no hospital e a altos níveis de incapacidade, passaram, na maioria dos casos, a poder ser manejadas na comunidade. Programas de reabilitação psicossocial, incluindo treino de competências sociais, intervenções familiares psicoeducacionais, apoios nas áreas residencial e do emprego, tornaram possível a reintegração social de muitas pessoas que sofrem de doenças mentais graves.

A nível escolar, os serviços de psicologia e orientação criados pelo Decreto-Lei n.º 190/91 distribuem-se por três eixos de intervenção: o apoio psicológico e/ou psicopedagógico, a orientação vocacional e o apoio ao sistema de relações da comunidade educativa. O Conselho da Europa em 2004 salientou o papel preventivo dos serviços de orientação e psicologia no sentido de evitar o abandono escolar e o contributo por eles prestado para habilitar os cidadãos a gerirem a sua aprendizagem e as suas carreiras, bem como para a reintegração daqueles que abandonaram prematuramente a escola em programas adequados de educação e formação.

Porque é que o trabalho do psicólogo é importante?

De acordo com o Relatório de evidência científica sobre custo-efetividade de intervenções psicológicas em cuidados de saúde, da Ordem dos Psicólogos Portugueses, verifica-se que 10 a 20% das pessoas que recorrem aos cuidados de saúde primários fazem-no por queixas relacionadas com perturbação psicológica. Os outros 80%, por vezes estão associados a um conjunto de doenças físicas que tem como factor essencial o comportamento da pessoa como o tabagismo e o sedentarismo. O crescimento dos problemas de saúde mental e física traduz-se num aumento da utilização de recursos de saúde, consumo de medicamentos, absentismo laboral e redução da produtividade dos cidadãos. Os estudos

desenvolvidos apontam para a efetividade e potencial da intervenção psicológica na melhoria do estado de saúde da pessoa e na redução dos custos diretos (número de consultas, número de dias de internamento, consumo de fármacos) e indiretos (absentismo, encargos do Estado com os benefícios fiscais e menor produtividade). A intervenção psicológica permite uma poupança de cerca de 20 a 30% nos custos diretos da saúde, através da redução da utilização dos cuidados de saúde (OPP, 2011). A título de exemplo, e a nível dos nascimentos de bebés prematuros, verifica-se que a intervenção precoce (estimulação sensorial precoce) permite um aumento mais rápido do peso e da alta hospitalar cerca de 5 a 6 dias mais cedo o que permite uma elevada poupança por bebé (OPP, 2011). No contexto escolar, estudantes que realizam orientação vocacional nos serviços de psicologia da escola são aqueles que têm menos dificuldades de tomada de decisão em relação aos colegas<sup>3</sup>.

Para uma população de cerca de 260.000 pessoas, quantos utentes nas casas de saúde?

Na Casa de Saúde Câmara Pestana (destinada ao internamento de mulheres com perturbações mentais graves), estima-se que estejam internadas cerca de 350 pessoas. Na Casa de Saúde de São João de Deus (destinada ao internamento de homens com perturbações mentais graves) estima-se que estejam internadas 292 pessoas (enquadradas em vários programas: psiquiatria aguda, psiquiatria crónica, reabilitação psicossocial e alcoologia)<sup>4</sup>.

Sabemos que os estudos sobre genética têm uma preferência especial pelas pessoas que vivem em ilhas, justamente pelo problema da consanguinidade. Alguns estudos apontam até para a maior probabilidade de ocorrerem problemas mentais em pessoas que vivem ilhas: há pouco estimulação intelectual, pouco contacto com culturas alternativas à sua, etc.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> C. Freitas, A. Rocha, L. Pocinho, J. Beirão, P. Caldeira da Silva, *Symptoms in preadolescents and adolescents in Funchal, (Madeira Island – Portugal): a prevalence study*, Poster 016-263 apresentado no XVI Congresso da IACA-PAP, Berlim, 2004.

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.dnoticias.pt/actualidade/madeira/374108-casa-de-saude-sao-joao-de-deus-investe-dois-milhoes-na-unidade-de-psiquia>

<sup>5</sup> P. Sklar, M. T. Pato, A. Kirby *et alii*, “Genome-wide scan in Portuguese Island families identifies 5q31-5q35 as a susceptibility locus for schizophrenia and psychosis”, *Molecular Psychiatry*, 9, 2004, pp. 213-218.

No nosso contexto atual, e para além destas probabilidades, adiciona-se factores como uma população sem experiência democrática, no que diz respeito à rotatividade do poder, e com muito baixo nível de literacia. Para além de uma dívida financeira enorme para com as gerações futuras, um nível de cidadania baixo, desemprego, ausência de perspectivas futuras, e enorme pobreza, contrastando este cenário com uma oferta turística de luxo. A psicologia ajuda neste cenário? Sim, em especial ajuda a encontrar o melhor de cada um e a colocar esse melhor em prol do todo comum. Ajuda a encontrar o melhor de cada um dos habitantes da Madeira, é isso que se faz em consultório clínico. Se nos sentimos equilibrados mentalmente, sentimo-nos capazes de fazer uma contribuição para a nossa comunidade, de funcionar bem em família, de trabalhar bem em equipa, de educar crianças e transformá-las em adultos equilibrados e produtivos que contribuam para uma sociedade melhor no futuro.

Quando há desequilíbrios mentais sabemos que o potencial de contribuição para a sociedade desse ser humano é comprometido (baixas médicas no trabalho, práticas educativas desadequadas, famílias disfuncionais, etc). As pessoas que consultam um psicólogo são mais felizes, menos stressadas, mais equilibradas na gestão do seu tempo e na distribuição dos seus diferentes papéis, trazem mais harmonia para o seu local de trabalho.

Na Região Autónoma da Madeira os psicólogos distribuem-se por diferentes contextos, nomeadamente Centros de saúde e hospitais (61 psicólogos), Direcção Regional de Educação (44 psicólogos), Escolas profissionais, Casas de Saúde, Lares de Idosos, Centros sociais e paroquiais, Centros de reabilitação, Centro de segurança social, Centros de explicação, Centros de Apoio Psicopedagógico, Instituto de emprego, Instituto Prisional, Ginásios Privados, Equipas desportivas, Serviço de Prevenção à Toxicodependência, Centro de Atividades Ocupacionais, Clínicas Privadas, Comissão de Protecção de Crianças de Jovens, Universidade.

Curiosamente, Portugal apresenta a maior taxa de formação de psicólogos da Europa. Em matéria de recursos humanos, o Departamento de Saúde Mental regional tem técnicos em número superior à média nacional por habitante, o que muito melhorou a acessibilidade da população aos cuidados de saúde. Somos até considerada uma comuni-

dade de luxo, a nível nacional, no que a isto se refere, devido à vasta equipa de psicólogos que temos nos centros de saúde disponível para a comunidade. A nível nacional não se verifica esta facilidade em aceder a psicólogos nos serviços de saúde públicos. Mas isto não chega... É preciso promover um sentimento de autoeficácia e, mediante isto, a saúde mental.

Há um sentimento de autoeficácia em cada ser humano, que é construído desde criança e que continua até à 3.<sup>a</sup> idade. Este tem de ser continuamente estimulado ao longo do ciclo vital: a sensação de nos sabermos capazes, competentes nalguma coisa é muito importante. Começa quando somos bebés e descobrimos os sons e o palrear antes de descobrir as primeiras palavras, as primeiras frases e os primeiros parágrafos, e continua pelo ciclo de vida fora, com a entrada no mundo do trabalho e o sentimento de contribuição para a comunidade envolvente. Por exemplo, todos nós já nos deparamos com um dilema que é, fazer ou não fazer, os trabalhos de casa dos filhos. Muitos pais fazem os próprios trabalhos, ou indicam as respostas aos filhos, para que eles pareçam bem na escola, em vez de incentivar a procura de várias soluções, de incentivar a descoberta por si próprio. Começa aqui a tomada de consciência sobre a construção desta sensação de autoeficácia e a criatividade na procura de soluções. Se eu construo uma ideia de mim próprio de que não sou capaz, porque outros fizeram por mim o que me cabia, estamos a criar adultos para funcionarem em esquemas de sobrevivência, em vez de contribuírem ativamente, para a sua comunidade com o seu talento, que é único, porque cada um traz consigo uma história de vida única, com um talento associado.



5

POLÍTICA, SOLIDARIEDADES,  
COMUNICAÇÃO E DIÁSPORAS



# Comunicação Social e sociedade na Madeira: temas e problemas

José Manuel Paquete de Oliveira

ISCTE

---

Este tema que a Comissão Organizadora deste Simpósio Internacional me entregou reflete, creio eu, a abrangência das temáticas que a Comissão Organizadora do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* (DEM) me confiou para coordenar. Tem, então, o título *Comunicação Social e sociedade na Madeira: temas e problemas*. Distribuí a organização desta secção por diversos autores responsáveis pelas diferentes entradas do DEM. Nesta presente intervenção vou aludir à temática em título, mas sem qualquer intuito de vincular os autores convidados para tratarem das diferentes entradas à interpretação por que opto nesta intervenção.

Dou, portanto, seguidamente, breve notícia daqueles autores que escolhi para colaborar comigo nesta tarefa: Alberto Vieira (Retrospectiva histórica, mobilidade populacional, elementos bibliográficos, fenómenos de migração); João de Freitas Branco (Valores, tradições, costumes); Ricardo Fabrício (Dinâmicas sociais); Francisco Faria Paulino e Teresa Dias (Associações culturais); Andreia Nascimento (Associações desportivas e recreativas e clubes); Dina Jardim (Associações de solidariedade, Misericórdias); António Loja e António Ventura (Maçonaria); Tolentino de Nóbrega (Imprensa e televisão); Juvenal Xavier (Rádio); Eker Sommer (Madeira Digital).

Não sou historiador, embora julgue que a História é vértice comum e transversal a qualquer investigação científica. A minha formação académica que tem presidido aos meus trabalhos de investigação é na área da sociologia. Mas sinto-me muito perto da concepção de Fernand Braudel que explica a “duração social” como algo situado no cruzamento do passado e da atualidade ou da contemporaneidade, “esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só a substância do passado, mas também a matéria da vida social actual”<sup>1</sup>. Tenho por

---

<sup>1</sup> Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p.10.

isso dificuldade em situar-me num tema destes sem revisitar o decorrer da história que nos trouxe aqui. Para suprir esta falha, confio a Alberto Vieira e à pesquisa profunda acumulada pelo CEHA a contextualização histórica deste tema.

Vou, portanto, ater-me a um tempo mais recente, mais próximo, embora sem deixar de respirar alguns aspectos indispensáveis ao enquadramento desta minha comunicação.

Acresce, porém, uma outra dificuldade: Não vivo na Madeira, há 38 anos. Praticamente metade da minha vida. Estou, por isso, distante da vida próxima e contemporânea da sociedade madeirense. Por outro lado, a necessidade de compulsar fontes “in loco” (Arquivo Distrital, Biblioteca Municipal, espólio dos jornais, da Universidade da Madeira, o manancial de documentos produzidos por ocasião da celebração dos 500 anos da cidade do Funchal, etc.), distante como estou, torna difícil a minha tarefa. Espero, todavia, que estas minhas condicionantes venham a ser superadas pelos autores que irão dar desenvolver as entradas da Enciclopédia que compõem esta temática.

Venho por isso neste projecto Aprender a Madeira, **aprender Madeira**. Convosco. Neste oportuno e precioso contacto.

## Os primórdios de uma imprensa madeirense

Efetivamente, a génese das instituições de comunicação social e o seu desenvolvimento surgem sempre em conexão direta ou indireta com a sociedade em que se inserem e com as suas circunstâncias históricas. Há muito tempo que perfilho a tese de que a comunicação social é sempre o reflexo da sociedade em que se insere. Como diz José Tengarrinha, logo nas primeiras palavras da sua *História da Imprensa Periódica Portuguesa*,

“o alargamento dos contactos entre grupos e sociedades humanas, despertando a curiosidade pelo que se passava além do pequeno horizonte quotidiano, ou mesmo provocando a necessidade de informações úteis, impôs a divulgação da notícia”<sup>2</sup>.

Mas depois de dedicar as primeiras páginas às folhas noticiosas manuscritas (à primeira erupção do futuro jornalismo de imprensa

---

<sup>2</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 25.

escrita, fenómeno a que a Madeira não ficará alheia), o mesmo autor, quando dá conta dos primeiros jornais impressos, afirma que “em Portugal, como em qualquer outro país, três factores distintos” concorrem para esse aparecimento: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse público pela notícia<sup>3</sup>. A região da Madeira não terá inventado razões diferentes para a relação do despontar dos jornais com a sua sociedade. O primeiro factor enunciado por José Tengarrinha – o surgimento ou o progresso da tipografia – vem bem evidenciado na tese de doutoramento de Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal* e constitui um depoimento muito importante para comprovar que tal relação consiste unicamente no surgimento do processo de impressão gráfica, ou seja, na introdução dos caracteres móveis em Portugal e no emergir da dita imprensa escrita e do jornalismo<sup>4</sup>. Anselmo dá muita atenção aos incunábulo (obras impressas no século XV) e seria uma investigação de interesse para a história da Imprensa na Madeira a indagação daqueles que surgiram na Madeira por influência histórica daquela condição de que fala António Aragão, no seu livro *Para a História do Funchal. Pequenos passos da sua memória*, quando afirma que “o Funchal é a primeira cidade atlântica construída por europeus fora da Europa”, e até pelo papel que a Madeira vem a desempenhar na expansão do reino<sup>5</sup>.

Obviamente, não é minha intenção, por impossibilidade factual, apresentar essa lista. Aliás, vou referir de passagem o período pré-industrial, ainda que venha, sobretudo, a dedicar maior atenção ao período da industrialização da imprensa ou dos jornais, o que vai acontecer no século XIX. Não deixa de ser curiosa a impressionante lista de cerca de 240 títulos que Fernando Augusto Silva e Carlos Azevedo de Menezes elaboram no *Elucidário madeirense*, com base numa *Resenha cronológica do jornalismo madeirense*, organizada por João Apolinário de Freitas e publicada no *Diário de Notícias*, em 1908<sup>6</sup>. Obviamente, neste período,

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>4</sup> Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.

<sup>5</sup> António Aragão, *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da sua memória*, Funchal, DRAC, 1980, p. 23.

<sup>6</sup> Fernando Augusto Silva, Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, 2.<sup>a</sup> Edição, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, DRAC, 1984.

como assinalam Tengarrinha e outros autores, a existência destes títulos era efémera. Alguns “morriam” e “ressuscitavam” mais de uma vez, e tinham objectivos imediatos, mas pouco sólidos, de combate ideológico, político, religioso, e quicá de algum divertimento e crítica social. Aliás, bastará nomear alguns destes títulos para perceber os fins imediatos dos mesmos: (*O Pregador da Liberdade* (1823), *O Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça, da Lei* (1827), *O Tribunal Secreto* (1841), *O Echo da Revolução* (1846), *O Clamor Público* (1854), *A Voz do Povo* (1860), *A Vergasta* (1873), *Religião e Progresso* (1879), *A Madeira Liberal* (1892), *O Povo* (1907), *O Revolucionário* (1907). Contudo, esta imensa abundância de títulos requeria um estudo mais aprofundado e crítico.

Aludindo ainda à correlação da imprensa com o processo de produção gráfica, é relevante notar quanto terá contribuído para este surto de publicações a instalação no Funchal de um estabelecimento de tipografia, importada do continente por Nicolau Caetano Bettencourt Pitta, e confiada ao tipógrafo Alexandre Gervásio Coelho, igualmente de Lisboa. Aqui, impõe-se destacar dois títulos: *O Patriota Funchalense* (1821) e mais tarde o *Heraldo da Madeira* (1904- 1915), o primeiro de natureza política e reivindicativa (talvez se possa acrescentar que era o primeiro combate pela autonomia) e o segundo de teor mais literário. O *Heraldo* era um jornal diário de oito páginas, impresso em papel de luxo, de que era diretor o Dr. João dos Reis Gomes, tendo por redator principal o Padre Fernando Augusto da Silva (um dos autores do *Elucidário Madeirense*), e por outros redatores os militares Alberto Artur Sarmiento e Jaime de Campos Ramalho. Na redação do *Heraldo* havia todas as tardes uma “animada arcádia”, onde se discutiam temas variadíssimos<sup>7</sup>.

## O período da industrialização da imprensa

É a partir dos anos 60 do século XIX que se dá início no nosso país “à Imprensa preponderantemente *noticiosa*, que se opõe à Imprensa preponderantemente de *opinião*. Estava lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo: a informação, como principal preocupação e

---

<sup>7</sup> Plácido Pereira, “Padre Fernando Augusto da Silva”, *Conferência promovida pelo Instituto Cultural da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, DRAC, 1984.

objectivo”<sup>8</sup>. O primeiro jornal a marcar este novo período da Imprensa portuguesa, de modo significativo e com repercussão pública na sociedade, é o *Diário de Notícias* (Lisboa, 1864). Fundado por Eduardo Coelho, este jornal assumia também uma nova fórmula, ao recorrer ao principal vector de financiamento dos jornais, isto é, ao ser assegurado pelas receitas publicitárias e pelo pagamento da assinatura ou compra do jornal. Eduardo Coelho descrevia este matutino diário, no Editorial do primeiro número, como um “jornal popular, acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências” (20.12.1864). A este “pontapé de saída”, segue-se a publicação de vários outros: *Primeiro de Janeiro* (Porto, 1868); *Século* (Lisboa, 1881); *Jornal de Notícias* (Porto, 1888) e outros.

Antes, aliás, tinham surgido dois jornais de perspectiva económica: o *Jornal do Comércio* (Lisboa, 1853) e o *Comércio do Porto* (Porto, 1854). Já na primeira metade do século XX vão surgir vários títulos: *Diário de Lisboa* (1921); o jornal católico *Novidades* (1923); *República* (1930); *Diário Popular* (1942).

Não deixa de ser curioso verificar que na peugada do *Diário de Notícias* de Lisboa, doze anos depois, surge o *Diário de Notícias* do Funchal, a 11 de Setembro de 1876, cujo primeiro diretor foi o cônego Alfredo César de Oliveira. O grande competidor do D.N., o *Jornal da Madeira*, tem um circuito de vida mais diferenciado: nasce em 1906 com o título *O Jornal* e com o subtítulo *Diário da Tarde*, e em 1931 toma o subtítulo *Diário da Manhã*; em 1932 é efetivamente comprado pela Diocese, mas só em 1952, assumindo a contagem de 2.<sup>a</sup> série, Ano XX, passa a ser propriedade da Diocese, com o figurino mais moderno. Porém, acompanhando o ritmo de aparecimento de jornais no continente, também na Madeira surgiram vários títulos, a cujos pormenores históricos e de natureza editorial teremos de dedicar mais tarde maior atenção. São eles *A Voz da Madeira* (1908), *Comércio do Funchal* (1910) – distinto de uma “versão” cor-de-rosa, e configurando antes um projeto de repercussão política nacional liderado por Vicente Jorge Silva e de que falaremos adiante – e o *Diário da Madeira* (1910). Surgem muitos outros a merecer, em devido tempo, a sua referência, tais como *Eco*

---

<sup>8</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

do Funchal, (Maria Mendonça), *Re-nhau-nhau*, (Gonçalves Preto) *Madeira Popular*, (Amândio Rodrigues) e os mais recentes *Notícias da Madeira*, *Tribuna da Madeira*, *o Garajau*, e outros.

No projecto do DEM vamos caracterizar genericamente o “perfil”, ou, dizendo talvez melhor, o estatuto editorial que orienta estes jornais.

## A rádio

De facto, a Rádio e os seus cultores mais dedicados bem se podem queixar de que entre os *media* tradicionais este é o menos estudado e investigado. Ultimamente tem surgido um conjunto de radialistas e investigadores que, reconhecendo este vazio, têm dedicado a sua atenção ao campo radiofónico. Sendo a Rádio um dos *media* mais familiares, provavelmente ainda o mais ubíquo, pois está e vai com a gente por todo o lado, é de certo modo mais difícil de compreender. Ou talvez não, se se tiver em conta que a Rádio é tão infiltrável e tão próxima que, como o ar que respiramos, faz parte de nós. Este mesmo vazio faz-se notar na e em relação à Rádio na Madeira. Para a entrada do DEM relativa a este meio de comunicação social recorri ao radialista Juvenal Xavier, que produziu já um excelente trabalho, o qual reportará ao DEM, onde terá o devido destaque.

Ligeiramente, convém desde já constatar que a introdução das estações de Rádio tem um percurso que podemos distinguir em três períodos, bastante distintos: o **período da implantação por iniciativa de privados**, um período de “boom” relacionado com o “boom” das rádios piratas que despontaram pelo país em avalanche, e, por fim, a contemporaneidade na qual podemos identificar um período de estabilização.

Para o primeiro, concorrem dois projetos privados: o do *Posto Emissor do Funchal*, (1946) por iniciativa do coronel Eduardo Santos Pereira, assumido pela Sociedade de Concertos da Madeira e pela empresa Ramos & Ramos, e que deve o seu desenvolvimento de empenhada sustentabilidade e orientação à família Clode (Dr. William Edward Clode e Eng. Luís Peter Clode) e a *Estação Rádio da Madeira* (1948-2000), fundada pelo capitão Mário de Sousa Ribeiro Portela.

A Emissora Nacional de Radiodifusão (EN) – pasme-se! – só em 1967 instalou o *Emissor Regional da Madeira*. Este facto indicia mais

uma vez o isolamento político e social a que os governos da República votavam a Madeira.

Em relação ao segundo período, é enorme o número de rádios que surgem a partir de 1989, da Lei n.º 87/88 do Governo regional que pretende legalizar o sistema de Rádio na Região Autónoma da Madeira. Surgem então diversas estações de rádio locais, praticamente distribuídas pelos principais concelhos da Região, e aquelas ligadas ao *Jornal da Madeira* e ao *Diário de Notícias*. É assim uma longa lista:

Estação de Rádio Jornal da Madeira  
Estação Clube Desportivo Nacional  
Estação Rádio da Madeira  
Rádio Girão (do Grupo Desportivo do Estreito)  
Estação Rádio Zargo (Machico)  
Rádio Sol (Ponta de Sol)  
Rádio Brava (Ribeira Brava)  
Rádio Palmeira (Santa Cruz)  
Rádio S. Vicente (propriedade dos Bombeiros Voluntários  
de S. Vicente)  
Rádio Porto Moniz (da Associação de Desenvolvimento  
da Costa Norte da Madeira – ADENORMA)  
Rádio Urbe (Calheta)  
Rádio Santana  
Rádio Praia (Porto Santo)  
Rádio Girão (1997) passa para o *Diário de Notícias*, acumulada na  
Rádio Diário/TSF  
TSF/ Madeira

Obviamente, há uma mobilidade interna na Região e seria importante desenvolver uma análise ao funcionamento destas estações.

## A televisão na Madeira

O serviço nacional de televisão foi criado em Portugal em 1955, através da criação da RTP, Radiotelevisão de Portugal, S.R.A.L. com um capital tripartido entre o Estado e estações emissoras de radiodifusão privadas (60 milhões de escudos de capital social), conforme estabelecia o Decreto-Lei n.º 40.341, de 18 de Outubro de 1955, e com o estatuto de

serviço público. Estatuto este que, ao longo dos tempos, mesmo depois da queda do Estado Novo, tem sido objeto das mais diversas discussões, relativamente, sobretudo, ao serviço de conteúdos que lhe compete prestar e à definição e redefinição dos objetivos correspondentes. Após uma série de emissões experimentais na Feira Popular de Lisboa, alcançou-se a consolidação das emissões a partir de 1957, através do então designado canal 1 da RTP, embora fossem emissões de tempo limitado. Em 1968, principiava a emissão do canal 2. As transmissões a cores começaram a 7 de Março de 1980.

Um dos requisitos a que estava obrigada era a cobertura de todo o território nacional. Motivos de vária ordem – políticos, técnicos, financeiros –, foram atrasando esse projeto. Assim, à Madeira a RTP só chegaria em 1972 (7 de Agosto de 1972). A evolução da RTP-Madeira terá de merecer uma análise cuidada, com vários pontos de referência: RTP-M retransmissora dos programas nacionais com emissão a partir do Continente; RTP-M com programação de produção e retransmissão própria, local; RTP-M com obrigações nacionais e regionais. No atual contexto, como se sabe, os estatutos editoriais, os contratos de concessão e os objetivos programáticos, quer das estações nacionais, quer das estações regionais, estão a ser objeto de novas políticas públicas, pelo que é aconselhável aguardar.

De qualquer modo, hoje, a RTP-M não é um monopólio regional, pois desde 1992, com a introdução dos canais cabo, não só as outras estações nacionais como a SIC e a TVI, mas também imensos canais internacionais estão disponíveis na Região.

## A Madeira digital

A panóplia dos *media* é hoje um mundo imenso de fronteiras quase ilimitadas. Os *media tradicionais* (Imprensa, Rádio, Televisão) escrevem quase a pré-história da Sociedade da Informação. Com a introdução da internet e de todas as tecnologias a ela associadas, o mundo mudou. Não é possível reduzir a temática da Comunicação Social e a sociedade madeirense aos *media tradicionais*. Por isso, uma entrada que por enquanto tem o título de “Madeira Digital”, a cargo de Eker Sommer, desenvolverá este item dos “novos *media*” na sociedade madeirense.

## Temas e problemas

Segundo leio no programa deste grande Simpósio Internacional, o objetivo deste congresso é o de “partilhar e debater a pesquisa e a sistematização de saber em curso”, possibilitado pela oportunidade deste projeto da produção do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, sob o signo de um processo “Aprender a Madeira”. Neste contexto, e em obediência aos ditames do encontro, provavelmente, o que mais interessa num confronto aberto com os autores das várias entradas e com as várias temáticas da enciclopédia, é proporcionar uma informação breve do trabalho em curso, mas sobretudo, num projeto de forte cariz multidisciplinar, levantar questões de orientação para a abrangência científica dos diferentes olhares e posicionamentos com os quais se constrói este gigantesco projeto (não tenho dúvidas quanto ao termo que uso).

É verdade que na terminologia clássica, ou na velha aceção do enciclopedismo, uma enciclopédia tem por objetivo reunir os conhecimentos de uma determinada época e sociedade, de os organizar e divulgar aos cidadãos do presente, mas sobretudo do futuro. É de sua natureza um projeto interdisciplinar. No fundo, no espírito do enciclopedismo de Diderot e d’Alembert (1745-1772) trata-se de um processo para arquivar a “memória social” de um povo. Na boa tradição sociológica a “memória social colectiva” de um povo é que vivifica a nossa identidade, a nossa identificação. A partir de como uma sociedade se recorda a si mesma projeta-se o seu futuro<sup>9</sup>.

Sem riscar toda a importância e valor das notáveis obras *Elucidário Madeirense* ou *Ilhas de Zargo* de Augusto Silva, Azevedo Menezes e Eduardo Pereira, o novo *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, em minha opinião, deveria consubstanciar algumas valências de agenda mais contemporânea.

Sendo assim, mais do que transmitir-vos nesta ocasião as entradas equacionadas para cobrir este vasto tema cuja coordenação me está atribuída, projetando em “power-points” listas e gráficos, optei por propor a abertura de uma discussão sobre uma tese, ou mais prosaicamente, propor o enredo ou o enquadramento da abordagem global desta temática.

---

<sup>9</sup> Paul Connerton, *Como as sociedades se recordam*, Oeiras, Celta, 1993.

Vou, portanto, partir do enunciado de uma proposta articuladora: o pressuposto de que a comunicação social reflete sempre os parâmetros sociais, políticos e culturais da sociedade em que se insere. Ou, se quiserem, na forte e rude expressão do empirismo norte-americano dos anos 50, o pressuposto de que a comunicação social é o hábito de cada sociedade ou grupo social.

Deste modo, em tese, preocupar-me-ia por estabelecer parâmetros sobre a génese da formação e desenvolvimento da sociedade madeirense, relacionando-a com o despontar das diversas fases e expressões dos diferentes meios de comunicação social na sociedade madeirens, e denunciando a sua “marca”.

Nesta perspetiva, tomo como temas a referenciar:

- a génese antinómica da formação da sociedade madeirense no período do povoamento;
- o entranhado espírito contestatário (quase de vincado carácter revolucionário);
- a dualidade social: cultura de ruralidade *versus* cultura de cidade, urbana;
- a impregnada religiosidade do povo;
- a espontaneidade do associativismo *versus* as marcas da rejeição e do isolacionismo;
- a luta pela autonomia.

## A génese da sociedade madeirense

Diferentes autores, desde o lendário e (a meu ver) mítico Gaspar Frutuoso, autor de *Saudades da Terra*, até tantos outros historiadores, tais como António Aragão, Joaquim Veríssimo Serrão, Nelson Veríssimo, Joel Serrão, Lopo Castanheta, Alberto Vieira, debatem-se muitas vezes, na construção científica das origens populacionais da Madeira, como é natural, com discordâncias próprias da pesquisa histórica. Na obra *História da Madeira*, coordenada por Rui Carita<sup>10</sup>, lê-se: “A sociedade madeirense é o resultado do processo de migração de colonos do Reino e estrangeiros, completando-se com a mão-de-obra escrava das Canárias e Costa da Guiné”.

---

<sup>10</sup> Rui Carita (org.), *História da Madeira*, 7 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2001-2008, vol. I, pp. 128 e ss.

A mesma fonte define três momentos no processo de povoamento no século XV: na década de vinte chegaram os aventureiros e companheiros de Zargo e Tristão; a meados da centúria surgiu novo grupo, atraído pela fama das riquezas da Ilha, figurando nele alguns filhos segundos de famílias nobilitadas do Norte que buscavam neste espaço aquilo que lhes fora retirado no Reino; a partir da década de sessenta, após a morte do Infante, foi o entusiasmo contagiante de estrangeiros oriundos, nomeadamente, das repúblicas italianas, a quem as portas se abriram para promoção do mercado de açúcar.” Mais adiante escreve-se: “O grupo europeu teve uma importância primordial na formação da nova sociedade, sendo menor a presença de povos de outras origens.” Mas não se nega (continuo a citar) que “mouros, negros e *guanches* (indígenas da Ilha de La Gomera, Canárias) surgem na Ilha sob a condição servil, desempenhando um importante papel na economia açucareira.”<sup>11</sup> (Vieira, 2001, vol. VI, 373). Aliás, utilizando uma fonte de pendor mais etnologista, Eduardo Pereira, nas suas *Ilhas de Zargo*, refere esta componente da formação da génese da sociedade madeirense, aludindo aos “criminosos retidos nas cadeias do Reino dos quais Zargo (o grande donatário da Ilha) só aproveitava os isentos de culpas de fé, traição e latrocínio.” E esclarece:

“Os escravos começaram a pouco e pouco a reabilitar-se da sua condição de escravos. [...] Não se julgue, porém, que a população da Madeira se formou com os primeiros arroteadores. [...] A produção, indústria e comércio dos açúcares da Madeira atraíram tanta gente de boa ascendência e descendência a povoar e nobilitar o Arquipélago. [...] A população da Madeira não é uma população homogénea, é uma mistura de várias origens étnicas que constituíram antropologicamente os povos peninsulares, como também por cruzamentos numa amálgama de sangue celta, germano, berbere, líbio, romano, grego, fenício, árabe, judeu.”<sup>12</sup>

Todavia, diz Eduardo Pereira na citada obra *Ilhas de Zargo* que, apesar desta heterogeneidade, é “a população menos heterogénea entre todas as populações europeias”. A este propósito, o autor conclui que: “a população da Madeira não pode deixar ser psicologicamente heterogé-

---

<sup>11</sup> Rui Carita (org.), *op. cit.*, vol. VI, p. 373.

<sup>12</sup> Eduardo Pereira, *Ilhas de Zargo*, 4.<sup>a</sup> Edição, 2 vols., Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1989, pp. 179-190.

nea, enformada de uma constituição moral, em que se reflectem origens étnicas, condições sociais e influências mesológicas”<sup>13</sup>.

António Aragão, no seu livro, *A Madeira vista por estrangeiros*, cita Hans Sloane (*A voyage to the islande*, obra de 1687):

“considerando que esta Ilha não foi habitada senão a partir da sua descoberta no século XV, e que existe uma fama muito generalizada de que os seus habitantes seriam criminosos para aqui banidos, eu nada mais esperava encontrar que muita selvajaria e grosseria. Contudo, ao chegar a terra, verifiquei como vinha enganado porque, em nenhuma outra parte, encontrei cavalheiros mais educados e dotados de todo o civismo que se pode desejar.”<sup>14</sup>

Por que insisto tanto nesta caracterização da génese da população madeirense? Porque pretendo tirar dividendos deste carácter dual – “condição servil” e civismo cavaleiresco – para estribar o surgimento e afirmação dos meios de comunicação social através dos tempos. Efetivamente, em relação às folhas noticiosas e satíricas manuscritas e aos incunábulos (primeiras folhas impressas) de que fala Tengarrinha<sup>15</sup>, não tenho investigação comprovativa. Mas para os jornais dos primórdios da imprensa (graficamente impressa) – os do período da Imprensa pré-industrial, portanto – e para aqueles que surgem no período da Imprensa industrial – é o que vou tentar defender, a título de ensaio da tese que propus para uma leitura global do tema Imprensa madeirense *versus* a sociedade que lhe dá vida e razão.

Historicamente, embora sem nunca ter sido considerado uma colónia, o arquipélago da Madeira também viveu o seu período de opressão colonial, aliás prolongado no tempo por muitas sequelas. Como tivemos oportunidade de afirmar noutra ocasião:

“O esquecimento a que as Ilhas estiveram votadas, reflectido num mínimo de investimento financeiro, económico, cultural, era evidente e fez-se sentir por largos anos. Talvez por isso além das revoluções abortadas, seja de referir o fervilhar da necessidade de revolução que imbuía o espírito e mentalidade de alguns madeirenses... Esse recôndito sentimento, em minha opinião, não escondia a vontade de rene-

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 204.

<sup>14</sup> António Aragão (coord.), *A Madeira vista por estrangeiros*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 160.

<sup>15</sup> Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 25 e ss.

gar a pátria. Mas indicava o desejo de maior autonomia e repudiava uma indistinta opressão sentida. [...] Era tal esse sentido agudo que, aqui e ali, em determinados períodos da conjuntura nacional, até encontrava algumas condições de resvalar para a independência.”<sup>16</sup>

Esse tal dualismo de que atrás se falava (servilismo e opressão *versus* nobreza e civismo) contribui também para este espírito revolucionário, que tem expressão dos meios de comunicação. Justifica-se, muito provavelmente – digo-o, embora reconheça ser necessário desencadear uma análise sistemática dos conteúdos dos jornais –, incluir entre estes o *Patriota Funchalense* (1821-1823), o *Echo da Revolução* (1846), a *Voz do Povo* (1860), o *Clamor Popular* (1892), o *Rebelde* (1910), o *Chicote* (1916). Esse dualismo que produz uma certa rebeldia tem aliás expressão concreta na revolta da Madeira de 1931<sup>17</sup>, ou na Revolta do Leite (1936)<sup>18</sup>.

A “impregnada religiosidade do povo” ou o sentimento religioso e de atenção ao transcendente, está expresso num sem número de publicações de inspiração cristã, apoiadas direta ou indiretamente pela diocese e pelas paróquias.

São também de notório e de significativo interesse os títulos de carácter associativo, como os boletins ou jornais de clubes e académicos e os de expressão cultural como o *Heraldo da Madeira* (1904).

O presente texto, porém, tem apenas, como disse atrás, o intuito de dar breve notícia do que se está a fazer para dar corpo a esse importante e histórico projeto de construir um *Dicionário Enciclopédico da Madeira* que recebe, agora, um impulso que espero venha a ser decisivo. Contudo, dado o seu carácter de primeiro esboço, fica desde já aberta à contribuição que outros, em especial os conhecedores da história da Madeira, possam dar.

---

<sup>16</sup> José Manuel Paquete de Oliveira, “A Imprensa na Madeira”, in *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora, 2008, p.25.

<sup>17</sup> Cf. Maria Elisa Brazão e Abreu, Maria Manuela França Abreu, *A Revolta da Madeira 1931*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, DRAC, 1994.

<sup>18</sup> João Abel de Freitas, *A Revolta do Leite – Madeira 1936*, Lisboa, Editora Colibri, 2011.



# Projeção da Madeira no mundo: Política e cultura das diásporas

Guilherme Silva

Assembleia da República

---

Está o Professor José Eduardo Franco a liderar a publicação do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, a cuja preparação se associou este Simpósio, que se pretende debruçar, segundo a Nota que precede o texto do respetivo Programa: “Sobre esta grande questão orientadora: que saber enciclopédico somos chamados a construir para o nosso tempo, um tempo radicalmente novo, um tempo grávido de um futuro que temos a responsabilidade de gerar e de fazer nascer.”

Confesso que só muito tarde, e depois de ter aceite o convite do Prof. José Eduardo Franco para aqui intervir, me apercebi da profundidade que se exigia às reflexões que aqui teriam de ser produzidas. Como só agora me dei conta da superior qualificação dos demais oradores, reconhecidos *experts* (dos melhores), nas matérias objeto das suas intervenções.

Perdoar-me-ão o atrevimento de, como mero “aprendiz de feiticeiro”, na temática que me cabe aqui abordar, ter feito prevalecer, com prejuízo de todos vós, a preocupação de honrar o compromisso, subalternizando a qualidade e o aprofundamento do que vai ser dito, para o que terá contribuído, também, a curteza de tempo, e a imprevista acumulação de afazeres das últimas semanas.

*Projeção da Madeira no mundo: política e cultura das diásporas*, eis o tema que me foi proposto.

Lembrei-me, de repente, que, em tempos idos, ao ler o *Corsário das Ilhas*, de Vitorino Nemésio, tinha fixado uma dada passagem, em que aquele ilustre escritor insular descrevia o que, de certo modo, se poderia considerar a caracterização dos traços mais salientes e intemporais do “madeirense”. Depois de aludir à complexa orografia da Madeira e às suas consequências na fixação demográfica, referia Nemésio: “É nesta dispersão multiplicada, em que o espaço parece que não conta,

que uma das populações mais prolíficas e laboriosas de Portugal vive e luta”. E concluía: “O madeirense, aliás, nunca perdeu o seu velho sentido prático endereçado às empresas duradoiras”.

É esta, também, uma característica distintiva da nossa diáspora.

Naturalmente que, como o homem, em geral, é sempre ele e a sua circunstância, o “madeirense” também é ele próprio e a sua circunstância, e muito em especial, sem prejuízo de uma arraigada identidade secular, que perdura, é ele e a sua circunstância histórica em cada momento.

Não sendo a Madeira e o Porto Santo habitados, ao tempo do seu achamento ou descoberta, os primeiros madeirenses foram os povoadores e seus sucessivos descendentes, oriundos de diferentes províncias de Portugal, especialmente os originários do Minho, do Algarve e do Alentejo. Ora, esta circunstância revela bem que os que aqui “chegaram” já traziam dentro de si o “espírito de partir”, algo que nos marcou definitivamente e, por isso, passou a ser indissociável do nosso passado, como o é do nosso presente, e como continuará a ser do nosso futuro, que constitui a preocupação primeira deste Simpósio. Um futuro que para ser consistente, não pode deixar de juntar as raízes e o passado aos novos saberes, os saberes para o século XXI, que aqui buscamos.

Como refere Alberto Vieira, depois de ter constituído uma força centrípeta relativamente aos povoadores, a Madeira passou a ser objeto de uma força centrífuga, ou seja, polo de irradiação de fluxos migratórios vários, ao longo dos séculos. Primeiro para destinos mais próximos e, depois, para paragens mais longínquas, dir-se-ia mesmo que para as cinco partidas do mundo.

Os madeirenses passaram, desde logo, a participar na gesta dos Descobrimentos e na colonização dos territórios que foram sendo descobertos e em que Portugal se envolveu nos séculos XV e seguintes.

A posição geográfica da Madeira tornou-a um ponto de apoio importante na consolidação das praças que Portugal ocupava, à época, no Norte de África. Entre 1506 e 1541 tiveram lugar, naquelas praças, 14 “intervenções de socorro”, sendo que 11 delas partiram da Madeira, que se envolveu, também, no comércio, designadamente de escravos mouros, que para aqui vieram provenientes de Marrocos. Já em 1495 foi organizada, pelo Duque de Viseu e Senhor da Madeira, uma expedição a Casablanca, então designada Anafé, expedição esta que integrou um número considerável de madeirenses. As fortalezas de Mogador e

Safim foram construídas, em parte, com materiais idos da Madeira. Documentos da época referem o comércio de tábuas de vinhático provenientes da Madeira em quantidades consideráveis.

É curioso registar a importância económica que, ao tempo, ganhou o açúcar proveniente dos canaviais, entretanto, plantados e cultivados pelos colonos, ao ponto de o pagamento dos mantimentos e produtos fornecidos para as expedições, por comerciantes locais, serem efetuados em arrobas e arratéis de açúcar.

Há uma grande presença nestas expedições de nobres e fidalgos da Ilha, em especial os designados “filhos segundos”, que, por razões do direito sucessório, eram menos beneficiados que os primogénitos. Estas expedições militares conferiam aos que nelas se integravam estatuto e proveitos.

Há relato de que, na expedição a Azamor, em 1514, chefiada pelo Duque de Bragança, a um madeirense de nome Rui Dias “ficaram encomendadas as cousas do mar pela experiência que elle tinha já...”<sup>1</sup>. Aqui, a proximidade do mar e a experiência que ele proporciona aos insulares justificou a incumbência que lhe foi destinada. Um tal Francisco Abreu, madeirense, que foi capitão e grande cavaleiro em África, é objecto de relato em que se dá conta de que “ali matou hua onça cuja pelle mandou ao Rei D. Manuel”<sup>2</sup>.

Só para a Índia terão seguido, no século XVI, 55 membros da nobreza madeirense em busca de fortuna, os quais vieram a ocupar lugares de destaque nos territórios que estiveram sob a administração portuguesa no Oriente. Mas nessa gesta distinguiram-se ainda madeirenses como João de Freitas que, em 1531, foi Senhor da Ilha de Amboim e Sirona, por mercê do sultão de Ternate, confirmada por D. João II. António Abreu, também madeirense, terá acompanhado Afonso de Albuquerque ao Mar Roxo:

[...] onde arribou a Malaca para efeito de tomar a ponte o mandou com um pouco de munições e mantimentos, foi ele ferido com uma bala que lhe levou o queixo e, querendo Afonso de Albuquerque prover o seu lugar e retirá-lo para a cura, o não quis ele consentir, dizendo que se tinha as forças perdidas para pelejar, e a língua impe-

---

<sup>1</sup> João José de Sousa, “Emigração madeirense nos séculos XV a XVII”, *Revista Atlântico*, n.º 1, Primavera 1985, pp. 46-53.

<sup>2</sup> *Idem*, *Ibidem*.

dida para mandar ainda lhe restava vida para perder, e que, enquanto, não largaria o lugar que ocupava, de aí o mandou o Governador por capitão mor de três navios a descobrir as ilhas de Maluco e Barda (...). Em 1512 recebeu a capitania do Mar de Malaca.<sup>3</sup>

Em 1510, Simão Gonçalves da Câmara, Capitão Donatário do Funchal, escreveu ao Rei, referindo que, até maio desse ano, teria disponíveis 102 homens para partirem para Safim. Não deixou, porém, de lembrar que “os madeirenses que já anteriormente tinham ido a Safim pediam que o Rei lhes pagasse o mantimento que estava em atraso.”<sup>4</sup> A História parece que se repete, pois também hoje existem pendências e atrasos semelhantes entre a Região e a República.

Estes respingos destas migrações que ocorreram, também, antes da Índia e do Brasil, para Ilhas mais próximas (Açores e Canárias)<sup>5</sup>, revelam bem o espírito de aventura e a ânsia de conhecer novos mundos que já caracterizavam o madeirense, e confirmam a sua “rija têmpera”, tão bem identificada por Nemésio no “Corsário das Ilhas”.

Seguiu-se a relevante participação de madeirenses na colonização do Brasil, com maior destaque a partir dos séculos XVII e XVIII. Ficou célebre a colonização do Sul do Brasil por casais provenientes das Ilhas, tanto da Madeira como dos Açores. Tratou-se da “transferência de gentes das Ilhas, áreas de povoamento mais antigo, para as Regiões de ocupação mais escassa e recente.”<sup>6</sup> Tal decorreu, segundo alguns historiadores, de uma política de *Uti Possidentis*, que teria sido adoptada por Portugal como preparatória do Tratado de Limites assinado com a Espanha, em Madrid, em 1750, que reorganizou as possessões de ambos os países. Ainda hoje se regista uma forte presença das culturas insulares, tanto dos Açores como da Madeira, em Santa Catarina e no Rio Grande de S. Pedro, no Sul do Brasil. Figura histórica de referência na colonização do Brasil é a do herói madeirense João Fernandes Vieira, Libertador de Pernambuco. Houve, aliás, providências, como foi o caso

---

<sup>3 3</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>4 4</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>5</sup> Alberto Vieira, “As Migrações e os Descobrimientos Portugueses, Séculos XV e XVI”, in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001, pp. 27-62.

<sup>6</sup> Mário Clemente Ferreira, “Os Casais das Ilhas e a Política do *Uti Possidentis* no Brasil”, in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001, pp. 87-112.

da Carta Régia de 1747, no sentido de fomentar esta emigração das Ilhas para o Brasil, afixando-se editais em que se assegurava que:

Os Governadores deveriam tratar do transporte dos casais para os locais de destino, onde cada família receberia uma sesmaria com um quarto de légua em quadra.<sup>7</sup>

Tal correspondeu, também, à decadência do comércio do açúcar e, portanto, ao agravamento das dificuldades económicas que a nossa população atravessava. Todavia, o despovoamento que tal vinha a ocasionar e a menor disponibilização de mão de obra, vieram a originar medidas em sentido contrário e, por Alvará de 4 de julho de 1758, passou a ser exigido passaporte aos madeirenses que pretendessem emigrar.

Continuou, porém, a emigração para o Brasil e para os Estados Unidos da América, de clandestinos, em veleiros e outras embarcações que aportavam ao Funchal. A tal ponto que, em 1776, o Governador Geral da Madeira ordenou que se procedesse a uma “devassa para o descobrimento dos engajadores da emigração, e dos navios que se empregavam no transporte de emigrantes.”

Seguiu-se, depois, um surto de emigração para Demerara e para as colónias inglesas das Índias Ocidentais, pagando o governo inglês o transporte devido à falta de mão de obra.

Proseguiram, entretanto, os fluxos emigratórios clandestinos, de tal forma que, em 1847, foi destacado para o mar da Madeira um navio de guerra da armada portuguesa, para cooperar com as autoridades locais na repressão da emigração ilegal.

Seguiu-se a emigração para as Guianas e, ao longo do século XIX, a emigração para o Brasil e para os Estados Unidos. Já no Século XX tivemos também a emigração para o Curaçao e para Trinidad e Tobago.

Da emigração para os Estados Unidos, para as Caraíbas e para o Havai ficou célebre a devida à expulsão dos madeirenses que tinham aderido ao protestantismo, por influência de Robert Kalley, missionário que permaneceu na Madeira em meados do século XIX, para onde trouxe a mulher em busca de cura da tuberculose. Esses emigrantes tiveram uma integração e uma presença marcantes nas sociedades que os acolheram. Este fluxo migratório, envolvendo os Estados Unidos, as

---

<sup>7</sup> *Idem, Ibidem.*

Caraíbas e o Havai foi objeto, aliás, de um interessante trabalho de Ferreira Fernandes intitulado *Madeirenses Errantes*, publicado em 2004.

Processo de emigração diferente, porque organizado, foi o da deslocação de madeirenses, açorianos, cabo-verdianos e continentais para o Havai, dos finais do século XIX até cerca de 1912. Tratou-se de uma emigração que teve lugar ao abrigo de Convenção celebrada entre Portugal e o Reino do Havai, em 5 de maio de 1882. Estava em causa o recrutamento de mão de obra para os campos de cana de açúcar, os engenhos e as plantações de ananases. A primeira leva de emigrantes levou mais de 6 meses de barco até às Ilhas Sandwich, sendo as viagens pagas pelo Governo do Havai. Foi, aliás, pela mão dos madeirenses que o “cavaquinho” se tornou o instrumento oficial daquele país.

Mas a diáspora madeirense estendeu-se, em especial ao longo do século XX, para outras paragens, incluindo as Colónias portuguesas de África, em especial Angola, nas zonas de Moçâmedes e Sá da Bandeira, e Moçambique, com especial presença no Colonato do Limpopo. Fixaram-se comunidades importantes na Venezuela, na África do Sul, na Austrália, no Canadá, em França, no Luxemburgo e na Alemanha, no Panamá e no Equador e ainda, em tempo mais recuado, na Argentina e no Uruguai.

Criou-se, durante muito tempo, a ideia de que a nossa emigração, por iletrada, não alcançava ascendência social e institucional nos países de acolhimento. É verdade que em muitos casos, até pelo acentuado atraso do país, e em especial da nossa Região, ao tempo, muitos dos nossos emigrantes não tinham quaisquer habilitações literárias (ou tinham-nas em grau muito reduzido), o que não ajudava à sua ascensão nas sociedades em que se iam integrar. Todavia, essa circunstância não os impedia de singrar profissionalmente e ter grande sucesso nas suas atividades, abalanchando-se a grandes empreendimentos no comércio e na indústria das suas segundas Pátrias, o que só revela maior mérito. Aliás, muitos deles procuravam valorizar-se, prosseguir estudos e, acima de tudo, garantir a máxima escolaridade e acesso a graus superiores de ensino aos seus descendentes (segundas e terceiras gerações). É, aliás, curioso constatar que, por exemplo, no caso da emigração para o Havai, muitos dos nossos emigrantes, exatamente porque tinham alguma habilitação, passaram rapidamente a encarregados das plantações de cana de açúcar e mesmo a funções administrativas naquelas explorações

e nos engenhos. Acontece mesmo que muitos deles passaram, num curto prazo, para outras atividades, adquirindo propriedades e integrando-se no comércio local, transição que se consolidou com a queda do açúcar pela evolução que a economia do Havai veio a ter.

A este propósito refere Isabel Mesquita Spranger:

De um grupo social iletrado na sua maioria, os portugueses iniciaram as suas vidas nas plantações, tendo, logo após os contratos, iniciado as suas vidas fora delas, lutaram pela educação, tornaram-se numa classe média respeitada, deram educação a seus filhos que ocuparam lugares relevantes na Administração Havaiana, foram Senadores, Juizes. Apesar de as novas gerações terem a cidadania americana, começaram por volta dos anos 50 a se interessar cada vez mais pelas suas raízes culturais, aprendendo muito a língua portuguesa, em cursos livres particulares, ou na Universidade do Havai.<sup>8</sup>

A emigração madeirense passou a ser, ao longo dos últimos séculos, uma larga estrada de dois sentidos. Com isto se quer dizer que levámos a nossa cultura aos cinco cantos do Mundo, mas também trouxemos, por via dos que voltam definitivamente, dos que os visitam e dos que aqui vêm passar temporadas, muito da cultura dos países que acolheram as nossas comunidades. Estas sinergias e este vaivém passaram eles próprios a integrar a nossa cultura, a nossa vida e o quotidiano de muitos de nós.

A emigração inspirou mesmo a nossa Literatura, e estou a lembrar-me do meu saudoso Mestre, Dr. Horácio Bento Gouveia, que, no seu interessante romance *Torna Viagem*, publicado em 1979, retrata uma situação relativa à nossa emigração para a Venezuela. Vale a pena ler-vos aqui uma passagem desse livro, que dá bem a noção dos afetos que ligam o madeirense à sua terra e aos seus familiares, da ascensão que, de uma forma geral, logram alcançar nos países de destino, e das preocupações que têm em assegurar a maior qualificação aos seus descendentes. E passo a ler:

Se é certo que frequentava outra roda, o sentimento do amor aos seus ascendentes vivia nela, Inês, perene como o fogo sagrado do templo

---

<sup>8</sup> Isabel Mesquita Spranger, “A Vida dos Emigrantes Portugueses no Havai Após o Término do Contrato no Século XIX e Início do Século XX”, in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001, pp. 159-172.

de Vesta. Não se passava um mês que não escrevesse aos pais. Em cada uma das cartas dizia:

“Meu pai e minha mãe: Vai para doze anos pela ‘Festa’ que não os vejo. Tenho saudades de vos ver e abraçar e lembro-me da nossa pobre casa. Estamos todos de saúde.

A Carolina vai casar com um rapaz do Porto que é engenheiro. A Anabela este ano sai médica e o Carlos será advogado. O Francisco tem trabalhado muito. O negócio graças a Deus e a Santa Quitéria vai dando os haveres que eu tanto desejava. Daqui por mais algum tempo vamos de vez para a nossa terra.

Esquecia-me de dizer que o dinheiro do cheque é para o meu pai comprar um fato e minha mãe um vestido. O que ficar, empregue em melhor passadio.”

Horácio Bento relatou, de forma notável, o que é esta “alma madeirense”, que não nos abandona e que cada um de nós leva, como parte de uma das melhores partes do Portugal que somos e a que pertencemos, com o orgulho de quem tem sempre algo para dar aos outros, mais que não seja, os exemplos do trabalho e de uma indestrutível ligação às raízes. São essas raízes que se transplantam em cada dia da vivência dos madeirenses em todo o mundo e florescem, aos milhares, nos clubes e associações que criam, nos jornais e publicações que editam, nas rádios, nas escolas em que ensinam o português e nos eventos que promovem, com particular destaque para as festas de cariz religioso, fruto da crença e da fé em que nasceram e em que foram educados. Esta riqueza humana, que tem o tamanho do mundo, ganha, assim, nesta era de globalização, do digital, da internet, do Facebook e das redes sociais em geral, uma dimensão incomensurável, que a todos nos aproxima, como nunca antes aconteceu.

É tempo de terminar. A crónica limitação dos nossos recursos impõe que saibamos aproveitar as potencialidades de comunidades espalhadas pelo Mundo, que podem ser os nossos melhores embaixadores e que, para além do que foram as suas remessas no passado (e ainda no presente), podem dar um importante contributo para a recuperação de um país em dificuldades, que tem precisado tanto de recorrer aos estrangeiros, em grande parte, estou certo, por não saber ir ao encontro dos seus que, integrando a Pátria comum que somos, têm sido demasiado esquecidos.

Temos um Conselho das Comunidades Madeirenses, como temos, integrado na Administração Regional, o Centro das Comunidades Madei-

renses, que quero daqui saudar pelo trabalho persistentemente levado a cabo no fortalecimento das relações entre a Região e os madeirenses residentes no estrangeiro. Como quero saudar a plataforma digital disponibilizada por esse Centro, que se liga a todas essas comunidades e às suas organizações e a estas entre si. É este o caminho que deve ser prosseguido. É esta também a “Madeirofonia” a que se refere o ex-Secretário de Estado das Comunidades, o madeirense e meu amigo, deputado Correia de Jesus.

A diáspora tem todos estes saberes acumulados, e por ser um repositório histórico inalienável, que muito nos enriquece, nela se contêm, também, saberes para o século XXI, cabendo-nos a obrigação e a arte de os perspetivarmos, como exigência e empenho coletivos, “num tempo radicalmente novo, um tempo grávido de um futuro que temos a responsabilidade de gerar e de fazer nascer” para recorrer, mais uma vez, à forma feliz, da Nota introdutória do Programa deste Simpósio, em que tive a honra de participar.

Obrigado pela vossa atenção e paciência e pela oportunidade que me deram de, convosco, vir aqui “Aprender a Madeira”!



# Algumas considerações gerais sobre a área científica de Direito e Política

José Renato Gonçalves

Universidade de Lisboa

---

## 1. Enquadramento: relevância do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*

Embora já tenha sido dito o fundamental e até mais do que isso sobre a relevância do projeto “Aprender a Madeira” e sobre o seu fruto ou produto paradigmático, o *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, nesta intervenção no primeiro encontro público de reflexão sobre o mesmo, permitam-me que enuncie duas ou três observações de ordem geral sobre o assunto, com o compromisso de não ultrapassar o tempo fixado e o âmbito do tema.

Ninguém duvida de que estamos perante uma tarefa cultural de grande magnitude, previsivelmente destinada a perdurar no tempo como referência, dependendo isso sobretudo, como me parece evidente, da qualidade final da obra, tanto no seu conjunto como relativamente a cada uma das suas partes componentes<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Os dicionários e as enciclopédias têm um historial longo, apesar de não linear. Na transição do “período antigo”, que integra a Antiguidade Clássica, a Idade Média e o Renascimento e termina por meados do século XVII, para o “período moderno”, até à atualidade, para além do aparecimento do título “enciclopédia”, foi introduzida a ordem alfabética, sinal marcante e profícuo da evolução do género. Depois, verificou-se uma simbiose clara entre os numerosos “dicionários” e “enciclopédias” que viram sucessivamente a luz do dia, desde o *Grand dictionnaire historique*, de Moréti, em 1674, até à *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, dirigida por Diderot e d’Alembert, cuja publicação se iniciou em 1751. Independentemente da maior ou menor originalidade da obra, em face dos progressos imediatamente anteriores, a colaboração de alguns dos nomes mais famosos do tempo e a sua enorme projeção na época favoreceram o grande êxito cultural, social e político. Sensivelmente na mesma altura, entre 1768 e 1771, apareceu em Edimburgo a *Encyclopaedia britannica*, certamente “menos espetacular mas cientificamente mais sólida” (M. Antunes). “Estavam construídos os grandes modelos que os séculos seguintes, apesar de todas as transformações, haviam

Em qualquer circunstância, trata-se – tratar-se-á – de um novo marco ou “monumento” cultural no panorama regional e nacional, o qual justificadamente passará a dividir um tempo “antes” e um tempo “depois” dele, no quadro do conhecimento da e sobre a Madeira, devido às suas características enciclopédicas. Isto não equivale, obviamente, a admitir que o conhecimento da e sobre a Madeira irá alterar-se, mais ou menos radical e necessariamente, com a concretização e desenvolvimento dos trabalhos incluídos no presente projeto; ou, menos ainda, que os mesmos possam impor uma maior perduração dos conhecimentos alcançados ou revelados no seu âmbito. Poderá suceder que alguns ou até muitos dos textos não contribuam senão para provocar novas investigações, de contestação, de verificação ou contra-verificação, de factos e ideias, justificada ou injustificadamente considerados assentes no estádio atual de conhecimento, o que, a acontecer, já será muitíssimo positivo. Ora, é esse precisamente o destino do labor científico: consolidar-se e avançar através da criatividade dos investigadores, que há tão pouco tempo ainda rareavam, quantitativamente, no estudo de muitas das áreas agora abrangidas pelo projeto, mas que agora já corporizam uma massa crítica importante, inexistente em qualquer outro período do passado, mas que agora deve e tem de ser devidamente aproveitada – apesar das fortes ameaças que espreitam, particularmente nos tempos de crises graves, como são aqueles que atingem hoje Portugal.

Independentemente do maior ou menor significado que virá a ter na história do conhecimento da e sobre a Madeira, o que dependerá sempre de múltiplas circunstâncias mais ou menos evidentes que será escusado mencionar aqui, afigura-se nítido que sobre todos os colaboradores do projeto “Aprender a Madeira” recai uma grande responsabilidade, ou responsabilidades de ordens diversas. Do grau dessa responsabilidade ou dessas responsabilidades – *maxime* científica, mas que sem dúvida ultrapassa essa vertente –, maior ou menor responsabilidade refletida no conjunto da obra e em cada uma das suas várias componentes, daí dependerá, no final, o grau de credibilidade substantiva ou autoridade

---

de imitar”. Depois, perante a grande especialização do saber e a enorme difusão de conhecimentos, generalizaram-se tanto os dicionários e enciclopédias gerais como especiais. A grande relevância da enciclopédia está associada ao “enciclopedismo”. Para uma síntese, cf. M. Antunes, “Enciclopédia” e “Enciclopedismo”, in João Bigotte Chorão (dir.), *Verbo: Enciclopédia luso-brasileira de cultura, Século XXI*, Lisboa - São Paulo, vol. 10, 1999, cls. 236-240.

da obra (no seu conjunto e em relação aos vários textos temáticos). Um aspeto essencial da responsabilidade ou responsabilidades que recai(em) sobre os autores diz respeito à qualidade e ao rigor científico dos textos. Não estaremos propriamente perante uma noção técnico-jurídica de responsabilidade, da qual poderia resultar porventura a imputação imediata de uma determinada consequência, a título de responsabilização por determinado ato, mas antes perante uma dimensão com implicações essencialmente no plano da “autoridade” (*auctoritas*) científica, da credibilidade endógena e exógena ou da qualidade da obra criada, em princípio suscetível de verificação, imediata ou mediata, designadamente através de testes de realidade, de atualidade e de consistência teórica ou de fiabilidade técnico-científica.

A qualidade da formulação e da transmissão dos conhecimentos assenta largamente em métodos com muitos aspetos transversais aos vários ramos do saber, mas também com aspetos próprios de cada um desses ramos do saber<sup>2</sup>. Alguns dos principais critérios transversais aos vários ramos do conhecimento são habitualmente abordados e não raramente pomenorizados nas chamadas “orientações gerais” dirigidas aos autores das obras enciclopédicas, enquanto muitos dos critérios específicos dos vários ramos do saber são compreensivelmente deixados aos respetivos domínios epistemológicos próprios, por terem sido aí desenvolvidos e aprofundados ao longo dos anos, das décadas ou dos séculos.

Sem prejuízo de se voltar a tecer outras considerações sobre a “responsabilidade” e a “qualidade” científicas dos textos no domínio das ciências sociais, acrescentaria apenas por agora que importa não

---

<sup>2</sup> Ao comparar os momentos históricos que viram surgir as duas edições da *Enciclopédia Verbo* (1963 e 1998), o responsável editorial do projeto reconhecia que “o mundo mudou”, “para melhor e para pior”, havendo, no limiar do século XXI, “que olhar a realidade circundante com os olhos que hoje temos e intervir com as ferramentas apropriadas: compreender, interpretar e expor – não com a ingenuidade da criança que olha pela primeira vez à sua volta, sem passado a que se arrime, mas com o lastro dos séculos que carregamos conosco: *aggiornare* o que é atualizável mas reiterar imperativamente, com as novas palavras e para os homens novos, o que é perene conquista da civilização cristã que herdamos e da cultura humanista que nos formou”. Várias das asserções serão discutíveis, admissivelmente muito discutíveis, mas o essencial está apontado sem ambiguidades: compreender, interpretar e expor com clareza a realidade com recurso aos instrumentos disponíveis considerados presentemente como os mais apropriados para o efeito. Cf. F. Guedes, Prefácio da *Enciclopédia Verbo, Século XXI, op. cit.*, vol. 1, p. 6.

menosprezar um outro aspeto de responsabilidade, que, para simplificar ou numa primeira aproximação, designaria por componente de responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética”, conexa com a noção referida de responsabilidade “científica”, mas claramente autónoma e autonomizável em relação a ela. Nessa componente “social”, “cívica” ou “ética” de responsabilidade, incluir-se-iam os deveres gerais de ponderação dos efeitos ou consequências da aplicação dos conhecimentos sustentados e transmitidos em obra científica, ou postos à disposição do público ou públicos, e da utilização das informações incluídas ou da concretização de teses sustentadas numa determinada obra. A responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética” poderá ser ligada, discutivelmente, à responsabilidade científica, embora também possa ou deva ser equacionada autonomamente na medida em que se admita, no plano teórico, uma imputação objetiva de efeitos sociais inerentes à aceitação de determinadas construções científicas com prejuízo de outras, independentemente de aquelas explicações estarem suficientemente escudadas pela metodologia científica, situações que se revelarão mais evidentes no âmbito das ciências sociais e humanas do que nas designadas ciências “naturais e exatas”.

## 2. Alguns aspetos metodológicos e materiais relativos em especial às áreas das ciências humanas e sociais

Detenhamo-nos agora em alguns aspetos metodológicos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> As questões metodológicas são especialmente complexas e delicadas e, por isso, os que as têm procurado tratar têm sido objeto de críticas, muitas delas fáceis, mais ou menos justificadas, desde a completa prolixidade e imodéstia exacerbada até uma total esterilidade e modéstia ou ausência de benefícios manifestos para a ciência e a sociedade. Independentemente de todos os riscos que envolvem o labor dos cultores da metodologia, não se poderá deixar de reconhecer que pelo menos procuram ser construtivos, o que já não é pouco. Entre os diversos estudos disponíveis em língua portuguesa sobre metodologia científica, em especial no âmbito das ciências sociais, pode citar-se, quanto ao direito, Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997; Claus-Wilhelm Canaris, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997; A. Menezes Cordeiro, “Ciência do direito e metodologia jurídica nos finais do séc. XX”, *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 49, 1989; J. Oliveira Acensão, *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2005; Castanheira Neves, *Metodologia Jurídica? Problemas Fundamentais*, Coim-

Costuma dizer-se correntemente, com nítido exagero, que um bater de asas de uma borboleta num determinado ponto do globo terrestre, por exemplo no território português, pode provocar ou provoca uma tempestade ou outro efeito marcante nos antípodas, e vice-versa.

Algo de comparável e em graus muito variáveis, descontados não apenas todos os exageros como a própria imagem literária enquanto figura de estilo, poderá eventualmente suceder por efeito da transmissão de uma qualquer informação, tenha ou não base científica, mas em especial se estiver associada à investigação científica, por justamente se esperar que, nesta última situação, seja fidedigna e que, pelo menos, não enferme de vícios grosseiros, refutáveis por testes apropriados.

As explicações assentes no método científico estão, portanto, sujeitas a sucessivos exames de refutação e de depuração, em linha com o sublinhado insistentemente por Karl Popper, desde logo mediante o respetivo confronto com as informações disponíveis sobre o real<sup>4</sup>. Sobre-tudo, mas não apenas, no caso das ciências sociais, porque encontramos no seu seio ações humanas, protagonizadas por e respeitantes a pessoas de carne e osso, feitas sempre as necessárias adaptações, importará atender às hipóteses de transmissão e de acesso integral ou não ao conhecimento científico no seu “estado atual da arte”, sucessiva e paulatinamente revisto ou substituído, em maior ou menor dimensão, por novos conhecimentos, em vez de elementos que se vieram a revelar incorretos, não fundamentados, ou, por exemplo, respeitantes a períodos históricos díspares, insusceptíveis de permitirem ilações que anteriormente parece-

---

bra, Coimbra Editora, 1993; no domínio da economia, o de Mark Blaug (1992), *The Methodology of Economics*, Cambridge University Press, com tradução em português (*A Metodologia da Economia*, Gradiva, Lisboa, 1994), e das ciências sociais em geral, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1999; Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, *Fundamentos de Metodologia Científica*, 6.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, Ed. Atlas, 2007.

<sup>4</sup> A obra fundamental de Karl Popper sobre metodologia científica é *The Logic of Scientific Discovery*, publicada pela primeira vez em inglês em 1959, com sucessivas reedições (pela Routledge) e traduções, incluindo em português, à qual se pode acrescentar, entre outras, a coletânea *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, com 1.<sup>a</sup> edição em 1963, pela mesma editora, e também sucessivas reedições e traduções. O inovador e pertinente contributo de Popper justificou estudos, críticas e referências reiteradas da generalidade dos autores sobre a “teoria do falsificacionismo” desde meados do século XX até ao presente.

ram, pelo menos para algum ou alguns intérpretes, como “as mais prováveis”, embora sem assentarem efetivamente numa base firme ou precisa, mesmo que eventualmente aceite como “correntemente certa” (ou “politicamente correta”, segundo o “conhecimento comum”) ou, num primeiro momento, compatível com algum tipo de “observatismo” típico da investigação positivista<sup>5</sup>.

Para além dos planos gnosiológico e metodológico, geral e particular das ciências sociais, que são conhecidos e em que não se justificaria entrar agora, por várias razões – mas cujo maior ou menor respeito ditará, pelo menos do ponto de vista científico, a qualidade de qualquer obra, como aquela que está a ser desenvolvida, e, conseqüentemente, do seu impacto, e porventura, pelo menos em parte, da sua perdurabilidade –, importa salientar a conexão imediata e os efeitos que isso poderá produzir também no plano social.

Também neste sentido, mas não apenas nele, as obras e os conhecimentos científicos nunca são neutros ou “absolutamente neutros”. Os elementos reunidos e as conclusões ensaiadas, sugeridas ou afastadas pelos cultores do conhecimento nos seus estudos, objeto de provisão ao público, influenciam em grau maior ou menor a ação quotidiana de todas as pessoas, na medida e no modo como sejam aceites pelas pessoas em geral e, em particular, pelos decisores políticos, económicos e sociais, designadamente nos momentos das escolhas mais importantes e duradouras para as várias coletividades políticas.

---

<sup>5</sup> Popper criticou o designado “mito do observacionismo”, típico do positivismo oitocentista, de acordo com o qual o conhecimento pode ter por origem segura a observação. O método indutivo pressupõe erroneamente que o observador pode experimentar a realidade sem preconceitos. O investigador nunca é totalmente neutro, alheio a concepções prévias. A observação está sempre condicionada por problemas, teorias e modelos. Ou seja, a observação experimental nunca constitui o primeiro momento do conhecimento científico, nem tão pouco da vida pessoal. Antes dela, o cientista recorre a teorias, tal como o homem e a mulher têm expectativas e antecipam o que poderá acontecer no futuro. Conseqüentemente, o investigador não parte de observações com vista a obter generalizações. Procura “apenas” provar a falsidade das hipóteses formuladas, a fim de verificar se resistem a outras hipóteses. Nesta ótica, os resultados científicos não podem ser verdadeiramente justificados, apenas testados e criticados. Ultrapassados esses testes, os conhecimentos científicos aperfeiçoam-se, tornam-se mais robustos, traduzem melhor o real. Cf. Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, op. cit., 1959; *Idem, Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, op. cit., 1963.

Todavia, se não devem ser omitidas as interrogações sobre os possíveis efeitos concretos da eventual ou “provável” aplicação pelo público em geral, destinatário dos conhecimentos reunidos e disponibilizados, isso não justificará, certamente, pelo menos por princípio, omissões ou deturpações de descrições de factos ou construções teóricas, como é sabido que aconteceu em várias ocasiões no passado, por vezes recorrentemente, e que todos hoje qualificam como graves, mesmo em estudos que se tornaram referenciais na evolução não apenas das ciências sociais como também das ciências naturais, amiúde com recurso à invocação de preocupações de ordem comportamental humana, por receio de eventuais “efeitos de demonstração” indesejados (por exemplo, e entre outros, a não divulgação de certos estudos de comportamento animal pelas repercussões negativas que poderiam eventualmente provocar em alguns seres humanos mais sensíveis), ou de associação a posições e entendimentos também socialmente não pretendidos (por exemplo, decisões de meios de informação de divulgarem determinados estudos de opinião ou sondagens e, pelo contrário, de omitirem outros estudos com receio de implicações políticas que daí poderiam resultar).

Independentemente das incertezas que envolvam todos estes aspectos, em muitos casos justificadas, interessará salientar aqui a existência ou ausência de fundamento bastante para trilhar, mais ou menos abertamente, ou então por formas sub-reptícias e conceções interpretativas que somente alguns sustentam ser científicas, para além de refletirem meros preconceitos ou opções ideológicas, que, em qualquer caso, continuam sujeitas a significativa discussão, ou já nem isso, porque, para muitos outros, são entendidas como absolutamente não científicas, por lhes faltarem fundamento bastante, no sentido de não conseguirem resistir ao mencionado teste de refutação, e, por isso, se ainda não foram abandonadas por alguns autores, isso nem se deveria apenas a uma questão de tempo, mas a erros metodológicos manifestos, em que persistem, extemporaneamente, ou então a simples preconceitos, não menos datados e ultrapassados.

Na hipótese de não ser possível uma resposta unívoca a determinadas dúvidas, dever-se-ia, pelo menos, ter em linha de conta estes e outros aspectos materiais e metodológicos gerais e específicos, porventura ainda com maior acuidade por parte dos investigadores mais jovens, porque todos os riscos mencionados não abrandaram na atuali-

dade, apesar dos impressionantes avanços disciplinares gradualmente trilhados ao longo dos últimos séculos e decênios, com incontestáveis progressos e benefícios, mais ou menos gerais e que são conhecidos.

As construções científicas sujeitam-se assim, constantemente, a novos testes, embora indiretos, de verificação da respetiva veracidade e consistência, segundo critérios de refutabilidade. Só da passagem ou não reprovação por esses testes dependerá a sua aceitação ou rejeição, no todo ou em parte, e, na última hipótese, a subsequente substituição por “novos” conhecimentos, que até podem corresponder a conhecimentos antigos, provavelmente revistos, atualizados, cada vez mais apurados, mais próximos das coisas, mais próximos da verdade. Esta é uma tarefa específica dos autores e investigadores dedicados ao estudo de determinadas áreas do saber, não necessariamente dos destinatários ou leitores em geral ou em especial – sem prejuízo de se saber que não rareiam as situações em que leitores, normalmente mas nem sempre especialistas, detetam e apontam erros, mais ou menos manifestos, cometidos em obras enciclopédicas (foram publicados vários artigos e livros a apontar erros quanto à informação reunida e transmitida e quanto à qualidade das análises feitas, mesmo em relação a algumas das mais reverenciadas obras, como é o caso da *Encyclopaedia britannica*, nas suas sucessivas edições); idêntica tarefa tem sido trilhada, por formas mais ou menos sistemáticas, em estudos comparativos sobre a correção, atualidade e qualidade dos textos e outros elementos incluídos em diferentes obras enciclopédicas, nomeadamente de língua inglesa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Não importa nomear as diversas publicações que surgiram ao longo do tempo com o objetivo de identificar erros e omissões em obras de referência enciclopédica, designadamente na *Encyclopaedia britannica*. No entanto, a crítica mais contundente e difícil de ultrapassar enquanto as enciclopédias foram publicadas exclusivamente em papel foi a de desatualização. Em 1964, o físico Harvey Einbinder reuniu no livro *The Myth of the Britannica* (Nova Iorque, Grove Press) numerosos erros que detetou na 14.<sup>a</sup> edição, muito desatualizada decorridas mais de três décadas desde o início da sua publicação em 1929. Aquele autor acusou a obra de “falta de autoridade”, tendo em conta as descrições “temerárias” dos seus autores (caso de Philips). Não tardou a surgir a 15.<sup>a</sup> edição da *Britannica*. Antes disso, a 11.<sup>a</sup> edição da mesma enciclopédia tinha sido acusada de racismo (a propósito do Ku Klux Klan na sequência da guerra civil dos Estados Unidos da América), de sexismo (ausência de biografia autónoma de Marie Curie, após ter sido galardoada com dois prémios Nobel, em 1903 e 1911), de eugenia (no artigo “Civilização”, a propósito da propagação de pessoas com baixo nível de inteligência e respetivos efeitos económicos e

A tarefa fundamental dos autores dos artigos ou entradas enciclopédicas será pois a produção de textos de síntese, sem incorreções fácticas e teóricas, atualizados e com a profundidade necessária ao entendimento da complexidade dos temas, por linguagem clara de modo a ser perfeitamente compreensível pela generalidade dos leitores, ou seja, sem opacidade linguística ou de outra natureza (geralmente, mas não necessariamente, conexa com a área ou áreas disciplinar(es) em que o tema seja habitualmente tratado).

Se alguns dos aspetos mencionados podem parecer pouco ou mesmo nada relevantes de alguns pontos de vista, como admissivelmente sucederá com o critério “atualidade” nos períodos temporais

---

sociais), para além de perceções filosóficas ou ideológicas ultrapassadas ou alheias aos movimentos mais recentes. Em 1912, o matemático L. Karpinski, em “History of Mathematics in the recent edition of the Encyclopaedia Britannica” (*Science*, 35-888), tinha identificado várias imprecisões em artigos sobre História da Matemática, não escritos por especialistas da área. Em 1917, W. Huntington Wright escreveu *Misinforming a nation* (Nova Iorque, B. Huebsch), no qual aponta várias imprecisões sobretudo nos verbetes de humanidades, contudo a imprensa não hesitou em qualificar o autor de “maldoso e frívolo” (*New York Times*) e de proceder de “modo anticientífico” e “justificar pouco as suas críticas” (*The New Republic*). Em 1947, o antigo padre J. McCabe, em *The Lies and Fallacies of the Encyclopedia Britannica* (Londres, Haldman-Julius) acusou os editores de suscetibilidade à pressão editorial da Igreja Católica. O agrupamento de erros, imprecisões e omissões e a graduação da respetiva gravidade permitiram mais tarde a elaboração de comparações mais ou menos sistemáticas entre as principais enciclopédias em língua inglesa acerca da sua fiabilidade. Mais recentemente, esses erros e omissões têm sido reunidos em páginas da internet especialmente dedicadas a esse fim, como a do *Accuracy Project* ([accuracyproject.org](http://accuracyproject.org), não raramente acompanhadas de reservas como a seguinte: “Não pretendemos denegrir esta obra de qualidade, mas tão-somente identificar as incorreções que detectamos de modo a evitar maior propagação dessa informação errónea”. Noutras iniciativas, os seus autores procuram, declaradamente ou não, mesmo quando afirmam não ser esse o seu objetivo, comparar a qualidade científica das várias enciclopédias – por exemplo, entre a *Wikipedia* e a *Encyclopaedia britannica* –, o que já levou a uma resposta oficial por parte da última, em março de 2006, na sequência do artigo de Jim Giles, “Internet enciclopaedias go head to head” (*Nature*, dezembro de 2005), que compara aquela enciclopédia e a *Wikipedia*. Para além de salientar que a *Britannica* nunca afirmara, desde a sua primeira edição, em 1768, que estava isenta de erros, lembra as características da *Wikipedia*: uma base de dados da internet que permite que qualquer pessoa, independentemente dos seus conhecimentos ou qualificações, escreva ou edite artigos sobre qualquer tema (cf. [http://corporate.britannica.com/britannica\\_nature\\_response.pdf](http://corporate.britannica.com/britannica_nature_response.pdf), consultado a 10 de outubro de 2014).

mais longos, ilação inversa poderá emergir quase cristalinamente em relação aos períodos históricos mais curtos.

Como justificar, por exemplo, a omissão da ocorrência de uma revolução política, da declaração e subsequente reconhecimento de independência de um território, da atribuição de um prêmio Nobel ou de outro galardão com grande impacto a uma determinada pessoa, ou mesmo de edições, não meras reedições, posteriores de uma obra de referência respeitante a uma situação inacabada? Trata-se, em qualquer caso, de situações que ocorrem e com uma frequência não desprezível.

A despeito das críticas que sempre podem ser dirigidas a um texto ou estudo, incluindo os destinados a uma obra enciclopédica, os mesmos deverão sempre projetar-se e ser avaliados pelas suas qualidades fundamentais e não por eventuais falhas pontuais que, excepcionalmente, possam também apresentar. É isso que importa salientar: a função científica e também pedagógica de garantia da qualidade, da precisão e da atualidade dos conhecimentos sistematicamente compilados, bem assim da forma clara e precisa pela qual devem ser transmitidos nos textos inseridos numa obra enciclopédica, o que, para se concretizar, exige a obediência estrita a um conjunto de critérios metodológicos paulatinamente escarpados e consolidados pela epistemologia.

O rigor do método e a conseqüente elevada qualidade dos estudos elaborados constituem traços essenciais dos trabalhos científicos, e deles expectáveis por todos, sem embargo das limitações e dos enviesamentos, que nunca se poderá garantir, em absoluto, que não se repitam. Neste contexto, essas limitações e ou enviesamentos não devem ser considerados liminarmente ausentes de qualquer estudo. Daí a necessidade de verificação reiterada e, sempre que se justifique, de revisão de métodos ou de itinerários percorridos e a percorrer, bem como de conteúdos e de resultados, o que, da primeira à última linha, depende sempre, inevitavelmente, dos critérios seguidos pelos próprios autores.

### **3. Sobre a qualidade, credibilidade e autoridade científicas e a responsabilidade em geral dos autores de informações**

A qualidade, credibilidade e autoridade que são habitualmente reconhecidas aos resultados do labor “filtrado” pelo método científico assentam fundamentalmente em critérios procedimentais rigorosos e, também, na

elevada ou extrema precisão e fiabilidade das descrições e das análises efetuadas, bem como das conclusões sucessivamente extraídas pelos autores nos seus estudos, constantemente sujeitas a testes de verificação ou contestação, conforme se salientou.

Por tudo isso justifica-se a ligação estreita, antes apontada, entre, por um lado, a metodologia, os resultados e a qualidade ou autoridade das obras e, por outro, a “responsabilidade” autoral e de investigação, que, tal como foi mencionado, poderá ser subdividida em diversas vertentes, incluindo uma, suscetível de entendimento autónomo, qualificável como responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética”, não necessariamente “em confronto”, mas mais propriamente complementar em relação a outra vertente próxima, que se designou por “responsabilidade” ou “autoridade” científica, num sentido estrito, inerente ao exercício de tarefas com respeito estrito pelos ditames do método científico, com suas especificidades.

Todavia, quando nos referimos a “responsabilidade”, não poderemos ficar apenas por uma distinção demasiado geral, sempre muito discutível, sobre o que possa ser autonomizado e qualificado como responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética”, em confronto com uma noção de responsabilidade estritamente técnica, que, em rigor, talvez também deva integrar aquele sentido de responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética”, emergente da criação, tratamento e ou prestação de informação por alguém, a título profissional.

Esses distintos sentidos de responsabilidade devem ser compaginados, designadamente, com outras vertentes de responsabilidade pela elaboração e prestação de informações, por vezes com naturezas substancialmente diversas, mas em vários casos com áreas de fronteira e de coincidência: responsabilidade civil por danos causados, responsabilidade financeira pública, responsabilidade criminal, responsabilidade contraordenacional, responsabilidade disciplinar, responsabilidade laboral, responsabilidade moral, etc.

Trata-se de matérias distintas, quase todas elas complexas, pelo que, obviamente, não se justifica que procuremos entrar aqui, mesmo que sumariamente, em abordagens específicas sobre qualquer das modalidades de responsabilidade referidas ou outras. Dir-se-á, de qualquer modo, que, no caso da responsabilidade jurídica em geral, quando tenham sido celebrados contratos cujo objeto consista na elaboração e prestação de

informações técnicas ou científicas, se justificará em princípio a responsabilização do autor dessas informações<sup>7</sup>.

A responsabilidade do autor de estudos poderá assumir uma maior ou menor dimensão consoante as particularidades da situação concreta, muito díspar, designadamente em função do conteúdo abrangido ou não pelo contrato celebrado e vigente (v. g., quanto ao cumprimento estrito, ou não, de critérios metodológicos, quanto à fundamentação empírica e teórica explícita, etc.) e do âmbito necessariamente excluído (v. g., determinados resultados experimentais, no que respeita aos seus limites próprios).

Mais discutível será a hipótese de responsabilização nas situações em que a informação a prestar consista, por exemplo, numa avaliação a uma determinada realidade (a qual pode resumir-se apenas à atribuição de uma classificação ou *rating*). Não faltam os autores que sempre sustentaram, designadamente na área do Direito Comparado, o afastamento de qualquer hipótese de responsabilização jurídica nessas circunstâncias, ao abrigo do princípio fundamental da liberdade de expressão, com esteio constitucional em cada vez mais lugares do mundo, embora com projeção particular no ordenamento dos Estados Unidos da América.

No entanto, mais recentemente, após o alastramento de múltiplas incertezas típicas de momentos de crises profundas, uma solução que se revelou quase indiscutível ao longo de décadas não só foi submetida a fortes interrogações, como deu lugar depois a profundas revisões quanto às soluções legais anteriores. Não apenas se justificava, como, mais

---

<sup>7</sup> Não se justifica certamente entrar aqui no domínio da responsabilidade jurídica pela prestação de informações, mas importa pelo menos citar as disposições gerais do ordenamento português sobre isso. O artigo 485.º do *Código Civil*, inserido no Livro II – Direito das Obrigações, Título I – Das obrigações em geral, Capítulo II – Fontes das obrigações, Secção V – Responsabilidade civil, Subsecção I – Responsabilidade por factos ilícitos, com a epígrafe “conselhos, recomendações ou informações”, prevê no n.º 1 que: “Os simples conselhos, recomendações ou informações não responsabilizam quem os dá, ainda que haja negligência da sua parte”, e no n.º 2 que: “A obrigação de indemnizar existe, porém, quando se tenha assumido a responsabilidade pelos danos, quando havia o dever jurídico de dar o conselho, recomendação ou informação e se tenha procedido com negligência ou intenção de prejudicar, ou quando o procedimento do agente constitua facto punível”. Sobre o tema, e apesar de se encontrarem muitas outras análises e referências, em língua portuguesa a obra fundamental é a de Jorge Sinde Monteiro, *Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações*, Coimbra, Almedina, 1989.

ainda, se imporia a responsabilização por meras classificações técnicas atribuídas no caso de não terem sido fundamentadas, devidamente fundamentadas, ou na hipótese de contradizerem os fundamentos em que, supostamente, assentavam. Muito raras são, afinal, aqui como noutros domínios, as interpretações (supostamente) imutáveis.

Para além de as interpretações e soluções políticas e jurídicas variarem ainda significativamente de país para país – sem prejuízo do fenómeno de crescente aproximação internacional assente numa cada vez maior interdependência económica, política e cultural entre os habitantes dos vários países do mundo, correntemente designado por globalização –, a solução em cada situação concreta da vida, de procura e eventual contratualização para elaboração e provisão ou apenas provisão de informação (a qual poderá resumir-se numa simples notação técnica, mas sempre complementada e fundamentada por outros elementos mais ou menos extensos), dependerá em larga medida das disposições específicas acordadas, ou seja aceites, pelas partes interessadas ou contraentes, desde que e na medida em que não contrariem as regras legais imperativas em vigor sobre essa matéria.

Sem embargo da relevância de todos estes aspetos gerais atinentes à responsabilidade do autor de informação ou estudos produzidos nos termos das disposições jurídicas aplicáveis, importará salientar aqui a relevância, endógena e exógena, do mérito científico desses estudos e dos seus resultados e impacto, nos quais assentarão a qualidade, a credibilidade e a autoridade desses estudos junto dos vários públicos, *maxime* especializados, mas também nos menos especializados. Daí a referência anterior a diversas responsabilidades autónomas, incluindo a que se designou por responsabilidade “social”, “cívica” ou “ética”, intrinsecamente conexas com a qualidade e credibilidade científicas, das quais resultará a autoridade dos estudos, e, não menos relevante, conexas também com os efeitos gerais que produzirá nos planos educativo, cultural, social, económico, político.

Recorrendo, exemplificativamente, às conclusões de um interessante estudo que nos deu conta dos progressos verdadeiramente impressionantes verificados nas mais diversas vertentes do ensino básico, preparatório e secundário da Região Autónoma da Madeira ao longo dos últimos anos e decénios, desde o reconhecimento da autonomia política da Madeira e dos Açores, com a Constituição portuguesa

de 1976, não pode deixar de colocar-se a qualquer intérprete uma interrogação sobre o facto, também publicitado, de os resultados finais (alunos formados e classificações obtidas) serem incompatíveis com aqueles avanços verdadeiramente impressionantes. Por que motivo se terão registado avanços substanciais gerais e consistentes em todas as componentes educativas apresentadas, incluindo todo o tipo de apoio (especial, médico, psicológico...) e de atividades complementares (desporto, música...), com exceção “apenas” dos resultados finais quanto ao aproveitamento e às classificações quantitativas dos alunos? Existirão razões objetivas “necessariamente” ou “provavelmente” conducentes a esses resultados?

Em especial no que diz respeito às ciências sociais, quando estejam a ser analisados fenómenos recentes e próximos, em que existam ligações estreitas com os factos a descrever e qualificar, poderá mais facilmente incorrer-se em riscos que muitas vezes se deparam, incluindo o de eventual perda de isenção e objetividade, mediante eventuais cedências pontuais, aqui ou além, mais ou menos emotivas ou “apaixonadas”, porventura tendenciosas, em defesa mais ou menos subliminar de certas agendas, próprias ou alheias (ideológicas, religiosas, ambientais...), por exemplo relativas a crenças ou “cartilhas” de natureza diversa, independentemente da sua maior ou menor fundamentação, sem prejuízo de ser quase sempre muito difícil ou “impossível” uma demarcação clara e consensual do que está devidamente fundamentado, cientificamente, e do que não passa de mera opinião subjetiva.

De qualquer modo, todas estas preocupações assumem um relevo nitidamente superior nas ciências sociais e políticas do que em outros campos do conhecimento, apesar de não ser de afastar a hipótese de circunstâncias similares poderem desempenhar efeitos comparáveis em outros campos do conhecimento, mais técnicos, que à partida se admitiria serem menos suscetíveis desse tipo de interferências. São conhecidas interferências com esse teor no passado, as quais levaram, designadamente, à omissão e censura de dados recolhidos e de estudos efetuados sobre os mesmos, designadamente por preocupações de proteção da ordem social e da normalidade comportamental humana<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Referimo-nos, por exemplo, a estudos elaborados a partir de observações do reino animal, nos finais do século XIX e inícios do século XX, cuja publicidade foi vedada por parte de prestigiadas publicações e associações científicas, com

Conhecidos estes e outros problemas e enviesamentos metodológicos e materiais que podem atingir e prejudicar os trabalhos científicos e a sua qualidade e credibilidade, e sem pretender minimizar dificuldades que se continuam a deparar no labor e nos esforços constantes de os não voltar a repetir e, no caso de se verificarem, de os despistar o mais rapidamente possível, é, no entanto, em alguma medida reconfortante saber que hoje conhecemos melhor a verificação e os contornos mais frequentes dessas dificuldades e entorses, e que, para além disso, dispomos de instrumentos que nos permitem proceder a uma avaliação sistemática e muito mais rigorosa, abertamente verificável e contestável, inclusivamente sobre as instituições e os fenómenos sociais, tendo em consideração, entre outros aspetos, os princípios fundamentais das ordens políticas e jurídicas que os conformam, os critérios de interpretação das normas relevantes e aplicáveis, o grau de interferência e de condicionamento de organismos de cooperação e de integração política e económica internacional na ordenação e regulação das coletividades nacionais e regionais, a fundamentação e legitimação das estruturas institucionais existentes e das repartições legais de atribuições por entidades e de competências por diversos órgãos, os efeitos prováveis da aplicação e ou da desaplicação das várias disposições materiais e procedimentais, a articulação e coesão entre todos os sujeitos ou agentes sociais, etc.

Com estas observações de ordem geral não se tenciona, inequivocamente, reavivar conceções extemporâneas de neutralidade interpretativa e analítica nas ciências sociais, em geral, e nas áreas do Direito e da Política, em particular, típicas dos positivistas “clássicos” e também dos inúmeros positivistas “modernos” ou “contemporâneos”.

Pretende-se, tão-somente, notar, em primeiro lugar, que os obstáculos apontados são reais e atuais e não já claramente ultrapassados, “míticos”, de um passado mais ou menos longínquo, e, em segundo lugar, e muito mais importante, afirmar que todas essas dificuldades são ultrapassáveis, não facilmente mas com segurança, através do recurso a instrumentos

---

receio de alguma associação por parte dos leitores à espécie humana de comportamentos, que aparentemente se afiguravam como “socialmente anómalos”, registados em algumas espécies animais (casos que se supôs inicialmente corresponderem a necrofilia, coerção física, etc.). Certas observações naturais e decisões de reserva quando à sua divulgação só foram conhecidas recentemente.

racionais, lógicos, claros e objetivos, já profundamente consolidados, designadamente pela comunidade científica nos seus diversos ramos e com projeção direta, por exemplo, em organismos reputados pela especialização nas suas tarefas de recolha e tratamento de dados (é o caso dos institutos de estatísticas oficiais) ou de resolução de conflitos ou de litígios (é o caso dos tribunais), em última instância ou não<sup>9</sup>.

Estes e muitos outros meios caracterizam-se e devem caracterizar-se pela racionalidade e objetividade no exercício das suas tarefas, nos resultados dos dados e estudos que apresentam e nas decisões que tomam, mas não ficam minimamente dispensados da crítica, incluindo em especial a crítica científica, mesmo nas situações em que certos órgãos dispõem legalmente do poder exclusivo de se pronunciarem em definitivo ou última instância e “com força obrigatória geral” sobre uma dada questão concreta, de maior ou menor amplitude social e política. Poder-se-á sustentar que, em função da maior projeção de certas instituições, se justifica uma avaliação crítica ainda mais apurada sobre as suas incumbências, na medida das possibilidades e das necessidades, sempre com a devida fundamentação.

Consequentemente, e sem embargo de todas as dificuldades, incluindo as mencionadas, nada impede que os estudos nos domínios das ciências sociais, designadamente na área do Direito e Política, sejam estritamente pautados, como os demais, pela objetividade, pela imparcialidade e pela racionalidade, próprias do método científico. Nada impede; pelo contrário, as diversas modalidades de responsabilidade apontadas impõem esse objetivo maior (“facilmente” testado, designadamente, a partir da “autoridade” das fontes em que os estudos efetivamente se baseiem).

---

<sup>9</sup> Para além de uma remissão geral para as obras gerais de metodologia das ciências sociais, como as citadas anteriormente, limitamo-nos a acrescentar, no domínio jurídico, alguns manuais recentes, todos com abundantes referências doutrinárias: Miguel Teixeira de Sousa, *Introdução ao Direito*, Coimbra, Almedina, 2013; António dos Santos Justo, *Introdução ao Estudo do Direito*, Coimbra Coimbra Editora, 2012; José de Oliveira Acensão, *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, op. cit., 2005; António Castanheira Neves, *Metodologia Jurídica? Problemas Fundamentais*, op. cit., 1993; João Baptista Machado, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra, Almedina, 1983.

#### 4. Sobre o âmbito material da área de Direito e Política do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* (uma síntese esquemática)

Por fim, uma síntese esquemática, necessariamente incompleta, sobre o âmbito material da área do Direito e Política, não sem antes tecer mais duas observações breves, sobre a mutabilidade e a variedade dos valores humanos e sociais.

As ciências jurídicas, enquanto área do conhecimento que tem por objeto o estudo da tutela dos valores humanos e sociais mais relevantes aceites generalizadamente pelas comunidades, estão sujeitas a mutações graduais e constantes, não apenas enquanto disciplina científica propriamente dita, mas por decorrência da alteração de consensos sociais sobre aqueles valores (que constituem o seu objeto).

Uma parte importante dos valores considerados essenciais à convivência humana tem-se mantido quase inalterada em alguns aspetos nucleares durante períodos de tempo muito longos, seculares e até milenares. Por exemplo, o princípio do respeito pela vida humana e também pela dignidade da pessoa humana, apesar de sujeito a repetidas e gravíssimas violações com o decurso do tempo e sobretudo apesar de ter sido objeto de sucessivos progressos e reforços e precisões quanto aos termos da sua defesa efetiva, tendeu a radicar-se paulatinamente no espírito das pessoas e das sociedades, aliás com inúmeros reflexos na arte, na literatura e em muitas outras expressões culturais. Todavia, a relativa constância que envolveu em diferentes momentos históricos um conjunto de valores que gradualmente passaram a ser considerados quase “absolutamente” essenciais à convivência humana verificou-se em algumas sociedades humanas mas não noutras, não se tendo estendido a muitos outros valores. Estas divergências significativas quanto aos diversos valores em presença e quanto à sua articulação e hierarquização ainda hoje se mantêm, em parte, apesar de se poder falar concomitantemente numa tendência de convergência, mesmo que parcelar e sujeita a múltiplos matizes (geográficos, políticos, culturais...). Essas divergências são particularmente evidentes se olharmos para outro exemplo, atual, especialmente debatido hoje por atingir diretamente a vida diária de quase todas as pessoas em sociedades como a portuguesa e as de vários países europeus, os designados “direitos económicos e sociais”, que quase todos nós supúnhamos tratar-se, hoje, no século XXI, de direitos

civilizacionais absolutamente “adquiridos”, “inatacáveis”, “incompressíveis” ou “incomprimíveis”, “irrevogáveis”<sup>10</sup>.

Alguns dos direitos “económicos e sociais” encontram-se no núcleo do acervo comumente designado por “Estado social”, tutelado constitucionalmente, em Portugal e noutros países (embora não em todos ou na maioria dos países, mesmo no continente europeu), e também do designado “modelo social europeu”, subjacente à construção das Comunidades Europeias após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, às quais sucedeu recentemente a União Europeia. O conteúdo destes “direitos económicos e sociais” não é uniforme, não sendo por isso aceites generalizadamente, sem pelo menos algumas reservas, mesmo entre os estados que formam a atual União Europeia. Alguns destes estados (o Reino Unido...) chegaram a colocar em cima da mesa a hipótese de abandono da União no caso de virem a ser obrigados a cumprir alguns direitos económicos e sociais por os considerarem nocivos do ponto de vista da produtividade e da competitividade económica. Ou seja, as ordens jurídicas e os acervos de valores tutelados em cada lugar e momento variam, embora tendencialmente em menor grau do que em épocas passadas. As alterações dos valores jurídicos tendem a ocorrer

---

<sup>10</sup> Para uma introdução em língua portuguesa aos direitos fundamentais e em especial aos direitos económicos e sociais, e para além de manuais gerais de Direito Constitucional (como o de Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, publicado pela Coimbra Editora, em vários volumes, e o de José Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, publicado pela Almedina, ambos com sucessivas reedições e reimpressões, aos quais há que acrescentar vários outros mais recentes) e de Constituições anotadas (entre as quais a de Gomes Canotilho e Vital Moreira e a organizada por Jorge Miranda e Rui Medeiros), sugerem-se os manuais de Direito Económico, em que se salienta o de Eduardo Paz Ferreira (*Direito da Economia*, de 2001, editado pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa), o de Maria Manuel Leitão Marques, Antóio Carlos Santos e Maria Eduarda Gonçalves (*Direito Económico*, Almedina, com várias edições), Luís Cabral de Moncada (*Direito Económico*, Coimbra Editora, também com várias edições) e o mais recente organizado por Luís Morais (*Direito da Economia*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2007). Quer o quadro dos direitos fundamentais quer o dos direitos económicos e sociais necessitam de ser compaginados no contexto internacional de globalização (económica, cultural, social, jurídica, política). Sobre isso, pode cf., entre outros, José Renato Gonçalves, *O Euro e o Futuro de Portugal e da União Europeia – Estudo sobre o desenvolvimento e a coesão económica, social e territorial no contexto da união monetária europeia e da globalização*, Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 2010.

gradualmente, exceto em momentos de roturas mais ou menos radicais, as revoluções, que podem verificar-se em qualquer momento em função de múltiplas circunstâncias. As sociedades depararam-se constantemente com diversas propostas de alterações em relação ao *statu quo*; algumas delas são aceites, outras não.

A evolução habitual das ordens sociais e jurídicas caracteriza-se por pequenos ajustamentos, por vezes quase impercetíveis. Todavia, de tempos a tempos, deparamo-nos com mudanças muito mais profundas. Excecionalmente, ocorrem movimentos revolucionários, que em alguns países e épocas se repetem com alguma frequência. O caso do reconhecimento da autonomia política e administrativa aos arquipélagos da Madeira e dos Açores pela Constituição portuguesa de 1976 é um dos exemplos próximos e nítidos de grandes mutações políticas e jurídicas recentes.

As grandes alterações de organização política, jurídica e social resultam habitualmente de exigências sociais e das negociações que se seguem à apresentação dessas exigências, em determinados momentos históricos e depois mais ou menos concretizadas e aprofundadas em função de múltiplas circunstâncias e parâmetros, dependentes de evoluções e outras mutações e influências, internas e externas. Independentemente das sucessivas mutações terem sido ou não “exigidas” ou sugeridas pelos cultores das ciências jurídicas e políticas ou de outras ciências, a partir do momento em que sejam comumente aceites ou formalmente adotadas, entram necessariamente nos campos de estudo, bem como nos âmbitos de aplicação das disposições que as corporizem e de sujeição por parte dos que por elas fiquem vinculados. Será escusado salientar o que parece óbvio: apesar da mutabilidade e da diversidade dos valores políticos, jurídicos e sociais, em nada fica prejudicada a sua análise científica.

Termino com uma mera justaposição esquemática de quatro dos principais conjuntos de tópicos abrangidos pela área do Direito e Política da Região, objeto de estudo *maxime* do Direito Regional<sup>11</sup>:

---

<sup>11</sup> Existem já numerosos estudos científicos de Direito Regional iniciados em Portugal, sobretudo no âmbito do Direito Constitucional e também do Direito Financeiro e depois gradualmente autonomizados. No primeiro caso, do Direito Constitucional, há que mencionar as obras gerais, incluindo os manuais e as constituições anotadas referidos na nota anterior. No segundo caso, das Finanças Públicas e do Direito Financeiro, há que acrescentar os manuais, como o de António Sousa Franco (*Finanças Públicas e Direito Financeiro*, publicado pela

- (1.º) – Organização institucional da Região Autónoma (designadamente, sistema e órgãos de governo próprio, organismos públicos regionais, incluindo a administração pública direta, indireta e autónoma regional, relações fundamentais entre os órgãos regionais de governo e os órgãos de governo nacionais, europeus, internacionais e locais...);
- (2.º) – Regimes jurídicos específicos regionais, adaptações regionais de regimes jurídicos nacionais e alguns regimes internacionais, europeus e nacionais diretamente aplicáveis no território da Região Autónoma (incluindo as áreas fiscal, financeira e administrativa...);
- (3.º) – Políticas públicas regionais e algumas políticas públicas internacionais, europeias e nacionais com implicações diretas no território regional (quais e em que termos podem e têm ou não sido prosseguidas políticas públicas regionais e sua articulação com políticas nacionais e internacionais, especialmente europeias...);
- (4.º) – Algumas personalidades do Direito e da Política na Madeira.

Em qualquer um dos quatro conjuntos de tópicos mencionados há lugar para recolha, seleção, tratamento e síntese de informações vastas e complexas, que obrigam a um esforço de delimitação estrita e a um aprofundamento, sobretudo em domínios de maior problematização significativa (especialmente nos três primeiros conjuntos de tópicos), com interesse tanto teórico como prático para os mais diversos públicos.

Sem entrar em qualquer ponto específico, observe-se, por exemplo, que a atuação pública regional, quando não for (i) exclusiva, ou é

---

Almedina, com sucessivas edições e reimpressões), entre outros estudos que elaborou sobre o tema, incluindo *As Finanças do Sector Público – Introdução aos Subsectores Institucionais: Aditamento de actualização* (editado pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2003) e o de J. Teixeira Ribeiro (*Lições de Finanças Públicas*, Coimbra Editora, também com várias edições e reimpressões), para além dos de Eduardo Paz Ferreira (*As Finanças Regionais*, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de 1985, e vários outros estudos sobre finanças das Regiões Autónomas). Entre as obras de Direito Regional, saliente-se a organizada por Jorge Miranda, com essa mesma epígrafe (*Estudos de Direito Regional*, Lisboa, Lex, 1997), em cujas 945 páginas se encontram reunidos estudos, entre outros, de Sousa Franco, António Vitorino, Blanco de Morais, Freitas do Amaral, Paz Ferreira, Franck Moderne, Teixeira Ribeiro, Margarida Salema, Maria Lúcia Amaral, Maria Luísa Duarte, Paulo Otero, Pedro Machete, Rui Machete e Rui Medeiros.

(ii) partilhada com outros níveis e órgãos de governo – obrigando assim a uma articulação eficiente e eficaz, para além de desejavelmente certa, em face das políticas, dos atos legislativos e de outra natureza e, em geral, das diversas esferas de poder de nível hierarquicamente superior, sobretudo de âmbito nacional, bem assim em relação aos atos, políticas e esferas de poder de nível hierarquicamente inferior – ou então (iii) subordina-se às políticas e aos atos políticos, legislativos, financeiros e administrativos dimanados dos níveis e dos órgãos “superiores” de governo, *maxime* nacionais, mas não apenas nacionais, designadamente no quadro de compromissos europeus e internacionais assumidos pelo Estado português.

Nas mais diversas áreas do conhecimento e das atividades, deparamo-nos com potenciais conflitos, positivos e negativos, teóricos e práticos, que inevitavelmente emergem, desde logo na concretização dos âmbitos precisos de atuação regional.



# Instituições assistenciais na Madeira na época Moderna

Joana Balsa de Pinho

Universidade de Lisboa

---

## Considerações iniciais

Com o presente texto propomo-nos realizar um percurso histórico relativo à assistência na ilha da Madeira, durante a Idade Moderna, dos séculos XV ao XVIII, na relação com a espiritualidade cristã.

O elemento que marca de forma decisiva a assistência nesse período, criando um novo paradigma caritativo, é a criação das Misericórdias. No entanto, este acontecimento é herdeiro de um conjunto de experiências e dele ficará devedor.

Esta nova experiência assistencial ensaiada em território continental, como eficaz estrutura que respondia às principais necessidades sociais, foi projetada para os novos territórios além-mar; constituindo-se como uma experiência global, espiritual, cultural e institucional, que ainda hoje, no século XXI, perdura com os mesmos objetivos.

## As instituições pré-Misericórdias

Desde a descoberta da Madeira até à criação das Misericórdias existiram diferentes instituições com finalidades caritativas. Estas caracterizavam-se por serem iniciativas de carácter particular, com pequena dimensão institucional e edificada e uma multiplicidade funcional, seguindo uma matriz de tradição tardo-medieval semelhante ao que se verificava em todo o território europeu.

Assim, no arquipélago da Madeira ao longo de todo o século XV fundaram-se diferentes instituições como o hospital de São Paulo (1454), o hospital Velho (1477), a mercearia de Santa Catarina (1484), a albergaria de São Bartolomeu (1497) e a gafaria de São Lázaro (século XV)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Rui Carita, *História da Madeira*, 7 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1989-2008; vol. 1, pp. 96, 247-249, 264.

Mesmo antes de qualquer aprofundamento de conteúdos apercebemo-nos que, embora seja complexa uma diferenciação funcional, existiam instituições destinadas a diferentes tipos de auxílio tendo em conta os destinatários. Os hospitais destinavam-se maioritariamente aos doentes, enquanto as albergarias e gafarias, a viajantes e leprosos respetivamente.

As instituições que referimos apresentam características fundacionais, relativamente aos seus instituidores e objetivos iniciais, em tudo semelhantes às instituições similares continentais.

Vejamos alguns exemplos, começando pelo caso do hospital de Nossa Senhora do Calhau. Em 1477, Constança Vaz e Pero Afonso doam um terreno para a construção de um hospital onde agasalhar e albergar pobres e pessoas necessitadas. Deveria funcionar junto da igreja de Nossa Senhora do Calhau, fundada na primeira metade do século XV, e seria administrado por uma confraria com designação idêntica; o hospital já estava em funcionamento em 1492<sup>2</sup>.

Na década seguinte, no ano de 1484, é fundada junto da capela de Santa Catarina, uma mercearia com o mesmo nome, por iniciativa de Constança Rodrigues, viúva de João Gonçalves Zarco. Em 1563, esta mercearia era composta por 6 casas térreas e telhadas, cinco para cinco senhoras idosas e uma para o ermitão. A intenção era acolher mulheres pobres envergonhadas, as merceeiras, para garantirem orações pelas almas dos fundadores. Esta instituição ainda estava em funcionamento em 1818<sup>3</sup>.

Instituições semelhantes foram também desenvolvidas fora do Funchal. Na Calheta, no último quartel século XV, Rodrigo Eanes promoveu a instituição de um hospital a funcionar numa das suas casas<sup>4</sup>.

De igual modo, uma carta de D. Afonso V refere a existência, em Santa Cruz, de uma capela e hospital instituídos por Gil Eanes e Beatriz Eanes, moradores na localidade<sup>5</sup>. Também em inícios do século XVI, em

---

<sup>2</sup> *Ibidem*, vol. 1, p. 264.

<sup>3</sup> *Ibidem*, vol. 1, p. 248

<sup>4</sup> *Ibidem*, vol. 1, pp. 273-274.

<sup>5</sup> Cf. carta de D. Afonso V confirmando um administrador da capela e hospital anexo instituído por Gil Eanes e Beatriz Eanes, moradores em Santa Cruz termo de Machico por não terem herdeiros (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 51v.; José Pedro Paiva (coord.),

1505, Diogo Vaz deixa em testamento uma casa destinada a hospital, para ser administrado pela confraria de Jesus<sup>6</sup>.

Assim, as instituições caritativas madeirenses anteriores às Misericórdias, de iniciativa privada e com gestão confraternal, granjearam o apoio da população; constituíram-se através da fundação de capelas, instituição de mercearias e gafarias, manutenção de camas em hospitais e apoio à pobreza envergonhada.

Este quadro assistencial medievalizante altera-se com a fundação das Misericórdias. Nas últimas décadas da centúria de Quatrocentos inicia-se um processo, denominado reforma e modernização das instituições de assistência, promovido pela coroa e do qual se destacam a reorganização das instituições assistenciais de origem medieval, o Regimento das Capelas e Hospitais e a criação das Misericórdias.

## As Misericórdias da Madeira

### *Instituição e difusão*

As confrarias da Misericórdia, Santas Casas da Misericórdia, ou simplesmente Misericórdias são confrarias de leigos que se organizaram sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, prosseguiram objectivos assistenciais e a primeira fundação ocorreu em Lisboa no ano de 1498. Ou seja, não são clericais mas sim eclesiais, onde a Igreja se faz presente através da ação dos leigos.

A fundação das Misericórdias deve ser entendida dentro de um amplo contexto religioso e social de transição de finais da Idade Média para a Idade Moderna; a sua multifacetada ação convoca questões relacionadas com o conceito de pobreza e de assistência, com a prática e a função da caridade e da esmola, com a renovação e as características da espiritualidade da época, com formas de afirmação política e social, com a função das confrarias de leigos<sup>7</sup>, entre outras.

---

*Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 10 vols., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2012; vol. 2, p. 157.

<sup>6</sup> Rui Carita, *op. cit.*, vol. 1, pp. 267-268.

<sup>7</sup> Sobre este contexto religioso e político em que se instituíram as Misericórdias ver Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pomal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 22-37; Isabel dos Guimarães Sá e

Tinham um estatuto especial, como confrarias de cariz religioso, mas compostas por leigos e sob proteção e jurisdição régia, que saiu reforçado pelas determinações do Concílio de Trento<sup>8</sup>. Ou seja, por responderem perante o rei não estavam sujeitas à autoridade episcopal, com exceção das questões relacionadas com o culto<sup>9</sup>.

Estas confrarias, cuja primeira fundação ocorreu em 1498 em Lisboa, tornaram-se as mais importantes confrarias portuguesas da época Moderna devido à sua rápida difusão por todo o país e espaço ultramarino.

Na ilha da Madeira as Misericórdias historicamente instituídas remontam à primeira metade do século XVI: Funchal 1511, Santa Cruz 1528<sup>10</sup>, Calheta 1535<sup>11</sup>, Machico anterior a 1543<sup>12</sup>; Porto Santo anterior a 1575<sup>13</sup>.

Para esta rápida difusão e conseqüente consolidação da sua atividade, as Misericórdias contaram com a especial proteção e apoio do rei D. Manuel. Também na Madeira a ação do monarca se fez sentir. Em 1511, dentro de uma das estratégias de D. Manuel para a difusão das Misericórdias, odestacamento de funcionários reais para essa finalidade<sup>14</sup>, o Rei solicita a João Fernandes Amil, juiz dos resíduos e prove-

---

Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000*, [s.l.], Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 7-23; José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 3, pp. 7-21.

<sup>8</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “The role of religion and race in shaping portuguese society at home and overseas: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century”, *Portuguese Studies*, Londres, Modern Humanities Research Association, n.º 13, 1997, pp. 210-221.

<sup>9</sup> Algumas questões sobre o exercício da jurisdição episcopal nas Misericórdias, ver José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 4, pp. 23-25.

<sup>10</sup> Data da escritura que refere a existência do edifício da Misericórdia e conseqüentemente da confraria. Cf. José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 5, p. 195.

<sup>11</sup> Data do assento lavrado pelos irmãos a 9 de outubro de 1535, incluído no tomo da Misericórdia da Calheta; cf. José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 4, p. 28.

<sup>12</sup> Data do documento mais antigo relativo a esta Misericórdia. Cf. José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 4, p. 284

<sup>13</sup> A fundação da Misericórdia de Porto Santo deve datar da segunda metade do século XVI; em 1575 um testamento faz referência a esta confraria.

<sup>14</sup> O caso mais conhecido é o de Álvaro da Guarda que se deslocou a vários locais do sul de Portugal com a incumbência de fundar Misericórdias. No caso de Beja, o escudeiro levava já um compromisso para a Misericórdia, cf., relato da procissão inaugural da Misericórdia de Beja, transcrito em José Pedro Paiva

dor dos hospitais e capelas na Madeira, a instituição da confraria no Funchal<sup>15</sup>.

O apoio do rei prosseguiu com outras ações, nomeadamente com a concessão de esmolas, um dos apoios reais mais recorrentes. Neste contexto a Misericórdia do Funchal recebeu do mesmo monarca uma esmola anual de 12 arrobas de açúcar, para o provimento dos pobres doentes a cargo da confraria, na que foi considerada a primeira esmola sistemática do monarca às Misericórdias<sup>16</sup>; posteriormente confirmada em 1563 e 1573.

A mesma Misericórdia iria usufruir, logo em 1512, de outra importante concessão régia: D. Manuel outorga-lhe, em resposta a um seu requerimento, os privilégios e liberdades da Misericórdia de Lisboa; posteriormente confirmados por D. João III em abril de 1537<sup>17</sup>. Destes privilégios e liberdades destacamos:

- os oficiais que servissem anualmente a confraria ficariam isentos do exercício de cargos municipais, de aposentadoria, de impostos municipais e da participação em procissões (obrigações impostas pelos concelhos aos seus moradores);
- os pedidores de esmolas para os presos usufruiriam dos mesmos privilégios e liberdades dos mamosteiros dos cativos;
- a confraria teria a possibilidade de ter escrivão privativo;
- os indivíduos ao serviço da confraria poderiam contar com atendimento prioritário no açougue para adquirirem carne para os doentes e presos pobres e nas audiências,

---

(coord.), *op. cit.*, vol. 3, pp. 435 - 436. Destaque ainda para Misericórdia de Lamego, cujo livro de contas regista o auto de instituição da irmandade em que António Correia, corregedor da comarca, declara “*que o senhor rei lhe mandara e encomendara que na cidade e villas da dita correição mandasse fazer a confraria*”; cf. Costa Goodolphim, *Misericórdias*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 385.

<sup>15</sup> Carta régia de D. Manuel transcrita em José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 3, pp. 367-368.

<sup>16</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, parte II, mc. 32, doc. 181; referido em José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 1, p. 29.

<sup>17</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, liv. 23, fls. 39v.-40v., confirmação de D. João III (abril de 1537) com o traslado do documento manuelino, transcrito em José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 3, pp. 293-296.

- a confraria teria possibilidade de levantar força na cidade para os padecentes e retirá-los e enterrá-los de imediato e ainda a possibilidade de recolher os padecentes da força da cidade no dia de Todos os Santos;
  - a confraria deteria o exclusivo do pedido de esmola para presos, entrevados e envergonhados na cidade;
  - a confraria poderia cobrar as suas rendas, foros e dívidas como se se tratassem de fazenda real;
- entre outros, de grande importância na sociedade quinhentista.

Esta proteção real não se resumiu apenas ao reinado de D. Manuel. Durante os séculos posteriores veremos os reis em ações concretas de apoio às Misericórdias. A Misericórdia de Calheta recebe em 1594, por alvará régio, uma tença anual de 7 mil rs. devido à pobreza e necessidade da Casa. Situação semelhante ocorrerá no século seguinte com a Misericórdia de Santa Cruz que será agraciada com uma tença de 8 mil rs. anuais, prorrogados em 1612, 1642, 1760 para remediar a necessidade e pobreza da casa<sup>18</sup>.

Também no Funchal a confraria beneficia dos mesmos privilégios económicos: em 1643 um alvará régio prorroga por cinco anos a concessão de 15 mil rs. de esmola; em 1647, 1653 e 1688, 1693, 1706 ocorre a mesma prorrogação em iguais condições<sup>19</sup>.

### *Ação e devoção*

Originalmente, na atividade caritativa das Santas Casas salientava-se uma dupla dinâmica; uma que direcionava a confraria para o exterior, consubstanciada na assistência aos necessitados através do cumprimento das Obras de Misericórdia e outra vocacionada para o interior da confraria, para uma proposta espiritual a ser vivida pelos confrades e tendo por base a penitência, constituindo-se como “um movimento confraternal verdadeiramente moderno”<sup>20</sup>.

Dada a impossibilidade prática de cumprir todas as Obras de Misericórdia, as confrarias tiveram inicialmente que orientar a sua ação

---

<sup>18</sup> José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 5, p. 106 e vol. 6, p. 194.

<sup>19</sup> *Ibidem*, vol. 6, p. 66; vol. 5, p. 68 e vol. 6, pp. 74, 93, 98, 105.

<sup>20</sup> Ivo Carneiro de Sousa, “A Rainha D. Leonor e a Fundação das Misericórdias Portuguesas”, *Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, Edição do Centro de Estudos Regionais, 2001, pp. 62, 114-115.

para uma dupla finalidade assistencial: os doentes e os presos (incluindo padecentes). Esta especialização da atividade, enquanto vocação primitiva das Misericórdias, foi entendida como marca da originalidade e da renovação social e religiosa do movimento confraternal criado por D.<sup>a</sup> Leonor e insere-se no quadro mental da época relacionado com os conceitos de alma, salvação, pecado e vida cristã<sup>21</sup>.

Da ação das Misericórdias destaca-se a assistência a pobres doentes ou doentes presos (visitar em casa ou no hospital, dar pousada, comida, esmolas, medicamentos, promover a visita do médico e do capelão, vestir); a assistência a presos pobres (visitar, dar comida, vestir), pobres envergonhados (visitar, dar esmolas); enterramento dos condenados à morte (acompanhamento processional até ao local da execução, recolha dos restos mortais)<sup>22</sup>.

Também no arquipélago da Madeira as confrarias da Misericórdias privilegiaram estas duas dimensões: assistência e devoção, público e privado, assistidos e irmãos.

A primeira consubstanciava-se na existência de um local de acolhimento e tratamento de doentes e pobres, várias confrarias do arquipélago promoveram estes espaços. No Funchal, o hospital da Misericórdia foi durante vários séculos, o único hospital da ilha. No século XVIII esta Misericórdia dispunha ainda das seguintes valências: botica, que não abastecia apenas o hospital; recolhimento para órfãs (criado por decisão dos oficiais em 1725 e a funcionar no edifício da Misericórdia); roda para enjeitados (criada em 1724 em reunião dos oficiais para serem retirados pelo porteiro da casa e entregues ao cuidado do concelho); apoio aos defuntos (irmãos, pobres e falecidos no hospital) e assistência a presos (sustento dos presos pobres, celebração de missas na capela dos presos, apoio à sua defesa)<sup>23</sup>.

Também a Misericórdia da Calheta teve um hospício para doentes que funcionou até 1879 e que recebia até 6 pobres inválidos<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes, *op. cit.*, pp. 30-31.

<sup>22</sup> Cf. Fernando Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 554-558.

<sup>23</sup> Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVIII: subsídio para a sua história*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 99, 131, 135.

<sup>24</sup> Rui Carita, *op. cit.*, vol. 1, p. 275.

De igual modo, em Machico o extrato de conta da confraria do ano de 1557, com gastos em cera, salário do capelão, pagamento a funcionários da casa, remetem para os gastos mais comuns das suas congéneres: o culto e a assistência. A mesma Misericórdia, entre 1551 e 1553, já organizava de forma solene celebrações quaresmais, como o Auto da Paixão e a procissão das Endoenças, inseridas na já referida dimensão penitencial<sup>25</sup> assumida pelas Misericórdias, que promoviam celebrações processionais públicas em sintonia com as festas litúrgicas relacionadas com as suas devoções: a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel e a Paixão de Cristo.

### *Orgânica e funcionamento*

Para a prossecução dos objetivos estabelecidos pelas Misericórdias era necessária a constituição de um pequeno grupo de irmãos com responsabilidades mais diretas e funções específicas. Este grupo constituía os oficiais: 1 provedor e 9 conselheiros, 1 escrivão e 2 mordomos, eleitos anualmente, que reuniam periodicamente para a tomada das decisões relativas à gestão da confraria e dos seus recursos e para deliberarem sobre a sua atividade.

A constituição das Misericórdias oscilou entre a definição rígida de um número de irmãos e o seu aumento. Na Madeira a situação foi idêntica: em 1614, no período de maior expansão institucional das confrarias da Misericórdia, a de Santa Cruz recebe um alvará régio de Filipe II afirmando que não se deve ultrapassar os cem irmãos, impondo penas aos provedores que não respeitassem esta decisão.

Por outro lado a Misericórdia do Funchal regista um aumento crescente de irmãos admitidos à confraria: em 1605 um alvará estabelece o número máximo em 200 e 1614 em 224<sup>26</sup>. Um outro documento régio datado de 1625 autoriza a confraria funchalense a acrescentar mais 40 irmãos de ambas as condições<sup>27</sup> para que a Casa pudesse ser bem servida e as obras de Misericórdia exercitadas com mais aumento, totalizando no primeiro quartel do século XVII 264 irmãos.

---

<sup>25</sup> Sobre as possíveis influências de correntes e agentes religiosos italianos, vinculados à renovação penitencial e espiritual dos movimentos confraternais na criação das Misericórdias, ver Ivo Carneiro Sousa, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, [s.l.], CTT- Correios de Portugal, 1998, pp. 82-104.

<sup>26</sup> José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 5, pp. 97 e 210.

<sup>27</sup> *Ibidem*, vol. 5, p. 210.

A ação das confrarias era regulamentada por um compromisso, que descrevia minuciosamente os objetivos, as normas de funcionamento, os cargos, o modo de organização e gestão, assim como as atividades a implementar<sup>28</sup>. Era um instrumento fundamental que tinha como referência o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* embora muitas confrarias tivessem o seu próprio compromisso ou usassem os das Misericórdias mais relevantes numa dinâmica regional.

De salientar que no caso das Misericórdias madeirenses a referência foi a confraria da capital; assim, em 1613 um alvará régio autoriza as Casas da Misericórdia de Santa Cruz e Machico a usarem o compromisso da Misericórdia de Lisboa<sup>29</sup>.

### *Misericórdias e outras instituições assistenciais*

Durante a Idade Moderna as Misericórdias consubstanciaram a forma mais sistemática, institucionalizada e estruturada de prática assistencial; cobrindo uma ampla geografia e mobilizando um número elevado de pessoas. No entanto, não foram as únicas experiências caritativas; coexistiram com outras práticas solidárias, designadamente de características medievais e fundadas em épocas anteriores. No caso da Madeira, as já referidas mercearia de Santa Catarina e gafaria de S. Lázaro que foram encerradas apenas no século XIX; e as confrarias com intenção de auxílio aos seus membros e familiares próximos nomeadamente na morte, velhice ou doença<sup>30</sup>, designadamente as confrarias do Corpo Santo. A do Funchal, por exemplo, tinha um pequeno hospital junto à capela com a mesma designação, na parte oriental da cidade<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> Sobre os compromissos ver, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Misericórdia de Lisboa, 1998, pp. 32-37, 43-44, 49-54, 119-124. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. pp. 92-94. A obra José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vols. 1-10 publica um grande número de Compromissos que durante os vários séculos regeram a organização e atividade das Misericórdias, desde o primitivo atribuído à confraria de Lisboa datado de 1498, passando pelas diferentes reformulações exigidas por mudanças socioculturais.

<sup>29</sup> José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 5, p. 108.

<sup>30</sup> Rui Carita, *op. cit.*, vol. 4, p. 332.

<sup>31</sup> Sobre as confrarias do Corpo Santo veja-se Nelson Veríssimo, “A Confraria do Corpo Santo no século XVIII”, *Revista Islenha*, n.º 10, Funchal, 1992, pp. 116-124.

No entanto, a realidade assistencial da época Moderna no arquipélago é mais complexa, registando-se neste período a criação de outras instituições fora do contexto das Misericórdias. É o caso do recolhimento do Bom Jesus, localizado na freguesia de Santa Luzia. Recolhimento feminino com igreja, pátio, pequeno claustro com alpendres de madeira e conjunto de edifícios de dois e três pisos; cuja autorização de funcionamento, por parte das instâncias catedralícias, deão e chantre, ocorreu em julho de 1668<sup>32</sup>. E ainda o hospício do Carmo fundado no século XVII por membros da família Brandão tendo a primeira pedra do edifício, que incluía igreja, sido lançada em 25 de novembro de 1657<sup>33</sup>.

### Considerações finais

No percurso histórico que apresentámos destacamos que a realidade assistencial na Madeira é devedora de uma experiência continental ensaiada e comprovada, estável e adaptada, transposta para os territórios do além-mar.

Relativamente à fundação das Misericórdias o processo foi sensivelmente coevo do da metrópole, distanciando-se do que aconteceu noutros locais do Império em que acompanhou a instalação dos portugueses ou a valorização económica dos territórios. E tal como sucedeu em muitos outros casos, foi determinante a iniciativa de conjuntos populacionais e o aproveitamento de estruturas institucionais e edificadas pré-existente de cariz hospitalar, religioso e confraternal.

Com o fim da Idade Moderna a realidade assistencial diversifica-se; o período que vai da extinção das ordens religiosas em 1834 à implantação da República em 1910, é bastante conturbado, política e socialmente, acarretando mudanças de regimes, legislação e políticas com repercussões no panorama institucional e da prática da assistência.

Durante o século XIX vão surgir instituições inovadoras: asilos de mendicidade e da infância desvalida, albergues, creches. Instituições tipicamente liberais, que se sustentavam por subscrições privadas mas eram fortemente impulsionadas pelos governos: dos governos civis aos próprios monarcas (D. Maria Pia apoiava as creches; D. Luís os alber-

---

<sup>32</sup> Rui Carita, *op. cit.*, vol. 1, p. 248.

<sup>33</sup> *Ibidem*, vol. 4, p. 332.

gues noturnos; D. Amélia os sanatórios). Sendo exemplo deste movimento a fundação do hospício Princesa D. Amélia no Funchal.

Contudo, pela densa rede que formavam, as Misericórdias continuaram a ser as principais instituições de socorro a doentes e pobres; concentrando a sua ação nos serviços hospitalares numa tendência que vinha já do século XVIII; e que também se verificou nas Misericórdias madeirenses.

No entanto, para estas instituições seculares o “século XX correspondeu a um tempo novo no quadro das atividades de assistência a que as Misericórdias se dedicaram”<sup>34</sup>; durante este período e seguindo a tendência, começaram a apostar noutros campos de ação social, ajustando-se às necessidades da própria sociedade: abertura de asilos, lactários, creches, cozinhas económicas, farmácias, edificação de bairros sociais, centros de dia, entre outros.

O século XX é tempo de novos protagonistas e sociabilidades que se desenvolveram no interior da igreja dando novo lugar e reconhecendo o papel dos leigos, outrora contido e reservado, apenas, à pertença a irmandades e ordens terceiras.

Neste processo laicizador de algumas instituições sociais anteriormente detidas em exclusivo pela igreja católica, as Misericórdias têm agora que se confrontar com iniciativas concorrenciais vindas de novos sectores da sociedade, em articulação com outras denominações religiosas ou filantrópicas e com a crescente vontade controladora do Estado.

No entanto, esta capacidade demonstrada pelas Misericórdias de se adaptarem às diferentes mudanças sociais, económicas e políticas, fazendo com que os presos e os pobres envergonhados da fase inicial deem lugar aos idosos e às crianças do presente, representa uma tentativa de colmatar a estrutural incapacidade do poder central de chegar a todas as zonas do país e assegura a sua perenidade.

---

<sup>34</sup> José Pedro Paiva e Paulo Oliveira Fontes, “Introdução”, in José Pedro Paiva (coord.), *op. cit.*, vol. 9.





# CONCLUSÃO

*Cristina Trindade*



A realização do Simpósio “História, Cultura e Ciência na/da Madeira – Que saber(es) para o século XXI?” marca a concretização da primeira etapa de um projeto mais ambicioso que é o da publicação do Dicionário Enciclopédico da Madeira.

A sua realização serviu, assim, para se estabelecer um ponto de situação do desenvolvimento do referido projeto, e serviu, também, de aperitivo para a fruição da grande obra que se prepara.

O Simpósio procurou e conseguiu reunir a larga maioria dos responsáveis pelas linhas temáticas que enformam o Dicionário, e permitiu que, em dois dias de trabalho intenso, se passasse em revista o que de mais recente existe em termos da produção de um conhecimento que não pode deixar de valorizar a Madeira e os seus investigadores. Nele se cruzaram os saberes provenientes das mais diversas áreas – do Direito à Engenharia, da História à Arte, da Literatura à Educação, da Matemática à Geografia, para dar, apenas, alguns exemplos. Nele se proporcionou um espaço, aberto à intervenção de todos, para uma ampla troca de ideias, para um franco debate epistemológico, para um aproximar de áreas habitualmente confinadas às suas próprias fronteiras, e que, aqui, lograram aproximar-se e polinizar-se com informação oriunda de outras paragens.

Perante uma plateia interessada e participativa, cumpriu-se aquele que era um desígnio matricial da iniciativa – o de proporcionar ao público não especialista e à comunidade científica uma síntese alargada do que se tem vindo a produzir em termos de inovação e desenvolvimento dos saberes insulares, e o de permitir que conferencistas e assistentes pudessem, em momentos de franca interação, trocar ideias que mutuamente os beneficiassem.

Abrilhantado por intervenções de especialistas de reconhecido mérito nacional e internacional, que, não estando diretamente envolvidos no Dicionário, ajudaram a equacionar as grandes problemáticas com que se defronta o saber neste dealbar do século XXI, o Simpósio, cumpriu, assim, um outro dos seus desideratos – o de problematizar, de forma ampla, os desafios com que se confrontam o arquipélago e o país, os quais só podem enriquecer-se pela criação de espaços de debate como aquele que aqui se proporcionou.

Atendendo a que, desde os tempos em que o padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses honraram a cultura

madeirense com a publicação do Elucidário, não mais surgira uma oportunidade para a realização de nova e alargada investigação e síntese do conhecimento insular, não podemos deixar de saudar a realização deste Simpósio que, de forma simbólica, marcou o lançamento do grande projeto editorial que é o do Dicionário Enciclopédico da Madeira.

**PRÓXIMA PÁGINA:** Vista aérea da Casa de Saúde S. João de Deus, no Funchal (Ordem Hospitaleira).



